



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

(*) Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 136 – TERÇA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 10/09/2012, para correção do número do diário.

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (P DT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁶⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁸⁾ Ana Rita ⁽²⁵⁾ Anibal Diniz ⁽²⁴⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²³⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,33) Lúcia Vânia ⁽³²⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Flexa Ribeiro ^(7,33) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
		PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal	
Ata da 25ª Reunião realizada em 15 de agosto de 2012.....	00004
Ata da 26ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2012.....	00043
Ata da 27ª Reunião realizada em 22 de agosto de 2012.....	00087
Ata da 28ª Reunião realizada em 28 de agosto de 2012.....	00093
1.1.2 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência	
Ata da 14ª Reunião realizada em 7 de maio de 2012.....	00170
Ata da 15ª Reunião realizada em 11 de maio de 2012.....	00199
Ata da 16ª Reunião realizada em 17 de maio de 2012.....	00237
Ata da 17ª Reunião realizada em 22 de maio de 2012.....	00237
1.1.3 – Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto do Código Penal	
Ata da 2ª Reunião realizada em 8 de agosto de 2012.....	00240
Ata da 3ª Reunião realizada em 14 de agosto de 2012.....	00261

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 25ª Reunião realizada em 15 de agosto de 2012, às 10 horas e 27 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e com a presença dos Senadores:** José Pimentel (PT-CE), Pedro Taques (PDT-MT), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) **e dos Deputados:** Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Dr. Rosinha (PT-PR), Emiliano José (PT-BA), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-DF). **Deixaram de comparecer os Senadores:** Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os Deputados:** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Glauber Braga (PSB-RJ), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senador Tomás Correa (PMDB-RO) e Deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP). Na oportunidade foram chamados a depor os senhores: Edivaldo Cardoso de Paula, que compareceu acompanhado por seu advogado, Pedro Paulo Guerra de Medeiros, e, amparado pelo Habeas Corpus nº 114784, permaneceu em silêncio; Roseli Pantoja da Silva, que prestou seu depoimento; e Hillner Braga Ananias acompanhado por seu advogado, Roberto Serra da Silva Maia, e, amparado pelo Habeas Corpus nº 114806, permaneceu em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Inicialmente, quero justificar que o Presidente efetivo, Senador Vital do Rêgo Filho, teve um compromisso e me pediu que dirigisse a sessão desta manhã.

Quero igualmente comunicar que estivemos, uma delegação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o Diretor Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello, que, num bom diálogo, nos apresentou todos os documentos entregues a esta CPI e se comprometeu a entregar todos os faltantes até a próxima 6ª feira.

Estiveram conosco o Relator, o Deputado Odair Cunha, os Deputados Vanderlei Macris e Domingos Sávio, e o Senador Randolfe Rodrigues.

Portanto, sentimo-nos ontem um tanto quanto satisfeitos pelo tratamento dado pelo Diretor da Polícia Federal. O diálogo foi bom, porque muitos documentos que pensávamos não estarem aqui, estão. Também, o Deputado Carlos Sampaio esteve conosco. Muitos documentos que pensávamos não estarem aqui, já se encontram aqui, e a Polícia Federal se comprometeu a enviar para esta Casa os documentos restantes até 6ª feira, sem ser nesta na outra, porque eles estão concluindo vários dos documentos. Eles tinham um controle atualizado dos documentos que já estavam aqui. Alguns Parlamentares perguntaram se ele pôde comunicar sobre a permanência desses documentos aqui. Ele respondeu que alguns sim; outros estão sendo finalizados os seus relatórios, e eles serão enviados.

Então, a avaliação que tive e pude compartilhar com os nossos Colegas foi a de que a ida à Polícia Federal foi muito positiva. Também fiquei com a sensação de que o trabalho que eles têm feito é intenso, no sentido de enviar os documentos para nós. Isso também mostrou limites da Polícia Federal. Certos trabalhos só poderão ser feitos a partir da CPI. Portanto, a equipe que está trabalhando terá um papel muito importante.

Então, repetindo, estiveram conosco os Deputados Domingos Sávio, Vanderlei Macris, Carlos Sampaio e Odair Cunha, e o Senador Randolfe Rodrigues.

Esse é o informe que quero dar da visita do Srs. Parlamentares à Polícia Federal na tarde de ontem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que V. Exª foi muito fiel ao que aconteceu ontem, nessa reunião com a Polícia Federal. Entendo que foi da maior importância a nossa ida lá. Com certeza, a CPMI receberá integralmente as informações da Polícia Federal até a data que foi definida ontem com o Diretor Geral.

Gostaria de levantar uma questão, Sr. Presidente, que precisa necessariamente de uma informação, ou de esclarecimentos, por parte do Deputado Odair Cunha, que é o nosso Relator.

Hoje, há uma matéria no jornal *Folha de S. Paulo*, que diz o seguinte: “CPI do Cachoeira Arquiva Apuração de Empresas de Fachada da Delta”. Essa matéria faz uma avaliação interessante, dizendo que engavetamos 250 requerimentos de investigação das chamadas “empresas laranjas” no eixo Rio-São Paulo, da empreiteira Delta, da qual Cachoeira era sócio, segundo a Polícia Federal.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que a aprovação que fizemos dos requerimentos, até o presente momento, das empresas que tiveram seus sigilos quebrados e que hoje tem no relatório, apresentado pela assessoria do PSDB, mais de 15 empresas, todas estão contempladas, mas que não há ainda um fechamento do trabalho desta CPMI e que há a possibilidade real de que esse encaminhamento seja dado.

Portanto, gostaria de ter o esclarecimento do Relator Odair Cunha em relação à matéria dessa natureza, altamente negativa para a CPMI. Não me parece que é esse o caminho adotado, até porque aqui diz que foi desdenhado o fato de que haveria quebrar sigilo de 10 empresas de fachada, que, segundo a Comissão, receberam cerca de R\$22 milhões da Delta. Outra coisa: com relação à conexão Centro-Oeste, não foram votados requerimentos para convocar envolvidos em contratos da Delta com os governos de Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Assim, há uma necessidade de esclarecimento, Sr. Presidente, Sr. Relator, até porque precisamos dar continuidade à quebra de sigilo dessas empresas todas que fazem parte desse *laranjal* da Delta, a fim de que possamos, não nos depoimentos, que, na minha opinião, pouco têm contribuído com a nossa CPMI, dar continuidade aos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Vanderlei Macris, antes um pouco, só queria dizer que li essa matéria. Parece-me que o seu título está errado, porque, na própria matéria, está dito que não houve arquivamento. Então, não houve qualquer ato de arquivamento de requerimentos, e este é o título: “CPI do Cachoeira Arquiva Apuração.”

Então, na própria matéria, é dito que poderemos quebrar alguns sigilos nas próximas sessões. Assim, quem poderá fazê-lo não arquivou. Esse título, na minha opinião, está errado. Quem o fez, errou, porque a própria a matéria esclarece. O título é equivocado. Ele foi mal escrito. Depois, vou ouvir o Deputado Domingos Sávio e passar ao Relator, porque a nossa linha de investigação justifica os procedimentos adotados.

Deputado Domingos Sávio, antes de V. Ex^a, eu havia inscrito o Deputado Rubens e o Senador Pedro Taques. Posso, então, acompanhar a ordem, ou V. Ex^a deseja falar agora?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, perfeitamente. A minha referência é sobre a nossa visita e esse assunto em especial.

Se não houver problema, obviamente, agradeço ao Senador Pedro Taques e a todos os Colegas que me permitem essa manifestação, primeiro quero também registrar a minha felicidade e até mesmo cumprimentá-lo e o nosso Relator, Deputado Odair Cunha, pela excelente visita que fizemos ontem, extremamente proveitosa a diligência que fizemos, em razão do requerimento verbal que apresentei, prontamente acolhido por V. Ex^a, pelo Presidente Vital do Rêgo e pelo nosso Relator.

Ontem, ao visitarmos o Dr. Leandro Daiello, Delegado-Chefe da Polícia Federal, tivemos uma excelente acolhida, o que não nos surpreende, pelo seu trabalho sério ao longo do tempo, em especial neste episódio e nestas operações que envolvem o esquema criminoso do Sr. Carlos Cachoeira.

Diria que o nosso objetivo, além de atendido, nos fez chegar a outras conclusões extremamente proveitosas, inicialmente, pelo que V. Ex^a já relatou, da confirmação de que, até na próxima 6^a feira, todos os relatórios que dizem respeito às apreensões que ocorreram – e que não foram poucas – estarão nesta Casa, com cópia de CDs e da análise dos computadores e dos documentos apreendidos, o que poderá trazer subsídios valiosos para os trabalhos desta Comissão. Mas o que me deixou extremamente feliz foi ver, com muita clareza, a disposição da Polícia Federal em aprofundar as investigações naquilo que já está preliminarmente comprovado, que é o grande envolvimento da Construtora Delta e das “empresas laranjas”. Portanto, vai na linha dessa preocupação trazida pelo Deputado Vanderlei Macris de que parte da imprensa está entendendo que isso poderia ficar relevado em segundo plano, e é exatamente o contrário, até porque o trabalho da CPI já está indo além do que a Polícia Federal fez nessa área.

A Polícia Federal fez um trabalho absolutamente completo no que diz respeito à organização criminosa do Sr. Carlinhos Cachoeira e daqueles envolvidos com ele, na estrutura do crime organizado que ele montou, nas operações ilícitas de jogos ilícitos e nas interfaces que teve com autoridades.

O próprio Delegado relatou que essas interfaces ou esses encontros fortuitos não permitiram à Polícia Federal avançar muito, por serem autoridades com foro privilegiado. Ou seja, quando surge Senador, quando surge Deputado, quando surge a possibilidade do tráfico de influência feito por essas pessoas, a Polícia Federal não pôde avançar. Ela não investigou. Não era objeto daquela operação.

Obviamente, a CPI está avançando. A CPI quebrou o sigilo bancário, coisa que a Polícia Federal não tinha feito, dessas empresas fantasmas e, logicamente, da empresa Delta e já constatou – isso já é avanço – situações em que a empresa Delta transferiu cerca de R\$300 milhões para empresas fantasmas.

Esse dinheiro é do crime, é dinheiro público, porque a empresa Delta é uma das maiores operadores junto ao Governo Federal e ao PAC. Então, esse dinheiro é fruto de licitações fraudulentas e de superfaturamento e foi parar na conta de empresas fantasmas. De lá, obviamente, foi abastecer o sistema criminoso.

Pois bem, daí a minha conclusão, neste momento, Sr. Presidente, Sr. Relator, no sentido de dizer que nós, agora, temos, com clareza, se não passa a ser o foco mais importante desta CPI, ele evidentemente é onde vazou o dinheiro público, é onde está concentrado uma série de irregularidades, e a Polícia Federal foi clara para todos nós – para o Relator, para V. Ex^a e para os demais Deputados. Eles estão não só dispostos, mas muito interessados em agir e, evidentemente, estarão preparados para, no momento oportuno, sendo acionados pela CPMI, pelo Ministério Público, aprofundarem, com toda a estrutura da Polícia Federal, a investigação deste caminho.

Claro que devemos continuar fazendo o nosso trabalho. É nesse sentido que faço esse apelo para que o nosso Relator e V. Ex^a ampliem o foco, dirijam o foco, especificamente em cima dessas empresas fantasmas e da Delta, quebrando o restante dos sigilos bancários.

Mais do que isso. Agora, precisamos saber do seguinte: Esses R\$300 milhões foram para a empresa fantasma. De lá, eles saíram. Muitas vezes, eles saíram, sacados na boca do caixa; pessoas, sacando R\$1 milhão, R\$2 milhões, na boca do caixa. Agora, o COAF, o sistema que fiscaliza, tem condições de nos fornecer quem sacou, quem pegou esse dinheiro. Aí entra o meu apelo, no sentido de que aprofundemos a investigação no caminho do dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)
– Passo agora ao ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, ontem, não quis aqui fazer nenhum tipo de reclamação, porque queria buscar razões para isso, e eu as encontrei.

Na primeira reunião que organizamos aqui, lá no mês de maio, os requerimentos eram apresentados com quatro dias de antecedência. Estabeleceu-se, a partir dali, que os requerimentos seriam apresentados até dois antes para poder ser colocado em pauta, discutido e deliberado pelo Plenário.

Na última reunião, de ontem, chamou-me a atenção o fato de que havia um aviso de que os requerimentos seriam apresentados até as 14 horas da véspera da reunião. Isso chama mais a atenção, porque era uma 2^a feira, e, ontem, tivemos aqui um volume de requerimentos, especialmente do Relator – se não me engano, 47 requerimentos do Relator –, indicando aqui que mudamos o procedimento. E, ao mudar o procedimento, nós ficamos sem saber como proceder, porque como o prazo na segunda-feira ... Eu gostaria de apresentar os requerimentos, Sr. Presidente, e é para isso que eu chamo a atenção. Eu não os apresentei por causa dos dois dias de antecedência, por isso eu não apresentei na segunda-feira, e eu senti, aqui, Sr. Presidente, sinceramente, o meu direito parlamentar tolhido por essa decisão não sei de quem.

Então, eu tenho, aqui, requerimentos, por exemplo, da maior importância, requerimentos que chamam a atenção desta CPMI, mas ainda não chamaram a atenção do relator e eu gostaria que ele ouvisse, para poder me ajudar aqui: por exemplo, o Sr. Romênio Machado, que é sócio do Sr. Cavendish, ou preposto dele, para ele vir, aqui, esclarecer, na CPMI, o tráfico de influências que ele exerceu. Aí, envolve ex-Ministro, envolve ex-Deputado, e nós estamos chamando, porque ele quer falar.

O outro requerimento que eu gostaria que fosse, aqui, discutido e deliberado pelo relator é da questão dos documentos relativos à Delta e os consórcios que participam com a Cedae.

A Cedae é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, e nós não conseguimos aprovar esse requerimento, requerimento de documentos, não é nada mais além de buscar documentos que deem condições para a CPMI trabalhar, e trabalhar melhor, em busca dessas informações.

Então, Sr. Presidente, tem o Sr. Juquinha. O Sr. Juquinha agora, a nova notícia, flagrado em escutas telefônicas, envolvido, novamente, em negócios com o Estado de Goiás.

Então, eu estou fazendo, aqui, um apelo ao Presidente, ao Relator, Deputado Odair Cunha e Deputado Paulo Teixeira, para que nós possamos ter esse tipo de indicação, porque, senão, nós vamos ser sempre, aqui, surpreendidos, como fomos na segunda-feira: até as 14 horas como prazo para apresentar os requerimentos.

Eu não os apresentei porque esse prazo era de 48 horas. Como eu estava aqui na segunda, eu podia mandar e isso eu não consegui.

De repente, nós vimos, aqui, dezenas de requerimentos do relator, que mudou o prazo para apresentação na última reunião, e ontem, aqui, se deliberou sobre esses requerimentos, e que nós aprovamos, e

que nós deliberamos, e nós aplaudimos a apresentação dos requerimentos. O que não pode é ter dois pesos e duas medidas. Nós temos de buscar um equilíbrio para que, juntos, possamos colaborar da melhor maneira para que a CPMI possa investigar tudo e todos, que é o que nós estamos falando desde o início.

Por isso, eu peço uma extrapauta, se for o caso, a Mesa veja como trabalhar isso.

Já dei entrada, acabei de assinar os requerimentos dessas propostas que eu estou apresentando. São: uma, a do Sr. Romênio Machado; a outra é da Delta e dos contratos com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro, a Cedae; a outra, a convocação do Sr. Juquinha; e, finalmente, cópias dos contratos do Vitapan, firmados nos últimos cinco anos com os órgãos da União, Estados e Municípios.

Então, são apenas esses requerimentos, com que eu gostaria que a Mesa e o Plenário pudessem colaborar, para que a gente avançasse numa votação desses requerimentos extrapauta, até porque, surpreendido fui, ontem, com essa decisão da Mesa de apresentar os requerimentos apenas 24 horas antes. Aliás, nem 24 horas antes. Bem menos, porque a reunião foi às 10 da manhã e os requerimentos foram apresentados até as 14 horas da segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens Bueno, aqui, a assessoria informa que a pauta foi enviada no dia 08 de agosto, portanto, com antecedência até maior do que tinha sido estabelecido pela Presidência anteriormente.

Então, esse é o informe que me traz, aqui, a assessoria do Presidente Vital do Rêgo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, apenas para dizer que, então, eu estou questionando a mudança do prazo de 48 horas para menos de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, mas isso foi mais que 48 horas. Dia 08 de agosto.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não. A apresentação dos requerimentos... Presidente, eu estou falando dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A questão, Presidente, é: por que o Presidente Vital do Rêgo mudou, temos de perguntar para ele. O dado concreto é que essa informação foi disponibilizada para mim e para todos os membros da CPMI.

No dia 08 de agosto, ele encaminhou a todos os membros, dizendo: “Apreciação de requerimentos apresentados até as 14 horas do dia 13 de agosto, segunda-feira.”

Eu assinei os requerimentos – estou acabando de cobrar da minha assessoria, aqui –, eu assinei os

requerimentos na quinta-feira, porque eu só cheguei aqui, em Brasília, na segunda-feira depois dessa hora.

O dado concreto é que eles entregaram na segunda-feira. Agora, a informação que o Relator teve chegou às mãos de todos os membros da CPMI, não só à mão do Relator.

Se o Presidente fixou essa data, o regime aqui é presidencialista e ele fixou. Podemos achar que é bom ou ruim esse método. Agora, não houve sonegação de informação a nenhum membro da CPMI. Todos tiveram essa oportunidade.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero só explicar o que aconteceu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero só explicar o que aconteceu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, mudança de regra é o Presidente que faz e não o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A justificativa do Presidente Vital do Rêgo Filho é que ele fez isso para beneficiar todos os parlamentares em razão do esforço concentrado. Nós estamos num momento excepcional de trabalhos. Então, ele avisou no dia 8 que assim o faria, para beneficiar todos os parlamentares, tendo em vista que nós estamos num momento excepcional de funcionamento do Congresso Nacional. Então, o que poderia ter sido para o mal foi para o bem, para atender a todos os Parlamentares. Ele avisou, no dia 8, da diminuição de prazos e o fez em razão do esforço concentrado, tendo em vista que estamos num momento excepcional de trabalho no Congresso Nacional.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, diante disso, eu faço um apelo ao senhor e ao Relator para a apreciação extrapauta dos requerimentos que eu acabei de indicar e que eu mandei à mesa por escrito. Eu gostaria de fazer este apelo, Relator, Deputado Odair Cunha, para que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Rubens Bueno, eu queria trazer três questões a V. Exa.. A primeira é que a regra foi flexibilizada – já justifiquei a razão da sua flexibilização – em benefício dos Parlamentares por conta deste momento especial. Em segundo lugar, nós não estamos em reunião administrativa e não temos quórum para ela – essa é a terceira razão. Portanto, eu não tenho como acatar o pedido de V. Exa. por esse aspecto. Esses requerimentos terão de ser analisados na próxima reunião deliberativa, reunião administrativa.

Passo a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques.
(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... divergência. Aqui é o seguinte: na próxima reunião com quórum.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, muito rapidamente, apenas para cumprimentar o Deputado Domingos, que foi o autor do pedido para que fôssemos à Polícia Federal e para justificar que eu não pude estar, porque eu estava relatando o Código Penal aqui, no Senado.

Um segundo ponto é lamentar uma decisão como esta do Supremo Tribunal Federal sobre o salvo-conduto. Primeiro, tecnicamente, essa decisão é equivocada. Só existe salvo-conduto quando a ameaça já está perpetrada de acordo com o Código de Processo Penal, que é de 1940. Essa é uma discussão, que ocorreu no Supremo em 1909, da chamada Doutrina Ruy Barbosa, que debatia com Pedro Lessa a envergadura do *habeas corpus*. O Supremo Tribunal Federal, com essa decisão aqui, está dizendo que nós, Deputados e Senadores, estamos já praticando ameaça a cidadãos. O Supremo está dizendo que temos de cumprir a Constituição; está dizendo assim: “direito de se fazer acompanhar por advogado”. Por óbvio! A Constituição, desde 1988, no art. 133, diz isso. Nós, aqui, não estamos, em nenhum momento, desobedecendo à Constituição da República.

O Supremo também manda que nós obedeçamos ao direito de não ser preso, para que os depoentes aqui possam não ser presos em decorrência de invocação do direito constitucional de não se autoincriminar. Desde o início, a Comissão Parlamentar de Inquérito está dando ao cidadão que aqui venha, seja lá quem for e o cargo que ostente, inclusive Senador, o direito de não se autoincriminar. Isso aqui é uma vergonha num País que obedece à Constituição da República, pois desobedece à independência e faz crer ao cidadão que o Parlamento brasileiro esteja a desobedecer à Constituição da República.

Salvo-conduto?! Isso ocorre quando uma autoridade, seja em que escalão for, inclusive um barnabé, possa ofender a liberdade do cidadão ou ameaçar de ofensa a liberdade do cidadão. Isso aqui em países sérios não ocorreria, Sr. Presidente. Essa discussão já ocorreu no Supremo no início do século XX e nós estamos aqui ainda com salvo-conduto sendo discutido.

Lamentar coisas dessa categoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o ilustre Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, vou insistir. Parece-me que antes de chegar aqui à CPI o nosso ilustre Relator já foi questionado sobre o tema que agora o farei. É sobre uma matéria de hoje, do jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título

“CPI do Cachoeira arquiva apuração de empresas de fachada da Delta”. Que dá conta – e de fato é verdade, Sr. Presidente – que ontem, lamentavelmente, nós não apreciamos um conjunto de requerimentos que me parecem indispensáveis as informações desses requerimentos para os senhores que serão inquiridos por esta CPI na última semana de agosto. Na última semana de agosto, está marcado desde ontem por esta CPI, o inquirimento do Sr. Luiz Antonio Pagot, do Sr. Cavendish e do Sr. Assad. Para esses depoimentos parece-me que seriam indispensáveis as informações de quebra de sigilo de um conjunto de empresas que, segundo nosso levantamento, serviam como empresas de fachada da empresa Delta. Essas empresas, duas situadas no Rio, a empresa MB e a empresa Garra, mobilizaram e receberam da Delta, pelo menos, mais de R\$50 milhões. As empresas localizadas em São Paulo – JSM, Soterra, Power To e SP Terra – juntas mobilizaram quase R\$100 milhões recebidos da empresa Delta. Existem requerimentos nesse sentido de minha autoria: os Requerimentos de nº 754, 755, 756, 757, 759 e 760. Ontem, nós não apreciamos esses requerimentos. As informações dessas empresas me parecem indispensáveis para nós podermos inquirir os depoentes – eu reitero – da última semana de agosto: o Sr. Assad, o Sr. Cavendish, o Sr. Luiz Antonio Pagot, que deveriam ser objeto de questionamentos desta CPI a partir dessas informações obtidas.

Então, quero pedir a devida vênua a V. Exa. e ao Relator para encontrarmos um mecanismo de o quanto antes, sendo o caso, apreciarmos esses requerimentos para não ser necessário depois, sob prejuízo de depois nós termos que reconvocar aqueles que vão depor no final de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Indago a V. Exa. se esses requerimentos foram arquivados como fala a manchete da *Folha de S. Paulo*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Inclusive, eu destaquei aqui que chama a atenção uma matéria, mas não faço uso dos termos de arquivamento, porque sei que nem poderia ser arquivados sem anterior deliberação.

O questionamento que faço à Mesa é sobre a necessidade que se tem de eles serem apreciados e termos os elementos a partir da apreciação – ou seja, o sigilo dessas empresas – para podermos questionar os depoentes no final de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu entendi a questão de V. Exa., mas V. Exa. reforça que a manchete está errada, não foram arquivados

esses requerimentos e, portanto, a manchete que diz que foram arquivados está equivocada.

O SR. ONYX LOREBNZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que a assessoria de imprensa da Casa possa esclarecer o jornal do equívoco desta manchete.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, vou devolver a palavra. Há dois Srs. Parlamentares, agora o Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois o Deputado Miro Teixeira e nós vamos acompanhar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois do Deputado Miro Teixeira nós vamos iniciar as oitivas.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero fazer coro às ponderações do Senador Randolfe, porque eu acabei de protocolar, fruto do trabalho de investigação que nós estamos fazendo, por meio da assessoria dos Democratas, eu acabei de protocolar também essas empresas que ele citou e também apresentei requerimentos. E, mais ainda, Senador Randolfe, há a Instale Engenharia Civil, a Mamuth Transportes de Locação, a SP Terraplenagem, a Soterra, a JSM, ou seja, um conjunto de oito ou dez empresas, Sr. Relator, que receberam um volume altamente significativo de recursos que nós precisamos entender o que aconteceu. E curiosamente muitas delas localizadas e com sede em Estados. Por exemplo, vou voltar a um tema que já trouxe a esta CPI: foi feita a Operação Mão Dupla no Ceará. Na Operação Mão Dupla, que tem um requerimento apenas para pedir o compartilhamento dessa operação que foi feita no Ceará, os diretores locais do DNIT foram todos demitidos, todos substituídos, porque foi identificado superfaturamento. E a Delta estava no meio.

O requerimento foi feito. O requerimento está aqui há mais de 60 dias. Então, creio que é muito importante, Sr. Relator – sei que V. Exa. tem uma linha investigativa e que muitas vezes nós acabamos trazendo outras áreas de investigação –, para a oitiva das pessoas que estão agendadas para o final do mês, é fundamental que tenhamos esses sigilos disponibilizados, porque eles permitiriam os cruzamentos com aquilo que já temos aqui, dando-nos condição de ser

muito mais efetivo na arguição que pretendemos fazer, principalmente ao proprietário da Delta.

Para concluir, Sr. Presidente, estou diante do salvo-conduto, em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal exprime exatamente o que tenho defendido nesta CPMI. Primeiro, salvo-conduto me parece algo jurássico, mas tudo bem. Mas chega-se a um ponto onde, no item 3, há a prerrogativa de permanecer em silêncio se da resposta à pergunta puder, a seu critério ou a critério de seus advogados, derivar-lhe risco de auto-incriminação.

O próprio Ministro do Supremo reconhece que tem que ser pergunta a pergunta, porque vai haver pergunta que ele pode responder, inclusive sob orientação do seu advogado, e há pergunta que não lhe é conveniente responder.

Ao olhar isso, portanto, continuo indagando do Plenário desta CPMI e acho que é importante, Sr. Presidente, voltarmos a esse tema. Não é possível as pessoas virem aqui e serem dispensadas. A senhora, a ex-Cachoeira, na semana passada, para fazer aqui um relato do seu interesse, valeu-se dessa prerrogativa. E alguns parlamentares até se sensibilizaram, porque ela falou da família, dos filhos e que não tinha nada a ver com as histórias do Sr. Cachoeira.

Só tem um problema: ontem, nós trouxemos aqui, Sr. Presidente – e alguns órgãos de imprensa registraram –, o fato de que ela é a ex que mais esteve com o preso, muito mais do que a atual. Isso é uma coisa nunca antes vista neste País. Desconheço essa circunstância em que a ex-mulher, que diz que o marido tomou atitudes que colocam em risco a sua própria família, vai para lá e fica mais de sete horas com o cara que é o bandido da vida dela. Eu não acredito. Portanto, ela é conivente. Ela é cúmplice. Esta CPMI tem obrigação de investigar a SR^a. Andressa, pois ela tem muito a dizer.

Aqueles R\$1,9 milhão no Imposto de Renda, sem origem nem dela e nem do marido, pode ser dinheiro público. Assim, é responsabilidade desta CPMI ir atrás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo ao último orador, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Hoje está interessante a reunião, porque estamos debatendo alguns assuntos que são criativos. É melhor do que ficar olhando certos réus sentados ou certas testemunhas.

Mas penso que o Senador Pedro Taques faz uma abordagem perfeita sobre essa questão do salvo-conduto, pelo que está escrito no Código de Processo Penal, no art. 660, § 4º.

“Art.660.....

§ 4º – Se a ordem de habeas corpus for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo juiz.”

Parece que está faltando alguma coisa como a ordem de **habeas corpus**, em primeiro lugar. Foi-se direto para o salvo conduto, que é possível? É possível. É raro. Isso não está muito à disposição dos cidadãos brasileiros. Então, acho que é uma boa oportunidade para nós, até o final do relatório, no exame do relatório, fazermos uma abordagem, Sr. Relator, também dessa relação das comissões parlamentares de inquérito em face do Texto Constitucional e das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Acho que isso tem que ser parte, um capítulo, um subtítulo do nosso relatório.

O que está se passando nisso aí? Será que perante algum juiz existe o hábito de se ir depor com *habeas corpus* no bolso? Será que isso é concedido com tanta frequência quando se trata do Poder Judiciário? Mas por que olhar o Poder Legislativo com essa tremenda desconfiança – mais do que isso, como uma ameaça? É a expressão que permite o *habeas corpus*. É preciso haver essa notória ameaça para que se conceda o **habeas corpus**.

Bom, mas a questão é de fazer do limão uma limonada, Sr. Relator. Se o Sr. Relator tiver a palavra logo depois do Sr. Presidente, antes de se iniciar a inquirição de todos aqui ao depoente, eu penso que nós já poderemos começar a avançar na decisão do Supremo Tribunal Federal. Nisso aí o Ministro Cezar Peluso nos satisfaz. Ele quase que está dando uma resposta ao mandado de segurança do Onyx. Porque é claro, por diversas outras decisões do Supremo Tribunal Federal, em série de *habeas corpus*, que o exercício desse direito ao silêncio para evitar a autoincriminação só pode se dar após o conhecimento da pergunta que está sendo feita. Como vai saber, antes da pergunta ser feita, se a resposta vai incriminar o depoente?

Então, permitir, sim, que a pessoa não queira falar, que fique sentada, nós vamos ficar aqui sentados também, mas vamos falar. E começando pelo relator, fazendo as suas perguntas. Acho que isso já começou a acontecer na sessão anterior. Começou a acontecer. Acho que devemos botar o pé no acelerador com muito avidez do que o Presidente pressiona essa campanha.

Obrigado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Bom, peço que se traga o Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, acompanhado do seu advogado Pedro Paulo Guerra de Medeiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu acho que alguns questionamentos precisariam...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...a manifestação do Relator. Inclusive um dos ques-

tionamentos feitos agora pelo Senador Pedro Taques e pelo Deputado Miro. Me permita, mas o salvo conduto que traz o Sr. Edivaldo, na verdade, para mim também é uma resposta ao mandado de segurança do Deputado Onyx. Diz claramente aqui – eu quero reiterar – que, se da pergunta... permanecer em silêncio se, da resposta à pergunta, puder, a seu critério e de seus advogados, leve a autoincriminação.

Logo, para permanecer em silêncio, ele tem que ser perguntado. Então, me parece que está em cheque a deliberação de dispensar após a declaração de que o depoente vai permanecer em silêncio.

Acho que é necessária uma resposta à Mesa, tanto dos requerimentos que, no meu entender, são necessários e indispensáveis de serem apreciados, em relação à empresas de fachada que se relacionam com a empresa Delta, como em relação ao encaminhamento, ao rito que nós temos que proceder tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, em relação aos requerimentos, eu anotei todas as empresas mencionadas, os requerimentos solicitados e vou analisar.

Eu anotei todos que foram falados aqui e não vou de pronto me manifestar. O meu compromisso é de fazer uma análise detida sobre o que os ilustres parlamentares trazem a esta Comissão.

Sobre a matéria da *Folha de S. Paulo*, acho que já foi esclarecido aqui e o que eu queria acrescentar é que nós aprovamos ontem 105 requerimentos, o que mostra o avanço do nosso processo de investigação. Em relação ao rito, é um tema que o Presidente precisa decidir.

Eu vou, como os demais Parlamentares, acompanhar o rito que nós decidimos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Dando início a seção de oitiva, passo a palavra ao Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, que tem o tempo de 20 minutos para falar a respeito das questões que estão aqui relacionadas à V. Sa.

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Muito obrigado,

Exmo. Sr. Presidente; Sr. Relator; Srs. Senadores; Sr^{as} Senadoras; Srs. Deputados; Sr^{as} Deputadas; peço, primeiramente, vênias a V. Exa. para que, segundo orientação do meu defensor técnico, advogado que me acompanha, Dr. Pedro Paulo Medeiros, eu permanecerei em silêncio, invocando o preceito constitucional assegurado a todos os brasileiros.

Mas também gostaria de externar, se V. Exa. mo permitir, o meu mais profundo respeito a esta Casa, o meu mais profundo respeito a todos os que compõem esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Tenho a firme crença de que este Parlamento... A segurança da construção de um Estado democrático de direito, que todos os brasileiros almejam.

E se eu, hoje, posso invocar esse preceito constitucional, obviamente que devo ao trabalho dos Constituintes originais, que assim garantiram a todos os cidadãos.

Peço escusas e peço que não seja interpretada esta minha invocação do Direito Constitucional como forma de menosprezo aos trabalhos deste Legislativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Sr. Edivaldo, há uma série de acusações de envolvimento de V.S^a com uma organização criminosa. Neste momento, esta seria uma oportunidade de V. S^a poder trazer a sua defesa em relação a essas imputações.

V. S^a gostaria de se utilizar...?

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Dos vínculos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – É. Dos vínculos de V.Sa. com esta organização? V.S^a gostaria de se utilizar deste tempo para se defender dessas acusações nesse tempo que esta CPMI lhe concede?

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Agradeço muito a gentileza, lembrando que a minha convocação foi como testemunha neste processo. Mas, seguindo orientação do meu defensor técnico, colega e advogado, com a sua permissão, com a sua vênha, eu permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Tendo em vista essa decisão, nós, então, o dispensamos.

A próxima pessoa que está agendada para falar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu peço que fique registrado em Ata o meu protesto por esse procedimento, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Era isto que eu iria falar também, Sr. Presidente, o meu protesto. Quero registrá-lo.

Eu tinha muitas perguntas a fazer...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O meu protesto também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Relator poderia perguntar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – ...especialmente de ele fazer parte da cota para o Cachoeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele só pode calar depois de ouvir a pergunta.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E tudo o que tem aqui de denúncias contra ele. Isto é um

desrespeito a Casa e um desrespeito a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

É inconcebível, é inaceitável esse tipo de coisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Relator tem que perguntar porque o silêncio condena.

O Relator tem de perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Constar em Ata. Apenas isto: constar em Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, o próprio salvo-conduto da testemunha, aqui, diz claramente – eu quero reiterar o inciso III do salvo-conduto da testemunha: “(...) a prerrogativa de permanecer em silêncio, se, da resposta à pergunta, puder, a seu critério ou a critério de seus advogados, derivar-lhe risco de autoincriminação.”

Ou seja, o próprio salvo-conduto diz que ele tem de ser perguntado para utilizar-se do direito de permanecer em silêncio.

Parece-me que ele não pode ser dispensado sem antes ser perguntado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP.) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP. Pela ordem.) – Eu vou insistir: esta Comissão já deliberou que nem precisaria do *habeas corpus* porque esta CPMI sabe do direito que assiste a quem está sendo ouvido, quer na condição de réu, quer na condição de testemunha ou de indiciado. Ficou definido nesta CPMI que a pessoa seria dispensada assim que declinasse do seu direito de falar.

Portanto, não me parece oportuno mudarmos o rito, porque se dissermos que agora é um salvo-conduto, diferentemente dos *habeas corpus*, nós estaremos dizendo que, na verdade, é importante, sim, o *habeas corpus*, e que nós não o consideramos, efetivamente, essa como sendo uma posição de CPI.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque, com os anteriores, o procedimento foi exatamente esse. Não vai responder? Fica dispensado. Não há por que fazer uma mudança de rito.

Ele pode, a cada pergunta, dizer: “Não vou responder, porque entendo que, mesmo que indiretamente, isso me atinge”. É um direito que lhe assiste. E esta CPI tem de ter a capacidade de criar, de inovar o contexto probatório, que não pela oitiva daqueles que não falarão. Nós temos de ter essa capacidade investigativa.

É um direito que lhe assiste. O procedimento adotado para a CPI foi um, não me parece correto mudar o curso dessa decisão...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ... sem que haja um motivo relevante.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Para contraditar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se o motivo for ora H.C., ora salvo-conduto, o que vai acontecer é que as nossas críticas dizendo “Nem precisava de *habeas corpus*, sabemos quais são os direitos dos investigados”...

Não, não sabemos, porque para cada um adotamos uma postura diferenciada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder a palavra ao Deputado Onix Lorenzoni para contraditar e depois decidir.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero contraditar com base na história do Parlamento.

Se essa regra valesse, de dispensar no momento em que o investigado, a testemunha, o inquirido manifesta o direito que tem de ficar calado naquelas perguntas que julgar que podem produzir provas contra si próprio, a CPI dos Correios não teria aprovado o Mensalão. Vamos começar por aí.

Na CPMI dos Correios, nós ficamos aqui – vou lembrar, existe gente que esqueceu –, por dez horas, oito horas, nove horas, com um só investigado sendo questionado pelos parlamentares.

E o que aconteceu, Sr. Presidente? Havia figuras muito hábeis, inteligentes, rápidas, mas as horas iam passando, e as contradições, aparecendo. E vários caminhos investigativos foram abertos na mão de Osmar Serraglio, que era o nosso relator. Eles se abriram por conta da frase mal colocada, quatro ou cinco horas depois de começar o interrogatório, depois de começar o questionamento.

A pergunta é: quantas vezes isso também se reproduz na vida dos tribunais? Se não fosse assim, bastaria para qualquer bandido – e aqui estou diante de uma testemunha, a referência não é à pessoa que está sentada aqui – chegar diante do juiz e dizer: “Não vou falar”. “Ah, está dispensado.” Acabou. E não é assim, Sr. Presidente.

Então, o que o Parlamento está fazendo, o que esta Comissão está fazendo? Primeiro, mudamos uma regra do jogo com o jogo em andamento; segundo, estamos tentando revoltar ao leito histórico das CPIs no Congresso Nacional e, particularmente, das CPMIs.

Vou lembrar, meu Presidente Alvaro Dias estava por aqui. Na CPI da Terra, houve depoimentos extremamente longos, por quê? Cada um passava o quê? A sua linha investigativa. O relator vai – vou concluir,

Sr. Presidente – e constrói o seu relatório, e membros da Comissão que concordem com uma linha diferente constroem seu voto separado. E isso vai ajudar depois o Ministério Público na investigação, porque vai tudo para o Ministério Público – o voto em separado e o relatório do relator.

E outra coisa importante – concluo, Sr. Presidente e agradeço a gentileza de V. Exa. –: quanto ao próprio salvo-conduto, como já foi dito reiteradas vezes aqui e como o próprio Ministro Peluso reconhece, o direito constitucional é a pergunta. É a pergunta. Ninguém pode saber o que vai vir como pergunta.

E já assisti aqui e em outras CPIs: perguntaram a data de nascimento, quando tomou posse na entidade, e a pessoa se negou a responder, porque era o jeito que tinha. Mas ela assim procedeu, porque – depois se viu, ao final da investigação – ela estava completamente enrolada, como foi o caso da esposa, da ex-esposa do Sr. Cachoeira, que se valeu aqui, depois de fazer um *speech* preparado... Ela se negou a responder às perguntas do Relator e às nossas, valeu-se disso para posicionar interesses da sua defesa e depois o silêncio dela condenou. Ela saiu daqui como testemunha e saiu, sem dúvida nenhuma, como altamente suspeita.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTD – RJ) – Sr. Presidente, uma reclamação com base no art. 95 da Câmara. É uma reclamação que tem que ser feita em cima dos fatos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Exa. com a palavra para a reclamação. Depois, o Senador Pedro Taques, Domingos Sávio, o Relator e eu decido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTD – RJ) – A reclamação é com relação à fala do Deputado Carlos Sampaio, porque misturou os conceitos que aqui apresentamos sobre o procedimento diante do depoente com conceitos próprios. Então as minhas razões, que peço que contem em ata, não são aquelas referidas pelo Deputado Carlos Sampaio, embora não nominalmente, mas claro que se reportando a todos que aqui falaram em direção contrária, que eu peço também que conste em ata essa reclamação que faço neste momento.

Em segundo lugar, o que está claro para mim é o que está sendo decidido agora não em relação ao Sr. Edivaldo. O que está se decidindo agora aqui é qual vai ser o procedimento diante do Sr. Cavendish, ou diante do Sr. Pagot, ou diante do Sr. Paulo Preto, ou diante de quem seja de coturno mais expressivo. É isso. Então esta matéria tem que ser, sim, reavaliada pela Comissão porque foi alterada com o jogo em andamento. A regra não é esta que a Comissão está utilizando: “Eu

não quero falar” e vai embora. Bom, mas se é isso, então, vamos parar de convocar? Vamos parar de convocar? A pessoa deve ter o direito, sim, de defesa e o direito de silenciar, sim, como disse o Deputado Carlos Sampaio. Então está visto que é necessário *habeas corpus*? Não, não está visto que é necessário *habeas corpus*. Eu não desacato a Constituição, eu a cumpro. Eu cumpro a Constituição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tendo em vista a menção que o Deputado Miro Teixeira fez ao Deputado Carlos Sampaio, eu terei que conceder, pelo art. 14, a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que o posicionamento adotado pelos que me antecederam agora na minha fala é aquele com o qual eu concordo. Eu fiz parte de CPIs como Sub-Relator onde a inquirição existia; sempre foi assim e acho correto que seja assim. Só que, nesta CPI, com o jogo andando ou não, decidiu-se o contrário. Foi um colegiado que decidiu o contrário. Se quiserem submeter à nova votação em outro momento – espero talvez que com mais quórum –, acho correto que submetamos a uma nova votação.

Agora, o que não se pode é adotar-se posicionamento diverso com pessoas que tenham *habeas corpus* idênticos. É essa postura que eu adoto dentro de um tecnicismo daquilo que foi definido por esta CPI. Acho, sim, que temos que ouvir, e permanecer aqui por nove horas, o Sr. Cavendish. Como também devesse permanecer aqui por nove horas o Senador Demóstenes, ex-Senador, como talvez devesse permanecer aqui o Sr. Pagot. Todos foram aqueles que antecederam os depoimentos de hoje – não me refiro ao Pagot nem ao Cavendish – literalmente dispensados; literalmente dispensados. E vou mais além, ao tentarem ingressar com uma ação no Supremo, tentando garantir o direito constitucional referido por ambos não conseguiram. A Ministra Rosa não deu acolhida, não deu guarida ao entendimento de ambos. Se ambos estivessem totalmente respaldados, certamente teriam ganho o mandado de segurança que impetraram.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTD – RJ) – (*Manifesta-se fora do microfone.*)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perderam.

Eu não o interrompi, Deputado Miro Teixeira, e V. Exa., mesmo assim, interrompe, o que é deselegante. É deselegante!

O que eu quero ponderar com V. Exa. é que, talvez pela minha formação de promotor de justiça, tenho esse viés técnico. Se colocarmos em nova votação, em uma sessão convocada para este fim, porque não é

correto que em uma sessão que não tenha sido convocada para este fim façamos uma deliberação agora, se colocarmos em votação, tendo inclusive a votar favoravelmente à mudança, radicalmente voto favoravelmente à mudança do procedimento desta CPI. Mas, até este momento, foi adotado esse procedimento e não me parece correto invertermos novamente, com o jogo em andamento. Detalhe, aqui sem votação de órgão colegiado; lá se inverteu com o jogo

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Liderança do Democratas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não há condições, Sr. Presidente. Se o Deputado Miro Teixeira ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero aqui pedir que todos respeitem o orador na tribuna e pedir ao orador que conclua. Há mais um escrito, e eu decidirei.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Carlos Sampaio...

Antas, eu peço que todos ouçam o orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu só quero me inscrever pela Liderança do. DEM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está inscrito pela Liderança e eu vou conceder esse tempo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela Liderança também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, aliás, aproveitando a deixa da fala de ambos, também me inscrevo pela Liderança, porque se vamos novamente mudar o procedimento de a pessoa falar enquanto Parlamentar e, depois, enquanto Líder., também falo pelo art. 14 e, em seguida, em respeito ao mesmo tecnicismo ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aliás, eu não usei o art. 14; também quero...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aliás, se V. Exa. pudesse me resguardar o direito de falar... Eu não o interrompi uma única vez, e V. Exa. fala conjuntamente comigo, numa deselegância que não lhe é peculiar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu não sou deselegante. É que V. Exa. está conversando comigo. Está se dirigindo a mim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não estou me dirigindo a V. Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deselegante seria não responder.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou pedindo a V. Exa. que me dê o direito de falar.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas o deselegante seria não lhe responder. V. Exa. está se dirigindo a mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. Fazendo soar a campanha.) – Deputado Miro Teixeira, eu só peço que nós possamos ouvir o orador na tribuna.

E concedo mais um minuto, tendo em vista que foi interrompido, ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero apenas lhe dizer que o meu direito é a fala de cinco minutos; eu sequer falei dois. V. Exa. não tem que me conceder mais um. Tinha que ter colocado o tempo de cinco minutos que é o tempo regimental que tenho pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu na verdade concedi-lhe um tempo de três minutos. Então, vou conceder-lhe um tempo adicional de dois minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu fui referido pelo Deputado Miro Teixeira em três oportunidades e em momento algum, em momento algum eu pedi, ou melhor, interrompi a fala dele para responder a ele. Ele está hoje numa impertinência, numa impertinência verbal que não lhe é peculiar.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu não sei o porquê. Não nos é permitido discordar de S. Exa, e eu discordo dele e acho que decisão colegiada tem que ser derrubada por outra decisão colegiada. E enquanto não houver uma decisão colegiada, permanece a decisão tomada pelo Presidente Vital do Rêgo, com votação nominal nesta Comissão.

Se se quer convocar uma nova reunião, convoca-se. Votarei com o entendimento do Deputado Onyx, com o entendimento do Deputado Miro Teixeira. Mudar agora não me parece correto. É proceder distinto para quem está numa situação idêntica.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O art. 14 eu não usei. Eu peço ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A referência que ele fez não foi ofensiva; não cabe, ao art. 14.

Eu passo a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou passar como o sujeito que não tem...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu só gostaria que o Deputado Miro me ...

Permita-me, Deputado?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, se eu presidisse a reunião, eu não lhe daria a palavra. Eu daria para mim, é claro.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como ele me franqueou presidir a reunião, eu lhe dou a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me dizer o seguinte: penso que aqui nós estejamos num falso debate, falso debate. A questão é a seguinte: desde a primeira manifestação que muitos aqui fizeram sobre esse tema, inclusive eu, eu afirmei e vou me reportar à minha primeira fala...

Posso, Sr. Presidente?: V. Exa. me permite? Senão, vou impetrar um HC para ter um salvo conduto no Supremo Tribunal Federal.

Desde o início, Sr. Presidente, nós estamos debatendo esse tema. Nós temos que entender que a Constituição garante o direito ao silêncio e garante ao juiz, ao delegado, ao presidente de comissão processante e administrativa, ao presidente de CPI e aos seus membros que façam perguntas a quem aqui venha. Agora, a Constituição não permite que quem aqui venha seja humilhado, menoscabado, desrespeitado, xingado. A Constituição não permite isso. Cabe ao presidente da CPI do processo administrativo disciplinar, ao juiz, ao delegado presidir. Quem preside tem que determinar que ele não possa ser humilhado. É o chamado poder de polícia na audiência. Então, não é preciso o Supremo Tribunal Federal determinar isso. Isso está na Constituição, na Constituição.

No caso do Senador Demóstenes Torres, de acordo com a Presidência, e eu levantei a questão de ordem, ele foi dispensado porque nós todos vimos o que aqui aconteceu. Cada Senador, cada Deputado tem que...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – ...cumprir, primeiro, a educação que está acima de qualquer Regimento. Depois, o Regimento Comum fala que devemos tratar as partes com urbanidade, com respeito, independentemente de quem seja.

Portanto, independentemente dessa decisão do Supremo ou de outra decisão do Supremo, entendo

que não existe coisa julgada em decisão de CPI. O Presidente tem de conduzir. O Presidente pode fazer as perguntas, bem como o Relator e nós, desde que não ofendamos a dignidade do cidadão que aí esteja. Fazemos 200 ou 300 perguntas dentro do prazo regimental, e cada uma delas ele vai respondendo: “Ale-go meu direito constitucional ao silêncio”. É possível? É assim que é feito. O juiz faz assim, o delegado faz assim. Mas, Sr. Presidente, não nos podemos transformar em criminosos, ofendendo o cidadão que aqui venha. Isso está na Constituição, está no Regimento Interno e, antes disso, está na educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O último inscrito é o Deputado Domingos Sávio.

Então, depois, vou devolver a palavra ao Relator e decidir sobre esse tema.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra a V. Exa..

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, vou ser breve. Acho que nem ocupo todo o tempo.

Foi muito feliz o Deputado Carlos Sampaio ao relembrar isso. E eu até acrescentaria que, além de ter sido uma decisão colegiada, muito bem conduzida pelo Presidente Vital do Rêgo, houve nessa decisão a fundamentação que aqui relembra, de certa forma, o Senador Pedro Taques, porque nós, no início dos trabalhos, nas primeiras oitivas, chegamos a passar por situações em que o depoente, valendo-se do direito constitucional de não responder, passou a ser alvo de até achincalhes, ou se percebeu claramente a tendência a desagraros, a manifestações das quais não tiro a legitimidade, mas que refletiam o sentimento político ora de um grupo, ora de outro. E o Presidente colocou em votação, não só para se resguardar o direito, o princípio constitucional de todo ser humano ser respeitado na sua integridade física e moral, mas também por questões de economia processual, pelo dever da eficiência na atividade pública, que é também um princípio a que não nos podemos furtar.

Diante disso, é óbvio que, se o depoente se recusa a falar – e isto foi aqui lembrado pelo Deputado Onyx –, ele pode, em dado momento, mudar de opinião. Em certa ocasião, inclusive, o Presidente Vital perguntou para uma das depoentes que aqui veio: “Poderia a depoente vir a responder algumas perguntas se julgar que elas não representam a possibilidade de autoincriminação?”. Aí a depoente concordou em falar, e, de fato, passamos a fazer perguntas, mas, na maioria das vezes, ela continuou não respondendo.

Acredito que até isso poderia ser uma alternativa da Presidência, que poderia se dirigir ao depoente e lhe perguntar se alguma pergunta ele viria a responder. Na hipótese de concordância, aí, sim, haveria aqui, quem sabe, nove horas de monólogos, eventualmente ele respondendo uma coisa ou outra.

Mas o certo é que não podemos mudar a regra a cada dia, a cada hora, a gosto de cada um dos colegas Parlamentares. Se for para mudar a regra, que ela valha para todos os que se sentarem aqui na condição de depoente ou de investigado. E eu sou a favor de que se mude a regra. Porém, não entendo que isso possa ser feito a critério da vontade de cada parlamentar, dependendo ainda de quem sentou nesse banco como depoente ou como investigado. Não se pode, dependendo do momento, responder de um jeito ou de outro.

Então, deve haver uma regra única, para que nós não cometamos aqui injustiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pela liderança, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não vou permitir a fala de líderes agora, porque compreendo que todos os que se inscreveram falaram. Vou deixar isso para o momento seguinte e passar a palavra ao Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é relevante! Peço um minuto a V. Exa. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já passei a palavra ao Relator Odair Cunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, acho que isso faz sentido. Vou insistir com o Sr. Relator e pedir um minuto, contado no relógio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu pediria só a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque eu vou ler aqui duas linhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas todos aqui têm esse papel em mão. Eu já passei a palavra ao Sr. Relator.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, só quero chamar a atenção para o fato de que, no salvo conduto e também no *habeas* do próximo depoente, o Ministro Cezar Peluso e o Ministro Luiz Fux dizem que o direito a silenciar se dá pergunta a pergunta. Isso está escrito! Então, vamos cumprir o salvo conduto que foi dado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, entendo que...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O que não pode é haver censura, Sr. Presidente!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria dialogar mais com o Sr. Edivaldo. Entendo que esse tema, gostemos ou não, é um tema decidido pelo colegiado da CPI.

Eu queria, na verdade, me dirigir ao Sr. Edivaldo, com a vênua dos demais pares, no sentido de que também ele vem aqui como testemunha e exatamente porque as interceptações da Polícia Federal dão conta de que o Sr. Edivaldo ou falou ou foi citado em mais de 500 ligações entre o bicheiro e o Sr. Edivaldo. Logo, o Sr. Edivaldo é uma pessoa do convívio da organização, especialmente do convívio do Sr. Carlos Cachoeira. Ele pode... A Polícia Federal, nos relatórios que nos chegaram, diz que o Sr. Edivaldo seria **longa manus** do Carlinhos Cachoeira dentro do Detran. Levaria recados de Cachoeira para o Governador Perillo e do Perillo para... Da cota. Da cota do Cachoeira no Governo. Ou seja, ele interveio em nomeações de interesse do Sr. Cachoeira. Pelas interceptações, fica isso evidente. De forma que o Sr. Edivaldo vem à CPMI e pode colaborar. Pode inclusive ter a oportunidade aqui de dizer que ele não... Que as imputações que lhe são feitas não por nós, mas pelos relatórios da Polícia Federal, não correspondem à verdade. Agora, é claro que a relatoria precisa ouvir isso dele.

V. Exa., pelo rito e pelo *habeas corpus* que V. Exa. tem, nós entendemos que V. Exa. pode permanecer em silêncio. Agora, é importante que tenhamos clareza que as relações de V. Exa. são relações muito fortes. Ninguém é citado numa conversa 500 vezes com uma pessoa e em diálogos, em alguns momentos, comprometedores. Seria uma oportunidade de V. Exa. aqui, como testemunha, não ter, ao final, algum pedido de indiciamento ou algo que o valha. Porque é importante que tenhamos clareza aqui que nós queremos, de uma vez por todas, jogar luz nas relações dessa organização do Sr. Carlos Cachoeira. E V. Exa. pode contribuir com o nosso trabalho nesta manhã, início de tarde. É o apelo...

É claro que o silêncio de V. Exa. poderá ser interpretado por nós como consentimento às imputações que a Polícia Federal faz sobre a pessoa de V. Sa. V. Sa. pode, então, colaborar com o trabalho e esclarecer os fatos em que o senhor está envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Indago ao Sr. Edivaldo Cardoso de Paula: em relação às questões que foram feitas, como V. Sa. procederá para a definição...

O SR. EDIVALDO CARDOSO DE PAULA – Mais uma vez, eu peço sinceras excusas a esta Presidência e a esta relatoria, a todos os componentes, mas, por

orientação de meu defensor técnico constituído, eu não responderei a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, está dispensado.

Chamo aqui a Sr^a Roseli Pantoja da Silva.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, Presidente, para elogiar o Relator enquanto entra. Parabéns, Relator, por ter feito essa exposição, que era para dar até um direito de defesa. E se V. Exa. quiser anotar, já sabe de cor, o art. 198 do Código de Processo Penal vai ao encontro do que V. Exa. disse, porque diz: “Art. 198. O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”. Então, para a formação do seu convencimento é que V. Exa. fez essa observação. E está de parabéns.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vanderlei Macris, enquanto aguardamos a chegada da Sr^a Roseli Pantoja.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, tendo em vista o debate em relação a essa questão e como houve realmente – eu quero dar razão ao Deputado Carlos Sampaio – uma decisão deste colegiado no sentido de que o procedimento seria este, eu queria sugerir ao Deputado Miro Teixeira que fizesse um requerimento à Mesa, ao Presidente e ao Relator, para que este colegiado debatesse o assunto novamente. E se for o caso, muda ou mantém a decisão anterior. É a única forma de mudarmos esse rito. Caso contrário, o Deputado Carlos Sampaio tem razão, há de se manter o rito com a decisão do Colegiado. E quero dizer ao Deputado Miro Teixeira que assinarei de bom grado, se ele fizer o requerimento, porque, realmente, isso não pode ser feito de maneira diferente que não seja pelo próprio Colegiado da Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, eu concordo. Terei muito prazer em ter a companhia do Deputado Macris. Agora, não há um rito a mudar. É curioso isso. Temos é que respeitar a lei, respeitar o Código de Processo, respeitar a Constituição e respeitar o exercício do mandato. Porém, talvez seja mais fácil fazer isso por escrito para o Presidente da Comissão e recolhermos até a maioria absoluta das assinaturas dos membros da Comissão. Acho que não é necessário, porém melhor do que discutir é resolver. Então, vou apresentar, sim, à Comissão, de preferência com a assinatura de todos.

Se V. Exa. ainda me permitir, quero me referir a companheiros queridos aqui, dizendo que presto muita atenção aos trabalhos da Comissão e à fala de cada

um, e quando algum companheiro me dirige uma pergunta, eu respondo na hora, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero que V. Exa. não mencione quem são os companheiros queridos, para que eu não tenha que dar o art. 14 a eles. Se puder fazê-lo pessoalmente depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O fundamental aqui não são os depoimentos de hoje. Urge essa avaliação. Na verdade, não é nem mudança de rito. Não há de se falar em mudança de rito. É o que está na Constituição, no Código de Processo Penal e no que foi reafirmado ainda agora pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não há de se falar em mudança de rito. O que está em jogo são os depoimentos do final de agosto: Sr. Luiz Antônio Pagot e Sr. Cavendish. Vai ficar muito ruim para esta Comissão o Sr. Cavendish sentar aí e, logo em seguida, ser dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou dar início. Já se encontra aqui conosco a Sr^a Roseli Pantoja da Silva, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 306, de 2012, CPMI Vegas, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sr^a. Roseli Pantoja, V. Sa. tem indicado vínculo com uma organização criminosa chefiada pelo Sr. Carlos Ramos da Silva. Esta é a oportunidade de V. Sa. falar sobre esse vínculo que lhe imputam. Então, gostaria de conceder-lhe 20 minutos. Indago se V. Sa. veio acompanhada de um advogado. Caso tenha vindo, ele tem assento a sua direita. Concedo, depois de esclarecida essa questão, o tempo de 20 minutos para que possa narrar os fatos que aqui são mencionados em relação a V. Sa.

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu não trouxe advogado. Estou aqui sozinha. O que tenho a dizer a vocês é que meu nome foi usado. Fiquei sabendo há 2 meses, mais ou menos, através de um jornalista, que meu nome estava envolvido. Só sei o que li na Internet. Não tenho nada, não tenho nenhum envolvimento com essa quadrilha. Sei que meu nome somente foi usado. Estou aqui para esclarecer o que eu puder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo, então, ao nosso Relator Deputado Odair Cunha. Em relação aos inscritos, vou respeitar a ordem de inscrição feita no período da manhã. Portanto, se V. Exas. quiserem saber, estão inscritos aqui, além do autor do requerimento, Senador Alvaro Dias, o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Onyx Lorenzoni, o Deputado Vanderlei Macris, o Senador Pedro Taques,

o Deputado Vanderlei Macris pela segunda vez, mas vou retirar a segunda inscrição, o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Domingos Sávio, a Deputada Íris de Araújo, o Deputado Miro, o Senador Randolfe, o Deputado Emiliano e o Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu quero me inscrever, Sr. Presidente. Ronaldo Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Ronaldo Fonseca.

Bom, eu, então, passo a palavra ao ilustre Relator, Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr^a. Roseli, a gente agradece a sua disposição de colaborar com os esclarecimentos dos fatos que de alguma maneira acabam por envolver o nome da senhora.

A senhora nasceu, cresceu, estudou onde? A senhora vem de onde?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu nasci aqui em Brasília. Eu cresci no Gama. Estudei lá até então. No caso, depois me casei, entendeu? Morei pouco tempo no Entorno, ali na Cidade de Novo Gama, e me mudei agora. Estou morando na casa do meu pai, que fica aqui em Brasília, no Recanto das Emas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual a profissão da senhora?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sou comerciante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora possui empresas registradas em seu nome? Quais empresas?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho uma só no meu nome, que é a minha loja. Ela não está ainda totalmente registrada, porque eu não estou podendo terminar a documentação, pagar um contador. Mas que eu saiba, só há uma no meu nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual é o nome dessa empresa?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – O nome dela é Will Kit Rock. É uma loja. Eu vendo produtos de rock. E a loja tem o nome.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E essa empresa não está registrada ainda?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ela foi registrada sim. Só não tem ainda uma inscrição estadual.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o CNPJ a senhora tem?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu não trouxe aqui comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a senhora tem o CNPJ?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Tenho. Tenho sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora pode nos encaminhar, então?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com certeza.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é procuradora de alguma empresa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é proprietária, na investigação da Polícia Federal... Antes. A senhora conhece o Sr. Carlos Cachoeira?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Sei somente o que vi na TV.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca o viu?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu apenas peço licença a V. Exa., mas eu deveria ter pedido a ela que assinasse um compromisso de dizer a verdade, apenas a verdade. Então, peço a V. Sa. que assine. Concorde com a assinatura desse termo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, concordando – obrigado, Senador Pedro Taves – eu devolvo ao Relator, Deputado Odair Cunha, a palavra.

Ela concordou em assinar, como todos aqui poderão assinar assim que estiver preenchido o termo. Então, prosseguimos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora conhece o Sr. Lenine Araújo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nunca ouvi falar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca ouvi falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Gleyb Ferreira da Cruz?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço. Nunca ouvi falar também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o Sr. Geovani Pereira da Silva?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço. Nem ouvi falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele teria sacado das contas da empresa da senhora oito, quase R\$9 milhões. A senhora nunca ouviu falar dele?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora é sócia da Empresa Alberto & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Segundo o que eu li na Internet, sim. Embora o meu nome seja Roseli com “i” e não com “y”.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora nunca...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Presidente, precisa alterar a placa com o nome da depoente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o CNPJ. E o CPF é bom.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ela é a Roseli. Não é o CNPJ.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O CPF da senhora é 045... Não. Melhor eu levar para a senhora.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu gostaria de ouvir.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, ela não confirma o CPF dela.

A senhora tem outro CPF?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu acho que formulada uma pergunta, dada uma resposta, eu não compreendo as razões das gargalhadas dadas ao fundo deste plenário. Primeiro, é um desrespeito para com a senhora Roseli e um desrespeito para com todos nós Parlamentares que estamos aqui.

Eu acho que não cabe esse tipo de comportamento de algumas pessoas aqui ao fundo deste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço respeito da audiência.

Nós vamos continuar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Uma questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria que fosse lido o número do CPF para que constasse dos autos, dos Anais da nossa CPML.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, é importante nós termos clareza aqui de que nós estamos tratando de uma empresa fantasma montada por uma quadrilha. Se a Srª Roseli vem aqui e diz que conhece o Sr. Gleyb, o Sr. Cachoeira e conhece o Lenine ou o Sr. Geovani, especialmente... Nós estamos num processo de legislação. Na medida em que ela vem aqui, não confirma o CPF que vou ler em seguida, fica mais evidente a complexa teia de relações e de crimes praticados por essa quadrilha. Agora, nós só temos uma forma de identificar se ela é quem... As investigações que nós estamos fazendo e que a Polícia Federal fez tem que perguntar é para ela. Por isso, eu indago à senhora...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Relator, a depoente tem carteira de identidade ou de motorista, para que o senhor possa verificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por favor, a senhora poderia apresentar a sua documentação?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas o número é... Como ela disse que não é o dela é bom que a gente diga qual é o número. É 045.048.931-00.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acho oportuno, Sr. Presidente, que ela se identifique.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora confirma esse CPF como sendo da senhora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Ela nos passa a ideia de que veio com absoluta boa-fé e acho importante a sua identificação completa porque ela...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou pedir para a senhora se identificar, por favor.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor, vim aqui porque, pelo que eu soube pela Internet mesmo, eles me procuraram num endereço que era meu. De fato eu estive lá. E constava que eu tinha dois CPFs e que um seria de Roseli com i e o outro com y. Por isso, eu estou aqui. Entendeu? É por essa razão.

Não estive na Polícia Federal para saber. Apresentei-me ao Senado para que eles... Estavam me procurando no antigo endereço, procurando antigos vizinhos meus. Então, por isso, achei que podia, com certeza, ser eu. Mas o CPF não é meu.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque uma prática da organização, é bom dizer, é a seguinte: eles pegam nomes, cruzam com outros CPFs, dão alguma margem de veracidade na medida em que pegam um nome parecido, com uma diferença pequena, como uma letra do nome, e põe o endereço onde essa pessoa já morou ou mora. Ou seja, é uma forma de configurar que é uma empresa fantasma da organização criminosa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas qual é o CPF da senhora?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu gostaria que a senhora se qualificasse, então. Nome, filiação, RG...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Meu nome é Roseli Pantoja da Silva, meu CPF é 690.508.131-00. A minha identidade é 1720514, tirada aqui no DF. Meu pai se chama Emanuel de Fátima Rodrigues da Silva e minha mãe, Hermínia Pantoja da Silva. Estou morando, como já falei, aqui em Brasília, no Recanto das Emas. Já morei no Entorno, no antigo endereço onde me procuraram. Mas o que eu posso falar, se precisar de mais alguma coisa, é isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Um esclarecimento: antes desses autos todos ocorrerem, desde a 11ª Vara Criminal, a senhora depoente já tinha ouvido falar da empresa Alberto & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu ouvi falar pela televisão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nunca... Ou melhor... Desculpa, sou eu aqui, olha. É que normalmente eu falo de pé em atenção às pessoas. Meus cumprimentos.

(Manifestação do Plenário.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sempre agradeço a colaboração do Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Deputado Miro, está registrada a sua preocupação e o relator fará a pergunta da preocupação de V. Exa. É que todos nós nos habituamos com V. Exa. falando de pé e hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora conhece o Sr. Gilmar Carvalho Moraes?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Conheço sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De onde a senhora o conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele é meu ex-marido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É seu ex-marido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem alguma sociedade empresarial com ele?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque ele seria sócio de outra empresa fantasma usada pela organização criminosa, a G&C Construções e Incorporações Ltda.

A senhora conhece alguma atividade empresarial do Sr. Gilmar Carvalho Moraes.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Ele é contador e, pelo que eu saiba, não teve empresa nenhuma. O que eu sei é isso. Tenho certeza de que ele não tem...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora se separou há quanto tempo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Tem dez meses.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora conhece o Sr. Carlos Alberto de Lima?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele seria sócio da senhora na Alberto & Pantoja. E sócio do seu ex-marido na empresa CG Construções e Incorporações Ltda., outra empresa fantasma.

Presidente, eu fico por aqui, na medida em que é bom ouvir um pouco os comentários dos meus Pares.

Mostra, claramente, o nível de envolvimento, de complexidade dessa organização criminosa, na medi-

da em que usa nomes, pessoas, para fazer uma movimentação milionária.

A empresa que está no nome da Srª Roseli movimentou R\$60 milhões, tendo recebido só da Delta mais de R\$27 milhões.

Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas quem fez a conexão, aí, Sr. Relator, foi o ex-marido. Então, tem de chamar o ex-marido, porque ele utilizou os dados dela para poder fazer o esquema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E sendo o contador.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente. Então, é mais um ex na nossa CPML.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar ao autor do requerimento, o ilustre Senador Alvaro Dias, pelo tempo regulamentar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, até prova em contrário, nós estamos temos de acreditar na palavra da depoente, mas queremos que ela contribua para que possamos acreditar finalmente.

Há um mistério que envolve o seu nome. Seu sobrenome é Pantoja. A empresa é Alberto & Pantoja.

A Polícia Federal informa que do desvio de 30 milhões, que a Alberto & Pantoja recebeu da Delta, a Polícia Federal informa que 5,2 milhões desse montante, em 66 operações, são atribuídos a Roseli Pantoja.

Se o seu sobrenome é Pantoja, a empresa é Pantoja, a senhora atribui a que essa utilização do seu nome? Ou seria homônimo?

A senhora não buscou nenhuma informação, antes de vir aqui, sobre as razões de o seu nome estar envolvido nesse esquema de Carlos Cachoeira?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhores, eu gostaria muito de saber como é que se faz isso, porque... Eu gostaria de saber como é um banco de dados de alguém do Governo que cede o nome da pessoa.

Eu não tenho nenhum conhecimento, não sei como esse nome foi parar. Não tenho, entendeu? Nunca conheci essas pessoas, não estive nesses locais, que, até onde eu sei, li pela Internet. Não tenho um centavo, nem sequer... Vou deixar de pagar uma conta para poder pagar um advogado para me acompanhar aqui, hoje. Não deu para mim, entendeu? E não sei te explicar, porque eu não tenho nada a ver. Não tenho, não tenho como te dizer: “Nossa, uma vez eu assinei.” Não. Não tenho como falar para o senhor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora conhece a empresa Pantoja Comercial de Confecções?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Polícia Federal coloca como sendo a senhora sócia dessa empresa Pantoja Comercial de Confecções.

Carvalho & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também seria sócia de Carvalho & Pantoja.

RV Distribuidora de Produtos de Informática?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Também não conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É atribuída também, uma empresa da qual a senhora participaria como sócia.

Center Prime Informática? Também não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não conheço.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Supermercado Gama Oeste?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – São cinco empresas de que a Srª Roseli Pantoja seria sócia, de acordo com o relatório da operação Monte Carlo.

A senhora, além de sócia da Alberto & Pantoja, seria sócia, também, dessas empresas.

Bem, as perguntas que faríamos à senhora ficam prejudicadas, porque a senhora alega que não é sócia, que não conhece, que não sabe.

Então, é evidente que nós não temos o que perguntar além do que já perguntamos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora... Em algum momento, o seu ex-marido, o Sr. Gilmar, pediu para a senhora assinar alguma documentação de constituição de alguma empresa, ou ele lhe deu alguma remuneração em razão da constituição de outra empresa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. A única coisa que, quando estávamos juntos – até um dos motivos da nossa separação -, foi que... Ele é contador, não é? Eu abri uma loja e ele fez a documentação da minha empresa que eu tenho hoje, atualmente. Eu dei uma procuração a ele, na ocasião, para poder ele abrir essa empresa, porque, segundo ele, facilitaria para ele. Eu não precisava ir a cartório para abrir empresa. Eu teria de trabalhar e ele: “Olha, você me passa uma procuração e eu abro a empresa para você e te entrego prontinha”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É a procuração com plenos poderes... Seria interessante que ela fornecesse cópia. A senhora tem cópia dessa procuração?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho como obter. Vou a um cartório, tiro segunda via.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim. Seria interessante que fornecesse ao Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem ideia de quando a senhora deu essa procuração?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acho que deve ter mais ou menos um ano.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi no ano de 2010?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não tenho certeza, mas eu acredito que não. Acredito que seja no ano passado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, no ano passado... A senhora está separada há dez meses. No início do ano passado, a senhora...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É mais ou menos isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque Alberto & Pantoja foi constituída em fevereiro de 2010.

A senhora vai nos encaminhar a procuração, não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Seria interessante, exatamente para conhecer a data dessa procuração e os termos dela – certamente com plenos poderes e não apenas para abertura de uma das empresas, de que a senhora confessa ser proprietária.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A senhora disse que não conhece o Cachoeira.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Alberto... Esse Alberto da Alberto & Pantoja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não conheço também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Relacionamento com políticos, seu marido tinha, à época, enquanto estavam convivendo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Olha, pelo que eu saiba, não. Tenho quase certeza disso. Ele tinha amigos, assim, do Entorno, mas são vereadores...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Políticos, não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não chegam a ser nada muito...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nenhum Senador?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nenhum.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Bem, Sr. Presidente, eu creio que... A impressão que fica é a

de que o ex-marido obteve uma procuração... Eu creio que a convocação do ex-marido da Srª Roseli agora é necessária. Ele deve depor aqui, evidentemente, a suspeição agora recaindo sobre ele. Pode ter usado o nome da Srª Roseli para a abertura de empresas. São seis empresas, Alberto & Pantoja e mais cinco empresas, de que a Srª Roseli é sócia. Portanto, cabe a convocação. Nós vamos já preparar um requerimento de convocação do ex-marido da Srª Roseli.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se me permite, Presidente. Enquanto o Senador...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Nós precisaríamos do nome completo do ex-marido da Srª Roseli...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu citei o nome aqui e ela me disse que é ex-marido dela, mas a senhora pode citar novamente.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Gilmar Carvalho Moraes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Gilmar Carvalho Moraes.

Obrigado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Com “e” no final ou com “i”?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com “e”.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está certo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator. Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria aproveitar...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator, por favor, só uma sugestão.

A Dra. Roseli tem parentes Pantoja em Goiás?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Relator e Sr. Presidente, só para completar.

Ela afirmou, de passagem, que uma das razões da separação teria sido essa procuração. Eu gostaria que ela detalhasse melhor. A senhora suspeitou que a procuração pudesse ser utilizada com outros objetivos suspeitos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É que, na ocasião que ele pegou essa procuração, ele abriu uma conta. Entendeu? Pegou empréstimo, deu vários cheques sem fundo, não pagou o cartão de crédito. Eu só fiquei sabendo com pessoas atrás de mim, me cobrando. Então, eu confiei nele para fazer uma coisa e ele fez outra. Entendeu?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não suspeitava de que ele estaria...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nesse assunto, não.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...indevidamente, abrindo outras empresas em seu nome?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, isso não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Parece-me que o Senador Alvaro Dias já fez o conjunto das questões...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já. Já encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E o Relator também.

Eu passo, então, ao primeiro inscrito, o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais pares, cumprimento a Srª Roseli pela oportunidade que nos dá de fazer esta inquirição. Para todos nós, parece bastante claro que o nome de V. Sa. foi utilizado de forma indevida. Mas eu perguntaria quanto tempo V.Sa. foi casada com o Sr. Gilmar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Uns 13 anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Treze anos.

Eu também perguntaria se seu ex-marido – se é do seu conhecimento – conhecia algumas das pessoas que foram referidas pelo relator. E eu diria quais são: o Sr. Cláudio Abreu.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Geovani.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Também não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Gleyb.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O Sr. Lenine.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – E o Sr. Rubmaier.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Eu só...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Que também trabalha como...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu li na Internet a respeito dele, mas eu tenho certeza de que não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nenhum deles?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A senhora, logo depois que aconteceu todo esse episódio aí de corrupção que veio à luz, foi procurada alguma vez por seu ex-marido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Nunca mais se falaram?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Na verdade, foi ele que me procurou a respeito do assunto, porque um jornalista tinha achado o número dele. Ele falou: “Olha, tem uma pessoa querendo te procurar a respeito do caso do Carlinhos Cachoeira”. E eu coloquei o meu nome lá na Internet e vi todas as matérias a respeito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas ele não comentou nada nesse telefonema: “Olha, qualquer problema você me procure, você me posicione”.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele demonstrou preocupação?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim, na verdade, um pouco talvez em relação a mim, porque ele falou: “Olha, está constando aqui que você tem muito dinheiro, essas coisas, mas...”

E numa dessas documentações, segundo a Internet, havia... Ele ficou preocupado porque tinha uma declaração de Imposto de Renda que ele teria feito para mim, dizendo que eu tinha R\$18 milhões e ele não fez aquilo. Ele se mostrou preocupado por isso. Ele achou que inclusive o problema era com ele. Mas, depois que eu fui ver, peguei as informações, era mais a ver comigo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O.k., estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Srª Roseli, como era a empresa em que trabalhava o Sr. Gilmar Carvalho Moraes, o seu ex-marido? Ele tinha uma empresa própria de contabilidade, ele trabalhava para alguém, como era? A senhora me conte um pouco a história disso.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele sempre foi autônomo, sempre fez serviços como esse, que aparecia, trabalhou assim em algumas empresas, mas mais como autônomo. Eu não me lembro de ele ter trabalhado numa empresa assim grande não, fichado, essas coisas, sempre como autônomo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nos últimos três anos. Então nós estamos falando de 2009, 2010 e 2011. Onde ele trabalhava? Qual era a empresa ou qual era o escritório de contabilidade?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele trabalhou no Novo Gama. Trabalhava também em casa, atendendo quem precisasse. Chegou a trabalhar até comigo, no primeiro ano da minha loja, porque lá são duas partes, dividimos juntos. Mas até então, nesses últimos tempos, sempre foi mais assim como autônomo, quando alguém ligava e precisava de algum serviço, em torno disso aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque fica claro, com as informações que nós temos, e agora casadas com as informações que a senhora dá, que aquela procuração que a senhora deu ao Sr. Gilmar ele usou para constituí-la sócia em várias empresas. E evidentemente que é lícito supor que para isso ele ganhou algum dinheiro, porque ele não faria isso de bom grado ou simplesmente para satisfazer algum amigo que ele tivesse.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora hoje, segundo os dados que temos, é sócia de quatro empresas. Não é uma, são quatro. E uma das empresas da senhora, por exemplo, movimentou volumes extraordinários, R\$17 milhões, R\$18 milhões, num único ano, sendo que esse Geovani...

Esse Geovani Pereira da Silva, o seu marido nunca falou do Geovani?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele tem muitos amigos, mas eu teria me lembrado. Nessa ocasião, ele nunca falou não, embora eu até me lembrei de um detalhe assim: quando aconteceu essa situação que estava envolvendo o meu nome, ele se mostrou preocupado porque, segundo ele, ele tinha sofrido uma... Ele devia algum dinheiro. Por isso que eu acho difícil que ele tenha ganhado muito dinheiro, porque ele nunca teve nada.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele tinha o hábito do jogo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, entendeu. Mas ele foi uma pessoa sempre que, como trabalhou como autônomo, não tinha muito dinheiro. E é claro que também um dos motivos da nossa separação não tem bem nenhum material. Tenho certeza de que ele nunca ganhou muito dinheiro. Mas eu me lembro de uma época em que ele devia muito dinheiro. Eu acredito que, na época, ele pode ter sido ameaçado, porque, no decorrer do nosso casamento, ele tinha muitos momentos em que tinha que ir embora, porque tinha gente atrás. Entendeu?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele é natural de onde? Onde esse rapaz nasceu?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Em Brasília.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele nasceu em Brasília?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, em Brasília. Nasceu em Brasília.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele nasceu em Brasília. Ele teve alguma passagem em algum Estado, no entorno de Brasília, ou ele sempre viveu aqui?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Nós moramos juntos no Novo Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Moraram no Novo Gama. E antes, quando a senhora o conheceu há 13 anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – No Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – No Gama. Sempre no Gama.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sempre no Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem é... Pelo que estou entendendo, a senhora tem a loja. E antes de ter a loja, a senhora fazia o quê?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sempre produzi coisas. Inclusive, para a minha própria loja faço algumas coisas para vender lá com exclusividade. Antes disso, eu sempre...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora costura?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso, exatamente. Faço bijouterias, confecciono muitas coisas que são vendidas na minha loja, entendeu? Então... A loja é pequena também, não é nada demais, fica aqui na... Quem conhece, fica atrás da Feira dos Importados. É um box. Não é nada assim muito grande e pago aluguel também. Não é meu propriamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, e qual era, nos anos anteriores, vamos lá. As empresas que a senhora é sócia, e que a senhora não sabe...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora está nos ajudando, porque nós todos estamos reconhecendo que a senhora foi usada. Então, o seu marido era seu marido, valeu-se da relação, pegou uma procuração de plenos poderes. A partir daí, nós estamos supondo que ele fez uma série de falcaturas, quando ele ou pagou contas ou recebeu pelas contas.

Mas a pergunta que eu queria fazer para a senhora é a seguinte: no período de 2010, quem é que botava dinheiro em casa? Era a senhora ou era o Gilmar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora tem carro? Ele tinha carro?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Não tenho. Eu não tenho também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pois não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora pode repetir o seu CPF correto? A senhora já falou.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim. É 690508131-00.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está bom. Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ok? A senhora lembra... A senhora disse que ele tinha muitas dívidas, o Sr. Gilmar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora se lembra de algum momento entre 2010 e 2011, quando ele dizia para a senhora que estava com muitas dívidas? E de que origem eram essas dívidas? Ele tomava dinheiro de agiota?

Por isso é que perguntei se ele tinha vício no jogo, porque o jogo é uma fonte de endividamento das pessoas. Como o jogo não é legalizado, elas vão a lugares irregulares. E essa quadrilha se organizou a partir do jogo. Pode até... Por isso é que estou lhe perguntando. Poderia até ser um ponto de contato dele com a quadrilha e depois a quadrilha cooptá-lo, até por dívidas de jogo, que a senhora está esclarecendo.

A senhora se lembra se tem um período em que ele teve que dar uma desaparecida, se tinha gente atrás dele? A senhora poderia, no tempo, nos dizer “Isso foi lá em 2009, 2010”. Só para termos uma ideia, para nos ajudar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele sempre teve... Com jogos, tenho certeza que não. Mas ele sempre esteve devendo muita gente, porque como ele trabalhava como autônomo, nunca tinha uma renda lá muito estável. E ele era uma pessoa naturalmente que bebia, chegou num período a usar drogas, por isso... Eu acredito que muita coisa pode ter vindo daí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E qual é o período que a senhora lembra que ele disse que estava sendo perseguido, que era... que ele teria que dar uma desaparecida? A senhora lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Olha, ele...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mês... Tentar pegar uma referência: Natal, Carnaval, essas coisas que... Páscoa...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Não teve nenhum momento em que ele chegou propriamente a desaparecer, mas às vezes ele falava “Se alguém vier atrás de mim, eu não estou, eu sumi, eu não moro

aqui”, entendeu? Sempre, né... Acredito que foi assim em torno, talvez, no começo de 2010, por aí.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Co-meço de 2010?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode ter sido.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele recorria a agiotas ou as dívidas dele eram com drogas mesmo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele já ficou devendo agiota, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Certo. E esse senhor, Giovanni, esse Giovanni a senhora não se lembra de ele ter comentado, falado...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Nunca.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Há alguns amigos dele com os quais ele convivia mais amigável que a senhora possa nos dar o nome? Pessoas que iam a sua casa, que iam ou jogar futebol, ou iam, não sei, beber no bar? Quem eram as pessoas com as quais ele convivia?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor, assim... Na minha casa não frequentava porque geralmente as pessoas que ele andava não prestavam. E eu não permitia. Então, eu sei que eram os vizinhos que também não valiam muita coisa. Posso até dizer alguns nomes agora, sim, de alguns que... Até nessa época, ele veio me falar que poderia ter prejudicado ele, que é um senhor chamado Valdeir. Não tenho o nome dele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aldeir?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Valdeir.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Valdeir.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Que era uma pessoa que ele acha que pode até ter prejudicado ele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Valdeir. Há algum outro que a senhora lembra que fosse uma pessoa que andasse bastante com ele nessa época de 2010, 2009, e que foi bem antes...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...da separação da senhora, além desse Valdeir?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – O senhor falou em Giovanni e eu acho que eu lembro de uma pessoa agora. Só que ele era um senhor, era grego, era de fora. Não sei se tem a ver.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Giovanni?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Mas ele nunca se deu bem com essa pessoa, não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele era um grego?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Grego, sim, natural da Grécia, sim. Mas eu não sei se tem a ver.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E ele disse para a senhora o quê?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, ele começou a ter um contato com essa pessoa, só que nunca se deu bem, nunca foram amigos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Mas eu me lembrei dessa pessoa agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Talvez ele devesse dinheiro para essa pessoa. Pode ser?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode até ser, mas eu lembro que ele não gostava dessa pessoa. Ele conheceu realmente uma pessoa chamada Giovani. É só para constar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele fez algumas viagens a trabalho no ano de 2010 ou 2011 que a senhora lembre?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Senhor, eu lembro que ele já foi assim ao Paraguai e algumas vezes para a Bahia.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E mais próximo, a Anápolis, a Goiânia?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele já foi, sim, por aí, a Luziânia, eu acredito, porque ele sempre teve amigos por lá. Há também um senhor com quem ele anda muito, que é o Gildo, que é policial civil do Goiás.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O policial civil do Goiás se chama Gildo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Gildo, isso!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Esse Gildo mora onde? A senhora sabe?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acredito que ele more em Novo Gama.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Novo Gama?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas ele é policial civil do Estado de Goiás?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Policial civil de Goiás.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Uma última pergunta: quem é uma pessoa da família do Gilmar que o acompanhou e que poderia nos ajudar com as relações que ele tinha de amizade...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem, além da senhora, no período do seu casamento – eu estou terminando –, em quem ele confiava; quem a senhora sabe que seria o amigo do peito, o confidente? Pode ser um tio, um avô, uma mãe, um pai. Quem

era a pessoa que, no convívio da senhora, o Gilmar se relacionava muito?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Da família, que eu saiba, ninguém. A família dele é muito simples, muito humilde mesmo. Eu acho que ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E das pessoas alguém foi padrinho, madrinha de casamento? Normalmente, quando a pessoa casa traz alguém que é do peito. Quem é a pessoa que, quando a coisa aperta, além da senhora – na época a senhora era casada – ele poderia recorrer que a senhora lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Olha, da minha família assim...Dele, como eu já falei, não acho ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Da família dele, ninguém.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ninguém.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei que ele tem poucos contatos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E algum amigo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Amigos são esses que eu falei. No caso, eu acho que uma pessoa mais próxima é o Gildo, um policial civil.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A senhora não sabe o sobrenome desse Gildo?

A SRª ROSALI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não?

A SRª ROSALI PANTOJA DA SILVA – Não, não tenho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E ele mora no Novo Gama?

A SRª ROSALI PANTOJA DA SILVA – É, eu acredito que sim; tenho certeza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está bem, Dª Roseli.

Muito obrigado. A senhora ajudou bastante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Onyx.

Passo a palavra agora ao ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eu queria primeiro agradecer à Dª Roseli pela presença, pela contribuição.

Não tenho motivos para não acreditar na sua palavra. Vejo que a senhora foi realmente usada por uma organização criminosa para que ela pudesse atuar na clandestinidade, sem a utilização dos nomes que integram essa organização, passando para a senhora essa responsabilidade por envolvimento do seu nome nessa empresa.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou chegando a uma conclusão aqui que eu quero deixar claro para esta CPI, que é de estarrecer. Até porque a Polícia Federal não fez o levantamento devido no cruzamento de dados e, principalmente, de informações sobre sigilo fiscal que esta CPI começou a fazer. A Polícia Federal não fez isso. E nós estamos chegando à conclusão, como se diz na gíria – na gíria, não –, como se diz uma **holding** que congrega várias empresas, eu estou chegando à conclusão, Sr. Presidente, nobres Colegas, que o Sr. Carlinhos Cachoeira é peixe miúdo nessa história; que a grande organização criminosa, que a **holding** dessa organização criminosa chama-se Delta. E vou dizer por quê. São 16 empresas até agora identificadas como empresas fantasmas que movimentaram quase R\$300 milhões. Está aqui o nome de todas elas. Os valores que cada uma delas recebeu: 36 milhões, 34, 33, 25, 7, 6 e tantas mais.

Agora, veja a Alberto & Pantoja, Presidente, aí com dados que o meu Partido, o PSDB, já levantou desses cruzamentos de dados. Nós temos aqui: uma empresa fantasma que fomentava atividades ilícitas para o Sr. Cachoeira e para a Delta. Esse sigilo bancário da empresa Delta quebrado revelou um aporte de 25 milhões para a empresa Pantoja, que é a empresa atribuída a Sra. Rosely. e engraçado, Sr. Presidente, que isso veio mês a mês. Os depósitos da Delta para a empresa Pantoja são: em maio de 2010, 2,2 milhões; em junho, 4 milhões; em julho, 1,6 milhão; em agosto, 2,4 milhões; e assim vai, 2 milhões, 1 milhão e o engraçado é que é mês a mês o depósito.

E aí tem mais: percebe-se que esses repasses iniciaram-se em maio de 2010 e estenderam-se até 2011. E mais: quanto às informações prestadas pela Receita Federal, nós verificamos inicialmente que a Alberto & Pantoja, apesar da relevante movimentação financeira em 2010, declarou uma receita bruta de R\$70 mil. E mais: diante de todas essas evidências de inoperância empresarial, cabe perguntar, então, a que título a suposta fornecedora da empresa Delta recebeu cerca de R\$25 milhões, notadamente no período eleitoral. E veja, Sr. Presidente, como uma empresa do tamanho da Delta, que movimenta contrato de mais de R\$5 bilhões com o Governo Federal, que tem essas empresas fantasmas pode acreditar pelo resultado estabelecido pela Pantoja como ela pode ser fornecedora de uma empresa como essa com repasses de milhões em milhões mês a mês?!

Então, eu chego a conclusão de que a Delta é a grande **holding** dessa organização criminosa, que o Sr. Carlinhos Cachoeira é peixe miúdo, e que não apenas ele deveria estar preso, não. Outros tantos dessa empresa Delta deveriam continuar presos, pois

quando a Polícia Federal deu suporte para prisão do Sr. Carlinhos Cachoeira, os valores da Delta não tinham cruzamento de dados ainda, como temos agora na CPMI – um trabalho, por sinal, excepcional que a CPMI está fazendo de cruzamento de dados sigilosos, que começam a chegar aqui à CPI.

Portanto, Sr. Presidente, como é que essa empresa Delta tem uma fornecedora com essa qualificação? Ela não procurou saber que tipo de fornecedora era essa, a empresa Delta? A empresa Delta não procurou saber, repassando 3 a 4 milhões, mês a mês, a uma empresa como essa, quem era essa empresa?!

Então, de onde veio o erro de concepção dessa questão? Vem da empresa Delta, que repassava dinheiro, sim, com finalidades criminosas, Sr. Presidente. É isso que tem que ficar claro. E essa Sra. Rosely Pantoja da Silva foi utilizada como uma das empresas fantasmas da empresa Delta!

É importante que se diga isso, Sr. Presidente.

E tem mais ainda. Aqui eu tenho, discriminados mês a mês também, os valores que foram apresentados a essa empresa. Quando analisamos as fontes de recursos da Alberto & Pantoja, verificamos que o valor da empresa Delta efetivamente aportou conta de suposta fornecedora da ordem de R\$27 milhões. E aí tem a relação de mais de cem beneficiários desse dinheiro da empresa Alberto & Pantoja. Tem aqui nome por nome dos beneficiários e cada valor que foi entregue, pelo cruzamento de dados que o PSDB fez aqui, a partir dessas informações.

Portanto, está caracterizado que a empresa Delta utilizava essas empresas fantasmas com finalidades criminosas e que o Sr. Carlinhos Cachoeira era um dos beneficiários dessa empresa. É isso que tem que ficar claro. E esta CPI tem aqui em mãos as informações. Ainda ontem a Polícia Federal disse que vai mandar como resultado final os cruzamentos de dados que o Relator vai fazer a partir de agora e, aí sim, nós vamos saber o tamanho dessa organização criminosa, que até agora não sabíamos, Sr. Presidente.

É por isso, D. Roseli, que a gente acredita que a senhora não sabia de tudo isso. Ou sabia? É a pergunta que eu gostaria de fazer.

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, senhor.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É evidente que não, evidente que não, Sr. Presidente. E, como ela, tantas outras pessoas foram utilizadas para servirem a essa organização criminosa chamada Delta. É essa a questão, essa é a mais importante, sobre a qual a CPMI tem que trabalhar, Sr. Presidente. Ainda há mais, além desses mais de 100 beneficiários dessas empresas, está aqui nome por nome que vamos entregar também à CPMI, existe uma outra questão:

o caminho do dinheiro do DNIT, que vinha via Delta e depois repassado para empresas como essa da D. Roseli – supostamente, D. Roseli – havia três bancos, basicamente o Bradesco, o HSBC e o Banco Safra. Essas empresas, Sr. Presidente, esses bancos é que recebiam esses valores extraordinários do DNIT. O quadro um, que temos em mãos, explicita três contas bancárias da Delta Construções que receberam recursos do DNIT nos anos de 2010 e de 2011. Essas contas bancárias receberam do DNIT R\$1,35bilhão nesses dois anos. As três agências estão localizadas no Rio de Janeiro. Essas agências recebiam os valores do DNIT e a Delta repassava para essas empresas fantasmas. É esse caminho do dinheiro que esta CPI tem que buscar, de onde veio e para onde foi. Esse é o maior desafio desta CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Passo agora ao ilustre Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Bom dia, D. Roseli, com “r”, Roseli com “i”.

A senhora tem carro?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tem apartamento próprio?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quantas vezes a senhora foi para o exterior?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nenhuma vez.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nenhuma vez?

A senhora tem fazenda?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O nome da senhora está no Serasa ou no SPC?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Infelizmente, sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. A senhora tem cartão de crédito?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho um.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual é o limite de gastos mensal da senhora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – O meu? R\$500,00.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – R\$500,00. Está certo.

Só tem um cartão de crédito?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Só um.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora tem filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Tenho, sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estudam em escola pública ou particular?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É privada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quanto que paga por mês?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu pago em cada um cerca de R\$300,00.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora passou uma procuração para o marido da senhora num cartório. Qual é o cartório?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei que fica no Venâncio 2000, aqui no Setor Comercial Sul, Bancário.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – No Venâncio 2000?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, isso. É.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Estou fazendo um pedido, Sr. Presidente, para solicitar a cópia da procuração.

O marido da senhora faz o que hoje?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele sempre trabalhou como contador autônomo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Autônomo?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele tem na casa dele... A senhora sabe onde ele mora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei onde fica a mãe dele, que eu acredito que é onde ele esteja.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele visita os filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Paga pensão?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele paga a escola dos meus filhos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ele que paga.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E por que a senhora não paga?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Bom, a minha renda é muito baixa, não dá para... Tenho outras contas em casa, então, ele ficou de pelo menos ficar encarregado de pagar a escola dos meus filhos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está certo.

O CPF da senhora, esse que a senhora forneceu, não recebeu nenhum real dessa empresa Pantoja, segundo...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com toda certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não recebeu nenhum real.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A senhora tem conta em quais instituições financeiras? Quais bancos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu sei, pelo que falei, relatei aqui anteriormente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, a senhora, a Roseli com “i”.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho uma na Caixa, que está devedora, porque eu, como eu disse antes, dei a procuração para o meu marido e ele abriu essa conta lá e fez um empréstimo e não pagou.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não pagou?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, não tenho mais perguntas, mas só concordando inteiramente com o que o Deputado Macris fez referência, esta CPI está demonstrando que o principal alvo dela deve ser a Delta. Dinheiro do Tesouro Nacional para a Delta, para empresas, pessoas jurídicas fantasmas e daí para pagamento de campanha eleitoral, Sr. Presidente, o fato é esse. O Cachoeira nessa relação é um instrumento só, o principal é a Delta, o principal é a Delta. E como essas pessoas jurídicas ligadas à Delta têm sede aqui no Distrito Federal, mas os valores vêm do Rio de Janeiro, mais uma vez não dá para nós circunscrevermos geograficamente as investigações desta CPI ao Centro-Oeste. Penso que esta CPI faria um grande serviço ao Brasil se nós continuássemos no afastamento do sigilo bancário daquelas pessoas jurídicas, como esta, fantasmas, que receberam dinheiro da Delta. Como uma pessoa jurídica, uma empresa, uma construtora, uma empreiteira que recebe do DNIT R\$5 bilhões negocia com empresas fantasmas? A pergunta que nós temos que responder é essa. Se nós vivêssemos num país sério, esse dono da Delta estaria preso, não só o Cachoeira.

Eu não tenho mais perguntas e, sem fazer juízo de valor, quero agradecer à senhora, que foi até agora a única – se não se comprovar o contrário – brasileira que veio aqui contribuir com a verdade entre Senadores, Deputados. Todos vieram aqui com advogados caríssimos. E é bom que existam advogados caríssimos no Brasil, é bom que existam. Mas a senhora veio aqui sem advogado. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo agora a palavra ao ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Parlamentares, lendo aqui o relatório que recebi a respeito da empresa Alberto & Pantoja,

temos claramente aqui uma empresa fantasma, criada nesse emaranhado de negócios ilegais que a Delta impôs para atender às suas demandas e grandes negócios junto ao Governo brasileiro.

Isto é importante destacar: Alberto & Pantoja, uma empresa laranja, encarregada de repassar dinheiro dos grandes negócios da Delta com o Governo Federal, com o Governo brasileiro, em grande parte.

E em grande parte, nós não encontramos respostas até agora. É o caso dos negócios com São Paulo, é o caso com os negócios do Rio de Janeiro, especialmente do Cedae, cujo requerimento hoje reapresentei ao Relator, pedindo a ele que traga para que seja votado e para que a gente busque as informações sobre esses contratos que envolvem milhões de reais. Sabendo também que, dos dados levantados ontem pelo Senador Randolfe Rodrigues, mais de R\$300 milhões foram abastecidos pela Delta com empresas laranjas.

E fica aqui uma coisa muito ligada a Brasília, a Goiás, direcionada a Goiás, que também tem que ser evidentemente investigado, mas se esquece do principal. E nós precisamos ir a fundo nisso, levando aqui em consideração o que o Deputado Vanderlei Macris acabou de apresentar.

Há aqui uma informação de que a Alberto & Pantoja, D. Roseli – e eu louvo mais uma vez a presença da senhora aqui, da forma como veio, espontânea, sem nenhum tipo de chicana, sem nenhum mágico do lado. Aqui vem gente cheio de mágico, e não só mágico como assessores. Aqui vem a assessoria toda para poder trazer a galera presente, para poder, inclusive, emitir juízo de valor sobre o trabalho da CPMI, como aconteceu com o Prefeito de Palmas, o Sr. Raul de Jesus, o tal de Raul Filho, que esteve aqui trazendo toda a sua equipe de lá. E eu não quero saber, e hoje ainda perguntei à Mesa, na época, se iria fazer alguma coisa com relação aos servidores públicos que estavam aqui no dia de trabalho, presentes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, deixando de trabalhar – aquilo que o dinheiro público deve exigir e cobrar o seu custo e benefício –, para fazer parte da galera do Prefeito de Palmas, cujo envolvimento deixou de dar resposta devida e presente da importância que é a resposta de um prefeito de uma capital, como o Prefeito de Palmas, o Sr. Raul de Jesus Filho, quando aqui esteve com a sua galera de assessores, paga com o dinheiro público.

O que chama a atenção – e a senhora evidentemente já falou do seu ex-marido – são os valores repassados pela Delta a Alberto & Pantoja. Em um ano, foram mais de R\$18 milhões. E, no total, mais de R\$30 milhões daquilo que se tem conhecimento. E aqui há uma informação – e não sei se alguém perguntou, pelo menos eu não ouvi –, de que a senhora

teria sacado R\$5,2 milhões em 66 transações desta empresa Alberto & Pantoja.

Esta é uma pergunta que gostaria que a senhora pudesse saber, se realmente esse dinheiro foi usado, se esse negócio foi feito.

Então, gostaria se a senhora pudesse informar alguma coisa sobre esses valores, se a senhora sacou, se foram 66 operações ou se a senhora não tem conhecimento de nada sobre isso.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu não tenho conhecimento. Eu li que realmente eu tinha sacado, na Internet, mas eu não... Não fui eu. Tenho certeza absoluta de que eu não estava lá, não peguei este dinheiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora, por acaso, sabe informar se seu ex-marido conhecia aquela pessoa já bastante conhecida como Dadá, o Sr. Idalberto Matias?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não posso dizer pelos conhecimentos dele, mas ele nunca falou a respeito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora também não sabe quem é?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não conheço. Não sei quem é.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o seu marido frequentava casa de jogos, conhecia pessoas do ramo de caça-níquel, alguma coisa assim, em Brasília...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – ...ou no entorno ou em Goiás?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Também não sabe. A senhora declarou imposto de renda nos últimos anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu, assim, como ele era contador, ele fez alguns para mim, talvez como isento, com isenção mesmo, mas nada assim como empresarial ou tendo alguma renda alta. Tenho certeza disso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora pode dizer quem é que fez as suas declarações de renda? As últimas pelo menos, dos últimos anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – As últimas foram feitas por ele.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ele quem?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Meu marido. Meu ex-marido, desculpe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Seu marido quem fez sua declaração?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Na época, meu marido sempre fazia. Algumas vezes, deixou até de fazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Deixou de fazer por quê?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Porque eu não trabalhava, era autônoma, então ele não fazia, porque não tinha, como se fosse, não havia importância.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E a senhora consentia com isso?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, eu não ficava sabendo, eu pedia para ele fazer: olha, já que você trabalha com isso, faz a minha, pelo menos, como isenta, alguma coisa. Ele ficava de fazer e não fazia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com todo respeito – a senhora sabe que aqui a senhora tem um respeito muito grande pela forma com que se apresentou e está aqui respondendo –, aí mora o perigo.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode ser que sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pode ser que aí more o perigo...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Embora, você não entenda...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Claro, com certeza. Mas eu gostaria de agradecer a senhora pela presença aqui nesta CPMI, reiterar a questão da Delta, acho que é de fundamental importância que... Por acaso, além do Idalberto Matias, o Rubem Maia, a senhora ouviu falar alguma vez como contador, próximo do seu marido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, eu tenho impressão de que ele não tem nenhuma amizade. Só vi mesmo porque olhei a matéria dele na Internet, depois da CPI na semana passada. Somente isso que eu sei dele. Eu não tenho amizade e acho que ele também não tem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero agradecer a senhora pela presença, reiterando que sem toda essa parafernália está aqui presente para poder dizer que, mesmo que tivesse em qualquer lugar, iria da forma como veio aqui, sem nenhum tipo de apoio, para dizer exatamente o que pensa e a verdade que está ao seu lado. Então, receba meus cumprimentos.

Mas gostaria de chamar atenção da Mesa, Sr. Presidente, Sr. Relator, temos aqui a espécie de um arranjo ou de uma quadrilha ou de um esquema montado em Brasília. Esta empresa Alberto & Pantoja foi registrada sob um CPF inválido. Quando se vai buscar o registro de uma empresa, evidentemente não se aceita um CPF inválido. Precisamos buscar mais informações, se é do cartório, se é da Junta Comercial. Temos que requerer, pois não é possível que uma empresa fantasma com CPF inválido consiga o registro no Distrito Federal e, com isso, vá fazer grandes negócios, utilizar contas bancárias etc. Então, gostaria que a Mesa, que

o Relator pudesse buscar as providências para esclarecer na Junta Comercial ou no cartório onde foi feito o registro dos documentos do contrato social dessa empresa, para a investigação estar atenta a detalhes cujos detalhes podem chegar a essa informação. Como o detalhe que foi dado aqui das declarações do imposto de renda da Dona Rosely. Acho que isso é importante para que possamos avançar na investigação com relação a esta empresa Alberto & Pantoja.

Diante disso, Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade e registro, mais uma vez, os parabéns pela apresentação da senhora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, apenas para deixar claro. Primeiro, na verdade, não foi que ela, o CPF não era, Deputado Rubens Bueno, não é que o CPF era inválido. Na verdade, eles usaram o nome da Sra. Rosely e cadastraram, em 9 de março de 2009, um CPF com o nome de uma pessoa parecido com o nome dela, trocando apenas o “i” pelo “y” e mudando também o nome da mãe, porque o nome da mãe da senhora é Hermina.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, eles colocaram outro nome de mãe e cadastraram um CPF. A partir desse cadastro... Talvez o problema esteja, é uma questão que precisamos olhar, não é que o CPF é inválido, o CPF era válido, o problema é o cadastro do CPF que foi cadastrado com uma pessoa com o nome parecido com o nome da senhora, em um endereço que a senhora e seu marido viviam. Então, o problema está no cadastro do CPF.

Isso precisa ser visto por nós.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Relator, esse CPF a Receita indica como inválido. Se o indica como inválido, temos de saber se, de fato, lá, naquele momento, houve o registro legal, se isso foi aceito como CPF ou não. Hoje, a Receita Federal o indica como inválido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É que, depois, vem a apuração. Mas estou dizendo do *modus operandi* deles. Essa empresa da Rosely, com “y”... O CPF nº 045.048.931-00 foi cadastrado em março de 2009, e, a partir desse cadastro, houve a criação dessas empresas todas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu só queria saber...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Por gentileza, Relator, eu só queria saber se o senhor vai buscar algumas providências. Sabe por quê? A questão do CPF... Se buscarmos os documentos dessa empresa, vamos ver que eles foram apresentados rasurados. Então, Sr. Presidente, aí deve haver – e, só for o caso, eu

requero por escrito – algum tipo de conluio com essa quadrilha, seja a junta comercial, seja o cartório, o que for. Temos de buscar essas informações.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Temos de requisitar a documentação. Isso pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se V. Exa. me permite, quero dizer que precisamos, entre as providências da CPI no seu relatório final, fechar mais a possibilidade de abertura de empresas no Brasil, senão, já, já, haverá uma empresa Bueno e Teixeira, que pode ser minha ou do Miro Teixeira, da qual não saibamos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, hoje, a forma de abertura de empresas pode tornar vulnerável qualquer cidadão brasileiro. Portanto, no relatório final, é preciso adotar uma providência a esse respeito.

Em relação à questão que V. Exa. colocou, Deputado Rubens Bueno, sobre o evento que tivemos aqui relacionado à vinda do Prefeito de Palmas, precisamos que V. Exa. o faça por escrito, para que seja votada a providência, porque não há como fazê-lo de ofício. Então, eu pediria a V. Exa. que recuperasse o acontecido, para que pudéssemos fazer isso. V. Exa. trouxe aquele tema, naquele momento, ao debate, mas nenhuma providência pode ser tomada se não for objeto de requerimento. Assim, gostaria que V. Exa. formulasse o requerimento para uma próxima reunião administrativa, se assim concordar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E quero saber se a empresa Bueno e Teixeira pode ser minha ou do Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – A nossa seria Teixeira e Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Seria Teixeira e Teixeira. Muito bem!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria fazer apenas mais uma pergunta.

A senhora conhece o endereço Quadra 44, Conjunto B, Casa 07, Setor Central, Gama?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora não morou nesse endereço?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta esse endereço também como o endereço da senhora e do Sr. Gilmar, o mesmo endereço.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu tenho um irmão que mora no Setor Central, mas, como não

falo com ele já há alguns anos por causa de uma briga de família, não sei o endereço dele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora tem um irmão que mora...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso! No Setor Central do Gama.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele mora no Setor Central do Gama?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso! Mas eu não sei o endereço.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A senhora não sabe dizer se ele mora na Quadra 44, Conjunto B, Casa 07?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Mas nunca morei lá.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora ao ilustre Deputado Domingos Sávio, que é mineiro, como o Relator.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Roseli Pantoja, primeiro, quero cumprimentá-la e quero destacar que, a exemplo dos demais colegas, não tenho razão nenhuma para não crer na sua sinceridade. Acredito que sua atitude, além de contribuir com esta CPMI, contribuirá, com certeza, para algo que é precioso na vida de todo ser humano, que é a preservação do seu nome, da sua integridade moral, dos seus valores. Portanto, minhas perguntas vão também na direção de tentar conseguir alguma informação que norteie nossa investigação, que é benéfica para o País, que, com certeza, interessa à senhora também e que, espero, poderá ajudá-la a se livrar dessa armadilha a que, pelo que tudo indica, a senhora foi levada.

Algo que seria possível cogitar seria o homônimo num primeiro momento, mas seria coincidência demais a esposa e o marido, como homônimos, participarem de empresas fantasmas. Então, fica configurado, no meu entendimento, que foi usado especificamente o seu nome, conforme a senhora aqui está dizendo. Então, precisamos buscar um pouco mais de informação.

A senhora disse que assinou uma procuração, mas disse ter sido no ano passado. As empresas foram abertas antes. A senhora não se lembra – ele era contador, a senhora disse que fez declaração –, não há a possibilidade de a senhora ter assinado algum outro documento de abertura de empresa ou alguma outra procuração anterior a essa? A senhora tem segurança de que não assinou?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, a procuração, como eu fui ao cartório, eu sei que passei lá, mas...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, mas só uma ou poderia ter assinado alguma que também nem tivesse sido em cartório. A senhora poderia ter assinado ou uma folha em branco para ele, alguma coisa assim para o seu marido, ou para alguém que tenha lhe procurado?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É possível.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – É possível que a senhora tenha assinado para ele algum documento.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É possível, pode ter acontecido sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Pode ter acontecido?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Pode.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Antes de 2011 a senhora pode ter assinado para o Sr. Gilmar.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora disse que foi casada com ele 13 anos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora tem filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Filhos com o Sr. Gilmar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ele é o pai dos seus filhos?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Exatamente.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Há 10 meses estão separados.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, mais ou menos isso.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Mas, naturalmente se vêem?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Sim. Eles vão ver...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Se encontram. Ele é pai dos seus filhos, então vocês de vêem.

A senhora já disse que ele se preocupou. Agora, ele fez alguma menção... A senhora disse que em uma época ele falou que estava endividado, que se procurasse ele não estava ali. Agora, nesse episódio, a senhora percebeu alguma preocupação dele no sentido de orientá-la ou de querer saber um pouco mais, ou até no sentido de saber se ele também... Ele manifestou que ele poderia ter dificuldade com isso?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – No começo, quando ele falou que os jornalistas estavam querendo falar comigo, ele achou que, na verdade, a situação era com ele.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ah, tá! Quer dizer que ele considerou que ele poderia estar envolvido. Ele já...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Porque ele achou que a situação era com ele. Ele falou, segundo ele, havia uma declaração do Imposto de Renda que colocaram o nome dele. Pelo menos eu vi na internet que ele fez uma declaração de que eu tinha 18 milhões, declarei em 2009. A preocupação sempre foi com ele. Mas quando eu coloquei...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Na internet tem isso? Dizendo que ele declarou que fez o Imposto de Renda com 18 milhões?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Tem lá. O Edmar Carvalho tinha feito uma declaração, em 2009. E ele preocupou. Achou que o problema era só com ele.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Esta empresa Delta, algum momento nos últimos anos, a senhora ou o seu marido ouvir falar,... A senhora já tinha ouvido falar em empresa Delta?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Nunca.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nunca.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – E esse Giovanni, a senhora diz ter se lembrado, durante o depoimento, de conhecer um Giovanni. Dentro dessa operação, existe a figura de um Giovanni que só ele sacou mais de 8 milhões dessa conta da empresa, que é atribuída à senhora. A senhora consegue lembrar um pouco mais sobre este Giovanni a quem a senhora fez referência?

Tenta nos ajudar aqui. É uma pessoa que demonstra um pouco mais de posse, tem carro próprio? A senhora se lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, o que eu sei dele é que ele, realmente, era um estrangeiro, ele é grego, e estava ilegal...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Estrangeiro com sotaque de estrangeiro?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Exatamente. Ele estava ilegal, inclusive, no Brasil. E ele tinha umas lojas em Planaltina. Atualmente eu fiquei sabendo que ele foi embora daqui. Está no Nordeste, né – entendeu? –, através de uns colegas. Mas era uma pessoa que ele não era bem amigo. Ele tinha um...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ficou sabendo que ele foi embora.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso. Fiquei sabendo, assim, que, na época não eram bem amigos. Eles tiveram um atrito, assim, eu acho que ele chegou a fazer algum tipo de serviço na ocasião, e acho que não recebeu.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Quanto tempo? A senhora se lembra?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Nossa, deve ter uns quatro anos.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Que ele foi embora? Não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Que ele...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Que ele teve negócios a uns quatro anos.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com essa pessoa, sim. Chegou a quase... Pensou em trabalhar com ele.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Agora, essa notícia de que ele foi embora é mais recente?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso. É pouco tempo. Dever ter uns dois, três meses.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Uns dois, três meses?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Isso.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – E onde que este Giovanni que a senhora conhece tinha loja?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Era em Planaltina.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora não lembra do sobrenome.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Ele tinha loja em Planaltina. A senhora consegue nos ajudar depois com o endereço, ainda que não seja agora?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É, pode ser que depois eu possa até...

O SR. DOMINGO SÁVIO (PSDB – MG) – Pelo menos para a gente tentar verificar quem é quem, porque, coincidentemente, o outro Giovanni está foragido também.

Eu vejo, Sr. Presidente, neste momento, Deputado Miro Teixeira, que conduz esta CPMI e alcança o cargo que merece, com certeza pela competência e pela experiência – e aí eu aproveito o momento para fazer uma pausa, uma reflexão e, em seguida, volto a me dirigir a nossa depoente, que, eu reitero, tem um papel importante para nos ajudar a esclarecer, embora não saiba da maioria das coisas, mas nós precisamos da sua ajuda, sim.

Sr. Presidente, veja bem: Deputado Miro, o Deputado Vanderlei Macris começou a fazer uma reflexão sobre o verdadeiro foco com que esta CPMI deve se dirigir. Olha, o país inteiro está acompanhando isso, a imprensa está acompanhando, mas, ainda que nós estivemos aqui apenas sobre apenas o sigilo de um trabalho, as nossas consciências não vão nos permitir seguir em frente se nós não aprofundarmos onde tem

que aprofundar. O Sr. Carlinhos Cachoeira já estão preso; os seus comparsas no crime e na atividade ilícita do jogo já estão presos vários deles, mas o roubo do dinheiro à Nação está até as entranhas envolvido nisso, a operação está clara.

A empresa Delta, que só nos últimos anos recebeu, e já se fala em R\$7 bilhões de dinheiro público, repassava dinheiro para diversas empresas fantasmas, mas não era esporadicamente, não, era uma coisa montada, estruturada. E a empresa Pantoja, por exemplo, cerca de R\$30 milhões, isso que nós já identificamos mês a mês. A empresa Delta recebeu, só nos dois últimos anos, 2010/2011, num levantamento preliminar, R\$1,35 bilhão do DNIT. Está aqui organizado, o dinheiro ia caindo na conta da empresa Delta, Deputado Ronaldo e demais Deputados, na conta dela lá no Rio, na conta do Rio que o Sr. Cavendish assinava – não é nada que fugia ao controle dele, não, da direção central da empresa – e era depositada sistematicamente uma parcela para empresas fantasmas. Ora, é evidente que é um conluio de comissão, de um percentual. É evidente! Olha, eu até quero chamar atenção, senão vai virar a história do mensalão: “Não, isso era só ajuda de campanha”. Não, isso é roubo do dinheiro público, é corrupção.

Sistematicamente os contratos da Delta com o DNIT eram feitos com licitações que já ficam na cara, eram disfarçadas as licitações porque eles eram sistematicamente aditivados muitas das vezes em mais de 100% – a legislação brasileira fala em 25% de aditamento. Contratos aditados em mais do dobro! Em seguida, o dinheiro roubado do povo brasileiro vai para os cofres da Delta e a Delta deposita nas contas das empresas fantasmas mês a mês. Só de empresas fantasmas que nós já identificamos, no primeiro levantamento, no início da semana, antes de ontem, eram 300, já chegamos a 450 milhões.

Ora, Sr. Presidente, nós precisamos de uma investigação profunda na Delta e precisamos também que a Polícia Federal nos ajude. A Polícia Federal fez um trabalho precioso com Carlinhos Cachoeira. Quando chegou na fase que envolvia figuras, senadores, deputados etc. que podiam fazer o tráfico de influência, era foro privilegiado, ela não aprofundou a investigação. Agora é hora de aprofundar a investigação na Delta. Já cassou o Demóstenes. Se tiver que cassar mais gente, que se casse, mas é preciso cassar a Delta e os bandidos dela. E é uma empresa que tem história... Tivemos notícias de que o Sr. José Dirceu foi um dos consultores contratados pela Delta. É esse o Brasil que estamos vivendo.

Eu queria, inclusive, Sr. Presidente, que nós façamos um requerimento à Polícia Federal para que a

Polícia Federal – e aí de maneira pontual – procure o Sr. Giovani Pereira da Silva. A empresa é fantasma, o Sr. Giovani Pereira da Silva respondia como contador. Ele sacou R\$8,65 milhões e sumiu. A própria Polícia falou que ele está foragido. Ora, se ele está foragido, não é possível! Eu acho que é preciso intensificar a busca para localizar esse indivíduo. É preciso um esforço maior em torno disso, porque nós vivemos uma situação agora que não há como...

Essa empresa continua prestando serviço no Brasil normalmente, está tudo normal, está tudo tranquilo! Ora, uma empresa que deposita na conta de empresas fantasmas milhões e milhões seguidamente não é chamada a dar satisfação? Nós vamos chamar aqui o Sr. Fernando Cavendish. Eu já estou vendo o filme: vai chegar aqui com *habeas corpus* e dizer: “Eu me reservo o direito de ficar calado”. Prende esse cidadão. Prende esse cidadão. Prende esse cidadão. É isso que nós temos que fazer. Não é Carlinhos Cachoeira só não. É prender quem está roubando dinheiro do País e usando o Carlinhos Cachoeira como sócio...

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Ultraminoritário.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É, um sócio minoritário no processo. Ultraminoritário, bem lembrado, Deputado Miro.

Portanto, eu quero apenas concluir aqui fazendo um apelo à Sra. Roseli. A senhora veio aqui como testemunha, mas está fatalmente envolvida no processo, creio eu, até que se prove o contrário, como vítima. Mas há um indicativo de que seu esposo, ex-esposo, possa ter algo mais a nos dizer. A senhora sabe nos dizer – a senhora tem estado com ele – onde ele está residindo atualmente?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acredito que ele esteja na casa da mãe.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Na casa da mãe dele? É aqui em Brasília?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Fica no Entorno do DF.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – No Entorno? A senhora conhece o endereço? Pode depois nos dar o endereço?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Sim, eu sei. Eu tenho como fornecer.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Isso pode nos agilizar. Obviamente, eu não tenho dúvida de que o nosso Relator deverá priorizar uma convocação para que ele venha e traga os esclarecimentos, até porque nós não queremos fazer juízo de valor antecipado, não queremos incriminá-lo antecipadamente. Queremos que ele venha aqui, tenha o direito de se defender, de esclarecer efetivamente porque o nome

dele, coincidentemente, está envolvido e qual foi a participação dele nesse processo.

Muito obrigado, Sra. Roseli.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Agora, a Deputada Iris.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, Sr. Relator, eu assisti, Sra. Roseli, e acho que V. Sa. também deve ter assistido, há algum tempo, a um filme cujo título é O Silêncio dos Inocentes, que consagrou inclusive o ator Anthony Hopkins. E aqui nós estamos assistindo, nobres Pares, a uma situação diferente. Aqui, para mim está bem claro, pelo depoimento de V. Sa., pela maneira como se colocou aqui na presença desta Comissão, totalmente desarmada, abriu o seu coração, falou o que tinha de dizer. Eu digo que os inocentes falam. Nesta situação que está acontecendo aqui nesta CPMI é que os inocentes... E V. Sa., eu quero fazer esta declaração, me convenceu: é inocente. E falou. E a grande maioria que veio aqui e que teria muito para contribuir nesta situação que tem demandado o nosso tempo em estudos, em escutas, em cruzamento de dados, procurando inclusive elucidar... Inclusive não. Nosso objetivo é a verdade. V. Sa. vem, cumprindo o seu dever de cidadã, sem advogado, e presta, Presidente, um depoimento que nos esclarece também, de alguma forma.

Vejo, neste momento, Sr. Relator, que esta CPMI ainda não tem as respostas que nós temos que oferecer à Nação. Nós ainda temos algum tempo de trabalho, em que poderemos chegar a uma conclusão para oferecer, através do relatório de V. Sa., uma resposta para uma situação em que o crime organizado usa pessoas inocentes como V. Sa., obrigando-a inclusive a vir até aqui prestar um depoimento.

Eu preparei perguntas para a Rosely com “y”, e não teria perguntas para a Roseli com “i”. Mas, de qualquer forma, vou fazer duas perguntas a V. Sa., pinçando das que eu havia preparado. Faço à Roseli com “i” as perguntas que eu havia preparado para a Rosely com “y”.

Por acaso, na sua casa, em algum momento... V. Sa. está separada há dez meses, mantém relações de amizade com seu marido, Sr. Gilmar, que acho que é quem deveria estar aqui prestando esses esclarecimentos.

A senhora ouviu o nome ou conheceu ou recebeu a visita ou captou algum telefonema ou algum recado de telefone do Sr. Lúcio Gutier? Esse nome não é...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, com certeza.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – ... familiar a V. Sa.?

V. Sa. conheceu ou também ouviu, da mesma forma, esse nome dito pelo marido de V. Sa., o jornalista Luiz Carlos Bordoní?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Apenas, conforme V. Sa. relatou, pela Internet deve ter acompanhado?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Com certeza. É isso.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu gostaria de encerrar, agradecendo essa disposição que V. Sa. teve de vir aqui, de falar, o que nos está fazendo falta nesta CPMI.

Eu tenho, inclusive, notícias – e está-me alegrando muito saber que outros que virão estão dispostos a falar. Acho que isso vai ser uma contribuição muito grande, para que possamos elucidar essa teia do crime organizado com agentes públicos – agentes públicos importantes –, o que têm nos deixando numa situação, inclusive, de desvantagem perante a população, que nos vê – nós, políticos – de maneira pejorativa. Nós temos consciência disso.

Eu agradeço a presença de V. Sa., consciente de que V. Sa. foi usada e é inocente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – O próximo a falar sou eu. Aí peço ao Presidente Paulo Teixeira para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Enquanto o Deputado Miro Teixeira vai até à tribuna, gostaria de fazer um comentário sobre esta reunião e sobre a reunião anterior, que fizemos com aquele contador de Brasília.

Qual é a impressão que tenho? Ficou muito fácil criar empresa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – No meu horário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Exa. ainda não chegou ao seu local de...

Ficou muito fácil criar empresa. Uma empresa como esta, Alberto & Pantoja, não declarava imposto de renda esses anos todos, pagava tributos. Além disso, esta CPI, um dos resultados dela, na minha opinião, é acabar, diminuir a possibilidade de empresas laranja no Brasil. Nós temos uma infinidade de empresas laranjas funcionando sem a fiscalização estatal.

Portanto, eu creio que esse seja o resultado, além do da investigação propriamente dita, da utilização, quem são os responsáveis, que finalidade, quem operou as empresas, além de esclarecer esses fatos e punir os responsáveis, nós precisamos ter uma legislação que impeça a proliferação de empresas dessa natureza.

Com a palavra, agora que já está no seu posto, o Deputado Miro Teixeira, que fala pela primeira vez à frente, sentado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E aqui eu não posso ficar de pé para não atrapalhar os outros. Quer dizer, inverteu-se a relação.

Eu cumprimento a D^a Roseli. E vou usar o meu tempo aqui para algumas considerações apenas.

Nós não temos que criar dificuldades para a organização de empresas no Brasil. Deve ser fácil organizar empresas. O que é preciso é tapar os buracos para acabar com as empresas falsas, laranjas, isso sim.

Então, já vimos aqui, em outros depoimentos, que há uma peneira, no Estado brasileiro, que permite a organização desses laranjais aí.

A procuração que D^a Roseli passou para o marido – disse ela mesma aqui – foi por escritura pública. Isso tem utilização ampla, até para compra e venda de imóveis, depende do que está escrito ali na procuração. Mas, por ser de escritura pública, vê-se que não era para uso trivial. No papel, pura e simplesmente, é uma procuração com instrumento privado.

Bom, aí nós vamos receber essa cópia ou a certidão, que será pedida em cartório pela CPMI presumo eu, e, se a senhora puder ajudar até, se tiver um número de referência, uma cópia em casa, que mande por **e-mail**, mande pela Empresa de Correios e Telégrafos do Governo brasileiro – essa funciona bem –, mas faça chegar. Nós vamos atrás, nós vamos achar essa procuração. Porque a Receita Federal pode ter até alguns de seus especialistas, seus dirigentes, convidados a vir colaborar conosco aqui um dia, convidados a vir colaborar e nos orientar sobre que providências nós devemos tomar por lei que eles não podem tomar pelo regulamento.

Eu já estou formulando verbalmente, Sr. Presidente. O Sr. Relator já disse que sim; então, acho que já pode sair o ofício daqui. O Dr. Dirceu, que está ali, pode preparar logo, de comum acordo com a Presidência, um ofício convidando o superintendente da Receita ou mandando ao Ministério da Fazenda, enfim, para designar ou nós aqui já podemos arrolar os nomes. Mas acho melhor pedir especialistas. O que não depende do regulamento, do Imposto de Renda, de outros regulamentos e que precisa de lei? De que lei precisa a Receita para esse laranjal acabar sem complicar a criação de empresas no Brasil, que é um dos países onde a criação de empresas é mais complicada?

Acho que isso, para mim, está claro, Deputado Macris, que nós estamos diante, a partir deste momento, da CPI da Delta. A CPI do Cachoeira acabou. A CPI do Cachoeira está concluída, porque o processo na 11^a Vara Criminal já está em fase final. Eu vi, outro

dia, que o Cachoeira tinha ido depor e até se recusou, também, a falar, mas, enfim... Há os ritos processuais que são seguidos e o recolhimento dele à cadeia revela que não há uma postura muito reconhecida pelo Poder Judiciário em favor dele. Então, acho que a CPI do Cachoeira... Já está visto aí o Cachoeira o que é. Agora estamos batendo nos Alberto & Pantoja. De repente, o Cachoeira passa a ser o menor agente.

O Cachoeira, agora, é um problema da polícia, é um problema da justiça criminal. A Delta, não. E não é por ser a Delta deste Estado, daquele Estado não. Mas é porque, de repente, há uma mega possibilidade, dentro de empresas aparentemente saudáveis, de se tornarem as piores delinquentes. Os piores delinquentes! Lança-se a culpa sobre diversos agentes públicos em muitas oportunidades. E sempre se deixa de lado esse pessoal do punho de rendas, que, a rigor, a rigor, conduz a quem interesse e a quem melhor aproveite esse tipo de organização criminoso.

Acho, Sr. Relator, que a nossa dedicação tem que se concentrar agora muito na Delta. Aqui, eu vou provocar o PSDB. Pelo que eu soube, o PSDB fez, e fez muito bem – eu até propus que, se eles aceitassem, nós, do PDT, poderíamos nos consorciar –, uma assessoria privada de trabalho com software de cruzamento, que é o DW e o I2, se não me engano – DW, **data ware**. E eles não contrataram uma não; contrataram duas ou três. E já há dados estarecedores. Por isso estou dizendo que isso agora é a CPI da Delta.

Eu não sei se devemos esperar algum momento que possa ser espetacular. Não é pelo PSDB que estou usando a palavra espetacular. Estou falando no sentido etimológico mesmo da expressão – tanto que o PDT se consorciaria para pagar essas despesas. Mas, se nós devíamos logo ter acesso ao que já resultou desses cruzamentos, na primeira oportunidade que o PSDB considerasse legítima, boa, para nós não ficarmos muito em cima da hora e nos impedir avanços. Avanços em quê? Na CPI da Delta.

Nós não podemos, regimentalmente, mudar o título da CPI sem requerer todas aquelas assinaturas de novo. Seria uma encrenca. Talvez possamos fazer um aditamento. Mas o PSDB pode pensar nisso.

E nós agora vamos nos entregarmos a essa tarefa que é inicial ainda, essa está começando. A outra, vou lhe dizer, já se esgotou.

O Carlinhos Cachoeira, daqui mais algum tempo, vai ter a sua sentença e, pelo que se vê daqueles autos, não vai ser uma sentença leve, não. É coisa de 20 anos para cima de reclusão. E nós vamos ficar discutindo aqui a CPI do Cachoeira? Não. Vamos olhar a Delta agora, para reforçar. Já temos elementos, e é só

olharmos as observações das experiências passadas. Isso já nos permite ver esse uso de laranjal.

O Senador Randolfe já levantou muitos dados sobre essas transferências de recursos para empresas fantasmas ou para laranjas e, se nós conseguirmos fazer essa aliança surpartidária, na CPI da Delta, e trazermos logo para a Comissão, para conhecimento do relator, para apreciação do relator, para trabalharmos juntos, a rigor, acho que nós poderemos dar uma contribuição maior ao nosso País, na recuperação dos conceitos de respeito àqueles que querem trabalhar realmente, criando-se facilidades para os que querem trabalhar e produzir, agora, dificultando esse laranjal que estamos vendo aqui, a cada momento, produzindo vítimas.

Está aqui uma pessoa perdendo o seu tempo, e eu não sei se tem até condução própria para voltar para casa. Mas eu acho que a Comissão pode oferecer.

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Já me ofereceram.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já ofereceram, não é?

Saiba que a senhora, como todo cidadão e cidadã, pode vir ao Parlamento sem *habeas corpus*, com ou sem advogado, é uma opção, mas sem *habeas corpus*. Os primeiros a sofrerem quando existe uma ditadura no Brasil, entre os Poderes, é o Parlamento. É o primeiro a ser fechado. Ditaduras brasileiras têm maneiras diferentes de controlar o Supremo Tribunal Federal, como a ditadura de 64 teve, até atingindo ali os direitos de três ministros. Em outros lugares, altera-se o número de membros. Os parlamentos são fechados. Então, nós sabemos o que é ser perseguido.

Fitemos a Constituição feita dentro desta Casa, numa Assembleia Nacional Constituinte, que nós somos os primeiros a defender.

A senhora chegou sem um advogado, mas, quando se sentou aí, havia pelo menos 32 aqui para defender os seus direitos.

Muito obrigado pela sua presença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, só para concluir. Falei alto dessas três consultorias do PSDB porque, se não concordarem em divulgar para nós e compartilhar, eu tenho a impressão de que a imprensa vai tornar a vida do PSDB num inferno. O meu objetivo foi esse. Se não prestaram atenção, eu estou falando agora para evitar que transformem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Compartilho dessa preocupação e do pedido também.

Passo a palavra agora ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sra. Roseli, boa tarde.

A maior parte das perguntas já foi feita. Na verdade, vou só completar.

Já lhe deve ter sido perguntado, mas eu só queria reiterar. A senhora foi casada por quanto tempo com o Sr. Gilmar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Na verdade, eu não sou separada legalmente, né? Se for contar por isso aí. Separei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O tempo de convívio conjugal?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Por uns 13 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Treze anos.

Nesse período, em algum momento, a senhora teve conhecimento do contato dele ou de relação dele com o Sr. Adriano Aprígio?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Ele conhece um Adriano, mas eu não sei o sobrenome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele conhece um Adriano?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – É. Eu não sei o sobrenome dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

A senhora não chegou a presenciar nenhum encontro entre ele e o Sr. Adriano?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não chegou a ver quem seria o Adriano que ele conhece?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O Sr. Francisco de Assis. A senhora tem alguma informação de algum contato dele com o Sr. Francisco de Assis?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O Sr. Gilmar de Oliveira Cabral?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

A senhora, por estar aqui de livre e espontânea vontade, inclusive faz corar de vergonha todos os deponentes anteriores.

Já passou por aqui, Deputado Miro, Senador da República. Já passaram por aqui empresários, secretários de Estado. Antecedeu a senhora um diretor. O chefe de uma Autarquia de um Governo de Estado. E se acovardaram, se acovardaram! Trouxeram e pagaram os advogados mais caros que há neste País.

Como disse o Deputado Miro, não é demérito, não. Advogado, pelo seu serviço tem que ser bem remunerado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

E a senhora vem aqui de peito aberto para conversar com todos nós. Não trouxe advogado nenhum. Com disposição. E o seu depoimento é fortemente convincente para todos nós aqui.

Como disse o Deputado Miro – faço minhas as palavras do Deputado Miro – o seu advogado tem que ser os que estão aqui, porque salvo melhor juízo – e reitero, salvo melhor juízo – a senhora foi uma vítima. Mais uma vítima dessa organização criminosa.

A sua presença e o seu depoimento aqui, que ao mesmo tempo é corajoso, no mesmo momento é também esclarecedor, porque mostra o grau de crueldade dessa organização criminosa de usar pessoas. Já falaram de sequestro e tal, mas usar pessoas, usar a boa-fé das pessoas e burlar as instituições do Estado Democrático de Direito mostram como se comporta essa organização.

De fato, desde ontem esta CPMI está numa fase nova. Esta CPMI tem que apontar para o esquema. E a cabeça do esquema é Delta e Sr. Cavendish.

Ontem, estivemos na Polícia Federal. Um grupo de Parlamentares estivemos juntos na Polícia Federal. O importante, ontem, da visita à Polícia Federal foi a Polícia Federal se dispor a já ajudar a CPMI nas investigações.

Então, Sr. Presidente, eu creio que é para agora, é para já. E para já nós precisamos do apoio da Polícia Federal.

Do Sr. Cachoeira nós já sabemos. Sabemos das suas relações, do nível de suas relações no Centro-Oeste do País; do nível de suas relações notadamente com o Governo do Estado de Goiás. Falta esclarecer até onde ia, no limite do Centro-Oeste. Se somente em Goiás, Tocantins. Sabemos.

Então, cada vez nos são trazidos mais *modus operandi* do esquema do Sr. Cachoeira. Mas o Sr. Cachoeira está bem guardadinho lá na cela da Papuda. Ele. E daqui a pouco, como já foi dito, nós vamos para o procedimento judicial em relação a ele.

Agora, essa cela na Papuda está incompleta. Parece-me que aquele senhor que vai depor aqui no

final do mês, o Sr. Fernando Cavendish, deveria também estar ocupando uma cela de igual porte. Eu sei que ele deverá vir aqui. E já deverá vir aqui com a presença dos melhores advogados. Até já sei o rito com que ele deve proceder. Ele vai utilizar no direito constitucional do silêncio e nele se escorar. E eu espero que até lá, nós, aqui nesta CPMI, tenhamos avançado para garantir a prerrogativa, também constitucional dos Parlamentares, de inquirir o Sr. Cavendish.

Sr. Presidente, permita-me dizer que é injusto nós mantermos dona Roseli aqui por duas horas, e ela com a melhor das boas vontades em responder a todos nós Parlamentares. Vir aqui sem advogado, uma cidadã brasileira, que trabalha aqui na Feira dos Importados. A CPMI vai ter que dispor até de carro para transportá-la de novo para a sua residência. E o Sr. Fernando Cavendish, responsável por nós termos que convidar a Srª Roseli para cá, algoz da Srª Roseli e algoz de milhões de outros brasileiros – porque a corrupção tira dinheiro da saúde, tira dinheiro da educação, tira dinheiro do investimento –, vir aqui. Aí, vem daqui a duas semanas o Sr. Fernando Cavendish, assenta-se aqui, com toda a sua arrogância, talvez pagando uma das melhores bancas de advogado do País, e diz que vai usar do direito constitucional ao silêncio. Logo em seguida, ele sai dispensado, rindo de nós, enquanto uma brasileira como a Dona Roseli vem aqui e se dispõe a responder a todas as perguntas.

É incorreto, é injusto esse comportamento e esse procedimento. E por isso é que nós temos que utilizar o rito. O rito não é o que nós votamos, é o rito que está na Constituição, da prerrogativa de perguntar.

Então, Sr. Presidente, eu pergunto ainda para a Dª Roseli. A senhora veio aqui livremente, dá para perceber isto, a sua disposição em colaborar. A senhora se sente ou se sentiu ameaçada, com receio ou com medo ao vir aqui? Ou com medo depois do seu depoimento aqui? Tem algum receio?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A senhora sabe que, se for necessário, a senhora pode utilizar um direito que a senhora tem, que é do Programa de Proteção a Testemunhas. A senhora acha que é necessário a senhora ser incluída nesse programa, para garantir a sua integridade física?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Eu acho que não. Não sei o que pode... Assim, usaram o meu nome, mas eu espero que não. Espero viver a minha

vida normalmente e espero que hoje tenha sido esclarecedor, não é? Espero que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu tenho certeza de que é opinião do Sr. Presidente e do Sr. Relator esta CPMI se colocar à disposição de V.Sª para, em decorrência deste depoimento e a senhora se sentir de alguma forma ameaçada, ter desta CPMI todas as garantias para a sua segurança, sua integridade física e dos seus familiares, filhos. Enfim, acho que isso é o mínimo que esta CPMI pode dispor para V.Sª

Eu não tenho mais perguntas para V.Sª O seu depoimento foi esclarecedor para todos nós no sentido de encontrarmos quem é responsável por tudo isso. Esta CPMI, a partir de hoje, tem uma fase nova. Esta CPMI é para investigar os laços dessa empresa criminosa que se chama Delta.

A fase em relação ao Sr. Carlos Cachoeira, no meu entender, já está conclusa. Vamos avançar agora para saber quem é a grande responsável por montar empresas laranjas, quem é responsável por um esquema bilionário de desvio de recursos do Erário Público. E toda a investigação que nós temos conduzido leva à empresa Delta e leva ao Sr. Fernando Cavendish.

Muito obrigado, Srª Roseli. A senhora envergou um monte de marmanjos, um monte de empresários corruptos deste País que passaram por esta CPMI, com sua coragem e sua disposição para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Senador Randolfe, antes de passar para os próximos inscritos, quero pedir que nós aproveemos a Ata da sessão anterior.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Presidente, permita só uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, mas eu já estou em um procedimento de votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeitamente. Está O.K., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Da sessão anterior. Nada a opor?

Eu quero saber se alguém...

Está dispensada a leitura.

Não havendo quem se opõe... *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só pela ordem, uma questão rápida aqui e muito oportuna, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir a colaboração da Srª Roseli, porque há certa dúvida pelo fato de que a senhora chegou a conhecer um Geovani. E nós temos um Geovani Pereira da Silva, que figura nos autos como contador, e eu gostaria de pedir se a senhora poderia ver a foto desse Geovani Pereira da Silva, que há disponível até

na Internet, para ver se a senhora o conhece. A senhora pode, por gentileza... Permita-me, Presidente, a assessoria levar à depoente para que ela verifique se conhece, se já viu a figura que é dada como Geovani Pereira da Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, a mesma solicitação...

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não é essa pessoa. Com certeza, não é essa pessoa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nessa edição usaram como fundo uma paisagem do Rio de Janeiro, que não tem nada a ver. *(Risos.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – A senhora conhece um tal de Marcelão, policial civil? Já ouviu falar desse nome, desse policial federal?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não conheço e nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não conhece e nunca ouviu falar?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, não ouvi falar não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra ao Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputados e Deputadas, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a Srª Roseli Pantoja da Silva pela atitude séria, sincera, correta, pela lição de procedimento dada nesta CPI àqueles que, como já disseram os outros Parlamentares, Deputados e Senadores, tiveram um comportamento completamente distinto daquele que a senhora apresentou aqui. Eu diria que é um pronunciamento, uma atitude emocionante para todos nós, pela correção, pela sinceridade, por não se recusar a responder nenhuma pergunta, por dizer: “Sim, conheço; não conheço; sei isso; o nome não conheço completo, mas sem quem é; mora ali; não sei...”, mas tudo a nos parecer muito verdadeiro. Faço esse primeiro registro.

O segundo é sobre esta nossa CPI, que, penso, consolida uma posição diferente de várias outras CPIs nesta Casa, que é o da investigação profunda e, ao mesmo tempo, simultaneamente, uma atitude de respeito a quem quer que sente aí nessa cadeira. Mesmo que eu apoie a mudança de rito que foi proposta aqui hoje, mesmo aos que se recusem eventualmente a falar – é um direito constitucional – nós sempre teremos, como disse o Deputado Miro Teixeira, uma atitude respeitosa. E muito mais com uma pessoa como a senhora, que que ajuda a formar esta nova cultura de que ninguém está aqui para condenar previamente ninguém.

Os elementos que nós tínhamos aqui davam-na como profundamente envolvida na quadrilha do Cachoeira, davam nessa situação. E, ao chegar aqui

absolutamente tranquila, serena, querendo dizer só a verdade, isso foi desmontado. Ao mesmo tempo, esse depoimento, pelo que ele tem de revelador, ajuda-nos muito. Ajuda-nos a compreender mais como é que uma organização criminosa, neste caso chefiada pelo Sr. Carlos Cachoeira, consegue controlar um governo, um governador – o Governador de Goiás e o Governo de Goiás –, nomear secretários, controlar a polícia, exercer a violência, como comprovado está, da maneira mais variada, acionar, chantagear juízes ou tentar chantagear juízes, colocar um Senador, aparentemente pregador, como seu serviçal completo, envolvendo uma ampla teia de crimes que não só alcança Goiás – e alcança Goiás por inteiro, e as instituições goianas por inteiro, e o Governador por inteiro – mas também chega a outros Estados.

Creio que tudo isso nos vai sendo revelado, e esta CPI já avançou bastante nessa direção. Tudo isso me parece ficou muito evidente. Digo isso para que a gente não caminhe na direção de uma espécie de... Ao levantarem, e corretamente, com o nosso apoio, a situação e a ação da Delta, pretende-se uma espécie de absolvição do Carlinhos Cachoeira em vários pronunciamentos que ouvi aqui. É como se ele não fosse um absoluto chefe de quadrilha e com envolvimento amplo não só no Estado de Goiás, que ele controlou. É algo impensável controlar um Governador e um governo do jeito que ele controlou, e um Senador do jeito que ele o fez. E, além disso, neste caso, usar um CPF e agredir, da forma como está agredindo ainda, uma pessoa como a senhora, ao usá-la e ao colocá-la numa situação de absoluto constrangimento. Ninguém gostaria de vê-la assim, muito menos nós, mas hoje tenho certeza de que a senhora sai daqui muito engrandecida, valorizada, tendo resgatada a sua dignidade diante do povo brasileiro. A senhora hoje deu exemplo de cidadã, de força, de dignidade moral, de coragem diante do povo brasileiro, porque se trata disso.

Neste momento, o povo brasileiro a ouve, e isso vai ter a repercussão necessária. Vê-se, pela sinceridade e pelo patrimônio que tem, pelas dificuldades que enfrenta, aqui reveladas, na sua pequena família, por você própria – desculpe-me pelo você, deveria chamá-la sempre de senhora –, a sinceridade e a verdade de suas palavras.

Quero ressaltar que, neste caso específico da Operação Monte Carlo, que pega a Pantoja – que não tem nada, é outra empresa; insisto que já todos nós aqui compreendemos a utilização criminosa do seu nome –, na Operação Monte Carlo, que investiga a Pantoja, essa empresa laranja, para que a gente não mistifique e tente absolver um criminoso como o Cachoeira, um terço dos 164 DOCs, conforme apurado pela Polícia

Federal, DOCs ou transferências, foram autorizadas diretamente pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Então, não vamos escamotear as coisas porque, senão, a gente perde também o foco, que foi e que pode ter sido parcialmente resolvido, mas não foi completamente resolvido. A cada momento vamos vendo a teia da organização criminosa controlada pelo Sr. Carlos Cachoeira, que já disse que controla um governador e um governo de Estado, controla nomeações de coronéis, controla nomeação de secretários e tem uma teia que espalha, já vimos aqui, por outros Estados.

Insista-se que tudo que foi defendido quanto à Delta, como já visto aqui, o nosso mais absoluto apoio. Vamos investigar isso com a dureza da Justiça, como temos procedido nesta CPI.

Completo dizendo que me preocupa, e estou me dirigindo ao Presidente da CPI – após o depoimento sincero, verdadeiro, em que há revelação de alguns nomes, inclusive de um policial, e em face das características da organização criminosa –, sinceramente, a situação de segurança da Sr^a Roseli Pantoja da Silva.

E eu diria até que a Presidência deveria, acabada esta reunião, conversar muito seriamente com a Sr^a Roseli no sentido de ver se não é o caso – isso, é claro, é um direito que ela tem que só ela pode decidir – de serem tomadas medidas de segurança que possibilitem uma proteção efetiva a ela, porque nós já vimos do que é capaz essa quadrilha, já vimos evidências à saciedade.

Termino insistindo numa coisa: nós conseguimos nesta CPI, até agora – não sei se inteiramente –, evitar o espetáculo puro e simples, porque muitas CPIs foram espetaculares, muitas CPIs, em muitos momentos, intimidaram os que aí sentaram. Esta CPI está tendo um procedimento, na minha opinião, exemplar, um procedimento correto e está investigando profundamente, com seriedade, o objeto para o qual ela foi formada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado.

Há um último inscrito. Assim que acabar, passo a palavra, como Líder, para V. Ex^a

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Eu vou pedir a V. Ex^a para utilizar meu posicionamento, minha disposição com o Regimento, pedindo desculpa ao nobre Parlamentar, mas eu vim, objetivamente, para usar o tempo como Líder. Eu pediria a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tempo de Líder de V. Ex^a, cinco minutos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Bom, primeiro, peço vênia, desculpas a V. Ex^a, mas é um registro. Tenho o maior respeito pelo Deputado Emiliano, mas o Deputado Emiliano chegou à Comissão

agora e deixou de acompanhar o primeiro período do que houve nos trabalhos da Comissão.

De fato, esse discurso que acabamos de ouvir é o discurso de quem compreende que agora vai começar a CPI da Delta. A CPI da Delta vai se iniciar! Até então, e os números foram ditos aqui em diversas oportunidades pelo PSDB, com todas as concentrações, número de depoimentos, todas as situações foram concentradas em pessoas ligadas ao Governador Marconi Perillo, esquecendo-se do todo, dos mais de cinco, seis bilhões em contratos da Delta.

Deputado Emiliano, o Sr. Cachoeira montou um esquema dentro do DNIT. V. Ex^a se esqueceu de fazer menção a isso. E é a partir de agora que nós vamos conhecer qual é o tamanho da interseção, da relação do Sr. Cachoeira com Delta dentro do Governo Federal. A CPI deve começar agora. A CPI deve começar! Nós vemos... A CPI agora vai de fato investigar os bilhões. Os bilhões! A CPI agora conhece a relação da Delta com o Governo do PT de Garulhos, precisa checar todos esses contratos, entender a relação do Sr. Pietá e do prefeito de Guarulhos com a Delta, ligado ao Sr. Cachoeira. O País, agora, vai ter oportunidade de conhecer, de começar a compreender qual é a relação da Delta dentro do DNIT.

Ora, senhores, o PSDB contratou 6% das obras da Delta; 94%, senhores, Brasil que nos vê, foram contratados pelos partidos da base do Governo Dilma! E não se investigou, não se tratou. Traz-se uma senhora como essa, de bem, que se expõe, e cadê efetivamente o que nós nos interessamos? Trazer dois governadores de Estado, jogando-se para baixo do tapete o conceito, o conteúdo, a clareza, a necessidade da investigação. Agora, sim, a CPI parece que vai começar. Vamos iniciar os trabalhos e nos prepararmos para acompanhar a CPI da Delta.

O Cachoeira virou córrego. O Cachoeira virou coisa pequena para o tamanho das coisas que, efetivamente, não estão querendo investigar! São mais de cinco, seis, sete bilhões de reais em obras públicas com a Delta! Estão-se investigando R\$200 milhões em Goiás, jogando para baixo do tapete, claro! Nós somos seis Deputados, Senadores, sete, oito, no conjunto de trinta. O Governo pode estar cumprindo seu papel, agora, o cheiro de pizza que tomou conta desta CPI já está do Oiapoque ao Chuí. Nós temos alguma chance se, de fato, a CPI da Delta se iniciar.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o registro, pedindo vênica a V. Ex^a de poder utilizar desse dispositivo regimental, esperando que, sobretudo quanto a essas considerações feitas pelo Deputado Emiliano, fique muito claro que, enquanto está falando de eventual tomada... O Governo de Goiás tomado por Cachoeira?

Do Sr. Cachoeira, estão claras as interseções que tinha e vinha tendo ramificadas no Governo de Goiás, muito antes de o Governador Marconi Perillo. Uma coisa ninguém encontra: áudio do Governador Marconi Perillo, interseção, relação do Governador, conversa do Governador Marconi Perillo com o Sr. Cachoeira.

Agora, clareza? Esquece-se de falar da relação do Sr. Cachoeira com os Governos do PT de Goiás, com o Governo da capital, com o Governo do PMDB de Goiás.

Portanto, senhores, de fato, a nossa expectativa agora é a seguinte: vamos ou não iniciar a CPI da Delta? Vão começar ou não, de fato, as investigações? Ou nós vamos preparar esse ambiente que o País espera, que é guardar tudo embaixo do tapete ou dentro da gaveta na proteção do Governo Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último orador. Passo a palavra para o ilustre Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, quero cumprimentar a Sr^a Roseli, já pedindo desculpas por ficar segurando a senhora até este momento, até porque todos nós, membros da CPI, sentimos uma certa frustração com aqueles que aqui são convocados para depor, pois eles chegam aqui e querem fazer silêncio, ou querem estar no silêncio. E a senhora vem aqui e nos surpreende, querendo falar. Então eu já quero pedir desculpas à senhora, pois, demonstrando a sua inocência clara nesse episódio, por ficar até este momento aqui conosco.

Mas, Sr. Presidente, eu discordo um pouquinho de alguns colegas que ouvi aqui, dizendo que a CPMI, agora, já chegou no final do caso Cachoeira e, agora, tem de começar uma nova CPI, que é o caso Delta.

Eu estou observando, Sr. Presidente, que me parece que estão querendo desviar o foco da CPI, parece-me que estão querendo desviar o foco da CPMI. Ora, no momento em que chega aqui a Sr^a Roseli que foi convocada para estar aqui como testemunha e ela quer falar, causou-nos uma surpresa. Eu pergunto: quantas surpresas mais nós teremos daqui para frente? Surpresa no fato de ela decidir falar, porque é inocente, e, nesta CPI, está configurando que os inocentes querem falar. Por exemplo, antes da Sr^a Roseli, tivemos aqui, que também foi convocado como testemunha, o ex-Presidente do Detran do Governo do Estado de Goiás, que teve aqui cerca de quinhentas citações nas escutas e sendo acusado de ser um preposto do Sr. Cachoeira no Governo do Estado de Goiás, no Detran. Mas ele veio aqui e não quis falar.

Ora, quando veio a esta CPMI o Sr. Cláudio Monteiro, que era chefe de gabinete do Governador Agnelo, nós tivemos uma surpresa porque ele quis falar. E ele falou aqui, por várias horas, e provou a sua inocência. Aí vem o ex– Presidente do Detran do Governo de Goiás, acusado de preposto do Sr. Cachoeira, que deveria aproveitar a oportunidade aqui para falar...

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que a CPI não acabou não. A CPI, cujo objeto é investigar um fato determinado, que é a relação do Sr. Carlinhos Cachoeira com os agentes públicos e privados, não acabou ainda não, mas me parece que estão querendo desviar o foco, por quê? Porque nós estamos afunilando... Nós estamos chegando lá... Tem gente aí que está muito preocupada e tem partido político que está muito preocupado, porque nós estamos afunilando. Por exemplo, a Sr^a Roseli vem aqui e, mais uma vez, comprova para nós que existem essas empresas fantasmas, está caracterizado que existe, e que ela é braço de uma outra empresa, mas tem vínculos com o Sr. Carlinhos Cachoeira e vínculos também com alguns Estados da Federação.

Então, Sr. Presidente, eu entendo que a CPI está no rumo certo, não acabou nada; CPI do Cachoeira não acabou; agora nós estamos afunilando. Na hora em que vai dar o bote, aí estão querendo agora desviar para a Delta nacional? Que história é essa de Delta nacional?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E quem está botando dinheiro?

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Espera aí... Espera um pouquinho... Está colocando dinheiro, espera um pouquinho... Está colocando dinheiro, mas vai chegar o momento... Espera um pouquinho... Por que desviar? Calma aí, gente! Acalma aí!

Sr. Presidente, o senhor vai assegurar a minha palavra ou não?

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Por que até o momento eu estou sentado nesta CPMI e ouvi a todos os oradores e ouvi calado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço a todos que prestem atenção e permitam que o orador...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Peço a palavra como Líder, inscrevo-me como Líder, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu sou o último orador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... da tribuna possa fazer uso da palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Eu estou desde o início, eu sou o último, Sr. Presidente. Eu permiti até que um Líder falasse, embora esta CPMI

tenha um outro rito, em que uns líderes falam na hora em que o Presidente acha que devem falar..., e eu permiti. Já pedi várias vezes, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, peço a atenção ao orador na tribuna.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, vou voltar à minha fala. Sou autor de um requerimento de convocação do Sr. Cavendish. Eu sou autor! Agora, estão dizendo, parece-me, que acabou a CPMI do Cachoeira, está tudo bem, já fizemos a conclusão. Acabei de ouvir o líder falar aqui, gente, que acabou! Então, vejam bem, parece-me que estão desviar o foco na hora de dar o bote.

Temos de deixar muito claro para a Nação quem são esses agentes públicos e políticos que estão por trás do Sr. Cachoeira. Tem que deixar isso claro para a Nação, porque nós estamos diante do maior esquema de corrupção que o Brasil já viu. Agora, temos de deixar claro quem são. Por quê? Quem poderia mostrar para nós o vínculo aqui fica calado. Não fala, minha gente! Quem tem condições de deixar mais claro para nós não fala. Então, vamos devagar com o andor, não precisa ter pressa, não. Sei que ficamos ansiosos, sei que os meus Colegas estão ansiosos, porque a imprensa diz: “CPMI não produziu nada até agora.” Isso gera certa ansiedade, é verdade, porque quem é convocado chega aqui e não fala, mas a Sr^a Roseli chegou aqui e falou.

Eu tinha uma pergunta para fazer à Sr^a Roseli. É a seguinte: a senhora foi casada com o Sr. Gilmar por 13 anos. Sabemos que casamento tem momentos bons e momentos ruins. A senhora veio falar aqui e, lamentavelmente, acabou tendo de falar de momentos ruins da sua relação. Mas o casamento tem também os momentos bons, até porque, Sr^a Roseli, já ouvi dizer que se teme muito ex-mulher, ex-motorista e ex-secretária. Por quê? Porque essas pessoas experimentam momentos bons na relação, e a senhora, obviamente, teve momentos bons com o Sr. Gilmar. A pergunta que faço é se nesses momentos bons que a senhora teve no seu casamento não houve nenhuma confidência, não houve nenhum momento em que o seu ex-esposo lhe confidenciou alguma coisa desse relacionamento que ele tinha, de algum medo que ele tinha, de alguma cisma que ele tinha? Houve alguma confidência que a senhora poderia repartir conosco?

A SR^a ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não, senhor, mesmo nos bons momentos não houve nenhuma confidência a respeito, até porque, neste caso, não seria uma coisa boa. Vivemos juntos, ele fez realmente algumas coisas erradas mesmo, claro que a questão agora não é sobre essas coisas, mas eu desaprovava se soubesse alguma coisa a esse respeito. Então, dificilmente ele me falaria.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – No seu relacionamento, no seu casamento, a senhora percebeu que o seu ex-marido... Em algum momento a senhora soube de ele ter sido usado por alguém, por exemplo, como laranja para fazer alguma coisa errada?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Acho possível.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – A senhora acha impossível?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Acho possível.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – A senhora acha possível ter tido alguma coisa?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Exatamente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Mas a senhora não tomou conhecimento de algum fato?

A SRª ROSELI PANTOJA DA SILVA – Não. Eu me lembro de que muitas vezes ele falou que conhecia pessoas importantes, que podia, de repente, conseguir um bom dinheiro, porque não tínhamos casa própria nem carro. Ele falou algumas vezes que poderia, quem sabe, conseguir através... Mas, até então, nunca soube se saiu do papel. Não saiu, na verdade, porque nunca chegamos a ganhar alguma coisa considerável, tenho certeza.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Certo, muito bem.

Sr. Presidente, quero insistir e dizer que a CPMI está no rumo certo. Quero parabenizar o Relator, a Presidência da CPMI. Estamos no rumo certo. Vamos sem ansiedade. Vamos sem ansiedade. Nós vamos chegar lá, não temos pressa, temos um tempo a ser cumprido pela CPMI. Então, não vamos nos apressar, ficar sofrendo pressão de lá e de cá e achar que a gente tem de agora mudar o foco, mudar o rumo. Acho que estamos no rumo certo e precisamos deixar claro para a Nação quem são os agentes públicos que estão por trás do Sr. Carlinhos Cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu chamo...

Inicialmente, eu queria encerrar esta sessão...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto, Deputado Rubens Bueno. Nós temos uma regra que diz que quem fez uso da palavra não pode fazer a fala de líder, que é a regra inicial da CPI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, Presidente, não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Foi assim. Sempre fizemos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor está impondo agora. Não foi assim.

Eu quero responder o que foi falado aqui e o que foi falado não é verdade. É preciso dizer isso. A maior corrupção da história do Brasil é o mensalão. É o mensalão, que está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal. É o maior crime que a história do Brasil viu. Quarenta pessoas, desde o chefe da Casa Civil, dentro do poder da República, estão sendo julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse, sim, é o maior crime de corrupção do Brasil.

Agora, vir negar que nós não podemos investigar a Delta, que está abastecendo Alberto & Pantoja, mais de R\$300 milhões para empresas laranjas, quando essa mesma empresa Delta, Sr. Presidente, faz negócios de bilhões de reais com o Governo Federal e com o Governo do Rio de Janeiro.

Ora, por favor. Eu estou aqui apenas querendo dizer ao senhor: Todos nós estamos de acordo.

Eu tenho dito, Sr. Deputado, todos os dias que esta CPI está no rumo certo e vai terminar bem. Bem em homenagem a quem dirige, bem em homenagem a quem está aqui cobrando e fiscalizando as boas ações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, negar que a Delta não pode ser investigada é você negar quem é que está abastecendo de milhões de reais empresas que colocam inclusive a D. Roseli numa situação dessas, numa situação constrangedora, quando no nome dela foi aberta uma empresa, quando no nome dela sacaram dinheiro em contas falsas, de empresas laranjas, e aqui uma junta comercial do Governo do Distrito Federal, com documentos rasurados, com CPF inválido, consegue montar uma empresa para gerir negócios que atendem ao grande esquema de corrupção do Sr. Cachoeira.

Por isso eu acho que a Delta precisa ser melhor investigada dentro daquilo que é o Cachoeira, não se esquecendo que o Cachoeira foi flagrado, foi gravado junto com o Sr. Waldomiro Diniz, homem forte da Casa Civil do Governo Lula. Com o Seu Waldomiro Diniz, o Seu Cachoeira era o primeiro homem ali a ser identificado, e está aqui até hoje o Seu Cachoeira. Passou pelo mensalão e continua agora com a Delta, montando um esquema diferente daquele que era feito então.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, queria apenas fazer uma referência: eu não disse que não é para investigar a Delta. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certo. Eu quero, da nossa parte, agradecer a Srª Roseli Pantoja.

Quero dizer que a senhora deu uma grande contribuição, porque há envolvimento do seu nome, mas a senhora conseguiu esclarecer e se distanciar de qualquer relação com essa organização.

Igualmente o fez de maneira muito interessante, importante, vindo de ônibus para cá, vindo com seu próprio esforço, sem conseguir sequer patrocinar um defensor. Veio também despojada, então queremos agradecer pelo seu exemplo, que é um exemplo para todos nós, brasileiros.

Igualmente, vou pedir à assessoria para conversar com a Srª Roseli Pantoja, e deixar todos os contatos para que, se houver qualquer tipo de ameaça, retaliação, a senhora possa nos avisar.

Então eu peço à assessoria que, além de conduzi-la de volta, igualmente deixe todos os contatos e tomar todas as providências que serão necessárias neste momento para dar garantia e proteção à depoente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E requisitar que a Srª Roseli também, e a Secretaria deixe cópia do documento dela aqui. Ela já franqueou o documento, a gente tirar cópia do documento dela e deixar em posse da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E pedir para a senhora se a senhora puder enviar a esta CPI a cópia da procuração que V. Sª assinou.

Então nós agradecemos a contribuição de V. Sª e a senhora está dispensada.

E eu chamo então o último dos depoentes do dia, que é o Sr. Hillner Braga Ananias. Peço que ele venha para fazer o seu depoimento. *(Pausa.)*

Sr. Hillner Braga Ananias, o senhor está aqui em decorrência da aprovação do Requerimento de nº 497, de 2012, da CPMI Vegas, de autoria do Senador Pedro Taques.

O senhor tem 20 minutos para esclarecer as questões desta CPMI relacionadas a V. Sa.

O SR. HILLNER BRAGA ANANIAS – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Conforme orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu queria, neste sentido, também dialogar com o Sr. Hillner. Se ele vem a esta CPMI, vem como uma pessoa que pode colaborar com os nossos trabalhos.

Há imputações feitas, nos relatórios da Polícia Federal, de que o senhor seria uma espécie de segurança, ajudante de ordem, ou algo que o valha, do ex-Senador Demóstenes e, de alguma forma, teria se envolvido também com o Sr. Carlos Cachoeira. E é uma oportunidade de o senhor demonstrar a esta CPMI que essas imputações que a Polícia Federal faz poderiam não ser verdadeiras.

Por isso, quero, mais uma vez, informar a V. Sa. que o senhor pode, com o seu silêncio, estar ainda mais envolvendo a sua pessoa, a sua história e a sua carreira com uma organização criminosa a que o senhor pode não ter servido.

Assim, venho, mais uma vez, dizer da importância que o senhor deponha nesta CPMI.

O SR. HILLNER BRAGA ANANIAS – Sr. Relator, agradeço a oportunidade, mas já mantive contato com o meu advogado e ele achou por bem, orientou-me que eu me mantivesse em silêncio.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tendo em vista a decisão do Sr. Hillner Braga Ananias, vou, como de praxe, dispensá-lo neste momento da nossa reunião.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 26ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 26ª Reunião realizada em 21 de agosto de 2012, às 10 horas e 54 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT/CE), Jorge Viana (PT/AC), Lídice da Mata (PSB/BA), Pedro Taques (PDT/MT), Ciro Nogueira (PP/PI), Álvaro Dias (PSDB/PR), Fernando Collor (PTB/AL), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Cyro Miranda (PSDB/GO) **e dos (as) Deputados (as):** Odair Cunha (PT/MG), Paulo Teixeira (PT/SP), Íris Araújo (PMDB/GO), Luiz Pitiman (PMDB/DF), Carlos Sampaio (PSDB/SP), Domingos Sávio (PSDB/MG), Gladson Cameli (PP/AC), Onyx Lorenzoni (DEM/RS), Maurício Quintella Lessa (PR/AL), Glauber Braga (PSB/RJ), Miro Teixeira (PDT/RJ), Rubens Bueno (PPS/PR), Filipe Pereira PSC/RJ), Delegado Protógenes (PCdoB/SP), Emiliano José (PT/BA), João Magalhães (PMDB/MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Ronaldo Fonseca (PR/DF) e Cesar Halum (PSD/TO). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Vanessa Gra-

zziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB/PR), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM/MT), Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Vicentinho Alves (PR/TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) e **os (as) Deputados (as):** Cândido Vaccarezza (PT/SP), Sílvio Costa (PTB/PE), José Carlos Araújo (PSD/BA) e Armando Vergílio (PSD/GO). Compareceram, ainda, os seguintes **parlamentares não membros:** Pedro Simon (PMDB/RS), Chico Alencar (PSOL/RJ) e Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP). Na oportunidade foram realizadas as oitivas de: Léa Batista de Oliveira, Procuradora da República e Daniel Rezende Salgado, Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criado pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a aprovação da Ata da 25ª Reunião da Comissão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pois não, Sr. Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não quero a leitura da Ata. É que, na última sessão, pedi que incluíssem observações minhas sobre algumas coisas. Confio na Mesa. Se me disserem que elas foram incluídas, eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. A Ata fica *sub judice* à sua aprovação, enquanto não me for informado se foram incluídas as observações do Sr. Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, fui esclarecido de que foram juntadas as notas da sessão. Então, voto a favor da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Cai a preliminar do Deputado Miro Teixeira.

A Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se ao depoimento conjunto da Srª Procuradora Lea Batista de Oliveira e do Sr. Daniel de Resende Salgado, a quem convido para compor a Mesa. Ela, Procuradora da República, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 177, da CPMI Vegas, de autoria do Deputado Odair Cunha, do Requerimento nº 150, do Senador Alvaro Dias, do Requerimento nº 238, do Deputado Luiz Pitiman, do Requerimento nº 190, do Senador José Pimentel, e do Requerimento nº 829, do Senador Fernando Collor de Mello, e ele, Procurador da República, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 176, do Deputado

Odair Cunha, Relator desta Comissão, do nº 150, do Sr. Senador Alvaro Dias, do nº 238, de autoria do Sr. Deputado Luiz Pitiman, do nº 191, do Senador José Pimentel, e do nº 830, do Senador Fernando Collor de Mello.

Os depoimentos serão tomados em conjunto, já com a aquiescência dos nossos Procuradores.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (P-SOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

Foi-me solicitada a palavra pela ordem pelo Sr. Senador Alvaro Dias e pelo Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Alvaro Dias. Seja breve, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSDB, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitamos a V. Exª e ao Relator, o Deputado Odair Cunha, a deliberação de requerimentos que consideramos fundamentais para os trabalhos desta CPI.

Dizem respeito esses requerimentos à quebra de sigilo fiscal e bancário de doze empresas que identificamos como “laranjas” no esquema Cachoeira-Delta. O que a nossa assessoria técnica revela é que já há um repasse de mais de R\$413 milhões da empresa Delta para essas empresas supostamente organizadas para o desvio de recursos, que são públicos, com origem nos cofres públicos da União, de Estados e Municípios, transferidos para as contas bancárias da empresa Delta e, destas contas bancárias da empresa Delta, para 18 empresas consideradas “laranjas”.

Já aprovamos requerimento, quebrando sigilo de seis destas empresas, coincidentemente localizadas no Estado de Goiás. As demais estão em outros Estados da Federação, já que a Delta tinha representações clandestinas fantasmas em vários pontos do País. Portanto, é essencial para os trabalhos da CPI que sejam quebrados os sigilos fiscal e bancário dessas empresas cuja relação temos aqui, que receberam, juntamente com as outras seis cujos requerimentos já foram aprovados, mais de R\$413 milhões, recursos supostamente destinados a pagamento de propina. Portanto, é fundamental que essa providência seja adotada pela mesa da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador, que a competente assessoria de V. Exª providencie os requerimentos arrolados.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Os requerimentos já estão todos providenciados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Com a palavra o Senador...Rapidamente porque já estamos com os convidados à mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É basicamente no mesmo sentido porque esses requerimentos, boa parte de minha autoria, já se encontram na CPI, já se encontram sob apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, são duas questões. Primeiro, é que devemos, o quanto antes, deliberar, em função desses requerimentos, que são fundamentais nessa fase de investigação. Segundo, quero lembrar que há duas semanas, com a presença do nobre Vice-Presidente, Paulo Teixeira, e do Relator desta Comissão, estivemos em visita ao Diretor-Geral da Polícia Federal, que se colocou à disposição para que a Polícia Federal pudesse, nessa fase da CPI, auxiliar nas investigações.

Acredito que é de bom tom encaminharmos já para a Polícia Federal as informações que temos sob deliberação desta Comissão, notadamente as informações que têm a ver com a empresa Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Será feito imediatamente.

Com a palavra, por último, pela ordem, para iniciarmos os nosso convidados, o Sr. Deputado Líder dos Democratas, Onyx Lorenzoni. Rapidamente, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Vital do Rêgo; Sr. Vice-Presidente, Paulo Teixeira; Sr. Relator Odair Cunha, ainda na última sessão, nós encaminhamos um conjunto de seis ou oito empresas – os requerimentos já estão desde a sessão anterior – que estão nessa linha dos novos dados que recebemos do sigilo bancário das contas da Delta, de recursos que foram transferidos. É necessário que essa aprovação seja rápida. Sugiro que tenhamos a condição de, talvez ainda esta semana, fazer uma reunião administrativa, com pauta específica para aprovar a quebra de sigilo dessas empresas, porque isso aceleraria, e muito, o cruzamento de informações de que precisamos na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Peço aos senhores que conversem com o Relator, ainda nesta sessão, sobre o assunto.

Sr^a Procuradora e Sr. Procurador, sejam muito bem-vindos a esta CPI. Agradeço a colaboração do Ministério Público. Inicialmente, parablenho-os pelo trabalho a que esse Ministério e essa Procuradoria, no Estado de Goiás, procederam nas investigações da Operação Vegas e Operação Monte Carlo, que também constituem a missão desta Comissão e fator determinante para a constituição desta CPI. Por conse-

guinte, a presença desta Procuradoria na CPI torna-se de vital importância.

Passo a palavra à Sr^a Procuradora Lea Batista de Oliveira, para, no tempo que achar conveniente, expor quais as linhas de investigação, como se delineou todo o processo do qual foi incumbida de desenvolver as linhas de investigação nas Operações Vegas e Monte Carlo.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo PMDB – PB) – Por favor, melhorem o microfone da Procuradora.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia. Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, juntamente com o Vice-Presidente e Relator. Cumprimento também os demais integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e todos os presentes.

Quero agradecer o convite formulado para colaborar com os trabalhos. Iniciarei a fala com um breve resumo das investigações resultantes da Operação Monte Carlo e o andamento da ação penal.

As investigações iniciaram-se na Comarca de Valparaíso, Goiás. O primeiro passo foi a realização de investigações preliminares levadas a efeito a partir de denúncias anônimas e também de um ofício encaminhado pelo Ministério Público estadual com atuação na Comarca de Valparaíso. O passo seguinte foi a confirmação dessas notícias e a identificação de algumas casas de jogos em funcionamento.

A autoridade policial narrou que o funcionamento das casas de jogos ilegais somente era possível mediante a participação de policiais e que os responsáveis pelos crimes seriam, segundo informações coletadas, José Olímpio de Queiroga Neto, Francisco Marcelo de Queiroga Neto e Raimundo Washington Queiroga.

Foi realizada uma investigação social a respeito das citadas pessoas e constatada a existência de registros policiais pela prática de crimes diversos. No corpo da representação policial, há menção expressa de notícia datada de 2004 dando conta dessa prática criminosa pelas pessoas citadas.

Os policiais federais, então, saíram a campo e identificaram 13 casas de jogos ilegais em funcionamento nas cidades de Valparaíso de Goiás e Águas Lindas. Tudo isso foi feito antes do início do monitoramento telefônico.

No final de outubro de 2010, pouco antes do início das interceptações deferidas pelo juiz estadual da Comarca de Valparaíso, uma das denúncias anônimas recebidas pela Polícia Federal resultou na apreensão de 59 máquinas caça-níqueis na região. A autoridade policial fez referência à investigação ocorrida em 2008

que resultou na apreensão de 340 máquinas caça-níqueis em Valparaíso de Goiás.

No mês de novembro de 2010, o delegado responsável pela operação Monte Carlo, Matheus, apresentou a primeira representação pedindo o monitoramento telefônico de José Olímpio Queiroga Neto e Raimundo perante o juiz da Comarca de Valparaíso, repiso, Justiça Estadual. A partir daí, começou, literalmente, a operação Monte Carlo, pois a PF identificou outros envolvidos e a utilização de aparelho Nextel habilitado no exterior.

O juiz da Comarca de Valparaíso, no mês de março de 2011, determinou a remessa da investigação para a Justiça Federal, em razão do envolvimento de um policial rodoviário federal. A investigação foi regularmente distribuída para o Juízo da 11ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, no dia 22 de março de 2011. A partir daí, a investigação ficou a cargo do Ministério Público Federal.

No dia 29 de fevereiro de 2012, menos de um ano após a remessa para a Justiça Federal, foi deflagrada a operação Monte Carlo, que resultou em oito decretos de prisão preventiva, 28 decretos de prisões temporárias, 82 mandados de busca e apreensão, 45 mandados de condução coercitiva e 45 agentes estatais foram afastados de suas funções.

O Ministério Público apresentou, dentro do prazo, a denúncia contra 80 pessoas, entre elas dois delegados da Polícia Federal, um servidor administrativo da Polícia Federal, um policial rodoviário federal, seis delegados da Polícia Civil, entre eles o então corregedor da Polícia Civil, um agente da Polícia Civil, 27 policiais militares do Estado de Goiás.

O ilustre juiz federal determinou a separação do processo em relação aos denunciados que tinham à época um decreto de prisão preventiva. A audiência de instrução e julgamento em relação a esse processo desmembrado dos réus que estavam presos aconteceu, foi realizada nos dias 24 e 25 de julho de 2012.

O Ministério Público Federal apresentou as alegações finais no dia 8 de agosto próximo e, atualmente, a fase do processo é: “prazo para a defesa apresentar as alegações finais”.

O certo é que a operação Monte Carlo desvelou uma máfia, uma sociedade bem estruturada, mais lucrativa do que uma grande empresa; um grupo profissionalizado, estável, permanente, habitual, montado para o cometimento de crimes de natureza grave. A sua existência por mais de uma década foi suficiente para montar e organizar uma estrutura estável e enraizada no seio do Estado, inclusive com a participação, distribuição centralizada dos meios de comunicação para o desenvolvimento das atividades, com o objetivo

de inviabilizar a interferência das agências sérias de persecução penal.

Ficou clara a existência de uma estrutura central, piramidal e hierarquizada, com distribuição da renda entre os membros. E, para se perpetuar por anos a fio em locais conhecidos, de modo mais ou menos explícito, a atividade criminosa conectou-se a agentes do Estado em uma imbricação espúria dentro da Administração Pública.

A organização criminosa, para cumprir os seus fins escusos de estratagemas, envolvendo corrupção ativa, passiva, violação de sigilo e peculato, contou, como já disse, com a colaboração de servidores públicos na esfera federal, estadual e municipal, utilizando mecanismos de cooptação de agentes do Estado. Se não bastasse, agentes do Estado responsáveis pela persecução eram utilizados para eliminar a concorrência e desarticular pessoas que fugiam das orientações e dogmas do grupo criminoso, viabilizando o exercício, pelo grupo, de um claro controle territorial.

Carlinhos Cachoeira interferiu diretamente, por meio de seus braços organizacionais, como Lenine, Vladimir Garcez, junto a agentes da segurança pública no Estado de Goiás para proteger as atividades desenvolvidas e delegadas pelo núcleo criminoso. Como já disse, é uma organização criminosa armada, altamente sofisticada, complexa e ousada.

A organização possui diversas características que nos fazem concluir que possui essa característica mafiosa. A principal é o código de silêncio orquestrado.

É indiscutível que o direito ao silêncio individual, direito oriundo do princípio da não autoincriminação, pode ser utilizado por quem quer que seja. Não se pode exigir do cidadão que colabora ativamente com o Estado. Entretanto, a postura dessa organização criminosa, decorrente de um código de silêncio orquestrado, é típica, conforme a literatura especializada, das organizações criminosas de parâmetro mafioso, em que um membro do grupo, por seu silêncio, objetiva escudar a própria organização criminosa e seus outros membros. É o traço mais revelador de articulação do grupo, que demonstra contar em seus quadros com pessoas leais ao chefe da organização, Carlinhos Cachoeira.

E esse código de silêncio está bem claro aqui na CPI e na Justiça Federal. Durante a audiência ocorrida no fim de julho na Justiça Federal, a cúpula da organização criminosa não falou nada. Aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, ninguém fala nada.

Além dessas características, o grupo possui hierarquia, divisão de trabalho, criação de uma cadeia de comando, corrupção, troca de favores, exploração de mercados ilícitos, exploração lícita de mercados lícitos, monopólio e obstrução da Justiça. Vale registrar

também a utilização de contas de diversas empresas, inclusive laranjas, para realizar a movimentação financeira do montante espúrio arrecadado e controlado por Carlinhos Cachoeira

Há indicativos de que Carlinhos Cachoeira oculta os valores obtidos por meio da organização criminosa, utilizando-se, para tanto, de laranjas.

A organização criminosa passou a ganhar vulto, ramificação e contorno inclusive internacional a partir de Carlinhos Cachoeira, em conjunto com Lenine, que passou a expandir as suas atividades de exploração de jogos de azar para fora do País, adquirindo e viabilizando o negócio por meio de empresas *off shore*, através de um *site* internacional de jogos.

Com efeito, o recrutamento dessa organização do braço armado do Estado, com cooptação de policiais militares, delegados civis, delegados federais, deixou a sociedade totalmente desprotegida. Policiais civis, federais e militares cooptados passam a integrar o grupo, como informantes, para uma espécie de contratação mensal, pagamento mensal, transferirem informações importantes sobre o trabalho que, potencialmente, poderia ser desenvolvido no enfrentamento da atividade.

Nisso reside a maior potencialidade agressiva do grupo, que, como visto, possuía um número razoável de policiais integrantes em seu quadro. O recrutamento do braço armado do Estado pela organização é patente e incontestado.

A quadrilha dispunha também de armamentos, por meio da utilização desses agentes estatais policiais do Estado, para sedimentar o seu domínio territorial.

A organização criminosa não foi desarticulada e isso está claro através do silêncio orquestrado das ameaças e das chantagens. Eu, por exemplo, recebi dois *e-mails*; o primeiro *e-mail* no dia 13 de junho, em caráter claramente intimidatório, e o segundo *e-mail* na semana seguinte, falando que eu e minha família corríamos risco. Os dois *e-mails* já foram identificados, saíram da cidade de Anápolis, que é o reduto da família Cachoeira e da organização criminosa. Depois disso, eu fui surpreendida com uma visita, ainda não identificada, na minha casa, no meu prédio; uma mulher tentou entrar lá às 5h45 da manhã, mas não conseguiu êxito.

A minha equipe de segurança foi abordada por PMs na semana, e, na semana da audiência de instrução e julgamento, a própria equipe identificou uma marcação no carro que estava sendo utilizado para minha condução. No interrogatório, o chefe da quadrilha e a cúpula, conforme já disse, mantiveram-se em silêncio. Carlos Augusto de Almeida Ramos pediu a companhia em casamento, se disse um leproso jurídico e debochou mais uma vez das autoridades

constituídas. Isso demonstra que ele não reconhece a autoridade do Estado.

No dia seguinte ao término da audiência, fomos novamente surpreendidos com um ofício do juiz federal que está atuando no caso, noticiando as chantagens. Imediatamente, tomamos as providências e todas as medidas necessárias, pedindo a busca e apreensão e a condução coercitiva da emissária do grupo.

A investigação Monte Carlo limitou-se a investigar uma quadrilha armada, a exploração ilegal de jogos, o contrabando, a corrupção policial e a violação de sigilo. Primeiro, por falta de estrutura, falta de pessoal na Polícia Federal e no Ministério Público Federal. Segundo, por conta dos constantes vazamentos.

Nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o monitoramento telefônico indicou que alguns integrantes da quadrilha identificaram o nome da operação, a vara federal e o juiz responsável. Identificamos alguns membros da quadrilha se movimentando para irem, segundo – entre aspas – dito, “irem para cima do juiz”. O juiz responsável pelo caso ficou extremamente exposto e vulnerável e corria risco de morte. Em razão disso, tivemos que antecipar a deflagração e pedimos à Corregedora do CNJ, Eliana Calmon, suporte ao magistrado para que pudesse desempenhar suas funções. Estivemos com a Corregedora Nacional na segunda-feira, pedindo auxílio para que o juiz desempenhasse as funções com tranquilidade e segurança na segunda-feira e a operação foi deflagrada na quarta-feira.

O Ministério Público Federal ainda tem muito trabalho. A denúncia contra os outros 72 réus ainda não foi recebida pela Justiça Federal. Entre eles, estão delegados de polícia civil, federal e policiais militares. Ela não foi recebida pela Justiça Federal.

Estamos aguardando a finalização das investigações relativas à ameaça, à prática de contrabando e à chantagem. No que se refere à investigação de lavagem de dinheiro, estamos aguardando a resposta dos bancos relativa às quebras de sigilo bancário que foram determinadas no final de fevereiro e ainda não recebemos resposta.

Vou passar agora a palavra ao Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Vital Do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço à Procuradora Lea Batista de Oliveira, pelas primeiras informações.

Com a palavra, o Dr. Daniel de Resende Salgado.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sr. Senador Vital do Rêgo, em nome de quem cumprimento a Mesa e os demais Senadores e Deputados, agradecemos o convite para colaborarmos com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos aqui mais como colaboradores desta Comissão, passando um pouco da prestação de contas, inclusive, do

trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal, integrado com a Polícia Federal.

Creio que poderemos passar a nossa percepção de trabalho, mas pouco poderemos contribuir efetivamente com o avanço da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, como disse a Dr^a Lea, o nosso trabalho precisou ser focado em um grupo criminoso articulado, ousado, responsável por cooptar agentes do Estado para escudar uma atividade ilícita, para cartelizar o mercado do jogo inclusive. Então, o foco do nosso trabalho foi exclusivamente esse.

Como sabemos, o enfrentamento das organizações criminosas que precisamos mudar de perspectiva. Não é uma investigação voltada contra o solitário social. Então, a nossa estrutura de processo penal, até mesmo a teoria do crime, foi toda construída para se buscar um enfrentamento àquele solitário social, ao criminoso individual.

Estamos tentando construir determinadas teses, para que possamos efetivamente desenvolver um trabalho de enfrentamento às organizações criminosas, especialmente estas que se encontram infiltradas no seio do Estado. A partir do momento em que um grupo criminoso organizado se infiltra no seio do Estado, principalmente na área relacionada à segurança pública, este se torna muito mais vulnerável e, consequentemente, a sociedade. Há um desequilíbrio muito grande entre o Estado e a organização criminosas. Ela passa a se sobrepor ao próprio Estado.

Portanto, precisamos desenvolver – e é isso que estamos tentando – e trabalhar melhor com técnicas especiais de investigação, para que possamos efetivamente neutralizar essas redes organizadas que visam a corroer os alicerces do Estado.

Ao tempo em que o Estado não pode exceder-se – e essa é a busca de equilíbrio que o Ministério Público Federal tenta ler ou implementar –, ele também pode ser deficiente na persecução ou na proteção de determinados valores que são considerados importantes para a sociedade, considerados mais caros. Ao tempo que não pode o Estado inobservar o princípio da proibição do excesso, ele também não pode ser ineficiente, ou seja, o Estado precisa observar o princípio da proibição da proteção deficiente também.

Então, esse equilíbrio é que tentamos buscar.

Quando o Estado se encontra numa situação de hipossuficiência ou vulnerabilidade, precisamos intensificar, a partir de técnicas especiais de investigação, a persecução criminal, ou seja, o combate efetivo a esses grupos criminosos organizados.

Pensamos em trazer aos senhores, na realidade, algumas dificuldades que observamos e tivemos que suportar no enfrentamento a esse grupo criminoso

em especial. Primeiro, a questão do foco. Em toda investigação, precisamos focar. Não adianta querermos desenvolver um trabalho de investigação macro, que não iremos conseguir chegar a lugar nenhum. Então, precisamos de um foco, que foi justamente esse viés da organização, que seria a cooptação de agentes do Estado para poder proteger essa atividade criminosa.

Aí começam as grandes dificuldades. Quando temos a infiltração de policiais dentro da organização criminosa, o trabalho de persecução criminal passa a ser muito mais difícil, porque os policiais responsáveis passam a ser impedidos de desenvolver determinados trabalhos de campo, por exemplo. Todas as vezes em que um policial federal chegava perto, ou um carro diferente chegava perto de um local onde se estava desenvolvendo a jogatina, logo essas outras pessoas, as que eram responsáveis pela exploração da atividade do jogo, eram avisadas da existência desse carro suspeito.

Então, era muito difícil se desenvolver qualquer trabalho de campo no enfrentamento a esse tipo de criminalidade. Como é difícil desenvolver esse trabalho de campo, houve a necessidade de utilização de técnica especial de investigação, especialmente a questão referente às interceptações telefônicas.

A grande dificuldade que tivemos foi a dos vazamentos das interceptações telefônicas, dos vazamentos do trabalho que estavam sendo desenvolvidos. Esses vazamentos fizeram com que tivéssemos de antecipar o desencadeamento do trabalho, como bem colocado pela Dr^a Lea. O juiz se encontrou numa situação vulnerável. Os órgãos de persecução se encontraram numa situação vulnerável. Houve a necessidade de antecipação, e essa antecipação do trabalho fez com que nós deixássemos de desenvolver determinados de investigação em relação a esse grupo criminoso.

Nós tínhamos uma parte da organização que era responsável por cooptar esses agentes de Estado, mas tínhamos uma parte empresarial do grupo criminoso também. Não conseguimos desenvolver nessa parte empresarial qualquer tipo de trabalho de investigação. O que temos é um material bruto que precisa ser submetido ainda à análise. Não conseguimos ter acesso ainda às interceptações telefônicas e às quebras de sigilo bancário e fiscal que iriam corroborar ou robustecer aqueles trabalhos que estavam sendo desenvolvidos.

Então, essa investigação patrimonial, essa investigação do braço financeiro da organização criminosa não conseguimos desenvolver por conta inclusive dessa antecipação do desencadeamento do trabalho. Consequentemente, ficaram prejudicadas também as investigações nesse contexto das lavagens de capitais, além das questões jurídicas, que precisariam ser melhor desenvolvidas.

Temos, inclusive, outros inquéritos policiais que já foram instaurados. Outras denúncias devem ser oferecidas. Temos um trabalho muito próximo na Superintendência Regional do Distrito Federal. Inclusive, solicitamos que esses inquéritos policiais sejam concluídos de forma célere possível, para que possamos, dentro dessas novas ações penais, demonstrar a estrutura de poder dessa organização criminosa.

Outro grande problema que tivemos é que temos um Estado num enfrentamento a essa criminalidade, que visa a escudar os jogos, de forma paliativa, eventual. Há a necessidade de se tentar efetivamente essas casas de jogos, e nós não temos um trabalho efetivo; ou seja, não temos um trabalho coordenado, linear, para que se possa fazer qualquer tipo de investigação nesse sentido. O que o Estado é um trabalho meramente paliativo.

Esses grupos criminosos sabem disso. Em sabendo do disso, eles se tornam mais ou menos removens. Eles fecham determinada casa, em um determinado local, em Luziânia, por exemplo; essa casa, logo, migra para a Cidade Ocidental.

Então, onde o Estado se faz ausente o crime organizado se faz Estado. É necessário, então, que o Estado se volte efetivamente para o enfrentamento linear, não paliativo, desses grupos criminosos que continuam movimentando-se. Não existe vazio de poder. Se o Estado se faz ausente, as organizações criminosas tomam o lugar do Estado.

Outra dificuldade, que foi inclusive colocada pela Dr^a Lea Batista, é que nós oferecemos uma denúncia contra 80 pessoas. Essa denúncia foi desmembrada. Temos tramitação da denúncia em relação a sete pessoas, que já se encontram na fase final. O Ministério Público Federal – eu e a Dr^a Lea – voltou toda a sua energia para a apresentação dos memoriais finais. Conseguimos apresentar os memoriais finais em seis dias, num prazo de dez dias, um memorial que tem mais de quatrocentas laudas.

Então, todo o nosso trabalho foi voltado, durante esses seis meses, exclusivamente para essa ação penal, para que a gente pudesse, inclusive, tentar fazer algum trabalho de neutralização dos levantamentos de nulidade colocados pelos advogados junto aos tribunais. Então, foi todo centrado no cumprimento de prazos e foi todo centrado também na manutenção dessa ação penal que tinha sido ajuizada.

Como houve esse desmembramento, nós temos setenta e duas pessoas ainda em uma ação penal e essas setenta e duas pessoas muitas delas servidoras públicas. Como são servidores públicos, há um dispositivo no Código de Processo Penal que estabelece que há necessidade de apresentação de uma

resposta preliminar. É um dispositivo que, no nosso entender, é anacrônico, inclusive em decorrência das últimas alterações que foram viabilizadas no Código de Processo Penal.

Então, isso faz com que haja um atraso na própria persecução penal. Então, há necessidade de se apresentar a resposta preliminar à ação penal e essa resposta preliminar deve ser avaliada pelo juiz para, depois, aceitar ou não a denúncia. Então, está pendente ainda essa ação penal e pode demorar ainda um tempo por conta desse dispositivo que nós consideramos, inclusive, um dispositivo anacrônico.

Outra dificuldade que nós temos, já colocada pela Dr^a Lea Batista, é a questão realmente da segurança. Nós tivemos que alterar totalmente a nossa rotina. A Dr^a Lea está, inclusive, com um segurança. É algo que faz com que a nossa família até passe a absorver isso aí. Então, não é só a segurança em relação a nós membros do Ministério Público, mas passa a afetar também a questão familiar.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos cientes, aqui, como membros do Ministério Público Federal, de que cumprimos nosso dever. Nós ficamos realmente algumas noites em claro, perdemos Natal e Ano Novo trabalhando nesse trabalho, desenvolvendo esse trabalho, desenvolvemos o trabalho inclusive em finais de semana, para que pudéssemos exercer as nossas atribuições, mas sem paixão. Nosso trabalho foi estritamente técnico, tentamos fazer um trabalho estritamente técnico, cumprindo o nosso dever, cumprindo aquilo que a Constituição Federal, as atribuições que a Constituição Federal nos delega, tentando representar e defender da melhor forma possível a sociedade. Temos certeza de que honramos a promessa que fizemos quando tomamos posse como membros do Ministério Público Federal.

Então, eu agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra, na ordem de precedência, ao nosso Relator, antes congratulando-me com os dois Procuradores, dizendo aos senhores que honraram, efetivamente, com as suas missões, passando a cada um dos meus colegas desta Comissão um pouco da hercúlea dimensão e da grandiosidade do nosso trabalho.

Não sei se os senhores tiveram a dimensão de ouvir agora que, no relato sereno, objetivo, conciso, do Ministério Público, feito ao longo de mais de um ano, notadamente, em memorial, nos últimos seis meses, com noites em claro, indormidas, com sérias manifestações à família dos nossos Procuradores, para o conhecimento do tamanho dessa organização criminosa, alguns braços, inclusive o empresarial, eles não têm

conhecimento. Imaginem o tamanho da nossa missão aqui, em apenas seis meses, como somos cobrados.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, agradeço a V. Ex^a cumprimentando todos os pares desta Comissão, cumprimentando também o Dr. Daniel e a Dr^a Lea, e agradecer a presença de V. Ex^{as} a esta Comissão, cujo objetivo central reside no fato de que nós podemos e devemos trabalhar de maneira colaborativa e cooperativa com o Ministério Público Federal no sentido de desmontar essa organização criminosa, mas, para além dela, compreender também o funcionamento, compreender também mais e melhor o funcionamento do crime organizado no Brasil e que medidas esta CPMI pode propor no sentido de que o combate ao crime organizado seja cada vez mais eficaz e efetivo. Essa é a preocupação que esta CPMI tem, e com certeza a presença da Dr^a Lea e do Dr. Daniel colabora com esse objetivo fundamental e essencial desta Comissão.

Agradeço mais uma vez a disposição de V. Ex^{as}, que vêm a esta CPMI logo depois que apresentaram as alegações finais, conforme haviam se comprometido com os membros desta Comissão.

Também vejo aqui, Sr. Presidente, se me permite, ou a Dr^a Lea ou o Dr. Daniel responde à pergunta, um ou outro, ou os dois, conforme V. Ex^{as} queiram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou só disciplinar as perguntas. Nós temos aqui um depoimento em conjunto. São duas operações, Vegas e Monte Carlo, que se fundem, que se integram. Então, fica a cargo dos convidados, tanto da Dr^a Lea quanto do Dr. Daniel, a resposta que melhor aprouver dentro do conhecimento pontual da resposta, não antes dizendo que tomam a liberdade, e falando em nome de V. Ex^{as} e em nome do Vice-Presidente e do Relator, para dizer ao Ministério Público que esta CPMI franqueará toda documentação que tem em seu poder na transferência efetiva e na guarda desses documentos para a efetiva persecução penal, mister de V. Ex^{as}.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha, o espírito cooperativo que deve haver entre o trabalho que foi desenvolvido pelo Ministério Público e o trabalho que está sendo desenvolvido por esta CPMI.

V. Ex^{as} levantaram aqui que as investigações da Operação Monte Carlo foram iniciadas em 2010, final de 2010. Em outro momento da história, anos atrás, vamos dizer assim, V. Ex^{as} iniciaram algum processo de investigação dessa quadrilha que não obteve sucesso? E, se não obteve, qual foi o motivo?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sr. Relator, o trabalho que foi desenvolvido no enfrentamento aos jogos no Estado de Goiás começou a partir

de 2006. Nós recebemos, por parte do Ministério Público de Goiás, um trabalho de levantamento de alguns pontos onde se explorariam máquinas caça-níqueis, máquinas caça-níqueis supostamente com componentes eletrônicos contrabandeados. Nós tínhamos uma instrução normativa da Receita Federal, a Instrução Normativa nº 93, de 1999, e a Instrução Normativa nº 305, de 2003, que proibia o ingresso em território nacional de máquinas com componentes eletrônicos, ou componentes eletrônicos estrangeiros para serem utilizados em máquinas caça-níqueis.

Nós recebemos essas informações do Ministério Público estadual a partir do hoje Gaeco, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Por quê? Por que eles passaram essas informações? Porque eles falaram que não conseguiam desenvolver qualquer tipo de trabalho investigativo por conta da cooptação de agentes do Estado.

A partir daí, com base nesse material, nós fizemos diversas reuniões, com diversos órgãos, inclusive com a Polícia Federal, para traçarmos estratégias de enfrentamento a esse tipo de atividade.

Como disse inicialmente, há necessidade dos órgãos de persecução traçar estratégias de enfrentamento a macro criminalidade e a criminalidade organizada. Nós precisamos disso. Na nossa leitura, os melhores advogados são aqueles que além de terem um conhecimento jurídico sabem o momento exato de desenvolver o trabalho, o momento exato de atuação. Então, nós como membros do Ministério Público precisamos também de saber, pelo menos, e tentarmos agir estrategicamente para o enfrentamento a essa criminalidade.

Fizemos essas reuniões para tentarmos ver quais caminhos que nós iríamos desenvolver no enfrentamento a esse crime. Então decidimos agir em duas searas: Primeiro na área do consumidor através de ações civis públicas para fechamento de determinadas casas que se encontravam ostensivamente funcionando, com base em leis estaduais inconstitucionais, posteriormente foram reconhecidas essas leis, inclusive como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. A outra linha de trabalho foram buscas e apreensões nessas casas para que conseguíssemos apreender essas máquinas caça-níqueis, que possivelmente teriam componentes eletrônicos. Fizemos esse trabalho, isso em 2006/2007, essas reuniões elas se deram em todo o ano de 2006. Em 2007 nós desenvolvemos esse trabalho e as buscas coincidiram com a chamada Operação Furacão – essas buscas e apreensões que nós entramos. Contudo, houve um erro estratégico, depois a gente até reavaliou, porque após essas buscas e apreensões houve a instauração de diversos inquéritos policiais

e esses inquéritos policiais foram dispersos. Mas nós conseguimos a partir desse trabalho abrir um canal de comunicação com a sociedade no nosso site para que recebêssemos informações da sociedade contra funcionamento desse tipo de atividade. E, além disso, nós encaminhamos ofícios à Junta Comercial, encaminhamos ofício à Receita Federal, encaminhamos ofícios à própria Prefeitura para que se cassassem os alvarás de funcionamento dessas empresas que exploravam essa atividade espúria.

Com tudo, havia uma empresa que conseguiu ainda, a partir de uma liminar dada pela justiça estadual, desenvolver as suas atividades lá, que era uma empresa chamada Meneses Diversões. Essa empresa Meneses Diversões conseguiu manter-se por conta de uma liminar que proibia a atuação de agentes do estado na persecução ou não apreensão desse tipo de equipamento. O que nós fizemos? Tentamos fazer com que – através de um trabalho com o Ministério Público Estadual – essa liminar fosse submetida a julgamento colegiado. Não conseguimos. Fizemos um pequeno dossiê, encaminhamos ao então Procurador Geral da República, Dr. Antonio Fernando, o Dr. Antonio Fernando ajuizou uma suspensão de segurança no Supremo Tribunal Federal, e a Ministra Elen Greice, que era então Presidente na época, determinou a suspensão dessa liminar, dizendo que essa liminar na realidade violaria a ordem pública, porque a atividade era no mínimo contravencional. Então conseguimos fazer com que a partir daí não houvesse qualquer tipo de exploração ostensiva de jogos em Goiás.

Contudo, continuávamos recebendo informações da existência de exploração de máquinas caça-níqueis. Em setembro de 2007, entrei com uma busca e apreensão – setembro de 2007 entramos com uma busca e apreensão – em casas de jogos que possivelmente seriam exploradas pelo irmão do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Essa busca e apreensão foi executada em novembro de 2007 – entramos em setembro e foi executada em novembro de 2007 -, por quê? Porque há a necessidade de um planejamento, não dá para se executar algo sem que haja um planejamento, inclusive por conta dos riscos que correm os policiais. Só que chegando lá não tinha mais nada. Suspeitamos então da existência de vazamentos dentro da própria Polícia Federal. Fomos à Polícia Federal, conversamos com o Superintendente à época e falamos o seguinte: “Olha, é complicado ter vazamento ou ter foco de vazamento dentro da própria Polícia Federal. Nós precisamos fazer alguma coisa.” E desenvolvemos dois trabalhos. Um trabalho que se chamou Espinha de Peixe ou Operação Sufoco, alguma coisa do gênero, em que, reiteradamente, se faziam apreensões em máquinas caça-

-níqueis para quebrar a espinha dorsal financeira do grupo criminoso. E, posteriormente, um trabalho para se investigar o vazamento dentro da própria Polícia Federal. Além desse vazamento, de uma tentativa de cooptação por parte de pessoas que, possivelmente, teriam ligação com a exploração de máquinas caça-níqueis a um delegado da Polícia Federal. A partir daí, começaram outras investigações. Só que a Polícia Federal não tinha tecnologia para desenvolver essa investigação em Goiás, porque se utilizava de um mecanismo de interceptação telefônica que não conseguia captar determinadas conversas, e foi transferido para Brasília esse trabalho.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso quando?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Em 2008, 2009.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é. Aí, tivemos notícia de que a Operação Vegas foi desencadeada em 2009. Eu estou entendendo que toda essa movimentação que V. Ex^{as} desenvolviam acabou culminando na Operação Vegas.

A Operação Vegas se comunica com a Operação Monte Carlo em que medida e em que forma, na sequência?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu comecei a atuar no Estado de Goiás em 2009 e já tinha toda essa movimentação, conforme relatado pelo Procurador Daniel. Em 2009, eu consegui remoção para a Procuradoria da República no Município de Anápolis. Cheguei lá em janeiro de 2009 e existia essa investigação denominada Operação Vegas, que é resultado desse trabalho anterior do Procurador Daniel. Trabalhei lá de janeiro a abril de 2009. Trabalhei nessa operação durante esse período. Depois, eu não tive mais contato, pois eu fui removida para a Procuradoria da República no Estado de Goiás, na capital. Como era uma investigação que estava vinculada à Procuradoria da República do Município de Anápolis, o Procurador que me sucedeu é que ficou responsável pelos trabalhos da Operação Vegas. Mas o que eu pude observar durante esses quatro meses de trabalho era o seguinte: a Vegas e a Monte Carlo têm várias semelhanças entre elas: a corrupção do braço armado do Estado, a exploração do jogo ilegal e a prática de contrabando. A diferença é a seguinte; a Operação Vegas estava focada na prática de contrabando e corrupção no Município de Anápolis e a Operação Monte Carlo, como eu já tinha explicado, iniciou na Comarca de Valparaíso. Então, focou na corrupção dos policiais da região do Entorno. Essa é a diferença e as semelhanças também.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, as origens são distintas então. Um não sabia da investigação do outro. Ou sabia?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não, as origens são distintas. A Operação Vegas começou em razão desse trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal em Goiás, relatado pelo Daniel, e a Operação Monte Carlo começou em razão de denúncias anônimas, ofício da Promotora de Justiça da Comarca de Valparaíso, denunciando corrupção, impossibilidade trabalho no local...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, ainda em relação aos jogos, quais eram os principais jogos explorados pela organização criminosa? Notou-se uma evolução? Como se deu isso? Os jogos que eles exploravam eram jogo do bicho, caça-níquel?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – A gente centrou a investigação na exploração de caça-níqueis, porque a exploração do bicho não seria atribuição do Ministério Público Federal. Por que a questão do caça-níquel? A questão do caça níquel é porque existiam componentes eletrônicos que, possivelmente, teriam sido internados de forma irregular em território nacional. O que nós verificamos é que houve uma evolução das próprias máquinas. A máquina passou a evoluir, mas a exploração sempre foi... as investigações sempre foram centradas na exploração dessas máquinas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ainda...

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Pelo menos quanto à questão dos jogos, alguma coisa relacionada aos jogos, mas a investigação também era centrada na corrupção policial. Eram investigações de contrainteligência, na verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, eles buscaram modernizar o acesso a novas tecnologias quando as máquinas... Havia evolução das máquinas caça-níqueis, mas eles buscavam também... As investigações dão conta de que há uma operação de bingo *on-line* também, com uma *offshore*. Como se deu isso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. Houve a sinalização de que haveria a compra de um determinado *site*, esse *site* estaria hospedado no exterior, inclusive para que se evitasse o trabalho das agências formais de controle, das agências de persecução. No entender deles, se o *site* está hospedado no exterior, aqueles jogos são desenvolvidos no exterior, então isso afastaria qualquer tipo de atuação por parte dos órgãos de persecução criminal.

E é até emblemático porque eles falam o seguinte: “Ó, a qualquer momento, vai cair, a gente não vai conseguir mais desenvolver essa nossa atuação de forma material, então a gente tem que ir pro mundo virtual mesmo.” Mais ou menos isso. Então, é bem simbólico isso que eles conversam.

Então, para isso foi criada uma empresa *offshore*. Essa empresa *offshore* era uma empresa uruguaia. Geralmente essas empresas são criadas para que não se apareçam os reais proprietários, e essa empresa era administrada por um dos braços do grupo criminoso, que seria o Sr. Lenine Araújo.

O pagamento àquelas empresas que se encontravam no exterior, no Reino Unido, e outra se encontrava, salvo engano... uma se encontrava no Reino Unido com certeza, a outra agora não me recordo onde se encontrava, mas no exterior, que seriam as responsáveis pela implementação desse bingo *on-line*, foram feitos a partir de uma agência de turismo, e a suspeita que se tem é de que através daquele método de evasão de divisas, em alguns casos, lavagem de dinheiro, chamado de dólar-cabo. Seria o quê? Você repassar o dinheiro aqui em território nacional e aquele valor ser disponibilizado no exterior, sem que haja passagem formal desses recursos financeiros. Disponibiliza aqui, depois é disponibilizado no exterior.

Então, nós temos... Só que nós não conseguimos avançar nessa investigação por conta daquilo que foi falado já para esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual seria o nome dessas empresas, o senhor se lembra?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Eu tenho aqui anotado. A empresa que foi criada foi a Raxfell Corp, que era uma empresa uruguaia. Essa empresa seria essa *offshore*. E no Reino Unido a empresa se chamava Vuetec, que era responsável pelo desenvolvimento do *software*, e a E-Commerce, que é onde seria hospedado o *site* e que daria toda a infraestrutura e que estaria em Curaçao.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Isso, Curaçao.

Então, nós não conseguimos aprofundar as investigações em relação a essa parte da atuação da organização criminosa por conta daquela antecipação, do desencadeamento que nós precisamos efetuar por conta dos vazamentos do trabalho que nós estávamos desenvolvendo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à empresa que fazia o dólar-cabo aqui no Brasil, o senhor disse aqui que seria uma empresa de turismo.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É, possivelmente uma agência de turismo. Nós temos inclusive...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O nome, o senhor lembra?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não me recordo do nome, mas a pessoa que fez essa

operação seria uma pessoa chamada Wesley. Então, possivelmente...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Seria GH Turismo?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – GH Turismo, agora não vou me recordar realmente porque era muita informação, mas era uma pessoa chamada Wesley que era responsável por essas operações todas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ao dinheiro ilegal da organização Cachoeira, aí, dentro dos negócios dele, um dos principais eram os jogos, mas nós sabemos que há outros negócios da organização criminosa.

Dr. Daniel, Dr. Lea, há apontamentos assinalando para onde eles mandavam esse dinheiro do jogo? Havia lá uma comissão de 25%, 30% para operar os negócios de jogos. Esse dinheiro ia para onde? O que eles faziam com ele?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa parte também da investigação, como eu disse no começo, foi uma parte que nós não conseguimos aprofundar. A gente tentou. Hoje a gente pensa o seguinte: é muito importante fazer uma investigação financeira dos criminosos, inclusive para sufocá-los financeiramente. Essa deve ser toda a linha de investigação que hoje nós devemos desenvolver. Há um ditado italiano que diz que o preso prefere ser um preso rico a um pobre solto.

Então, nós tentamos fazer todo o trabalho. O nosso trabalho está muito focado agora nisto, em quebrar a espinha dorsal financeira dos grupos criminosos para que eles possam se sufocar. Só que, nesse trabalho especificamente, nós não conseguimos, como colocado aqui, desenvolver por conta desses vazamentos, por conta dessa possibilidade de se colocar um magistrado nessa situação de vulnerabilidade da espinha dorsal financeira do grupo.

Então, o que nós temos são algumas informações que precisam ainda ser melhor trabalhadas. Nós sabemos, por exemplo, que, na exploração de máquinas caça-níqueis, eles recebiam determinados valores em cheque. Esses valores eram encaminhados para uma *factoring*, e a gente tem que estudar se essa *factoring* estava agindo realmente como *factoring* ou como instituição financeira. Se estiver agindo como instituição financeira, há crime contra o sistema financeiro. Então, essa *factoring* era responsável por ficar com o cheque e com 6% do valor daquele cheque e depois por transferir para uma conta de uma empresa utilizada pelos membros da organização criminosa. Posteriormente, esse valor era refinanciado na empresa criminosa. Como seria esse refinanciamento? Eram utilizados inclusive para cooptação de agentes do Estado, porque

eles tinham uma leitura de que isso era um financiamento da atividade. Então, eles chamavam, de forma pejorativa, até de assistência social, mas eles viam aquilo como um financiamento.

Há até uma indicação interessante nesse trabalho em que eles falaram o seguinte: “Nós temos que dar um cavalo ou um boi para que se passe uma boiada.” Então, eles viam isso como investimento. Às vezes, havia esse refinanciamento, essa atividade. Outras vezes, eram utilizadas contas de empresas de fachada que inclusive já foram identificadas aqui pelos senhores – há relatórios de análise identificando essas empresas de fachada. Posteriormente, esses valores eram passados para outras empresas, às vezes até empresas que tinham funcionamento. Ou seja, uma empresa que teria que captar determinados recursos no mercado financeiro passava a captar esses recursos na atividade espúria, sem a possibilidade ou sem a necessidade de devolver esses valores. Então, dá para observar aí um desequilíbrio inclusive no mercado. Você pega um dinheiro espúrio, investe numa empresa lícita, há uma mistura de capital, e essa empresa lícita não precisa devolver aquele dinheiro dessa empresa espúria.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Só para complementar. É por isso que o Ministério Público tem afirmado que essa organização criminosa não foi totalmente desarticulada. Além do silêncio, das ameaças, das chantagens, essa parte patrimonial da organização criminosa ainda não foi totalmente atingida. Enquanto não conseguirmos sufocar, como disse o Daniel, a organização criminosa, ela vai continuar atuando, independentemente de o chefe da organização estar preso ou não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual foi o patrimônio apreendido, confiscado na deflagração da operação Monte Carlo?

O SR. DANIEL RESENDE SALGADO – Nós conseguimos... Foi feito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nessa linha, então.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Foi feito... Nós entramos com o sequestro de alguns bens que identificamos que, de alguma forma, poderiam ter sido amealhados ou adquiridos como proveito do crime e nós conseguimos apreender, após o último relatório de análise a que nós tivemos acesso, bens móveis, imóveis, semoventes no valor mais ou menos de R\$167 milhões. E são bens que se encontram apreendidos, sequestrados, e nós estamos lutando para conseguir mantê-los nessa forma.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, quando o senhor diz que está lutando para conseguir manter

o sequestro do patrimônio, por que lutando? Qual é o problema?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na realidade, nós precisamos desenvolver de forma mais célere algumas investigações para que possamos logo oferecer as nossas denúncias e, a partir daí, com o oferecimento da denúncia, ter mais chances de que aquele patrimônio possa ser mantido ou apreendido pelos tribunais superiores. Então, nós temos uma decisão monocrática ou decisão do juiz federal que começa a ser já questionada nos tribunais superiores. Então, nós temos que ver se conseguimos agilizar principalmente na parte referente à lavagem de dinheiro. Para isso, nós precisamos intensificar, realmente, as investigações. É o que nós iremos tentar começar – não é, Dr^a Lea? – agora, porque, realmente, ficamos esses seis meses totalmente voltados para a ação penal que havia sido ajuizada, e ver se conseguimos manter esse sequestro desses bens.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pois é. Nesse sentido, Presidente, acho que é uma questão em que a CPML pode colaborar com as informações que nós temos na medida em que, muitas vezes, as quebras de sigilo demoram – não só demoram aqui, que é uma Comissão do Parlamento; muitas vezes, demoram, como V. Ex^{as} já levantaram aqui, também na investigação que o Ministério Público faz. Nós temos que pensar, de maneira administrativa aqui adiante, em como podemos estabelecer esse compartilhamento sistêmico entre nós aqui.

Há notícia de que essa organização criminosa buscava atuar em outras unidades da Federação para além do Estado de Goiás, em outros crimes, como fraude em licitações. No jogo também havia uma divisão do território nacional com outras quadrilhas que buscavam operar os jogos?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação aos jogos, ao contrabando, à corrupção, ficou, realmente, focado na região do entorno: Goiânia, Anápolis. Agora, essa parte empresarial, fraude à licitação, não houve nenhuma investigação. O material está em estado bruto. O que eu posso informar aí, que é de conhecimento – acho – de todos, é que alguns integrantes da organização frequentavam a empresa Delta lá em Goiânia, mas não foi investigado nada sobre fraude à licitação até por conta da falta de estrutura e dos vazamentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, em relação à empresa Delta, qual era o papel da Delta para a organização criminosa? A Delta servia para que junto ao grupo do Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não conseguimos aprofundar muito as investigações refe-

rentes à Delta. O que nós sabemos é que havia um contato muito próximo do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos com o Sr. Cláudio Abreu, que era o representante da Delta. Havia também – isso também nós precisaríamos confirmar – uma movimentação financeira partindo da Delta para algumas empresas laranjas ou, então, partindo dessas empresas laranjas para a Delta. Na contabilidade do grupo, há também alguns valores que seriam destinados, em princípio, à empresa, mas precisamos confirmar isso, esses dados.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Delta poderia ter lavado o dinheiro do jogo também?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós temos que trabalhar essa questão da lavagem de capitais também. Não posso chegar e colocar aqui para os senhores uma percepção que ainda está numa fase inicial. O que a gente vai fazer ou perceber está na fase inicial ainda. Mas havia um contato. O Sr. Carlos Augusto chegava a receber pessoas na sede da Delta e tal, mas isso dentro de uma visão muito perfunctória mesmo, muito superficial. Nós não conseguimos fazer qualquer tipo de investigação nesse viés empresarial. Não conseguimos. O foco foi exatamente aquilo que já foi colocado para os senhores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quer falar, doutora?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Só para explicar também essa falta de estrutura, por exemplo, o denunciado Wladimir Garcez, que desempenha um papel importante na organização criminosa, não foi monitorado durante muito tempo. Nós conseguimos pegá-lo em razão dos constantes diálogos com o chefe da organização criminosa. E isso foi por conta da falta de estrutura. Não conseguíamos interceptar todas as pessoas necessárias, porque, durante todo esse período, ficaram quatro agentes da Polícia Federal responsáveis pela investigação e ainda o delegado. O resultado desse trabalho é um sacrifício pessoal de agentes da Polícia Federal, do Delegado Matheus, dos representantes do Ministério Público, para produzir alguma coisa. Só que temos consciência de que temos muito a fazer, temos muita coisa a fazer que ainda não foi feita.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à evasão de divisas, o que pôde ser identificado na investigação? Sei que V. Ex^{as} estão dizendo que, do ponto de vista da investigação financeira, ficou muito a desejar. Compreendemos isso, mas pergunto: o que pôde ser observado em relação à evasão de divisas?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – A evasão foi mais identificada realmente, ou seja, o que conseguimos ver de mais concreto na evasão de divisas foi quanto ao pagamento por parte de membros

do grupo criminoso a empresas localizadas no exterior para habilitação e viabilização do *site* Brasil Bingo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acerca dos negócios da organização criada pelo Sr. Carlos Augusto, quais eram os negócios financeiros que foram identificados? Eram jogos, como sabemos, fraudes em licitações. Há outros?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É como colocamos aqui: a investigação, nessa parte financeira, foi bem incipiente. O que conseguimos visualizar foi que havia, em alguns aspectos, a transferência de um capital que poderia ter sido – isso precisamos aprofundar também – amalhado a partir da jogatina para empresas que seriam empresas idôneas, com aquilo que chamamos de mistura de capitais: muitas empresas idôneas e os valores que teriam sido conseguidos a partir da atividade espúria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Tanto na Operação Vegas como na Operação Monte Carlo, quando das interceptações telefônicas, foi identificada a presença de pessoas com prerrogativa de foro. O que pôde se identificar em relação a essas pessoas? Há negócios, há interesses em licitações? Sabe-se claramente de interesses no Detran, em contratos da Delta, na GTOp, interesses, em Brasília, na bilheteagem do transporte. Ou seja, o conjunto de interesses muitas vezes identificava pessoas agentes de Estado, mas agentes políticos também no Legislativo municipal, estadual e federal, no Poder Executivo, no Ministério Público no Estado e na União, além de prefeituras. Então, o que pôde se perceber de interesses? Quais foram as pessoas identificadas nessas interceptações?

A SR. LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação aos agentes com prerrogativa de foro, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, como já disse, estavam focados na parte da corrupção e da exploração de jogos.

Então, o que foi feito? De qualquer conversa suspeita que não tivesse conexão com os jogos e com a corrupção policial, foi feito um relatório, um auto circunstancial de encontros fortuitos. Esse material não foi analisado nem pela Polícia Federal, nem pelo Ministério Público Federal. É um material em estado bruto que indica algumas suspeitas, mas que, no entanto, não há como eu afirmar, indicar nenhum crime, nada. É um material bruto, que foi encaminhado aqui para a CPI, que precisa ser trabalhado, que realmente envolve alguns agentes com prerrogativa de foro, que pode indicar suspeita de fraude à licitação, mas é um material em estado bruto, que não foi trabalhado.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não houve qualquer ato de investigação nesse sentido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, no início, a Dr^a Lea disse que a organização criminosa estava em expansão nacional e internacional. Adiante, eu fiz a pergunta no sentido de compreender se a organização estava estabelecendo parcerias com outros criminosos no sentido de dividir o Território Nacional segundo os seus interesses. Aí, parece-me, a senhora disse que “não era o caso”, que “não foi isso”.

Eu não compreendi bem a expansão nacional e internacional dessa organização criminosa.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na verdade, essa expansão se daria por meio dessa questão do *site*. E havia alguns acordos, pelo menos dentro da nossa leitura – e nós não conseguimos aprofundar –, com grupos de fora, inclusive com o grupo de uma pessoa chamada Siqueira, salvo engano, para implementação e colocação em funcionamento desse *site*, que se encontrava hospedado fora do Território Nacional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, se identificou que o Sr. Carlos Cachoeira alugava ou arrendava máquinas de jogos para colocar essas máquinas em outras unidades da Federação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Dentro do nosso trabalho, nós verificamos que havia uma cartelização de determinados pontos, ou seja, a organização criminosa conseguiu monopolizar um determinado mercado ilícito dos jogos a partir da cooptação das autoridades policiais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas isso em Goiás?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sim; em Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Goiânia e uma parte em Anápolis. Então, como a investigação ficou centrada nisso, nós verificamos que havia, por meio dessa cartelização, o pagamento de um percentual à cúpula do grupo criminoso, o pagamento de um percentual daquilo que era explorado e daquilo que era arrecadado com a exploração dos jogos à cúpula do grupo criminoso, que tinha em seu cume o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Estou terminando, Sr. Presidente.

V. Ex^{as} pediram que pena para o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos ao Juízo da 11^a Vara?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – O que nós fizemos foi o seguinte: nós denunciemos a organização criminosa por formação de quadrilha armada e por diversos eventos criminosos dentro desse período de investigação. Foram 22 eventos criminosos. Desses 22 eventos criminosos, nós pedimos a condenação do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos em 17 desses eventos criminosos. Esses eventos criminosos envolviam corrupção ativa, participação em violação

de sigilo, participação em tráfico de influência. Então, nós pedimos que o juiz aplicasse a cada evento criminoso uma pena e que somasse as penas referentes aos demais eventos criminosos. Assim, se condenado por um determinado evento criminoso a “x” anos, nós pedimos que ele somasse com o “y” caso ele viesse a ser condenado por outro. Então, nós temos, aí, em corrupção, mais ou menos... É uma pena elevada. A gente até não gostaria de fazer uma perspectiva de pena, mas seria uma pena elevada.

Contudo – e, aí, vem até uma das dificuldades que nós temos –, nós temos a questão da unificação da pena. Caso ele venha a ser condenado a uma pena superior a 30 anos, essa pena seria unificada para 30 anos. Entretanto, todos os benefícios seriam aplicados em cima da pena que foi aplicada.

Todavia, nós temos hoje um decreto, editado anualmente pela Presidência da República, o Decreto de Indulto, que diz, em um dos seus dispositivos que, se a pessoa cumprir uma pena de 15 anos ininterruptamente, ela seria indultada. E, a cada ano que passa, esse decreto está ficando mais leniente, porque a política, ao que parece, é de realmente desafogar o sistema penitenciário, o sistema carcerário. Então, esse decreto está cada vez mais... E só é impeditivo da concessão de indulto ou comutação da pena, que é o indulto parcial, aquilo que a própria Constituição Federal ou a lei estabelecem como impeditivo. Por exemplo, o tráfico de entorpecentes, que é um crime equiparado ao tráfico de drogas, um crime equiparado a crime hediondo e aqueles crimes considerados hediondos pela nossa legislação. Os demais crimes não são considerados impeditivos, inclusive, corrupção. Então, uma das dificuldades que nós temos é exatamente executar, de forma efetiva, a pena que poderia ser aplicada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou seja, o senhor está dizendo que ele poderá ficar, no máximo, 15 anos preso.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. Conforme o Decreto Presidencial de Indulto, hoje, seriam, no máximo, 15 anos, caso ele venha a cumprir essa pena de forma ininterrupta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Máxima.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. Pelo menos, essa é a leitura que nós temos desse Decreto Presidencial, e, como esse crime de corrupção não é crime impeditivo, ele seria, no futuro, beneficiado com o indulto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Uma das questões que nós podemos trabalhar é que o crime de corrupção seja impeditivo do indulto presidencial, para não haver redução de pena, porque uma das questões que julgo essencial é encontrarmos ou garantirmos que

o patrimônio continue sequestrado e, também, garantirmos que pessoas que cometam esse tipo de crime fiquem com a pena total, porque, pelo que eu percebi, V. Ex^{as} pediram, claro, mais de 30 anos de prisão para o Sr. Carlos Cachoeira, que é a pena máxima.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sim, é o que esperamos, é o que esperamos. Inclusive, é isso que deve pautar o enfrentamento da criminalidade graduada, uma macrocriminalidade. Ou seja, os processos precisam ser céleres, e a execução das penas precisa ser efetiva. Hoje, nós temos casos de tráfico humano, por exemplo, em que as pessoas que foram condenadas – e conseguimos que fosse aplicada uma pena privativa de liberdade – se encontram, hoje, com a pena parcialmente perdoadada – o que se chama de comutação da pena –, com base em alguns decretos presidenciais de indulto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação ainda a esse tema da corrupção, o Sr. Carlos Cachoeira, fica evidente, nas interceptações e na investigação conduzida por V. Ex^{as}, que ele indicava pessoas para compor o governo de Goiás – o Dr. Mateus chega a escrever de uma cota de nomeações. Pode-se dizer que o Sr. Edivaldo Cardoso era dessa cota de nomeações, o Presidente do Detran?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa questão política, como a gente já tinha falado, a gente não conseguiu desenvolver e não desenvolvemos qualquer ato de investigação, foi totalmente centralizado o trabalho nessa questão referente aos jogos. Quer dizer, a criação, a cooptação de policiais para acobertar o mercado ilícito. Então, essa parte, realmente, deve estar em estado bruto.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – O que a gente também pode afirmar, por exemplo, o Delegado da Polícia Civil, Aredes, à época da deflagração, era o Corregedor da Polícia Civil do Estado de Goiás. Ele foi denunciado, o comandante da capital da Polícia Militar do Estado de Goiás também faz parte da organização e foi denunciado pelo Ministério Público. Esses dois casos são casos emblemáticos e que foram denunciados pelo Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Denunciados a...?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Associação a uma quadrilha armada e corrupção.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas denunciado ao...?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – À Justiça.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – À Justiça.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós processamos a pessoa. Quando a gente fala de denúncia, é porque há peça técnica acusatória.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas eu estou dizendo o seguinte: ao Tribunal de Justiça do Estado?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não, à Justiça Federal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, em relação às pessoas com prerrogativa de foro, V. Ex^{as} encaminharam as notícias de fato a quais autoridades, no caso da Operação Monte Carlo?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação à Operação Monte Carlo, a operação foi deflagrada em 29 de fevereiro, e, na semana imediatamente seguinte, nós entregamos todo o material relativo a autos de encontros fortuitos ao Procurador-Geral da República, para as providências cabíveis, isso conforme determinação judicial. O Juiz, quando da decisão cautelar que determinou a prisão de várias pessoas, ele também determinou a entrega desse material, em caráter sigiloso, ao Procurador-Geral da República.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em relação à delação premiada, uma pergunta que faço também é se esse instituto, tal qual regulado no direito brasileiro, atende aos padrões internacionais necessários para o enfrentamento de quadrilhas tão organizadas como essa, porque uma questão que nós estamos enfrentando é que há um código de silêncio claro. As pessoas envolvidas com a quadrilha se mantêm em silêncio, com uma estratégia de defesa. A delação premiada não consegue atrair ninguém vinculado ao crime organizado ali? Por quê?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na realidade, essa é uma questão que sempre é colocada, mas nós não temos como fazer qualquer proposta de colaboração com aquele que consideramos como chefe de uma organização criminosa. Na realidade, a colaboração espontânea serve para que, a partir de pessoas que se encontram na base da organização, no meio da organização, passem a colaborar para se chegar a elementos para se neutralizar aquela pessoa que é considerada líder da organização criminosa ou patrimônio do grupo criminoso.

Ora, se nós identificamos já o líder da organização criminosa, se estamos fazendo um trabalho de enfrentamento a essa macrocriminalidade e se estamos tentando fazer uma investigação financeira dela, nós, em princípio, não necessitaríamos de fazer essa oferta ao chefe do grupo criminoso. Por outro lado, há, sim – e nós percebemos isto –, uma tentativa de se escudar o grupo criminoso a partir do silêncio, a partir daquilo que não é dito. E, com isso, fica clara,

para nós, pelo menos, a unidade do grupo criminoso. Em alguns casos, a colaboração espontânea foi, realmente, essencial.

Nós temos o exemplo clássico na literatura internacional no *maxiprocesso* conduzido pelo Giovanni Falcone, na Itália, em que um dos que eles chamavam de arrependidos colaboradores chegou a desvelar a organização criminosa investigada há 20 anos, que era a Cosa Nostra. Então, a partir dos caminhos dados ali por um dos arrependidos, foi que se chegou a toda a estruturação de grupo criminoso e se conseguiu conhecer a organização criminosa por dentro. Até então, se conhecia por fora e se conseguiu conhecer a organização criminosa por dentro. Nesse caso específico, nós conseguimos utilizar outras técnicas especiais de investigação, para dismantelar, pelo menos provisoriamente, o grupo criminoso organizado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas a pergunta é se esse instituto no direito brasileiro atende à necessidade de investigação de V. Ex^{as}

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós temos a possibilidade de utilizá-lo como técnica especial de investigação. Nós temos o arcabouço normativo para isso. O problema é que, muitas vezes – e a experiência nos mostra isto, pelo menos nos trabalhos que desenvolvemos, não é, Dr^a Lea? –, o Estado não consegue dar a estrutura suficiente para que aquele arrependido venha a ter uma vida... Vai ter uma vida restritiva, mas que tenha uma vida mais ou menos normal. O Estado não tem como proporcionar isso ao arrependido, não tem como proporcionar. A experiência mostra isso. E, quando fazemos uma proposta e, de repente, conseguimos estabelecer, a partir de um contrato de delação premiada, as cláusulas, tudo direitinho, nós acabamos prometendo algumas coisas que, no futuro, acabamos até por não conseguir viabilizar, por falta de estrutura material do Estado, mesmo.

Eu, particularmente, fico com muito receio de fazer ofertas de delação, porque, de repente, eu posso até perder a credibilidade por não conseguir implementar aquilo que teria sido acordado. Não seria só a diminuição da pena. Você tem toda uma estrutura de apoio que tem de ser dada para aquele arrependido, para que a organização criminosa não se volte contra ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, obrigado, Dr^a Lea e Dr. Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de passar a palavra aos oradores, eu queria fazer uma pergunta à Dr^a Lea e ao Dr. Daniel. No caso de foro privilegiado, algumas comunicações foram feitas ao STJ – Parlamentares e Governador. No caso de Secretários de Estado, houve comunicações, em relação à necessidade de investigá-los, ao Ministério Público

estadual, nesse caso, ou há competência do Ministério Público federal para investigar essa participação? O início da investigação está nos encontros fortuitos?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Todo o material foi encaminhado ao Procurador-Geral da República, todo o material relacionado a essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas, nesse caso, não caberia o encaminhamento ao Procurador-Geral da República apenas daqueles que têm foro privilegiado, isto é, cujo foro está previsto na Constituição Federal? Então, esses, sim, deveriam ser encaminhados ao Procurador-Geral da República, os demais, eventualmente, ao Ministério Público estadual de Goiás? Essa é a pergunta que eu faço a Vossas Excelências.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Esse material foi encaminhado ao Procurador-Geral da República e nós também encaminhamos alguns materiais resultantes das buscas ao Procurador-Geral da República. Tenho conhecimento de que ele... Depois, por exemplo, uma pessoa com prerrogativa no STJ, ele encaminhou para o STJ. Ele é que fez toda essa análise de conexão entre essas pessoas, dividiu e encaminhou para o foro competente, mas tudo foi encaminhado para o Procurador-Geral da República, mas tenho conhecimento, por exemplo, de que já foi enviado um material para o Tribunal de Justiça de Goiás, por exemplo. Mas esse conhecimento, não sei se realmente eles receberam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, em outras palavras, caberá a seleção dos investigados ao Procurador-Geral da República, não é? Eventualmente, pedir a investigação no STJ, e os demais, que tiverem foro privilegiado em Goiás, por exemplo, em Goiás?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Isso, e o que não for da atribuição dele encaminhar à autoridade competente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, se me permite, compreendi que todos os encontros fortuitos foram encaminhados ao PGR como notícia de fato. E ele fez uma identificação daquilo que era competência do STJ, daquilo que era competência do STF e daquilo que era competência do TJ de Goiás. Ele fez esse encaminhamento ou ele fez encaminhamento ao Ministério Público Goiás? Vossa Excelência não sabe responder?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não sei se ele encaminhou para o Tribunal de Justiça ou para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para sugerir, Senhor Relator, que nós pegamos essa informação para o Procurador-Geral da

República, em relação ao conjunto dos participantes, das pessoas presentes nesses encontros fortuitos.

Passo, então, agora a palavra aos autores de requerimentos: o Senador Alvaro Dias, depois o Deputado Luiz Pitchman, depois o Senador José Pimentel e o Senador Fernando Collor. Então com a palavra Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente, concordo como Presidente Vital do Rêgo, ouvimos uma competente descrição de uma organização criminosa que se organizou, se estabeleceu, se ampliou e avançou seus tentáculos sobre o poder público nas três esferas de Governo: União, Estado e Município. Nós reconhecemos que a convocação, quando se deu, dos Procuradores foi exatamente numa fase inicial em que tratávamos das operações Vegas e Monte Carlo relativamente a organização criminosa, operando na área de jogos, da contravenção.

Esta CPI avançou e nós chegamos até o setor público. Nessa descrição, ouvimos tratar-se de uma organização criminosa de alta periculosidade, de permissividade incomum e com enorme capacidade de cooptação dos agentes públicos. Eu indagaria, respeitando, obviamente, as dificuldades de resposta, em função do estágio das investigações: consta que a aproximação do Sr. Cavendish, da Delta, com o Cachoeira se deu exatamente em função do *know-how* de Cachoeira, que foi descrito aqui: as operações financeiras, a remessa para o exterior, a constituição de empresas no exterior, ou seja, a ocultação de valores de origem suspeita, duvidosa, ou de origem ilícita. Na investigação do Ministério Público, chegou-se a um momento em que houve esse encontro de interesses da empresa Delta com Cachoeira e o seu esquema criminoso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa parte referente à empresa Delta foi uma parte muito superficial, realmente. Não conseguimos, como falado aqui, desenvolver qualquer tipo de trabalho nessa esfera empresarial. Realmente, foi algo que, por conta dos vazamentos, não conseguimos desenvolver qualquer trabalho de investigação. Você tem alguns sinais de aproximação do Sr. Carlos Augusto com o Sr. Cláudio Abreu, tem alguns sinais de movimentação financeira daquilo que conseguimos receber a partir das quebras que nós solicitamos, mas nada que pudéssemos falar de forma cabal, como podemos falar quanto à peça acusatória, que foi já apresentada à Justiça.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – É, e algumas reuniões da empresa Delta, lá em Goiânia, dos integrantes da organização denunciados formalmente pelo Ministério Público, que essas reuniões... Mas nada foi desenvolvido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há iniciativas ou providências do Ministério Público para avançar as investigações nessa faixa de atuação da Delta com o setor público?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Estamos centrados agora, Senador, em algumas investigações que já estão um pouco mais amadurecidas para o oferecimento de novas denúncias. Essas investigações que se encontram mais amadurecidas são também voltadas para esse mercado da jogatina. Atualmente, por exemplo, o que aconteceu? Fizemos esse trabalho, foi feito esse trabalho, o grupo que estava fazendo esse trabalho, hoje, já não está mais, o Dr. Matheus já não se encontra mais, os agentes que auxiliaram no trabalho já não se encontram mais. Aquilo que nós temos como algo que pode ser ainda maturado na investigação já foi encaminhado à Polícia Federal, principalmente na área relacionada ao contrabando. Conseguimos detectar que, dentro daquelas máquinas caça-níqueis, existiam componentes eletrônicos de origem estrangeira.

Estamos numa fase final de investigação para alinhar esses inquéritos policiais à estrutura de poder da organização criminosa, para que possamos desenvolver e chegar à conclusão de que realmente havia um núcleo dentro daquilo que foi investigado e daquilo que foi apreendido, esse núcleo criminoso estava desenvolvendo sua atividade. Em resumo: que aquelas casas de jogos realmente pertenciam a esse grupo criminoso. Então, a fase hoje é nesses inquéritos policiais que se encontram numa etapa de amadurecimento, na fase final de investigação para que possamos ajuizar as novas ações penais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, Sr. Presidente, aumenta e muito a responsabilidade da CPI, porque já identificamos repasses da Delta para 18 empresas-laranjas que superam R\$413 milhões. Trata-se de dinheiro da desonestidade, pagamento de propina, pagamento pelo tráfico de influência que se exerceu para a obtenção de contratos generosos, por meio do superfaturamento de obras. Creio que é a essência da investigação esta CPI.

Indago, já que está difícil avançar nessa área... Não houve ainda, embora possam ser considerados fortuitos, indago se houve a identificação de uma ação de Cachoeira junto ao Governo do Distrito Federal, porque tivemos acesso aqui, e o País teve acesso, pois houve veiculação, pela mídia, de gravações envolvendo uma relação de Cachoeira e seus agentes, Dada e outros, com a Delta e o Governo do Distrito Federal, chegando muito próximo do governador até o chefe de gabinete do governador.

O Ministério Público chegou a identificar essas relações?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – O que foi identificado foi encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e resultou na operação *Saint-Michel*. Essa operação, inclusive o Carlos Augusto de Almeida Ramos está preso, em razão dela, e o Gleyb também. Mas eu não posso informar como foi a denúncia. Eu sei que é fraude à licitação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como meu tempo está passando, vou fazer uma indagação aqui, obviamente sem pretender criar qualquer constrangimento. Mas a missão essencial da CPI é conferir transparência aos fatos.

Eu indago: seria possível citar nomes de políticos eventualmente envolvidos e que estão ou sendo investigados ou se aguardam providências para que eles possam ser investigados? Eu me refiro a agentes públicos, especialmente políticos com mandato.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa parte, Senador, não é da nossa atribuição, essa parte política. Então, não temos como... Nós não efetivamos qualquer...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não é a parte política; é a parte criminal, é o envolvimento no crime.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É isso, é a parte dos agentes políticos, melhor dizendo. Essa parte da perseguição contra pessoas com prerrogativa não diz respeito ao Ministério Público Federal, que atua na base. O que nós fizemos foi apenas isolar esses diálogos e encaminhar às autoridades competentes.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas no trabalho de investigação, chegaram a esses nomes, eventualmente a pessoas envolvidas no esquema?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não houve ato de investigação. O que nós temos são contatos, e esses contatos foram encaminhados como notícia de fato, apenas. Então, não houve qualquer ato de investigação. Isso até tecnicamente se chama de serendipidade de segundo grau. Então, foi encaminhado como notícia de fato.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há uma outra indagação sobre a atuação do esquema Cachoeira no exterior.

V. S^{as}. fizeram referência a empresas no Uruguai, Reino Unido e Curaçao, se não me falha a memória. Houve investigação em relação à Coreia do Norte, BET Company, uma empresa enorme com sede na Coreia do Norte?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não, não houve investigação. Por enquanto, não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se há tempo ainda, eu faria mais uma indagação.

O Sr. Luiz Antônio Pagot informou à imprensa que foi retirado do Ministério dos Transportes por ter se contraposto aos interesses de Cachoeira. Depois, ele afirmou também que havia interferência política no Ministério dos Transportes, citando, inclusive, nomes de parlamentares. Houve, nas investigações, contato com essa realidade ou não houve? Dnit, Ministério dos Transportes, ação do Cachoeira.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Eu não sei...Agora, vou...Eu acho que há referências nas interceptações telefônicas. Mas, como dito, essa questão, realmente, a gente não conseguiu aprofundar. O trabalho foi todo focado exclusivamente naquilo que já foi apresentado no início.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu agradeço. É evidente que eu tinha outras indagações, mas agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra agora ao Ilustre Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria também, da mesma forma, de cumprimentar a Procuradora Lea e o Procurador Daniel pelo excelente trabalho realizado e, ao mesmo tempo, elogiar a coragem da Procuradora Lea, que não pediu para sair do processo quando foi ameaçada, diferente da forma – que me pareceu – do juiz que, quando teve as primeiras ameaças, fez uma solicitação para sair.

Eu gostaria de ressaltar também a importância, que fica mais clara hoje com a presença de V. S^{as}, da CPI. Vejam que, quando se fala do aprofundamento das informações da Delta e das empresas fantasmas, vocês trazem pouca coisa. Vejo que a CPI, de uma forma ou de outra, contribuiu para a manutenção da prisão do Sr. Cachoeira em função de todo o enfoque que foi dado e, da mesma forma, na validade das provas que, em determinado momento, chegaram a ser questionadas ainda no Tribunal Regional Federal.

Da mesma forma, vejo o aprofundamento que essa CPI tem feito das pessoas que têm foro privilegiado, que vocês também trazem muito pouca coisa aqui, e um exemplo foi a cassação do Senador Demóstenes.

Da mesma forma, vejo que a CPI traz aqui e tem a centralização de milhares de documentos, inclusive quebras de sigilo, conexões de valores financeiros ligados ao crime etc. Isso desmente um pouquinho o que muitas vezes tem sido tentado colocar pela imprensa e por alguns integrantes, até da CPI, que ela

não teve o verdadeiro sentido ao ser instalada e no seu andamento.

Agora eu também gostaria de discordar de V. S^{as}, quando falam que determinados documentos não tiveram aprofundamentos, principalmente quando tinham foros privilegiados na Polícia Federal e acredito que também no Ministério Público.

Eu tenho em meu poder um Relatório de Análise 23/2012, de 19/03/ 2012. Então, de março deste ano, feito pela NIP – Secretaria da Polícia Federal, no Departamento da Polícia Federal, que cita o Sr. Tomé, o Sr. Marcelão, o Sr. Cláudio Monteiro, que foi chefe do gabinete do governador, que seria para obtenção de informações privilegiadas nas interceptações de e-mails, e os agentes que fizeram esse relatório de análise, que é o agente Daniel Guerra e o agente Raimundo da Cruz, em março desse ano, e ressalto que já não existe mais fórum privilegiado nesse caso, porque o chefe de gabinete já não é mais chefe de gabinete, diz o seguinte: “diante dos indícios da participação do Sr. Cláudio Monteiro, chefe de gabinete do governador, sugerimos que sejam aprofundadas as investigações”. E a primeira pergunta é o que é que foi feito por isso e isso foi encaminhado, com certeza, ao Ministério Público.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Esse relatório foi elaborado após a deflagração, que foi em 29 de fevereiro. Não me recordo bem, mas imagino que seja o relatório oriundo da análise do material apreendido. Há dez dias, mais ou menos, eu recebi toda a documentação de relatório de análise do material apreendido. Nós estamos fazendo uma triagem, ver o que é que é da nossa ação penal, da ação penal da Justiça Federal de 1^a Instância, e os demais estamos encaminhando para as autoridades competentes para as providências, iniciar uma investigação, apurar os fatos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Preocupa muito essa CPMI o fato de que exatamente do que a senhora falou agora: há dez dias. Quer dizer, uma operação que foi realizada em fevereiro e, somente há dez dias, o Ministério Público tem algumas informações a mais, alguns complementos dessas análises do que foi apreendido.

Nós temos exemplos do que foi apreendido, por exemplo, na casa do Sr. Tomé, lá no Rio de Janeiro, ou na casa do Sr. Dada, aqui em Brasília, que até hoje não chegou a essa CPMI também. E isso, eu reitero ao Presidente da CPMI, que volte a se posicionar na Polícia Federal da importância que esses documentos, que foram apreendidos lá atrás, não demorem tanto principalmente a chegar ao Ministério Público e chegar até nós.

Da mesma forma, eu acompanhei pela imprensa entrevistas concedidas pela Procuradora Lea em que a senhora cita – eu não tenho como falar que estaria no comando, mas posso afirmar – que a organização está articulada e ainda está trabalhando, e Carlinhos Cachoeira, mesmo preso, tem enviado mensageiros. Todos os acontecimentos recentes demonstram que Carlinhos Cachoeira tem que permanecer preso, porque a organização criminosa não foi desarticulada. Mesmo preso, a organização criminosa está trabalhando, movimentando, ameaçando, chantageando, mandando recado.

Minha pergunta: após as últimas divulgações pela imprensa de que juiz, a senhora e mais algumas pessoas tinham sido ameaçados, existe algum outro tipo de informação que ainda não chegou à imprensa de ameaças ou de recados que saíram da prisão, mesmo a Sr^a Andressa estando proibida de hoje visitá-lo?

A SR^a LEA BATISTA OLIVEIRA – A última notícia de articulação da organização criminosa foi a chantagem da Sr^a Andressa em face do juiz federal da Seção Judiciária do Estado de Goiás.

O que eu informei aqui no início, e não tinha informado antes, foi que na semana da audiência de instrução e julgamento a minha equipe de segurança constatou uma marca no meu carro, a Polícia Militar fez uma abordagem à equipe de segurança semanas antes na porta do meu prédio, além dos e-mails que já são do conhecimento de todos. Nenhuma outra chantagem, ameaça, foi noticiada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Falava a senhora também sobre características de máfia apresentadas por essa organização criminosa. Isso é um código silencioso, próprio das organizações criminosas de parâmetro mafioso, ninguém fala até para proteger a organização criminosa

Segundo a senhora, outro detalhe que reforça a característica da máfia foram as ameaças sofridas, que nós comentamos agora.

Tudo demonstra que essa forma mafiosa de agir seja através, então, de ameaças, silêncio, orquestrada, então, através de chantagem. Embora seja um direito constitucional deles ficarem calados, tanto lá na Justiça como aqui, qual a forma e o que o Ministério Público está fazendo para que a gente consiga obter as provas e a situação necessária, já que eles não falam?

A SR^a LEA BATISTA OLIVEIRA – Esse silêncio orquestrado, conforme já havia falado, está bem claro para a gente no Ministério Público Federal e acho que aqui na CPI também. Ninguém fala nada. É um código de silêncio. Todos são leais ao chefe da organização criminosa.

O que posso dizer é que na ação penal que tramita na Justiça Federal em primeira instância esse código de silêncio não vai interferir na condenação dos integrantes, porque foi uma investigação muito bem feita, além do monitoramento telefônico, nós temos filmagens. A Polícia Federal conseguiu acessar a contabilidade da organização criminosa. Nessa contabilidade há pagamentos aos agentes estatais, policiais militares, delegados da Polícia Civil. Então eles podem exercer o direito constitucional, eles podem permanecer calados, mas isso não vai influenciar na ação penal. Esse silêncio orquestrado é típico. A prática demonstra, em outras operações em que nós atuamos, que sempre um ou outro integrante se dispõe a colaborar, o que não acontece neste caso; neste caso ninguém quer colaborar, ninguém quer confessar, uma redução de pena, ninguém fala nada.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Tendo em vista que aqui na CPI ele ficaram em silêncio e lá também eles ficaram em silêncio, a estratégia adotada pelo Ministério Público na Justiça Federal foi também a de não fazer nenhuma pergunta a eles, já que eles decidiram ficar em silêncio. Nós aqui temos adotado um procedimento meio parecido, apesar de discordâncias. Gostaria de entender se a senhora considera isso o modelo mais correto a ser adotado.

A SR^a LEA BATISTA OLIVEIRA – Ficar fazendo as perguntas, mesmo que a pessoa queira exercer o direito constitucional?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Lá parece que não foram feitas perguntas.

A SR^a LEA BATISTA OLIVEIRA – Não, não foram. O juiz federal começou o interrogatório, fez algumas perguntas básicas, e eles insistiram, exerceram o direito constitucional ao silêncio; a palavra foi passada ao Ministério Público, e nós não fizemos nenhuma pergunta.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – A senhora considera essa a forma correta da investigação? É um procedimento que nós temos questionado muito na CPI, também não fazemos as perguntas quando há o questionamento.

A senhora considera isso uma forma correta?

A SR^a LEA BATISTA OLIVEIRA – Nós consideramos a melhor estratégia.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O.k. Obrigado.

Nada mais a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Luiz Pitiman.

Deputado, Luiz Pitiman, quando nós estivemos na Polícia Federal, o Dr. Leandro Dayello Coimbra, comprometeu-se a enviar todos os relatórios até sexta-feira desta semana. Então, ele já tinha um controle:

parte dos relatórios foram enviados e parte dos relatórios serão enviados até sexta-feira. Nós teremos muitos documentos.

Na minha opinião, fica clara a contribuição da CPI, tanto em ajudar a desvendar os mecanismos econômicos dessa organização criminosa, os fluxos, os participantes etc, quanto também em investigar as pessoas, os agentes políticos, as pessoas que têm foro privilegiado. Acho que esta CPI pode contribuir muito em complementar essa investigação muito bem feita pelo Ministério Público federal e pela Polícia Federal.

Passo agora a palavra ao Senador e ex-Presidente Fernando Collor de Mello por dez minutos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr^a Lea Batista de Oliveira, Dr. Daniel de Resende Salgado.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas simples e ouvir as respostas de V. S^{as}.

Dr^a Lea Batista de Oliveira, quais são as condutas possíveis por parte de um membro do Ministério Público na apreciação de um inquérito policial? Que providências ele pode tomar ou deve tomar?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Um membro do Ministério Público federal ou estadual ou qualquer que seja, ao receber uma investigação – pode ser um inquérito ou uma peça informativa –, tem a possibilidade de arquivar, de denunciar. Ele pode...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Ao juiz.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – ...também pedir algumas diligências.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

Dr. Daniel de Resende Salgado, o que o senhor entende por ação controlada?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Senador, foi colocado no início que o trabalho de enfrentamento às organizações criminosas precisa ser um trabalho estratégico. Há necessidade de se estabelecerem estratégias de enfrentamento a esses grupos criminosos e a utilização de técnicas especiais de investigação, como, por exemplo, a questão da ação controlada, que está lá disposta no art. 2º da Lei nº 9.034.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Lei nº 9.034, de 1995.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente. É uma das técnicas especiais de investigação que podem ser utilizadas. Como eu disse aqui, tanto o Ministério Público como a Advocacia, dentro da atuação estratégica, podem desenvolver trabalhos para chegar à conclusão de qual seria o momento adequado para desencadear, ou um arquivamento, ou uma diligência, ou o início de uma investigação.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Ação pressupõe fazer alguma coisa?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Talvez fazer alguma coisa, depende da estratégia a ser utilizada. Às vezes não é o momento para fazer aquela coisa.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Bom, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu fiz essas perguntas porque o Sr. Procurador-Geral da República demorou a tomar qualquer tipo de providência em relação à operação Vegas por quase dois anos. Isso que a Dr^a Lea respondeu, quais são as condutas possíveis por parte de um integrante do Ministério Público diante do recebimento de um inquérito, ele tem, por dever de ofício, que tomar uma dessas três alternativas: ou arquivar, ou demanda novas investigações, ou devolve ao juiz. E o Sr. Procurador-Geral da República não utilizou de nenhuma dessas alternativas, conforme preconizado em lei. Quase dois anos esse processo permaneceu inerte na Procuradoria-Geral da República.

Em segundo lugar, na resposta que S. Ex^a o Sr. Procurador-Geral da República ofereceu a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nas perguntas que foram enviadas Presidência desta Comissão, ele sugere, de uma forma tihosa, que, graças ao que ele chama de sobrestamento, ou seja, de não ter tomado nenhuma providência em relação à Operação Vegas, ele sugere, de forma tihosa, que não fez isso porque estaria em curso outra operação que tinha vinculação com a Operação Vegas. E aqui ouvimos da Sr^a Dr^a Procuradora Lea Batista de Oliveira que uma operação não teve nada a ver com a outra. A Operação Monte Carlo não é a continuidade da Operação Vegas. O Sr. Procurador-Geral da República faltou com a verdade.

Temos outra pergunta a fazer. E aí eu faria aos dois, à Procuradora e ao Procurador: É normal que, na distribuição de processos que cheguem à Procuradoria-Geral ou às procuradorias em geral, que esses processos sejam canalizados para um único procurador, ou o normal não seria fazer uma distribuição pelo sistema eletrônico ou por outro sistema qualquer? Os senhores não acham esquisito que todos os processos que chegam à Procuradoria-Geral da República e que incluam nomes que têm prerrogativa de foro, que esses processos sejam concentrados na mão de uma única pessoa, no caso a Procuradora Dr^a Cláudia? Ou isso é uma prática normal?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Quem tem assento no Supremo é o Procurador-Geral da República.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Então ele pode fazer isso? É uma coisa eticamente inatacável?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Qual a avaliação que eu posso fazer disso?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito bem. A Dr^a Lea, por favor.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu não tenho conhecimento da sistemática adotada pelo Procurador-Geral da República na distribuição dos processos. Eu sei, como o Daniel informou, que a competência para atuação é do Procurador-Geral da República, mas eu não sei, não tenho conhecimento qual a sistemática por ele adotada para ele delegar esse trabalho; ele não consegue fazer tudo e precisa delegar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Então, em função disso, eu passaria a V. S^{as} a informação de que todo e qualquer processo que chega à Procuradoria-Geral da República e que incluam nomes com prerrogativas de foro vão para a mão da Subprocuradora Dr^a Cláudia, esposa de S. Ex^a o Sr. Procurador-Geral da República, fazendo uma reserva de mercado de processos desse jaez.

Sr. Presidente, Sr. Relator, o Procurador, portanto, faltou com a verdade quando disse que agiu de conformidade com a lei ao não tomar providências. É mentira, e aqui já foi visto isso porque ele tinha que ter tomado uma das três alternativas.

Em relação à Dr^a Cláudia, ela também foi desmentida. Não sei se V. Ex^{as} se lembram, mas quando veio aqui depor o delegado que presidiu o inquérito da Operação Vegas – e a Dr^a Lea deve conhecê-lo – o Dr. Raul, quando perguntado a ele se ele não tinha achado esquisito que esse inquérito tivesse permanecido tanto tempo na Procuradoria-Geral, sem que nenhuma providência houvesse sido tomada, ele disse que sim, que achou esquisito, achou estranho, e que foi a Procuradora-Geral, que detém essa reserva de mercado, porque havia pessoa com prerrogativa de foro na Operação Vegas, e, segundo ela, numa declaração anterior à oitiva dele, ela teria agido assim, junto com o Procurador-Geral, de não tomar nenhuma providência, a pedido do Dr. Raul.

O Dr. Raul aqui esteve, prestou o seu depoimento e desmentiu a Dr^a Cláudia; disse que, ao contrário, esteve com ela, sim, mas para manifestar a estranheza dele, como Presidente do inquérito da operação Vegas, pela demora nas providências que deveriam já ter sido tomadas.

Em relação à questão do segredo de justiça, é do nosso conhecimento que as duas investigações, as duas operações correm sob segredo de justiça. O que os senhores entendem como segredo de justiça? É seguir o princípio do segredo de justiça dar entrevistas à imprensa, como foi dado, por exemplo, pela Dr^a Léa recentemente?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Senador, a ação penal resultante da investigação da operação Monte Carlo não está em segredo de justiça. O que acontece é que a interceptação, por razões óbvias, é sigilosa, para garantir a efetividade da investigação. Então, toda interceptação é sigilosa. A ação penal não é sigilosa.

O que aconteceu? Quando a operação foi deflagrada no dia 29 de fevereiro, o Ministério Público, eu, Daniel e outro colega que trabalhamos na operação decidimos fazer uma coletiva, juntamente com a Polícia Federal, para informar a sociedade sobre as prisões, os afastamentos das funções públicas. E foi o que foi feito. No dia 29, eu e o Daniel, juntamente com o delegado Matheus, fizemos uma coletiva falando de uma forma genérica sobre a atuação da organização. Posteriormente, eu concedi também uma entrevista com o Daniel para informar a sociedade do oferecimento da denúncia. Depois, não mantivemos mais contato com a imprensa.

Recentemente, eu concedi uma entrevista para um jornalista da Rede Globo. Ele me procurou e falou que queria fazer uma matéria sobre a periculosidade da organização. E que ele tinha todo o material e se eu poderia conceder uma entrevista. Assim o fiz. Concedi a entrevista sem revelar nenhum fato sigiloso, mas a forma de atuação da organização criminosa, as chantagens, as ameaças, a cooptação dos agentes estatais. Foi isso que foi feito.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Esse contato com os jornalistas, portanto, é algo que se faz presente normalmente na relação da senhora, dos senhores procuradores?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não. O que eu posso afirmar foi isso. A gente teve uma coletiva na deflagração. A outra coletiva quando apresentamos a denúncia e essa entrevista para o jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu digo isso apenas porque recebi uma informação. Eu sei qual será a resposta de V. S^{as}: de que não participaram dessa reunião que supostamente teria ocorrido no dia 2 de março, a partir do meio dia, numa localidade próxima onde funciona a sede da revista *Veja*, quando os senhores, na companhia do procurador Alexandre Camanho de Assis, teriam entregue os dois inquéritos da operação Vegas e Monte Carlo a dois jornalistas da revista *Veja*. A senhora e o senhor não confirmam esse encontro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Ex^a...

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Não. Eu não sei onde fica a empresa, a revista *Veja*. Eu, inclusive, recebi o requerimento de V. Exª pedindo toda a minha agenda do dia 26 a 3 de março.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Isso.

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Pedi um levantamento para o procurador-chefe da Procuradoria do Estado de Goiás. O que aconteceu? O dia 26 de fevereiro foi domingo. Esse dia eu não trabalhei e estava na expectativa da deflagração.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Isso.

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – No dia 27, eu estive aqui em Brasília com o juiz federal responsável pelo caso, juntamente com o Daniel, e estivemos no Conselho Nacional de Justiça, numa reunião com a Eliana Calmon e um juiz auxiliar do CNJ, pedindo segurança e tranquilidade para o juiz exercer as funções dele.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Confere.

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Nesse mesmo dia, eu voltei para Goiás, para Goiânia. Na parte da manhã, eu trabalhei na expectativa da deflagração da operação. No período da tarde, eu voltei à Brasília no carro oficial, com o motorista, esperando a deflagração. Cheguei aqui à tarde, na terça-feira. Tive uma reunião com o delegado Matheus e com a superintendente aqui da Polícia Federal no DF, Silvana...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Da operação Monte Carlo?

A SRª LEÁ BATISTA DE OLIVEIRA – Da operação Monte Carlo.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Confere.

A SRª LEA BATISTA OLIVEIRA – Não dormi à noite e a operação foi deflagrada na quarta-feira, pela madrugada. Nesse dia que o senhor fala, da reunião, no dia 2, não é?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sim.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu estive, acompanhada do motorista oficial, nos seguintes locais. Na parte da manhã, estive na PGR; depois, estive no Conselho Nacional de Justiça novamente, porque, em razão da reunião anterior, nós fomos entregar o papel, o documento por escrito, formalizando o pedido de segurança para o juiz.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito bem. Está muito bem, Drª Lea.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – E, depois, retornei à PGR e, depois, voltei para Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Exª está encerrado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, somente para concluir, porque...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Se V. Exª pudesse encerrar...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pulando essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – ...para que os demais oradores...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Porque a Procuradora falou...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, se me permite, ele está três minutos acima do tempo. Ninguém tem esse tipo de tratamento aqui. Ninguém. Todos têm perguntas importantes, Sr. Presidente.

O SR. – Já vou antecipar que quero igual tratamento, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – A Srª Procuradora...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, vou querer igual tratamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não está correto, Sr. Presidente...

O SR. – Para todos, igual tratamento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Regimento não está sendo cumprido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Só peço a todos... Se V. Exª puder, eu reinscrevo V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu concluo em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu reinscrevo V. Exª. É porque há uma situação em que os demais oradores...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A Srª Procuradora, digo em função do que disse a Srª Procuradora.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, ele não pode se arvorar para arrolar à CPI...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A influência dos órgãos de comunicação a favor dos contraventores. A senhora tem conhecimento disso?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor vai controlar a CPI ou não vai controlar a CPI...?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A senhora tem conhecimento disso?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É V. Exª quem dita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Eu só peço ao Senador Fernando Collor de Mello, vou reinscrevê-lo para essa última questão de V. Exª. Mas o tempo de V. Exª já extrapolou o tempo regulamentar...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Quero apenas deixar registrado que a Procuradora Lea, a Dr^a Lea falou em troca de favores, e eu gostaria que ela explicasse melhor que trocas de favores são essas e também da influência de órgãos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ele continua inquirindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Eu vou...

O SR. – Presidente, e fazendo referências que...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu encerro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora ao próximo inscrito, Deputado Domingos Sávio.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero fazer uma indagação. Foi dito aqui que a Procuradora da República teve um ofício enviado pela CPI para saber a agenda dela. A CPI?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Foi aprovado esse ofício...

A SR^a LEA BATISTA OLIVEIRA – Não, não foi um ofício da CPI, não; foi um ofício do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Foi um ofício pessoal do Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Pessoal do Senador.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Do Senador. Foi isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não foi a CPI. Isso não passou pela CPI.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O ofício foi pessoal do cidadão Fernando Affonso Collor de Mello à Sr^a Dr^a Lea Batista de Oliveira...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, estou com a palavra pela ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – E eu estou explicando a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – V. Ex^a não está explicando.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Eu...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Presidente, eu gostaria que fosse obedecido o Regimento. Estou com a palavra pela ordem e tenho três minutos para falar pela ordem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques. Só um minuto, Senador Pedro Taques. V. Ex^a formulou uma pergunta e a pergunta foi respondida...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, não foi a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – A resposta foi dada pela Procuradora, Dr^a Lea de Oliveira. Não foi a CPI. Esse foi um ofício que foi expedido pelo Gabinete do Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Certo. Muito obrigado. Agora, eu gostaria...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – (Fora do microfone.) Não interessa à CPI se é pessoal ou...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Qual é a questão de ordem de V. Ex^a?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não é questão de ordem. É pela ordem, art. 403 do Regimento Interno, combinado com o art. 14. É pela ordem. Não é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques, eu já tinha anunciado, antes de V. Ex^a pedir pela ordem, o orador inscrito, Domingos Sávio. Eu já tinha anunciado. Então, e o senhor é o próximo inscrito.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos Sávio, por dez minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a Procuradora da República, Dr^a Lea Batista, Sr. Procurador, Dr. Daniel Resende, inicialmente, eu os cumprimento pelo brilhante trabalho que, com certeza, os coloca no nível que temos a Procuradoria da República, que temos o Ministério Público em nosso País, a importância como uma das colunas de sustentação da nossa democracia e do Estado de direito. Quero, além de parabenizá-los, reiterar o sentimento de que esta CPMI sem dúvida estará empenhada em colaborar, assim como a senhora e o senhor estão colaborando e muito com as suas presenças aqui.

Verifico, de início, em razão inclusive dos últimos comentários feitos, que foram preciosas algumas informações que aqui foram trazidas dando conta de que essa operação, por várias vezes, já no passado, houve a tentativa, e o Dr. Daniel relembrou que, em 2007, quando tentou-se, inclusive com mandados de busca e apreensão, se desbaratar esse esquema criminoso que já existia e na própria denúncia formulada faz-se referência a 1999, me parece, ou alguma coisa há bem tempo atrás, há mais de uma década, foi reiterado aqui pelos senhores e pela senhora que há mais de uma década, portanto, ao contrário do que alguns querem passar a ideia... Às vezes, alguns querem, inclusive, associar com a última eleição de Governador de determinados Estados, fazendo vinculações de na-

tureza absolutamente sem propósito. Mas fica claro, quando V. S^{as} trazem a importância dos vazamentos, inclusive esse vazamento ocorrido em 2007, com a suspeição grave, depois confirmada, de envolvimento da Polícia Federal, em que pese todo o respeito e os grandes serviços prestados pela Polícia Federal. Aí eu quero fazer não só fazer uma constatação, mas confirmar com o Dr. Daniel, que fez a sua observação sobre esses instrumentos estratégicos do processo investigativo, uma vez que o Ministério Público precisa, naturalmente, se valer de mecanismos para proceder à investigação todas as vezes em que é acionado, a tal ação controladora, aqui lembrada...

Pois bem. Ficou evidente que, no lapso de tempo que houve entre a Operação Vegas e a Operação Monte Carlo, se essas coisas vazassem de uma forma generalizada, em nada contribuiria. E ainda assim vazaram algumas informações. Fica evidente aí a ação controladora aqui lembrada. Eu acho que pode nos levar à conclusão de que o material encaminhado à Advocacia Geral da República é dado conta de que não foi conclusivo. E aqui o delegado que aqui depôs deixou isso claro. Ele deixou claro que, ao se deparar com relações ou ligações fortuitas com autoridades de foro privilegiado, ele se sentiu impedido de aprofundar as investigações. Então, ele não tinha – ele declarou aqui, o delegado da Polícia Federal – dados suficientes e encaminhou à Advocacia-Geral. Se a Advocacia-Geral, naquele momento – de duas, uma –, se ela formaliza uma denúncia sem provas, sem dados suficientes, ou se, por outra, determina o arquivamento e a comunicação ao Supremo de que está arquivando, torna público.

Então, fica, para mim, pelo menos, evidente, embora haja uma obsessão com relação a querer imputar uma responsabilidade à Advocacia-Geral... Eu tenho uma obsessão à Procuradoria Geral, eu tenho, aí sim, uma obsessão da defesa desse instrumento basilar da democracia, não das pessoas. As pessoas, todas nós, todo ser humano é falível. Mas, nesse caso específico, eu, de forma pontual...

Dr. Daniel, se chega na sua mão algo que não está devidamente fundamentado ou qualquer outro Procurador que o senhor julga apto ou qualificado, e creio que todos o sejam, até que se prove o contrário, é razoável se propor a denúncia sem estar com provas fundamentadas? É razoável, se há a possibilidade de haver alguma coisa irregular, também mandar arquivar? O senhor acredita que, portanto, não tendo tomado providências dessa natureza, prejudicou-se, ou poderia ter contribuído, facilitado, que, aí sim, a operação que veio no futuro pudesse, de fato, apurar uma série de irregularidades? O senhor acha que a

atitude de cautela do Ministério Público e da Procuradoria nesses casos é prudente?

O SR. DANIEL RESENDE SALGADO – A primeira pergunta é se é possível se fazer isso. É claramente possível. Eu já tive investigações em que precisei, realmente, eu, particularmente, sobrestar para não atrapalhar outro trabalho investigativo, como também para se utilizar estrategicamente daqueles dados em outro trabalho que estava sendo desenvolvido. E foi essencial ter sido sobrestado esse trabalho para o sucesso da Operação Monte Carlo. Não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Perfeito.

Eu queria, agora, pedir a V. Ex^a que nos ajude também a fazer uma reflexão no tempo. V. S^a manifestou aqui, lembrando que em 2007 o senhor já presidia uma ação investigativa e conseguiu mandados de busca e apreensão. E naquela ocasião chegou à conclusão de que houve vazamento, porque chegou lá e não havia mais nada, e chegou a mencionar à própria direção da Polícia Federal de que havia suspeição de que esse vazamento pudesse dali ter partido.

Nós estamos falando de 2007. E na sua referência a toda essa organização criminosa o senhor disse, na propositura da ação propriamente, da denúncia, fez referência a mais de uma década. E aqui hoje lembrou mais de uma década.

Portanto, existem servidores públicos sim com prova técnica, porque foram denunciados pelo senhor, pela senhora. Portanto, servidores públicos federais, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Estadual, Polícia Militar, não é? Rodoviária Federal.

Agora, verifica-se inclusive, pelos objetos que foram resultado da busca e apreensão, envolvimento de prefeitos. Aqui já veio um prefeito, o prefeito do PT lá da cidade de Palmas.

Pois bem, isso foi num lapso de tempo de mais de uma década, certo? Nós vivemos, felizmente, num País democrático, em que há alternância de poder, há alternância de governantes. Portanto, mais de um governo se passou.

Os senhores perceberam, em algum momento, e aí eu coloco isso de uma forma bem suprapartidária, porque eu vejo esse respeito do Ministério Público e é sua independência prevista constitucionalmente nesse aspecto de natureza partidária ou política.

Mas é importante que tenhamos essa clareza aqui. Há, em algum momento, algum indício de que a organização criminosa esteja associada à gestão política ou a um grupo político neste ou aquele Estado? De que ela se deu num lapso de tempo específico em que um grupo político governava este ou aquele Esta-

do? E aí nós temos Estados governados pelo PSDB, pelo PT. Essa minha pergunta é porque eu acho que nós temos que aprofundar sim sobre os criminosos, indiferente da questão partidária, mas é preciso que isso fique claro. Porque eu já cheguei a ouvir aqui de um parlamentar, por sinal na última reunião, que agora, num Estado recente, que a organização tomou conta de um governo do Estado.

Esse tipo de afirmativa feita, no meu entendimento, sem nenhuma contribuição para o objetivo final desta CPI, pelo contrário, colocando-a em descrédito perante a opinião pública, pela natureza de embate político-partidário, ou de perseguição.

Então eu volto a minha pergunta: o senhor viu, em tudo o que investigou, alguma associação – servidores já ficou evidente, federais, estaduais, etc. –, mas uma associação que o senhor possa dizer: Olha, essa organização criminosa está associada a um grupo político de mandato específico ou no exercício de mandato.

O senhor sentiu isso ou percebeu?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – O trabalho que nós desenvolvemos... Como eu já falei aqui, a gente teve um foco específico. Na realidade, era uma espécie de trabalho até mesmo de contra inteligência, no sentido de que foi todo focado para aquela organização criminosa que atuava na cooptação de policiais civis, militares e federais. E essa cooptação se dava durante todo esse período em que foi feita a investigação. Por quê? Porque haveria... Como essa atividade era uma atividade mais ou menos ostensiva, haveria necessidade de se escudar esse tipo de atividade, de se proteger esse tipo de atividade através da força do Estado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Indiferente de quem era o governante da época.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É. Pegando...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Policial de carreira, civil, militar, federal.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Exatamente, policial militar, civil e federal.

O nosso foco foi exatamente esse. Nós não tivemos qualquer análise ou qualquer ato de investigação contra qualquer tipo de viés político desse grupo criminoso, se é que existe.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só uma última consideração, Presidente, rapidamente. É porque foi dito algo aqui para mim muito forte, pela Dr^a Lea e pelo Dr. Daniel,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a também está encerrado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Trinta segundos. Eu até anotei. Se tiver me fugido uma ou

outra vírgula, a Dr^a Lea sintetizou assim: enquanto não conseguirmos sufocar a parte financeira da organização criminosa, ela continua viva e operando, indiferente do chefe estar preso.

Foi basicamente isso que a senhora disse. E eu vejo que nós já temos, Dr^a Lea, e a nossa bancada do PSDB, naturalmente, o relator, que já dispõe também de várias informações já citou isso, temos informações, de seis empresas já quebramos o sigilo. Hoje foi lembrado, é preciso quebrar de pelo menos mais outras 12 empresas-fantasmas! Ficou comprovado aqui! Veio aqui aquela que é dita como dona, mas é uma infeliz de uma senhora que foi usada, virou vítima. Uma senhora que foi usada pela organização criminosa com uma empresa fantasma, Alberto & Pantoja. Só essa recebeu R\$30 milhões da Delta!

Então, eu quero não só colocar isso para a senhora e para o Dr. Daniel, como já fazer um apelo: que o Ministério Público inicie imediatamente uma operação específica em cima do crime organizado nesse tipo de empreiteira e suas empresas-fantasmas! Isso é fundamental para matar esse braço financeiro dessa organização criminosa, empresa Delta e companhia, desviando dinheiro público em associação com o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a já está esgotado.

Gostaria de saber se V. S^{as} gostariam de responder algumas das questões. (Pausa.)

Não.

Então, eu passo agora a palavra ao ilustre Senador Pedro Taques, por permuta com a Deputada Íris de Araújo e, consequentemente, com permuta com o Deputado Miro Teixeira.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só gostaria de lembrar que a Lei Complementar 75/93 diz que procuradores da República têm o mesmo adjetivo de tratamento de magistrados. Portanto, eles têm de ser chamados de Vossa Excelência. E nenhum parlamentar pode deixar de cumprir a lei. Alguns até o fazem.

Vou começar a dizer, Sr. Presidente, que existe uma inversão de valores na República Federativa do Brasil: enquanto procuradores da República, policiais federais investigam uma organização criminosa que ameaça agentes do Estado, Senadores oficializam diretamente a membros do Ministério Público para investigar agenda de membros do Ministério Público. Onde está escrito isso na lei, Sr. Presidente? Ou aqui ninguém cumpre a lei?

Isto aqui é uma inversão total de valores. Os criminosos estão se tornando heróis. Os criminosos

estão substituindo a ação do Estado. Não existe lei neste País que proíba membro do Ministério Público de dar entrevista. Aliás, existe uma lei, a Lei 8.429/92, cujo projeto foi apresentado pelo ex-Presidente da República Fernando Collor, que diz, em seu art. 11, que servidores públicos têm a obrigação de dar satisfação ao cidadão do que estão a fazer. Está na Lei 8.429/92, art. 11!

Outro detalhe, Sr. Presidente: a Lei Complementar 75/93, nos seus arts. 47 e 66, determinam ao Procurador-Geral da República que faça a designação de sub-procuradores gerais para officiar perante o Supremo Tribunal Federal e o STJ. Portanto, a designação da Drª Cláudia não foi uma designação porque ela é esposa do Procurador-Geral da República. Aliás, ela é procuradora antes de ser esposa do Procurador-Geral da República.

Aqui nós temos uma inversão de valores: enquanto criminosos, inclusive parlamentares, precisam ser investigados, nós estamos investigando membros do Ministério Público.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de mais uma vez ressaltar a importância da Instituição. Ressaltar a confiança na Instituição e nos dois procuradores que aqui se encontram, que expõem sua vida a risco de morte para exercerem suas atribuições constitucionais. Eles, policiais federais e magistrados do Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar aos convidados aqui, a eles que vieram colaborar com a CPI, nos termos da Lei 1.579/52: as instituições financeiras, ao não remeterem informações ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e à CPI, qual é o prejuízo que isso traz para as investigações?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Excelência, as investigações que teriam uma celeridade acabam atrasando. E nós temos também a possibilidade de perdermos inclusive o sequestro dos bens – isso no mínimo – que foi determinado judicialmente, porque nós temos prazo para oferecimento da peça acusatória, para podermos manter esse sequestro. Então, no meu entendimento, o prejuízo é imensurável em face da necessidade que temos realmente de ter uma atuação célere nesse caso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor e a Drª Lea fizeram referência à questão de reuniões dentro da empresa Delta, lá em Goiás. Outros membros da diretoria da Delta, os nomes, surgiram na investigação que V. Exªs fizeram a partir da remessa de material ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de onde surgiu a Operação Saint Michel?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Excelência, como a gente colocou aqui no início, nós não desenvolvemos de forma aprofundada qualquer

tipo de investigação dentro da seara empresarial do grupo criminoso. O nosso foco foi realmente o trabalho de desarticulação do grupo no que dizia respeito a setores da segurança pública do Estado e a alguns membros da Polícia Federal.

Então, as únicas informações que nós temos ainda estão em material bruto. Nós ainda não conseguimos desenvolver qualquer tipo de análise. E, durante esse período, esses seis meses, nós nos voltamos exclusivamente para a ação penal e para tentar inclusive fazer um trabalho junto às demais instâncias do Ministério Público Federal, buscando-se manter a higidez os elementos que tínhamos, dos elementos de provas, das provas que tínhamos recolhido. Então, durante todo esse período, ficamos focados exclusivamente na ação penal desmembrada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ok. A Lei nº 9.034, de 1995, no seu art. 2º, fala da ação controlada. Essa ação controlada só significa ato volitivo ativo ou pode significar também uma falta de ação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Um passivo também. Passivo. Tem qualquer tipo. E outra: se levantou a questão de autorização judicial, não há necessidade inclusive de autorização judicial para ação controlada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Procurador-Geral da República pode fazer o juízo de valor a respeito da ação controlada?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Deve fazer, é atribuição dele.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O senhor poderia dar um exemplo de ação controlada em se tratando de tráfico de entorpecentes?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É a questão referente à apreensão, a apreensão inclusive dos entorpecentes. Você deixar o entorpecente passar de fronteira, por exemplo, para que se possa consumir um delito de tráfico internacional.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso é normal na investigação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Normal. Normabilíssimo, inclusive aquilo que a gente colocou no início: para o enfrentamento das organizações criminosas, temos que utilizar determinadas técnicas de investigação que são necessárias para desarticulá-las. Não adianta a gente pensar o processo penal como a gente pensa com o enfrentamento ao solitário social. As organizações criminosas precisam ser desarticuladas a partir de técnicas especiais de investigação. Uma dessas técnicas inclusive é a ação controlada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. O senhor fez referência à estratégias de investigação. Eu gostaria que o senhor ou a Drª Lea pudesse falar um

pouco sobre isso e quem é o senhor dessa estratégia onde se encontra o fundamento constitucional e legal.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Só para registrar em relação à ação controlada, na própria Operação Monte Carlo foi utilizada a técnica de ação controlada. Em alguns momentos, a autoridade policial deixou de atuar para não prejudicar o andamento das investigações. Então, em alguns momentos, eles deixaram de fechar casas ilegais de jogos para não prejudicar a nossa investigação.

Agora, em relação a quem decide, é o membro do Ministério Público, que é o *dominus litis*, o autor da ação penal.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso o Ministério Público faz porque ele quer ou porque está na Constituição ou na lei?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Está na Constituição e na lei.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ok.

Sr. Presidente, quero expressar aos dois Procuradores da República, em meu nome, do partido que lidero nesta CPI, no Senado, e do Deputado Miro Teixeira, do PDT, que é Líder do PDT nesta CPI, em razão de seu conhecimento, também o apoio incondicional do Deputado Miro Teixeira à ação dos Procuradores da República. Nós não podemos transformar esta CPI num coito de criminosos. Não podemos transformar esta CPI em uma súcia para defender criminosos e nós não podemos transformar esta CPI numa CPI para investigar o Ministério Público, porque não existem elementos nesta CPI que dão conta de membros do Ministério Público cometendo ilícito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, só quero dizer que o apoio ao Ministério Público é dado também por esta CPI, quando a Procuradora e o Procurador tiveram, foram ameaçados, tomamos providências a partir daqui a um respeito a essa instituição...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Aliás, o pedido foi meu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E nós dialogamos naquele dia do pedido, eu que iniciei o pedido, evidentemente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, eu o escrevi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... e o senhor subscreveu, e igualmente nós queremos aqui desarticular essa organização criminosa. Acho que é o intuito de todos os Srs. Parlamentares, e também o de aperfeiçoar a legislação brasileira para que essas organizações não tenham tranquilidade para se desenvolver, que elas possam ser desarticuladas a todo o momento em que pretenderem trabalhar nessa

direção. Então, quero só reforçar esse aspecto, que é o objetivo desta CPI.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, ainda me restava 1 minuto.

Eu gostaria de dar conta à CPI de que apresento hoje um projeto de lei complementar para alterar o art. 105... Desculpe, alterar o art. 3º da Lei Complementar 105, de 2001, ofertando responsabilidade às instituições financeiras por falta de prestarem informações ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e às Comissões Parlamentares de Inquérito. Nós temos notado isto, que as instituições financeiras não ofertam as informações, não fornecem as informações bancárias no tempo aprazado pelo juiz, pelos membros do Ministério Público e pela CPI, inclusive estabelecendo aqui a referência ao tipo penal de desobediência que se encontra no Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu creio que a própria conclusão da CPI poderia indicar o apoio a esse projeto de tamanha importância.

Passo agora ao ilustre Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Bom, eu gostaria de perguntar: ao longo de toda a investigação que os dois Procuradores fizeram – e também, em nome dos democratas, eu quero cumprimentá-los pelo extraordinário trabalho que fizeram –, quanto o senhor e a senhora estimam que a quadrilha, na área de jogos, compreendendo aí bicho e vídeo loterias, as máquinas, quanto eles faturavam no Estado de Goiás, por exemplo, que era onde vocês atuavam de maneira mais direta, V. Ex^{as}?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – É, a movimentação financeira do grupo era imensa, né? Pelo conhecimento que nós temos, tinham uma movimentação financeira muito grande. Foram feitos alguns levantamentos em que se concluiu que, durante um determinado período, algumas casas de jogos localizadas em determinadas unidades, em determinados Municípios chegavam a conseguir amealhar aí mais de R\$3 milhões.

Com os trabalhos que foram feitos, por exemplo, com apreensão desses equipamentos, a gente verificou que o prejuízo também era imenso; chegou a ser cogitado prejuízo, a partir da apreensão dessas máquinas, de mais de R\$200 mil.

Então, é por isso que, inclusive, eles viam essa questão da cooptação dos agentes do Estado como uma forma de investimento. Era muito mais interessante para o grupo pagar a esses agentes do Estado a terem essas perdas patrimoniais que eles poderiam suportar num caso de uma atuação por parte das agências formais de controle.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A pergunta é objetiva: o Ministério Público estima que durante 1 ano a quadrilha movimentava, nessas duas atividades, 10, 50, 60, 100, 150 milhões? Qual é uma estimativa? Por exemplo, se as lojas mais bem localizadas aqui – o Deputado Matheus também fez uma conta parecida com a que V. Ex^a faz – na faixa aí de algo entre 1 milhão de faturamento mensal até 3, dependendo da localização do – entre aspas – “cassino”...

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Creio que seria realmente por aí, né? Mais ou menos esses valores mesmo. Nós conseguimos, com a apreensão dos bens, com o sequestro dos bens, segundo a análise que foi feita inclusive pela Polícia Federal, análise recente, verificamos que o patrimônio que foi... o patrimônio que nós conseguimos alcançar seria na faixa de 167 milhões, né?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu chamo a atenção para isso porque a organização era tão sofisticada que ela tinha uma face aparentemente legal das atividades do seu líder, que estavam voltadas, por exemplo, para o mercado de medicamentos. Então, ali tinha um estofo, vamos dizer assim, operacional para dar imagem à condição social ostentada pelo líder; tinha lá máquinas e o jogo do bicho, que é a origem, como forma de, vamos dizer assim, sustentação e operação; e havia outro ramo que começava a ganhar corpo, que era o da construção civil, onde nós supomos – e acho que também se supõe isso na investigação – que tenhamos as empresas misturando construção efetiva com lavagem de dinheiro. E nos damos conta de o quanto era audaciosa a inclinação que foi feita, ou a mudança de rumo, ou a ação direta, na audácia da organização criminoso, quando ela faz associação com o Sr. Fernando Cavendish e a Delta, porque ela vai entrar num ramo – e, por tudo que entendi, não foi investigado – muitas vezes maior que o mercado que ela operava, porque, depois que se montou o cassino da Caixa Federal, o jogo do bicho virou uma coisa desimportante no Brasil. E a maioria absoluta dos bicheiros tradicionais ou migrou para o jogo ou migrou para máquina ou migrou para droga. Não tinham saída de sobrevivência aquelas organizações do passado que faziam o jogo do bicho. Mas, mesmo se tomarmos a máquina, nós vamos ver que o Carlinhos Cachoeira encontrou na associação com a Delta um mercado muito mais efetivo. E ele, ou a sua organização, que já tinha um *know-how*, já tinha uma expertise em compra de agente público para proteger uma atividade criminoso, ampliou essa expertise para a compra de espaço para acessar dinheiro público num país que, nos últimos anos, fez inúmeras obras públicas

de grande vulto, até porque se recuperou economicamente e viveu um surto econômico positivo.

Então, quero fazer duas perguntas. Primeiro, qual era a relação que existia, na visão do senhor e da senhora, entre os diversos ramos em que eles atuavam, se essa leitura que faço é razoável? Segundo, como ela se conectava? A pergunta é: vocês não avançaram na investigação dessa conexão na área pública, na obtenção de obras públicas que lá ocorreu ou que temos suspeitas de que ocorreu em Goiás, que ocorreu aqui, no Distrito Federal, que ocorre no Rio de Janeiro, que ocorre em São Paulo, que ocorreu no Ceará, onde houve a Operação Mão Dupla, em que claramente ficou evidenciado esse conluio entre a organização do Dnit de lá com a Delta, desvio de dinheiro público. E vamos ter que bater lá no Ceará também com essa Operação Mão Dupla. A pergunta é: o Carlinhos Cachoeira articulava a maior máfia brasileira e, aí, começava a fazer um processo predador em cima dos Governos Estaduais e Federal? É razoável se pensar dessa forma, como uma evolução da expertise original da quadrilha?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Olha, o que nós podemos afirmar é que os métodos que foram utilizados pelo grupo criminoso para a atividade espúria, para a atividade ilícita migram para a atividade lícita. E isso gera também a cartelização do mercado lícito. Essa literatura traz para nós isso. Isso aconteceu, inclusive, na Itália. Você via muitos mafiosos ligados à construção civil, mas utilizavam os métodos mafiosos para cartelizar o mercado também. E começamos a ver isso sim. Não conseguimos avançar muito, mas começamos a ver sim. Você vê uma movimentação financeira das contas do Geovani Pereira da Silva, que era o maior contador, para algumas empresas de construção civil ligadas ao grupo criminoso e para algumas empresas também de medicamentos. Você vê essa movimentação claramente. Não conseguimos aprofundar. Então, há suspeita, sim, inclusive, de migração para essas atividades lícitas com dinheiro ilícito. E o mais importante a ressaltar é que esse dinheiro é captado do mercado ilícito e não é devolvido para o mercado ilícito; diferente de empresas corretas, que captam do mercado lícito o dinheiro, os recursos financeiros. Então, temos, por exemplo, casos de cheques, como eu coloquei aqui no início, que foram para essa empresa de *factoring*. A empresa de *factoring*, depois de receber os seus 6%, encaminhava para uma empresa, que era uma empresa de construção civil, para depois serem distribuídos entre os membros da organização ou serem reinvestidos na atividade ilícita, porque a cooptação de agentes era vista como investimento.

Então, Excelência, eu não vejo qualquer absurdo nisso que foi colocado, não. Acho que...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como o meu tempo está caminhando para o final, eu só queira colocar mais um raciocínio, porque a gente vem construindo isso ao longo da investigação, com os dados que nós temos. Era muito importante, vamos dizer assim, obter a leitura dos senhores em relação a isso que nós estamos vendo aqui.

Há algumas empresas aqui que eu queria só citar o nome para ver se, eventualmente, no âmbito da investigação, elas apareceram ou não. Mas, antes disso ainda, pergunto o seguinte: é razoável supor que a aproximação entre Carlinhos Cachoeira e o Diretor da Delta – e depois a evolução na Delta – se dá para o pagamento de propina por conta de o dinheiro obtido pela organização criminosa não ter marca? Então, ele pode ser transferido para qualquer lugar. Depois, a organização da Brava, a da Alberto & Pantoja e as outras recebem o dinheiro – abre aspas – “aparentemente lícito” numa eventual prestação de serviço. E eu me dei conta também de que há empresas de terraplenagem, o que é muito fácil de ocultar, porque, em terraplenagem, se mexe em x tonelada de terra, mas ninguém está lá e não há como medir. Então, o raciocínio sobre a origem do encontro dos interesses ou dos “interesses”, numa homenagem ao Deputado Miro, como dizia o Leonel Brizola, não foi exatamente este: arrumar um dinheiro sem marca para poder comprar caminhos de favorecimento?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Como eu disse, essa questão a gente não evoluiu. Então, seria até um pouco arriscado falar em qualquer tipo de suspeita nesse sentido.

Mas há algumas coisas objetivas que foram passadas agora para os senhores, como essa questão dos cheques. Houve uma questão interessante referente à aquisição de uma fazenda junto com o Sr. Gleibe. Na aquisição dessa fazenda, foram utilizados métodos próprios que eles utilizavam para escudar a prática, que era a tentativa de cooptação de alguns agentes públicos de setores determinados da Administração Pública para agilizar ou conseguir algum tipo de benefício quanto à aquisição desse imóvel. Então, esses métodos realmente são transferidos para outra atividade numa busca também de cartelização do mercado, pelo menos dentro da nossa leitura, deixando claro que se trata de uma leitura superficial que nós fazemos, sem aprofundamento da investigação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Claro, claro. Mas ela é coincidente com os elementos que nós recebemos aqui. Por isso, está sendo muito útil...

Só para concluir, vou ler aqui o nome das empresas para ver se alguma, porventura, passou aí na investigação: Instale Engenharia Civil; Mamute Trans-

portes e Locação; Power to Ten Engenharia; S.P. Terraplanagem; Soterra Terraplenagem; Adecio & Rafael Construções; J.S.M. Engenharia e Terraplenagem; S.B. Serviços de Terraplenagem; WS Serviços de Terraplenagem; B.W. Serviços de Terraplenagem; J.R. Prestadora de Serviços.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não vou conseguir me recordar de todas elas, Excelência. Acho que... Também não me lembro. Lembro-me de algumas, só daquelas que foram consideradas realmente laranja, como a Brava, Alberto & Pantoja, J.R..

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Agradecendo ao Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Deputado Miro, dez segundos. Nós poderíamos preparar – sugiro isto ao Sr. Relator – a relação dessas empresas que nós temos conseguido identificar nessa parte em que a promotoria não conseguiu atuar para ver se há alguma conexão no trabalho anterior, porque isso nos ajudaria a seguir adiante na investigação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira. PDT – RJ) – Penso que a Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo seu Presidente, já anunciou que imediatamente colocará à disposição os dados sigilosos, numa transferência de sigilo, desde já, para o Ministério Público. Eu suspendo a reunião por cinco minutos.

(Suspensa às 13 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – *(Inaudível.)*... que tem direito à palavra, lembrando sempre que os Líderes falam no tempo de cinco minutos, e não podem... Nesse caso, é um convidado nosso, então, não vejo qualquer problema, mas é o tempo de cinco minutos para os Líderes.

Então, passo a palavra ao ilustre Deputado...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...Chico Alencar...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Como V. Ex^a vai encaminhar a questão dos inscritos em relação aos Líderes, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sobre os inscritos. O Senador Alvaro Dias está inscrito, como já falou como autor, não vou conceder-lhe a palavra, tampouco pelo fato de ele não estar aqui, no momento – nem se quisesse, poderia fazê-lo. Depois, o Deputado César Halum não está. Então, depois do Líder, virão os Deputados Vanderlei Macris, Rubens Bueno e Íris de Araújo. São os três inscritos na ordem, que tenho aqui, as inscrições assinadas por V. Ex^{as}.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para compreender, quantos são os que vão se manifestar e, depois, o Líder. Digo, pelo seguinte, porque estou como Líder e como inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Três, um. Também temos, no Regimento, aqueles que falam como Líder não falarão, só por nova inscrição.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Não, perfeito, concordo. Se eu me inscrever como Líder, falo antes da inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Fala, fala. V. Exª fala porque também vou fazer um equilíbrio partidário.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, inscrevo-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Havia uma disputa do PSOL, que tem três Parlamentares na Casa, para ver quem seria o primeiro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, inscrevo-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não é difícil resolver o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – V. Exª pode indicar a relação dos Líderes que falarão a cada intervalo de três?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os Líderes que falarão agora são o Deputado Carlos Sampaio e, depois, V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como Líder, três e um, três e um.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, fico como inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, V. Exª vai falar antes.

Bom, então...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Então, Presidente, não estou inscrito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É o Deputado Chico Alencar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, falará o Deputado Chico Alencar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É, eu me increvi depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, é isso, como eu disse: primeiro, o Deputado Chico Alencar, depois, o Deputado Carlos Sampaio e, depois, o Senador Randolfe, se V. Exª me permitir equilibrar os partidos políticos, mas isso não diminui a minha admiração pelo PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acatadíssimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, colegas da CPI, dignos Procuradores, em primeiro lugar, parabéns pela conduta exemplar, que é nossa obrigação; em segundo lugar, um lamento. Às vezes, a dedicação e o zelo de alguns integrantes aqui, até em verificar o dia a dia de agentes públicos como vocês, não se dá em relação, por exemplo, à Srª Cachoeira, para ver quantas vezes a ex foi à Papuda. Isso é uma informação relevante aqui para ver os elos da organização criminosa e a sua continuação. Portanto, são procedimentos compreensíveis à luz da política e da psicanálise, que nem todos entendemos.

Há alguns elementos fundamentais que vocês trouxeram aqui. Em primeiro lugar, esta CPI se debruça sobre uma organização criminosa, sofisticada, ousada e armada, que se estrutura há mais de uma década. Em segundo lugar, ela busca capturar o Estado brasileiro com o serviço de agentes de plano municipal, estadual e federal, estado esse que vai transitando, pelo que entendi das investigações do Ministério Público, de cúmplice para sócio em muitas situações dessa organização criminosa. Isso é gravíssimo. Terceiro, e, aí, é o único elemento para o qual eu pediria uma explanação dos senhores um pouco mais detalhada. Vocês também mencionaram que há uma articulação dessa organização criminosa com meios de comunicação de massa. Como isso foi percebido? Que departamento era esse? É produção de notícias, é mera fonte? Enfim, o que conseguiram levantar em relação a isso. Quarto, a exploração ilícita de negócios lícitos com expansão nacional e internacional, e, pelo que entendi, não só através da expansão dos negócios, via Internet, mas também por ação no mercado financeiro, nas **offshores** e tal.

E, por fim, uma informação relevante: vocês informam que a organização não foi desarticulada, está ativa, inclusive nas tentativas abjetas de intimidação e no código de silêncio, a famosa *omertà* da máfia, a lealdade ao chefe.

E eu faço uma afirmação: quando o Sr. Cavendish, da Delta – que vocês tiveram ainda pouca possibilidade de investigar, mas nós temos muita possibilidade e dever –, quando busca nem sequer comparecer aqui, pedindo um **habeas corpus** à Justiça, e no mínimo vir para ficar calado, dando sequência à postura de vários membros da organização criminosa, ele está se denunciando também como partícipe desse código de silêncio. Portanto, a Delta está absolutamente vinculada, no entender do PSOL, a essa organização criminosa. Quanto mais silêncio mais gritante fica essa vinculação.

Queremos também esclarecer, porque há os pistoleiros da internet, pois, se for colocada em votação a convocação do Sr. Policarpo Junior, jornalista da revista *Veja* – que, aliás, devia, em nome do zelo à profissão, vir aqui esclarecer, afinal a Sr^a Cachoeira atual fez lá o suborno mencionando o nome dele... Qualquer pessoa com dignidade pundonor – não é só pudor – estaria aqui para esclarecer isso, que é terrível para o bom profissional.

Evidentemente, se for o caso da convocação, o nosso voto será a favor, agora não vamos fazer o jogo dos que querem desviar o foco. Esta não é a CPI do Ministério Público, do Sr. Roberto Gurgel nem de outra coisa senão dos esquemas Cachoeira, Delta e o seu vínculo com o Estado brasileiro, com governos. Nisso nós temos que ir fundo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terei que seguir o Regimento. Quando conceder a palavra para os líderes, eles não poderão perguntar. Então, terei que seguir o Regimento nesse dispositivo. Então, os líderes...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Presidente, só para esclarecer. Eu não pedi para perguntar. Apenas solicitei uma explanação melhor de um aspecto. Se os Procuradores quiserem fazê-lo, para o bem da CPI, será ótimo.

Não foi pergunta; foi uma solicitação. É diferente de pergunta, totalmente. O senhor entende o português.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo inscrito o ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de agradecer muito a presença do Dr. Daniel e da Dr^a Lea por estarem aqui conosco.

Os senhores se envolveram num processo de investigação bastante complexo, terminaram, num determinado momento, com o relatório que foi realizado. E eu queria dizer que o trabalho dos senhores merece, tanto da minha parte quanto dos demais colegas, a consideração de um exemplo do que a sociedade brasileira quer das suas autoridades.

Os senhores conseguiram enfrentar um grupo poderoso que, se continuasse, traria, com certeza, cada vez mais dificuldades e, usurpando o dinheiro público, prejuízos incomensuráveis à sociedade brasileira.

Quero, portanto, deixar aqui os meus cumprimentos pelo trabalho que os senhores realizaram – o senhor e a senhora – e dizer que é o que o Brasil espera não só do Ministério Público, mas também aqui do Parlamento, com o nosso trabalho na CPI, que tem obrigação de dar continuidade a esse processo que os senhores iniciaram.

Portanto, fica aqui a minha manifestação de solidariedade pela coragem que os senhores tiveram nesse processo.

Tenho aqui algumas questões a serem consideradas.

Sabe-se que a história da disciplina legislativa dos bingos no Brasil é repleta de idas e vindas. Em alguns momentos essa atividade foi tolerada pela ordem jurídica; em outros, totalmente proibida.

Em 2003 e 2005, durante o Governo do então Presidente Lula, esse mesmo Governo envidou esforços no sentido de apresentar a proposta para alterar a legislação relativa à exploração de jogos de azar, no entanto, escândalo envolvendo o recebimento de propina por parte do Sr. Waldomiro Diniz divulgado pela imprensa no dia 3 de fevereiro de 2005, acabou motivando a edição da medida provisória que proíbe os bingos no Brasil.

Faço este breve relato para apresentar uma questão específica: ficou claro a todos nós que o Sr. Carlos Augusto Ramos era um homem poderoso e mantinha relações políticas com diferentes agentes públicos. Também podemos acreditar que ele era diretamente interessado na regulamentação dos jogos de azar no nosso País. Daí a minha pergunta: encontraram-se indícios durante as investigações ao Sr. Carlos Cachoeira de alguma forma intercedendo em favor ou contra a regulamentação da exploração de jogos de azar no Brasil? De que forma ocorreram essas interferências? O que os senhores puderam perceber durante esse processo de investigação dos movimentos da organização criminosa na direção de viabilizar uma regulamentação dos jogos de azar no nosso País. Essa é uma primeira pergunta que eu gostaria de deixar para responderem.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa questão do braço da organização dentro da... A gente não conseguiu desenvolver qualquer trabalho nem realizar qualquer ato de investigação nesse sentido. Nós não realizamos ato de investigação nesse sentido dentro daquilo que chamamos Operação Monte Carlo. Então não houve. As investigações foram focadas só naquilo que já foi colocado aqui para os senhores.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Bem, então, os senhores não viram nenhum movimento da organização nesta direção de regulamentar jogos de azar.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não. A gente não...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem.

Os documentos da Operação Monte Carlos que chegaram ao nosso conhecimento dão conta de que o Sr. Idalberto Matias de Araujo teria na organização do Sr. Carlos Cachoeira o papel de obter informações

sigilosas no interesse do grupo criminoso e cooptar agentes da segurança pública. V. Ex^{as} poderiam nos dar mais detalhes sobre qual era efetivamente a função do Sr. Idalberto Matias de Araujo na organização criminosa, especialmente essa investigada na Operação Monte Carlos, e desde quando ele fazia parte desse grupo ou também se prestava serviços.

Essa pergunta nos parece especialmente oportuna porque sabemos que não é a primeira vez que o Sr. Idalberto Matias surge nas páginas políticas e policiais. Tivemos outras operações – tive o prazer de fazer parte em outra CPI, a da Operação Satiagraha – em que o Sr. Matias – e outros casos que vêm desde a época da investigação do mensalão – teve participação de alguma forma nesse processo. Então eu gostaria de saber de V. Ex^{as} qual é o papel efetivo do Sr. Idalberto Matias nesse processo.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – A função do Sr. Idalberto na organização criminosa é essa que o senhor já falou. Ele era responsável pelo repasse de informações sigilosas ao chefe da organização, visando impedir atuações às casas de jogos. Ele era realmente um informante que gozava de extrema confiança do Carlos Cachoeira porque ele tinha acesso a várias autoridades. Então, no que Idalberto falava, Carlos Augusto de Almeida Ramos confiava, sabia que poderiam ser informações seguras. Então, este era o papel do Sr. Idalberto na organização criminosa, repasse de informações sigilosas. Mas também tem alguns eventos ligados a corrupção.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Dr^a Lea, a senhora tem conhecimento da investigação desde quando ele atuava com o Sr. Carlos Augusto Cachoeira?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não, eu sei que ele atuou nessa desde o início da Operação Monte Carlo. Agora, essa participação anterior eu não posso informar.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Existia um acervo de gravações nas apreensões da Polícia Federal. Os senhores tiveram conhecimento dessas gravações feitas pelo Sr. Idalberto?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não. Não tivemos conhecimento.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Só para complementar, ele recebia do grupo criminoso, mensalmente, um valor de R\$5 mil. Isso se encontra na contabilidade que foi acessada e era controlada via ???. Ele era responsável também pela cooptação de agentes, e outra coisa que ele fazia era organizar determinados trabalhos policiais para fechamento de casas de potenciais concorrentes do grupo criminoso. Então, houve um evento, dentro desse trabalho que foi

feito, de um determinado bingo que foi fechado, sob a coordenação, também, ou sob a participação do Sr. Idalberto.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu tenho outra pergunta aqui. Em depoimento nesta Comissão, o Dr. Matheus Mela Rodrigues, delegado, questionado sobre as relações mantidas com o Sr. Carlos Augusto Ramos e o jornalista Policarpo Júnior, afirmou, peremptoriamente, que Policarpo não participou nem participou de crimes investigados pela Operação Monte Carlo. As relações entre ambos seriam apenas de jornalista e fonte ou V. Ex^a poderia nos informar se houve alguma imputação criminal contra esse jornalista? Isso é real? Houve ou não houve?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – As investigações indicam... alguns áudios indicam proximidade do chefe da organização, alguns contatos do chefe da organização e o jornalista. Entretanto, não foi possível imputar nenhuma prática criminosa ao jornalista, razão pela qual ele sequer foi denunciado como membro da organização criminosa. E, como esses contatos do chefe da organização com o jornalista seriam contatos políticos, não foi também aprofundado esse relacionamento.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ou seja, a mesma opinião do delegado que esteve aqui na Comissão.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem. Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: houve aí, de parte da Dr^a Lea – quando a senhora falou, Dr^a Lea –, uma revelação de que era uma verdadeira máfia, ou seja, um grupo profissionalizado, estável e habitual, entranhada no seio do Estado, e também uma organização armada, sofisticada e complexa, como a senhora disse. O principal movimento foi o código de silêncio, um parâmetro mafioso, conforme V. Ex^a acabou dizendo que é de hierarquia, divisão de trabalho etc. etc. E a senhora fala que empresas-laranja ocultavam valores.

O trabalho de investigação desta CPI em relação à organização criminosa Carlos Cachoeira, em minha opinião, já está se esgotando, porque o trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público, já conseguiu praticamente fechar o cerco desse processo da organização criminosa Carlos Cachoeira. Eu tenho dito aqui que o Sr. Carlos Cachoeira é um peixe miúdo perto de uma organização maior, a holding chamada Delta.

(Soa a campanha.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Nós temos aqui, Dr^a Lea e Sr. Daniel – só para concluir, Sr. Presidente, meus dois minutos a mais –, que a *holding* Delta, na verdade, já tem R\$413 milhões, detec-

tados pela nossa assessoria da bancada do PSDB, em empresas-laranja. E uma questão até mais envolvente, quer dizer, havia uma simbiose entre o grupo Cachoeira e Delta. E a Delta, na verdade, era a grande fornecedora de interesses, de propinas, de bancar campanhas políticas etc. etc. Basta ver o ano de 2010, quanto temos aqui dados que mostram, mês a mês, no primeiro semestre a faixa, uma média de R\$6 milhões, mês a mês, repasses para empresas de fachada. E, no segundo semestre, a média de 13 milhões, quase 100% a mais. Isso mostra claramente que a empresa Delta era realmente, através das empresas-laranja, a grande, vamos dizer assim, fornecedora de verbas para a corrupção.

Então, eu queria saber, para terminar: os senhores acham importante fiscalizar e aprofundar as investigações do braço financeiro da organização criminosa?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – O desafio do Ministério Público, e acho que da Comissão Parlamentar de Inquérito, agora, é identificar essa questão patrimonial da organização criminosa, para que possamos sufocá-la, e investigar possíveis fraudes à licitação. Conforme já informamos aqui, esta investigação “fraude à licitação” ainda não foi iniciada. Existe um material bruto. Mas, realmente, é o grande desafio agora do Ministério Público Federal, que tem o dever de agir, e acho que da Comissão parlamentar de Inquérito também.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Os senhores agirão por provocação ou já iniciaram ou iniciarão esse processo de investigação sobre esse braço financeiro da organização criminosa?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Não. Sobre esse braço financeiro, ainda não foi iniciada nenhuma investigação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A CPI poderia tomar essa iniciativa.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – É. O Ministério Público é o destinatário do trabalho final da CPI.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O.k. Muito obrigado, Drª Lea e Dr. Daniel pela contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Deputado Vanderlei Macris. Eu estou fazendo aqui um exercício de concisão com V. Exª.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu vou procurar concluir nos dez minutos.

Passo, agora, para o próximo inscrito, o ilustre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, procuradores convidados, sempre

vejo aqui algumas manifestações de caráter pessoal em busca de uma vendeta ou coisa parecida.

Nós estamos aqui como parlamentares delegados por mandatos populares e, evidentemente, cumprindo com o nosso dever. Da mesma forma, cabe ao Ministério Público cumprir com o seu dever. Acho extremamente fora de contexto quando alguém vem aqui e encaminha uma série de elogios. Claro que cada um tem o direito de fazer o que quiser e também ser punido se ultrapassar aquilo que a lei determina. Mas o fundamental é que o Ministério Público cumpra com o seu dever.

Agora, a qualquer tentativa de intimidação do Ministério Público nós temos que reagir. Esse é do nosso papel de fazer com que a República seja respeitada pelos brasileiros, que assim decidiram já desde a Assembleia Nacional Constituinte realizada e promulgada em dezembro de 1988.

O que chama a atenção é que, quando vem um Parlamentar aqui para, sempre na mesma linha, tentar agredir a imprensa e, com isso, atentar contra a democracia, aqui agredir o Procurador-Geral da República e, com isso, atentar contra a República, temos que estar presentes aqui para fazer a defesa do País como um todo e, claro, da democracia, que é algo muito caro para todos nós.

Mas o que chama a atenção é que eu, por exemplo, como brasileiro, fora o mandato de Deputado, sinto-me muito orgulhoso de ter o Ministério Público Federal do Brasil, a começar do Procurador-Geral da República e do trabalho que cada um desempenha cumprindo com o seu dever.

Eu queria deixar registrado e também começar aqui a fazer alguns questionamentos que acho que seria interessante para o meu conhecimento e para o trabalho que o Relator, a Mesa, todos nós estamos aqui acompanhando desde o primeiro dia.

Essa organização criminosa que foi falada, alguém falou: olha, uma década, quase duas décadas ou mais que vem atuando nessa região... E esse trabalho está apresentado já, pelas informações que o Ministério Público, a coleta que a Polícia Federal tem feito ao longo desse tempo.

E haveria da parte de ambos alguma informação ou pelo menos algo que pudesse levar a dizer que é possível que o que aconteceu aqui esteja acontecendo em outros Estados, em outras regiões do País – lembrando Mato Grosso, lembrando Espírito Santo e lembrando tantas regiões do País que já foram detectadas organizações criminosas como esta, organização com um caráter empresarial e perigosamente armada?

Teria alguma informação ou pelo menos deduziriam que é possível que esteja acontecendo em outras regiões do País?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Dentro do trabalho que a gente desenvolveu, não apareceu nada nesse sentido. A gente centrou esse trabalho em Goiás mesmo. Mas houve já outros trabalhos que foram desenvolvidos para a desarticulação de grupos criminosos semelhantes. Em Mato Grosso, como foi bem colocado pelo senhor, foi feito um trabalho de desarticulação de um grupo que também estava entranhado no seio do Estado; no Rio de Janeiro, recentemente saiu a sentença também de um trabalho parecido, onde se envolvia também a questão de jogos; Espírito Santo, também. Então, já houve trabalhos que foram desenvolvidos para desarticulação de grupos criminosos semelhantes.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O Sr. Geovani Pereira da Silva, está foragido?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Foragido.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguma informação, alguma procura pelo advogado, possível delação premiada? Alguma informação a respeito disso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Olha, a gente algumas informações realmente, a gente recebeu algumas informações, mas nada que veio a se confirmar, onde ele estava. Mas está sendo feito um trabalho na tentativa de localizá-lo sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E é bom lembrar que o Sr. Geovani é o grande operador financeiro. E o que chama a atenção é que ele recebia esse dinheiro da Delta, e a Delta continua sendo blindada aqui, num processo de deixa para lá, que isso aí incomoda muito, pode chegar a algo muito mais grave, não é? E como ele era o grande operador da Delta, e aí há, inclusive, informações claras a respeito de repasse a políticos, a partidos.

Então, eu gostaria de saber se, na opinião do senhor, da senhora, o Sr. Geovani é um arquivo vivo?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Olha, não sei se dá para a gente afirmar que ele seria um arquivo, mas o que dá para afirmar é que tinha ou tem a memória financeira do grupo. Ele era uma pessoa que, inclusive, sabia dizer de cor se aquele determinado valor já teria sido repassado. Então, ele tinha a possibilidade de ter um conhecimento, ele tinha um conhecimento muito grande da área financeira do grupo criminoso. Era uma pessoa, inclusive, que era responsável por disponibilizar determinados valores para serem pagos a policiais cooptados. Então, é a pessoa que, na nossa leitura, é a mente financeira do grupo criminoso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu percebi que o senhor falou, eu percebi na sua colocação que a tentativa de localizá-lo continua.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Está sendo trabalhado isso?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Está sendo trabalhado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A Dr^a Procuradora Lea falou do seu carro marcado. Como é o carro marcado, doutora, eu não entendi.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – A equipe de segurança me informou, na semana da audiência de instrução e julgamento, que eles encontraram no carro que estava sendo utilizado para a minha condução uma marcação e uma marcação típica de... Eles marcaram o meu carro.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Com *spray*.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Com *spray*. Não foi assim um risco, foi uma marcação mesmo. Foi isso que aconteceu.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Só para contextualizar. Existiam dois veículos para fazer a escolta: um veículo levava a Dr^a Lea, e o outro veículo levava o pessoal da segurança também, parte do pessoal da segurança. E o veículo que possivelmente era aquele que levava a Dr^a Lea foi marcado de *spray*, para identificar que era aquele veículo que a conduzia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A senhora teria pensado – o senhor também, claro – num possível atentado?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Sim, essa é que foi a leitura. Essa foi a leitura.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Olha, doutor e doutora, eu fico muito preocupado aqui quando alguém pessoalmente faz um ofício querendo saber da sua agenda. Fico muito preocupado. Eu continuo sempre dizendo que tenho medo desse tipo de atividade na política brasileira, uma atividade paralela. E eu fico muito preocupado quando alguém faz um ofício para a senhora, procura saber da sua agenda e depois o seu carro é marcado por *spray* na possibilidade de uma tentativa...

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – E essa marcação ocorreu na semana da audiência de instrução e julgamento. E, anteriormente, a equipe já tinha sido abordada por policiais militares na porta do meu edifício.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem sabe tenhamos que fazer aí uma investigação e saber também da possibilidade desse atentado e dessa busca da sua agenda.

Eu vi que a senhora e o senhor também responderam, logo no início, ao nosso Relator, quando se colocou ali que a senhora e o senhor tinham preocupação de que muito daquilo que era requisitado não estava sendo respondido no seu tempo e com isso atrasando os trabalhos, postergando etc.

É a velha tratativa, no mundo jurídico ou não, no mundo criminal ou não, de que empurrar com a barriga faz bem para o criminoso. No tempo, isso pode cair no esquecimento etc.

Então, eu gostaria de pedir ao Presidente, ao Relator e à Mesa que nós da CPI deliberássemos a entrega de todo o material e documento necessário, para compartilhar, usando as palavras do nosso Relator, as informações que nós temos para o Ministério Público Federal. Por que isso? Porque ao final tanto a AGU pode ser acionada em dinheiro público desviado como também entregar aquelas denúncias, acusações, aquilo que foi investigado ao Ministério Público para possível denúncia ao Poder Judiciário.

Diante disso, então, Sr. Presidente, deixo aqui os meus agradecimentos, elencando esse fato, e, além de elencar esse fato, também quais as medidas que a CPI vai propor para que isso não volte a acontecer.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas para dizer, ilustre Deputado, que o Presidente Vital do Rêgo Filho já decidiu assim, igualmente o Relator, e há também uma condição que dá ao Ministério Público a prerrogativa de acompanhar os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, o Presidente e o Relator já decidiram por compartilhar principalmente quebra de sigilo bancário. Parece-me que todas as quebras já estão aqui, e agora as compartilharíamos com os procuradores

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A partir de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A partir de hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, se me permite. Para ficar claro que, para a manutenção do sequestro dos bens, desses R\$165 milhões ou R\$167 milhões que foram sequestrados quando da deflagração da operação, para que esse patrimônio continue sequestrado, a celeridade na investigação é essencial. Por isso, o acompanhamento do Ministério Público é muito importante para a gente segurar esse patrimônio da organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra agora à Deputada Iris de Araújo, ilustre Deputada Iris de Araújo.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, é evidente,

que, como goiana, eu gostaria de enaltecer de maneira especial o trabalho que V. Ex^{as}, com elevado espírito patriótico, prestaram e estão prestando ao Estado de Goiás. Então, eu quero fazer esse reconhecimento aqui de público, porque eu tenho absoluta consciência do alcance e da dimensão que essas investigações lideradas por V. Ex^{as} podem representar para um Estado que, eu devo dizer, está traumatizado.

Aqui dentro nós temos parlamentares de vários Estados, todos eles empenhados, e muito, para que nós cheguemos a uma conclusão que dê uma resposta eu não digo a Goiás, à Nação do que está acontecendo em relação a esse crime organizado entranhado de maneira muito forte por meio de agentes públicos, em governos estaduais. Não há como negar.

Eu ouvi atentamente várias perguntas que foram feitas aqui pelos nobres Pares e praticamente quase todas, e o esclarecimento que V. Ex^{as} aqui fizeram já praticamente respondeu a muitas delas.

Mas uma me deixa... Eu estou aqui preocupada com isso desde o acontecimento principalmente, Dr^a Léa... Quando o Sr. Carlos Cachoeira esteve aqui neste recinto, ele invocou o direito dele, constitucional, de não responder e não respondeu. Estava aqui também presente a sua esposa Andressa. Eu fiquei muito assim preocupada quando, em Goiás, na audiência, houve aquele momento que provocou inclusive indignação, tenho certeza, até porque ouvi a entrevista de V. Ex^a dizendo que essa quadrilha não estava e não está desarticulada – é preciso que as investigações não só da CPMI, mas como do Ministério Público sejam aprofundadas –, quando lá dentro daquele recinto houve, sim, um momento de deboche, Presidente: o Sr. Carlos Cachoeira se dirigindo à esposa, e isso não aconteceu aqui? Fez aquela inusitada declaração de amor: “Eu te amo, e você me ama”, e ficou por isso mesmo. É normal – eu faço a pergunta – que isso ocorra nesses ambientes? Aqui não aconteceu.

Então, eu faço a V. Ex^{as}, a qualquer um dos dois que quiser responder, se isso é normal acontecer, e se alguma providência pode ser tomada quando ocorre.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Essa situação realmente foi uma situação bastante inusitada. E a leitura do Ministério Público Federal é que foi realmente uma chacota, um deboche às autoridades constituídas. Ele estava lá para ser interrogado, poderia exercer o direito constitucional e assim o fez, mas nada além disso.

Eu trabalho no Ministério Público há seis anos, fui promotora de Justiça anteriormente, fui magistrada também, e nunca presenciei uma situação dessas. Nunca. Foi assim realmente uma situação, um deboche

a todas as autoridades que estavam ali presentes e à sociedade brasileira.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu fiz referência ao fato exatamente pelo que eu disse no início: todos os parlamentares são de outros Estados e, de certa forma, cumprindo com seu dever de fazerem aqui suas perguntas e se aprofundarem no conhecimento do que está acontecendo, às vezes, eles não têm esse sentimento que o povo goiano tem em relação a isso. Por isso, fiz questão de enaltecer, volto a dizer, o papel que V. Ex^{as} vêm cumprindo ao longo desse processo. Eu particularmente, como mulher, gostaria de dizer, sem demérito nenhum ao Procurador Daniel, que sinto muito orgulho da presença de V. Ex^a no Ministério Público.

E aí eu perguntaria, dentro do mesmo assunto talvez, qual seria o exato papel que hoje desempenha a Sr^a Andressa Mendonça, companheira do Carlinhos Cachoeira. Ela seria mesmo, atualmente, mensageira do grupo criminoso chefiado pelo bicheiro? Ela traria informações dos encontros que manteve com o contraventor no presídio e abasteceria as ações da organização criminosa?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Essa chantagem que foi feita ao juiz federal do caso fez com que nós tivéssemos essa leitura, de que ela seria realmente ou estaria numa função, naquele momento, de mensageira do grupo criminoso, ou seja, mandando recado. E uma das atribuições desses grupos criminosos, uma das formas de agir desses grupos criminosos é justamente a chantagem. Talvez ela tenha exercido realmente, dentro da nossa leitura, essa atribuição de levar mensagem às autoridades constituídas, o que também demonstra a extrema falta de respeito ao Estado brasileiro.

Então, a leitura que nós fizemos é essa. Essa parte ainda está sob investigação, e houve instauração de inquérito policial para se investigar tanto a possibilidade de uma potencial corrupção ativa como uma potencial coação no curso do processo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Durante as investigações, o Ministério Público Federal recebeu do Governo do Estado de Goiás algum apoio ou auxílio, visando interromper a colaboração que os agentes públicos do Estado – e as gravações, o inquérito mostra isso – realizavam para facilitar as atividades criminosas da organização comandada por Carlinhos Cachoeira?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós não entendemos a pergunta, Deputada. Se puder reformulá-la...

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Volto a fazer.

Durante o período dessas investigações, o Ministério Público recebeu do Governo do Estado de Goiás algum apoio ou auxílio, visando interromper a ação dos agentes públicos envolvidos – não vou citar, porque já está bastante citado –, no Detran, na Agetop, da própria chefe de gabinete do governador? Vocês receberam algum auxílio do Governo, no sentido de sustar, vamos dizer, de ajudar, de eliminar, de acabar com esse tipo de influência?

É isso que eu quis dizer.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Para auxiliar o trabalho de investigação? Não. O que a gente recebeu foram alguns procedimentos que teriam sido instaurados, administrativos, contra determinados policiais que faziam parte do grupo e que foram denunciados.

Então, recebemos um retorno nesse sentido; mas auxílio para desenvolvimento de atividades de investigação, não.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Nenhum.

Eu gostaria, por fim, de me solidarizar com V. Ex^a, Procuradora Lea Batista de Oliveira, que assumiu a linha de frente – eu acabei de falar sobre isso – e de dizer que eu também fui ameaçada, logo no início, por conta de alguns pronunciamentos que fiz na Câmara Federal, já denunciando o que estava acontecendo no nosso Estado.

A minha pergunta sobre esse tema é justamente no sentido de saber quais são, porque foi detectado que as ameaças partiram do empresário Adriano Aprício, supostamente dele, porque...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Estou terminando.

Qual foi a providência em relação ao empresário que foi preso e depois solto? Ele está sendo investigado? Eu pergunto: para quem participa desse tipo de investigação, existe hoje, no Brasil, segurança para aqueles que denunciam os que se organizam para dilapidar os cofres públicos ou qualquer outro tipo de crime, como esse que está sendo colocado?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Foi instaurado também o inquérito policial. Nós entramos com pedido de quebra de sigilo telemático. Conseguimos, a partir dessa quebra telemática, identificar de onde partiu o *e-mail*. E, a partir dessa identificação, entramos com os pedidos de prisão e de busca e apreensão na casa da pessoa que teria encaminhado esse *e-mail*, o primeiro *e-mail*. Acerca dos outros dois *e-mails*, que também foram recebidos pela Dr^a Lea, entramos também com os mesmos pedidos de que-

bra telemática e foi identificado que partiu de Anápolis, mas teria partido de uma *lan house*.

Nós pedimos à *Microsoft* que fossem encaminhados ao Ministério Público Federal – pedimos isso judicialmente – o IP de criação do *e-mail* que teria sido encaminhado. O IP é uma espécie de tatuagem de onde partiu aquele *e-mail* ou de onde foi criado aquele *e-mail*. É um protocolo que se chama Protocolo de Internet. E está numa fase já avançada de investigação. Nós já recebemos essas informações e entramos com outro pedido de quebra telemática para saber de onde foi criado esse *e-mail*.

Então, está sob investigação. O fato que está sendo investigado caracteriza também coação no curso do processo, art. 344 do Código Penal. E nós esperamos que, até o final deste mês, nós consigamos já alguma informação nesse sentido.

Então, está sob investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós fizemos o pedido de prisão. Houve a decretação da prisão; o juiz determinou um prazo de dez dias de prisão preventiva. Eu pedi que fosse prorrogado esse prazo para até após a audiência de instrução e julgamento, mas o juiz decidiu aplicar uma medida cautelar pessoal, que são algumas medidas substitutivas da prisão preventiva.

E dessa decisão do juiz interpusemos recurso. Há um recurso que foi interposto e que está sendo analisado, agora, pelo Tribunal Regional Federal.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Agora, em relação à estrutura de segurança, atualmente nós temos realmente uma estrutura para garantir um mínimo de segurança.

Agora, daqui a um ou dois anos, nós não teremos essa segurança. E essa é uma preocupação dos órgãos de persecução penal, porque eu não sei como vai estar a minha situação, a do Daniel e a do delegado daqui a dois anos. Neste período, nós estamos teoricamente protegidos – e até a sociedade está vigiando e fiscalizando tudo. Daqui a dois anos, eu não sei se vou ter essa estrutura à minha disposição – não tenho carro blindado –, e acho até importante o Parlamento fazer uma reflexão sobre isso, porque uma proteção durante um período de tempo, durante o burburinho, é uma coisa; depois que passa, é outra coisa.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Apenas para chamar atenção para a gravidade do que a Procuradora acabou de colocar em relação a esse futuro, enfim, de quem está fazendo essa investigação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós podemos incluir essa orientação no relatório final do ilustre Relator que está aqui conosco.

Passo, agora, a palavra, para falar como Líder, ao Deputado Carlos Sampaio, ele que também é membro do Ministério Público, assim como o Senador Pedro Taques. Os dois são membros eternos, vitalícios.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Relator, Srs. membros, ilustres convidados, eu queria inicialmente me associar aqui à colocação feita pelo Deputado Rubens Bueno, no que foi acompanhado também pelo Senador Pedro Taques, no que tange à indignação quanto ao proceder de algumas pessoas, de alguns Parlamentares nesta CPI, que, muitas vezes, por terem sido investigados pelo Ministério Público; por terem sido denunciados e processados pelo Ministério Público, valem-se desta CPI para, por meio de sua ira verbal, demonstrar uma indignação contra o seu próprio proceder. Não me parece que seja esse o caminho, e esta CPI não serve a este fim.

Portanto, fica registrada aqui a minha indignação, ainda mais quando se chega ao cúmulo de oficiar, como Parlamentar, a um membro do Ministério Público, solicitando a agenda pessoal, de onde esteve nesse ou naquele dia.

Repito, estão aqui como convidados, auxiliando no trabalho da investigação desta CPMI. E se esta CPMI existe hoje, é em razão do trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público, da Procuradoria da República.

Portanto, eu os cumprimento pelo belíssimo trabalho.

Não vou fazer nenhuma pergunta, apenas algumas colocações, também não esperando que haja respostas a essas colocações. São apenas algumas afirmações, que achei importantes, que foram feitas aqui.

Particularmente, o Dr. Daniel, em um dado momento, usou a expressão, que eu achei interessantíssima, “a investigação, no que tange ao braço financeiro, é fundamental para quebrar a espinha dorsal do crime organizado como um todo.”

Ou seja, V. Ex^a coloca, de forma bastante clara, que adentrarmos o caminho da investigação do braço financeiro, dos tentáculos dos quais se valiam aqueles que integravam o núcleo criminoso para poder fazer o escoamento desse dinheiro, integra a essência do crime organizado, e cabe a nós investigar.

Se V. Ex^{as} não tiveram, e é perfeitamente justificável que não tenham tido, o tempo adequado para se voltar para isso, é porque estavam com outras missões de tão relevante importância.

Então, isso é apenas para deixar bastante claro, de uma forma geral, que cabe a nós, nesta CPI, sim,

investigar as empresas laranjas que foram o braço financeiro de toda essa estrutura criminosa.

Então, é o registro que faço, sem que haja uma indagação propriamente dita.

Por fim, também uma ponderação que faço para uma reflexão dos próprios procuradores, apenas para compreensão da CPI – não é uma pergunta. É que se usou o termo, no que tange ao Sr. Cláudio Abreu, de que ele teria auxiliado de forma sistemática e habitual o Sr. Carlos Cachoeira, principalmente no que tange – abre aspas – “a dissimular ativos das atividades ilícitas”. Ou seja, o dinheiro que vinha era escoado de alguma forma, por meio do Sr. Cláudio Abreu.

E me parece que o inverso também é verdadeiro. Vinha dinheiro – já constatamos através da Delta – para o sistema criminoso, para alimentar políticos, candidatos, enfim.

Então, são informações importantes que foram colocadas aqui hoje. Quero cumprimentá-los. Eu integro o Ministério Público há 26 anos, estou apenas licenciado. Estou como Parlamentar, mas sou do Ministério Público de São Paulo. Dizer que se alguns rompantes existiram que V. Ex^{as} por gentileza desconsiderem, porque, na sua totalidade, esta Comissão respeita, e muito, a função do Ministério Público. Eu sou prova disso.

Parabéns pelo trabalho. Continuem nessa investigação profícua, porque tenho certeza absoluta de que vamos chegar a ainda muito mais tentáculos, a muito mais integrantes, para que possamos definitivamente...

O Relator já se colocou à disposição para acolher ponderações que foram feitas hoje como reflexões para que possamos incluir como sugestão de mudança legislativa ao final, para que não tenhamos tão somente uma finalidade de investigação, mas também uma finalidade propositiva. E eu me associo ao Relator. Quero compartilhar e ajudá-lo, auxiliá-lo nesse trabalho.

Portanto, aos Srs. Procuradores convidados dessa manhã e desta tarde o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Passo a palavra agora ao próximo orador, Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Procuradores Daniel e Léa, quero parabenizá-los pelos consistentes depoimentos que enriqueceram muito esta CPI, além de destacar o fato de que V. Ex^{as} falaram, porque aqui na CPI estamos assistindo a uma sucessão de pessoas que resolveram sempre preservar o seu direito ao silêncio. E não falam. A maioria pelo menos tem agido dessa maneira.

Foi um depoimento extremamente revelador de uma quadrilha que talvez – e essa é uma questão que eu queria ouvir de V. Ex^{as} – tenha elevado o crime or-

ganizado no Brasil a um novo patamar. Pelo que ouvi aqui, pela complexidade da organização e pelo acordo que houve do silêncio organizado também, ao que tudo indica, é uma das quadrilhas mais perigosas, articuladas e mafiosas. E a expressão foi utilizada pelo Procurador Daniel, pelo que entendi. E perigosa porque armada, perigosa porque sofisticada, perigosa porque organizada, e já de algum tempo. Então foi bastante enriquecedor o depoimento de V. Ex^{as}.

Eu me impressiono – tenho dito isso aqui – com a capacidade dessa quadrilha de ter controlado um governo. Foi o que eu disse mesmo. Ela controlou um governo, controlou coronéis, controlou secretários de segurança, controlou jornalistas, colocou-os a seu serviço. Isso foi dito também sem que houvesse nomeação pela Procuradora Léa. Nós não vamos analisar isso aqui além da intimidade do Governador goiano com Cachoeira, é evidente, até com vendas de casas e tudo. Então era uma relação profunda, de intimidade profunda entre o governo, os agentes de Estado, como aqui foi dito pelo Procurador e pela Procuradora, que estavam acumpliciados – e profundamente acumpliciados – com a organização criminosa.

A fala dos Srs. Procuradores – da Sr^a Procuradora e do Sr. Procurador – é muito rica, evidenciando isso, com os cuidados, naturalmente, de quem é do Ministério Público. Portanto são cuidados que a gente compreende. Não vieram os nomes aqui porque não cabiam, mas é uma revelação óbvia de que havia uma cumplicidade muito grande entre aquele governo e essa organização criminosa. O volume de coronéis envolvido nisso era impressionante! Então é muito importante ter ouvido o que ouvi aqui hoje.

Em segundo lugar, eu queria falar um pouco sobre o que foi dito pela procuradora Lea sobre os meios de comunicação e o crime organizado. Tenho insistido nisso aqui porque é muito grave este fato de que meios de comunicação se tornem agentes do crime organizado. Hoje, se a gente quiser, e para lembrar o Policarpo, tem um diálogo dele, do Cachoeira com o Demóstenes, e dele mesmo, um dele que diz – do Policarpo com o Jairo, com quem ele tinha relação constante. O Policarpo diz: Você está saindo agora? É que aquele lugar deve estar fechado já. O Jairo: Ah, é? Policarpo: Acho que sim. Jairo: Então fala outro local melhor para você aí. Policarpo: Hã? Jairo: Fala outro lugar melhor para você rápido. Policarpo: Então, vamos ali. Ali é rápido. Agora ainda não tem trânsito, se bem que para voltar de lá vou demorar umas quatro horas para chegar aqui em casa. No parque? Sim, no parque.

Então, marca-se um encontro para discussão com o policial para combinar matérias. Isso está absolutamente... E todas as oitivas mostram que se combina-

vam matérias na revista *Veja* voltadas para se atender os interesses de Cachoeira.

Aqui tem outro diálogo do Cachoeira que diz... O Cachoeira fala: outra coisa é o seguinte – ele falando com o Demóstenes, com o Senador cassado, que também foi controlado pelo crime organizado: Outra coisa é o seguinte: passei um trem para o Policarpo aí hoje que ele vai bamburrar, viu? Aí o Demóstenes diz: Bom demais. O que é? Cachoeira falando: Só guarde para nós aí que ele vai infiltrar lá – portanto, a serviço do crime organizado – vai ter uma reunião da Aneor, do sindicato dos empreiteiros amanhã, vai estar mais de 70 empresas lá distribuindo obra, e ele vai infiltrar lá dentro.

Quando isso foi trabalho de jornalista? Onde, em que lugar do mundo? Falo como jornalista. Falo como jornalista. Isso é o anti-jornalismo e trata de crime. É infiltrar para o crime organizado. Então, eu digo da gravidade dessa organização criminosa que controla inclusive meios de comunicação. Evidentemente, isso aqui é apenas uma demonstração rápida do que foi feito. Pode-se dizer até que não só ele, Policarpo, mas a *Veja* foi a mais interessada nisso tudo.

Gostaria, se pudessem V. Ex^{as} responder, não sei se... O Presidente disse que o líder não pergunta. Então, faço uma ponderação para que V. Ex^{as} eventualmente desenvolvam uma coisa que eu já disse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a não fala como líder; V. Ex^a está falando no seu tempo regulamentar de dez minutos. Pode perguntar.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Então, posso perguntar. Eu já cheguei a afirmar isso, mas gostaria de ouvir que V. Ex^{as} desenvolvessem isso. A minha impressão do que tenho visto é que essa quadrilha evidenciou-se como – daquilo que vimos até agora, e certamente ainda há muito por vir, tanto da quadrilha em si, e V. Ex^{as} disseram que ainda o trabalho não foi completado, quanto do que se desdobra em relação a ela – se ela evidencia um novo patamar do crime organizado no Brasil. Porque me lembrou a camorra, me lembrou mesmo, por todas as... O livro do Roberto Saviano que V. Ex^{as} devem ter lido me lembrou aquele grau de articulação. Então, eu gostaria de ouvir de V. Ex^{as} se acreditam que ela, pelo que até hoje fez e pelo que V. Ex^{as} investigaram, elevou o crime organizado a um patamar novo no Brasil.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Nós trabalhamos com algumas organizações criminosas, no enfrentamento a algumas organizações criminosas especializadas em outros tipos de crime. Mas dentro da nossa visão, dentro da leitura do Ministério Público Federal, essa foi a maior organização criminosa que já trabalhamos para desarticular. É uma organização

criminosa e a mais difícil de se trabalhar porque, como havia pessoas da segurança pública como membros do grupo criminoso, isso fez com que nós não pudéssemos ou não conseguíssemos durante determinado período avançar nas investigações.

Foi a organização criminosa, pelo menos, dentro da nossa experiência, como membro do Ministério Público Federal, mais complexa e mais difícil de se enfrentar. Houve, e há, notícias de organizações criminosas semelhantes em outras unidades da Federação que também foram desarticuladas. Dentro da experiência que tivemos aí, foi o maior grupo criminoso e o mais difícil de se desarticular ou de se tentar uma desarticulação.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Muito obrigado.

Parabéns pelo trabalho de vocês até agora!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, ilustre Deputado Emiliano José.

Agradeço-lhe por ter falado dentro do tempo.

Há dois oradores inscritos para terminarmos. Agradecemos aqui a contribuição muito valiosa dos ilustres Procuradores federais.

Ainda estão inscritos o Senador Randolfe e o Delegado Protógenes.

Portanto, passo a palavra ao Senador Rodolfo Rodrigues pelo tempo regulamentar de dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Inicialmente, Dr^a Lea, Dr. Daniel, meus cumprimentos. Seria redundante destacar o trabalho de V. Ex^{as}., o que já foi feito aqui pelos que me antecederam.

O relato de V. Ex^{as} apresenta a dimensão da organização criminosa que esta CPI está investigando. O que – não vou usar a palavra “intimida” – amplia o desafio desta CPI e de todas as instituições do Estado brasileiro é a ousadia dos membros da organização, a atuação dos membros da organização e como eles atuaram, em especial, na cooptação de agentes públicos.

Por isso, eu fico espantado quando aqui se tenta inverter os fatos. Esta CPI não existiria se não fosse o trabalho de V. Ex^{as} e da Polícia Federal. Eu até brincava aqui com o Senador Pedro Taques. Imagino que V. Ex^{as}. devem ter tido ótimos professores no âmbito do Ministério Público Federal em decorrência do êxito, do sucesso, do trabalho que V. Ex^{as}. empreenderam. Esta CPI não...

Quero logo deixar claro, Dr^a Lea, que a senhora não tem, eu sei que foi a cordialidade de V. Ex^a, o respeito de V. Ex^a à instituição senatorial, ao Congresso Nacional, que possibilitou que V. Ex^a. prestasse informações sobre sua agenda, mas V. Ex^a. Não tem obrigação nenhuma de prestar informação sobre agenda, aliás,

esta CPI tem que buscar informação sobre a agenda dos criminosos e não informação sobre a agenda de quem desbaratou a organização criminosa, de quem investiga a organização criminosa, que a desbarata e que possibilita que nós tenhamos uma comissão parlamentar de inquérito querendo avançar nos passos da investigação.

Fico preocupado quando há qualquer tentativa de inverter aqueles que, na verdade, investigam e desbaratam o esquema e tentam colocar Procurador-Geral da República, Procuradores da República, na condição de investigados. Fico preocupado, porque o próximo passo para isso é quem assim tentar e assim insistir, o próximo passo para isso é nós nos sentirmos, meu querido Bueno, no Parlamento alemão nos anos trinta e alguns quererem utilizar a suástica como símbolo, porque a atuação da Procuradoria da República deve... Ao contrário, não deveria.... Como é o dever de todos nós agentes públicos... Não deveríamos estar rendendo loas e homenagens ao que é dever de todos os homens públicos, mas quando encontramos agentes públicos com coragem, com destemor, nós ficamos convencidos de que existem instituições republicanas e de que ainda é possível acreditar nas instituições deste País.

Dr^a Lea, chamou-me a atenção o fato que a senhora relatou aqui, entre as ameaças que a senhora sofreu, uma tentativa de invasão da sua casa, às 5h30 da manhã, por parte de uma mulher.

Eu lhe pergunto: houve alguma investigação policial sobre essa tentativa de acesso a sua residência? Por acaso, foi possível identificar, pelo sistema do seu prédio, quem foi essa pessoa que tentou adentrar o seu apartamento? A senhora tem maiores informações sobre isso? Houve algum procedimento?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Sim. Isso está sendo investigado pela Polícia Federal. Nós disponibilizamos a filmagem para Polícia Federal e está dentro dessa investigação da ameaça. A nossa leitura foi toda dentro de um contexto. Eu recebi um *e-mail* intimidatório no dia 13 de junho na semana seguinte. No sábado recebi outro *e-mail* e recebi essa visita na segunda-feira pela madrugada. Então faz parte de uma mesma investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não sei se é possível a informação, a senhora fique à vontade, mas há alguma suspeita?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Dessa visita ainda não, só dos *e-mails*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas a provável pessoa, a pessoa, aliás, ela chegou sozinha, acompanhada, de carro?

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Ela chegou sozinha, uma senhora, dizendo que queria ir até

o apartamento, falou o número do apartamento, a casa de forma bem específica, com a desculpa de que trabalharia na minha casa. Só que nós já temos uma empregada que trabalha há 10 anos e o porteiro achou estranho por conta do horário, da justificativa dela. Pediu para que ela informasse o nome. Ela saiu nesse momento, não quis informar o nome, nós conseguimos apenas o registro da imagem dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, considero importante também a CPI acompanhar os desdobramentos da Polícia Federal nesta investigação, em especial para encontrar a possível relação dessa pessoa que tentou invadir a casa da Dr^a Lea com o procedimento das investigações por parte desta CPI.

Eu queria reiterar, caríssimo Presidente, caríssimo Relator, a necessidade urgente que temos nesta CPI de compartilharmos as informações que já temos notadamente sobre o que eu considero seja o próximo passo desta CPI, que é a investigação sobre a empreiteira Delta junto com a Polícia Federal. Aliás, eu creio que esta é a grande contribuição desta CPI.

Sobre o funcionamento da organização criminosa, o trabalho do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, no meu entender, é impecável sobre os laços dessa organização criminosa.

A CPI está avançando para apontar que a organização criminosa não é sozinha em Goiás, não é sozinha no Centro-Oeste.

A CPI está apontando que existe – e vou usar, Deputado, o seu termo – uma **holding** da corrupção com laços em todo o País, capitaneada, dirigida pela empreiteira Delta. Aliás, eu diria, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nós temos um conjunto de quatro desafios nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esses desafios são de ir adiante, dar o próximo passo, no sentido do que foi iniciado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

São estes: primeiro, o cruzamento de informações entre as contas da Delta, identificando a origem do dinheiro depositado por empresas fantasmas já dito aqui; segundo, a quebra do sigilo de todas as empresas fantasmas, das que já foram e das que ainda há requerimentos pendentes. Considero isso fundamental para identificarmos os destinatários dos recursos que passaram pelas empresas fantasmas; terceiro, a identificação dos beneficiários, em especial do esquema de lavagem de dinheiro para o exterior.

Em relação a esse terceiro, peço, Dr. Daniel, Dr^a Lea, uma informação complementar. V. Ex^{as} destacaram ramificações da organização com ramificações da organização com o exterior, com organizações no exterior, com bancos no exterior. Pergunto a V. Ex^a se

V. Ex^a tem informações mais detalhadas em relação a isso, sobre quais seriam os bancos, quais seriam essas pretensas organizações no exterior.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Como foi colocado aqui no início, a gente não conseguiu aprofundar essa parte referente ao trabalho, à penetração da organização criminosa, especialmente à lavagem de capitais e evasão de divisas.

Nós temos alguns indicativos nesse sentido, que precisam ser aprofundados na realidade. Por exemplo, o caso, a questão de dólar-cabo para a compra de um *site* que estaria habilitado em Curaçau. Isso temos, mas precisamos trabalhar de forma mais aprofundada esses dados que foram coletados nessa investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O único local que V. Ex^{as} apuraram de transferência para o exterior foi Curaçau?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Houve uma transferência também, dentro do sistema dólar-cabo, para o Reino Unido. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por parte dessas empresas?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – O que aconteceu foi que essa transferência se deu a partir de uma agência de turismo e, especificamente, o responsável por essa operação, a gente chama de Dólar-cabo, foi uma pessoa chamada Wesley. Então, há necessidade, sim, de desenvolver melhor essas investigações para se chegar a elementos cabais de que houve realmente essa operação para o exterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço a V. Ex^a, reitero meus cumprimentos ao trabalho de V. Ex^a, ao trabalho da Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Tenho mais uma inscrição. Um dos Srs. Parlamentares se reinscreveu depois de eu ter anunciado os dois últimos inscritos. Então, agora será o delegado Protógenes, depois o Senador Fernando Collor de Mello.

Passo a palavra ao Delegado Dr. Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, Exm^{os} Srs. Procuradores da República, Dr. Arantes, assessor parlamentar da Procuradoria-Geral da República, quero enaltecer o trabalho corajoso e responsável da Procuradoria da República nesse caso Cachoeira. E estendo esse trabalho responsável e corajoso aos colegas da Polícia Federal. Também leve, Dr. Arantes, os nossos cumprimentos ao Procurador-Geral da República pelo empenho e atenção especial dada a esse caso.

Quero aqui registrar também, Sr. Presidente, colegas Deputados, que a mim me causa uma preocupação muito grande, porque, como delegado de Polícia Federal, hoje Parlamentar, atuando há mais de quinze anos em casos complexos na Polícia Federal, isso me fez lembrar do primeiro caso em que atuei, do Hildebrando Pascoal. Quem era Hildebrando Pascoal? Coronel da Polícia Militar, Comandante da Polícia Militar e Deputado Federal cuja infiltração no Estado do Acre chegava à beira do absurdo. As chacotas e as ameaças ocorriam naquela época – falo aqui do ano de 1999 –, e as chacotas e ameaças também permanecem nesse caso Cachoeira, trazendo muita preocupação às instituições e ao Estado brasileiro.

Quero deixar aqui registrado que nós não vamos assistir mais ao trágico episódio envolvendo o Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, no ano de 1982, 3 de março, um dia após o Procurador ser afastado do caso do escândalo, dito escândalo da mandioca, que investigava denúncia de irregularidades cometidas no Banco do Brasil, ele foi brutalmente assassinado na cidade de Olinda e sucessivos casos de ameaças, estatística permanece, inclusive até chega ao absurdo e à arrogância de assassinatos até com a proteção da própria Polícia Federal, como foi o caso do Chico Mendes, Dr^a Léa.

Então, a preocupação da senhora procede, inclusive chegando ao absurdo de a imprensa internacional noticiar, como o jornal *The Gardian*, no dia 8 de agosto, noticiou as notícias de ameaças que ocorreram contra os procuradores da República, contra os juízes Dr. Paulo Moreira, meu colega da Polícia Federal e hoje juiz federal, contra também o Dr. Alderico Rocha. Quer dizer, sucessivas ameaças se sucederam nesse caso. E mais, toda organização criminosa, a experiência nos faz lembrar que existem cadáveres, e esses cadáveres não serão o Estado brasileiro desta vez. Podem ter certeza disso. A menos que formos omissos ou inertes ou comprometidos com o crime organizado.

Hoje, temos que demonstrar que Brasil nós queremos, se é o Brasil da década de 80, quando perdemos Chico Mendes, quando perdemos o Pedro Jorge de Melo e Silva, que as ameaças contra o Procurador Luiz Francisco, àquela época, no Acre, teve que sair de lá, porque, senão, ia ser assassinado, se essas ameaças, se esses casos vão relembrar esse Brasil do passado.

Trago a preocupação e faço, aqui, Sr. Presidente, para que consigne nos anais e providências sejam tomadas, porque é inadmissível uma procuradora da República ter o seu carro marcado, de qualquer forma com uma atenção direta ou indireta, de intimidar o poder do Estado brasileiro. Essa procuradora V. Ex^a e o Dr. Daniel também, V. Ex^{as} têm que andar de carro

blindado, sim; têm que ter segurança pessoal, sim, ao tempo que for necessário, e não no prazo determinado como determinaram, anunciaram previamente a Dr^a Léa, que seria por apenas 2 anos. A Sr^a não vai ser bem vinda ao clube, Dr^a Léa, nem o senhor, Dr. Daniel Rezende, porque desse clube eu faço parte e aqui denuncio a ausência de proteção do Estado às ameaças contra os agentes de Estado que queiram garantir a democracia neste País.

Então, é uma exigência desta CPI fazer-se presente. A segurança necessária e os meios necessários à conclusão mais rápida dessa importante investigação é para a República brasileira, inclusive, Sr. Presidente, solicitando, ainda, uma extensão de membros desta CPI à estrutura de segurança dada aos procuradores, policiais e aos juízes federais que também pediram a estrutura de carro blindado e também a segurança pessoal e de suas famílias. Saber in loco se isso realmente está ocorrendo, porque eu presenciei, em Mato Grosso do Sul, o Dr. Odilon, uma segurança mequetrefe dos colegas da Polícia Federal. Mequetrefe, porque o carro não funcionava, o carro não era blindado, o carro blindado que havia era antigo, e eram apenas dois policiais federais a dar segurança a esse importante juiz federal ameaçado.

E vai, aqui, uma indagação aos procuradores que quero que respondam para deixarmos consignado e exigir providências.

Se entrar no mérito da metodologia da investigação, apenas quanto à infraestrutura de material e policial, porque ocorreram algumas paralisações nas investigações – isso noticiado até pelos meus colegas e da Polícia Federal.

Se a essas paralisações notadamente vieram pressões externas, se a essa falta de estrutura, houve o comprometimento institucional da Polícia Federal ou do Ministério Público.... E hoje qual a estrutura necessária para agilizarmos rapidamente a conclusão dessas investigações, materialmente, em termos de recursos humanos e infraestrutura? Esse é um ponto. E está provado que nós temos, aqui no Congresso Nacional, nos debruçarmos para ampliar as competências e atribuições institucionais do Ministério Público e da Polícia Federal, em especial a Polícia Federal, trazendo prerrogativas e garantias constitucionais para assim proceder nessas importantes investigações complexas.

São só essas as indagações, Sr. Presidente.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – A investigação Monte Carlo contou com uma equipe permanente de apenas quatro agentes da Polícia Federal, um delegado e dois procuradores. Às vezes contávamos com o apoio de um ou outro agente que saía da investigação, participava, mas o efetivo foram quatro

agentes da Polícia Federal e um delegado. Isso é muito pouco. É muito insuficiente. A ponta de um *iceberg* foi desvelada. Essa organização criminosa ousada foi desvelada graças ao sacrifício pessoal de agentes da Polícia Federal, do Delegado Matheus e dos membros do Ministério Público Federal.

Nós contamos com o apoio da Superintendência da Polícia Federal aqui do Distrito Federal, mas a Polícia Federal não pode dar um apoio que não tem. A estrutura possível e disponível foi essa, mas totalmente insuficiente. Se tivéssemos uma estrutura maior, não teria sido desvelada apenas essa ponta do *iceberg*, mas a lavagem de dinheiro já teria sido denunciada, fraude à licitação. Então, fizemos o possível dentro da estrutura, mas, para combater o crime organizado, precisamos de uma estrutura infinitamente melhor e maior tanto na Polícia Federal quanto no Ministério Público Federal.

Esse trabalho foi exitoso, como já disse, graças à dedicação e empenho desses agentes de persecução penal. A Polícia Federal se despiu de qualquer vaidade institucional, o Ministério Público também. Nós temos o mesmo objetivo, que é combater o crime organizado, e foi um trabalho harmônico e bem sucedido graças a este objetivo: combater o crime organizado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdOB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a já concluiu.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdOB – SP) – O Diretor-Geral da Polícia Federal Luiz Fernando Corrêa, à época, foi informado dessa operação?

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Não sei se foi não, Excelência. Não temos essa informação não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo, então, ao último orador, Senador Fernando Collor de Mello, por dez minutos.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr^a Procuradora, Sr. Procurador, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria apenas de trazer à luz a questão do requerimento de informações. O requerimento de informações, que, como pessoa física, como cidadão brasileiro, eu solicitei ao Procurador-Geral da República, à Dr^a Lea, ao Dr. Daniel e a outras autoridades, eu o fiz com base na Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação, que nós aprovamos no dia 18 de novembro de 2011. Fiz esse requerimento com fundamento nos art. 7º, inciso V, § 10 e 11, todos dessa mesma lei. E solicitei as informações à Dr^a Lea sobre a relação de pessoas, cidades, locais e horários de reuniões e encontros institucionais dos quais tenha participado a

Srª Procuradora da República, na semana de 26 de fevereiro a 3 de março de 2012, dentro ou fora das instalações da Procuradoria, com ou sem anotação na agenda da autoridade.

Do mesmo modo, fiz um segundo requerimento para o Dr. Daniel e também outro para a Drª Lea, em que requeiro, com base no mesmo artigo: um, a lista de pessoas recebidas pela Srª Procuradora da República nos dias 1º e 2 de março de 2012, com ou sem anotação na agenda da autoridade, e a relação de reuniões e encontros institucionais dos quais tenha participado a Srª Procuradora da República nos dias 1º e 2 de março, de 2012, dentro ou fora da instalações da Procuradoria.

Nos mesmos termos, lavrei esse requerimento e encaminhei ao Dr. Daniel, e o fiz também ao Procurador-Geral da República, que, alvissaras, recebi anteontem a resposta de S. Exª de que estaria fazendo um pronunciamento na tribuna do Senado sobre as respostas que me foram oferecidas por S. Exª, o Sr. Procurador-Geral da República.

Portanto, agi assim de conformidade com a lei, dentro do que permite, do que dá direito ao cidadão brasileiro, a qualquer cidadão brasileiro, solicitar informações a autoridades públicas a respeito do que julgar conveniente.

Restaram perguntas a fazer, Sr. Presidente, à Drª Lea, e eu pediria que ela explicasse melhor. Se eu ouvi bem, V. Sª, em algum momento da leitura do documento, do seu pronunciamento, fala de influência de órgãos de imprensa, e, implicitamente, entendi que estariam trabalhando a favor de contraventores. E, num outro trecho mais adiante, a senhora se refere à troca de favores que estaria ocorrendo entre a organização criminosa e outras pessoas.

Eu pediria a V. Sª que nos detalhasse melhor esses dois pontos do seu pronunciamento.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Eu expliquei essa parte para um outro Parlamentar, V. Exª não estava aqui, mas eu vou repetir.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu lhe agradeço.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Alguns diálogos indicam a relação do chefe da organização com alguns jornalistas. Entretanto, como esses diálogos tratavam de assuntos políticos, que não foram o foco da investigação, eles não foram aprofundados. Não existe... Eu não posso afirmar que alguns jornalista seja membro da organização, por isso não houve nenhuma denúncia nesse sentido.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Mas a senhora afirma que houve influência ...

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Mas alguns diálogos indicam conversas, pode ser uma relação de fonte, indicam essa conversa. É um material bruto que não foi investigado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – A que a senhora dá o nome de influência, de diálogos com órgãos de imprensa com os contraventores.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – É isso.

E o segundo ponto é em relação à troca de favores.

Que troca de favores seria essa entre os jornalistas, entre os jornalistas especificamente, é só o jornalista da *Veja*, e o contraventor; que troca de favores seria essa?

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Essa troca de favores a que me referi não é em relação à jornalista e organização criminosa. Um perfil da organização criminosa é troca de favores. Eu cito, por exemplo, há um delegado, que foi denunciado pelo Ministério Público Federal, nessa operação, que recebeu viagem para Buenos Aires em troca de informações sigilosas.

Então, quando me referi à troca de favores, é a esse tipo de situação que seria também uma forma de corrupção.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Que poderia também ser uma troca de favores do tipo que nós...

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em qualquer seara.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Em qualquer sear, inclusive na jornalística, como nós já depreendemos de uma degravação, em que o Sr. Polícarpo Júnior, em troca de alguma gentileza que havia recebido do Sr. Cachoeira, pede a ele que grampeie, que faça uma interceptação ilegal do telefone do Deputado Jovair Arantes, do PTB de Goiás.

Pode ser uma troca de favores também.

A SRª LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Em relação a essa troca de favores entre chefe da organização e Cachoeira, eu não posso afirmar que realmente aconteceu. Existem alguns diálogos e não foram investigados.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Mas troca de favores pode englobar também isso. O importante é essa observação que V. Sª faz da influência dos órgãos de imprensa dentro da organização criminosa. Isso é muito importante e relevante.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Só fazer um adendo, então, Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pois não, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL DE RESENDE SALGADO – Na realidade, houve cooptação realmente por parte de

algumas pessoas que tinham possibilidade de passar informações à população de massa. Temos um evento específico em que a Força Nacional teria ido fazer um trabalho de enfrentamento à parte da jogatina no entorno, e um dos membros da organização criminosa chegou a pagar um jornalista – não sei bem se é jornalista, mas seria alguém que teria penetração, radialista, que teria penetração popular para que pudesse falar mal do trabalho desenvolvido pela Força Nacional e colocasse a sociedade, aquela representação social, contra o trabalho que estava sendo desenvolvido pela Força Nacional.

Esse é um dos enfoques que conseguimos desvelar a partir desse trabalho, porque o trabalho foi todo dirigido, como foi colocado aqui.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, vemos, pela declaração dos dois Procuradores, a extraordinária importância que tiveram alguns meios de comunicação para insuflar as atividades dessa atividade criminosa, dessa organização criminosa, como é o caso do Sr. Policarpo Júnior, da revista *Veja*, e outros jornalistas também envolvidos nessa questão. Não podemos perder esse foco. São dois Procuradores que estão falando e que são Procuradores que acompanharam as operações Vegas e Monte Carlo.

Então, isso é de extrema gravidade. E não é questão de ir contra a instituição da imprensa, porque o que queremos é exatamente isto: é depurar do jornalismo brasileiro aqueles elementos deletérios que conspurcam a imagem do jornalismo; do mesmo modo em relação ao Ministério Público, que é uma instituição a quem muito respeito, inclusive defendendo aqui a não aprovação da PEC nº 37, para não retirar dos senhores o direito de investigação que lhes foi conferido pela Carta de 88, mas não posso também deixar que certos elementos dentro do Ministério Público, e são poucos, deslustrem a imagem que o Ministério Público sempre desfrutou diante da sociedade.

Vejam os senhores, Sr. Presidente, a resposta que recebi do Sr. Procurador-Geral da República em que solicitei a ele que me informasse, com base na Lei de Acesso à Informação, o número de processos que ele tinha no seu gabinete no dia 28 de junho de 2009 – e essas datas não são aleatórias, são datas por informações que possuo e que, portanto, me dão azo a fazer esse tipo de requerimento. No dia 28 de junho de 2009, no dia 22 de julho de 2009, 15 de agosto de 2011 e 11 de julho de 2012. Na resposta do Sr. Procurador, o que verificamos? Que o Dr. Antonio Fernando de Souza, o ex-Procurador-Geral da República, encerrou o seu mandato como Procurador-Geral deixando apenas 14 inquéritos – e peço a atenção também da

Sr^a Procuradora e do Sr. Procurador –, 14 inquéritos em seu gabinete, todos os demais estavam tramitando regularmente ou foram arquivados. O Exm^o Sr. Procurador-Geral da República Dr. Roberto Gurgel...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O tempo de V. Ex^a encerrou.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) ...em 15 de agosto de 2011, na sua recondução, possuía 64 inquéritos. O Dr. Antonio Fernando de Souza deixou 14, e, no dia 15 de agosto de 2011, ele tinha 64 inquéritos – ele, o Dr. Roberto Gurgel – parados no seu gabinete, ou seja, em dois anos, mais do que quadruplicou o número de seu antecessor, o que significa mais autoridades, Senadores, Deputados, Ministros de Estado e Ministros de Tribunais Superiores, com a espada de Gurgel sobre as suas cabeças, o que revela um método de trabalho, nem denuncia, nem arquivava, privando autoridades do devido processo legal que lhe seria assegurado pelo Supremo Tribunal Federal, e nem se alegue que o número de inquéritos, em 15 de agosto de 2011...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Presidente, apenas para a sua conclusão.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – ...se deve ao fato de ter passado um mês fora do cargo por causa da demora do Senado em sabatiná-lo, em 2009, na sucessão do Dr. Antonio Fernando. O cargo também ficou vago por um mês, e o número de inquéritos acumulados era de 23. Portanto, metade do passivo do Dr. Gurgel.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a V. Ex^a ter me permitido trocar informações com a Dr^a Lea e com o Dr. Daniel e para esclarecer, de uma vez por todas, que, nesse requerimento, nada mais fiz do que obedecer à Lei de Acesso à Informação, que dá esse direito a qualquer cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado, Senador Fernando Collor de Melo.

Quero dizer, antes de terminar, que foi muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito a vinda dos Srs. Procuradores da República, Dr^a Lea Batista de Oliveira e Dr. Daniel de Resende Salgado. Eles demonstraram um trabalho muito importante que vem sendo realizado – e que foi realizado – de investigação, de denúncia, de prisões, enfim, eles pegaram um núcleo central da organização criminosa, mas também demonstram que esta CPI tem um papel fundamental em duas direções: a primeira delas, de buscar o fluxo financeiro, a parte econômica da organização, e ajudar no seu estrangulamento; de outro lado, outros atores que foram envolvidos por essa organização, os

atores políticos, atores da imprensa, enfim outros atores que foram envolvidos por essa organização. Temos que trabalhar juntos.

Então, quero agradecer a V. Ex^{as} e parabenizá-los. Inclusive, acompanhando o trabalho, gostaríamos de saber de qualquer acontecimento que possa ameaçar a segurança de V. Ex^{as} e que V. Ex^{as} sentissem que esta CPI é aliada do trabalho de V. Ex^{as}. Sentimo-nos orgulhosos de sermos brasileiros, tendo em vista o trabalho tão bem feito por V. Ex^{as}.

Antes de encerrar a reunião, queria saber se V. Ex^{as} gostariam de usar da palavra para suas conclusões.

A SR^a LEA BATISTA DE OLIVEIRA – Excelência, só gostaria de reiterar que o Ministério Público Federal está à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito para troca de informações; o trabalho desenvolvido pela Comissão é muito importante para continuarmos o nosso. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 27ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 27ª Reunião realizada em 22 de agosto de 2012, às 10 horas e 33 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT/CE), Pedro Taques (PDT/MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e **Cyro Miranda (PSDB/GO) e dos (as) Deputados (as):** Odair Cunha (PT-MG), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira PSC/RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Armando Vergílio (PSD-GO), Luiz Sérgio (PT-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Cesar Halum (PSD-TO). **Deixaram de comparecer**

os (as) Senadores (as): Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Souza (PMDB/PR), Cyro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV/RN), Jayme Campos (DEM-MT), Cássio Cunha Lima (PSDB-B), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Cândido Vaccarezza (PT-SP), Paulo Teixeira (PT-SP), Gladson Cameli (PP-AC), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Sílvio Costa (PTB-PE) e José Carlos Araújo (PSD-BA). Compareceu, ainda, o **parlamentar não membro:** Tomás Correia (PMDB-RO). Na oportunidade foram chamados a depor os senhores Jayme Eduardo Rincón, que compareceu amparado pelo Habeas Corpus 114.831 e acompanhado de seu advogado, Pedro Paulo Guerra de Medeiros, e Aredes Correia Pires, amparado pelo HC 114.879 e acompanhado de seu advogado Renato Borges Barros. Ambos se utilizaram da prerrogativa de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A todos os Srs. Parlamentares, Srs. assessores, profissionais da imprensa, convido-os para tomarem os seus assentos, posicionarem os seus respectivos lugares, para darmos início a nossa 27ª Reunião, já presente o Sr. Relator.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012. A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Jayme Eduardo Rincón e do Sr. Aredes Correia Pires.

Não devo colocar em votação a Ata da 26ª Reunião da Comissão, por não haver, neste momento, quórum para deliberação.

Convido o Sr. Jayme Eduardo Rincón, Presidente da Agetop – Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 206, de 2012, da CPMI “Vegas” – “Monte Carlo”, de autoria do Senador José Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto chega o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o querido Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em nome, mais uma vez, da bancada do PSDB, Sr. Presidente, como hoje não há quorum para deliberação, não vamos insistir que requerimentos possam ser colocados em deliberação no dia de hoje, mas a sugestão é que V. Ex^a e o Relator, o Deputado Odair Cunha, convoquem uma reunião administrativa para a próxima semana, a fim de que possamos deliberar sobre a quebra de sigilo de doze empresas consideradas fantasmas.

O volume de recursos repassados a essas empresas que nada fazem é excepcional, e não podemos ignorar esse fato. Isso é muito grave. Se ignorarmos essa situação, tornar-nos-emos cúmplices disso. Não temos muito tempo a perder.

Por isso, peço a V. Ex^a que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me interromper, mas é para lhe ajudar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu lhe agradeço e sei que V. Ex^a vai anunciar uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem mesmo, sem querer interrompê-lo, mas somente para ajudá-lo, estávamos numa reunião interna com o Sr. Relator, que está debruçado sobre o assunto de que V. Ex^a tratou na manhã de ontem. Ele está estudando cada um dos requerimentos de V. Ex^a e, certamente, durante os próximos dias, haverá de dar uma definição.

Bem-vinda a reclamação de V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, sobre o mesmo assunto que o Senador coloca, na última reunião, apresentamos requerimento. Imaginava até que poderia ser hoje. O Relator disse que poderíamos estudar, para discutirmos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele continua debruçado sobre essas considerações de V. Ex^as.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tenho cinco requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cinco, com doze do Senador Alvaro Dias, e com três, do Senador Randolfe Rodrigues. São esses os prioritários.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não pode passar da semana que vem, Sr. Presidente; senão, não teremos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou aqui acostado a V. Ex^as com o Relator. Estou na pressão com o Relator.

O Sr. Jayme Eduardo Rincón foi convocado por esta Comissão. É necessário que se faça esse esclarecimento por duas oportunidades. Nas duas oportunidades apresentou um atestado médico de saúde, com comprovações a esta Presidência e informações a V. Ex^as, cujo adiamento julgamos procedente. A avaliação médica, que veio acostada aos autos, demonstrou um acometimento de saúde, naquela oportunidade, com impossibilidade da sua presença.

Foi necessário o encaminhamento de um terceiro ofício em que a Comissão determinou a presença do Sr. Jayme Rincón, para prestar esclarecimentos que julgamos fundamentais, como colaboração a esta Co-

missão, e hoje, dia 22, como aprazado entre esta Comissão e o depoente, na forma da convocação, está hoje perante a Comissão o mesmo.

Como fazemos, e é de praxe, passo a palavra ao Sr. Jayme Rincón, na expectativa de que ele possa, inobstante esteja amparado em *habeas corpus* – que também devo dizer – como o faço em todos os outros, dispensável, porque esta Comissão garante todos os direitos constitucionais, e tem sido assim com todos os depoentes.

Quero fazer, por um dever de justiça, de forma pública, um enaltecimento ao comportamento da Sr^a Roseli Pantoja, que, para mim, por todos esses depoentes merece ser tratada, neste momento, com relevo a forma como ela veio prestar esclarecimentos à Comissão, não o teor dos seus esclarecimentos. Isso é a Comissão que vai julgar no relatório do Sr. Relator, mas a forma como ela compareceu a esta Comissão, desprovida de advogado e desprovida de *habeas corpus*.

Seja bem-vindo o Sr. Jayme Eduardo Rincón, inobstante o *habeas corpus* e a decisão do Sr. Ministro Joaquim Barbosa. Tem o senhor a palavra, com todas as garantias, desta Comissão.

O SR. JAYME EDUARDO RINCÓN – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estou aqui atendendo à convocação desta CPMI. Gostaria de informá-los que, atendendo à recomendação técnica do meu advogado, permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esta Comissão tem um rito que exige ser preservado, por força do nosso colegiado, o que haveremos de seguir.

O senhor está dispensado.

O SR. JAYME EDUARDO RINCÓN – Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O que chama a atenção é o Supremo aceitar esse tipo de pedido. Isso é que chama a atenção. Aceitar e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Convido o Sr. Aredes Correia Pires, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 534, de autoria do Deputado Dr. Rosinha.

Temos um pacote legislativo com relação à Comissão, que queremos tratar também na Comissão do Código Penal. Acho que podemos juntar até por celeridade processual.

O Sr. Aredes Correia Pires comparece a esta Comissão, também amparado por medida cautelar, dispensável no *Habeas Corpus* nº 114879, que lhe assegura aqueles mesmos direitos e prerrogativas que administrativamente nós asseguramos.

Passo a palavra ao Sr. Aredes Correia Pires, ex-Corregedor de Polícia Civil do Estado de Goiás. Com

a palavra V. S^a, para as suas considerações, com o tempo que julgar necessário.

O SR. AREDES CORREIA PIRES – Bom dia a todos os senhores. Na verdade, em razão dessa medida cautelar, e seguindo orientação do meu advogado, vou deixar de responder às perguntas que forem formuladas por esta Comissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Já adotamos aqui, como rito intermediário, digamos, passar a palavra ao Relator.

Como disse o convocado, ele se recusará a responder às perguntas, mas é preciso saber que perguntas. Eu, por exemplo, não sei quais são. Então, de repente, poder-se-ia passar a palavra ao Relator, para que este possa formulá-las, cabendo a ele o direito de ficar calado, sim. Concorro com V. Ex^a. Não há necessidade de *habeas corpus*. A Constituição assegura isso, mas me parece um exagero as perguntas não serem feitas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, já tive oportunidade de me manifestar anteriormente. O rito não tem sido esse. O que foi aprovado pelo Colegiado tem sido a dispensa imediata e não inquirição pelo Relator pergunta a pergunta. Tenho para mim que devamos permanecer neste rito até que haja uma mudança numa votação por este Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. O senhor está dispensado, porque estamos mantendo o rito, e, se o senhor usasse do seu tempo, dos seus 20 minutos, para iniciar uma exposição, aí o Relator passaria a falar.

O senhor está dispensado.

O SR. AREDES CORREIA PIRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, gostaria apenas de lamentar a postura dos depoentes.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, em função do Relator. Gostaria de saber que perguntas o Relator faria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Apenas, Sr. Presidente, para lamentar a postura dos depoentes que vêm à CPMI. Não colaboram, numa linha clara, adotando a unidade da defesa existente do Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o pacto do silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Do silêncio absoluto. Agora, gostaria apenas de anotar aqui na Comissão, Sr. Presidente, que, em relação ao Sr. Aredes, as vinculações e a quebra de sigilo funcional dele são evidentes nas interceptações telefônicas. Ele detinha um aparelho nextel. Ele colaborou, vazando

informações de dentro do aparelho segurança do Estado, da Polícia Civil, vem à Comissão e, mais uma vez, reafirma, com seu silêncio, o seu vínculo com a organização criminosa.

Em relação ao Sr. Jayme Rincón, questões que precisavam ser mais bem esclarecidas aqui, mas me fixaria basicamente em duas questões que chamo a atenção dos Pares desta Comissão, no sentido de que identifiquemos melhor, que joguemos uma lupa em questões que acabei por identificar aqui.

Numa interceptação telefônica, de 12/08, entre Cláudio Abreu e Carlinhos Cachoeira, Cláudio disse que acabou de fazer um trato com Wladimir. Há três lotes que ele, Cláudio, ficou em segundo lugar, mas ele quer o lote 18. O cara deu 30%, e ele deu 23%, referindo-se a um deságio. Se o Vladimir conseguir com o Marconi e o Jayme que o cara seja desclassificado, e o Cláudio ganhe com sua proposta, ele dá R\$50 mil para o Vladimir. Cláudio liga de novo e diz que se Vladimir conseguir os três lotes, ganha R\$100 mil; e, se for só o lote 18, R\$50 mil. Se forem dois, recebem R\$70 mil.

Nós identificamos, então, Presidente, no Portal Transparência do Estado, que, realmente, a Construtora Delta foi segunda colocada nesta licitação, na Concorrência 020, de 2011. Ela foi segunda colocada no lote 18, no lote 5 e no lote 23. É bom termos claro que a Construtora Caiapó foi desclassificada nos lotes 5 e 23, atendendo claramente ao comando da quadrilha, que desejava o lote 18 ou os três lotes e pedia expressamente a desclassificação.

O Sr. Jayme Rincón poderia, na sua oitiva aqui, ter explicitado melhor como se dá o processo de desclassificação das empresas na Agetop. Não quero aqui, com isso, inferir que o Sr. Jayme Rincón seja ligado à organização criminosa. Agora, que o interesse da organização criminosa se viu configurado e atendido, é evidente.

Outra questão que eu julgo importante, para a qual eu queria chamar atenção dos pares desta Comissão, é que, num relatório de análise complementar da Polícia Federal que foi encaminhado a esta CPMI, constam, Sr. Presidente, duas minutas de edital com o nome da Agetop, mostrando que o Sr. Wladimir Garcez, que se encontrava com frequência com Sr. Jayme Rincón, tinha no seu computador, computador que foi apreendido quando da deflagração da polícia, duas minutas de edital de licitação identificadas com a Agetop, prova de que o Sr. Wladimir Garcez buscava influenciar de maneira clara, inclusive escrevendo editais a serem publicados na Agetop.

Questões como essas, com o silêncio do depoente, não podem ser esclarecidas melhor. Fica, então, a compreensão do Relator e dos pares desta CPMI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, pela ordem. Vamos pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Questão de ordem aqui: tragam-me o número do artigo, eu vou conferir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O 95, da Câmara dos Deputados. Pode ser o 116, se não me engano, do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Leia o número do artigo e traga o artigo aqui.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O 95 da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me ler o art. 95 da Câmara dos Deputados.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu prefiro dar a palavra a V. Ex^a pela ordem. É muito mais cômodo para mim. Pela ordem...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, dê-me pela ordem, mas o 95 da Câmara dos Deputados trata de questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou lhe dar a palavra pela ordem, porque vou ter de ler o número do artigo, mas eu prefiro dar a palavra pela ordem a V. Ex^a, que é muito mais produtivo para mim.

Pela ordem, Deputado Miro Teixeira.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Registre-me também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A questão que eu coloco é relativa não mais ao rito, mas à ordem dentro do rito que estamos adotando aqui – eu estou vencido nisso, mas é o rito que estamos adotando. É a ordem dentro do rito. Eu imagino que, primeiro, deve ser dada a palavra ao Relator, antes de se perguntar ao convocado se ele vai falar, se ele quer responder ou se ele não quer responder, partindo do princípio de que ele só pode não se autoincriminar sabendo quais perguntas poderão ser feitas. Então, não haverá mudança de rito... Claro que ela poderá haver e eu desejo que haja, mas aí dependemos de sessão administrativa. Porém, como vimos agora, é fundamental que as pessoas saibam o porquê da convocação e é fundamental que o convocado também saiba o que tem aqui contra

ele e que a ele seja dado o direito de defesa. Ele pode silenciar, claro, e aí pode ser dispensado, agora, primeiro, sabendo o que tem aqui contra ele e que não se pratica o ato leviano da convocação. Eu penso que é um dever com o Parlamento. Não significa mudança de rito estabelecermos este procedimento, dando-se, primeiro, a palavra ao Relator.

É o que eu requeiro como questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Apenas para – e cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Odair Cunha – registrar a declaração do Sr. Rincón dada à imprensa, especialmente ao g1.com, no dia 16 de julho, em que ele dizia que viria à CPI para falar. Teria que ser dito aqui, na presença dele – nós não o fizemos, dada a rapidez com que se dispensam aqui os convidados e convocados – e perguntado por que ele mudou de opinião, já que ele disse que queria falar, que queria explicar, que queria dar as informações, ele, que é uma pessoa importante em Goiás, do ponto de vista da política, dos cargos que lá desempenhou. Seria muito importante que ele falasse. E ninguém perguntou por que ele mudou de ideia. É isso que cobrou do Sr. Relator, ou seja, ter feito essa cobrança do Sr. Rincón.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Iris de Araújo.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, apenas para complementar a palavra do Deputado Rubens Bueno, uma vez que o depoente não só fez o que disse a respeito de falar, mas ele fez alguns desafios e algumas ameaças em Goiás, principalmente à minha pessoa, como “ela não perde por esperar.” Estou aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, só para registrar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, apenas para me associar ao que disse o Deputado Miro Teixeira. Uma CPI, subsidiariamente, tem que aplicar o Código de Processo Penal, como todos sabemos. E, no interrogatório judicial, no interrogatório policial, cujas previsões estão nesse Código, o juiz ou o delegado, quando vão ouvir um acusado ou indiciado na Polícia, uma testemunha, eles podem ler para essas pessoas, não interessando a sua condição, o teor da denúncia, o teor das provas contra eles existentes.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu aqui também quero me associar ao Deputado Miro Teixeira

nesse particular, e não existe mudança de rito. Essa mudança de rito só poderia dar-se em reunião administrativa, todos sabemos disso e já até conversamos sobre isso. Agora isso não importaria em mudança de rito. Isso poderia ser feito, Sr. Presidente, é o meu apoio ao que o Deputado Miro aqui trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só para esclarecer o Deputado Miro em relação à questão de ordem por S. Ex^a formulada e consubstanciada pelo apoio do Senador Pedro Taques. Votamos aqui, na segunda sessão administrativa, por quase unanimidade dos nossos pares, apenas com voto contrário, à época, do Senador Cássio Cunha Lima, o comunicado de procedimentos que tomaríamos na Comissão, o conjunto de normas que tomaríamos na Comissão. Entregamos a cada um dos senhores o dia 2 de maio de 2012. No item IV, está escrito: “Depoimentos e Uso da palavra”.

1) – Nos depoimentos e inquirições, a CPMI observará os seguintes procedimentos:

a) – o Presidente franqueará inicialmente a palavra ao depoente;

b) – o Relator interpellará o depoente pelo tempo que foi necessário.

Foi isso o que preestabelecemos.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não há colisão, Sr. Presidente.

V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não há colisão. Não estou falando ainda da interpelação, não estou falando dessa fase. Estou falando da abertura da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Veja: “o Presidente franqueará inicialmente a palavra ao depoente”, até para ele justificar as razões pelas quais foi convocado. Ele recebeu uma convocação na sua residência, segundo a qual estava convocado para vir a CPI.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele não sabe o porquê, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele não sabe as razões.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ele recebeu cópia de todos os documentos da CPI? Não. Ele recebeu uma notificação. Então, ele veio aqui para falar sobre a novela das 20h? Não. Ele veio para falar sobre casos importantes. Não vejo como isso pode significar mudança de rito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E não há nenhuma colisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos continuar estudando.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero levantar uma questão aqui. Acerca da mudança do rito, temos um requerimento do Deputado Miro Teixeira, que assinamos no PSDB e votaremos favoravelmente.

Mas uma questão me salta aos olhos, Sr. Presidente, e eu queria chamar a atenção dos colegas da Comissão. Nós tivemos, pela competente assessoria da bancada do PSDB, um levantamento, até o presente momento, dos dados que estão aqui sob a guarda da CPMI. Trata-se de informações importantes resultantes do cruzamento de dados. Até a semana passada, nós tínhamos um levantamento do rastreamento de R\$291,32 milhões das chamadas empresas fantasmas, fornecedoras da Delta. Já agora, Sr. Presidente, quanto aos recursos públicos que a Delta desviou... E nós temos uma décima oitava empresa, duas a mais que aquelas registradas nesse nosso levantamento.

Agora, quanto de recurso público a Delta desviou utilizando-se de supostas fornecedoras mediante simulações de prestações de serviços ou entrega de bens? É estarecedor, mas é o número a que chegamos até o presente momento: R\$413,65 milhões. Eu vou dar apenas as cinco maiores empresas fornecedoras da Delta: SP Terraplanagem Ltda., R\$45,408 milhões; Power Engenharia, R\$43,126 milhões; JSMS Engenharia e Terraplanagem, R\$39 milhões; Soterra Terraplanagem, R\$36 milhões; SM Terraplanagem, R\$35 milhões; e a MPB Serviços, R\$30 milhões. Essas apenas as seis primeiras empresas que são as fornecedoras da Delta. No total, Sr. Presidente, das dezoito empresas, são R\$413 milhões.

Ora, se considerarmos esses números, não é possível deixarmos de levar em conta o que foi dito aqui ontem pelos Procuradores, Sr. Presidente. E aqui disse claramente o Procurador: “O grupo continua articulado e o próximo desafio, tanto para a Comissão quanto para o Ministério Público, será identificar o braço financeiro da organização a partir de possíveis fraudes em licitações e estimar o seu patrimônio”. E diz mais o Procurador: “Enquanto não conseguirmos sufocar a parte financeira da organização criminosa, ela continuará viva e operando, independentemente de o chefe estar preso ou não”.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que nós, na próxima reunião, quebrems o sigilo bancário dessas empresas fantasmas para podermos fazer o rastreamento que nós já iniciamos aqui – e precisamos continuar –, para efetivamente desmontar esse braço

financeiro. E disse aqui o Sr. Procurador que essa é a única forma de quebrarmos a espinha dorsal da organização criminosa. Então, é importante que isso fique claro para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Nada mais havendo a...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu só queria concordar também com essa sugestão de que, nos próximos depoimentos, possamos, antes de passar a palavra ao depoente, fazer a ele as indagações, como propõe o Deputado Miro Teixeira. Nós também nos perfilamos com essa tese de que é possível fazer essa alteração de procedimento sem significar alteração de conteúdo do rito aprovado pelo Colegiado da Comissão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, antes de V. Ex^a encerrar a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu só queria registrar, Sr. Presidente, que ontem eu encaminhei à Polícia Federal, em razão do que já analisamos, uma correspondência necessária, embora possa parecer redundante de tão óbvia, para que nós tenhamos a segurança de que todos os esforços estão sendo feitos no combate a toda essa ramificação financeira da organização criminosa. O referido expediente é no sentido de que a Polícia Federal intensifique as buscas para localizar o Sr. Giovane, aquele mesmo que foi citado quando do depoimento da depoente da empresa Alberto e Pantoja, que aqui esteve, que foi usada como laranja e foi vítima do esquema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira.

Então, nós fizemos um pedido no sentido de que eles intensifiquem essas buscas, até porque ele está, segundo fomos informados, foragido. E só ele sacou, em dinheiro, R\$8 milhões dessa empresa fantasma, depositados pela Delta.

E aí eu queria, Sr. Presidente, fazer um apelo a V. Ex^a – e vou formalizá-lo – no sentido de que nós possamos encaminhar esse expediente à Polícia Federal, ainda porque o chefe geral da Polícia Federal nos disse claramente que a operação não se ateve às questões da Delta porque ela não tinha as informações que agora temos. Ou seja, a CPMI já começou, sim, a produzir um bom resultado, porque identificou as contas fantasmas, identificou por onde está sendo desviado o dinheiro público. Portanto, que a gente formalize à Polícia Federal para que a Polícia Federal inicie imediatamente, aprofunde as investigações nesse esquema violento de corrupção e de desvio de dinheiro público

e de uso de empresas fantasmas associadas a quem está prestando serviço à área pública. Porque continua prestando serviço.

A Delta foi, nos últimos dois ou três anos, a empresa que mais dinheiro recebeu do Governo Federal. Não é um das, não; é a que mais dinheiro recebeu, e agora está comprovado que ela está totalmente envolvida com o crime e com empresas fantasmas. Então, precisamos acionar a Polícia Federal porque, até então, nós sentimos que isso aí está parado. Quer dizer, prendeu o Carlinhos Cachoeira, ótimo, tem que prender mesmo e tem que prender todos os outros. Agora, quem está envolvido com o roubo do dinheiro público é essa grande empreiteira. Seus comparsas têm que ser investigados, além da quebra dos sigilos que V. Ex^a, não tenho dúvida, irá colocar em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, como último orador inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero insistir – eu estava ouvindo alguns colegas se manifestarem anteriormente – na necessidade que temos de, o quanto antes, apreciar os requerimentos que faltam, das empresas que receberam recursos da empreiteira Delta. Como foi dito ontem pelos Procuradores e no caminho que aponta a investigação desta CPI, o braço financeiro dessa organização criminosa, o esquema dessa organização criminosa está em torno da empreiteira Delta.

Nesse sentido, considero, Presidente, fundamental nós, o quanto antes, se não for possível esta semana, visto que hoje é a última reunião da semana, mas ainda na semana que vem, realizarmos uma reunião administrativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciar os requerimentos das empresas laranjas e/ou de fachada que receberam recursos da empreiteira Delta.

Esse me parece que é o único caminho a ser seguido por esta CPI.

Segundo aspecto, Presidente, permita-me. V. Ex^a designou, juntamente com o Relator, uma subcomissão, da qual tive a honra de fazer parte, que há duas semanas visitou a Direção-Geral da Polícia Federal. Nessa reunião com a Direção-Geral da Polícia Federal, na qual o Relator, o Vice-Presidente estavam presentes, assim como um conjunto de membros desta CPI, o Diretor-Geral se colocou à disposição para contribuir com esta CPI na averiguação dos dados já levantados por esta CPI.

Portanto, Presidente, considero importante desta feita que essa subcomissão, sob a designação de V. Ex^a e do Relator, com a companhia, se possível, de V. Ex^a, com a companhia do Relator, que já esteve ante-

riormente, retorne à Polícia Federal, agora de posse do HD com as informações que esta CPI já apurou, notadamente em relação à empreiteira Delta, para chamar a Polícia Federal a compartilhar essas informações e a contribuir com os passos que esta CPI tem de dar.

Quero só lembrar que esta subcomissão, que anteriormente esteve lá na Polícia Federal, foi resultado de uma deliberação tomada aqui pelo coletivo, pelo colegiado da CPI. Então, não carece uma nova deliberação da CPI, visto que é a continuação da ação dessa subcomissão que esteve na Polícia Federal, para levar até a Polícia Federal agora as informações que já foram apuradas para serem compartilhadas e para contarmos com a Polícia Federal no procedimento de investigação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a estava em outra atividade que considero superimportante também, até porque todas as atividades que V. Ex^a desempenha neste Congresso Nacional são extremamente importantes, o mandato de V. Ex^a é muito rico em atividades parlamentares legislativas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não tanto quanto a de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E estava dizendo agora há pouco ao Senador Alvaro Dias o mesmo que faço a V. Ex^a: estão sendo amadurecidos pelo Relator os requerimentos propostos por V. Ex^a e por ele para que tenhamos de forma extraordinária uma reunião, nas próximas reuniões marcadas por esta Comissão, para o aproveitamento desses requerimentos, com posterior deliberação.

Esse é o entendimento desta Presidência, contando com o estudo detalhado de cada um dos requerimentos por parte do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quanto à segunda avaliação de V. Ex^a, eu gostaria que V. Ex^a se dirigisse ao Relator, porque foi com ele e com o Vice-Presidente que V. Ex^a tratou com o diretor-geral da Polícia Federal e, certamente, V. Ex^a está habilitado para novamente ir lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E V. Ex^a representará a Presidência sempre que tiver necessidade porque, de ofício, ninguém melhor do que V. Ex^a para representar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Agradeço. Só reiterar. Na verdade, na presença do Vice-Presidente e do Relator, também estava um conjunto de colegas parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estava. Domingos Sávio foi quem propôs, estava lá. Esta questão do Geovani, nós temos que fazer por ofício, reiterar, porque essa é uma peça chave na organização criminosa.

Vamos por ofício.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Formalizei, Presidente, e já protocolei na Comissão, pedindo que V. Essa dê essa sequência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ver.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do Senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal, nos termos que especifica, criada pelo Requerimento nº 1 de 2012-CN.

ATA DA 28ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 28ª Reunião realizada em 28 de agosto de 2012, às 10 horas e 33 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, **sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) e com a presença dos (as) Senadores (as):** José Pimentel (PT-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Pedro Taques (PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Álvaro Dias (PSDB/PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Walter Pinheiro (PT-BA), Wellington Dias (PT-PI), Benedito de Lira (PP-AL), Cyro Miranda (PSDB/GO) e Cidinho Santos (PR-MT) **e dos (as) Deputados (as):** Candi-do Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araújo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Domingos Sávio (PSDB-MG), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Glauber Braga (PSB-RJ), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Filipe Pereira (PSC-RJ), Emiliano José (PT-BA), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Vaz de Lima (PSDB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e Ronaldo Fonseca (PR-

-DF). **Deixaram de comparecer os (as) Senadores (as):** Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO) e Kátia Abreu (PSD-TO) **e os (as) Deputados (as):** Sílvio Costa (PTB-PE), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), José Carlos Araújo (PSD-BA) e Armando Vergílio (PSD-GO). **Também estiveram presentes os seguintes parlamentares não membros:** Senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Tomás Correia (PMDB-RO) e João Pedro (PT/AM), e Deputados Luciano Castro (PR-RR), Chico Alencar (PSOL-RJ), Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Jilmar Tatto (PT-SP) e Roberto de Lucena (PV-SP). Na oportunidade foram chamados a depor o Sr. Luiz Antônio Pagot, que compareceu acompanhado de seu advogado, Sr. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, e, posteriormente, o Sr. Adir Assad, amparado pelo HC 114.929 e acompanhado de seu advogado, Sr. Renato Borges Barros, sendo que o Sr. Adir Assad valeu-se de sua prerrogativa de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Muito bom dia a todos. Peço a V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Deputados, que tomem os seus assentos.

Quero informar a V. Ex^{as}, e também desejo que a assessoria se posicione em seus respectivos lugares... Já à minha esquerda, o Sr. Relator; à minha direita, o meu Vice-Presidente.

Peço desculpas ao Vice-Presidente. A Secretaria ainda está em falta com V. Ex^a. Acabei de visualizar isso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 26^a e da 27^a Reuniões da Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, as atas estão aprovadas.

São dois informes importantes a V. Ex^{as}, extraídos da reunião passada.

Em atenção às informações requeridas por V. Ex^{as}, me foi informado, ontem, através do Prodasen, pelo Sr. Diretor Afrânio Erasmo Fernandes Moreira, atendendo solicitação desta Presidência, a respeito do material enviado pela Polícia Federal para esta CPMI e recebido na noite da última sexta-feira, dia 24 de agosto.

Oficialmente, para V. Ex^{as}, para os profissionais da imprensa e para a sociedade brasileira, temos a informar que:

– O material recebido é composto de 280 (duzentos e oitenta) mídias magnéticas, em formatos de DVDs, CDs e Blu-Ray, contendo documentação digitalizada, relatórios de análise de material apreendidos, laudos periciais e cópia das respectivas mídias apresentadas por oca-

sião do cumprimento dos mandados de busca e apreensão no dia 29/02 de 2012, totalizando capacidade máxima de aproximadamente 1,4 terabytes, de acordo com o levantamento e inventário realizados pela Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito;

– Esta Secretaria de Informática tomou a iniciativa de promover a melhor opção técnica para disponibilizar essa nova remessa de dados aos Senhores Parlamentares, solicitando à Administração desta Casa a aquisição de discos rígidos de alta capacidade, em número suficiente para instalação nas estações de pesquisa disponíveis nesta CPMI. Isso foi necessário visto que o volume de dados é superior à capacidade de armazenamento de nossas estações. Devemos lembrar que, por motivo óbvio de segurança, tais equipamentos estão no modo ‘stand alone’ – sem conexão à rede ou outro recurso operacional;

– Logo na manhã desta segunda-feira, promoveu-se a leitura/ armazenamento, em um único disco rígido externo, das mídias em formato CD e DVD. Foi requerido também, junto à Secretaria Eletrônica do Senado Federal, equipamento para leitura das mídias em formato Blu-Ray;

– Em seguida, os dados serão replicados em outros discos rígidos adquiridos, a serem conectados em portas de conexões seguras, nas diversas estações;

– Os formatos identificados como conteúdo nas diversas mídias vão desde arquivos de texto, planilhas, arquivos de áudio, de vídeo e de outros arquivos compactados;

– Inicialmente os dados serão disponibilizados na forma como foram recebidos. As dificuldades porventura encontradas deverão ser tratadas na medida do seu surgimento. No entanto, ressalta-se que as informações serão disponibilizadas sem qualquer manipulação, preservando-se de origem o mesmo grau de confidencialidade e de sigilo;

– Por fim, a previsão da disponibilidade ao acesso a toda essa base de dados, na melhor das hipóteses, visto o volume [de 1,4 terabytes] e a pendência da aquisição dos equipamentos necessários [ainda hoje conclusa], é estimado [sic] para esta quinta-feira, dia 30 de agosto.

Atenciosamente, – Direção do Prodasen.

Feito o comunicado aos senhores.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Luiz Antônio Pagot, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 21, de autoria do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni; 67, de autoria do Sr. Deputado Carlos Sampaio; 78, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; 111, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno; 141, de autoria do Senador Alvaro Dias; 288, de autoria do Sr. Deputado Maurício Quintella; 476, de autoria do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni; 501, de autoria do Sr. Deputado Filipe Pereira; e também para ouvirmos o Sr. Adir Assad, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 516, de autoria do Sr. Deputado Luiz Pitiman; 637, de autoria do Sr. Deputado Filipe Pereira; 644, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, antes de iniciarmos estas oitivas, o Sr. Deputado, Líder dos Democratas, meu queridíssimo amigo, Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Obrigado, Presidente.

Muito rapidamente, só queria, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, retomar o nosso diálogo sobre a necessidade de que emergencialmente se faça uma reunião administrativa de caráter exclusivo. Isso era o que nós conversávamos na semana passada, para fazer a aprovação da quebra do sigilo bancário e fiscal, principalmente, daquelas 12 empresas que complementam as 18 “laranjas”, que nós já identificamos, das quais, na verdade, nós temos, aqui, o sigilo de seis. Quanto mais a gente se debruça sobre as conexões da empresa Delta – e particularmente hoje – em relação ao DNIT, aumenta o número de “laranjas”, operando em vários Estados. Então, há um *modus operandi* da empresa Delta, sobre o que, inclusive, no dia de hoje, nós vamos dialogar: empresas que foram criadas, no mesmo dia, na mesma cidade, com os mesmos sócios, em rodízio, onde milhões e milhões de reais de dinheiro público circulam, já que mais de 95 ou 96% do faturamento da empresa Delta, Sr. Presidente, é dinheiro público. São quase insignificantes os resultados operacionais dessa empresa com contratos privados. Volto a insistir neste número: mais de 95% do faturamento dessa empresa são dinheiro público – ou de Estado, ou de prefeitura, ou da União.

E como muito bem frisaram aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, os procuradores de Justiça que aqui estiveram, talvez a maior missão desta CPI é quebrar a espinha dorsal de uma organização que, na minha avaliação – e aí tenho de fazer sob o meu ângulo de análise –, a empresa Delta é vital. E, até no recente julgamento que faz o Supremo Tribunal Federal, nós

estamos vendo, com muita facilidade, a condenação da corrupção passiva. Não há, na história recente das CPIs no Brasil, a condenação por corrupção ativa.

Eu tenho uma convicção que, neste momento, é pessoal e que espero que ao final do processo da CPI seja de todos: de que essa empresa Delta é, hoje, uma das maiores, talvez a maior corruptora na área pública federal, estadual e municipal do País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

Eu vou passar a palavra... Nós temos, hoje, uma reunião que, espero, seja produtiva. Os senhores estão pedindo a palavra pela ordem, e eu, em atendimento e em respeito aos senhores, vou passar a palavra pela ordem a V. Ex^{as}. Espero que V. Ex^{as} usem o tempo de 3 minutos. Ainda tenho de responder a uma questão de ordem que me foi formulada semana passada, a que espero poder atendê-los, para iniciarmos, assim, a oitiva do depoimento do Sr. Pagot.

Quero ouvir, com muito interesse e atenção, o meu Relator da reforma da Comissão Especial do Código Penal, a quem já faço um informe: o Presidente dessa Comissão, ontem, esteve reunido, com a procuração desse, do Sr. Relator, com membros da Receita Federal, do Banco Central, da Comissão de Orçamento, da Consultoria de Orçamento, da Consultoria Legislativa da Polícia Federal. Nós fizemos a primeira reunião do grupo de trabalho para apresentarmos a V. Ex^a, na condição de Relator da Comissão Especial de Reestruturação do nosso Código Penal, ainda a tempo, emendas com o crivo desta Comissão.

Nós vamos aproveitar o trabalho exitoso que V. Ex^a está fazendo para, ainda no prazo do Senado, esta Comissão apresentar reformas do tipo penal, para que V. Ex^a possa analisá-las e levá-las ao seu relatório.

É o informe que faço a V. Ex^a do grupo de trabalho reunido ontem.

Com a palavra o Sr. Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Com certeza, essa informação e o trabalho elaborado por esse grupo trarão luzes ao trabalho que nós estamos a realizar.

Eu agradeço as palavras de V. Ex^a.

Apenas para corroborar o que disse o Deputado Onyx, se faz necessário, de forma urgente, que nós possamos afastar o sigilo bancário e fiscal dessas pessoas jurídicas, todas ligadas a esse Sr. Adir Assad.

Nós temos, aqui, as seguintes pessoas jurídicas: SP Terraplanagem; Power Engenharia; JSM Terraplanagem; Soterra Terraplanagem; SM Terraplanagem; MB Serviços; Legend Engenheiros. Todas elas, Sr. Presidente, receberam da Delta, somando, R\$260 milhões,

R\$260 milhões. E, tendo em conta que os sócios dessas empresas – de dinheiro público –, todos os sócios, Sr. Presidente, são ligados ao Sr. Assad. O capital social dessas pessoas jurídicas chega a ser ridículo, tendo em conta o valor que essas pessoas movimentaram.

Então, se fosse possível, nós já deferiríamos ou não esses requerimentos, para que nós possamos chegar ao terceiro nível dessa organização. O terceiro nível significa: onde foi parar o dinheiro, Sr. Presidente?

É isso, em menos de 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Um minuto e meio, mais precisamente.

Deputado Rubens Bueno; depois o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR.) – Sr. Presidente, na última reunião, nós pedimos preferência e fizemos aqui o comentário, presente neste plenário e depois pessoalmente, ao Relator geral e à Presidência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. E nós apresentamos cinco requerimentos. Dois deles... Há o que convoca o Sr. José Augusto Quintella Freire para falar sobre o tráfico de influência da Delta no Governo, especialmente os contratos públicos; o Sr. Romeno Marcelino Machado, também para esclarecer denúncias de tráfico de influência da Delta; requerimento para que se enviem cópias relativas aos contratos da empresa Delta com a Cedae, que é a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – cópias de contratos –; e também do Sr. José Francisco das Neves, o famoso Juquinha, que, numa tacada só, fez contratos de R\$500 milhões com a Delta enquanto estava na Valec – e todo o esquema vinculado ao Sr. Carlos Augusto Cachoeira. Então, é preciso esclarecer isso, claramente. E também da Vitapan, indústria farmacêutica, os contratos da Vitapan com órgãos públicos, sejam federais, estaduais ou municipais, porque também é uma das empresas do Sr. Carlos Augusto Cachoeira.

Finalmente, Sr. Presidente, apresentei requerimento que faz, aqui, a convocação do Sr. Raimundo Queiroga e do seu irmão, Otoni Queiroga Júnior, e do Sr. Bruno Barbosa, porque esses estão envolvidos na operação JackPot da Polícia Civil do Distrito Federal, na exploração de jogos de azar aqui, próximo à Praça dos Três Poderes. Não é possível que nós não convoquemos aqueles que estão presos exatamente pela prática, e tudo é um jogo de influência manipulado, solicitado e cobrado de dentro do presídio da Papuda pelo Sr. Carlos Cachoeira. Daí a necessidade da presença desses convocados por requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, quero reiterar o que já foi dito, em primeiro lugar, pelo Deputado Onyx e pelo Senador Taques, destacando mais uma vez: seria importante nós termos, já para o depoimento de hoje do Sr. Assad, o sigilo das empresas laranjas que têm relação com ele, notadamente JSM, Soterra, Power Tocantins, SP Terraplanagem, BW, WS e Garra. Além dessas, das outras que receberam recursos da Delta.

No mais, Sr. Presidente, eu queria reiterar... Me parece que o Sr. Luiz Antônio Pagot, para nossa felicidade, desta Comissão Parlamentar de Inquérito e do Brasil, irá falar. Mas temos aqui mais um *habeas corpus*, no meu entender, uma redundância desnecessária proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em relação ao Sr. Adir Assad.

O que quero perguntar a V. Ex^a é sobre o seguinte: sem mudança de rito, eu queria solicitar a essa Mesa, mesmo porque não há nada *a contrario sensu* por parte do *habeas corpus* que aqui está... Aliás, outros *habeas corpus* asseguraram, até aqui, aos membros desta CPI a prerrogativa constitucional de perguntar, e eu queria solicitar e sugerir um encaminhamento – já dialoguei com V. Ex^a e com o Relator na semana passada, junto com o Deputado Miro e o Deputado Rubens Bueno – que é em relação ao Sr. Adir Assad: antes de ele proferir se vai utilizar o direito constitucional ao silêncio ou não, nós podemos encaminhar aqui, verbalmente, ao Relator, as perguntas de nossa lavra ao Sr. Adir Assad, para, se o Relator assim achar por bem, fazê-las ao Adir Assad. Encaminho isso em relação ao Sr. Adir Assad e faço a mesma consulta a V. Ex^a em relação ao depoimento de amanhã do Sr. Fernando Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deixem-me agora responder...

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, apenas uma questão: alguns Parlamentares já me perguntaram a respeito da reunião administrativa, e me veio uma informação de que nós teríamos marcado, a princípio, uma reunião administrativa para o dia 5. Eu gostaria apenas de saber se essa está confirmada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Ainda não. Espero confirmar.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora vou responder ao Senador Randolfe Rodrigues e espero responder aos Parlamentares que me consultaram, trazendo um pouco o videoteipe da

última reunião e ainda o nosso encontro, que fizemos após a reunião.

Nós votamos e aprovamos, quase à unanimidade, queridíssimo Deputado Carlos Sampaio, essa regra de procedimentos. Dessa regra de procedimentos criamos um rito; esse rito, no seu item 4 – e peço atenção dos senhores –, inciso I, subitem I, diz que, nos depoimentos e inquirições, a CPMI observará o seguinte: “O Presidente franqueará, inicialmente, a palavra ao depoente”.

No momento em que eu coloquei essa questão, em boa hora, com a inteligência iluminada de sempre, o Deputado Miro, o Senador Taques e o Deputados Onyx...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Artigo 14. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – ... Contraditaram esta Presidência de forma respeitosa e disseram-me que o depoente não teria conhecimento daquilo para o que estava sendo convocado e, por isso mesmo, fundamentar-se-iam as razões das perguntas e das indagações que V. Ex^{as} estavam querendo fazer por escrito ao relator no momento das oitivas. Eu fiquei de estudar a questão com a nossa assessoria técnica.

Eu estou reproduzindo e tentando fazer com a máxima fidedignidade, como é minha praxe na relação com V. Ex^{as}; sempre foram assim os nossos encontros. Procurei ver como procedemos na comunicação oficial àquelas testemunhas, àqueles que irão depor, indiciados ou não, testemunhas ou não. E tomei conhecimento de que o rito, o procedimento desta Comissão é o de que a Secretaria encaminha a cada uma das testemunhas intimadas para depor todo o acervo, isso quer dizer todo o texto do requerimento ou dos requerimentos que consubstanciam a sua convocação. Tanto é assim que esses requerimentos são base, Senador Randolfe, dos famosos HCs, alimentadores das bancas jurídicas. Então, quem senta aqui ao meu lado para usar dos 20 minutos sabe exatamente por que está sentado e as razões de estar sentado.

Então, para qualquer mudança de rito, os senhores sabem que, usando o ensinamento do Senador Pedro Taques, a minha postura aqui não é imperial e nunca será. Eu sou refém do colegiado – e aí acabam os casos do art. 14. Se os senhores decidirem em outra reunião administrativa mudar novamente o rito, eu tentarei fazer a condução desta mudança, mas agora, nesta reunião, como na reunião seguinte, antes de uma próxima reunião administrativa, o que irei fazer? Peço atenção. Utilizando a advertência dos senhores, não apenas lerei a ementa, como estava lendo antes, mas fazer comentários – e esta Presidência os fará no uso das suas prerrogativas – sobre os requerimentos dos

senhores, para lembrar aquilo que os depoentes têm no juízo dos seus valores ao chegar aqui.

Essa é a decisão da questão de ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só um esclarecimento.

Na verdade, não se trata de mudança de rito.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Claro que não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – É o entendimento desta Presidência, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu queria só reiterar que o encaminhamento que fazemos é encaminhar ao relator as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – Vamos mudar na próxima sessão administrativa. Pela ordem, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – AP) – Vou respeitar todos os pedidos pela ordem, mas advertirei a Comissão...

Vou respeitar todos, pela ordem, mas advertirei a Comissão: com relação à questão de ordem, tomem os códigos, tomem os regimentos em suas mãos, e os leiam para mim, porque eu os tomarei também em minhas mãos.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, meu querido Deputado Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, vou querer ser rápido e objetivo. Há duas questões fundamentais, na minha opinião, para que possamos dar continuidade aos trabalhos da CPMI.

Não me animam muito os depoimentos que aqui são feitos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A mim também não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E também aqueles que deixam de ser feitos. O que me anima bastante é o trabalho que a CPI pode fazer com os documentos que estão chegando e aqueles que estão sob a responsabilidade da Presidência e desta CPI em sigilo – quebra de sigilo bancário etc e tal.

Agora, como o Senador Randolfe Rodrigues e o Deputado Onyx Lorenzoni falaram, a quebra de sigilo de 12 empresas das 18 já identificadas, empresas laranjas, para que possamos o cruzamento de dados. Então, quero fazer um apelo ao Relator e a V. Ex^a, para que, se pudermos transformar a reunião de amanhã em sessão administrativa, pelo menos para quebra de

sigilo dessas empresas, acho fundamental. Que V. Ex^a, para concluir, possa facilitar, do ponto de vista técnico, o acesso nosso, da nossa assessoria, às informações que a Polícia Federal remeteu, que não estão em condições, neste momento, de serem acessadas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Antes de V. Ex^a chegar aqui, a Presidência já leu um comunicado e vai passar a V. Ex^a. A facilitação é total. Até quinta-feira, o material está disponível. Concorde com V. Ex^a e compreendo a sua posição.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– O Deputado Carlos Sampaio pediu a palavra antes de V. Ex^a. Vou dar 30 segundos para cada um, a fim de que possamos começar o nosso trabalho.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vamos ouvir o depoente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – São seus colegas do PSDB, meu caro Senador Alvaro Dias.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, tão somente para concordar com V. Ex^a de que haveria necessidade de uma votação deste Colegiado para mudar, ou para retomarmos o rito anterior. Tanto é verdade que a testemunha sabe dos fundamentos, que não só ela pleiteia o *habeas corpus*, como nós não estamos autorizados a fazer perguntas fora do escopo do requerimento de intimação.

Só para registro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a V. Ex^a a compreensão jurídica, em favor do entendimento desta Presidência, Deputado Carlos Sampaio, membro do Ministério Público.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, nessa mesma linha de que temos de aprofundar as investigações do caminho do dinheiro, além da quebra do sigilo, queria ponderar com V. Ex^a que aquela diligência – que V. Ex^a, de forma muito objetiva, determinou que realizássemos, e o fizemos na companhia do Relator, na companhia do Vice-Presidente Deputado Paulo Teixeira – foi extremamente proveitosa. A prova disso é que aí chegaram documentos num volume que, inclusive, irá requerer um esforço maior da área técnica, para que possamos fazer a leitura.

A minha colocação é no sentido de que apresentei a esta CPMI um novo requerimento, dando sequência, inclusive, às tratativas que fizemos com o Diretor-Geral da Polícia Federal, na mesma linha do que ouvimos os Procuradores da República que aqui estiveram. Eles foram claros e categóricos em nos dizer que as ope-

rações “Vegas” e “Monte Carlo” não se aprofundaram – diria até mais -, não investigaram as relações empresariais e patrimoniais da Delta, porque o objetivo daquelas operações eram a estrutura do jogo ilegal, do tráfico e das relações que surgiram de corrupção ativa e passiva, principalmente com policiais e com a área de segurança.

Pois bem. Esta CPMI já deu uma contribuição ao País, está no caminho de uma grande contribuição, porque, ao quebrar o sigilo da Delta, verificou toda uma estrutura que envolve empresas laranjas.

Ouvimos do Diretor-Geral da Polícia Federal e do Ministério Público que eles não investigaram a Delta. E mais: ouvimos do Diretor que ele estaria absolutamente pronto, quase chegou a dizer ávido, por aprofundar-se nas investigações.

A Polícia Federal é uma polícia de apoio judiciário das ações tanto dos órgãos de Justiça Federal quanto desta CPMI, que tem atribuições equiparadas à estrutura do Judiciário, por força da Constituição. Portanto, a Polícia Federal pode e deve agir em sintonia com esta Comissão e a pedido dela.

O meu requerimento vai no sentido de solicitar a V. Ex^a – creio que V. Ex^a pode fazê-lo até de pronto – que acione a Polícia Federal, para que esta dê prosseguimento e aprofunde as investigações em cima da estrutura da Delta e de todas as empresas laranjas, cujas provas já indicam graves envolvimento com o crime.

É esse o meu pedido e, se isso não puder ser feito hoje, que o seja na reunião de amanhã, para que nós tenhamos imediatamente a ação da Polícia Federal focada no caminho de investigar onde foi parar o dinheiro público, que, para nós, está evidente foi desviado em função de licitações fraudulentas, medições superfaturadas, etc.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Formalizo o requerimento de V. Ex^a.

Bom, convido o Sr. Luiz Antônio Pagot, para compor a Mesa dos nossos trabalhos.

Para facilitar a compreensão de V. Ex^{as}, tentarei me repetir, acerca dos procedimentos adotados por esta CPMI, a Presidência esclarece que cada depoente, convidado ou convocado, recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo.

Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões do seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais e se manter calado.

De acordo com os já mencionados requerimentos aprovados por esta Comissão, de iniciativa dos Srs. Congressistas Onyx Lorenzoni, Carlos Sampaio, Randolfe Rodrigues, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Maurício Quintella e Filipe Pereira, comparece a esta CPMI o Sr. Luiz Antônio Pagot, ex-Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

A presença de S. S^a deve-se, sucintamente, conforme expresso no Requerimento nº 21, de 2012, do Deputado Onyx Lorenzoni, ao fato de que – palavras do Deputado – “as investigações em curso na Polícia Federal sobre a organização [...] de Carlos Augusto de Almeida Ramos já revelaram a triangulação Cachoeira *versus* Delta, Construções *versus* DNIT”.

Na mesma linha de raciocínio, outros requerimentos afirmaram essa relação como o de nº 67/2012, de autoria de S. Ex^a o Sr. Deputado Carlos Sampaio – palavras do Deputado:

Ademais, as investigações da Polícia Federal revelaram que o grupo criminoso mantinha contatos com a Empresa Delta S/A. Segundo noticiado na imprensa, a referida construtora movimentava movimentações financeiras em favor de empresas de fachada pertencentes à organização criminosa. A Controladoria-Geral da União estuda a possibilidade de declarar a Delta Construções inidônea.

Nesse contexto, a vinda do Sr. Pagot é de extrema importância, uma vez que o órgão que ele, até bem pouco tempo, o DNIT, detinha e ainda detém expressivo número de contratos firmados com a empresa Delta Construções S/A [Fecha aspas].

Para depor sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI e fornecer outras informações que entenda úteis ao desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão e agradecendo, de antemão, a presença de S. S^a e a colaboração sempre presente, manifestada em todos os órgãos de imprensa e a esta Presidência, passo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

V. S^a tem o tempo que achar oportuno e conveniente para expor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ex^{mo} Sr. Presidente, Sr. Relator, Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras e Deputadas, Ex^{mos} Senadores e Deputados, os senhores e as senhoras estão diante de um fazedor, trabalhador incansável e obstinado, leal a seus pares, cumpridor das obrigações e sempre preocupado com o bem-estar do próximo.

No Paraná, onde me estabeleci, após ter servido por 9 anos como oficial do Corpo da Armada da Ma-

rinha do Brasil, através das associações comerciais do Sebrae e federações, contribuí para que empresários e o próprio Governo do Estado ingressassem nas ações de comércio exterior, especialmente no Mercosul, coordenando, ao longo de 3 anos, 17 seminários internacionais e 37 seminários regionais, acelerando o entendimento e a participação das empresas paranaenses no novo modelo econômico.

No Mato Grosso, a partir de 1994, convidado pelo pioneiro André Maggi, colaborei com o processo de abertura, inclusão e desenvolvimento da fronteira agrícola noroeste, o Chapadão do Parecis, implantando o corredor de exportações de grãos, via Porto Velho, utilizando a hidrovia Madeira/Amazonas e tornando Itacoatiara, no Estado do Amazonas, polo exportador, demonstrando ao Brasil o quanto a utilização dos rios e a navegação em grandes comboios de barcas podem reduzir os custos e desenvolver regiões à margem do processo de desenvolvimento, no caso, alavancando a área de influência do corredor de exportações ao longo da BR-364, em Rondônia.

Na oportunidade, assessorei o inesquecível Senador Jonas Pinheiro, incansável no apoio da agricultura e pecuária e tenaz na defesa dos produtores rurais, ao meu ver, decisivo na renegociação das dívidas, que transformou a força do interior na âncora verde, permitindo, através de melhores práticas de financiamento e de programas governamentais, que chegássemos a essa mola propulsora da economia nacional, o agronegócio.

Ainda no Mato Grosso, após a eleição do Governador Blairo Maggi, participei do núcleo duro do Governo, que, com mão de ferro, fez as reformas necessárias para a transformação do Estado.

Fui secretário de Infraestrutura da Casa civil e de Educação, um verdadeiro pau para toda obra.

Coordenei, com Valdir Teis e Cloves Vetoratto, sob orientação constante do Governador, os programas mais abrangentes de políticas públicas estaduais.

Toquei, de um fôlego só, diuturnamente, inclusive nos finais de semana, com a prata da casa da Secretaria de Infraestrutura, mais de 600 obras, com destaque ao programa habitacional, à reconstrução de dezenas de prédios públicos, à construção de novas escolas e à implantação da PPP Caipira, um programa de pavimentação rodoviária pelo qual executei 1.150 quilômetros, de um total de 2.400 implantados pelo Governo Maggi, no qual o Governo participava com 50%, e os produtores rurais participavam com outros 50%. E, com a responsabilidade de administrar as obras.

Foi esse histórico de realizações e eficiência que me fez chegar ao DNIT, convidado pelo Presidente Lula, que necessitava de um tocador de obras. Quando da

nomeação, em 3 de outubro de 2007, sentenciou: “Não se aflija com as adversidades. Supere a burocracia e faça as obras que o Brasil espera. Apoio você vai ter”.

Muito obrigado, Presidente Lula, principalmente pelo apoio que nunca me faltou.

Enfrentei a barreira burocrática, o aparato estatal político-administrativo e a lentidão dos gabinetes e repartições. Para superar o anacronismo, eu me aliei aos funcionários de carreira, explicando as intenções, estabelecendo parcerias e metas de execução, compartilhando tarefas, motivando superintendentes e dando respaldo e orientação a todos. O art. 37 da Constituição foi o meu guia, atuando para que a eficiência da gestão superasse as adversidades.

Com a colaboração indiscutível desses anônimos e abnegados funcionários, poucos para tantas tarefas, e em consonância com os dedicados diretores e ainda com apoio da Procuradoria-Geral, Auditoria, Corregedoria e Ouvidoria, estabelecemos um novo paradigma, um novo marco, uma nova história para o DNIT, e, não fossem as absurdas amarras socioambientais, enumeradas em relatório pela secretaria especializada do TCU, teríamos melhor desempenho.

Os avanços na área de gestão e execução foram reconhecidos por auditores da CGU e por diversos ministros do TCU, lavrados em laudas de relatórios, acórdãos e pareceres. Nunca escondemos nossos problemas, mas gradativamente trabalhávamos por soluções. Atendendo prontamente aos ditames dos órgãos de controle, percebendo a gravidade de muitos atos praticados por servidores, criamos um arcabouço de instruções normativas promulgadas, enviadas e explicadas a todos os superintendentes e distritos rodoviários. Para melhor elucidar as instruções, determinamos ao Corregedor Augusto César e sua equipe que criassem um cronograma de divulgação, inserindo os últimos acórdãos e recomendações, transformando-os, durante 2 anos, em caixeiros-viajantes e realizando palestras pelos Estados brasileiros.

Portanto, ficamos em situação confortável para exigir boa conduta, cobrar resultados e instruir procedimentos administrativos contra qualquer funcionário ou servidor, não sendo conivente com quem deu causa a qualquer desmando ou ato de corrupção, sempre em colaboração estreita com os órgãos de controle, os quais nomeiei mais de uma vez como meus anjos da guarda, principalmente pela pequena quantidade de engenheiros em tarefas de fiscalização.

Em 2010, mesmo com aumento extraordinário de contratações e execução de obras, podemos comemorar a inexistência de nenhuma obra do DNIT incluída no Anexo VI da Lei Orçamentária, rol das obras paralisadas e que, por consequência, não podem re-

ceber recursos. Juntos, funcionários e diretores foram os responsáveis pela melhor *performance* que uma autarquia teve no PAC. Superamos 1.100 contratos de obras e serviços em execução, chegando a pagar mais de R\$1 bilhão por mês e trazendo a problemática manutenção rodoviária aos melhores índices de resultado, com 64% de “bom”, 25% de “satisfatório” e 11% de “ruim”. Em 2003, esses índices eram 18%, de “bom”, 35% de “satisfatório” e 47% de “ruim”. Deve-se considerar que esses índices foram obtidos e podem ser cotejados com o levantamento anual da Confederação Nacional dos Transportes.

Mesmo com o grande aumento de fluxo e de volume sobre velhas e oxidadas rodovias, fruto do novo patamar de desenvolvimento da Nação, os índices atingidos foram muito bons.

Como forma de informar a este Plenário da CPMI sobre competências, responsabilidades e deveres do DNIT e de seus diretores, no Regimento Interno, cap. II, art. 4º, diz-se:

Art. 4º Ao DNIT compete:

I – implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Infraestrutura de Transportes – Conit – para a administração, manutenção, melhoramento, expansão e operação da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, segundo os princípios e diretrizes fixados na Lei nº 10.233, de 2001 [...].

O cap. III, art. 5º, prevê que o DNIT tem a seguinte estrutura organizacional: I – órgão superior de deliberação, denominado de Conselho de Administração, formado por representantes de diversos Ministérios; II – órgão executivo, denominado de Diretoria Colegiada, formada pelo diretor-geral; por seis outros diretores, o executivo, o administrativo e financeiro, o de pesquisa e planejamento, o de infraestrutura terrestre, o de infraestrutura aquaviária e o de infraestrutura ferroviária; e pelos participantes denominados seccionais, procurador-geral, auditor interno, corregedor e ouvidor.

No cap. VI, diz-se que, ao Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, conforme o art. 11, compete exercer a administração superior do DNIT e, em especial, no seu item III, definir parâmetros e critérios para a elaboração de planos e programas de trabalho e de investimentos do DNIT, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério dos Transportes; no item XI, aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; e, ainda, de acordo com o art. 69, aprovar o orçamento anual e plurianual.

Demonstradas as responsabilidades pelo Regimento Interno, é importante frisar que a execução de todas as tarefas no DNIT está intrinsecamente ligada aos trabalhos da Diretoria Colegiada.

Em novembro de 2007, alteramos, por consenso, a substituição da norma de aprovação dos processos em pauta, prevista em dois terços, de acordo com o Regimento Interno, pela aprovação por unanimidade, tornando-se isso um marco notável, pelo melhor exame das matérias, exigindo pareceres cuidadosamente elaborados por coordenadores e diretores, além de exigir maior atenção dos seccionais, que são o procurador-geral, membro da AGU – Auditoria-Geral da União; o auditor interno, membro da CGU – Controladoria-Geral da União; o corregedor-geral, também membro da CGU; e o ouvidor, na maioria dos casos, um servidor público qualificado.

É importante salientar que o Diretor-Geral só pode homologar, editar, firmar contratos, autorizar aditivos, enfim, executar qualquer ato administrativo ou modificá-lo após a aprovação da Diretoria Colegiada.

Outro fato que merece destaque é que todas as matérias apreciadas na reunião semanal da Diretoria Colegiada têm parecer jurídico da Procuradoria-Geral especializada, com o relato do procurador designado e aprovado pelo procurador-geral, todos membros da AGU.

Além da auditoria interna, com o plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração, os atos da Administração e as obras em serviço passam pelo crivo do controle interno e externo. O controle interno é exercido pela equipe de auditores da CGU, com auditores permanentemente instalados no DNIT, cumprindo as ordens de serviço editadas pela CGU, para auditarem desde formatação do orçamento e contratações de serviços, até execução financeira, agindo nas diretorias e superintendências.

Quanto ao controle externo, é atividade do TCU, cumprindo o Programa Fiscobras, auditando na fiscalização projetos, gerenciamentos, planilhas referenciais, licitações e a execução de obras.

Em 44 meses como diretor-geral, discutimos com afinco o aperfeiçoamento da gestão, dos métodos, das planilhas, dos processos, da medição e do pagamento, e ainda mais, das práticas de execução, aprovando procedimentos que, além de representarem economia ao Erário, permitiram melhor performance como: a adoção do edital padrão de licitações; os critérios para licitação de técnica e preço, que, em julho de 2011, estavam em vias de uma nova metodologia; as normas para o Programa Nacional de Manutenção Rodoviária, exaustivamente debatidas com o GPAC, Gerenciamento do PAC, divididas em etapas de conser-

va; o Pier 4, que é o Programa de Intervenções Rodoviárias; o Programa de Restauração; o Crema primeira etapa; o Crema segunda etapa, que é um programa de conserva, restaura e manutenção, e que, em julho de 2012, estava em discussão final com o Relator, Ministro José Múcio, para ir para licitação; as normas do Programa Operacional de Rodovias, prevendo o controle de velocidade, a pesagem, a sinalização e o sistema de gerenciamento de pavimento; as regras para o novo BDI; as regras para o transporte e custeio do material betuminoso, entre outros.

Como resultado de tamanha tarefa, e ainda motivados por servidores, apresentamos, em 2008, ao Ministério dos Transportes, um programa de reestruturação para o DNIT, fundamental para desenvolver todas as tarefas sob nossa responsabilidade e que, por questões de orçamento, está em avaliação no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quanto às realizações do DNIT, poderia, e sem sombra de dúvida poderia, apresentar um relatório de muitas obras implantadas, de muitos serviços executados em todo o Brasil, muitas por administração direta, mas também um bom número de obras conveniadas.

Em recentes conversas com alguns engenheiros do DNIT, eles recomendaram: “Mostre a performance. Não deixe de detalhar os números.” Preferi refletir sobre a realidade do dia a dia de diversas regiões do Brasil, onde há muito trabalho a se fazer, mas apenas não posso deixar de destacar que, no período em que fui gestor, nós contribuímos com a Nação brasileira, colocando em execução centenas de obras.

Baseado no desempenho do DNIT de outubro de 2007 a julho de 2011, vem-me a vontade de me apresentar na CPMI.

Na realidade, eu tinha esperança de haver uma CPMI do DNIT, para passar a limpo a autarquia, principalmente a gestão de que participei.

O momento de minha saída, sem qualquer possibilidade de defesa, foi sob o prisma de absoluto isolamento e o cenário que se apresentou foi o de que a minha presença à frente do DNIT já não era necessária.

Contudo, deixei a autarquia sem ter medo do meu passado e nem negar minha gestão.

Ao concluir, coloco-me ao inteiro dispor deste Plenário para responder às perguntas que estiverem dentro do meu conhecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Renovo meus agradecimentos pela presença de V. S^a, Sr. Luiz Antônio Pagot, a esta Comissão e passo a palavra, de pronto, para suas indagações, ao nosso Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, agradecendo a presença do Sr. Luiz Antônio Pagot, a sua disposição de contribuir com o trabalho desta CPMI, vou passar as perguntas a V. S^a, Sr. Pagot, mas claro que vou repisar alguns temas que o senhor aqui já tocou.

O primeiro deles é que o senhor reafirmasse aqui a profissão do senhor, quais cargos públicos o senhor já ocupou, e atualmente o que o senhor desenvolve como trabalho.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu sou formado bacharel em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Posteriormente, tive a oportunidade de fazer curso de Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas, curso de Estratégia Nacional. Os principais cargos que eu executei, fora da iniciativa privada, no Governo do Estado do Mato Grosso, foram: eu fui Secretário de Infraestrutura, Secretário-Chefe da Casa Civil e também Secretário de Educação. Antes disso, tive a honra de ser assessor parlamentar do Senador Jonas Pinheiro e, posteriormente, convocado pelo Presidente Lula e nomeado, passei a ser Diretor-Geral do DNIT.

Na iniciativa privada, além de ter trabalhado no Paraná como consultor do Sebrae, principalmente para comércio exterior e Mercosul, trabalhei como consultor de projetos múltiplos na área de agronegócio, sempre com o objetivo de implantar o grande programa de agroindustrialização, melhor dizendo, colaborando com o grande programa de agroindustrialização que se desenvolveu no Oeste do Paraná.

Também passei a trabalhar posteriormente, a partir de 1997, na iniciativa privada, no grupo André Maggi, onde fui superintendente da Hermasa Navegação da Amazônia, implantando a navegação de comboios no Rio Madeira-Amazonas, exportação por Itacoatiara. E nesse momento que volto à iniciativa privada, após um contrato que assinei este ano, em março de 2012, trabalho para Cianport – Companhia Norte de Navegação e Portos, com o objetivo de implantar um porto na margem direita do Rio Tapajós e Itaituba no Pará, no Distrito de Miritituba, e também um porto no Município de Santana do Amapá, ou melhor, dois portos no Município de Santana do Amapá: o primeiro, apenas um terminal de grãos dentro do porto organizado da Companhia Docas de Santana; o segundo, um terminal portuário de uso privativo na Ilha de Santana para fazer o escoamento de grãos na Região Centro-Oeste, especialmente da região do médio norte do Mato Grosso para exportação. Construindo uma frota fluvial no Estaleiro Easa, no Estado de Belém, e uma frota fluvial no estaleiro Erin, em Manaus.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode terminar, doutor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, somente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor é sócio de quais empresas, Dr. Pagot?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não sou sócio de nenhuma dessas empresas. Apenas sou sócio, eu sou consultor da Cianport e sou sócio da Peroto e Pagot, uma consultoria de projetos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que traz o senhor aqui... Esta CPMI busca compreender as extensões da organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira. Ficou evidente, nas interceptações telefônicas, que a quadrilha se alegrava com a queda do senhor da direção do DNIT.

Com esse entendimento, eu pergunto: quando o senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira e em que circunstâncias? O senhor conheceu o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, nunca conheci Carlos Cachoeira. Apenas vi as fotos dele nos jornais.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, como Diretor-Geral do DNIT, nunca se encontrou com o Sr. Carlos Cachoeira pessoalmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nunca encontrei com Carlos Cachoeira, nunca.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabia que o Sr. Carlos Cachoeira tinha relações comerciais e negociais com a Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tinha conhecimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conheceu o Sr. Giovani Pereira da Silva?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conheceu o Sr. Wladimir Garcez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Também não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhuma circunstância? (*Pausa.*)

O Sr. Vladimir, ex-vereador em Goiânia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, em nenhuma circunstância, Não conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem tratava... O senhor conheceu o Sr. Cláudio Dias Abreu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em que circunstância?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Funcionário da Delta. Era um dos representantes da Delta que eventualmente compareciam ao DNIT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o senhor conheceu o Sr. Heraldo Puccini Neto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele é diretor da Delta Sudeste.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Este não tratou com o senhor ou o senhor não se recorda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não recordo, não lembro. Eu até posso nominar os diretores da Delta que tratavam comigo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso ajuda.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Diretor Presidente, Sr. Fernando Cavendish; o Diretor do Centro Oeste, Cláudio Abreu; o Diretor da Norte-Nordeste, que me parece se chama Aloísio; e um representante, que ficava em Brasília, denominado Xavier. Esses eram os elementos, os membros da Delta que compareciam ao DNIT nas audiências.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor conheceu o Sr. Acácio Rozendo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Conheci.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele tratava de interesses da Delta com o senhor também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De onde o senhor o conhece?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Acácio eu o conheci na campanha do Senador Jonas Pinheiro em 1994; ele era cabo eleitoral na campanha. Posteriormente, quando eu implantei a Hermosa Navegação da Amazônia, por determinação do André Maggi e do Blairo Maggi, ele foi contratado para trabalhar em uma empresa denominada Sachetti Fagundes, a empresa que construiu o terminal graneleiro de Itacoatiara. Ao terminar essas obras, ele foi dispensado. Continuou morando em Itacoatiara, e, muitos anos depois, eu soube que ele estava trabalhando no Mato Grosso. Mas nunca tive nenhuma relação com ele com relação à Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia se ele é diretor da Delta no Mato Grosso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Nem sei se ele tem contrato com a Delta neste momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas anteriormente ele tinha? O senhor tem notícia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Parece-me que houve um período em que ele foi contratado pela Delta, mas não como diretor, como funcionário.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em algum momento a Delta pediu ao senhor, através do Sr. Acácio, para que o senhor não criticasse a atuação ou algo que o valha do Senador Demóstenes Torres quando o senhor ia fazer uma exposição aqui no Senado Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Acácio não o procurou com esse objetivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em nenhum momento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Em nenhum momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já disse aqui que não sabia das relações do Sr. Carlos Cachoeira com a construtora Delta. O senhor confirma isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Confirmo. Eu fiquei sabendo pelos jornais quando apareceu o episódio do complô.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, por que o Sr. Carlos Cachoeira... Pelos áudios, ficou evidenciado, por exemplo, que, no dia 7 de julho de 2011, em diálogo entre Cláudio e Carlos Cachoeira...

Cláudio: Ô Carlinhos, que saudade de receber um chamado seu, amigo!

Carlos Cachoeira: Aí, caiu Pagot, caiu Juquinha, caiu todo mundo.

Cláudio (risos): Falei que seu amigo é mais forte que Alden 40, uai.

Eu indago ao senhor: por que eles comemoravam a queda do senhor da Presidência do DNIT? O senhor atribui isso a quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, fiquei extremamente estarecido com o afastamento e, depois, com a exoneração. Então, já foi um episódio amargo na minha vida. Posteriormente, algum tempo depois, quando eu começava a me restabelecer, quando eu começava a trabalhar novamente na iniciativa privada, passando um período triste, em que eu me sentia verdadeiramente um morto vivo, um fantasma, tenho essa brutal notícia de que um complô liderado por um contraventor e um agente de uma empresa tinham sido os responsáveis pela reportagem que gerou o afastamento e, posteriormente, a exoneração. Fiquei realmente estarecido.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, mas o senhor atribui a qual motivo o desejo do Sr. Cláudio Dias Abreu, comparsa do Sr. Carlos Augusto Ramos? Por que eles queriam derrubar o senhor da Presidência do DNIT, na sua opinião?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Acredito que era pela atuação que eu vinha tendo no DNIT. Eu não dava vida boa a nenhuma empresa, a nenhuma empreiteira, a nenhum prestador de serviço. Eu era muito exigente, chamava constantemente as empresas, os consórcios. Muitas vezes, as obras eram em uma determinada rodovia. Eu chamava todos e exigia a correta execução de obras, a manutenção dos crono-

gramas e, especialmente, no ano de 2010, primeiro trimestre de 2010, vínhamos tendo alguns problemas com a Delta com relação à execução de obras, ainda em vários processos que foram levantados pelo TCU, pelos levantamentos feitos pela rede de controle. O que é rede de controle? É o sistema que o Governo Federal colocou em funcionamento, a partir do final de 2009, início de 2010, em que atuam em conjunto o TCU, o CGU, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Então, nesses levantamentos, nesses processos, nesses inquéritos, muitas vezes, fomos informados – tivemos conhecimento dos autos – de que a empresa Delta estava com problemas. No caso, por exemplo, da BR-116 no Ceará, ela tinha subcontratado uma empreiteira local sem autorização do DNIT. E nós, obviamente, abrimos um procedimento sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Onde foi isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Na 116, no Ceará.

No caso da 104, em Pernambuco, havia uma reivindicação de aumento de um aditivo de preço, e nós não aceitamos esse aditivo de preço. Contestamos. E houve uma grande insistência, principalmente pelo Diretor Cláudio Abreu, para que fizéssemos uma revisão nessa questão.

No caso do Rio de Janeiro, na obra da 101, na manilha Santa Guilhermina, estávamos trabalhando no sentido de retirar a obra da Delta porque ela não entrava para fazer as atividades para que tinha sido contratada. Temos um cronograma a executar, e a empresa sempre dava desculpas: ora era um problema relacionado ao Iphan, problema arqueológico, ora era problema de jazidas. O que se percebia era uma postergação da entrada da empreiteira na obra. Então, todas essas chamadas de atenção, todos esses documentos gerados no DNIT fazendo com que a Delta cumprisse suas obrigações foram provavelmente gerando – e aí é uma interpretação minha – um grande dissabor, principalmente nesse gerente do Centro-Oeste.

Outro episódio é com relação à Serra de São Vicente, uma obra importante para o Mato Grosso. O cronograma estava atrasado. E, além do mais, na fiscalização que nós tivemos do TCU, foi constatado que uma grande quantidade de placas que tinham sido fixadas, placas de concreto, estava com uma especificação aquém da medida determinada em projeto. Então, também exigimos a reconstituição, a reposição dessas placas, a destruição das placas que estavam inexatas e, obviamente, a colocação das novas placas. E isso também teve uma insistente admoestação por parte do Sr. Cláudio Abreu para que nós deixássemos isso para lá, deixássemos as obras como estavam, deixássemos a Delta entregar as obras. Teria que assinar um termo

de compromisso para que se acontecesse alguma coisa... E nós insistindo, obviamente, pela recomposição, de acordo com o próprio laudo do TCU.

Então, eu acredito que esses fatos todos, em que nós agimos no interesse de preservar a qualidade das obras, no interesse de agilizar os cronogramas, fossem causando um grande dissabor ao Sr. Cláudio Abreu na direção dos seus trabalhos, evidentemente. Imagino que por isso que ele tomou essa decisão, juntamente com o contraventor, de patrocinar a matéria jornalística que acabou me retirando do DNIT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou voltar nos contratos mais adiante, mas o senhor tem notícia de alguma outra ação da quadrilha no sentido de retirar o senhor da presidência da autarquia? Porque a grande questão é que, plantar notícias, isso ficou evidenciado no áudio e depois em matérias efetivamente veiculadas. O senhor tem notícia de outros movimentos que foram feitos pela quadrilha no sentido de tirar o senhor da presidência do DNIT?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, ainda no diálogo de 2 de julho, Cláudio Abreu e Carlinhos Cachoeira conversam: “Cláudio, o que você fez?”, em risos. Aí o Cláudio diz: “Nossa, não pode nem sonhar com esse trem, bicho! Falei para o Fernando, o Fernando estava preocupado, eu falei: ‘Fernando, não preocupa não’; e o Fernando: ‘É igual célula terrorista. Eu sou sua célula’. Ele estava querendo que eu abrisse canal no Rio, em São Paulo, e eu falei: ‘Negativo, Fernando. Eu tenho que ficar e abrir canal aqui em Brasília. Eu preciso falar com o nosso amigo lá. Como é que eu vou falar na outra sucursal por você? Você tem que abrir caminho de lá e sem o Cláudio entrar’. Então, o Fernando é o centro e nós somos a célula. Estou falando bem, não estou?”. Aí, Carlinhos: não sei que “isso é coisa de máfia polonesa”.

Então, o senhor não tem notícia de outras incursões da quadrilha no sentido de tirar o senhor da presidência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Voltando nos contratos, em relação à BR-104, em Pernambuco, tendo havido, então, as notícias e o interesse – aqui o senhor disse – do Cláudio Abreu no sentido de que fosse feito o aditivo na BR-104, em Pernambuco, eu indago de V. S^a se o aditivo foi aprovado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não foi aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não foi aprovado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não foi aprovado. Nós... Essa obra era uma obra conveniada com o Governo do Estado de Pernambuco, especificamente com a secretaria inerente às obras rodoviárias, e o aditivo não foi aprovado. Inclusive, nós constituímos uma comissão, designamos nessa comissão o engenheiro Luiz Munhoz, que fez um levantamento de todas as reivindicações, uma vez que a obra é de consórcio e conveniada, e posteriormente fez um parecer, mas o aditivo reivindicado não foi aprovado.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E a obra foi entregue?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A obra está em execução.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Está em execução.

Sobre a obra do Ceará na Operação Mão Dupla, a CGU e a Polícia Federal detectaram que vários servidores do DNIT receberam propina da Delta. Isso, inclusive, redundou na recém-declaração de inidoneidade da Delta, conforme decisão da CGU.

O senhor já explicou as circunstâncias, mas gostaria de saber que medidas tomou, quando da deflagração dessa Operação Mão Dupla.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, nós, assim que recebemos o relato por parte da Polícia Federal... Primeiro, tivemos o impacto de ter o conhecimento das prisões e do inquérito que estava instaurado. Depois, nós recebemos os autos, e aí foi constituída pelo Governo Federal, especialmente pela gravidade do fato, uma comissão dentro da CGU. A essa comissão se vinculou a nossa auditoria interna, e aí, a quatro mãos, CGU e DNIT passaram a fazer um trabalho de levantamento de todos os problemas que estavam apontados. E foram instruídos todos os processos, todos os procedimentos administrativos e todos os processos inerentes aos malfeitos que foram encontrados. Malfeitos e também a parte de corrupção, porque havia tanto a corrupção passiva como a corrupção ativa.

Isso, para o Ceará, representou um atraso em todas as obras que estavam sendo executadas e, para o DNIT, foi um grande mal-estar, até porque várias pessoas que nós tínhamos como bons executores, bons profissionais estavam apontadas, e havia provas contra eles. E nós tomamos, junto com a CGU, então, todas as medidas que foram necessárias para o bom andamento do processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia desse *modus operandi* irregular da Delta em outras unidades do DNIT, em outras unidades da Federação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nós tivemos outros processos que envolveram essa rede de controle, e, em alguns desses outros processos, não lembro agora quais, mas, em alguns desses, também citavam a empresa Delta. Em alguns desses processos, havia a citação da empresa Delta. Precisaria fazer um levantamento dentro da auditoria interna do DNIT, para saber especificamente, processo por processo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, é possível afirmar que a média dos aditivos assinados pela construtora Delta é acima da média nacional? Qual era a média dos aditivos, de maneira geral, com todas as empreiteiras do Brasil? E qual era a média desses aditivos com a construtora Delta?

Por que pergunto a V. S^a? Porque nos parece que a empresa Delta mergulhava o preço na contratação, para que ajustes posteriores fossem feitos mediante a assinatura de termos de aditivos nesses contratos. Quero saber – se o senhor tem a informação aqui – qual é a média dos aditivos da Delta e qual é a média nacional de aditivos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Esse assunto dos aditivos é um assunto que muitas vezes é mal interpretado. E, na ocasião dessas reportagens todas, de tudo que foi divulgado nos jornais, conversando com o meu Diretor, com o meu ex-Diretor de Pesquisa e Planejamento, companheiro que trabalhou muito tempo comigo, funcionário de carreira do DNIT, o Jonny, eu pedi a ele um levantamento recente sobre isso, um levantamento recente. Havia vários levantamentos, mas eu queria que ele fizesse um levantamento recente.

Sessenta dias depois – eu já estava até fora do DNIT –, ele me apresentou esses números.

Para obras de manutenção rodoviária, a média nacional de aditivos do DNIT, 18%; para obras de manutenção rodoviária, 18%; e para obras de construção, de implantação, a média de 8%. Então, média nacional. Ele fez um levantamento desde o ano de 2003 até o ano de 2010.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Durante a gestão do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Aí, obviamente, pegou um período da minha gestão.

A média nacional deu 18 para manutenção e 8 para... E a média dos aditivos da Delta deu 11%. Isso é um fato que pode ser constatado nos Anais do DNIT, obviamente dentro da Diretoria de Pesquisa e Planejamento e da Diretoria de Infraestrutura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Agora, esses 11% da Delta, se considerado construção, está acima da média nacional; se considerado manutenção, abaixo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Concorro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas é média geral, de todos os contratos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ele só me deu a média geral de todos os contratos. Ele não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sem especificar qual.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Aí, no caso, ele não especificou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor tem notícia de alguma empresa fantasma ligada à empresa Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu tive agora pelos jornais, mas, anteriormente, eu não tinha não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor, em algum momento, jantou na casa do ex-Senador Demóstenes Torres, conforme se tem notícia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Jantei.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E qual foi o interesse tratado no jantar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu jantei na casa do Senador Demóstenes Torres em duas ocasiões. Uma foi no final de 2010, em que ele me convidou para um jantar em que estava ele com a esposa. Eu compareci a esse jantar. Certo? Não havia mais ninguém. Em 2010.

Conversamos sobre pescaria no Mato Grosso. Ele me confidenciou, na oportunidade, que tinha intenções de mudar para o PMDB. Eu ouvi. Depois, conversamos sobre... Ele me relatou a sua experiência sobre vinho, me relatou a sua experiência sobre vinhos. Foi um jantar bastante agradável. E eu acredito que ele tenha feito esse jantar porque aconteceu um episódio, Relator...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso em 2010?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Em 2010. Aconteceu um episódio... Por que eu acredito que ele me convidou para esse jantar? Porque aconteceu um episódio, no Congresso Nacional. Eu era o primeiro suplente do Senador Jayme Campos, Senador do Mato Grosso. Sendo o primeiro suplente, numa determinada oportunidade, o Senador Jayme Campos precisou, por motivos particulares, se ausentar, se afastar do cargo de Senador. Aí eu fiquei num dilema se eu renunciava o DNIT – eu praticamente estava começando um trabalho – e assumia o Senado – aí eu teria sido colega de muitos aqui – ou se eu continuava no DNIT e, obviamente, tinha que renunciar o meu papel de Senador, ou a possibilidade de ser Senador.

Eu não tive um minuto de dúvida sobre isso. Eu tinha sido convidado pelo Presidente Lula para tocar o DNIT, estava começando um trabalho que me encantava, estava conseguindo fazer com que as obras viessem para a praça. Eu tinha passado por todo um périplo para chegar ao DNIT: durante 5 meses, tive

percorrendo os corredores do Senado, sabatina, posteriormente votação, e avaliei que era importante, sim, ser Senador, mas, naquele momento, era muito mais importante continuar no DNIT.

Pedi ao meu Procurador-Geral, Dr. Fábio Duarte, que fizesse a minha carta de renúncia e, quando ele preencheu a carta de renúncia, em vez de colocar a palavra “renúncia”, colocou a palavra “abdicar”. Certo? Eu assinei, encaminhei ao Presidente José Sarney, Presidente do Senado, e, quando foi lido em plenário, o Senador Demóstenes Torres me esculhambou, literalmente me esculhambou, dizendo quem eu pensava que era, se eu pensava que era rei por colocar aquela expressão “abdicar”.

Antes disso, eu havia tido um relacionamento razoável com ele. Ele sempre foi um cidadão muito fechado, mas cumprimentava, atendia alguma ligação e não tinha nenhum tipo de “admoestidade”, mas, depois disso, eu notei que ele ficou – parece – furioso comigo. E eu acredito que esse jantar de 2010 era um jantar para restabelecer relações comigo, certo?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso em que mês?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Isso foi... Eu não lembro exatamente, mas foi final de 2010, ou novembro, ou dezembro.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Depois das eleições?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Depois das eleições.

Posteriormente, já em 2011, em fevereiro, ele me convidou de novo para um jantar. E eu, na semana em que ele me convidou, até não pude ir, estava viajando para a Bahia. Viajei para a Bahia para vistoriar a obra que acessa o Porto de Salvador. E aí: “Senador, eu não vou poder ir. Está marcada uma audiência. Eu tenho que ir.” E, posteriormente, foi agendado o jantar. Então, eu fui à casa dele. Para minha surpresa, nesse jantar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quem estava lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Além dele, estavam lá vários diretores da Delta, diretores, assessores da diretoria.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode nominar os diretores?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Posso nominar. Estava o Fernando Cavendish, estava o Cláudio Abreu, estava o Xavier e mais um diretor. Agora me falha um pouco a memória, eu não tenho certeza se lá estava o Pacheco ou Aloísio. Até não tinha nenhum conhecimento maior com esse outro... Eu não lembro se era... Eu acho que era o Pacheco e não o Aloísio,

mas, enfim, com certeza, estava Fernando Cavendish, Cláudio Abreu e Xavier.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E o motivo da pauta do jantar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Foi um jantar, de novo, em que foi conversado sobre vinhos, foi conversado sobre o desenvolvimento do Brasil. O Senador me perguntou várias vezes se ia ter dinheiro, efetivamente, para executar todas as obras que estavam programadas no PAC – PAC 1, PAC 2, insistiu com essa pergunta. Terminou o jantar, ele me convidou para uma sala reservada – apenas ele e eu numa sala reservada. Nessa sala reservada, ele me disse o seguinte: “Olha, eu tenho dívidas com a empresa Delta. A Delta tem me apoiado nas campanhas. E eu preciso ter alguma obra com o meu carimbo.” E me explicou o porquê. E eu respondi a ele que lamentava, que não podia atendê-lo e que não tinha possibilidade nenhuma de o Diretor-Geral do DNIT ir para o mercado e dizer: olha, reserve uma obra para a Delta. Certo? Enfim...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas ele foi específico com o senhor: eu gostaria que na obra x fosse a Delta contratada?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ele mencionou duas obras no Mato Grosso: uma obra da 242, que até hoje está em projeto, e uma obra da 080, que até hoje está em projeto.

Ao terminar essa pequena conversa, nós fomos para a sala, onde havia sido servido o jantar. Já haviam terminado de comer a sobremesa, estava no cafezinho. Eu disse: “Olha, já está no adiantado da minha hora, vou me despedir.” Me despedi dos presentes e fui embora.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele pediu ao senhor para atender alguma outra empresa que não a Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A relação dele era com a Delta, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Segundo a revista *Veja*, em reunião havida em 04 de maio, com representantes de empresas de consultoria para elaboração de projetos, o senhor – diz a matéria – teria condicionado a continuidade dos projetos que se tratavam naquela reunião a um pedágio de 5%. Eu gostaria que o senhor dissesse alguma coisa em torno disso. O que ocorreu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Muito bem. Sempre foi do meu feitio chamar em bloco as empresas de um determinado setor, de um determinado segmento, de uma determinada rodovia. Por exemplo, a importante obra da BR-163, chamando os diretores, vendo os problemas dela. Eu não convocava uma em-

presa, convocava todas, consultores, gerenciadores, superintendentes, engenheiros-chefes, enfim. Sentávamos na diretoria colegiada e discutíamos ponto por ponto. Estabelecia um cronograma de tarefas a ser executado e também determinava determinados procedimentos e providências para que aquela obra fosse bem executada.

Outro fato que quero registrar é que todas as minhas reuniões eram na sala da diretoria colegiada. A sala da diretoria colegiada tem comunicação com outra sala, que é do *staff* de apoio da diretoria colegiada. São cinco pessoas que ficam lá sentadas, dando apoio à diretoria colegiada. Não tem porta, não tem tranca. A diretoria colegiada ou as reuniões da diretoria colegiada são de conhecimento público. Faz-se a lista de presença, a imprensa do DNIT comparece para tirar foto, os diretores convocados e os assessores dos diretores comparecem às reuniões. É uma reunião pública.

Nós estávamos recebendo no DNIT projetos muito ruins e estávamos devolvendo às empresas projetos com muitas observações. E projetos importantes, 101 Alagoas, 101 Sergipe, 101 Espírito Santo. Esses projetos eram prioritários dentro do PAC, duplicação de obras, rodovias estranguladas com excesso de fluxo e que precisavam dessas obras. E aqueles projetos não permitiam que nós licitássemos aquelas obras. Discutindo com a Diretoria de Pesquisa e Planejamento, seus coordenadores e o diretor, identificamos que um dos principais problemas que tinha na execução de projetos era que pequenas e médias empresas mal estruturadas, mas com certidões que lhes habilitavam a ir à licitação, ganhassem os processos licitatórios e depois ficassem praticamente sem condições ou não tinham condições de executar os projetos de que nós precisávamos.

E por que isso? Porque nossa licitação, por uma determinação do próprio TCU, era 50% técnica e 50% preço, de maneira que, na técnica, as empresas quase se equivaliam, elas contratavam um engenheiro com bom nome no mercado, com bom currículo, com bom rol de obras executadas e, obviamente, o peso delas aumentava, o peso da nota delas na licitação aumentava. Mas principalmente quando derrubavam o preço, porque 50% eram preço, ao reduzir o preço, às vezes até para um patamar inexecutável, elas acabavam ganhando aquele processo licitatório, nós contratávamos e, na execução do projeto, vinham esses projetos ruins.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas, Sr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Desculpe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, pode ir. Eu ia perguntar, mas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Esses projetos foram inclusive mencionados em acórdãos do TCU e

registrados, muitas vezes, nos relatórios da CGU. Começamos a discutir...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Essa foi a pauta da reunião?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Essa foi a pauta da reunião. Mas é importante que se relate. Começamos, então, a discutir com o TCU esse assunto, com a secretaria especializada, e tivemos, inclusive, no Ministro Benjamin Zymler.

Apresentei ao Ministro Benjamin Zymler uma proposição explicando para ele o problema crônico que nós estávamos enfrentando e dizendo: “Ministro, eu pretendo fazer uma alteração, porque isso aqui é um acórdão do TCU; isso aqui é uma norma que nós estamos cumprindo. Pretendo fazer uma alteração para 70% de técnica na licitação de projetos e 30% de preço, e fazer uma série de exigências.”

Acabamos discutindo isso, ele convocou assessores. Acabamos discutindo isso, e ele me aconselhou. Disse assim: “Não seja tão radical. Fique com 40% de preço e 60% de técnica. Isso o TCU vai concordar”. Marquei a reunião com a ABCTrans, Associação Brasileira...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De quê?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Associação Brasileira de Consultoria de Transportes, ABCTrans. Nessa reunião que eu marquei com a ABCTrans – aliás, era um costume que eu tinha também de marcar sempre com associações, confederações, federações e sindicatos –, a pauta da reunião, só para não errar, eu vou ler aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu vou perguntar ao senhor também se...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, a pauta da reunião: “Cronograma de entrega dos projetos do Crema 2ª Etapa que estão com atraso superior a 90 dias.” Esta era a pauta da reunião: “Cronograma de entrega dos projetos do Crema 2ª Etapa que estão com atraso superior a 90 dias”.

Esse programa Crema 2ª Etapa – o Crema 1ª Etapa vinha sendo executado, o PIR IV vinha sendo executado – esse programa era fundamental na complementação para ele vir, quer dizer, fazendo com que a malha rodoviária federal cada vez fosse melhor em termos de manutenção. E nós estávamos com o cronograma de projetos atrasado, fazendo acompanhamento, e precisávamos colocar a licitação na praça.

O Ministro José Múcio, inclusive, foi designado relator e fizemos várias reuniões no gabinete do Ministro José Múcio, junto com todo o *staff* dele – obviamente do TCU –, para discutirmos ponto a ponto dessa proposta do Crema 2ª Etapa.

Então, o primeiro fato, o primeiro assunto da pauta era esse.

O segundo assunto foram as modificações exigidas pelo TCU referentes à metodologia nos projetos do Crema 2ª Etapa, já que o TCU nos tinha feito cinco sugestões: adequação dos valores da conservação, incluindo um percentual de tapa-buracos; adequação da fresagem contínua e descontínua; estudos de novas jazidas; adequação de valores e mão de obra regionalizada, cumprimento do acórdão sobre material betuminoso e o famoso índice de produtividade dos equipamentos.

Então, essas eram as exigências que o TCU nos tinha feito e que eram objeto dessa reunião também.

O terceiro: comunicação às empresas sobre os valores a serem pagos ao DNIT na contratação de pessoal, que tiveram redução em função da análise dos custos gerenciais.

O quarto: novas exigências para contratação de projetos, obrigando as empresas a investir em equipamentos, pessoal especializado, equipamentos de pesquisa de campo e nova formatação de projetos de acordo com o novo modelo desenvolvido pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Além disso, a nova metodologia do edital padrão.

Esses foram os assuntos que originaram essa reunião.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E quem participou da reunião?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Da reunião? Os associados da ABCTrans, a Diretoria de Planejamento e Pesquisa e seus assessores, os assessores da presidência do DNIT e o *staff* que sempre nos acompanhava nessas horas, principalmente que acompanha as reuniões da Diretoria Colegiada. Na sala, devia haver mais ou menos umas 34 pessoas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Algum parlamentar participou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Da reunião, não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da reunião.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mas, antes de começar a reunião... A reunião começava às 14h, e todo mundo sabia do rigor: eu, às 14h, sentava e começava a reunião. Então, a reunião era para começar às 14h. Exatamente às 14h, na hora em que nós estávamos trazendo os diretores de empresas. Os funcionários estavam ocupando lugar para sentar; chegou ao quarto andar, chegou ao elevador do quarto andar o Deputado Federal Valdemar Costa Neto e o Deputado Federal Milton Monti. Eles iam atravessar o corredor para uma reunião com o Diretor-Executivo Sadoc. Eles estavam no DNIT para fazer essa reunião às 14h, para discutir nessa reunião com o Sadoc o assunto de Ubatuba, o

assunto da obra de travessia urbana de Ubatuba. E, ao encontrarem vários conhecidos seus, vários diretores de empresas que eles, Deputados, conheciam, cumprimentaram enquanto as pessoas se acomodavam na sala. Posteriormente, eu lembro que o Deputado Valdemar deu com a mão e disse: “Olha, boa reunião.” e saiu pela porta. Não estava prevista a presença dele na reunião, não participou da reunião e, quando ele saiu, fechamos a porta e iniciamos a pauta da reunião. Mas esse foi um dos fatos à denúncia, um dos fatos denunciados: que nós convocamos a reunião para que os Parlamentares se apresentassem e, obviamente, ficasse demonstrada alguma participação do Partido da República naquela modificação de metodologia de procedimento, o que não é, absolutamente, verdade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor está dizendo que há tantas pessoas e que o assunto dos 5% não foi tratado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bom, essa é outra questão importante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A reunião ou alguém brincou sobre esse negócio... Sei lá se se pode brincar sobre isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Uma reunião pública, certo? Com uma grande quantidade de empresas e também de funcionários, certo? E eu mencionei, não mencionaria e nunca no DNIT fiz qualquer tipo de cobrança a empresa com relação à propina, à porcentagem, a percentual ou a qualquer tipo de assunto inerente a essa pergunta, principalmente para as empresas de consultoria de projeto.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Pagot, o senhor conhece o Sr. Paulo Vieira de Souza, ex-Diretor da Dersa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu só posso fazer uma menção final disso aqui?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pode.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Esse mesmo assunto, Deputado Odair, ilustre Relator, esse mesmo assunto foi fruto de um processo na Controladoria-Geral da União, de uma investigação. Os investigadores foram Tarcísio Gomes de Freitas e Wagner Alexander Ferreira. Foi feito todo... Foi esmiuçado o caso e, obviamente, nada de anormal foi encontrado, nada de anormal.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A CGU fez uma sindicância?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A CGU fez uma sindicância sobre esse fato. É importante registrar isso. Já, sob a sua...

Agora, eu gostaria de responder a outra sua pergunta. O senhor poderia repetir?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o senhor conhece, em que circunstâncias conheceu – e já vou fazer a outra pergunta também – e se ele lhe fez algum pedido ou que assunto tratou com o senhor o Sr. Paulo Vieira de Souza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Sr. Paulo Vieira de Souza eu conheci como Diretor da Delta e eu Diretor do DNIT.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Da Dersa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Desculpe-me, da Dersa, e eu Diretor do DNIT. Eu o conheci no gabinete do Ministro Alfredo Nascimento, quando estava sendo tratado o assunto do novo convênio que seria firmado com o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério dos Transportes.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode dizer quando isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Cujos intervenientes eram o DNIT e a Dersa.

Isso foi em 2008, talvez início de 2009. Daí foram feitas as tratativas de como seria esse convênio para se desenvolverem os trabalhos no contorno sul do rodanel, no contorno sul. Esse era um convênio cujo valor era R\$3,6 bilhões; R\$2,4 bilhões eram obras que seriam de investimento do Governo do Estado de São Paulo, e R\$1,2 bilhão do Governo Federal.

E, na ocasião, surgiu uma discussão, porque as obras que o DNIT toca, que o DNIT executa, são feitas com índice de preço individual. Nós temos uma tabela-ciclo, e essa tabela é uma tabela que tem índice de preços individuais. E, para o Rodanel Sul, o Governo de São Paulo estava propondo ao Governo Federal a execução de uma obra *turn key*, ou seja, de empreitada global, com preço fechado. Esse assunto é um assunto problemático e que tem que ser discutido com o TCU, porque o TCU não aceitava as obras de empreitada global.

Então, nessa reunião, eu conheci o Paulo Vieira de Souza. Posteriormente, foi marcada outra reunião para o DNIT, já para discutir mais detalhes técnicos, detalhes de fiscalização, gerenciamento da obra, como a Dersa ia executar essa obra, e continuava a discussão de empreitada global e índice de preço. Essa discussão foi parar dentro do TCU, na Secretaria especializada. E, lá, sob a direção do André Mendes, Secretário dessa Secretaria especializada, e o André Kresch, a Dersa, seus engenheiros, explicaram detalhadamente como iriam fazer essa obra, dizendo que era muito importante, porque já havia tido uma renegociação com as empresas, que as empresas tinham baixado o preço, que tinha ficado um valor para cada lote, e que a obra não passaria daquele valor fixado, R\$3,6 bilhões, não passaria do valor fixado. Isso ficou bem claro na reu-

não, e o TCU, então, disse que ia acompanhar, que ia estar atento, que não colocaria, inicialmente, uma posição contrária, como não colocou – houve até uma manifestação do Ministro Relator, acredito, se não me falha a memória, Ministro José Jorge, uma manifestação isso, sobre a necessidade do acompanhamento periódico dos relatórios. Então, nós firmamos o convênio, e a obra foi iniciada, e, conforme a obra andava, fomos fazendo as transferências.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Mas em qual sistema?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Até totalizar... No sistema de empreitada global, até totalizar o R\$1,2 bilhão do Governo Federal, e os recursos aplicados pelo Governo de São Paulo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em entrevista...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – No final, praticamente, da execução da obra, na parte final de execução da obra, a Dersa encaminhou para o DNIT uma reivindicação de aditivo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que é isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Dersa...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Solicito a assistência...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Dersa encaminhou ao DNIT...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A cadeira deve ter quebrado, Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – De volta, o Sr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Delta encaminhou para o DNIT... Desculpe. A Dersa encaminhou ao DNIT uma reivindicação em que ela apresentava um pedido de aditivo de R\$260 milhões. E, obviamente, justificava o aditivo, laudas e laudas de justificativa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor pode resumir a justificativa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A justificativa era que havia alguns problemas ambientais na obra, houve exigências, que tinha que se fazer alguns novos acessos, melhorar os acessos que estavam previstos, era mais ou menos nessa linha, um complemento de obras. E, a essa reivindicação, eu, de pronto, me posicionei contrário, uma vez que eu tinha assinado um aditivo de empreitada global, e nós tínhamos conversado com o TCU sobre isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Um aditivo ou um contrato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Um contrato, melhor, de empreitada global, que nós tínhamos conversado com o TCU sobre essa obra sendo executada dessa maneira. Isso representava até uma temerida-

de se fazer qualquer aditivo em cima desse contrato. Esse assunto foi encaminhado ao Ministro Paulo Sérgio Passos, – desculpe-me –, ao Ministro Alfredo Nascimento, ao Secretário Executivo Paulo Sérgio Passos. Na ocasião, inclusive, o Paulo Sérgio Passos era o Ministro que estava substituindo Alfredo Nascimento e, lá, em São Paulo, esse assunto caminhou para um TAC. Eu até fiquei...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Desculpa, como que é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Lá em São Paulo, o assunto caminhou para um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, essa reivindicação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Reivindicação de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Do Ministério Público Federal, Governo de São Paulo, a Dersa, certo? E eu recebi esse documento, este Termo de Ajustamento de Conduta que o DNIT deveria assinar. E eu fui contrário à assinatura desse documento. Fui contrário. E conversei com o meu Procurador Fábio Duarte, Procurador-Geral Especializado, membro da AGU, que marcou uma audiência com o Ministro Luís Adams, que, posteriormente, nos encaminhou a um outro procurador da AGU, e determinou que fizesse um parecer para me isentar de assinar o Termo de Ajustamento de Conduta. Então, com esse documento, encaminhei ao Ministério Público Federal, não assinei o aditivo e, obviamente, o DNIT não desembolsou nenhum centavo a mais que R\$1,2 bilhão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O aditivo não foi assinado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O aditivo não foi assinado. Veja só: o aditivo não foi assinado e o TAC também não foi assinado. Quer dizer, não existiu esse aditivo. Agora, que o Governo de São Paulo, mais a Dersa, mais o Ministério Público assinaram esse aditivo, isso foi um fato público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O TAC.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe se este recurso, então, foi desembolsado pela Dersa? Estes R\$264 milhões.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não tenho ideia, porque, posteriormente, eu saí do DNIT e não tive mais notícia desse caso.

O que eu notei, no período, foi uma insistência muito grande para que eu fizesse uma revisão da minha posição, ou de justificar adequadamente por que eu não queria assinar o aditivo. E a minha era... Qual que era a minha justificativa? A minha justificativa era

de que eu não devia assinar o aditivo, uma vez que era uma obra de empreitada global. O TAC, desculpe-me.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabia, foi advertido, como o senhor disse em entrevista à revista *ISTOÉ*, que poderia haver desvios de recursos públicos nesse termo aditivo e que esses recursos seriam destinados para campanhas eleitorais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Isso foi, isso foi, assim... Nós tínhamos já negado o aditivo. Posteriormente, quase no final de 2010, alguém, eu estava almoçando no Francisco, uma das poucas vezes em que fui almoçar no Francisco, e um conhecido meu, que trabalha em uma empresa, ele disse: “Pagot, cuidado com esse aditivo. Esse aditivo tem uma finalidade de contribuir para as campanhas do Serra, do Alckmin e do Kassab”. Foi exatamente esta frase que ele usou, certo?

Eu relatei esse fato ao repórter. E ao relatar o fato ao repórter, eu disse para ele: “Isto é uma conversa de bêbado. Isto é uma conversa de botequim. Isto é uma conversa que não se pode provar. Mas eu só estou te mostrando a insistência que muitas vezes tem com determinados atos e o que realmente esses atos podem gerar lá na frente”. Essa foi a observação que eu fiz ao repórter.

Posteriormente, na reportagem, o repórter usou as palavras que ele quis e não as que eu disse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E, por falar em campanhas eleitorais, o senhor arrecadou, para campanhas eleitorais em 2010, estando Diretor-Geral do DNIT? Se sim, para quais?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não arrecadei para a campanha eleitoral. Penso que a forma de arrecadar é você ir numa empresa, conseguir os valores, fazer com que os valores se apresentem nas contas públicas de campanha, entendeu? Não tive atividade como isso, mas fui procurado pelo tesoureiro da campanha da Presidente Dilma, e ele me pediu ajuda. Esteve comigo numa reunião no DNIT, eu mostrei para ele um rol das empresas que trabalhavam no DNIT, que eram, então, 369 empresas com contratos. Ele me disse: “Olha, as maiores, você não precisa se preocupar, que isso é assunto do comitê de campanha. Se você puder pegar mais 30 ou 40 empresas para fazer uma solicitação, você solicita que apresentem a doação na conta de campanha.”

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Isso quando?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Isso foi no transcurso do primeiro turno. E eu, obviamente, fiz, encontrando algumas empresas, encontrando alguns empresários, obviamente não empresas, empresários ou seus procuradores; acreditei que não estava cometendo nenhuma ilegalidade. De maneira nenhuma associei

a doação de campanha a qualquer ato administrativo no DNIT, e pedi, sim, que, se pudesse fazer alguma contribuição para a campanha – não estabeleci percentuais – que, por favor, o fizesse.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor sabe dizer se essas doações foram feitas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Olha, posteriormente ao meu pedido, já no transcurso da campanha, algumas empresas encaminharam para mim um boleto – não passou de meia dúzia – demonstrando que tinham feito a doação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Legalmente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Legalmente, na conta de campanha. E posteriormente, ao ler o que está disponível pelo Tribunal Superior Eleitoral, eu constatei que diversas empresas a que eu havia feito a solicitação realmente fizeram uma doação na conta de campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, era o que eu tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passaremos agora à participação dos Srs. Parlamentares, inicialmente convidando os senhores autores dos requerimentos de convocação do Sr. Luiz Antônio Pagot.

V. Ex^{as} terão o prazo de 10 minutos, como já é do conhecimento de todos. Peço que sejam compreensivos com esta Presidência, disciplinando-se no uso exato do tempo para que todos possam ter a oportunidade das suas respectivas participações.

Com a palavra o senhor autor do Requerimento 21, o primeiro, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. Dez minutos.

Com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só para o Presidente anunciar o nome e a presença de mais uma pessoa à mesa, se fosse possível, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não havia visto. Muito bem lembrado. (*Pausa.*) Renato Costa, advogado e procurador do Sr. Pagot.

Restabelecendo, antes da reclamação, o tempo do senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o senhor poderia só declinar o nome dos autores e a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei isso: Onyx, Carlos Sampaio, Randolfe, Rubens Bueno, Alvaro Dias, Maurício Quintella e Filipe Pereira.

Restabelecendo o tempo novamente, com a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot, a versão que o senhor nos traz aqui é a versão de que a sua demissão foi resultado de um complô tramado pelo grupo de Carlos Cachoeira. Curioso que, em interceptações gravadas, aparecem falas do Sr. Cláudio Abreu dizendo que o senhor, qualquer coisa que falasse sobre o esquema, daria um tiro no pé. E há uma outra gravação do Cláudio Abreu com o Cachoeira, com a preocupação, depois da sua saída, de como é que o senhor iria pagá-los pelo que eles haviam feito, provavelmente, no período em que o senhor lá esteve.

O senhor também disse, e quero aplaudi-lo, que é necessário fazer uma CPI do DNIT. Eu também acho. Aliás, Roberto Jefferson já apontava o DNIT como uma das fontes de financiamento do mensalão. Só para lembrar.

E eu analisei aqui, Dr. Pagot, aquilo que o DNIT disponibilizou. Foram 368 contratos. Ou seja, aquilo de que o DNIT achava que podia dispor, não é? Fora aquilo que não foi para o *site* do DNIT por óbvias razões. Desses 368 contratos, o senhor disse aqui – palavras suas, estão gravadas – que um técnico do DNIT lhe deu a informação de que a média de termos aditivos é de 18% na manutenção e de 8% na construção.

Então, eu queria que o senhor explicasse por que, no seu período, que abrange a maioria absoluta desses contratos com a Delta, dos 368 contratos firmados com a Delta, 190 sofreram contratos aditivos. Isso derruba a sua tese, a sua teoria, absolutamente. Desses, 95, Sr. Presidente – e Sr. Relator, que está me ouvindo –, receberam aditivos superiores a 25%. Alguns com 100%, 80%, 90%. E quando nós vamos comparar o histórico da Delta com o DNIT...

Eu volto a dizer: na minha concepção, investigar a Delta é chegar ao corruptor ativo, àquele que paga o suborno, àquele que corrompe efetivamente. Porque, por favor, Dr. Pagot, o senhor assume em outubro de 2007. Do faturamento da Delta, o DNIT, a partir da sua assunção, pula de 397 milhões para 349, 682, 688, respectivamente, ano a ano, para 800 milhões no ano de 2011. Não estou falando nem deste ano. Só para o senhor ter uma ideia, os demais órgãos do Governo Federal contribuem com menos de 10% desse valor para faturamento da Delta, Sr. Presidente.

Vamos além. Nós fizemos o seguinte levantamento: a proporção do faturamento da Delta e das demais. Quem são as demais? Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez. Portanto, empresas com história no País, com um portfólio admirável de obras dentro e fora do País. Muito bem. A Delta, em 2007, faturou 397 milhões do DNIT, contra 432 das demais empreiteiras, todas somadas. Em 2008, 349, contra 500. Mas a partir de 2009, quem

sabe uma preparação sábia, antecipada, para o que viria em 2010, ela pula para 682 milhões, contra 193. Das cinco grandes empreiteiras do País. Em 2010, 688, contra 282. Em 2008, 805 milhões, contra 430. Eu poderia dizer, sem medo de errar, que na sua gestão frente ao DNIT o senhor foi um Papai Noel para a Delta. O senhor vai me desculpar, mas não tem outra explicação.

Eu queria também perguntar ao senhor qual é a justificativa, qual é a explicação que o senhor poderia nos dar para outro fator. Desde 1996 – fomos longe –, até 2006, a empresa Delta foi dispensada de licitação em obras do DNIT em 19 oportunidades. Depois da sua assunção... Eu nem considerei 2012 e final de 2011. Mas no seu período foram 38 dispensas. Quer dizer, em pouco mais de dois ou três anos, ela tem mais do que o dobro do que em toda sua história de relação com o órgão. E não é uma história pequena. Computei aqui dez anos.

E, por fim, nós temos aqui contratos com aditivos: 77%, 81%. O senhor podia – vamos ficar nisso porque eu tenho pouco tempo – me explicar qual foi o milagre da Delta no DNIT sob a sua administração ou sob o grupo que o senhor administrava, por que dos aditivos e por que dos valores estratosféricos dos termos aditivos, como nós verificamos, que quebram, inclusive, o número que o senhor trouxe. Não fomos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. S^a.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, vamos nos ater aos aditivos. Qualquer aditivo superior a 25% já é ilegal, qualquer aditivo. Neste período em que fiquei no DNIT, de 03 de outubro de 2007 até o final de julho de 2011, só teve um aditivo, um único aditivo no DNIT que foi superior a 25%. Foi um aditivo de 73%, um aditivo qualitativo, que foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União, no túnel Morro Alto, na BR-101, no Rio Grande do Sul. Esse cálculo de aditivos que o senhor tem em mãos me parece ser um cálculo inexato. Qualquer aditivo superior a 25%, nós respondemos tanto ao CGU como ao TCU – tanto ao CGU como ao TCU. Então, não existe a possibilidade de termos aditivos superiores a 25%. O que precisa se analisar, muitas vezes, em determinadas obras, é que você tem um aditivo em função da própria obra em si e a correção anual que é feita nas obras por lei, de acordo com a Lei nº 8.666, que se refere ao índice de inflação. Muitas vezes, quando se faz uma conta, se pega o aditivo que a obra teve e soma com as correções anuais e, aí, se diz: olha, o aditivo foi superior a 25%. Existe a correção anual do valor das obras e existem os aditivos. E os aditivos não podem ser su-

periores a 25%. E isso nós cumprimos, porque, se em algum momento, nós não cumprimos aditivos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu vou pedir que o Sr. Pagot seja objetivo. Senão, o senhor estica a resposta, e eu fico sem poder lhe perguntar, porque eu tenho tempo. Isso é uma tática inteligente de V. Ex^a. Eu só quero que o senhor me diga... O senhor já disse aqui que não aditivou. Bom, isso todos os do Marcos Valério lá disseram, que não aditivou... Eu me lembro de que o marketing...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Façamos o seguinte: V. Ex^a usa o seu tempo de dez minutos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O homem do marketing do BB dizia também que os aditivos obedeceram a lei e, hoje, a gente sabe que não. Então, para que a gente não fique numa discussão estéril e o senhor gaste o meu tempo de questionamento – eu tenho uma pergunta importante para lhe fazer –, vou transferir, porque os dados que busquei são: primeiro, do DNIT, o seu órgão de origem – então, esses dados estão publicados equivocadamente pelo órgão que o senhor dirigiu –; e, segundo, a outra fonte de dados é o Siaf. Então, vou fazer a juntada disso e vou encaminhar ao Sr. Relator, ao Ministério Público Federal e ao TCU, porque, seguramente, poderão abrir análises, mesmo que *a posteriori*, daquilo que nossa assessoria identificou.

Eu queria, agora... E, exatamente, o senhor falou de uma obra que, inclusive, causou a indignação da Presidente Dilma Rousseff, que é a obra da 101. Só quero lembrar aqui que a BR-101, entre Florianópolis e Osório, recebeu 268 termos aditivos, uma obra que pulou de um bilhão para mais de dois bilhões, numa elevação de mais de 88%. E aqui tem uma declaração que foi atribuída ao senhor na imprensa a respeito do Sr. Hideraldo Caron, Diretor de Infraestrutura do DNIT, dizendo que o senhor revelou que Caron não só sabia como se empenhava, pessoalmente, para viabilizar estranhos reajustes. Segundo o senhor, foi Caron que sustentou no colegiado...

Segundo o senhor, foi Caron que sustentou no colegiado do DNIT a necessidade de assinar contratos aditivos com as empreiteiras encarregadas da obra, que teve seu preço inflado em nada menos de 73% do valor original do contrato. Foi essa uma das razões para que a Presidente Dilma, na famosa reunião de 24 de junho, desse aquela declaração de que o Ministério dos Transportes estava descontrolado e que seus dirigentes eram inadmissíveis, e que tudo deveria ser revisto, e que motivou aquela sequência de demissões, lá no Ministério. Queria que o senhor me respondesse

a questão disto que envolve o Sr. Hideraldo Caron, e uma outra pergunta. Curiosamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir, Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Todos os termos aditivos e valores de liberação dos períodos eleitorais de 2008 e 2010 foram assinados e corroborados pelo Ministro interino, o Sr. Paulo Sérgio Passos. Isso o senhor confirma que foi assim? O que me pareceu bem muito curioso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor, que é um técnico e tem um histórico de competência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado, conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E eu não tenho nada contra o senhor, foi demitido...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Todos os outros elementos que participavam das diretorias foram demitidos...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, conclua. Conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...e quem assinava a documentação para autorizar os demais foi promovido para Ministro. Eu queria que o senhor desse os comentários sobre Hideraldo Caron e o Ministro Paulo Sérgio Passos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

Tempo para responder.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não afirmei que não fazia aditivos. Aditivo é da boa engenharia. Entre o levantamento que é feito na obra e a execução, muitas vezes passam dois anos.

Você tem uma estrada sofrendo, oxidada, sofrendo pressão de fluxo e volume e essa estrada, foi feito um levantamento nela e posteriormente é licitado. Muitas vezes se consegue licitar até em seis meses. Mas muitas vezes essas obras passam de um ano para o outro. Esperam a abertura de orçamento, e aí só é autorizada a licitação. Então, com isso, entre o levantamento de campo e o início da obra, existe uma diferença da base do pavimento. O bom engenheiro não deixa executar sem fazer correção. Muitas vezes o buraco precisa de se fazer um pano, ou fazer um pedaço. Muitas vezes o acostamento que estava ao lado daquele buraco está rompido. Então essas alterações se transformam em aditivos.

O sobrepreço, a medição inexata, isso não é da boa engenharia, mas o aditivo é da boa engenharia. Então, para se conduzir uma boa manutenção rodoviária, na atual metodologia que nós temos, é necessário que quando o engenheiro da obra lance a obra, dê a ordem de serviço, faça as correções necessárias. Por isso que os aditivos de manutenção rodoviária muitas vezes são superiores aos aditivos de construção, principalmente porque nos projetos de construção os projetos são bem mais elaborados. Sempre nós temos um levantamento mais preciso e o curto espaço que se dá da licitação construtiva para a licitação de manutenção evidentemente permite que essa obra tenha menos aditivos. Bom, esse é um fato.

Outro fato que eu quero dizer, Deputado Onyx, outro fato que eu preciso declarar, é que não tem como, se nós fizemos no DNIT com o acompanhamento que se tem lá dentro de CGU e TCU e da própria auditoria interna, se nós fizemos qualquer cálculo, se nós fizemos qualquer aditivo superior a 25%, que é da lei, obviamente que nós vamos ser apenados, e além de ser apenados, nós vamos responder com o nosso patrimônio, especialmente eu, que sou gestor. Então, essa é uma questão. Eu não sei interpretar os papéis que o senhor tem, eu não consegui nem identificar corretamente, porque eu não tenho conhecimento desses papéis, mas eu posso lhe assegurar que lá no DNIT os aditivos não passam de 25%, quando existem. Outro detalhe importante que o senhor colocou é por que as empresas, especialmente a Delta, tiveram um crescimento extraordinário na sua execução de obras, colocando um período anterior a minha chegada ao DNIT e um período posterior, durante a execução da minha gestão.

Um fato importante. Eu entrei no DNIT quando tinha sido implementado o PAC, mas o PAC praticamente engatinhava, o PAC iniciava, o PAC estava no início da execução. Eram poucas obras que estavam na praça, eram poucas obras que estavam sendo executadas. Essas obras, ao longo do tempo, foram sendo implementadas, e cada vez obras mais expressivas. O período em que fui gestor do DNIT paguei 26,7 bilhões de obras, eu licitei mais de 30 bilhões de obras. E isso fez com que as empresas que estavam participando do processo de licitação e que executavam obras para o DNIT todas crescessem, não só a Delta. Aí vem a sua observação correta.

Mas por que as grandes empresas nacionais, que o senhor abriu a mão de cinco, eu diria que são dez, por que as dez maiores empresas nacionais diminuiram sua participação dentro do DNIT? Elas praticamente saíram de dentro do DNIT.

Primeiro, pela sistemática que adotamos de licitação, e que nós permitimos...Fomos para o edital padrão, revisando a Tabela Sicro e, mais, reduzimos o tamanho dos lotes para permitir que mais empresas trabalhassem e permitimos consórcio. Isso fez com que uma quantidade razoável de empresas, que até então não trabalhavam com o DNIT, passassem a trabalhar com o DNIT e principalmente pelo aperto financeiro em cima das planilhas, pela redução de muitas planilhas, como por exemplo o BDI, que quando entrou no DNIT era de 29, 28, e posteriormente – é um trabalho que executamos – o BDI foi praticado a 19,3, todos esses trabalhos desinteressaram as maiores empresas nacionais de participarem das obras do DNIT. Esta é a palavra, desinteressaram-se.

Além disso, lançamos uma nova metodologia de obras, um novo rol de obras, obras da Petrobras de grande porte, obras portuárias de grande porte, esta-leiros de grande porte, linhas de transmissões imensas, hidrelétricas gigantescas e principalmente o apoio que o Brasil deu para as empresas na América Latina e até na África, em que obras financiadas pelo BNDES foram conquistadas por essas grandes empresas brasileiras.

Então, essas empresas não tinham mais interesse de trabalhar no DNIT, preço apertado, fiscalização constante e, obviamente, elas foram reduzindo sua participação.

Outras empresas que estavam, digamos assim, de médias para maiores, ou uma empresa grande como a Delta, obviamente aproveitaram o vácuo existente e começaram a participar, de maneira até mais agressiva, do processo licitatório, principalmente a Delta, que passou a disputar amiúde todos os contratos de manutenção rodoviária, reduzindo o preço para ganhar e, obviamente, tendo uma carteira maior de obras.

Não teve nenhuma facilitação por parte de nossos diretores, nenhuma facilitação por parte da diretoria-geral, simplesmente tivemos um acréscimo brutal na oferta de obras na praça. Esse acréscimo foi aproveitado por inúmeras empresas, inclusive a Delta. E várias empresas cresceram inclusive mais do que a Delta, muito mais do que a Delta, empresas que faziam 50 a 60 milhões de obras por ano e que passaram a fazer 500 a 600 milhões de obras por ano. É só pegar as planilhas ano após ano entre 2007, quando entrei no DNIT, até o ano em que saí do DNIT, para verificar o acréscimo que essas empresas tiveram na participação das obras executadas no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)) – Bom, eu quero chamar a atenção...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Presidente, há duas perguntas importantíssimas. Perdão...

A outra pergunta é sobre dispensa de licitação para obras emergenciais; dispensa de licitação para obras emergenciais. Primeiro, que é da lei; segundo, que nós tivemos o cuidado de examinar, no DNIT, qual era a metodologia de dispensa de licitações até 2007. Posteriormente fizemos uma ampla reunião com o João Bernardo e assessores para tratar desse assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem é o João Bernardo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – João Bernardo, Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento. E discutimos exatamente essa nova metodologia que iríamos praticar com referência à questão das obras emergenciais.

Apresentamos a ele uma média anual que o DNIT tinha com relação às emergências. E fizemos ver que era necessário constar do orçamento anual exatamente uma média que a gente não precisasse fazer suplementações, complementações, e que a gente tivesse disponibilizado no orçamento os recursos necessários para as obras emergenciais.

O período em que eu fiquei no DNIT foi de grandes tragédias. O período em que eu fiquei no DNIT foi de grandes tragédias: a tragédia de Santa Catarina; a grande tragédia de Pernambuco e Alagoas; a grande tragédia do Rio de Janeiro; aliás, duas grandes; uma na região de Angra; outra na região de Petrópolis. E os recursos do DNIT destinados foram pontuais, foram especificamente na rolagem da pista; foi especificamente no rompimento da pista; foi especificamente na substituição da ponte; foi especificamente na desobstrução que a emergência originou, fazendo com que se restabelecesse o mais rapidamente o tráfego, o ir e vir das pessoas e principalmente que aquela obra pudesse ser executada de maneira pontual e pudesse atender ao combinado com o Ministério do Planejamento com relação a obras emergenciais

Ao longo do tempo nós conseguimos ficar dentro da meta que tinha sido programada pelo MPOG, com todas as emergências que nós tivemos, com todo o apoio que nós tivemos, com as reconstruções de pontes, com as reconstruções de pistas. Agora, tinha uma metodologia também: não era escolhida empresa aleatoriamente; não era trazida empresa daqui e ali. Qual que era a metodologia? A empresa que está no trecho, imediatamente se responsabiliza pela emergência. Por quê? Para desobstruir rapidamente, para atender rapidamente à população, para fazer com que a obra acontecesse. Em vez de ficar deslocando máquinas de um lado para o outro, pagando mobilização disso, usar máquinas e equipamentos que já tivessem no trecho.

Como a Delta era uma empresa que estava com uma quantidade razoável de obras em todo o Brasil,

é óbvio que de muitas dessas obras ela participou. Mas não era a única, não era a única, seja em Santa Catarina, seja no Paraná, seja no Rio Grande do Sul, seja no Espírito Santo, seja no Rio de Janeiro, seja em Minas Gerais, seja em Alagoas e Pernambuco. Quer dizer, um rol grande de empreiteiras participaram da execução de obras emergenciais. Tudo devidamente dentro do que a lei determina.

Outro assunto, e importante, inclusive, sobre Hideraldo Caron. Hideraldo Caron era um dos engenheiros, dos técnicos mais competentes que eu conheço em administração pública. Foi diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT. A Infraestrutura Rodoviária do DNIT administra 90% do orçamento do DNIT. Os outros 10% ficam divididos em Diretoria de Infraestrutura Aquaviária e Diretoria de Infraestrutura Ferroviária.

Não reconheço nessa reportagem, além de maledicência, não reconheço minhas palavras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Falei, sim, em determinada ocasião, ao ser perguntado sobre Hideraldo Caron, que ele respondia por 90% das obras do DNIT. E mais, que ele...

Não, é que eu imaginei que o senhor tinha...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Então, eu estava conversando, Sr. Presidente, sobre o Hideraldo Caron, que ele respondia por 90% das obras do DNIT e, obviamente, que a sua responsabilidade em todo o Brasil era muito grande.

Não há nenhum indício que possa ser comprovado de que ele fez qualquer tipo de lobby para trazer obras para dentro do DNIT ou para aumentar o valor de obras. Até porque o DNIT é um executor de obras. As políticas públicas são firmadas pelo GPAC – Gerenciamento do PAC. As políticas públicas são firmadas pela Casa Civil. As políticas públicas são firmadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. As políticas públicas são firmadas pelo Ministério dos Transportes. Acima do DNIT, há o Conselho de Administração. Uma vez aprovado o orçamento, o DNIT é o executor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tem como o DNIT ficar multiplicando o valor de obras.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas, na 101, qual era o valor, Dr. Pagot?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Em qualquer valor...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dobrou de R\$1 bilhão para R\$2 bilhões. Nem a Presidente aceitou isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu vou responder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quer que eu aceite.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu vou responder.

A questão da 101 é que, do momento em que a 101 foi lançada como obra até o atual estágio de construção dela, houve muitas modificações na obra da 101. Por exemplo, só por questões ambientais, três grandes obras estão sendo implantadas ou vão ser implantadas. Primeiro, o Túnel do Formigão, o Túnel Comprido e a Ponte da Lagoa de Laguna. São três obras que não estavam previstas ao ser lançado o edital de licitação da BR-101. Estas três obras não estavam previstas. E as três obras juntas valem mais de R\$1 bilhão. E foram absolutamente por exigência ambiental trazidas para dentro e aprovadas pelo GPAC. E foi determinada sua execução pelo Ministério dos Transportes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas a Presidente Dilma se referia aos aditivos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Tivemos que fazer projeto dessas obras, tivemos que fazer licença ambiental dessas obras, e depois de aprovados os projetos por toda essa cadeia que aprova as obras públicas do DNIT. Quer dizer, ter o orçamento anual adequado para depois fazer a licitação de obras. Então a 101 tem esse histórico.

Além disso, a BR-101 passa espremida entre a montanha e o litoral catarinense. Ao ser implantada esta obra, ela cruzava por alguns lugares, alguns balneários que eram pequenos e foram crescendo. A obra, inicialmente, não previa determinadas trincheiras, não previa determinados viadutos, não previa vias laterais. À medida que a obra foi sendo implantada, várias audiências foram sendo realizadas com prefeituras, com a Assembleia Legislativa, com parlamentares do Estado, com grupos de trabalho de Santa Catarina, com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que fez um relatório demonstrando que, muitas vezes, a construção, a duplicação da 101 iria representar o seccionamento de algumas comunidades sem que elas pudessem chegar à 101 com facilidade.

Tudo isso foi feito. Foram feitas modificações ao longo do tempo, e essas modificações foram aprovadas como obras complementares que se juntam à obra principal da BR-101.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E o questionamento sobre o Ministro Paulo Sérgio Passos quando era secretário executivo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Ministro Paulo Sérgio Passos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, o senhor se inscreva novamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Já fiz isso, mas eu era a última pessoa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas o senhor se inscreva novamente. Não, não vou permitir mais, por favor.

O senhor quer responder?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Ministro Paulo Sérgio Passos, por diversas vezes, foi Ministro dos Transportes; hoje ele é Ministro dos Transportes de novo.

Obviamente, na evolução do PAC 1 para o PAC 2, ele participou em todas as reuniões. Tanto participou da reunião do grupo do GPAC como participou no Conselho de Administração – ele era o titular do Conselho de Administração –, como participou liderando as discussões sobre cada obra, sobre o valor de cada obra, sobre a necessidade de cada obra.

Posteriormente, com a saída do Ministro Alfredo Nascimento e com a conclusão do relatório de 2010, que fechou o lote de obras a ser executado a partir do ano de 2011, obviamente ele estava à frente do Ministério dos Transportes e aprovou – aprovação do documento que foi ao GPAC.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Bem, vamos aqui disciplinar a nossa *performance*, para evitar constrangimentos desta Presidência e de V. Ex^{as} como autores e interpelantes.

Nós temos dez minutos.

V. Ex^a tem à disposição ou o famoso pingue-pongue – e aí não podemos podar a resposta, que muitas vezes é uma resposta técnica da testemunha que está aqui presente, sobre uma obra ou outra. Nós não podemos disciplinar o uso do tempo da resposta.

Eu sugeriria a V. Ex^{as}: o tempo de dez minutos é exclusivo de V. Ex^{as}; aproveitem como melhor advier a cada um. Só peço que, após os dez minutos, ou V. Ex^{as} se reinscrevem, ou vou pedir, efetivamente, para encerrarem a manifestação, porque outros se sentem prejudicados com esse tipo de comportamento inadequado.

Peço a V. Ex^{as} que compreendam esta Presidência.

Com a palavra, o Sr. Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ah, um minuto, por favor.

Um segundo... Suspendo... Suspendo a reunião por um minuto, por dois minutos, por três minutos, enquanto a testemunha não volta à mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Suspensa às 13 horas e 3 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 04 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Retomamos os nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Sampaio, segundo autor, por ordem de chegada, Requecimento nº 67.

Peço aos Srs. Parlamentares, antes de restaurar o tempo de V. Ex^a, que se acomodem.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– E o devido silêncio em respeito ao autor.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr.

Presidente, Sr. Relator, demais membros desta CPI, Sr. Pagot, eu queria inicialmente dizer-lhe que procuro sempre inteirar-me sobre a atividade daquele que aqui vai ser ouvido, para saber do seu proceder, para saber até mesmo como as pessoas veem a sua atuação.

E é fato: V. S^a é visto como uma pessoa competente e um tocador de obras – estou sendo muito sincero na minha fala –, como alguém que não mede esforços para cumprir as missões que lhe são dadas. Isso para mim está muito claro.

E digo mais também: acho que as explicações que V. S^a deu, pelo menos até agora, no que tange à questão dos aditamentos, dos contratos emergenciais, eu as tomo, todas elas,

A questão dos aditamentos, dos contratos emergenciais, eu as tomo, todas elas, como razoáveis e, portanto, não quero aqui partir para esse embate de não conceber como verdadeira a versão dada por V. S^a.

E eu faria algumas ponderações, que a mim, confesso, causaram estranhamento. Acho que, num dado momento, V. S^a foi vítima da própria postura deste governo. Enquanto V. S^a era visto como esse tocador, como uma pessoa competente – esteve à frente de uma das mais importantes missões do PAC – e, quando foi objeto de uma trama envolvendo Cláudio Abreu, Carlos Cachoeira, Fernando Cavendish, Delta em geral, a matéria foi feita contra V. S^a, e V. S^a foi demitido e, o que é pior, perdoe-me a expressão, sob a égide daquilo que a Presidente Dilma Rousseff chamou de faxina.

A meu ver uma injustiça brutal contra V. S^a e, mais do que isso, causa estranhamento que a Presidente Dilma, de 2007 a 2010, enquanto V. S^a esteve à frente do Dnit, e ela foi a mãe do PAC, a gestora maior do PAC, V. S^a era elogiado em todos os cantos. E tanto elogiado era pela então ministra Dilma Rousseff, repito, mãe do PAC – que cuida não só, na condição de mãe, da educação do filho, digamos assim, para fazer uma

analogia, mas também da repressão, quando há um erro –, durante todo esse período V. S^a passou incólume como sendo um grande gestor e se mostrou como um grande gestor. Em 2011 vem a denúncia. Já não é mais a ministra mãe do PAC, gerenciadora maior do programa que V. S^a simplesmente operacionalizava, ou seja, realizava obras depois do Conselho Gestor, depois que a ministra Dilma dava a ordem. Depois de tudo isso, ela o demite sob esse pseudônimo utilizado por ela como faxina.

A primeira pergunta que lhe faço é se não lhe causou a mesma estranheza que a mim causou uma candidata a Presidente – que foi ministra por três anos, por quatro anos, estando à frente do programa cuja obra era tocada por V. S^a, essa ministra, cujo tesoureiro procurou por V. S^a para que fossem apontadas as empresas para ajudá-la na campanha presidencial – essa, essa, que esteve à frente do PAC, que pediu ao tesoureiro que fosse até V. S^a para pedir o auxílio de empresas que pudessem ajudá-la na condição de Presidente, do dia para noite, que mudasse a sua versão sobre V. S^a e o enquadrasse nesse conceito de faxina que ela colocou, é a primeira pergunta que lhe faço.

A segunda, Sr. Pagot, com relação ao Ministro Jorge Hage. Existem, de 2003 até 2011, dezenas de reclamações e apontamento de irregularidades, que vão desde sobreposição de objetos contratuais, superfaturamento, descumprimento de acórdão do TCU, serviços deficientes executados, até peculato. Repito, de 2003 a 2011, foram apontadas essas irregularidades na empresa Delta.

O Ministro da Controladoria-Geral da União nada fez por oito anos. Diante da mesma matéria e, em seguida, do envolvimento da Delta, ele faz um procedimento, eu diria, aviltante – um rito sumário –, e em dois meses julga inidônea a Delta. A mesma Delta que, de 2003 até 2012, por nove anos, foi idônea – apesar de todas as denúncias que aqui fiz, de irregularidades contra ela –, segundo o Ministro Jorge Hage, que só foi instado a tomar uma atitude, registro aqui, depois da instalação dessa CPI. Somente depois da instalação da CPI é que o Ministro Jorge, perdoe-me o trocadilho, age.

Não agiu antes. Age tão somente depois de a CPI instalada e, repito, num rito que é capaz até que a Delta questione juridicamente; em dois meses ela foi julgada inidônea. Uma coisa assustadora!

Eu pergunto como é que V. S^a veria também essa postura do Ministro da CGU.

Quanto à Ministra Ideli, eu vou aqui me reportar a uma matéria que faz referência ao nome de V. S^a, que, portanto, poderá confirmar ou não.

Diz a matéria:

A metralhadora giratória acionada por Pagot também atinge a Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Ele diz que, em 2010, quando Ideli era candidata ao Governo de Santa Catarina, ela – ela mesma, a Ministra Ideli – pediu uma audiência no DNIT para tratar de três convênios do órgão no Estado e, ao final do encontro, [frase de V. S^a] ‘ela queria que eu chamasse as empreiteiras e pedisse para por dinheiro na campanha dela’.

Eu pergunto a V. S^a se esse fato ocorreu. É uma versão da imprensa e, obviamente, V. S^a pode discordar dela.

Ainda continuando, V. S^a colocou aqui, acho que com muita propriedade, a questão do Sr. Paulo Souza. Eu até, se me permitisse, faria uma única correção: quando V. S^a disse que havia insistência para o aditivo, aquilo que sei – e a informação é fidedigna – é que o que havia era uma vontade das empresas de fazer um aditamento de 30% e, de outro lado, uma vontade do Sr. Paulo Souza de fazer um TAC para ver o que realmente era devido nesse aumento solicitado pelas empresas.

O Sr. Paulo Souza procurou pelo TCU, numa atitude correta, pelo Ministério Público Federal e também pelo DNIT, além do TCE – Tribunal de Contas do Estado, para aferirem, juntos, se esse aditivo de 30% pleiteado pelas empresas era cabível ou não. E o TAC – TAC inaugurado pelo Ministério Público Federal – foi assinado, ao final, por todos, menos por V. S^a. E até digo mais: ao meu sentir, corretamente, foi assinado por todos os envolvidos, porque o aumento variou de 2% a 7%, obviamente muito distante daquilo que as empresas queriam.

Então, a correção que faço é no sentido de que a insistência do Sr. Paulo para com V. S^a talvez fosse – e gostaria que V. S^a me explicasse – no sentido de assinar o TAC, diferente de insistir para que se fizesse um aditivo. E, se realmente foi para que assinasse o TAC, ao não assinar, ao meu sentir, V. S^a agiu corretamente. Primeiro, havia um parecer da AGU, de que tive conhecimento, que dizia que V. S^a não deveria assinar; segundo, como V. S^a não era o operador da obra, aquele que estaria realizando a obra, mas sim um celebrador do convênio, talvez V. S^a não se sentisse à vontade – e eu também não me sentiria – em integrar um TAC cuja missão não me cabe, a não ser o repasse de recursos.

Então, se realmente era isso, gostaria que V. S^a me dissesse se aquilo que afirmei está correto ou não.

E, por último, uma constatação que, confesso, me indignou. O Sr. José de Filippi, cuja convocação foi por mim solicitada a esta CPMI, procurou pelo senhor,

num ato confesso de improbidade do Sr. José de Filippi, porque ele disse à *IstoÉ* que, de fato, foi procurar pelo senhor, pedindo que o senhor indicasse empresas para ele arrecadar recursos. V. S^a o fez e, depois, algumas empresas inclusive lhe mostraram o boleto do êxito que o Sr. José de Filippi teve – tesoureiro da campanha da Ministra Dilma, hoje Presidente da República. Pasmé, Sr. Pagot! A convocação dele foi rejeitada por esta CPMI, e nós convocamos aquele que o senhor disse que, numa conversa de bêbado, infundada, foi convocado a esta CPMI, chamado Sr. Paulo Souza.

Gostaria de ouvi-lo também sobre isso, porque, ao que me pareceu – e já estou concluindo, Sr. Presidente –, V. S^a foi categórico ao afirmar que terceiro teria lhe dito, em uma conversa – repito aqui – de bêbado, que o aditivo que aconteceu através de um TAC, que variou de 2% a 7%, poderia atender a campanhas em São Paulo. Essa conversa de bêbado gerou a convocação do Sr. Paulo Souza, e a conversa séria do diretor do DNIT, dizendo que foi procurado e que foi confirmado pelo tesoureiro da campanha da Dilma, não promoveu qualquer convocação a esta CPMI. São coisas que nos assustam. É apenas uma reflexão que faço. Muito obrigado, Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra V. S^a para as respostas ao Deputado Carlos Sampaio.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Deputado, fiz uma manifestação, há pouco, de como me senti depois desse episódio. Imagina trabalhar de 7h da manhã às 22h, de segunda a quinta-feira no DNIT. Às quintas-feiras à tarde, embarcava em aviões de carreira, em veículos do DNIT e ia fiscalizar obras no Brasil todo, junto com diretores coordenadores, superintendentes, voltando para casa normalmente no domingo à tarde ou domingo à noite para, segunda-feira, de novo, estar no DNIT, trabalhando exaustivamente. E não era só eu; faço um reconhecimento aos funcionários do DNIT, abnegados, aos diretores. De uma hora para outra, fico extremamente perplexo pela situação em que me vi envolvido, naquela reportagem

A palavra que me vem à mente é defenestrado que fui do DNIT, arrancado do DNIT, sem sequer uma oportunidade de defesa – sem sequer uma oportunidade de defesa! – extremamente solitário. Virei um fantasma. Isso fez muito mal à minha vida, muito mal.

Também reconheço – reconheço, coloquei aqui nas letras, está escrito, acabou de ser gravado – que, no DNIT, tínhamos muitos problemas principalmente originados pelo não cumprimento do lotacinograma. Quando o DNIT foi criado e tinha um orçamento de R\$2 bilhões, em 2002, tinha 4.980 funcionários. Quando entrei no DNIT, o orçamento era de R\$7 bilhões. Já

era um orçamento que vinha crescendo. Depois de R\$7 bilhões, pulou para R\$14 bilhões e, de R\$14 bilhões, para R\$17 bilhões. O número de funcionários públicos que contávamos para trabalhar era de 2.980, 2.830, sempre caindo. Por quê? Porque não estavam mais satisfeitos com os salários e também se aposentavam. As empresas ofereciam melhores salários. Os concursos públicos – era de R\$ 4mil o engenheiro do DNIT, R\$5 mil o engenheiro do DNIT – ofereciam R\$14 mil, R\$17 mil, R\$21 mil para engenheiro e levavam nossos funcionários. Muitas vezes, tínhamos um bom engenheiro, mas, no dia seguinte ele era auditor da CGU; tínhamos um bom engenheiro, mas, no dia seguinte ele era auditor do TCU. Nada contra. São inteligentes, passaram em concursos, concursos disputados, mas o fato é que, com o crescente aumento de obras e serviços...Vejam esse painel, onde está colocado que, na minha gestão, contratamos, em obras, 316+670+358, quer dizer, só isso demonstra uma quantidade extraordinária de serviço. E o número de funcionários do lotacionograma, que era de 4.980, em 2002, e todos trabalhando, em 2007 foi para cerca de 3.000. É muito difícil, você tem que buscar na superação.

Obviamente, a nossa saída me causou constrangimento, perplexidade, me fez muito mal na vida.

Sobre o assunto da CGU, digo que a CGU, a Controladoria-Geral da União sempre acompanhou, passo a passo, o DNIT, tanto que, dentro do DNIT, há uma equipe de auditores da CGU que faz relatórios, que acompanha as diretorias, que acompanha as superintendências e todos os atos administrativos.

Por ocasião dos eventos executados pela rede de controle, especialmente – só quero frisar qual é a rede de controle – pela composição do TCU com o CGU, com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, você já sai da área de auditoria, você já não está mais na área de auditoria. Quando a rede de controle está olhando alguma coisa, você já está na área de investigado. Escuta, campana, essa é outra metodologia. Certo? Essa é a rede de controle.

Então, o aparato de fiscalização é enorme, e o aparato de funcionamento de engenheiros e de técnicos é cada vez menor. E, obviamente, as obras do PAC estão transcorrendo.

Nesse ano de 2010 ou, melhor dizendo, no ano de 2009, no final do ano de 2009, aconteceu o fato na BR-116, aconteceu o fato do Ceará, com a operação Castelo de Areia, com a rede de controle presente, e é óbvio que ali já havia indícios mais do que suficientes para a Delta ser declarada inidônea. Certo?

Sobre Ideli Salvatti, há um fato concreto: veio ao gabinete numa audiência, tratou dos assuntos que tinham de ser tratados corretamente – eram três con-

vênios para Santa Catarina – e, no final, disse “sou candidata e preciso que me indiquem empresas, para que eu possa buscar recursos”. Não me pediu para fazer arrecadação. “Preciso que indique empresas, para que eu possa buscar recursos.” E eu disse para ela, na ocasião: “Senadora, eu não posso fazer isso. Não posso, não devo e não vou fazer”. Certo? Tenho a certeza de que, na oportunidade, ela ficou contrariada. Tenho certeza!

Sobre o comentário da obra da Delta... Desculpe! Sobre o comentário da obra da Dersa, o que estava na minha cabeça, o que estava fixado na minha cabeça era aquela reunião que nós fizemos no TCU em que houve uma ampla exposição de motivos por parte da Dersa. Não foi uma exposição de motivos qualquer, não foi uma reunião de 15 minutos! Foi uma tarde inteira de primeira reunião, uma tarde inteira de segunda reunião. Certo? Depois, houve muitas outras reuniões, para que o TCU se convencesse a deixar andar aquela obra como empreitada global, com preço fechado. Era preço fechado. “Não vai haver aumento de preço. Não vai haver qualquer tipo de aditivo à obra, às empreiteiras. No contrato que está feito com as empresas, cada empresa vai fazer seu lote. Se ele tiver algum custo a mais, o problema é dele. Se ele tiver um bom lucro, ótimo! Se ele tiver custo a mais, o problema é da empresa!” Essa metodologia estava sendo apresentada como revolucionária, até para se fazer a obra em muito menos tempo, sem aditivos. E, realmente, em termos de prazo, foi uma das obras mais rápidas do Brasil. Foi uma obra de grande porte, construída exemplarmente – não discordo disso, e nossos técnicos o atestam – e feita no prazo acordado. Mas não cabia qualquer tipo de aditivo. Não cabia nem discutir a reivindicação, no meu entendimento. Não cabia qualquer tipo de aditivo.

Então, quero colocar essa posição, para deixar bem claro por que eu não concordei com aditivo inicialmente e por que eu não aceitei assinar o TAC.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuando, vamos convidar o terceiro autor do Requerimento nº 78, o Senador Randolfe Rodrigues, que dispõe do tempo de dez minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luiz Antônio Pagot, inicialmente, eu queria cumprimentá-lo pela sua disposição de vir a esta CPMI e de colaborar, de contribuir com as investigações.

Vou utilizar a seguinte dinâmica. A primeira pergunta é mais objetiva. Então, eu a farei diretamente. Ouvirei sua resposta e, em seguida, discorrerei, para

aproveitar meu tempo e para ouvir suas respostas ao final.

O senhor relatou aqui um encontro com o Sr. José De Filippi, que inclusive o senhor tinha relatado isso anteriormente à revista IstoÉ.

Na revista ISTOÉ, o repórter diz: “Ele contou que em meados de 2010 foi chamado ao QG petista no Lago Sul, onde foi apresentado a Filippi, que lhe pediu ajuda para passar o chapéu entre as empreiteiras”.

Nesse dito encontro o senhor poderia declinar, dizer, além do Sr. José De Filippi, quem mais estava presente?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não fui a nenhum encontro no Lago Sul. Isso aí é incorreto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então não procede o que está na revista ISTOÉ?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não procede. Não teve esse encontro no Lago Sul. Não teve esse encontro no Lago Sul.

O que teve é o José De Filippi pediu uma audiência lá no DNIT e esteve presente no DNIT, certo? E ele esteve sozinho, não esteve acompanhado de assessores, de ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não teve mais ninguém além dele, e esse encontro aqui não ocorreu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, esse encontro que está citado no Lago Sul não existiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Bom, então indo às outras perguntas, e aí na parte de agora, então, as faço em série.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu um documento através da Procuradora-Geral da União, Dr^a Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, documento que está intitulado Cachoeira e Donativos, um Verdadeiro Deltaduto, em que supostamente detalha um esquema de corrupção do DNIT no Estado de Goiás. E aí cita uma série de empreiteiras. O documento detalha o funcionamento desse suposto esquema de corrupção entre agentes públicos e agentes privados.

Eu lhe pergunto, o senhor tem conhecimento desse esquema? E se tiver conhecimento, o senhor tem informação sobre a existência de esquemas semelhantes em outras unidades da Federação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Recentemente, eu recebi no meu escritório, em Cuiabá, acredito que faz questão de um mês, recebi no escritório de Cuiabá um documento apócrifo tratando de uma denúncia, de como era a atuação do grupo Cachoeira-Delta dentro da Superintendência do DNIT em Goiás, certo?

A Superintendência do DNIT em Goiás responde por Goiás e Distrito Federal. Eu, simplesmente,... É um

documento apócrifo, certo, estou afastado do DNIT faz muito tempo, dei uma lida. A princípio me pareceu um documento escrito por um funcionário do DNIT lá de Goiás, e obviamente isso merece uma investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o senhor suspeita qual seria o funcionário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não suspeito não.

Mas, pelo que está no documento, pelo tipo de linguagem expressa no documento, pelos dados, até de maneira assim quase um cronograma de dados, eu imagino que era um funcionário que tinha acesso a informações e que participava do dia a dia do DNIT de Goiás, certo?

Então a única recomendação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então o senhor acredita que o que é explicitado nesse documento tem racionalidade, tem coerência?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sim, senhor. Eu digo para o senhor que tem racionalidade e que tem coerência. Agora eu não posso provar também, porque... Eu achava até melhor se ele tivesse colocado nome, sobrenome, e se apresentado aí ao Ministério Público Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor não tem nenhuma idéia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não tenho idéia não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não tem. Perfeito.

O senhor tem alguma informação sobre propina paga a empreiteiras e, no caso específico, a Delta, para empresas, para pessoas? E eu faço essa pergunta porque, de acordo com o sigilo que apuramos de algumas empresas, notadamente da Alberto & Pantoja, é uma das laranjas. Pelo menos a CPI tem diagnosticado a existência de um esquema de transferência de recursos da empreiteira Delta para empresas laranjas. Nós percebemos que esses valores são, coincidentemente, quebrados.

O senhor tem alguma informação, em algum momento chegou ao senhor informação sobre percentual de propina paga por contratos obtidos pela empreiteira Delta?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor. Eu tenho o mesmo conhecimento dos fatos jornalísticos, que tenho acompanhado. Não tenho conhecimento e sobre questão de propinas dentro do DNIT, nós temos vários inquéritos, vários processos, certo, e aí, obviamente, desses inquéritos, desses processos eu tenho conhecimento, mas não especificamente desse caso que o senhor está citando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito. Mas fora do DNIT, nas relações com governos ou com prefeituras, o senhor tem alguma notícia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Alguma informação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Bom, essa pergunta eu já fiz, se as empresas tinham esses valores quebrados. Nós queríamos, com isso, identificar algum percentual.

Em entrevista à revista *IstoÉ*, ainda na entrevista que citei, V. S^a citou a pressão que recebeu para que assinasse um aditivo ao contrato com a Empresa Dersa, para a construção do rodoanel. O senhor confirma essa afirmação? E o senhor pode detalhar mais sobre esse acontecimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Essa é a explicação que eu já fiz. E na ocasião, na oportunidade, havia muito interesse para que eu assinasse esse aditivo, certo? Para que eu revisse minha posição, para que eu declinasse daquela minha posição. Até conversava bastante com o Procurador Fábio Duarte. Reexaminamos o processo. Fui ao Ministro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor falou que recebia muita pressão. Pressão de quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Já, já, já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Então, eu constatei nisso, quer dizer, que tinha uma insistência, certo?

O Secretário Mauro Arce, de São Paulo, não falava comigo, mas ligava para o Ministro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O Secretário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O Secretário Mauro Arce.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Quem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Secretário de Infraestrutura de São Paulo. Não falava comigo. Nunca falou comigo, mas ligava para o Paulo Sérgio Passos, certo, questionando por que eu não fazia a assinatura? Por que eu não colaborava com... Enfim.

O Paulo Sérgio Passos me chamava e queria saber dos meus procedimentos, o que eu estava fazendo; e queria que eu me explicasse. Mais de uma vez.

O próprio Ministro Alfredo Nascimento me chamou por duas vezes, também para tratar desse assunto. Por que esse... E no final ele falou: “Você está certo. Não vamos assinar isso aqui. Não deve ser assinado”.

Nesse ano de 2011, nós fomos conversar com – já em 2011 – o atual Governador de São Paulo, Governador Alckmin. Na ocasião, o novo diretor da Dersa voltou a tocar nesse assunto e o Ministro Alfredo Nascimento, na sala, falou: “Olha, isso é assunto encerrado, Governador. Não adianta mais reivindicar esse assunto porque é assunto encerrado, não tem esse aditivo, não tem assinatura do TAC. Esse assunto tem que ser encerrado”.

Mas notava-se, entendeu, certo nervosismo de muita gente, principalmente das empreiteiras, que às vezes buscavam audiências no sentido de me dobrar para que eu assinasse esse aditivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

Eu vou fazer de um leque só as perguntas que restam. E eu gostaria... Em relação a essas o senhor traz uma informação importante para esta CPMI. Eu gostaria que o senhor detalhasse mais esse nível de pressão e esse “nervosismo” citado por parte das empreiteiras.

Vou fazer logo, de uma vez então, as perguntas, para depois poder ouvir.

Como Diretor-Geral do DNIT, o senhor, provavelmente, recebeu...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Diversos tipos de propostas de favorecimento a empreiteiras ou obras, com oferecimento de vantagens financeiras. Além dos casos já relatados, o senhor poderia citar outras propostas? Essa é uma pergunta.

Que tipo de pressão a Delta exercia junto ao DNIT? O senhor recebeu algum tipo de pressão diretamente do Sr. Fernando Cavendish ou de algum emissário dele?

Após a deflagração da Operação Monte Carlo e consequente prisão da quadrilha comandada por Cachoeira, o senhor afirmou que foi derrubado devido à negociação de um contraventor com uma empreiteira. Ficou claro e patente isso. Eu pergunto: Ele e o Sr. Cachoeira representavam apenas os interesses da Delta? Ou o senhor tem notícias sobre se ele representava também interesses outros? E de quem seriam esses outros interesses?

E por fim, a última pergunta, Presidente. O senhor conhece o Sr. Divaldo Cardoso, ex-Presidente do Detran de Goiás? E o Sr. Jayme Rincón, Presidente da Agetop? De alguma forma qualquer um dos dois chegou a procurá-lo para pedir favorecimento para alguma empreiteira em obras públicas?

Além dessas perguntas, as quais eu posso levar para o senhor se não conseguiu anotar todas... Posso levá-las aí? Não conseguiu? Conseguiu pegar todas?

Além dessas perguntas, obviamente, gostaria que o senhor detalhasse esse caso específico, que o senhor começou a relatar, de qual era o grau, o nível de nervosismo das empreiteiras e qual o nível de pressão que o senhor recebia?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, o depoente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bom. Vou começar – é rápido – sobre Cachoeira, certo?

Eu só tive conhecimento desse cidadão e das suas ações ligadas à Delta com a denúncia do complô e também não sei se ele tem relações com outras empresas. Não conheço... A única informação que eu tenho é a jornalística.

Sobre a questão desses nomes citados em Goiás, eu não tenho certeza se conheço Jayme Rincón, mas que eu tinha contato com Agetop e seus diretores... Por quê? Porque nós tínhamos algumas obras conveniadas com Goiás: a BR-080, outros trechos de obras que agora não me vêm à mente. Mas nós tínhamos um rol de obras, conveniados com o Governo do Estado de Goiás, e quem era o interveniente eram o DNIT e a Agetop. Então, com certeza, com diretores da Agetop nós discutimos os convênios, os aditivos aos convênios, a renovação desses convênios, o cronograma de obras, o desembolso. Então, enfim, não tenho certeza... Com relação a outro nome, não conheço; mas, com relação a Jayme Rincón, me parece familiar, mas não me lembro de ter estado com ele, certo? Pode ser que nas reuniões ele esteve presente.

Sobre a questão do aditivo, essa obra era, tanto a obra do trecho sul do rodoanel, como agora tem o trecho norte do rodoanel, o que para São Paulo é uma obra extremamente importante, uma obra de grande porte. E nós tivemos todo cuidado com relação à questão da fiscalização, estabelecemos um grupo de engenheiros designados, sob a coordenação do superintendente do DNIT em São Paulo.

A Dersa, a cada dia cinco do mês, apresentava seu relatório de execução, até porque, como era uma obra global e não por preço unitário, o pagamento era feito por quilômetro executado, não era feito por índice individual de preço. Então, tinha toda uma característica e nós, obviamente, acompanhamos isso. Depois que entrou essa reivindicação, várias empreiteiras, que estavam participando da execução do rodoanel, pediram audiência no sentido de tentar nos explicar o porquê de estarem pedindo esses aditivos, sabe? E eu voltava a reforçar a questão do contrato que elas tinham com a Dersa e voltava a falar, especificamente, daquilo que tinha sido traçado pelo TCU que não havia hipótese nenhuma de se fazer esse aditivo.

Penso que assim expliquei sobre o que o senhor perguntou. Se esqueci alguma coisa, o senhor pode retornar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Próximo...

Autor do Requerimento nº 111, Sr. Deputado Rubens Bueno. Dez minutos com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente; membros da Mesa; testemunha convidada, eu quero agradecer a presença para poder dizer que sempre se nomina as pessoas à Mesa e foi esquecido. Foi por isso... Mas é um gesto de respeito ao senhor que é também um profissional.

O senhor Carlos Cachoeira é tido como um dos maiores lobistas da Delta, ganhava muito dinheiro com seus negócios, atividades criminosas, mas aprendeu a ganhar dinheiro, mais fácil ainda, sendo lobista da Delta; que, quando o senhor esteve no Governo, ali teve contratos e pagamentos de cerca de R\$3 bilhões – o que não é pouco. Mas eu gostaria de iniciar minha pergunta (e vou fazer as perguntas para depois o senhor responder) e que trata da... É a que trata da... Do que foi elencado e, em uma delas, o senhor declarou que não seria convocado por esta CPMI. Está aqui entre aspas: “Duvido que me chamem, muitos ali têm medo do que posso contar”. São palavras suas, ditas e depois respondidas pelo Sr. Cachoeira, que disse que não falaria porque seria um tiro no pé, ou seja, no seu pé. Em outras palavras, o senhor estaria sendo blindado pela organização criminosa – palavras do Cachoeira ditas aqui nesses depoimentos e gravações feitas pela Polícia Federal.

Aí o senhor veio, convocado pelo Senado, e não disse nada depois – disse que não chamaria porque muitos tinham medo do que poderia contar.

Da Ministra Ideli, o senhor falou... Mas o senhor diz numa entrevista – aqui está entre aspas também – que a conversa foi *tête-à-tête*. Essa conversa teria sido também no DNIT, sobre recursos para campanha, porque ela disse que precisava pôr dinheiro na campanha? E o senhor diz aqui: “Ela queria que eu chamasse as empreiteiras e pedisse para pôr dinheiro na campanha dela”.

O que chama a atenção também, e aí eu quero dizer que... O senhor disse aqui, acusando o Palácio do Planalto, chamando o Palácio do Planalto de Casa Grande, numa referência à Casa Branca, sede do Poder Executivo, a casa do presidente dos Estados Unidos, o senhor fala que não seria chamado porque “a Casa Grande teve de atuar com muita força para evitar a minha convocação na CPMI” – palavras suas. Gostaria que o senhor falasse sobre isso também.

Também me chama a atenção que deveria haver alguma indisposição ou pelo menos algum problema sério entre o senhor e o Ministro Alfredo Nascimento. Por que pergunto isso? Pergunto isso porque no dia 11 de março de 2011, o Ministro dos Transportes baixou uma portaria, a Portaria nº 36, em que retira todos os poderes do DNIT e passa esses poderes todos para o gabinete do Ministro e retira desse comitê do gabinete exatamente o DNIT. Nesse comitê estava o Ministro, o Secretário Executivo, o chefe de gabinete, o Secretário de Gestão e o Subsecretário de Planejamento, ou seja, o DNIT completamente fora das decisões do Ministério através dessa portaria. Foi, possivelmente algum tipo de desentendimento, por isso eu fiz a pergunta para o senhor no início.

Essa portaria foi ordenada pelo próprio ministro à época, Alfredo Nascimento? O senhor participou de sua elaboração? Pediu para retirar o DNIT dessa composição do comitê? Teve algum resultado prático disso? Quais procedimentos administrativos a partir daí, a partir dessa portaria, que o DNIT teve? Por fim: por que não consta a participação do DNIT nesse grupo de trabalho?

Outra coisa que também chama a atenção é a questão do dinheiro para campanha. Dizem em algum lugar que o senhor foi chamado a uma casa no Lago Sul que seria o QG de campanha do PT, QG de campanha para a eleição presidencial de 2010. O senhor já respondeu que não teria ido a essa casa no Lago Sul ao Senador Randolfe. Se o senhor não sabe, fica então a dúvida em relação à localização desse QG, já que foi nominado em documentos aqui apresentados. Se não foi e foi no DNIT, tinha mais alguém além do tesoureiro do PT, o Sr. Deputado De Felipe? Só foi uma vez ou houve outras reuniões? Onde aconteceram? Por acaso a candidata a Presidente Dilma esteve presente em alguns desses eventos, telefonou ou pediu ou alguém usou o seu nome para buscar dinheiro para a campanha? – o senhor até já disse aqui que foi procurado para isso.

Além do tema dinheiro para a campanha, propina etc., utilizando da pressão junto ao poder instituído, no caso o órgão do DNIT, que eu entendo como crime eleitoral, eram tratados outros temas nessas reuniões além da busca de dinheiro para saldar dívida de campanha ou pagar campanha? Esse pagamento foi feito dentro da lei? Fora da lei? Caixa dois? Há aí a história do mensalão, que foi caixa dois, mas felizmente o Supremo Tribunal Federal está colocando os pingos nos is. Caixa dois nunca existiu... O Supremo está botando os pingos nos is. Ainda bem que temos o Poder Judiciário dessa magnitude para um evento tão importante como o maior crime da história de corrupção do País.

E eu gostaria também de saber do senhor: além dos valores já aqui enumerados, do volume de negócios da Delta com o DNIT... E essa empresa cresceu, e cresceu rapidamente, e cresceu de 2003 a 2011, foi nesse período exatamente do grupo do mensalão; tomaram conta do poder, e aí, vai que vai, o poder pelo poder, a qualquer custo, e as instituições republicanas que se danem. Mas eu tenho aqui uma outra questão que eu gostaria de formular ao senhor: dessas empresas, o senhor tem, por acaso, de lembrança... Vou citar algumas, e gostaria de saber do senhor se, por acaso, o senhor confirma, como Diretor do DNIT, que o procuraram para prestar serviços ao órgão e se foram também procurados para oferecer dinheiro para a campanha da Presidente Dilma em 2010. Confirme se fez esse contato ou não. Carioca Engenharia, Concremat, Construcap, Barbosa Mello, Ferreira Guedes, Triunfo, CR Almeida, Egesa, Fidens, Trier, Via Engenharia e STE Engenharia. Se precisar repetir algum nome... Deu tempo de anotar? Não? Quer que eu repita?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Poderia repetir, por favor?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Posso: Carioca Engenharia, Concremat, Construcap, Barbosa Mello, Ferreira Guedes, Triunfo, CR Almeida, Egesa, Fidens, Trier, Via Engenharia e STE Engenharia. E, finalmente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A pergunta sobre essas empresas é...?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É sobre recursos e se teriam sido procuradas pelo tesoureiro de campanha do PT, e essas empresas indicadas para doarem recursos de campanha, seja no primeiro, seja no segundo turno ou pós-eleição, para pagar conta de campanha.

E, finalmente, nós temos aqui um fato, e aí é lá do Paraná mas é importante, porque a faxina, segundo o Governo, que estava fazendo faxina... Eu não acredito, não tenho nenhum pré-julgamento a seu respeito, porque conheço sua história, mas o pré-julgamento e a mídia, conforme foi colocado, foram muito desastrosos do ponto de vista moral e pessoal, e entendo a sua situação. Mas lá em Campo Mourão foram anunciadas obras, que o dinheiro já estaria em caixa. Em Campo Mourão, aliás, o Tribunal de Justiça acabou de julgar e condenar em segunda instância o atual prefeito por desvio de recursos etc. na Prefeitura de Campo Mourão, e é lamentável ter que dizer isso. Até seria em homenagem ao Senador Cidinho Santos, que é de Campo Mourão, cidade de que fui Prefeito. Mas o Sr. David de Castro era o Superintendente do DNIT no Paraná. Em 2009, ele já tinha os bens bloqueados, e continuava Superintendente do DNIT. Ele só foi demitido em

setembro de 2011. E lá em Campo Mourão anunciou uma série de obras, milhões, e nada disso aconteceu. Então, eu gostaria de perguntar se por acaso o senhor tem conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado pela disciplina do tempo, como sempre, Sr. Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o depoente e testemunha para suas considerações.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Vou começar pela última. O Sr. David foi demitido em 2009. O Sr. David foi demitido em 2009. Ele é funcionário de carreira do DNIT. Os processos que correm contra ele, tanto no Ministério Público Federal como em outras instâncias, ainda não foram concluídos. Então, ele... Até fizemos um questionamento sobre isso à Controladoria-Geral da União, e a recomendação que ele voltasse a trabalhar como engenheiro do órgão, prestando serviço, uma vez que ele até recebe recurso para isso, enquanto ele não for condenado. Mas ele está afastado da Superintendência do DNIT desde 2009, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, eu falei demitido. Afastado uma coisa... Demitido, em setembro de 2011, eu disse.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não tenho... Essa notícia eu não tinha, certo?, se ele saiu do DNIT ou não saiu do DNIT. Mas que ele... Se ele deixou o DNIT como funcionário, certo? Eu sei que ele deixou a Superintendência em 2009. Tão logo foi detectado o problema, eu tive uma audiência com o Ministro Alfredo Nascimento, nós conversamos sobre o assunto, e foi determinado o imediato afastamento do cargo.

Sobre essas declarações: “duvido que me chamem”, a expressão da “casa grande”, essas questões todas, eu, sinceramente, não lembro que usei essa expressão “duvido que me chamem”, certo? Mas, provavelmente, eu tenho dito “acho difícil que me chamem”, certo?

E sobre essa questão da “casa grande”, eu também não consigo reconhecer essa... Até gostaria que o senhor me ajudasse. Qual o questionamento que o senhor faz sobre esta questão da “casa grande”, porque eu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A questão principal é quando o senhor fala que tinha, em outras palavras, muita gente implicada, que tinham medo de sua presença aqui. Então, essa pergunta é para todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa é a questão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Essa é outra afirmativa que eu não reconheço, sabe? Eu jamais colocaria em xeque a CPMI. Se o senhor me perguntar

se eu tinha disposição e vontade de vir à CPMI, isso é fato. Eu falei até no relatório inicial aqui. Um dia, fui procurado pelo Senador Pedro Simon, que me perguntou sobre esse assunto. Eu falei: “Senador, pode me convocar que eu compareço”. Mas, de maneira nenhuma eu fui desafiador, antagônico, até porque não faz parte da minha conduta, entendeu?

Outro fato que o senhor pergunta é sobre a Ideli Salvatti, certo? A Senadora Ideli Salvatti esteve em uma audiência lá no DNIT, não foi fora do DNIT, não. Eu até respondi esta pergunta, a respondo de novo: ela esteve em uma audiência para tratar de três obras em Santa Catarina e, ao final dessa tratativa, ela me fez o questionamento se eu podia indicar empresas para ajudar na campanha. Foi no DNIT; em audiência no DNIT.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E o senhor indicou as empresas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não indiquei. Até disse para ela que não poderia indicar, que não faria isso. E a Senadora até – acredito – ficou contrariada.

Com relação à Portaria 36, ela, realmente, causou espanto para toda a diretoria do DNIT; não causou espanto só para o Diretor-Geral, certo? Porque como funcionava no DNIT, isso é importante se destacar, como é que funcionava no DNIT a questão de empenhos e pagamentos? Primeiro, você tem de cumprir o orçamento anual. O DNIT sugere o orçamento ao Ministério dos Transportes, até maio de cada ano nós sugerimos o orçamento; nas obras de manutenção rodoviária, o sistema de gerenciamento, de pavimento faz o levantamento e a gente indica em quais que nós temos que fazer o investimento. Então, esse orçamento é aprovado pelo Ministério dos Transportes, é remetido ao MPOG, que, depois, vai para o Congresso Nacional. O que volta para ser executado é um orçamento normalmente bem diferente do orçamento que o DNIT sugeriu. E nós, então, passamos a cumprir esse orçamento. Essa execução que tem de ser realizada, ela fica gravada na parte de controle do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Existe um sistema técnico de informação, em que você está lá enquadrado, e você tem possibilidade de fazer empenhos e tem possibilidade de fazer pagamentos. E, à medida que as obras vão sendo contratadas e vão sendo executadas, você lança mão de empenhos e pagamentos dentro do orçamento anual programado.

Sempre tínhamos uma linha direta com o MPOG. Se os pagamentos iriam acontecer no mês posterior, nós normalmente elaborávamos, até o dia 25, uma tabela de empenhos e pagamentos e posteriormente, até o dia 10, 12, outra tabela de empenhos e pagamentos. Havia duas grandes liberações por mês; uma

liberação que era feita logo nos primeiros dias do mês subsequente e outra que era feita logo depois da primeira quinzena. Isso era praticamente automático. Não tinha... A obra estava sendo executada e, conforme o empenho ia sendo consumido, existia uma espécie de um gatilho que disparava. Quando chegava a 20% do empenho final, automaticamente a Diretoria de Infraestrutura equivalente à obra já pedia a complementação necessária de empenho. Uma vez registrado o novo empenho, você já tinha a possibilidade de fazer os pagamentos subsequentes. E, dentro do orçamento do ano e suas suplementações e complementações, se poderia lançar mão dos recursos disponíveis. Não tinha nenhum outro... Essas informações que iam para o MPOG eram as informações que nós passávamos para o Ministério dos Transportes.

A partir de 11 de março de 2011, foi publicada, pelo Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento – a publicação foi no *Diário Oficial* de 14 de março, na página 49 – essa portaria, e essa portaria causou grande estranheza para nós, do DNIT, principalmente por criar mais uma burocracia, por criar mais uma lentidão e, principalmente por nos atrelar à Chefia de Gabinete. Não nos atrelaram ao Secretário Executivo, mas, sim, à Chefia de Gabinete.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor não entendeu como uma retaliação ao senhor em virtude de não atender aos pedidos da Delta?

O SR. ANTÔNIO LUIZ PAGOT – Olha, não entendi dessa forma, certo? Não entendi como retaliação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas o senhor estranhou?

O SR. ANTÔNIO LUIZ PAGOT – Nós estranhamos. Chegamos até a ponderar sobre isso, que nos criaria mais um empecilho, e foi-nos dito: “Não, mas isso vai ser feito tudo muito rapidamente. Vocês apresentam aqui as planilhas necessárias para empenho, as planilhas necessárias para pagamento que nós vamos conferir se vocês não estão fazendo excesso de empenhos, se vocês não estão reservando dinheiro demais para algumas empresas”. Esse foi o mote nos dado na ocasião, mas que nos causou, assim, também perplexidade, nos causou.

Com relação à procura que o tesoureiro me fez, o tesoureiro esteve duas vezes no DNIT. A primeira eu acredito que foi no primeiro turno e, depois, uma segunda vez que ele esteve já pós-eleição, demonstrando que tinha ainda uma necessidade de arrecadação, e, aí, eu disse para ele que não tinha mais qualquer possibilidade, que eu acreditava que as empresas não iriam mais colaborar. Mas ele esteve uma vez no primeiro turno e esteve outra vez segundo turno, depois do segundo turno. No primeiro turno, ele foi atendido

no que ele pediu. Ele disse que, com as maiores empresas não precisávamos nos preocupar. Eu selecionei umas 30 ou 40 empresas e, depois... Essa relação que o senhor fez aqui, Deputado Rubens Bueno, é a relação do Tribunal Superior Eleitoral, em que constam os valores que cada uma das empresas... E essas empresas eu posso afirmar que foram empresas que eu contatei ou diretamente pelos diretores ou através dos seus procuradores. Eu pedi para eles fazerem as doações necessárias, certo? Essas são as empresas.

Aliás, a quantidade de empresas com que eu fiz contato foi até um pouco maior do que essa quantidade de empresas...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É maior. Não são todas que eu perguntei.

O SR. ANTÔNIO LUIZ PAGOT – Mas foi até... Mas também não são muito mais do que essas não.

Aí, o senhor perguntou se a candidata havia alguma vez me procurado, né? Eu posso dizer para o senhor o seguinte: por ocasião da campanha e até mesmo antes da campanha, as duas últimas vezes que eu estive com a Presidenta Dilma foi em outubro de 2009, que foi a última reunião do PAC que ela coordenou – a partir daí, a coordenação passou para a Miriam Belchior, outubro de 2009. Posteriormente, na inauguração das eclusas de Tucuruí, eu me encontrei com ela. E posteriormente a essa inauguração das eclusas de Tucuruí, na reunião do 24 de junho, quando nós tratamos da avaliação das obras do PAC. Por ocasião da campanha, nenhum telefonema, nenhuma solicitação, e muito menos sobre este tema que o senhor está tratando, que é arrecadação de campanha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, permite-me um aparte? É sobre este tema que o Sr. Pagot está trazendo aqui. Eu havia entendido, no primeiro momento, que o senhor havia dito que o senhor, agora Deputado di Filipe havia procurado o senhor para a indicação de empresas que fariam doações de campanhas eleitorais.

A questão que eu trago aqui é a seguinte: eu entendi que o senhor entregou a ele uma lista e ele foi atrás das empresas. Agora, o senhor está dizendo que o senhor foi atrás das empresas e fez contato com os diretores das empresas para que esses fizessem as doações.

Eu queria que isso ficasse claro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É bom esclarecer isso mesmo. Obrigada.

Eu apresentei a ele uma lista, apresentei uma lista...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – De trinta a quarenta empresas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Eu apresentei uma lista completa de todas as empresas que tinham contrato com o DNIT, que é uma lista imensa, certo? Ele até não perdeu muito tempo para... Ele falou: “Olha, com as maiores aqui, você não precisa se preocupar, porque isso aqui é assunto do comitê central. Você escolhe umas trinta ou quarenta aqui e vai atrás para ver se eles têm possibilidade de fazer alguma doação”. E foi o que eu fiz.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)
– O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Luiz Antônio Pagot, Srs. Senadores e Srs. Deputados, conhecendo-o desde o Paraná e sabendo da sua personalidade forte, eu imaginava o desconforto que viveu ao ter sido utilizado como uma espécie de bode expiatório, sendo demitido como se fosse o único responsável, para não dizer o único, ao lado do Ministro, hoje Senador Nascimento, responsável por eventuais desvios havidos no Ministério dos Transportes.

Seus amigos se revoltaram e, certamente, muitos imaginavam uma reação mais forte da sua parte, em função do ocorrido, até mesmo o esclarecimento sobre as denúncias.

O próprio Ministro Nascimento informou estar surpreso com o aumento do volume de recursos no ano eleitoral. Quando ele se licenciou e, depois, quando ele retornou, houve um aumento substancial em valores dos recursos destinados ao DNIT para obras no período eleitoral.

Quando o senhor afirmou que foi defenestrado do Ministério dos Transportes pelo bicheiro e pelo empreiteiro, fiquei em dúvida, porque as informações davam conta de que a Delta obtinha, no período de dez anos, um aumento de valores de contratos da ordem de 60%. A Delta obteve em aditivos cerca de R\$196.180.236,73. Então, surpreendeu-me o fato de a Delta receber valores expressivos em aditivos e estar insatisfeita com o Diretor-Geral do DNIT. Mas eu fui aprofundar essa questão e verifiquei que os números estão a seu favor. Realmente, os aditivos expressivos foram concedidos antes da sua posse no DNIT.

O senhor reduziu significativamente os valores de aditivos concedidos, durante a sua gestão. Talvez isso explique a irritação do esquema de corrupção comandado por Cachoeira e por Fernando Cavendish.

Mas eu indago, veja, os aditivos eram... Os números apresentados pelo senhor são muito aquém daqueles que eu verifico nessa amostragem. Eu vou citar algumas obras: 49,68% de aditivo; 32,86%; 45,77%; 47,92%; 35,27%; 41,18%; 45,13% – e todas as obras com aditivos, nessa listagem –, 42,50%; 39%; 48%;

37%; 32%; 31%; 34%; 34%; 50% de aditivo; 51% de aditivo; 38%; 35%; 44%; 35%; 45%. Portanto, um festival de aditivos.

E depois vem o seu período. Há alguns aditivos extrapolando os limites da legislação. Um deles foi em 2008: 45%. E depois, 30%. Apenas esses dois aditivos extrapolando... Mais um, aqui, de 31% extrapolando. Três ou quatro aditivos apenas extrapolaram os limites da legislação, no seu período.

Eu indago: quem determinava a concessão de aditivos? Muito mais em razão do que ocorreu antes da sua posse.

O senhor afirmou, em entrevista, que depois do PAC... Aliás, em entrevista não, aqui na sabatina. O Senador Aloysio Nunes Ferreira indagou e o senhor disse que a gestão dos recursos do DNIT passou a ser coordenada pelo Comitê Gestor do PAC, presidido pelo então Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, tendo como Secretário Executivo Miriam Belchior. O senhor disse que os aumentos de valores das obras, sobretudo no período de março de 2010 até dezembro de 2010, eram determinados por esse comitê e que o DNIT apenas executava as ordens. Portanto, exatamente no período do ano eleitoral.

Eu indago se realmente eram Dilma Rousseff e Miriam Belchior responsáveis pelos aditivos concedidos no período e se o senhor cogitou de adotar algumas providências, em relação ao que recebia como realidade, na concessão de aditivos exorbitando a legislação.

Eu acho que vou engatilhar as outras perguntas, Sr. Presidente, para facilitar.

Em relação à questão recursos para campanha, há uma contradição entre o comportamento de V. S^a diante da Ministra Ideli Salvatti e diante do Deputado Filipe. O senhor atendeu à solicitação do Deputado Filipe, tesoureiro à época; e não atendeu à solicitação de Ideli Salvatti. Disse que não podia atendê-la naquelas circunstâncias. E o cenário foi o mesmo. Foi no DNIT tanto a solicitação feita pelo tesoureiro Filipe quanto pela atual Ministra Ideli Salvatti. Por que esse posicionamento diferente? O senhor saberia avaliar o valor dos recursos doados pelas empresas, em função da sua solicitação?

São indagações necessárias. Eu creio, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nos compete apresentar novo requerimento convocando o tesoureiro Filipe para que ele possa dar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago, agora, algo da maior gravidade. Informações dão conta de que a Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias realizaria reuniões com sorteios de vencedores e preços de licitações previamente combinados. A indagação é se o senhor

conhece esse esquema. As reuniões eram comandadas por essa Associação em Brasília, também em São Paulo, no World Trade Center, nas APEOPs de Curitiba e do Rio Grande do Sul e no prédio Number One, no centro do Rio de Janeiro, onde tratavam das licitações, fraudes nas licitações, no âmbito, inclusive, do DNIT. Indago se o senhor tinha conhecimento dessas reuniões.

Consta que a empresa Delta participava dessas reuniões, acertava o esquema fraudulento e, depois, inclusive, furava acordos. A empresa Delta, para se beneficiar, furava os acordos celebrados nessas reuniões, participava das reuniões para saber do preço combinado, do preço previamente acertado e, depois, apresentava na licitação um preço inferior, tornando-se vencedora, já que tinha esse esquema fantástico de concessão de aditivos generosos.

Já que o meu tempo se esgota, eu deixo de fazer as demais indagações para dar oportunidade ao depoente de esclarecer esses fatos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bom, sobre essa questão que o senhor coloca com maior gravidade: eu não tenho conhecimento dessas reuniões da Aneor.

O que nós fizemos no DNIT assim que eu entrei, percebendo a dificuldade que se tinha na licitação de obras e o tempo que se demorava no transcurso dessas licitações... Nós discutimos amiúde, tanto com a CGU como com o TCU, um edital padrão. Então, esse foi o primeiro... Esse edital padrão, com muitas nuances no sentido de prevenir, de precaver o erário público nas conclusões das licitações e, principalmente, na contratação de obras.

A maioria absoluta das obras do DNIT são de menor preço; a maioria absoluta, menor preço. Algumas obras excepcionais tiveram possibilidade técnica e preço, mas a maioria absoluta, mais de 95% das obras do DNIT...

Já no caso de projetos, consultoria de projetos, nós entramos no DNIT com 50% de técnica e 50% de preço, tentamos levar para 70% de técnica e 30% de preço, e o resultado que nós conseguimos com o TCU seria 60% de técnica e 40% de preço, mas as obras, sempre, pelo menor preço.

Além disso, além do edital padrão, qual foi outro fato para se ter a possibilidade de mais empreiteiras trabalhando e, digamos assim, não se permitir o cartel?

Quando eu entrei no DNIT, eram sessenta e poucas empresas que faziam obras no DNIT; quando eu saí, eram mais de trezentas. Então, nós reduzimos os lotes de obras. Em vez de fazer lotes de R\$500 milhões, R\$800 milhões, nós reduzimos os lotes de obras, passamos a fazer lotes menores e, além de fazer lotes menores, também passamos a permitir o

consórcio de empresas, de maneira que duas médias empresas, uma média e uma pequena, três pequenas conseguissem ter os documentos necessários para participar do processo.

A consequência disso é que, sem sombra de dúvida, é muito difícil se fazer... Eu acredito que é muito difícil se fazer um monitoramento de tudo isso. Outro detalhe: o próprio TCU estabeleceu algumas normas no sentido de... Porque as empresas podem comprar o edital de licitação, mas não se sabe se elas vão participar ou não daquele edital. Normalmente, você licita, na praça, 20 ou 30 compram o edital. Mas elas têm que fazer a caução para participar da licitação e o TCU, exatamente para inibir o conluio, reduziu o tempo de caução exatamente para não dar tempo. Reduzindo o tempo em que a obra vai ser caucionada, praticamente extingue a possibilidade de se fazer o conluio. Imagino que a atitude do TCU quando colocou esse parecer, esse acórdão para ser cumprido foi exatamente nesse sentido. E nós cumprimos tudo isso.

Então, com relação à Aneor, conheço a associação, tive várias vezes fazendo palestras na Aneor, explicando a atuação do DNIT, a exigência do DNIT, o cronograma do próximo ano, as modificações no sentido de ser extremamente pró-ativo. Também fizemos convênio com a Aneor. Um deles para tratar do assunto BDI e outro convênio em que reduzimos o BDI de 28% para 19%. Outro convênio foi para o Instituto Pavimentar, um convênio em que entrou a Aneor, a Petrobras e o DNIT, com objetivos de melhorarmos a qualidade do material betuminoso, a aplicação do material betuminoso, mas principalmente da formação de engenheiros de estrada, engenheiros de obras rodoviárias especializados em pavimentação.

Essa questão dos aditivos, Senador Alvaro Dias, muitas vezes é confundido aditivo com mudança de escopo. O aditivo é responsabilidade do DNIT. O aditivo nasce da exigência do engenheiro na obra. O aditivo passa, depois da exigência do engenheiro na obra, pelo engenheiro-chefe, pelo Comitê da Superintendência, vem para a coordenadoria, diretoria especializada e finalmente diretoria colegiada para aprovar. Nós, vou repetir para o senhor, não aprovamos aditivos acima de 25%. Se consta dessa relação é porque, Senador, está somado ao valor do aditivo, deve estar somado o valor do reajuste anual das obras. Há obras que atravessam quatro, cinco, seis anos, têm 5% de reajuste em um ano, mais 4,5% no outro ano, mais outro não sei quando. Então, muitas vezes...

Eu posso lhe assegurar que alguma obra, Senador, que nós demos aditivo superior a 25%, com certeza, o TCU nos notificou, mandou recuar e nos apenou. Especialmente eu, como gestor, sou o único gestor do

DNIT, respondo com o meu patrimônio. Patrimônio pequeno e que, obviamente, não quero colocar em risco. Nunca quis colocar em risco e não quero colocar em risco. Por isso que eu insisto em não ter dado aditivo superior a 25%. Deve ser a forma de apresentação desses relatórios.

Agora, existe uma diferença fundamental...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Pagot, há uma diferença grande aqui do seu período para o período anterior e o critério aqui é o mesmo, antes e depois.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mas, Senador, do período anterior até não posso responder, mas sobre o meu período quero lhe assegurar que não permito nenhum aditivo superior a 25%.

Outro detalhe que quero salientar, e até falei no começo, um único aditivo superior a 25% foi praticado em um túnel no Rio Grande do Sul, de 73%, em que nós demonstramos ao TCU a necessidade de se fazer o aditivo, que era melhor do que cancelar aquela obra e licitar novamente a obra. Houve, por ocasião da execução da obra, uma fissura com desmoronamento, isso não foi conseguido prever no projeto inicial, e obviamente, depois de apresentar toda essa circunstância para o TCU e passar pelo Colegiado do TCU foi-nos permitido tocar a obra com esse aditivo. Foi o único aditivo que eu tenho recordação, que eu me lembro, que passou dos 25%.

No caso da mudança de escopo é outra questão. Está havendo uma confusão, faz horas que está havendo essa confusão muito grande sobre o que é aditivo de obra e o que é mudança de escopo. Mas eu quero caracterizar de novo: não é o Ministro Paulo Sérgio Passos, não é a Ministra Miriam Belchior, não é o Ministro Alfredo Nascimento que é responsável por assinar aditivos; quem assina, quem aprova e assina aditivos é a Diretoria Colegiada do DNIT. Ela nasce lá no engenheiro da obra, passa por uma série de coordenadorias, de controladorias, vem para a decisão do Colegiado e posteriormente é aprovada.

A questão da mudança de escopo da obra é outra situação. Nós temos duas situações reais com relação à mudança de escopo, duas situações reais: a primeira delas é que, no PAC I principalmente, a maioria absoluta das obras licitadas foram com projetos básicos e projetos antigos, projetos que o DNIT já tinha em estoque. Normalmente, o DNIT vai, de acordo com os levantamentos que são feitos na parte do pavimento e muitas vezes rodovias que não são pavimentadas, que precisam ser pavimentadas, constam do relatório anual do DNIT, constam do orçamento para que sejam, imediatamente o DNIT dispara já o início de estudo, contrata uma consultoria de projeto, faz a lici-

tação, contrata o início de estudo para que seja feito esse projeto de obra, mesmo que ela não esteja como prioridade, mesmo que ela não esteja no orçamento anual daquele ano.

Então, o DNIT sempre tem um estoque de projetos, e nós tínhamos, por ocasião do lançamento do PAC 1, um estoque de projetos. Eu não estava no DNIT nessa época, mas sei que foi assim o procedimento. Desse estoque de projetos foram escolhidas as prioridades, principalmente em função de fluxo e volume, de estradas, de rodovias de maior relevância nacional, e aí foi licitado o PAC 1.

Os valores iniciais do PAC 1 eram valores que estavam referenciados em custos gerenciais. Nós temos vários tipos de rodovias que se constroem no Brasil: posso fazer uma rodovia Classe I, Classe II, Classe III, Classe IV e assim por diante; a Classe II pode ser simples ou duplicada, a Classe IV pode ser simples ou duplicada, como a Classe I também. Então, temos vários tipos de obras que podem ser executadas. Também a obra pode ser executada em pavimento ou pavimento rígido, uma é feita com material betuminoso, outra é feita com concreto. Essas obras todas têm valores diferentes, os denominados custos gerenciais. Nós temos, dentro do DNIT, um setor que permanentemente fica elaborando custos. Esses custos depois são cotejados, normalmente com a Fundação Getúlio Vargas, que elabora a nossa tabela Ciclo II e as modificações dela, e depois é informado ao CGU e ao TCU aquilo que nós estamos praticando. Sempre que eles acham que tem que ser feito algum aperfeiçoamento, é notificado para que sejam feitos os aperfeiçoamentos.

Então, essas obras, quando foram lançadas, foram lançadas com um determinado valor e, posteriormente, ao ser feito o projeto executivo da obra, se chegou a um outro valor da obra. Esse outro valor da obra, primeiro o DNIT apresentou ao Ministério dos Transportes, o comitê específico avaliou e apresentou ao Gepac, que é o gerenciamento do PAC.

Durante um determinado período, a gestora de gerenciamento do PAC era a atual Presidente Dilma Rousseff. A partir de outubro de 2009, quem sentou, quem passou a sentar na cabeceira da mesa com esse papel foi a atual Ministra Miriam Belchior.

E nós apresentamos passo a passo, primeiro ao Ministério dos Transportes, a quem devemos a obrigação, a quem devemos, está me faltando a palavra, mas, enfim, a quem nós temos que obedecer. E, num segundo momento, o Ministério dos Transportes avaliava, julgava e, posteriormente, apresentava ao Grupo do PAC.

Uma vez concluída a reunião, em algumas obras foi aprovado o aumento de escopo, em outras obras

não foi aprovado o aumento de escopo. Por quê? Eram obras, talvez, de menos importância na escala, e aquela prioridade que foi dada para um complemento ou um novo cálculo muitas vezes era admitida. Então, era aprovado o novo valor que passava a ser o novo valor orçamentário da obra, passava a ser o valor da licitação, o valor da obra que seria contratada, e era o valor que ia para a máquina. Esse era o valor que ia lá para o MPOG, para podermos fazer, em cima desse valor, o empenho e o pagamento.

Então, não há como você sair aumentando o escopo de obra sem passar por todas essas etapas.

No caso, outro fato que acontecia ou que aconteceu e que acontece é que, quando você está executando a obra... Aqui dei o exemplo da 101 em Santa Catarina. A obra tinha uma característica, tinha um determinado escopo. Durante a execução da obra, vários problemas foram detectados, entre eles problemas ambientais. Durante isso... Bom, é preciso fazer as vias laterais, é preciso fazer túneis. Ao invés de você fazer esse contorno que está previsto, é melhor fazer um túnel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou interrompê-lo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Aqui, ao invés de você fazer...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Isso ocorre em função do quê? Da ausência de um projeto básico, de um projeto executivo? Porque ao contribuinte que paga pouco importa saber se é aditivo ou se é mudança de escopo. Ocorre que a obra fica muito mais cara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador, o tempo de V. Ex^a já esgotou há muito, e ele está respondendo exaustivamente as perguntas de V. Ex^a. Há vários outros oradores inscritos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Especificamente nessa obra, por exemplo, há três itens que aumentaram de preço exatamente por determinação... Já havia projeto executivo, foi para a licença ambiental. No licenciamento ambiental, determinou-se que, ao invés de fazer determinados procedimentos, se cumprisse a implantação desses túneis e principalmente da ponte de Laguna. Em vez de fazer o aterro para fazer uma segunda ponte, deveríamos fazer uma ponte com outras características mais as vias laterais. Isso foi um aumento de escopo.

Eventualmente, esse aumento de escopo também pode ser no transcurso da obra. De novo, poderia me socorrer de uma obra do Nordeste, mas já que estou falando da 101... Nessa obra da 101, ali em Araranguá, estava previsto pelas equipes que tinham apresentado projeto um aterro para se fazer, 4 quilômetros ao sul de Araranguá, um grande aterro. Resultado: os técni-

cos e mais a parte ambiental chegaram à conclusão de que aquilo era ruim, ia seccionar o fluxo de água das lagoas, o aterro seria de grande porte, e era melhor se transformar aquele aterro em um viaduto. E assim foi feito, e o viaduto é de 4 quilômetros. Então, foi substituído um aterro em Araranguá por um viaduto de 4 quilômetros, e isso é mudança de escopo da obra.

Em relação às obras de que o Ministro Alfredo Nascimento tenha reclamado e que o senhor citou – no período em que ele se ausentou para campanha, que foi exatamente o período de março de 2010 a dezembro de 2010 e voltando como Ministro, em 2011 –, várias dessas obras que ele não citou, mas das quais ele reclamou sofreram, nesse período, esse aumento de escopo determinado por uma sequência de atos de política administrativa.

Vou citar para o senhor o caso de uma obra em Santa Catarina. Essa obra é de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul. No nosso projeto, inicialmente, não estava previsto que, na grande base da Petrobras que há ao longo da rodovia, fossem feitos viadutos. Estava prevista apenas uma rotatória simples. Houve uma contestação, técnicos e engenheiros fizeram uma análise de fluxo e volume, principalmente na quantidade de veículos que carregavam na base. Então, vamos colocar para dentro um viaduto. A Prefeitura de São Francisco do Sul apresentou uma reivindicação. Não é possível se fazer essa duplicação que está prevista sem fazer as vias laterais, as vias marginais. E para fazer as vias marginais, mais túneis, desculpe, mais trincheiras, mais pontes. É uma região de baixios. Enfim, há uma mudança de escopo, e a obra alterou de valor.

Agora, eu quero dizer que, no final de dezembro de 2010, ao final de dezembro de 2010, nós tivemos aprovado, nós tivemos aprovado um documento, depois de todas essas reuniões, que é exatamente o documento que balizou as obras para 2010 em diante. Esse documento é um documento de várias páginas, PAC Rodovias, certo? Ele aqui apresenta um total de R\$77 bilhões de obras, um total de R\$77 bilhões de obras, dos quais R\$15 bilhões é o empenho acumulado, R\$15,280 bilhões, e R\$61,960 bilhões são obras a executar. Isso foi aprovado pelo DNIT que, posteriormente, apresentou ao Ministério dos Transportes, Ministro Paulo Sérgio Passos, que posteriormente foi à reunião do PAC de fevereiro de 2011.

Uma reunião, fevereiro de 2011. Nessa reunião de fevereiro de 2011, essa era uma das regras que tínhamos lá, e essa regra dizia: até o dia 4 de fevereiro Ministérios devem fazer a análise e hierarquização das ações essenciais para cumprir as prioridades do Governo. Até 18/02, reuniões entre Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Ministérios para

adequar a priorização dos órgãos e os limites a serem definidos. Até 28/02, decreto de contingenciamento, que vai traduzir a disponibilidade real dos órgãos até o final do ano.

Então, com isso, o que eu quero dizer? Que não há essa pecha que o DNIT está levando, essa pecha de que saiu inadequadamente, intempestivamente, a qualquer tempo, a qualquer hora, de fazer novos escopos, para prejudicar o desempenho do Governo ou para lançar um rol de obras.

Quer dizer, eu simplesmente rebato isso até porque, depois dessa reunião, nos transcurso de fevereiro de 2011, ficou absolutamente tudo de conhecimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Gepac, do Ministério dos Transportes, que já tinham conhecimento e que já tinham dado o aval nesse documento de 31 de dezembro de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes de passar ao próximo orador..

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Faltou só a resposta à questão da campanha eleitoral, se o Sr. Pagot se arrependeu de ter atendido o pedido do Filipe, porque depois não atendeu o da Ministra Ideli Salvatti; e se há o conhecimento dos valores que foram doados à campanha em razão da sua solicitação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Realmente, foi... É tanta coisa Senador que... Eu quero lhe dizer o seguinte... Eu posso até dar outro exemplo. Não devia, mas vou. Não foi só a Ministra, desculpe-me, a Senadora Ideli que esteve me procurando. Até houve outra procura que eu fiquei extremamente constrangido e ameaçado, constrangido e ameaçado.

Pede audiência e adentra o meu gabinete o ex-Ministro Hélio Costa, com toda a sua *entourage*, com todo o seu *staff*. E veio me procurar no sentido de indicar empresas também para que ele pudesse fazer a arrecadação. Como eu me manifestei da mesma maneira, dizendo que não aceitaria, que não aceitava e que ele conversasse com os partidos sobre isso e que não era no DNIT que ele ia buscar esse apoio, ele, depois de ter novamente insistido para que eu indicasse empresas, porque ele era candidato e precisava se eleger ao Governo de Minas, quando ele viu a minha negativa e a minha firmeza na minha negativa, ele levantou de rompante, me deu de dedo e disse: “Vou me eleger governador do Estado de Minas Gerais e a primeira atitude minha vai ser te tirar do DNIT”. Certo? Então, coisas como essa é que se sofre sendo gestor de uma autarquia.

E a ver a sua pergunta, eu imaginei que, atender ao partido como um todo, ao partido que coordenava o arco de alianças, principal partido coordenador da campanha, eu estava atendendo a um arco de alianças.

Estava atendendo, digamos assim, a uma necessidade e não particularizando cada Deputado, cada Senador ou cada pessoa que fosse candidato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu, a pedido do Sr. Luiz Antônio Pagot, vou suspender a reunião por cinco minutos e voltamos, portanto, às 14h41.

Então, está suspensa a reunião por cinco minutos.

O próximo inscrito é o Deputado Maurício Quintella Lessa. Depois o Deputado Filipe Pereira, o Deputado Vanderlei Macris, o Senador Pedro Taques, o Deputado Domingos Sávio e o Luiz Pitiman.

V. Ex^a está aqui. Vejo que ainda de dia.

(Suspensa às 14 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 42 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Retornando à nossa audiência, passo a palavra ao ilustre Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Boa tarde a todos, à Mesa, Dr. Luiz Antônio Pagot. Primeiramente gostaria de parabenizar V. S^a pela disposição em contribuir com essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Ao contrário de muitos que já sentaram aí, V. S^a não se valeu de *habeas corpus* e tem contribuído para elucidar muitas dúvidas que pairavam sobre esta Comissão.

Primeiro, queria registrar que V. S^a está na equipe do DNIT desde 2007, junto com o ex-Ministro Alfredo Nascimento, alguns membros indicados pelo Partido da República e de vários outros partidos e técnicos, enfim. Nesse período, tivemos duas grandes operações, a Vegas e a Monte Carlo, e, até o momento, pelo menos no que me consta, nem nessas operações nem nas investigações desta CPI, V. S^a nem a cúpula do DNIT que foi afastada recentemente figura com qualquer indicação de que tenham participado ou ajudado ou contribuído com essa organização criminosa; muito pelo contrário, o que se constatou aqui foi a organização criminosa comemorando o afastamento de V. Ex^a e da cúpula do Ministério dos Transportes.

Grande parte dos questionamentos e das dúvidas que nós tínhamos já foram dirimidas por V. S^a, que depõe aqui há mais de quatro horas. Algumas questões aqui considero que sejam esclarecidas. Membros do Governo e da imprensa alegaram, no afastamento de V. S^a e da cúpula do Ministério dos Transportes, superfaturamento nas obras e nos preços do DNIT e V. S^a diz que isso seria impossível, porque o Governo acompanhava *pari passu* a composição desses preços, autorização para solicitação e, posteriormente, as autorizações de aditivos.

Então, a que o senhor atribui efetivamente, na sua ótica, esse afastamento da cúpula do Ministério dos Transportes naquele momento.

Essa seria a minha primeira pergunta.

Como o senhor avalia também, nesse período em que o senhor dirigiu o DNIT, a qualidade do trabalho da empresa Delta no setor de transporte no Brasil? E se a qualidade era ruim, por que o DNIT ou V. S^a não comunicou ou se comunicou quando comunicou aos órgãos de controle que a Delta não prestava um serviço adequado no Ministério dos Transportes?

O Sr. Cláudio Abreu pessoalmente já pressionou V. S^a para prática de ato ilícito que beneficiasse a empresa ou ele ou qualquer outro diretor da Delta?

O Sr. Fernando Cavendish pessoalmente também pressionou V. S^a para que beneficiasse a Delta em qualquer momento da sua gestão?

O senhor tinha conhecimento de pagamento por parte da Delta ou de qualquer outra empresa a agentes públicos para se beneficiar em relação a obras do DNIT?

Essas seriam as últimas alegações que tinha a fazer.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ilustre Deputado, primeiro a questão do pagamento a agentes públicos. Eu não tinha nenhum conhecimento, exceto nas operações que foram realizadas como a Castelo de Areia e outras investigações em que muitas vezes prenderam ou foram feitos inquéritos contra funcionários que até estão a ponto de terem cancelada a sua carreira. De maneira que não tenho esse conhecimento de qualquer pagamento ilícito feito pela empresa.

Segundo, a questão do Cláudio Abreu e Fernando Cavendish é bem diferente. O Fernando Cavendish, toda vez que solicitou uma audiência e que veio tratar de algum assunto, normalmente, tinha algumas obras que estavam em andamento, em transcurso, e que havia algum questionamento da Delta em relação ao DNIT. Então, ele trazia seus assessores, apresentava a lista de reivindicações, nós tínhamos no DNIT os diretores e coordenadores que participavam da reunião e, posteriormente, obviamente, era concluída a reunião.

Vou até expressar o seguinte: sempre nos tratou de forma urbana, extremamente cavalheiro nas suas colocações, mesmo quando não teve suas reivindicações atendidas, diferente do Cláudio Abreu, que era o gerente do Centro-Oeste e que, toda vez em que tinha alguma contrariedade, imediatamente demonstrava essa contrariedade, certo? Mas eram comportamentos completamente diferentes. O Fernando não fazia qualquer insistência ou pressão e o Cláudio Abreu, evidentemente, tentava voltar com o assunto mais uma vez, sendo insistente. E por que nós recebíamos as empresas? A quantidade de obras executadas é muito

grande e era uma maneira de até se conseguir que as empresas tivessem mais empenho. Nós tínhamos relatórios, eu visitava as obras, muitas vezes eu convocava não só o representante da empresa em Brasília, mas convocava o dono da empresa para vir, para eu relatar o que estava acontecendo na obra dele e dizer: eu passei lá, vi suas máquinas paradas, é um desperdício de imobilizado e eu preciso que a sua obra ande. Qual é o problema que você tem que a sua obra não anda?

Então, essa era uma atitude proativa, de quem queria que as obras acontecessem, fossem implantadas e cumprissem os prazos. Mas nunca essa animosidade impediu o trânsito da Delta dentro do DNIT.

A questão da qualidade de trabalho da empresa. Eu até conversei com o diretor Caron, conversei como diretor Jony, conversei com o coordenador Luís Munhoz, com o Elói, e com outras pessoas do DNIT, para tentar estabelecer até onde a Delta vinha muito bem e por que a Delta, de uma hora para outra, começou a apresentar tantos problemas. Nós temos uma linha de corte, uma coisa impressionante.

Até outubro, novembro de 2009, a empresa Delta, se eu pudesse dizer que era uma empresa que estava contribuindo para baixar preço, principalmente na manutenção rodoviária, que era uma empresa que executava as obras contratadas, eu não teria nada para denegrir a imagem da Delta. A partir de novembro de 2009, não sei o que aconteceu com a empresa, que passou a apresentar uma série de problemas. Talvez nós tenhamos, com o aperfeiçoamento do próprio DNIT, ficado mais exigentes, certo? Com uma série de instruções normativas que nós colocamos na praça, com a colaboração da CGU nos relatórios mais amiúde, nós ficamos mais exigentes e essa exigência vem prestar talvez mais atenção na qualidade dos trabalhos dessa empresa, certo? Mas, com certeza, houve alguma modificação de procedimentos, talvez internos, gerenciais, ou também – que é uma outra coisa que nós chegamos a discutir – ela passou a fazer muitas outras obras em muitas outras áreas de atuação. Ela tinha bastantes obras dentro do DNIT, mas ela também começou a fazer muitas outras obras em outras áreas de atuação, principalmente na área de saneamento. E eu imagino que isso fez com que ela, assim, tendo uma estrutura de quadro, para tocar aquele enorme rol de obras, começou a apresentar falhas aqui e ali; falhas que, exatamente pela boa fiscalização do CGU e do TCU, foram notadas, foram apontadas e algumas se transformaram até em inquérito.

A questão do superfaturamento e afastamento da cúpula, primeiro, eu quero lhe afirmar, que essa palavra ela não entra na nossa cabeça, sabe? Toda vez que alguma obra do DNIT, toda vez que alguém deu

causa a esse superfaturamento, foi um procedimento administrativo, foi um inquérito, foi um acórdão do TCU, foi uma manifestação, quer dizer, não passou, vamos falar assim. Se passou, retroagiu, certo?

Então, essa questão do superfaturamento é uma questão que para nós ela é uma questão delicada, até nos irrita, toda vez que a gente... porque misturam aditivo com superfaturamento, com escopo, o DNIT é... A quantidade de obras, a quantidade de serviços que se executam é uma coisa muito complexa, rodoviário, aquaviário, ferroviário, não é? E tudo tem que ser corretamente explicado.

Bom, você está dizendo que há superfaturamento. Onde? Que nível de superfaturamento? Onde está registrado isso? Foi estornado, não foi estornado? O DNIT ficou conivente com isso? Eu posso lhe garantir, Deputado, que o DNIT não é conivente com superfaturamento. E mais, sobre o afastamento da cúpula, já disse aqui neste evento hoje, neste plenário, foi uma coisa constrangedora demais, nos deixou extremamente perplexos, a todos, certo? Porque o esforço que se fazia para tocar, com pouca gente, a quantidade extraordinária de obras, e a responsabilidade que nós tínhamos é muito grande. E de uma hora para outra.

E, digo mais, estive até conversando com o Dr. Renato, meu advogado, e falei: na história do mundo, toda vez em que alguém foi condenado ou recebeu alguma pena, ele teve o direito a um contraditório, a uma defesa. Até na Inquisição, até na Santa Inquisição, havia um tribunal que dava direito – se era uma defesa esbulha ou não, isso eu não... Mas, aqui, simplesmente saiu a reportagem da revista: “Fora!”.

Então, isso realmente é uma coisa e vou lhe assegurar: nós não merecíamos isso, eu não merecia isso, nossos diretores e alguns funcionários que foram afastados e que são cantados – 18 funcionários do DNIT –, muitos deles eram funcionários que levavam papel de um lado para o outro, não tinham decisão nenhuma. Havia um rapaz que cuidava dos elevadores, foi cantado em prosa e verso: “Mandaram o fulano embora, mais uma demissão no DNIT.”, como se aquilo fosse transcendental.

Usaram isto, a execração da mídia, de uma maneira contundente contra nós, sabe? Meses a fio, sabe? E a cada demissãozinha de um funcionário que sequer tinha alguma coisa a ver com decisões, deu até pena de esse cidadão perder o emprego, entendeu? Quer dizer, de forma inadequada, sem chance de defesa também.

Eu não sei se eu esqueci alguma coisa, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo agora a palavra ao próximo inscrito, Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares... alô, som, o som está meio baixo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que aumentem o som do orador que está na bancada.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença aqui do Sr. Luiz Antônio Pagot e dizer que nós, da CPI, estávamos ansiosos por sua vinda aqui, assim como o senhor se dizia ansioso para estar presente também na nossa CPI.

Efetivamente, Sr. Pagot, todos nós aqui sabemos como deve ser terrível a pressão que o senhor deve ter tido não só ao sair do cargo, ou melhor, ao ser mandado embora do seu cargo, mas também a sua família, o seu nome, o senhor mesmo na rua. E a oportunidade que a CPI está tendo hoje e dando a V. S^a é a de que possamos esclarecer fatos, esclarecer tudo aquilo que ainda não foi esclarecido via mídia, porque, pelo menos até agora, tudo que foi falado e perguntado aqui pelos parlamentares que me antecederam, são fatos já conhecidos e, enfim, efetivamente, não temos novidade.

Então, a minha primeira colocação para V. S^a era no sentido, de mais uma vez, reforçar o que alguns aqui já falaram: que aqui nesta Casa, aqui nesta sala o senhor pode abrir o seu coração com tudo aquilo que tem ou que teria a dizer, sem nenhum problema. Até porque, por todos os fatos narrados aqui, pelo menos até agora, não há nenhum indício de que o senhor esteja envolvido em alguma irregularidade. Pelo contrário, V. S^a foi procurado, como relatado aqui por vários agentes, para talvez ser corrompido com algum ato, com alguma atitude.

Então, o primeiro ponto que eu coloco é que V. S^a, se ainda não nos contou alguma coisa que não foi perguntado, que o senhor possa abrir o seu coração conosco.

Mas, eu não vou fazer muitas perguntas, são apenas algumas. O senhor colocou aqui de início, quando foi questionado pelo Deputado Onix, se não me falha a memória, que só havia uma empresa que havia recebido um aditivo acima dos 25%, inclusive foram pouco mais de 70%.

Eu gostaria que, se fosse possível, se o senhor lembrasse, dizer qual é essa empresa e efetivamente a que contrato isso foi caracterizado.

O senhor pode responder.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Pois não. Essa obra é a BR-101, lá no Rio Grande do Sul. Ela vai de Porto Alegre até a divisa do Estado de Santa Catarina. É uma obra de duplicação do túnel do Morro Alto. É

uma obra... A empreiteira, a empresa que fez a obra – porque a obra já está pronta – foi a Queiroz Galvão.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Queiroz Galvão. Então, essa foi a única empresa que recebeu um aditivo acima dos 25%, que estabelece aí?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sim, senhor.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Ok. Só mais uma pergunta, porque não vou me alongar. Aí, o senhor pode ficar à vontade no meu tempo para poder falar o que lhe vier à mente, ficou uma dúvida aqui, dentre algumas perguntas que foram feitas: o senhor foi apresentado ao tesoureiro da campanha – por acaso também chamado até de Deputado aqui, confundindo com o meu nome, não é Deputado Vaz? – o tesoureiro Filippi.

O senhor pode nos dizer, caso se lembre também com clareza, quem foi que lhe apresentou ao tesoureiro Filippi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O comitê de campanha, a Secretária Suly – se não me engano, era esse o nome – me chamou ao telefone e disse que eu precisava conversar com o tesoureiro Filippi...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – De Filippi.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – E eu fiz um contato telefônico com ele, no telefone que ela me deu. E ele me disse que estava ocupado e que tinha algumas tarefas a executar e que oportunamente viria ao DNIT para tratar de assuntos comigo.

Marcou audiência e veio tratar do assunto comigo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Então, não houve nenhuma apresentação formal de ninguém até o Sr. Filippi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Formal, não. O senhor pode dizer que a apresentação da Suly que foi formal.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Só mais uma pergunta, e já encerro, Sr. Presidente, porque quero que os outros oradores tenham oportunidade de fazer as outras perguntas.

Eu sei que tem vários Deputados que vão fazer outras perguntas, mas o Sr. Paulo Souza, mais conhecido como Paulo Preto, ele também procurou o senhor para pedir, enfim, doações, recursos. Ele pediu, ele o procurou em nome de alguma empresa ou relacionando esse pedido a alguma obra específica?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ah, já terminou? Desculpe-me.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Já fiz a pergunta.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, o Paulo, o Paulo Souza, não é? Não, o nosso relacionamento sempre foi com relação à obra do rodanel trecho sul, certo? Discutimos os detalhes da obra, fomos ao TCU,

assinamos o convênio necessário para ser feita, ele apresentava seus relatórios mensais, relatórios avaliados pela Superintendência. Em momento nenhum me pediu absolutamente nada nem favorecimento para qualquer empresa.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – A notícia que correu na imprensa, então, dizendo que o senhor havia informado – o termo até da imprensa foi “acusado” – que o Sr. Paulo Preto lhe procurou para uma campanha de caixa dois, essa coisa toda, é mentira, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, isso é falso.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – É falso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É falso.

O que talvez tenha gerado esse comentário, esse comentário é o seguinte: ao repórter que fez essa reportagem – e isso eu já narrei aqui na CPMI – eu contei essa história do TAC, do rodanel sul, do aditivo de R\$260 milhões e que circulava na praça uma história de que esse dinheiro seria para as campanhas do Estado de São Paulo. E ao final desse comentário eu falei: mas quanto a isso é conversa de botequim, é conversa de bêbado. Isso alguém me falou no ouvido e não tem prova nenhuma.

Então, estou reiterando o que eu disse duas horas atrás.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Só uma última pergunta, Sr. Presidente.

Depois da saída do senhor do DNIT, o senhor foi procurado por alguém ou, enfim, por quem quer que seja para lhe pedir silêncio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não foi?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não fui procurado por ninguém, ninguém me pediu silêncio. Aliás, nenhum telefonema dizendo: “Obrigado pelo esforço ou qualquer coisa nesse sentido”. Nada. Não fui procurado por ninguém.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O senhor foi abandonado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Acabei de falar que passei a ser isolado, abandonado, um fantasma, um morto-vivo.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – O.k. Sr. Pagot, eu agradeço as suas respostas e eu só quero lhe pedir mais uma vez... Eu estava analisando aqui o cenário da nossa sala de comissão, no início, a nossa sala estava lotada, inclusive de jornalistas aqui atrás, com câmeras, repórteres, tudo mais, todos aguardando algo que fosse novo de informação para a nossa CPMI. Tudo o que o senhor falou, com muita seriedade e correção, todos nós já sabíamos. Eu acho que nos falta informação nova. E nós estamos aqui, como o

senhor mesmo pediu, para ouvi-lo e ouvir tudo o que senhor tiver a dizer.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

–Obrigado.

Eu agora passo, para falar como Líder, o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares da CPI. ...

O SR. – Qual será a sequência dos inscritos? Só para ...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Ao contrário do meu colega...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Chico Alencar, nós temos um acordo entre nós aqui de que, a um núcleo de inscritos, fala um líder. Estou abrindo, depois de todos os requerentes, o primeiro líder, por cinco minutos, que é o Deputado Chico Alencar; depois falarão três e um líder, três e um líder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual é a ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A ordem aqui é a seguinte: depois do Deputado Chico Alencar, falarão o Deputado Vanderlei Macris, o Senador Pedro Taques – Senador mais recentemente, Pedro Taques desde criança – e o Deputado Domingos Sávio.

Então, como líder, segundo, o Deputado Araújo. Eu vou devolver o tempo de V. Ex^a.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Obrigado, Presidente. Ao contrário do meu colega carioca, Deputado Filipe Pereira, eu entendo que se as colocações do Sr. Pagot não trouxeram nenhuma novidade fundamental, elas são relevantes para a CPI que investiga o esquema criminoso Cachoeira e sua sócia nas empreitadas, a Delta. E destaquei e percebi que o Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes, pelo que o Sr. Pagot nos traz aqui, é na verdade um departamento nacional de intermediação de recursos para campanhas eleitorais, nas mais variadas formas.

Eu não sabia que o ex-Senador Demóstenes, aliás em trânsito para o PMDB, para o Governo, pelo que o senhor disse aqui, na conversa particular, num jantar com empreiteiros, inclusive o Cavendish, aquele que amanhã, talvez, aqui, queira se vincular ao código de silêncio da máfia, da qual pelo visto faz parte, mas estava lá. E o que o Demóstenes fez da forma mais tosca em relação ao então Presidente do DNIT: “Devo favores à Delta, preciso de obras com o meu carimbo, estradas no Mato Grosso. Será que não dá para conseguir isso?” E o senhor repeliu, corretamente. Mas é uma prática usual e vergonhosa nessa República.

Segundo o processo, os famosos aditamentos e mesmo termos de ajuste de conduta. O senhor relatou esse processo num caso específico, do Rodoanel de São Paulo, que tem a hegemonia do PSDB há muito tempo. O senhor também não concordou com as ilações de que esses 260 milhões a mais tivessem como objetivo financiar campanhas, mas esta consideração não é estratosférica, não acho que seja uma conversa de bêbados; pode ser uma denúncia infundada, mas é lúcido se supor isso na vida política nacional.

E por fim – e aí me surgiu uma dúvida, e a sua explicação não me tranquilizou –, quando vai um tesoureiro de uma campanha, nosso colega o Deputado Filipe, na campanha da Presidente Dilma e sua coligação, ao DNIT – acho que não era o local adequado – e lhe pede a lista de 369 empresas que têm contratos em vigor com o DNIT e ver se pode dialogar com elas para que, generosamente, contribuam para a campanha. As grandes até não eram necessárias, já estavam contratadas. O senhor diz que fez contato com algumas e diz que teve êxito em torno de 30. Se a Senadora Ideli, que também disputava um mandato eletivo, vai lá e faz o mesmo pedido, o senhor diz que não, que isso não pode fazer. Ou não pode para a coligação e todos os outros, ou pode para todo mundo.

A meu juízo, isso não é adequado, isso não é função do DNIT. Então, é preciso, de uma vez por todas, colocar um risco, um muro, uma separação entre o interesse de financiamento de campanha e os interesses públicos, os órgãos da administração.

Acho que esta CPI tem que caminhar de novo para reforçar como é fundamental o financiamento público, exclusivo, austero das campanhas eleitorais. O senhor é testemunha, no DNIT, de que essas pressões, induções, pedidos, solicitações são recorrentes. Portanto, a fronteira inclusive com a corrupção – e não somente eleitoral – em que um órgão como a DNIT fica envolvido é muito tênue; isso tudo é muito grave. A gente precisa avançar nesse sentido, porque, senão... O senhor veja, o senhor ficou aqui falando, depois da fala inicial, houve um quê de horário eleitoral gratuito, muito laudatório, mas todo mundo tem feito isso aqui, mas depois o senhor ficou falando das tentativas de tráfico de influência junto ao DNIT o tempo todo; isso é deplorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bem, não tendo pergunta a fazer, passo ao próximo...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra com base no art. 14, pois fui citado pelo companheiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a foi citado...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Fui citado, no início da fala, e sendo contrariado, ainda por cima.

Eu só quero esclarecer dois pontos, Sr. Presidente.

Em nenhum momento eu disse que o nosso depoente de hoje, Sr. Luiz Antônio Pagot, estava faltando com a verdade ou desmerecendo a nossa Comissão. Pelo contrário, eu enalteci a vinda dele, inclusive o seu depoimento aqui. Eu só coloquei a possibilidade que ele teria de esclarecer mais pontos que ainda estão um pouco obscuros para esta CPI.

Se a medida do Deputado que me citou é de que as informações prestadas são novas é porque talvez não tenha tido acesso a toda a documentação, como nós, membros da CPI, já tivemos. Todos que estão aqui citaram coisas que já são públicas para todo mundo. Não foi dita nenhuma novidade.

Foi isso que eu quis expor com a minha fala, em nenhum momento desmerecendo a figura do nosso depoente, que inclusive acredito que deveríamos ter tratado com um pouco mais de respeito. Como suplente de Senador diplomado, deveria ser V. Ex^a, porque uma vez sendo nunca deixa de ser.

Era só para esclarecer isso, Sr. Presidente, e agradecer mais uma vez a presença do nosso depoente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O próximo orador inscrito é o ilustre Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria, como fez o Deputado Carlos Sampaio, constatar o descaminho desta CPI quando, em função das informações trazidas pelo Sr. Pagot – a quem agradeço muito a presença corajosa diante de tantos fatos obscuros que tivemos com a negativa de se falar –, na direção de que o descaminho se dá quando a proposta de se trazer aqui o Sr. Paulo Souza com as informações e dados que acabamos de ter do Sr. Luiz Antônio Pagot difere da ausência e da articulação pela não apresentação perante esta CPI do Sr. De Felipe em relação ao que foi dito até agora pelo nosso depoente.

É lamentável que esta CPI não tenha aprovado o requerimento que foi o viés da entrevista do Sr. Luiz Antônio Pagot a um dos periódicos do nosso País, quando cita claramente dois personagens: o Sr. Paulo de Souza e o Sr. José de Filippi, ficando aqui demonstrado que a necessidade da presença do Sr. José de Filippi era fundamental para esclarecer essa ação que se pretendeu, de utilização de um órgão público na arrecadação de campanha da Presidente Dilma. Isso ficou muito claro aqui. Então lamento, em primeiro lugar, essa questão.

Por outro lado, eu queria, agradecendo mais uma vez a presença do Sr. Pagot, que procura contribuir com as atividades da CPI, dizer que o DNIT não era de uma decisão única que se tomava em relação aos contratos. Era um órgão que tinha o seu órgão superior de administração, o órgão executivo, diretor geral, seis diretores. Eram decisões colegiadas e, portanto, com divisão de responsabilidades.

Entendo que qualquer ato que puder ser consubstanciado como ilegal ou de favorecimento perpassa por uma estrutura mais ampla do que simplesmente o senhor presidente ou o senhor diretor geral do DNIT, como é o Sr. Luiz Antônio Pagot.

Além disso, ao longo do tempo, nós tivemos um processo de dúvidas do Tribunal de Contas da União em relação a vários contratos da Delta que por lá passaram. E quando digo que a responsabilidade é consorte, que ela é mais ampla, poderíamos ter perfeitamente, não só de parte do senhor diretor, ou eventualmente poderia ter do senhor diretor, mas poderia necessariamente ter de outros órgãos, de outros responsáveis por essa estrutura o favorecimento a essa determinada empresa. De repente, Sr. Pagot, talvez o senhor não tivesse a responsabilidade, como nega neste momento, mas poderíamos ter não só nessa estrutura que o DNIT tinha, mas também nas suas representações regionais, a possibilidade de favorecimento dessa empresa.

Aqui eu tenho em mãos as várias decisões do Tribunal de Contas da União sobre vários contratos aqui: um com aumento de 45%, outro com aumento de 35%, o contrato nº 37, de 2007, com 50%, o contrato nº 3, de 2008, com 40%, o contrato nº 30, de 2007, com 38% de aumento e assim vai. Outro de 2006, contrato nº 3, de 2006, com 50% de aumento e tantos outros. Então uma das perguntas que eu faço ao Sr. Pagot é a seguinte: não poderia estar havendo, de parte da estrutura do próprio DNIT, esse nível de favorecimento não só na questão dos aditivos, mas também dessa fórmula que se colocou com as obras da Delta, nos valores com a mudança de escopo, como V. S^a disse no início da sua manifestação? Essa mudança de escopo, muitas vezes, com diferenciais em relação aos volumes e valores iniciais, como é o caso do PAC 1, como referência, quando lançado, com determinado valor; com o projeto feito, outro valor; algumas aprovadas como aumento de escopo, uma grande maioria delas. Na maioria das obras da Delta, portanto, é a minha pergunta, teve mudança de escopo? Eventualmente poderia ter tido, de parte de alguém dentro do DNIT, essa movimentação de favorecimento? Essa é a primeira pergunta, Sr. Luiz Antônio Pagot, que eu gostaria de fazer.

Outra questão é a seguinte: o Sr. Secretário Executivo tinha conhecimento de todas as decisões de aumento de escopo e também de aditivos feitos no âmbito da sua gestão como diretor do DNIT? Inclusive, o senhor, por acaso, teria repassado ao seu superior hierárquico, o Sr. Paulo Passos, então Secretário Executivo, ou ao próprio Ministro, essas solicitações de campanhas que foram feitas pelo Sr. de Filippi, pela Sr^a Ideli Salvatti ou também pelo então candidato a governador de Minas Gerais, Sr. Hélio Costa? O senhor chegou a passar isso para o seu superior hierárquico? É a outra pergunta.

Agora falo especialmente dessa questão que ficou clara como uma possibilidade de utilização do DNIT para arrecadação de campanha. O senhor disse o seguinte:

Fui procurado pelo tesoureiro da Presidente Dilma, da campanha da Presidente Dilma, me reuni com ele no DNIT, mostrei um rol de 369 empresas, as maiores. Diz ele: “Não precisa se preocupar, porque isso é da responsabilidade do comitê de campanha, se você puder, 30 ou 40 empresas, dentro do primeiro turno da campanha, seriam suficientes para que a gente pudesse ter uma arrecadação”.

Aí o senhor disse:

Acreditei que não era ilegal. Pedi, então, às empresas que se pudessem contribuir seria de bom tamanho. Algumas empresas até mostraram depois o boleto. É importante que se repita isso. Diversas empresas que pedi fizeram doações e eu fiquei sabendo depois que vi a prestação de contas da campanha da Presidente Dilma.

Então, Sr. Pagot, como é que era essa abordagem do senhor em relação a essas empresas que foram pedidas pelo comitê de campanha, onde o senhor imaginava estar sendo feito de forma legal, recebendo ordens do comitê de campanha de uma pessoa que, até o presente momento, nós não sabíamos, mas que, provavelmente, tinha muita força. E eu gostaria de saber quem é essa pessoa a que o senhor se refere, que é a Secretária Suly. Qual era o papel que ela desempenhava no comitê de campanha? Quem era essa Secretária Suly? O senhor conhece as relações dela? Quem é essa pessoa. O senhor se refere que foi a precursora desse movimento de aproximação do senhor com Sr. José de Filippi, que era na época, então, o arrecadador da campanha da Presidente Dilma.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as questões que eu queria deixar ao Sr. Pagot e dizer, Sr. Pagot, se o senhor se sente injustificado pela decisão que foi tomada em relação a sua demissão. Se essa injustiça

afetou a sua própria família, o seu dia a dia, de sua vida. Como o senhor mesmo diz, uma demissão em que absolutamente foi-lhe dado o direito de defesa. Eu queria saber qual é a sua opinião em relação a isso e de quem o senhor acha que foi e de que partiu inicialmente essa decisão de demiti-lo do DNIT da forma como foi feita. Foi da Presidente Dilma, foi do Ministro de então, foi do Secretário Executivo da sua Pasta, de quem teria sido o movimento inicial para sua demissão – porque, até então, o senhor não tinha conhecimento que era uma articulação da *holding* da criminalidade em nosso País deste caso e do Sr. Carlos Cachoeira, que era, na minha opinião, apenas uma pessoa que se prestava aos interesses da Delta, da grande Delta nesse processo todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu passo a palavra, então, ao Sr. Luiz Antonio Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A questão do Secretário Executivo, o Paulo Sérgio Passos, desde que eu entrei no DNIT, ele ocupou funções de Secretário Executivo e funções de Ministro.

Com relação aos aditivos, que eram assuntos internos inerentes ao DNIT, desde que nós tivéssemos orçamento para isso, ele não tem qualquer participação. Nem ele, nem Planejamento, nem... Nós tínhamos uma regra, desde que cumpríssemos a regra, e não ultrapassasse os 25%, a gente podia executar o que fosse necessário para o bom resultado das obras.

Com relação à mudança de escopo, isso você não pode fazer sem a aprovação do Ministério dos Transportes e sem a aprovação do Gepac. O caso específico no Ministério dos Transportes, quem durante todo o tempo coordenou essas ações junto ao DNIT foi ou Paulo Sérgio Passos, hoje Ministro, ou Miguel Masella, quando assumia a função de Secretário Executivo.

A primeira etapa, depois de solicitada uma mudança de escopo, passava – depois que tínhamos feito uma avaliação, tínhamos somado a obra que já estava prevista ser feita –, obviamente, tínhamos que apresentar ao Ministério dos Transportes, via Secretário Executivo e, muitas vezes, na reunião com o próprio Ministro. E, sempre antes de irmos a uma reunião do Gepac, que era aquela reunião mensal de avaliação de desempenho e de como estavam as obras, as necessidades das obras e os problemas das obras – uma grande parte dos problemas das obras também ocasionados por problemas de licenciamento socioambiental, com exigências verdadeiramente absurdas, de que, obviamente, o Secretário Executivo e o Ministro tinham conhecimento... E só então nós chegávamos ao Gepac.

Outra pergunta relacionada ao Secretário Executivo, se eu dei conhecimento a ele das solicitações de

recursos que eram feitas por essas pessoas: não dei conhecimento. Eu acredito que apenas em uma única ocasião me queixei com o Ministro Alfredo Nascimento, que foi o caso do Hélio Costa.

Com relação à questão de campanha, o senhor colocou uma frase que eu quero mudar a frase. O senhor colocou a frase dizendo assim: “o DNIT”. Não, não foi o DNIT, foi uma ação pessoal minha. O DNIT não tem nada a ver com arrecadação de campanha. Vou relatar de novo.

Ao ser procurado pelo Filippi, nós conversamos, ele me disse que tinha necessidade de arrecadação, eu apresentei – e aí, Deputado Chico Alencar, o senhor fez uma manifestação sobre isso – aquele rol de empresas que estavam executando obras. E ele até nem... Falou: “Ah, isso aqui é muita coisa, isso aqui não...”. E até nem se ateve à lista. “As empresas de maior porte, você não se preocupe que o comitê central já está tomando as providências. Escolhe aí umas trinta, quarenta empresas e faça sua solicitação.”

Foi uma coisa pessoal. Não conversei com os diretores do DNIT sobre isso, não estabeleci percentuais. Na conversa que eu tive com os donos das empresas ou que eu tive com procuradores, eu disse: “Veja lá o que vocês podem fazer”. E muitas das empresas que eu procurei inclusive nem doaram. Algumas doaram, inclusive constam da lista do Tribunal Superior Eleitoral e até constam de uma reportagem em que foram identificadas as empresas que fizeram doação.

O Senador Alvaro Dias me fez uma pergunta – e eu até não respondi a ele – sobre se eu sabia qual o montante que havia sido doado para a campanha. Eu acredito que entre R\$5,5 milhões e R\$6 milhões aí essas empresas, esse rol de empresas deve ter feito para a campanha. Faltou a resposta a tempo e a hora.

Outra pergunta: se as obras com mudança de escopo, se isso passou a representar favorecimento de outrem; ou seja, passou a representar favorecimento de algum diretor, ou aquele diretor teve alguma vantagem para trazer.

Na realidade, a mudança de escopo é, eu diria assim, uma ação da base aliada, é uma ação dos representantes regionais, das cidades, dos Estados, é uma ação de prefeitos, é uma ação de comunidades. Porque, ao saber da execução da obra, o Brasil, ao longo do tempo... Vou retificar a frase. Nós estamos muito e muito atrasados com as obras que têm que ser implementadas e implantadas no Brasil. Estamos muito atrasados. Essas obras mesmo do PAC 1 e 2 já deviam estar prontas há dez anos. Mas, infelizmente, a Nação brasileira sempre teve problemas de caixa para poder executar essas obras. E as comunidades, os Municípios, aquela microrregião, aquela região, quando

tem oportunidade – “bom, agora temos uma obra do PAC na região, uma obra rodoviária” – imediatamente fazem uma mobilização. Associações comerciais, federações das indústrias, prefeituras, os parlamentares federais e Assembleias Legislativas se mobilizam. E inúmeras vezes recebemos contingentes de 50 a 60 pessoas no DNIT reivindicando alterações de escopo de obra. E como a maioria dos projetos nasce nas superintendências ou são as superintendências que desenvolvem o trabalho de compilamento dos projetos, obviamente a comunidade começa a ver o movimento dos topógrafos, movimento dos engenheiros do DNIT, veículos circulando, empresas de consultoria de obras, empresas de gerenciamento de obra, e começam a “bom, está faltando aqui um viaduto”, “está faltando aqui uma trincheira”, “está faltando aqui uma via lateral”, “essa obra aqui não tá contemplando o balneário, que agora virou um grande balneário; tem três hotéis, tem *resort*”, “não podemos ficar sem...”, “essa rotatória não nos atende” ou “daqui a dez quilômetros você ter uma rotatória vai prejudicar o posto de gasolina, vai prejudicar o comércio local”... Então, as reivindicações são legítimas, são reivindicações legítimas.

De novo, mudança de escopo, aditivo, não tem nada a ver com superfaturamento, não tem nada a ver com a execução ruim da obra, a malversação da obra, a conduta inadequada do servidor público que está gerenciando aquela obra. Isso aí merece... E a grande maioria foi atingida pelos órgãos de controle, pela rede de controle e assim por diante, e pela própria auditoria interna do DNIT.

Mas essas reivindicações nascem, então, lá onde vai ser executada a obra. E muitas vezes nós lançamos a obra, muito dessas complementações não estavam previstas e aí entravam as reivindicações.

Então, isso foi analisado, foi sugerido isso ao Ministério dos Transportes e, posteriormente, ao Gepac.

Então, esta é a terceira vez que eu respondo esse assunto e eu quero te dizer que eu não acredito que os nossos diretores ou superintendentes tenham feito qualquer favorecimento a empresa ou qualquer favorecimento a qualquer político em função dessas obras.

Se eu deixei de responder alguma coisa, por favor...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – A Srª Sumi, que lhe ligou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Suli.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sumi, né?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Srª Suli...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Suli?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É, a Srª Suli, ela...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O senhor sabe todo o nome dela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não sei. Não sei.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Porque nós vamos apresentar um requerimento convidando ela para a CPI.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A Srª Suli era, vamos falar assim, a telefonista ou era... Ela trabalhava no comitê de campanha. Foi ela que me telefonou, telefonou para a Chefe de Gabinete. A Chefe me passou a ligação e disse “olha, o tesoureiro da campanha precisa falar com o senhor”. Posteriormente, eu falei com ele ao telefone e aí, depois, ele falou “eu vou marcar uma reunião para ir ao DNIT”. Aí um dia ele pediu uma audiência e veio lá no DNIT. Não teve nenhuma autoridade que “fulano de tal me chamou e me apresentou e...” Não, não teve, nenhuma autoridade.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. PT – CE) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, pelo tempo regimental.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Luiz Pagot, o senhor é conhecido como um homem que não é de mandar recado.

A minha pergunta, de forma objetiva: o senhor deu duas entrevistas falando sobre contribuição de campanha, e nesta reunião a montanha pariu um rato. O senhor não revelou absolutamente nada e, na entrevista que o senhor deu em vários meios de comunicação, o senhor fazia referência à contribuição, mandava recado. Eu assim entendi e parte da população brasileira. O senhor deu uma entrevista ao jornalista Camarotti, Gerson Camarotti, dizendo o seguinte: que o Deputado Valdemar Costa Neto era operador da Delta dentro do DNIT. De que maneira ele operava dentro da Delta e se outros Parlamentares também operavam dentro da Delta, dentro do DNIT, pela Delta? Essa é a primeira pergunta.

A pessoa é mandada embora de um cargo importante como esse que o senhor ocupava em razão de uma de três possibilidades: ou é corrupta ou é incompetente ou existe uma grande trama para ela ser mandado embora. Eu gostaria que o senhor respondesse por que o senhor foi mandado embora dessa maneira pela qual o senhor foi mandado embora.

Eu não vou discutir aqui mudança de escopo, não vou discutir aditivo, não vou discutir isso, porque o cidadão, notadamente o cidadão mais simples, ele quer saber se a obra saiu, por que saiu, quanto custou, e eu tenho aqui mais de noventa relatórios do Tribunal de Contas da União, todos numerados – se o senhor desejar, posso identificar um a um –, que dão

conta que existiram 82 superfaturamentos na medição; superfaturamento por qualidade inferior de execução. Portanto, nós não estamos a tratar aqui de uma fraude em licitação onde uma pessoa jurídica mergulha no preço para depois ter o aditamento, aditar o contrato. Não é isso? Aqui nós temos, para que o cidadão simples possa entender: a União comprou abacaxi e levou pepino. Foi isso o que ocorreu. O Tribunal de Contas da União identificou isto aqui: 82, irregularidades na celebração de contratos e aditivos, sobrepreço na licitação, sobrepreço em aditivos, 12. Outras irregularidades: licitação direcionada, 4. Eu tenho todos os contratos aqui relacionados, se o senhor desejar.

O senhor, como homem competente que é, já demonstrou, em razão de sua experiência – incompetente não é, ou não estaria no DNIT –, como a direção do DNIT não viu isso? Como o senhor não viu isso? Essa é outra pergunta.

Ainda em relação ao Deputado Valdemar Costa Neto, eu gostaria de saber se outros Parlamentares faziam do DNIT uma sala de reuniões para defender interesses da Delta. Que demandas faziam ao senhor ou à sua administração esses Parlamentares?

Sobre quais obras ou contratos o Deputado, ou outros Parlamentares, ou outros agentes políticos agiam em defesa da Delta?

O senhor recebia pressões e reclamações de outras fontes, além dos investigados por esta CPI – o Cláudio Abreu, diretor da Delta no Centro-Oeste?

Que tipo de pressão um homem como o senhor recebe e aceita?

O senhor é experiente, o senhor não é menino. O senhor deu uma entrevista dessas em vários meios de comunicação. O senhor não veio aqui para mandar recado. O senhor não é disso. Eu conheço a sua história. O povo de Mato Grosso, particularmente, conhece a sua história. O senhor não é homem de aceitar pressão. Daquela entrevista que o senhor deu a esses vários órgãos de imprensa, até hoje, alguma coisa mudou? Eu gostaria de saber o que mudou.

O senhor sabia dessas irregularidades que o Tribunal de Contas constatou? Se sabia, por que não tomou providências?

A respeito desse cidadão, desse Deputado que foi visitar o senhor, ele o visitou dentro do DNIT? Se o senhor fosse um barnabé, ou um josé da silva que cuidasse do almoxarifado do DNIT, esse cidadão o procuraria para ligar para empresários para doação de campanha, ou o senhor foi procurado porque era diretor do DNIT?

Eu gostaria de saber se essas empresas que o senhor ligou, se essas pessoas jurídicas tinham contrato com o DNIT, se tinham empenhos a serem liquidados

e pagos, se eles fizeram essa doação em razão dos empenhos não liquidados ou pendentes de pagamento.

Eu gostaria que o senhor relacionasse as pessoas que defendiam o interesse da Delta dentro do DNIT, se o senhor é capaz de fazê-lo.

Na sua experiência, uma empresa como a Delta, que recebeu, de 2007 a 2012, quase R\$3 bilhões, tendo como fonte pagadora uma das maiores prestadoras de serviços do DNIT, que era a Delta – quase R\$3 bilhões... Levantamentos da CPI revelam que ela depositou em contas de pessoas jurídicas fantasmas, que não existem, de prateleira, quase R\$700 milhões. O senhor sabe, por acaso, como funciona um esquema como esse?

Eu gostaria também que o senhor respondesse se o senhor conhece o próximo depoente desta tarde, o Sr. Adir Assad. As empresas ligadas a ele receberam quase um quarto de bilhão de reais, quase R\$250 milhões por prestarem serviço à Delta. O senhor já ouviu falar se ele recebeu, por que e de que maneira recebeu?

Outra indagação: o senhor já ouviu falar de um esquema chamado venda de contrato futuro de empreitadas assinadas pelo DNIT? Vendas de contrato futuro.

O senhor conhece um cidadão chamado Alfredo Soubihe Neto – não sei se a pronúncia correta é esta? Se o senhor o conhece, em que circunstâncias o senhor o conheceu?

São essas as perguntas de forma objetiva. Eu gostaria que fossem respondidas de forma objetiva.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não sei, Senador Pedro Taques, se eu consegui pegar todas, mas eu vou respondendo e, à medida que eu deixar de responder, por favor, o senhor me reinquirar, está o.k.?

Primeiro, a questão do Alfredo Neto. O Alfredo Neto foi nomeado superintendente do DNIT em Goiás. Ele trabalhou conosco no período de 2008, final de 2008, início de 2009, 2010 até eu ser exonerado do DNIT. Ele era o superintendente do DNIT em Goiás.

Segundo, este assunto, venda de contrato futuro, eu não conheço, nunca ouvi falar.

Terceiro, se eu conheço o Sr. Assad. Não conheço e nunca tinha ouvido falar. Sei que ele está convocado para a CPMI, mas nunca ouvi falar.

Se eu tinha conhecimento do esquema Delta-Cachoeira com a transferência de recursos da Delta para empresas fantasmas, também não tinha conhecimento. Tomei conhecimento no sistema jornalístico.

Com relação a pessoas que defendiam os interesses da Delta, obviamente, número um, os funcionários da Delta, que se apresentavam nas audiências: Cláudio Abreu, Xavier, Aluizio. Esses eram os funcionários que

mais compareciam, e o próprio Fernando Cavendish, quando tinha alguma audiência que ele vinha.

Com relação a parlamentares, no caso específico do Mato Grosso, o Deputado Federal Wellington Fagundes era um Deputado zeloso por todas as obras do Mato Grosso, mas era bem zeloso também por todas as obras da Delta, certo? E ele... eu não diria que ele faria pressão. Aliás, sempre tem subterfúgios para você usar no relacionamento, né? Você está sempre com interesse maior, o interesse estadual, o interesse da obra regional. Então, repetidamente, especialmente no caso da Serra de São Vicente, repetidamente, eu era procurado para que desse solução, para que resolvesse, para que fizesse a obra ficar pronta. E, obviamente, os procedimentos que nós estávamos tomando com a determinação da quebra do pavimento que foi executado irregularmente, essas questões todas, elas, obviamente, prejudicavam a conclusão da obra. Então, de uma maneira mais intensa, mais intensiva, sempre eu era procurado.

Especificamente pelo Deputado Valdemar da Costa Neto, o Deputado já tinha uma abrangência maior. Obras, como por exemplo, lá em São Paulo, a obra da travessia urbana de Ubatuba, tinha especial interesse; a própria obra do Rodoanel, esse aditivo de R\$260 milhões, ele por duas vezes veio reclamar comigo, por que eu não assinava o aditivo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

Na entrevista, eu tenho a entrevista aqui, o senhor diz que ele era operador da Delta. Que operador da Delta? Eu tenho a entrevista; se precisar, nós podemos passar a entrevista aqui agora.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, eu sei. Eu sei a entrevista que eu dei para o Camarotti, certo?

Que tipo de operador que ele era?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Operador. Eu quero saber o que um operador faz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Por exemplo, eu acabei de dar o exemplo dessa obra de Ubatuba, da travessia urbana; acabei de dar o exemplo da obra do Rodoanel. Talvez a palavra tenha sido um pouco forte, talvez, mas foi a expressão que eu encontrei na oportunidade da entrevista para mostrar que ele intensificava com veemência as suas palavras, principalmente quando ele queria, tinha alguma obra de interesse da Delta.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, desculpe, eu não entendi. Operador aqui... Esse é papel de um Deputado, de um Parlamentar ser operador de uma empresa junto a uma autarquia? Operador? O que significa esse operador?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Com certeza não. Com certeza não é papel nem de um Deputado nem de um Senador ou de todo e qualquer parlamentar.

Mas, por ocasião das visitas que ele fazia especificamente com relação a algumas obras, ele intensificava com veemência que ele queria ver aquilo resolvido, que ele queria que aquela obra se acelerasse, que fosse lançado imediatamente a licitação, que se fizesse a contratação, enfim.

Mas tem outros assuntos...

Eu gostaria que o senhor reforçasse outros assuntos fora esse.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, vamos voltar aqui. Que demandas fazia o senhor... com a sua administração o senhor já disse, o Rodoanel de Ubatuba. Quais obras e contratos ele agia em defesa da Delta, o senhor já fez referência.

O senhor recebia pressões e reclamações de outras fontes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Do dia da entrevista na *Veja*, *IstoÉ*, dessa entrevista a *O Camarote* até hoje, o senhor foi procurado por alguém do Governo para o senhor mudar o seu depoimento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não foi procurado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Que providência o senhor tomou com relação a essas pressões que o senhor recebeu desse Deputado e de outros Deputados?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, eu tinha confiança, Senador, na tarefa que eu desempenhava. Eu tinha confiança nos meus pares. Sabia exatamente as normas e os procedimentos. E procurava cumprir as normas e procedimentos religiosamente.

Identificada uma irregularidade, nós nunca passamos a mão em quem deu causa.

Como Diretor-Geral e também como membro da diretoria colegiada, os assuntos de superfaturamento e irregularidades, esses assuntos inerentes à malversação de obras e serviços no DNIT sempre eram trazidos para discussão.

Temos algumas instruções normativas novas para fazer, precisamos regulamentar ou implementar, precisamos fazer mais alguma ação junto à CGU ou TCU, precisamos aperfeiçoar o modelo de gestão? Quer dizer, o que nos cabia na direção geral, o que nos cabia na diretoria colegiada... Eu quero até dizer o seguinte: se eu não cumpri a tempo e a hora o meu

papel de gestor, eu quero ser apenado, para acabar com essa situação, para acabar com essa discussão.

Agora, eu tenho certeza, eu tenho convicção de que nós fomos atrás da melhor gestão possível. É mais: quando nós detectamos uma série de atos e fatos que desabonavam a nossa administração, nós colocamos o Corregedor-Geral com instruções normativas específicas, andando pelo Brasil todo, pelas superintendências, convocando engenheiros, convocando engenheiros de obra, convocando superintendentes, explicando metodologias e, principalmente, demonstrando o que tinha que ser feito para acertar, para não errar.

Cheguei, em 2009, a fazer uma reunião no auditório do Ministério dos Transportes para a qual convoquei todos os superintendentes e chefes de engenharia, coordenadores e diretores. Essa reunião foi gravada. Nessa reunião, nós apontamos os problemas que o DNIT estava tendo com relação a medições inadequadas, a superfaturamento, à corrupção, todos os problemas. E também explicamos quais seriam os procedimentos dali para frente.

Esse vídeo foi passado em todas as superintendências, com as equipes de engenharia, para que não restasse dúvida do que nós precisávamos, em termos de instruções, em termos de se cumprir o que estava sendo executado. E tudo isso sempre informando aos órgãos de controle.

Um detalhe: não é... Nós temos uma série de processos que nós respondemos ao TCU. Eu particularmente tenho um rol de processos que eu respondo ao TCU. Desse rol de processos, 16 já foram extintos, certo? Mas há um número de mais de 80 processos que estão ainda em fase de julgamento.

Condenado eu não fui a nenhum processo. Em mais de 60 desses 80 processos, eu só respondo porque eu era gestor do DNIT.

Existe uma norma específica no TCU, essa norma específica faz com que exista uma cadeia de responsabilidade, desde o engenheiro da obra, passando pelo engenheiro-chefe, passando pelo gerenciamento do projeto, pelo gerenciamento do acompanhamento de obra, da coordenação, da superintendência, da diretoria, certo? E lá no topo da cadeia está o gestor. Então, em mais de 60 processos que eu estou citado, eu estou citado por ser diretor do DNIT. Em todos, vou ter que apresentar minha defesa. Em todos. Certo?

E volto a frisar o detalhe: se eu tomar conhecimento, se ao saber do fato a tempo e a hora eu não tomei providência, aí eu quero ser apenado. Certo?

Agora, o DNIT é imenso, quantidade extraordinária de obras em execução, uma quantidade muito pequena de engenheiros para tocar o DNIT, principalmente engenheiro de fiscalização. Nós nos socorri-

mos nas gerências de fiscalização, que normalmente são terceirizadas. E tudo isso ao longo do tempo, ao longo dessa execução gigantesca.

Se o senhor olhar... Não estou dizendo... Qualquer centavo desperdiçado é dinheiro desperdiçado; qualquer evasão do Erário é obviamente deve ter sua apuração e sua responsabilidade. Mas, se o senhor analisar dos R\$26,7 bilhões de obras pagas o quanto nós temos de irregularidade em termos de número, em termos numéricos, é muito pequeno perto desse valor executado.

Quero voltar a salientar: qualquer valor deve ser apurado e investigado. Mas, no montante de pagamentos de R\$26,7 bilhões que nós pagamos, quer dizer, o valor que consta como desvio, como superfaturamento é bastante pequeno em relação ao montante de obras que nós executamos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Presidente, pela ordem. Eu fiz as minhas perguntas no tempo apurado de dez minutos, mas penso que o Sr. Pagot tenha se esquecido de responder quatro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a faça as quatro de forma objetiva, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – De forma objetiva, como eu fiz.

Dentre esses contratos cuja irregularidade o Tribunal de Contas analisou, 98 foram da Delta. Por que essa coincidência em relação à Delta?

A outra pergunta, de forma objetiva: por que ele foi mandado embora? Em um dos três caminhos que eu aqui trouxe.

A terceira pergunta: se ele fosse o barnabé, o José da Silva, o comandante do almoxarifado do DNIT, se ele teria sido procurado pelo tesoureiro da campanha. Essa é a pergunta.

E se as empresas que ele citou, as empreiteiras tinham empenhos efetuados sem pagamento ou liquidados em relação à autarquia.

Essas são as quatro perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. S^a.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, respondendo a questão do barnabé. Com certeza, o José de Filippi não teria procurado o barnabé. Só procurou o Pagot porque era o Diretor-Geral do DNIT.

Segundo, se as empresas procuradas tinham empenho do pagamento: com certeza tinham empenho de pagamentos.

Mas quero salientar que nada foi vinculado. Nada foi vinculado. Pode ser investigado, pode ser chamado o nome dos donos das empresas, os procuradores. Absolutamente nada foi vinculado. Eu pedi porque acre-

ditava que poderia pedir, que poderia contribuir para a continuidade do Governo. Eu pedi porque achei que não estaria cometendo nenhuma ilegalidade, nenhuma ilegalidade e, no caso específico, não foi estabelecido nem um percentual, tanto que, se você pegar – desculpe –, se o senhor pegar na lista do TSE uma análise, pega a empresa... Por exemplo, uma empresa que está citada lá, Ferreira Guedes. Olha o montante de obras que ela tem e olha o montante que ela doou. Você vai verificar que não tem nenhuma correlação com relação... nenhuma correlação com porcentagem. E pode pegar de todas as outras. Cada um fez a doação que achou que era conveniente e que era necessário.

Com relação aos 98 contratos da Delta apontados com problemas, a Delta, principalmente na questão de obras de manutenção rodoviária, é a maior empresa – desculpe – é a empresa que detém o maior número de contratos no DNIT de manutenção rodoviária, não de implantação, nem de duplicação, enfim, nem de construção de rodovias. Mas, especificamente sobre a área de contratos de manutenção rodoviária, ela é a empresa que detém o maior número de contratos. Em um determinado momento, houve algumas novas orientações da CGU e do TCU a respeito de manutenção rodoviária que atingiram praticamente todos os contratos do DNIT, e tivemos que fazer um pente-fino.

Não quer dizer, Senador, porque está indiciado em irregularidade, que já é culpado daquilo. Ao longo do processo, o que a gente nota? Muitas vezes a defesa que é feita extingue aquele feito; outras vezes, não. Não extingue o feito, e a empresa, obviamente, não pode executar o contrato com aquele valor que estava executando. Então, tem uma certa complexidade principalmente para o tamanho das obras que se executam em todo Brasil.

O ideal é que esse sistema, Senador, não prevaleça. Esse sistema de execução de obras, o ideal é que ele não prevaleça. É que busquemos um novo modelo principalmente nas concessões rodoviárias, estabelecendo um valor, um determinado parâmetro por quilômetro executado que seja... e que toda essa equipe do DNIT que hoje faz projetos, que elabora todos os contratos se destine basicamente para a fiscalização do que está sendo executado. Com certeza, vamos ter obras de melhor qualidade, por menor preço e com uma fiscalização muito melhor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Faltou uma. Faltou a resposta um.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ah, desculpe.

Primeiro, não sou corrupto. Segundo, não sou incompetente. Não sou nem corrupto nem incompetente. Posso não conseguir fazer todas as tarefas que me confiam. Posso ter minhas limitações. Mas, com

certeza, no rol dos incompetentes, não estou. Terceiro, se eu sei por que fui mandado embora, é isso?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Até hoje estou me perguntando. Até hoje estou me perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., o senhor já respondeu.

Com a palavra, para usar os seus dez minutos, o Deputado Federal por Minas Gerais Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Paulo Teixeira, Sr. Luiz Pagot, quero inicialmente dizer que todos aguardamos, sim, a sua vinda, sempre na expectativa de colhermos, de fato, mais informações que nos levassem ao objetivo desta CPI, que é contribuir para melhorar o nosso País. Acho que V. S^a tem aqui essa oportunidade não apenas de se defender de dúvidas que tenham ficado quanto a vossa pessoa, embora aqui esteja como testemunha e não como investigado. É claro que, ao ser demitido e ser demitido e a imprensa nacional toda... V. S^a já destacou aqui várias vezes e a gente compreende essa posição de dizer que viveu momentos talvez os piores de sua vida, momentos de amargura, de angústia; sentiu-se abandonado, injustiçado, por não ter tido oportunidade de se defender. Então, além de se defender, V. S^a tem...

(Soa a campanha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço.

Realmente acho que, talvez pelo cansaço de alguns colegas, às vezes não percebem que precisamos ainda aproveitar a presença do Sr. Luiz Pagot, até para que a gente possa insistir nesta oportunidade de ajudar a melhorar o nosso País. O senhor, que dirigiu um dos maiores orçamentos da União, ouviu aqui diversas colocações que vão desde a manifestação do Deputado Alvaro dias, que traz aqui um problema extremamente grave, e depois foi lembrado aqui pelo Senador Pedro Taques questões que envolvem conluio de empreiteiras, sorteios ou vendas de contratos de futuro. O Senador Alvaro Dias falou no passado, citou os locais em que as grandes empresas deste País se reúnem regados a uísque 16 anos, para fazer o sorteio de quem vai ficar com a obra a b c e d, e se revezam, cobrindo umas às outras. Eu diria que, nessa linha de raciocínio, poderíamos dizer que fazem isso, e não fizeram. Portanto, não estou associando ao senhor, não. É preciso que haja uma reflexão sobre como o País anda, como as coisas estão no Brasil.

A Lei 8.666, que, em princípio, estabelece a premissa de uma concorrência transparente acaba virando um instrumento de conluio, conchavos. E, obviamente, o resultado que se tem disso é licitação de carta mar-

cada com superfaturamento, num primeiro momento; e, num segundo momento, o Senador Pedro Taques lembrou aqui, as dezenas de contratos denunciados pelo TCU como contratos em que se depara com ilícitos, a medição fraudulenta. São duas maneiras de roubar o dinheiro do povo: superfaturamento e medição fraudulenta. Depois, vem o dinheiro da campanha. Depois vem o dinheiro do caixa 2; depois vem o dinheiro dos laranjas. Ou alguém tem a ilusão de que estamos num país em que as empreiteiras são grandes idealistas. É claro que o senhor sabe que, ao procurar as diversas empresas, o senhor não estava fazendo ali uma peregrinação ideológica. Salta aos olhos! É revoltante! Pior do que revoltante, é repugnante. Um País mergulhado na corrupção.

Então, é uma oportunidade que o senhor tem para nos ajudar a achar uma luz para que a gente possa, a partir desta CPMI, além de buscar punir culpados, buscar estabelecer uma legislação decente e mecanismos de controle decentes. Não só a legislação. Você muda quantas vezes for o processo licitatório. Mas, se não houver mecanismos de controle decentes, você vai ter superfaturamento, medição fraudulenta.

Quero fazer uma pergunta objetiva ao senhor, porque eu quero, com esse meu preâmbulo, deixar claro que não estou aqui para inquiri-lo numa condição acusatória, não. Sinto que estamos em um contexto ruim e precisa ser melhorado. Aliás, não tenho dúvida de que o senhor pode perfeitamente ter sido, sim, uma vítima. Vamos tirar aquela história do boi de piranha. Tem até a música, o cancionário brasileiro, o sertanejo, que eu gosto tanto. Cita isso. Joga alguém ali e distrai, e passa o resto. Então, na verdade, nós já vivemos outros episódios aqui, em que cai alguém, mas continuam as coisas erradas.

Eu quero saber do senhor o seguinte: o senhor fez aqui uma defesa clara desde o início... Aliás, eu assisti ao depoimento do senhor quando nós o recebemos na Câmara no ano passado. O senhor está tranquilo, seguro, fazendo a defesa do seu comportamento como diretor do DNIT. Aliás, o senhor falou alguma coisa no início que quero só recapitular. O senhor lembrou que o conselho de administração do DNIT é o órgão superior. Certo? O senhor disse que é ele inclusive que exerce a administração superior do DNIT e, com isso, estabelece os parâmetros de trabalho e de investimentos no DNIT. Não é verdade? A concordância do senhor é fundamental para este raciocínio. Esse conselho administrativo do DNIT caiu junto com o senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, não caiu. Não mudou nada, praticamente nada. Inclusive, o presidente é o mesmo.

Eu não estou aqui fazendo acusações contra ele. Mas é uma indagação que o País tem que fazer, porque se passou para o Brasil inteiro que ali se fez uma faxina. E aí, com todo o respeito ao senhor, mas a angústia do senhor é porque, quando se fala em faxina, é limpar alguma coisa: o senhor é que estava sujando o DNIT, com uma história de tantos anos, e vem aqui de maneira altiva fazer o seu depoimento e contribuir. E a mudança que tinha que se fazer? Que mudança é essa?

Então, são essas as reflexões necessárias.

O senhor, com a experiência que tem – e aí ape-lo até para a figura do homem técnico, o engenheiro que conhece obras –, o senhor sente – e não estou fazendo uma referência ao DNIT, vale para Município, Estado, União, indiferente de partido – que os processos licitatórios, os processos de contratação no Brasil que envolvem o dinheiro do povo brasileiro, orçamento do povo brasileiro, estão a requerer uma revisão nos seus mecanismos? De maneira objetiva, o senhor sente que isso precisa mudar? É uma pergunta objetiva, para o senhor me responder com meia dúzia de palavra. Precisa mudar ou, do jeito que está, está bom? Essa pergunta eu gostaria que o senhor guardasse para me responder.

Outra questão: para mim, em que pese eu continuar tendo pelo senhor um respeito muito grande, eu acho que o senhor traduz um pouco esse descaminho que o Brasil vive na relação entre o público e o privado, essa relação nojenta; e o senhor, no meu entendimento, acabou indo para o lugar comum de alguns gestores públicos que entendem que a estrutura pública pode servir a a ou b. Digo isso porque o senhor, ao dizer que não atendeu Ideli, Hélio Costa – possivelmente deve ter havido outros –, mas que atendeu o Filippi, que o senhor não só o atendeu como apresentou uma lista de empresas e o senhor, depois, buscou contatar com esses empresários e teve êxito, a ponto de alguns lhe mostrarem que depositou para a campanha... E o senhor fez a justificativa, dizendo: “Olha, eu acreditei que não estava cometendo”. Eu não vou questionar, respeito o seu direito de fazer suas escolhas, mas isso retrata o Brasil que estamos vivendo.

É claro que isso não é justo, não é correto. Um órgão que gera bilhões de dinheiro ao País, com quem está no comando... E o senhor respondeu ao Senador Pedro Taques que, se fosse um reles funcionário que cuidasse do elevador ou qualquer outra coisa, jamais seria procurado. O senhor foi procurado, não foi o Luiz Pagot, foi o Presidente do DNIT, o gestor de um dos maiores orçamentos da União. É claro que o senhor não condicionou, e eu não coloco em dúvida isso aqui, de que não pagaria os empenhos se não contribuísse;

mas, no mínimo, esse fornecedor viveu essa apreensão para refletir se doaria ou não doaria e quanto doaria, porque, afinal de contas, ele estava diante de uma solicitação que não estava sendo feita por um barnabé qualquer. Estava sendo feita pelo, talvez, maior devedor da empresa dele. Então, esse tipo de coisa não pode continuar no Brasil. Isso tem que ser revisto.

Seguramente o senhor não iria fazê-lo para, na ocasião, os candidatos ou os coordenadores financeiros da campanha do José Serra, da Marina Silva e dos demais candidatos, que ali disputavam legitimamente também espaços para dirigir a República.

Então, essas são as questões.

Eu creio que outros Deputados podem ter ido lá. O senhor citou inclusive um Senador do meu Estado que não havia sido mencionado aqui, e que acho que precisa ser ouvido, como a Ideli, assim como entendendo que devemos chamar o de Filippi novamente, para colocar as coisas em pratos limpos; como vamos ouvir o Paulo.

Bom, outros Estados, algum Deputado do Mato Grosso do Sul de forma insistente o procurou? Para que nós tivéssemos também uma posição do senhor. Claro que eu não teria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É, do Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria, por fim, de perguntar ao senhor o seguinte: a Delta Engenharia... Até então o senhor não tinha ideia das empresas fantasmas, das laranjas. Possivelmente a Delta apresentou, dentro do seu conjunto de prestação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos, conclua, por favor.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Estou concluindo, Presidente.

... ao DNIT. Porque ela depositou, nós já chegamos a mais de 400 milhões, Dr. Luiz Pagot, mais de 400 milhões na conta de empresas fantasmas. A Delta maior prestadora de serviços do PAC.

Então, essa empresa que se envolveu com o crime dessa forma não foi investigada pela Polícia Federal, não foi pelo Ministério Público, e o DNIT não tinha conhecimento disso.

Então, nós, e aí eu me dirijo ao Relator, não podemos nos omitir. Nós temos que aprofundar a investigação nessas empresas laranjas. Nós precisamos buscar as respostas de que o povo precisa.

Então, deixo apenas essas perguntas. O processo licitatório no Brasil deve, de fato, se modificar? O senhor recebeu pressão de outros Deputados, Senadores, de quem quer que seja – não me importa

o partido? Quem está envolvido deve responder por seus atos irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)
– Muito obrigado.

Com a palavra V. S^a, o Sr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, vou lhe confessar – e obviamente ao Plenário – que depois que fiz, que depois que cometi o ato de procurar as empresas fiquei extremamente aborrecido comigo mesmo. No momento me comprometi. Procurei as empresas, as empresas fizeram a sua doação da maneira que quiseram fazer, mas percebi o tamanho da bobagem que estava fazendo. Certo? Embora queira reforçar que acredito que não cometi nenhuma ilegalidade, se o senhor olhar pelo aspecto da ética, não foi ético. Certo?

Com relação à questão dos processos licitatórios, acredito também que nós podemos ter um ganho para o Brasil se alterarmos completamente a contratação de obras de infraestrutura em todo o Brasil, seja rodoviária, ferroviária, aquaviária, seja um aeroporto. Quer dizer, nós temos de buscar esse novo modelo. Não é mais possível continuarmos trabalhando com esse sistema referencial de preços unitários que geram uma burocracia extraordinária, com muitas pessoas trabalhando com planilhas, com medições, com verificação disso. Quer dizer, atrasam a execução de obras, não contribuem para a melhor qualidade das obras. Isso precisa ser revisto definitivamente. O modelo de concessões me parece extraordinário para isso se estabelecer parâmetros em cima dos parâmetros. Toda essa equipe que hoje fica fazendo essa gestão das planilhas pode se concentrar já na fiscalização dos quilômetros executados, das obras executadas dentro do parâmetro contratado. A consequência é que nós, imediatamente, teríamos um resultado melhor com um custo menor, com uma melhor eficiência fazendo com que praticamente uma grande parte de todo esse relatório de irregularidades desaparecesse. Então, esse item é importante para ser repensado. Conversando, muitas vezes, com diretores de federações, conversando com diretores de associações, conversando até com membros da Comissão de Infraestrutura do Senado, com a Comissão de Transporte da Câmara, por várias vezes, sugeri que fosse feito um grande evento para se esmiuçar isso, para se formular uma nova política pública com relação a contratações de obras no Brasil.

Medições fraudulentas. Nesses relatórios... Existem vários relatórios que tratam desse assunto de medições fraudulentas. Sempre que se chegou ao final de um procedimento e o procedimento não estava correto, os famosos PADs foram abertos no DNIT. Uma vez concluídos foram encaminhados para a CGU, que abriu

seus inquéritos, seus processos, que os encaminhou para o Ministério Público e assim por diante.

A questão do superfaturamento eu reforço, não é da boa engenharia, Deputado Macris. “Ah, mas aconteceu.” Em nem todos os processos que estão indicados superfaturamento... Eu quero de novo dizer, eu não estou dizendo que não tenha nenhum processo nem vou quantificar a quantidade de processos em que há superfaturamento, mas muitos processos desses, que estão com indícios de irregularidades e estão mencionados como superfaturamento, eu quero lhe assegurar que, depois da defesa, isso some, desaparece, os engenheiros provam que não tem superfaturamento naquela obra. Isso significa que os auditores do TCU não são infalíveis, são bons auditores, mas também não sabem tudo, sabem parcialmente e, muitas vezes, é preciso avaliar corretamente a obra, a região que está sendo feita a obra.

Quando eu faço a defesa, eu faço a defesa genérica do DNIT, a defesa das instruções normativas, das normas que preconizamos, do tempo todo que passamos a coibir, a dar instrumentos para que as pessoas não cedessem, não cometessem um malfeito, andassem na boa conduta. Esse foi sempre o nosso norte. Esse foi sempre o nosso objetivo. Por isso que eu disse, toda a vez que alguém deu causa, nós não passamos a mão, independente de quem fosse. Muitas vezes até me surpreendi com algumas pessoas que foram envolvidas nesse processo, porque eu os tinha como bons funcionários, como bons gestores e, de uma hora para a outra, caíram na esparrela e foram alcançados pela rede de controle, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Isso para todo o DNIT causa um dissabor muito grande, até porque nós temos no DNIT funcionários abnegados, que não se sujeitam de maneira nenhuma a essas regras escusas e que querem, sim, o melhor da Nação brasileira.

O conluio, que o senhor citou logo no começo, que permite a 8.666, eu diria que a Lei em si não permite o conluio, a Lei é até bastante rigorosa, mas o que fizemos para tentar que esse conluio não existisse? Primeiro, debatemos a situação com o órgão de controle maior, o próprio Tribunal de Contas. Eu talvez esteja sendo repetitivo ao dizer que nós implementamos o edital padrão, esse edital padrão já traz nele a metodologia para se evitar isso. Segundo, começamos a discutir o que poderíamos fazer com relação às obras. Reduzimos os lotes, o tamanho dos lotes a serem licitados, para permitir que mais empresas entrassem, certo?, e mesmo que empresas não associadas a determinadas associações e sindicatos participassem do processo. E mais, permitimos que

nesses lotes houve ainda o consórcio, de maneira que pequenas empresas associadas, médias e pequenas, pequenas e grandes pudessem participar do processo licitatório, abrir o leque das empresas e fazer com que se pudesse fugir desse controle, digamos assim, dessas que se reúnem para dividir.

O TCU agiu energicamente na questão da pontuação dada a cada atestado que as empresas pudessem apresentar, exigiu a substituição de metodologias. Não, para você fazer uma obra de cem quilômetros tem que ter um atestado de mil quilômetros, praticamente isso foi reduzido. Se você já fez uma obra de cem quilômetros, você pode ter um atestado.

Agora, nós sugerimos, e não foi para a frente, o cadastro das empresas, o mesmo modelo que hoje é praticado na Caixa Econômica Federal. As empresas gericadas, você só pode fazer obras na Caixa Econômica Federal se você está no Geric, está registrado, está cadastrado, teu cadastro está aprovado. E aí você tem um tamanho como a pessoa jurídica tem e a pessoa física. O senhor vai pegar um empréstimo não vão lhe dar qualquer dinheiro. Bom, qual é o seu capital? Qual é o seu salário? Qual é o seu rendimento? Em cima disso, pode ser feito um empréstimo.

A mesma coisa para as empresas. Hoje, se o senhor é de dentro do DNIT, existem empresas que estão executando obras, por exemplo diversas obras, que não têm cadastro para fazer aquelas diversas obras, mas têm atestado, certo? E isso faz com que haja uma morosidade, uma lentidão, e as obras não avancem. Então, há o cadastro das empresas para a execução de obras públicas, certo?

E eu vejo o seguinte, aí tem aquele velho ditado: há males que vêm para bem, certo? Embora o mal que me acometeu, né?, o mal que me prejudicou, né?, isso eu que sinto. Mas há males que vêm para bem. O próprio RDC, que está na praça aí, é uma dessas elucubrações pós-defenestração do DNIT. Por que não foi feito antes, se tinha tantas sugestões para que se fizesse? Mas agora tem o RDC na praça.

Eu penso que está em tempo ainda – os senhores têm todo um semestre para discutir isso – de se chamar a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Transporte, e fazer talvez até uma comissão mista, para se discutir exatamente isto: a contratação de obras públicas. E tenho certeza de que as próprias federações, os próprios sindicatos, as próprias associações estão doidas para apresentar sugestões que representem que menos burocracia, pode representar até mais fiscalização, mas que represente uma execução mais tranquila das obras, mais tranquila das obras.

Você, através de uma concessão, pode fazer aperfeiçoamentos; pode reduzir seus custos e pode

até dar uma solução de melhor resultado que a própria solução apresentada pelo órgão, do que a própria solução apresentada pelo órgão.

Espero ter atendido.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Há uma última pergunta que ficou sem responder, Sr. Presidente. O senhor trouxe, inclusive, novos nomes aqui de pessoas que o procuraram. Se o senhor se lembra de outras lideranças políticas que o procuraram para pedir que o ajudasse na captação de recursos para a campanha.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O próximo orador inscrito é o queridíssimo e competente Deputado, pelo PMDB/DF, Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares e Sr^{as} Parlamentares, eu sigo na linha do nosso colega Deputado Domingos Sávio.

Eu gostaria hoje, Dr. Luiz Antônio Pagot, que o senhor desse a sua contribuição para o Brasil. Dentro dessa linha, como gratificação, o senhor salva a sua biografia. Um homem de formação na Universidade do Paraná, depois com grandes cursos na Fundação Getúlio Vargas, um currículo de serviços prestados ao Governo do Mato Grosso, como Secretário de Infraestrutura, Chefe da Casa Civil, Diretor-Geral do DNIT, além de vários serviços na iniciativa privada, tem muito, com certeza, a contribuir depois de tudo que aconteceu.

Quando de repente o senhor tem tesoureiros de campanha batendo à sua porta, quando o senhor tem quadrilhas organizadas trabalhando a sua queda, eu vejo com muita preocupação, até por ser Presidente da Frente Parlamentar Mista de Gestão Pública, o modelo de gestão adotado no País e o modelo de arrecadação de campanhas adotado no País.

A pergunta que tenho feito, em várias palestras pelo Brasil afora, é: da forma como está, quem gostaria de ser ordenador de despesa hoje neste País? Com certeza, muito poucos estariam disponíveis a ser. O senhor foi e passou por tudo isso. E como o senhor mesmo disse, foi defenestrado do cargo à que se dedicava 15 horas por dia, praticamente sete dias por semana.

Anterior ao seu depoimento na Comissão de Infraestrutura no Senado, em 12/07/2011, as mesmas notícias que nós encontramos nos jornais e nas revistas nesses últimos meses, diziam que o senhor lá iria para falar muito, para dizer tudo, para lavar realmente a sua biografia e até melhorar, com a legislação, o País que hoje todos nós defendemos. Mas, engraçado, naquele momento parece que também não houve nada de novidade como não está havendo aqui hoje. E antes dessa data, houve inclusive uma ligação entre o Se-

nador Demóstenes e o Sr. Cláudio Abreu, conforme o Inquérito nº 3.430, na página 1.251, onde se afirma, eles afirmam, que contataram uma pessoa chamada Acácio, o qual conversou com elas e V. S^a já teria dito que nada falaria. E, por incrível que pareça, realmente nada se falou naquele momento.

A nossa dúvida também começa quando o Relator fez as perguntas sobre as pessoas que o senhor teria contatado no pedido de doação de campanha. O senhor disse que não passariam de seis pessoas. Quando o Deputado Rubens Bueno leu uma lista que tinha quinze nomes o senhor disse: “É, foram a esses aí que eu fiz o pedido”. Novamente questionado pelo Relator, o senhor disse: “Não, não fui eu que fiz o pedido, eu passei os nomes”. Novamente, questionado pelo Senador Pedro Taques, o senhor confirmou que realmente foi o senhor que fez o pedido, que falou com essas empresas para que fizesse as respectivas doações, que assim o fizeram.

Isso tudo demonstra, primeiro, que nós precisamos mudar a legislação tanto de campanhas, de arrecadação de campanhas, como modelo de gestão adotado para ordenador de despesa. É impossível continuar dessa forma, e o brasileiro que está em casa e que nos assiste ou que espera um resultado da CPMI ou que espera um resultado do seu depoimento aqui hoje, já que muitos aqui se ausentaram de falar, se omitiram de falar, dentro de um princípio que foi bem definido pela Procuradora que aqui depôs, da máfia combinada, eu fico preocupado cada vez mais com esse modelo adotado.

E ainda gostaria de saber o nome, por exemplo, do seu amigo, no restaurante O Francisco, que lhe falou que estava acontecendo aquela situação toda em São Paulo sobre a qual a jornalista ou o jornalista que o entrevistou botou essas palavras na sua boca, que não foi o senhor que as disse, foi a conversa de boteco da noite, mas que é importante. Essa pessoa poderia saber algumas coisas a mais. E aí também eu gostaria de fazer a convocação dessa pessoa.

Da mesma forma, eu gostaria de entender quando ocorreu uma ligação no dia 02/07/2011, entre Carlinhos Cachoeira e o Cláudio Abreu, onde eles falam que o Pagot caiu. Caiu o Juquinha, aí... “Ô, mas arrebenho tudo, hein! Caiu todo mundo, cara! E o nosso amigo Pagot? E agora como ele vai pagar a gente?”. Então, da mesma maneira que me parece eles articulavam a sua queda, parece-me também que eles cobravam alguma coisa, segundo o relato da Polícia Federal, nessa respectiva gravação de 02/07. Eu também pergunto e acho estranho que – com todo o respeito ao seu advogado –, no primeiro momento, em que o Relator apresentava bastantes perguntas, e muito benfeitas,

o seu advogado não estivesse ao lado para o assessorar. E, quando nós aqui, Senadores e Deputados integrantes da CPMI, começamos a fazer as perguntas, rapidamente, muito bem assessorado, o senhor pediu ao seu advogado, que o atendeu, para estar junto, por causa das diferenças que ocorreram. E volto a ressaltar: no momento exato de o senhor salvar sua biografia e como bom gestor público – que acredito o senhor deva ser, até pelo tanto que o senhor se posicionou de realização feitas, no DNIT e no Governo de Mato Grosso –, momento em que todos, incluído o Senador Pedro Simon, todos aqueles que leram as diversas matérias esperavam as grandes novidades que o senhor aqui teria para trazer.

São essas as minhas colocações, e gostaria de ouvi-lo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sobre a questão do advogado, ele estava sentado ali, eu só pedi para ele vir para cá. Então....

Logo depois que eu fui exonerado... Eu fui afastado primeiro, depois fui exonerado. Foi um período em que o noticiário trouxe uma quantidade extraordinária de versões sobre os fatos, do complô, etc. – desculpe: antes do complô. Havia a reportagem, depois vieram os noticiários.

Ao longo do tempo, eu identifiquei, por exemplo, nos jornais e nas revistas, nos *sites*, uma série de reportagens que falavam sobre a minha pessoa que me colocavam em determinados locais em que eu nunca tinha estado, colocavam frases que eu não tinha falado, e, principalmente, alguns Parlamentares do próprio Partido – eu não sou mais do PR, mas do meu ex-Partido, o PR – passaram a divulgar determinadas versões, determinadas situações, colocando-me como “homem-bomba”, “fio desencapado”, “destruidor da República” e por aí afora. Mas são falácias, são inverdades, são fatos que não são fatos concretos, especulações mesquinhas, e assim por diante.

Sobre o que eu falei, eu falei e reafirmo. O senhor citou a reportagem da *ISTOÉ*. O que tem na entrevista da *ISTOÉ* não é toda a verdade que eu falei: é a meia verdade, porque a ressalva que eu fiz com relação ao fato não foi colocada. Então, se isso é comum no dia a dia da Imprensa, isso distorce, não contribui, causa uma celeuma e não espelha a verdade. E não espelha a verdade.

Sobre o caso que o senhor citou do Acácio, de novo, eu já respondi, mas respondo de novo. O Acácio não me procurou. Só tive conhecimento recentemente dessa fala porque alguém me falou, a imprensa escreveu, certo? Mas de maneira nenhuma me procurou para qualquer observação a respeito da minha atuação.

Com relação a minha vinda aqui na CPMI, eu, sem sombra de dúvida, precisava defender a minha gestão; sem sombra de dúvida. E também no que eu puder fazer para esclarecer os fatos com relação à Delta, com relação a Cachoeira, tudo o que eu puder fazer, estou disposto a contribuir, seja contribuir na CPMI, seja contribuir com o Ministério Público Federal, em que instância for.

Até falei logo, nas minhas palavras iniciais, que gostaria, sim, de ter tido a oportunidade de ter uma CPMI do DNIT para poder avaliar a minha gestão, o que me cabia como gestor, o que me cabia como Diretor-Geral do DNIT, o que me cabia na execução das tarefas da diretoria colegiada. Se cumpri ou não essas tarefas, se executei ou não essas tarefas. Então, o duro é quando esses fatos são trazidos à realidade de forma completamente distorcida como muitos fatos que foram citados hoje foram trazidos aos senhores de forma distorcida pela imprensa. Tem muito de verdade? Mas tem muito que não é absolutamente verdade nenhuma. Na medida do possível, Deputado, eu procurei esclarecer todos os fatos.

Se alguma resposta eu não lhe dei e o senhor puder reforçar, eu gostaria de... porque eu não anotei convenientemente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – O nome do seu amigo do restaurante que lhe informou o que estava acontecendo no Governo de São Paulo e, também, no primeiro momento que o senhor, quando inquirido pelo Relator, informou que só tinha passado os nomes e que era uma média de seis nomes. Depois virou 15.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não vou revelar o nome do meu amigo. Não vou revelar.

O SR. LUIZ PITMAN (PMDB – DF) – Espere aí, o senhor está sob juramento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não vou revelar o nome do meu amigo, mesmo sob juramento. Não vou revelar.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Então, por favor, registre-se aqui...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Pode registrar.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – ... ausência de respostas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Pode registrar, porque esse cidadão, com certeza, vai imediatamente perder o emprego, tá?

Segundo, eu acredito, Deputado Luiz Pitiman, ou eu não me expressei direito, ou o senhor não contabilizou direito, mas desde a primeira resposta que eu fiz, e eu vou repetir, já é a quinta vez que eu repito. Eu fui procurado pelo Sr. Luiz Felipe, tesoureiro da campanha. Eu apresentei uma lista que ele não teve nem interesse de ver, era a lista das empresas que faziam obras para

o DNIT. Ele me disse que com as dez maiores não me preocupasse porque o comitê já estava tomando providências. E me disse: “Dessas outras, você procure contratar umas 30 ou 40”. Eu não falei de meia dúzia. Em todas as respostas que eu disse, eu falei da lista de 30, 40. E eu contratei 30 ou 40. eu não me lembro se foi 30, ou 40, mas ou menos nessa quantidade.

Posteriormente, o Deputado Rubens Bueno apresentou uma lista de algumas empresas. A lista correta é a que está no Tribunal Superior Eleitoral, que pode ser apensada aos autos. Então, a tarefa – digamos assim – que eu cumpri, espontaneamente, de fazer contato às empresas, eu fiz essa tarefa nessa média de 30 a 40 empresas. E, também, não sei exatamente o número que fez as doações. Com certeza, não foram 40 empresas que fizeram doação. Basta ver a lista do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)
– Obrigado.

O próximo inscrito é o ilustre Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (PR – MT) – Dr. Pagot, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de vir aqui à CPMI de livre e espontânea vontade e não se esconder com um *habeas corpus*, mas vir contribuir para com a Comissão.

E eu, como mato-grossense, como ex-prefeito, como Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios posso ser testemunha da sua seriedade, do seu caráter, do seu trabalho à frente do Governo do Estado do Mato Grosso, na Secretaria de Infraestrutura, na Secretaria da Casa Civil, e também na Secretaria de Educação. Entendo muito das coisas que o senhor colocou aqui, das suas mágoas, das suas decepções, até da questão do seu gesto, que colocou como fosse de forma antiética, de ter procurado algumas empresas para arrecadar, mas entendo isso pela sua empolgação, que acompanhei, pela eleição da candidatura de Dilma Rousseff; e que o senhor foi, nos finais de semana, praticamente um militante ativo, que subia em caminhões, que corria, que pedia porque acreditava – e acredito que ainda acredita – nesse projeto da Presidente Dilma, que foi sua colega – o senhor como presidente do DNIT e ela como Ministra. Então, isso é perfeitamente normal para a gente que é militante e que defende, que trabalha para eleger o seu candidato.

Sobre aquilo que o senhor falou, que se sente só, se sentiu desprezado, pode ter certeza de que o povo do Estado do Mato Grosso reconhece, e reconhece muito, o trabalho que o senhor fez, dos mais de 2.400 km de rodovias asfaltadas, sendo que destas, 1.150 feitos em parcerias com os produtores rurais, que são gratos ao

senhor até hoje. Há poucos dias, estive lá em Sorriso, visitando uma das praças de pedágio administrada pelos produtores. E eles ressaltavam o seu trabalho, o trabalho que o senhor fez na construção de mais de 70 mil casas populares no Estado de Mato Grosso, e também as escolas atrativos, que são um exemplo do Mato Grosso para o Brasil. Então, esse trabalho que o senhor fez jamais será esquecido pelo povo do Estado do Mato Grosso, e a imagem, com certeza, positiva perante o povo do Estado de Mato Grosso.

E já no DNIT, o trabalho que o senhor conseguiu fazer pelo Brasil, mas pelo nosso Estado, as obras da BR-63, que finalmente, em 2014, se tornarão realidade, indo até Santarém; a duplicação da BR-364, que embora, no momento, agora, precisa ter o conhecimento, não está andando como andava antes, mas está em andamento a duplicação do trecho do Posto Gil até a cidade de Rosário Oeste; a retomada da BR-158, que era um sonho dos mato-grossenses, que na sua gestão essas obras foram retomadas; a BR-242; e também a tão sonhada e idealizada pelo senhor, o projeto da ferrovia Uruaçu/Lucas do Rio Verde, e depois a Porto Velho.

Então, o Estado do Mato Grosso e o Brasil são gratos a sua gestão. Eu entendo a sua mágoa, a sua decepção, por ser uma pessoa que trabalhava e trabalha muito, eu conheço o seu poder empreendedor, a sua capacidade de trabalho, de sair do Governo assim de forma tão repentina, mas que tem até algumas versões diferentes das que foram colocadas pelos colegas aqui. De repente, a sua saída foi uma forma de parar um pouco as obras do DNIT, porque o senhor é considerado um “trator”, trabalhava muito, e trabalhando muito se executava muito.

Mas, eu vou deixar aqui algumas perguntas.

A primeira: como o senhor avalia os investimentos do DNIT na sua gestão e no atual momento.

A segunda pergunta – pergunto ao senhor, porque foram colocadas aqui muitas questões de vendas de contratos futuros, de licitação –: qual é o procedimento do surgir de uma obra, de projeto, licitação, contrato? Como que é dentro do DNIT todo esse trâmite? Como acontece? Quais são os órgãos e as pessoas envolvidas?

Por fim, se o senhor foi condenado em algum processo de improbidade administrativa, corrupção, peculato etc.?

E reiterando, para finalizar, eu já tenho dito isso, eu acho que, ao final disso tudo, o senhor merece, com certeza, da parte do Governo, da Presidente Dilma um desagravo e um pedido de desculpas é o mínimo que o Governo pode fazer por V. Ex^a.

E, para encerrar, eu queria só reiterar uma fala do senhor para que a imprensa de Mato Grosso não coloque de forma diferente, aquilo que o senhor falou do nosso Deputado Wellington Fagundes, que ele foi ao seu gabinete várias vezes interceder pelas obras da Serra de São Vicente, que há dez anos é uma obra que acontece. Por coincidência, as obras de São Vicente estavam sendo tocadas pela Delta, mas o Deputado Wellington Fagundes sempre foi – como o senhor disse na sua fala – defender os interesses das obras de São Vicente. Por ser sua base eleitoral Rondonópolis e essa obra ser importante para Rondonópolis e para todo Estado de Mato Grosso, ele foi defender a continuidade das obras, mas não foi defender, no caso, a Delta.

Eram só essas colocações, só essas perguntas. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, primeiro, se eu estou respondendo a algum processo de peculato. Não, não respondo a nenhum processo de peculato. Segundo, se eu estou condenado em processos de improbidade administrativa. Eu não estou condenado em processo de improbidade administrativa, embora responda a processos de improbidade administrativa, certo? No Mato Grosso... Eu trouxe aqui até para, se for o caso, servir de prova, no Mato Grosso eu executei mais de 600 obras no período em que fui secretário de infraestrutura e, dessas 600 e tantas obras que executei, respondo a dois ou três processos de improbidade administrativa. Aliás, especificamente sobre obra eu respondo a dois: um de um posto da Polícia Rodoviária estadual, que tivemos que desmanchar na Chapada dos Guimarães e reposicioná-lo no entroncamento da estrada que vai da Chapada para Manso e esse posto, infelizmente – e foi uma determinação – nós o inauguramos e não era nem época de campanha, sem estar pronto e isto gerou um processo de improbidade administrativa.

Da mesma maneira, no DNIT, na secretaria de infraestrutura quem toca as obras, se as obras são de habitação, é a Secretaria Adjunta de Administração, se as obras são obras públicas, a Secretaria Adjunta de Obras Públicas, que é o caso específico dessa obra, uma obra pública dentre as tantas que estavam sendo tocadas, essa era uma obra da Secretaria de Obras Públicas. O processo de licitação foi um processo correto, ela foi contratada. O único porém é que essa obra foi inaugurada sem estar pronta, e aí veio toda uma série de questionamentos. Então, respondo a esse processo de improbidade administrativa. No próprio processo de improbidade administrativa, o Ministério Público reconhece que não há superfaturamento, que os preços estão de acordo com o mercado.

O outro é em Sinop, um outro processo de improbidade administrativa da obra de reforma de uma escola em que também há um questionamento com relação ao prazo de execução da obra. E um terceiro – e aí chega a ser até surpreendente o caso em que eu respondo por improbidade administrativa – eu era diretor-geral do DNIT e o cidadão que eu conheço, lá de Primavera do Leste, sem a minha autorização – e era período de campanha e o Governador Sinval Barbosa estava em campanha – marca uma reunião política no final de semana, ou numa sexta-feira, em Primavera do Leste, e essa reunião política ele anuncia no jornal: “A coligação que apoia o governador Sinval Barbosa contará com a presença do diretor-geral do DNIT e convoca todos para uma reunião política”. É política partidária, assim por diante e coloca no jornal. Obviamente, o Ministério Público lá entrou com uma ação. Então, essa é uma terceira ação. Quer dizer, o cidadão, sem fazer contato comigo, sem pegar minha autorização, ainda publica ilegalmente no jornal e, obviamente, isso acaba me prejudicando. Mas estou fazendo as defesas nas instâncias em que devem ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Próximo inscrito...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, eu tenho mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ah, desculpe.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Com relação ao trâmite das obras, qualquer obra, para ser executada no DNIT, primeiro, tem que estar no Plano Plurianual. Se não estiver no Plano Plurianual, sem chance. Segundo, ela tem que estar na LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e na execução anual. Se ela não estiver no Orçamento-Geral da União daquele ano não poderá ser executada.

Depois ela passa por um processo interno; primeiro de avaliação da obra em cima dos levantamentos e pavimentos e em cima dos levantamentos de fluxos. Aí é formado o primeiro processo de licitação, que é o processo de licitação de consultoria de projeto. Posteriormente, com o projeto pronto e aprovado, ela passa por todo o licenciamento ambiental. E aí, uma vez que já tem o orçamento formatado, que ela está prevista para aquele ano e que a execução pode ser iniciada, ela pega dois ramos: ou o ramo das obras do PAC ou o ramo dos demais investimentos, que normalmente são obras que são fruto de emendas parlamentares.

E aqui, Deputado Macris, uma coisa que considero importante e também como contribuição: essas obras de emendas parlamentares – estou me referindo a elas porque o senhor já falou sobre isso –, essas obras de

emendas parlamentares deveriam ter a continuidade da execução orçamentária, ou seja, se o parlamentar identificou na sua região uma obra importante, se o governo qualificou aquela obra como importante e autorizou o DNIT a licitar, se a obra foi licitada e contratada, por que não ter continuidade essa obra? O que estou tentando dizer é que nos anos subsequentes essa obra deveria ter orçamento para ser concluída.

Hoje o DNIT deve ter mais de 50 obras – eu não sei quantas – que se iniciaram por emendas parlamentares, por demais investimentos, e que estão interrompidas. Tem viaduto com uma parte feita, tem viaduto que está pronto, e não tem as cabeceiras prontas, tem determinadas travessias urbanas em que uma ponta está pronta, a outra não está, porque são obras que começaram com emendas parlamentares, e nos anos subsequentes não tiveram recursos orçamentários para ser complementadas.

Então, uma vez passando por esse trâmite, a obra que está com empenho obviamente correto durante o ano pode ser, sim, executada.

Com relação, Senador, a avaliar o que foi a nossa gestão no DNIT e a gestão subsequente, eu diria para o senhor que não dá para ter nível de comparação. Até vou me ater a isso – o senhor me desculpe – porque não tem nível de comparação. Aliás, se o senhor pegar o período anterior e o período posterior – pode somar os dois – não tem nível de comparação. Foi um momento ímpar na aplicação de recursos da infraestrutura nacional.

Eu fiquei 44 meses no DNIT. Se o senhor tirar normalmente aqueles quatro meses em que a gente não pode fazer nada porque ainda não está aberto o orçamento, se o senhor tirar os três meses de férias, três vezes quatro, doze, mais três dezesesseis. O senhor pega 44 menos 16 e vai ver que nós trabalhamos menos de 30 meses. E em menos de 30 meses nós aplicamos R\$26,7 bilhões em obras em todo o Brasil. É um tempo ímpar em que todo mundo conseguiu se superar e efetivamente as obras planejadas pelo Presidente Lula estavam acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O próximo inscrito... Não vejo aqui o Senador Sérgio Souza, então passo a palavra ao Deputado Emiliano José.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Sr. Presidente Paulo Teixeira, Sr. Luiz Antônio Pagot, queria parabenizar V. S^a pela presença e pela disposição de dar a sua versão, a sua verdade nesta CPMI, porque assistimos a muitos aqui que se negaram a falar, portanto é um mérito de V. S^a estar aqui conversando francamente com esta CPI.

Eu queria dizer que esta CPMI ainda tem muito a descobrir. Lembro que o noticiário de hoje traz – *Folha*

de S. Paulo – o irmão do Governador Perillo orientando o Cachoeira, na antevéspera da Operação Monte Carlo, para uma licitação de R\$21 milhões lá em Goiás. Para se ter uma ideia de como era e, segundo os procuradores, era e é poderosa essa organização criminosa.

Em segundo lugar, eu ouvi aqui, com muita atenção, as ponderações de alguns Srs. Deputados e Senadores sobre a importância da mudança da Lei de Licitações, e acho que têm razão. Mas o mais importante, na minha opinião, e talvez nós nos recusemos ou pelo menos a maior parte se recusa a observar que ou nós fazemos a reforma política ou nós continuaremos a discutir, como estamos a discutir há tantos anos, questões como essas que apareceram aqui hoje. Ou nós conseguimos fazer o financiamento público de campanha ou vamos assistir ao que estamos assistindo aqui hoje e que já assistimos em sucessivos acontecimentos políticos nos últimos muitos anos. Não cabe nem nominar.

E passo agora às perguntas ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

Primeiro, uma série de três.

Quais as razões que levaram o Sr. Carlos Cachoeira, chefe da máfia, como disseram aqui os Procuradores, chefe da organização criminosa que nós já conhecemos relativamente bem, a se dedicar à sua queda?

Segundo: quais as razões que levaram a revista *Veja* e, de modo particular, o jornalista Policarpo Júnior a se dedicarem de modo tão intenso à sua queda?

E, por fim, neste primeiro bloco de perguntas, assalta-me uma curiosidade: enfrentando a acusação de favorecer a Delta, porque a Delta teria se empenhado tanto em sua queda? É um mistério que eu gostaria de ver desvendado.

Um segundo bloco de questões que eu dirigiria a V. S^a diz respeito à entrevista que foi dada à revista *ISTOÉ*. Verdade ou não, eu estou me baseando na revista *ISTOÉ*, lá onde V. S^a diz que foi pressionado pelo Governo José Serra a aprovar aditivos ilegais ao trecho sul do Rodoanel. A obra serviu – está dito – para abastecer o caixa dois da campanha de José Serra à Presidência da República em 2010. E aí aspeia com palavras de V. S^a. “Veio procurador de empreiteira me avisar: ‘você tem que se prevenir, tem 8% entrando lá’. Era 60% para o Serra, 20% para o Kassab e 20% para o Alckmin” – fecha aspas. Palavras de V. S^a.

Ainda em relação à questão... Então, fica essa questão aí já posta.

Ainda em relação à questão das obras do Rodoanel, o senhor disse ter ouvido de um empreiteiro que as empresas que compõem o consórcio teriam abastecido a campanha de Serra em 2010 com 60%

dos recursos. Como se deu essa conversa? O senhor poderia detalhar?

Naquilo que o senhor denominou de conversa de botequim, que teria acontecido no restaurante Francisco, o senhor poderia dizer a esta CPMI quem é esse empreiteiro? Não podendo, quando foi essa conversa?

O senhor tem conhecimento de empresas que eventualmente façam parte do consórcio do Rodoanel e doaram para as campanhas do PSDB em 2010? Quais essas empresas, se tiver conhecimento?

O senhor costumava encontrar-se com empreiteiros com frequência e de que maneira?

Onde se deu a conversa entre o senhor e o Paulo Preto em que ele teria lhe pressionado para liberar 264 milhões em aditivos? Como foi a reação dele quando o senhor se recusou?

Como o senhor reagiu ao saber da possibilidade de desvios e recursos das obras do Rodoanel para as campanhas de Serra?

Acrescento apenas, agora a título de ilustração – uma parte já foi falada aqui, creio que pelo Deputado Luiz Pitiman –, as descobertas da Polícia Federal em relação à comemoração que o Sr. Carlinhos Cachoeira e o Sr. Cláudio Abreu fizeram quando de sua queda. Eles dizem da felicidade dele, numa gravação de 2/07/2011, pela sua queda – aí envolvem o Cláudio Abreu, o Demóstenes e o Carlinhos num diálogo. A esse diálogo, o Deputado Luiz Pitiman também se referiu.

Há outro, do dia 27/04/2011, com o Cláudio Abreu perguntando para o Cachoeira: “O que mesmo você falou para o Policarpo? [pra ver como era tudo articulado com o Policarpo]. Aí o Cláudio Abreu diz: “Não, ele está numa fonte meio furada. Eu conheço bem a história e tal”. Aí o Carlos Cachoeira diz: “Você me fala, então, depois, porque, por fora, eu posso ajudar demais, plantando em cima dele... [e plantar, em jornalismo, é uma coisa bastante conhecida] igual plantei do Pagot aquela hora”. Ou seja, as plantações em relação a V. S^a foram sucessivas, feitas pelo Policarpo, em combinação íntima com o Cachoeira, como está visto numa sucessão de gravações feitas pela Polícia Federal. O Cachoeira diz: “Ele [Policarpo] anotou tudo, viu? Foi uma beleza! Pagot está...”. Eu não vou usar a expressão, eu vou dizer um sinônimo: “está destróçado com ele”. A expressão é outra.

Depois, um diálogo de 10/05, Cachoeira e Cláudio Abreu de novo. O Carlinhos, o Carlos Cachoeira conta a Cláudio sobre a conversa que teve com Policarpo, da *Veja*, a respeito da reportagem que saiu na revista naquele último final de semana. Estamos falando num diálogo de 10/05. E o Carlinhos, Carlos Cachoeira diz para o Cláudio Abreu, num determinado momento: “Naquela hora, eu estava com o Policarpo.

Antes do almoço, ele me chamou para conversar, fez uma série de perguntas, perguntou se a Delta tinha gravação: ‘Defendi vocês pra caramba...[para não dizer a expressão que ele usa]. “Não fala para o Lula, não”. Lula não é o... É o Luís Costa Pinto, outro jornalista da *Veja*. O Cláudio Abreu perguntou: “Mas quem chamou?”. Aí o Carlos Cachoeira diz: “O Policarpo. Aquela hora em que você ligou, lembra?, que te fiz as perguntas do Pagot. Enfie tudo na conta do Pagot [a expressão também é outra]. Aquela hora, o Policarpo estava na minha frente, comigo”.

Só estou lembrando essas coisas para mostrar o quanto há de envolvimento direto do Sr. Policarpo Júnior e da *Veja*, naturalmente, nas articulações que acabaram por determinar – entre outras coisas, não só isto – a saída de V. S^a.

Era só isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Sr. Luiz Antônio Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sobre a questão do Paulo Souza, vou voltar a narrar todo o episódio. Nós tínhamos uma obra conveniada. O Ministério dos Transportes conveniou com o Governo do Estado de São Paulo o trecho sul do Rodoanel. Como intervenientes, eram o DNIT e a Dersa – eu como Diretor do DNIT e o Paulo como Diretor da Dersa. Depois de conveniada, começamos a avaliar as questões da execução da obra e a obra tinha um preço fechado. Era uma obra que era para ser realizada como empreitada global. Isso nos causava um problema. Tivemos que conversar com o TCU sobre isso, porque a execução de obras pelo DNIT é por índice de preço. Fomos ao TCU.

Lá, engenheiros e técnicos da Dersa, sob a liderança do Paulo Souza, apresentaram para o engenheiro... apresentaram para o André Mendes, que era o secretário da especializada inerente do TCU, e mais para o seu adjunto, que era o André Kresch, que depois até se tornou secretário, e mais outros funcionários do TCU a modalidade que seria. Disseram, na exposição de motivos, que tinham contratado as empresas com uma redução de custos, que essa redução tinha chegado a mais ou menos uns 10%, que as empresas haviam firmado um contrato para concluir a obra de acordo com o que estava previsto e que não haveria de maneira nenhuma aditivos de contrato e que essa seria, quer dizer, a grande diferença: uma obra para ser produzida com serenidade que ensejaria uma nova metodologia de aplicação de recursos, uma nova metodologia de fiscalização, seria paga por quilômetro implantado... por obra implantada, e que não teria o cálculo do índice de preço.

Ao final de várias reuniões, e até o Ministro José Jorge fez um acordo sobre isso, determinando que ti-

vesse zelo na fiscalização, formamos uma equipe de engenheiros sob o comando do superintendente de São Paulo, e a obra foi executada, os convênios assinados, os recursos transferidos. Quando a obra estava praticamente chegando ao final, veio essa reivindicação que nos foi apresentada, e foi em uma reunião oficial, não teve nada fora do DNIT. Foi em uma reunião oficial que o Paulo e sua equipe nos apresentaram a reivindicação. Questionei imediatamente dizendo que a nossa obra era uma obra de empreitada global e que não admitia esse tipo de valor para ser aditivado. Posteriormente, veio um comunicado que eu precisava me debruçar e estudar um TAC que estava sendo confeccionado no Ministério Público de São Paulo, o próprio TCU, o Governo de São Paulo, Dersa, e que o DNIT era parte integrante desse TAC, que era exatamente o TAC para se aditivar em R\$260 milhões a obra. O Paulo fez várias vezes essa reivindicação. Pediu para rever a minha posição. Defendia que essa obra tinha outros custos, mas que aquele era o custo final e que o valor do aditivo era relativamente pequeno no montante global da obra, mas, tendo em vista o que estava no nosso convênio e, principalmente, o que acordamos com o TCU, me via impossibilitado de fazer qualquer movimento no sentido de fazer um aditivo ou até mesmo de assinar o TAC.

Então, nada mais do que isso foi feito pelo Paulo Vieira de Souza. Considero que a atuação dele foi uma ação de um diretor que quer atender aos seus objetivos de execução de obra e a minha foi, em respeito ao que tínhamos conveniado e assinado e que estava publicado inclusive dentro do TCU, que a obra não deveria sofrer qualquer aditamento.

Posteriormente, quer dizer, enquanto tínhamos essas conversas todas, os empresários, os empreiteiros de obra pediam audiência para mim no DNIT para me convencerem de que era necessário se fazer o aditivo, que era importante, que a obra era muito grande, que a obra enfrentou problemas ambientais, que a obra contou com novos acessos, enfim, uma série de... E eu, nessas... Desculpem-me.

Então, nessas avaliações todas que a gente fazia, eu cada vez mais chegava à conclusão de que não devia fazer o aditivo. E, num determinado momento – não lembro exatamente em que dia foi, mas sei quem foi –, uma pessoa que considero íntegra, que trabalha muito bem, que cumpre o seu papel de representante da empreiteira me alertou e falou: “Olha, Pagot, cuidado com esse aditivo, porque esse aditivo é de recursos para campanha política.”

Quando narrei esse fato – aliás, narrei uma série de fatos sobre como os Parlamentares eram insistentes comigo, enfim, no manuseio de convênios, na

inter-relação –, quando narrei vários fatos para esse jornalista, especificamente sobre esse assunto do Paulo Vieira de Sousa, eu falei ao final para o jornalista: “Isso é conversa de bêbado, isso é conversa de botequim, isso é uma conversa que não se prova”. Ou seja, eu quis demonstrar para ele o tipo, muitas vezes, de pressão que se sofre e que também cabe a nós não aceitar pressões.

Então, estou lhe explicando detalhadamente. Mais que isso, não tenho nada a relatar sobre esse fato.

O senhor perguntou também se eu tinha conhecimento se as empreiteiras tinham feito doações – eu não tenho conhecimento – ou quanto a qualquer outro assunto especificamente sobre o Rodoanel-Trecho Sul.

Com referência a questões do Cachoeira, o senhor demonstrou a dedicação que eles tiveram para me tirar do DNIT, certo? Há vários questionamentos que são feitos exatamente nessa linha: se a Delta era uma empresa que tinha muitas obras no DNIT; se o DNIT estava sendo tocado de maneira pró-ativa; se a quantidade de execução era bem acima da média de qualquer ano de execução. Por que, de repente, prejudicar o Diretor-Geral do DNIT, que estava tocando isso com a sua diretoria, com seus funcionários e causar um... Eu já expliquei isso também aqui. O que me leva a pensar isso são exatamente os dissabores que eu estava causando com algumas atitudes pontuais, como citei o caso da BR-104; da obra da 163, em Serra de São Vicente; da Manilha-Santa Guilhermina; a minha atitude em relação aos procedimentos administrativos e à abertura de inquérito junto com a CGU no caso da BR-116 no Ceará. Quer dizer, todas que atingiam, de alguma forma, a execução da Delta e que estavam remetendo a Delta, aí sim, a uma situação de inidoneidade. Era um fato que era percebido pela própria CGU.

E aqui eu também fiz um parâmetro de corte entre a atuação da Delta até outubro, novembro de 2009 e depois disso, quando passei a perceber que eles passaram a ter mais dificuldade para controlar suas obras e para executar de maneira conveniente que eles faziam anteriormente.

Então, sempre ficou essa interrogação. Mas o fato é que um contraventor mais um agente de uma empresa se uniram a um jornalista que produziu uma matéria que me arrancou do DNIT. As causas devem estar implícitas. Quando a CPMI colocar as suas conclusões, não é, até porque dos vários áudios que o senhor menciona aí e que outros mencionaram eu não tenho qualquer conhecimento e me causam até estranheza. Um dos áudios fala: “Como é que o Pagot vai pagar a conta agora?” Quer dizer, isso é uma verdadeira gozação, certo? Primeiro, porque não devo

nada a ninguém, muito menos a eles. Segundo, porque não tenho qualquer tipo de conluio nem com o Sr. Claudio Abreu nem com o Sr. Cachoeira. Então, imagino que nas conclusões da CPMI deve sair essa história como um todo.

O senhor tem mais alguma questão que gostaria que eu frisasse?

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Só saber de V. S^a, embora uma conversa de botequim ou uma conversa da noite, se aquela pessoa que veio preveni-lo, segundo se diz na *ISTOÉ*, chegou de fato – está aspeado, mas estar aspeado, e eu nunca digo que é verdade também por isso estou lhe perguntando – quando se falam naqueles percentuais, 8% é o global que se retirava para a campanha do Serra; os oito por cento se transformam em cem, com 60% para o Serra, 20% para o Kassab e 20% para o Alckmin. Chegou a esse nível de detalhamento mesmo considerando a conversa de botequim?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – A explicação que ele fez foi exatamente essa.

O SR. EMILIANO JOSÉ (PT – BA) – Foi exatamente essa. Está bom, muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de suspender por alguns instantes os nossos trabalhos, informo que os próximos inscritos serão os eminentes e queridos Deputado do Distrito Federal Ronaldo Fonseca, Glauber Braga, Miro Teixeira. Depois virão os reinscritos, o Líder do Democratas, o Sr. Onix, e depois o Sr. Vanderlei Macris, que promete fazer apenas uma pergunta, segundo palavras textuais ouvidas por esta Presidência. Então, mais três e mais dois: Ronaldo Fonseca, Glauber, Miro, Onix, Macris. Estão encerradas as inscrições. Monocraticamente, esta Presidência decidiu. (*Pausa.*)

(*Suspensa às 17 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Retomando os nossos trabalhos, Ronaldo Fonseca. Deputado Ronaldo, com a palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da CPI. Cumprimento o Sr. Luiz Antônio Pagot.

Eu não vou fazer pergunta ao Sr. Luiz Antônio Pagot, até porque estou sendo um dos últimos. Eu tinha uma relação de perguntas, mas me dou por satisfeito com as respostas que já foram dadas pelo Sr. Pagot. Eu queria apenas fazer algumas ponderações.

Eu ouvi aqui o Sr. Luiz Pagot dizer que até gostaria que fosse criada uma CPI do DNIT, mas eu confesso que esta CPI já está parecendo a do DNIT, porque as perguntas foram feitas quase que na sua totalidade

sobre a prática de administração do DNIT. E é a terceira vez que eu ouço o Sr. Pagot dando um relatório. A primeira vez foi no Senado, logo depois da sua saída. A segunda vez foi na Câmara, e, agora, a terceira vez. E eu acompanhei as outras duas e vejo que o Sr. Pagot conseguiu, nas duas e nesta terceira vez, dar uma explicação plausível de como o DNIT estava nas suas mãos e conseguiu demonstrar que trabalhou com muita seriedade ali no DNIT.

Entendo que esta CPMI também deu oportunidade de nós conhecermos e a Nação conhecer a trama que foi montada, a trama que foi montada, que é um risco para a democracia. Um risco para a democracia, a trama montada para derrubar a cúpula do Ministério dos Transportes. Aí não é só o Pagot que era o Presidente do DNIT. Aí incluiu-se também o Ministro Alfredo Nascimento, que covardemente foi atacado, covardemente foi atacado por essa gangue, por essa quadrilha que se utilizou de um jornalista.

Aliás, Sr. Presidente, está chegando a hora de nós votarmos o requerimento da vinda do senhor jornalista Policarpo aqui. Até porque eu acho que esta CPMI deve fazer justiça com o Sr. Policarpo também, dar uma oportunidade para ele, porque aqui mesmo, no depoimento de hoje na CPMI, vários de nós já falamos sobre os diálogos que ele tinha com o Sr. Cachoeira. Eu acho que temos que dar oportunidade de o Sr. Policarpo Júnior vir aqui explicar que tipo de relacionamento ele tinha, se era realmente uma fonte de informação, porque o jornalista usa as informações da fonte de informação.

Mas nós temos... Eu já não vou ler novamente os diálogos, mas já foi lido aqui que o Sr. Pagot foi vítima de uma quadrilha, que o Ministro Alfredo Nascimento foi vítima de uma quadrilha, sim, senhores. E isso, para uma democracia, é um perigo. É um perigo isso. É um perigo. Está claro, absolutamente claro. A Polícia Federal conseguiu demonstrar com muita clareza, com as escutas, que o Sr. Policarpo Júnior, que o Sr. Cachoeira e que o Sr. Cláudio Abreu formaram um trio para poder afetar e derrubar a liderança no Ministério dos Transportes. E veja, a reportagem da revista *Veja* não dizia absolutamente nada. Aliás, inclusive nas escutas, é a observação que eu faço, não se descobre nada, não tem nada de novo; só fala vamos derrubar, já caiu o ministro, não caiu ainda, e olha, nós atiramos num passarinho e caiu um urubu, e não sei mais o que; mas não diz nada, não diz o porquê, não diz o que tinha lá.

E eu finalizo, não vou usar todo o meu tempo, mas dizer ao Sr. Pagot: Sr. Pagot, não precisa nem de CPI mais do DNIT não, o senhor já explicou tudo; já explicou! CPI do DNIT? Já é a terceira vez que o senhor está falando sobre esse assunto no Senado, na

Câmara e, agora, na CPMI. O que queremos saber? O Cachoeira utilizou-se do DNIT? A Delta se utilizou do DNIT? O senhor já explicou, pela terceira vez, a respeito dos aditivos. Tem suspeita? Tem! Tem indício? Tem! Mas eu entendo, Sr. Presidente, que o Sr. Pagot já está explicando e se dispôs a explicar, se apresentou com muita liberalidade para isto todas as vezes, e veio aqui para falar. O senhor está falando. Isso para nós da CPMI é muito bom, e vejo que a cúpula do Ministério dos Transportes foi vítima de uma quadrilha organizada e que trouxe um prejuízo muito grande para a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pergunto ao depoente se ele quer tecer alguma consideração acerca da fala do Deputado Ronaldo Fonseca?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Pagot, boa tarde.

A primeira colocação que quero fazer, sem fazer uma avaliação de mérito daquilo que o senhor disse, mas quem passa pelo que o senhor passou, pelo isolamento social, pela dificuldade em se relacionar com as pessoas com as quais anteriormente trabalhava, eram companheiros de trabalho, qualquer outra pessoa que passasse pelas mesmas circunstâncias que o senhor passou se deprimiria.

A minha primeira pergunta ao senhor é: o senhor está magoado com o Governo Federal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Afirmativo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A segunda pergunta que eu queria fazer ao senhor é a seguinte: o senhor acha que a sua saída do Ministério dos Transportes se deu – e se o senhor já respondeu, eu peço por favor que possa responder mais uma vez, para eu poder ter a plena compreensão. O senhor acha que a saída do Ministério dos Transportes se deu por uma articulação entre o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Carlos Cachoeira? O senhor acha que isso foi o fato determinante?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O fato determinante foi a reportagem. Articularam, sai a reportagem; e pela reportagem, posteriormente, é tomada a decisão da exoneração. Então, o fato determinante foi a reportagem articulada por eles.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor se sente injustificado pelo que foi colocado. Ou seja, o senhor diz que o que está colocado na reportagem não é verdadeiro; e o que fez isso foi a articulação entre Carlos Cachoeira e Cláudio Abreu.

A minha pergunta é: se essa articulação não tivesse existido, e a reportagem não tivesse acontecido, o senhor acredita que não teria passado pela injustiça que o senhor passou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ah, com certeza! Nada teria acontecido.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Qual foi o veículo que veiculou essa reportagem, Sr. Pagot?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Como é de conhecimento geral, o veículo é a revista *Veja*.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A minha outra pergunta é a seguinte: o senhor foi... Normalmente, quando uma organização quer por ventura retirar alguém de um posto ou de um cargo para atender aos seus interesses, num primeiro momento ela procura a pessoa, para tentar cooptar para essa organização.

A minha pergunta é: algum assessor do senhor, alguém próximo ao senhor, em algum momento foi procurado por alguém que o senhor pudesse relacionar à possível organização criminosa para tentar cooptar o senhor para que o senhor tivesse uma maior boa-vontade com os interesses da organização ou por representante do próprio Sr. Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Negativo. Ninguém me procurou. Negativo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Perfeito. A outra pergunta é a seguinte. O senhor falou do jantar em que teve oportunidade de estar na casa do Senador Demóstenes e dos encontros que teve com o Senador Demóstenes. O senhor já sabia, antes de as revelações se tornarem públicas, da relação que existia entre o Senador Demóstenes e o Sr. Carlos Augusto Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É, eu conhecia o Senador Demóstenes como um Senador probo, um líder que era cantado em prosa e verso como defensor da moralidade. Era exatamente esse conhecimento que eu tinha do Senador Demóstenes, certo? Não imaginava que ele estava enraizado com essa quadrilha.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas o senhor já tinha algum tipo de conhecimento de relação dele com o Sr. Carlos Augusto? Com o Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nenhum, nenhum.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Nenhum?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Nenhum.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – A definição de que o Senador Demóstenes não era a pessoa que o senhor imaginava veio depois das matérias que foram publicadas e daquilo que se tornou...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Afirmativo, quando surgiu essa denúncia toda, que até atingiu o Senador

no sentido de ele perder o mandato, a partir dali que eu passei a conhecer o que o Senador efetivamente representava.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas, engraçado, o senhor não já tinha conhecido o Senador a partir do momento em que num jantar privado o Senador vira para o senhor e pede que garanta especificamente uma obra para uma empreiteira? O senhor precisou esperar que essas notícias fossem publicadas, já que o senhor teve esse contato anterior com o Senador Demóstenes, para fazer essa avaliação negativa dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Olha, eu, obviamente, depois desse jantar em que na casa dele estavam os representantes da Delta, inclusive o diretor-presidente, aquilo me causou muita estranheza, certo? Mas, depois disso, não tive mais nenhum contato com ele. Então...

O meu dia a dia, Deputado, é um dia a dia ensandecido, entendeu? Eu chegava a assinar documento por quatro horas, de 7 às 22, certo? De quinta à tarde até domingo à tarde na estrada, vistoriando obras, está certo? Muitas vezes, não dá tempo nem de raciocinar, certo? De tanta coisa que se tem que fazer, de tantas reuniões que têm que ser feitas, fora tudo que você tem que tocar dentro do DNIT, ainda tem que atender ao Ministério dos Transportes, fora que atender ao Ministério dos Transportes, tem que atender ao Gepac, infundáveis e intermináveis reuniões. Então, aconteceu o episódio, eu simplesmente desconsidereei.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor já sabia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mais tarde, eu tomei um susto. Quer dizer, aquele episódio, na realidade, estava cravado já num pacote de ações conjuntas, o que me pareceu posteriormente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor já conhecia algum tipo de relação entre o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Cachoeira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, não conhecia.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não sabia?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – E, a última pergunta: alguns dos nomes que já foram mencionados pelas operações, tanto pela Operação Vegas, Operação Monte Carlo, daquelas pessoas que forma detidas ou que tiveram os seus nomes acusados, o senhor já conhecia alguma dessas pessoas, sem contar aquelas de que o senhor já mencionou aqui o conhecimento no dia de hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Olha, eu vou lhe falar, não me debruço sobre todos aspectos desse

emaranhado de notícias que saem, certo? Até porque estou trabalhando num projeto, tenho dedicado todas horas do meu dia nesse projeto, pelo qual tenho que viajar a Itaituba, no Pará; a Belém, no Pará; a Santana, no Amapá; a Manaus; ao Rio de Janeiro, a São Paulo. Enfim, é um projeto de grande magnitude, que me toma praticamente todo o tempo. Então, leio algumas coisas, certo? Não me atendo a nomes. Os nomes que foram citados hoje aqui para mim posso dizer, só fiquei com dúvida de um, os outros disse que não conhecia, certo?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O senhor tem o nome de mais alguém que o senhor queira mencionar, que considere importante e que precise ser citado no dia de hoje?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Faça essa pergunta, porque hoje o senhor trouxe mais alguns nomes, mais alguns fatos, eventos, para que não fique parecendo, em momento algum, que a palavra do senhor nesta CPMI depende especificamente de algum tipo de interação de natureza pessoal. Por isso eu faço essa pergunta, para que de forma definitiva os nomes possam ser colocados à disposição de uma possível vinculação à organização Cachoeira.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Com certeza, se eu tivesse alguma informação melhor, principalmente dessa relação DNIT/Delta e posteriormente a Delta se utilizando dessa sistemática toda, eu gostaria de contribuir, certo? Mas infelizmente eu não tenho nenhum nome para citar, ninguém para dizer se fez intervenção, se não fez intervenção.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado, Sr. Pagot.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a disciplina e a compreensão do Deputado Glauber Braga.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, faço uma consulta à Mesa sobre se posso ceder o meu tempo ao Senador Pedro Simon. Eu falaria depois, como Líder. Eu não terei perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador Pedro Simon também está inscrito, porque ele já estava...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas ele está lá atrás, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está imediatamente após V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ah, então está bem, então eu uso a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado.

Dr. Pagot, o senhor disse aqui que a Delta, participando talvez de um consórcio – não me lembro exatamente do detalhe –, de uma obra lá no Rio de Janeiro, depois de vencida a licitação, estava botando obstáculos ao começo da obra. Qual é a obra? Nós estamos falando do quê? Do anel rodoviário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Deputado, estamos falando do arco do Rio de Janeiro, manilha Santa Guilhermina, BR-493.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Que razão o senhor acha que levou a Delta a adotar que postura que eu pediria que o senhor definisse também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O que eu percebia... Obviamente, toda vez que uma empreiteira ganha uma obra, a primeira coisa que ela faz é imediatamente se mobilizar, certo? Entrar com o seu canteiro de obras, colocar as suas máquinas para fazer a terraplanagem, enfim. Quer faturar, certo? E me causava espécie, espanto que uma obra de grande porte, uma obra significativa até para o Rio de Janeiro, muito significativa para o Rio de Janeiro, a empresa disputou a licitação, enfrentou concorrência, ganhou a licitação, assinou contrato, e não começava a obra com algumas desculpas.

Primeiro era o problema das jazidas, mas as jazidas eram de projeto, já eram conhecidas, certo? Depois as jazidas teriam um problema relacionado à arqueologia. E aparecia um laudo do Instituto de Arqueologia do Rio de Janeiro, depois... Enfim, eu não me lembro de todos os detalhes, mas eu notava claramente que estava havendo uma postergação no início da obra e pressionava o superintendente do Rio para que ele tomasse as providências de fazer a notificação, trinta dias depois, a outra notificação, e depois substituir a empresa pela segunda colocada para que executasse a obra. Essa era uma questão que estava me colocando em conflito, digamos assim, com a diretoria da Delta no Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E por que ela não começava a rigor? Qual era o interesse financeiro que necessariamente havia nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não... Por exemplo: o interesse financeiro... A empresa só pode...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deixe-me colaborar: que lucro poderia ter a Delta com esse retardo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, só um minuto. Desculpe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas eu acrescento: que lucro poderia ter a Delta com esse retardo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Vamos pensar assim: não, mas ela estava esperando receber o reajuste anual, certo? Mas ela só pode receber o reajuste anual depois de entrar na obra, certo? E aí o reajuste anual que nós fazíamos era o reajuste a partir da ordem de serviço que foi dada e do início efetivo da obra. Então esse ganho era muito relativo; se não começasse a obra, não ia completar um ano e não ia ter direito ao reajuste.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E qual foi a conclusão desse caso? Como é que ele termina? Toca a obra? Começa ou não começa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Infelizmente... Quer dizer, aí, no transcurso disso, eu saio do DNIT e agora não sei mais resultado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Hoje o senhor não tem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Hoje não sei. Se há informação...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tem informação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tenho. Não tenho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sobre a execução do contrato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não tenho. Não, senhor. Não tenho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se começou com a Delta, se foi desclassificada, se chamaram a segunda colocada...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Não tenho, não, senhor. Não, senhor. Infelizmente, eu devia até ter-me preocupado de saber se estava andando ou não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas isso tem sequência aqui na Comissão também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Mas, num telefonema ao Superintendente do Rio, ele já responde isso aí.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É. O senhor fez menções aqui a colaboração de campanha eleitoral, que o senhor foi solicitado a fazer participações financeiras em campanhas eleitorais. O senhor foi solicitado a fazer e o senhor disse genericamente também por Deputados. O senhor não chegou a dar nomes de Deputados. O senhor falou que foi solicitado pela Ministra Ideli; falou que foi solicitado pelo tesoureiro do PT e, depois, percebi eu, em algum momento, o senhor falando de Deputados, mas não deu nomes.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, mas eu tenho a impressão de que não falei Deputados, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tive a impressão, mas isso também não é relevante.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, mas se eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se tivesse falado...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Do jeito que estou me comportando aqui, eu já... Nominarei, não tenho nenhuma...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já teria exposto.

O senhor foi assediado...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Você pode ter certeza de que eu estou procurando ser o mais exato possível nos fatos e nas minhas declarações.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não tenho dúvida alguma.

O senhor foi assediado em momentos diferentes daqueles que coincidem com campanhas eleitorais, para favorecer empresa? Sem usar essa palavra, porque eu não imagino que alguém vá chegar para um diretor de um órgão importante e dizer: “Eu quero favorecer uma empresa!” Não imagino isso. Mas o senhor chegou a perceber manobras políticas, tentativas de manobras, para induzir o DNIT a assumir um pouco mais os interesses de uma empresa ou de outra, fora de período eleitoral? Ou o período eleitoral não tinha nada a ver com isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não. Não, senhor. Nem em período eleitoral nem fora de período eleitoral. Nunca percebi essa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ou seja, associar eleições à corrupção é um certo exagero, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Será que a... Eu penso que a democracia não é responsável pela corrupção. As ditaduras não têm eleições e são absolutamente corruptas. Então, lançar sobre o processo eleitoral, momento mais relevante da democracia, quando o povo escolhe os seus representantes, lançar sobre esse processo a dúvida sequer sobre a causa da corrupção parece-me algo que, absolutamente, não pode passar sem uma repulsa registrada. Os atos de corrupção são praticados porque as pessoas perdem a noção do que é certo, do que é errado ou porque tem uma vocação, uma índole, ou porque entraram numa vida pública para isso mesmo. Não é eleição que faz alguém se corromper, não. Senão, as ditaduras, repito, seriam íntegras. Onde escuto esse tipo de discurso eu

faço questão de depois fazer o registro de defesa da democracia, que não pode ser responsabilizada pela existência de corrupção.

Vou finalizar.

Pedir a sua colaboração... Por favor, o senhor tem a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Só para corroborar o que o senhor... Nos episódios em que nós tivemos atos de corrupção no DNIT, identificados, lamentáveis episódios, nada tiveram a ver com questões de campanha e nada tiveram a ver com essa questão de proximidade com o período eleitoral. Na realidade, sim, tiveram a ver com gente que fraquejou, que foi cooptada. Certo?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Certo. Corrupta.

O Senador Simon, com esse espírito cristão, fala das coincidências.

Eu vou pedir-lhe uma colaboração aqui para a Comissão. Se o senhor poderia, já deve ter um estudo desse tipo sobre a Lei nº 8.666. Eu tenho uma visão de que as dificuldades geradas pela lei podem muitas vezes facilitar a ação de grupos mal-intencionados. Quanto maior a abertura, quanto maior a transparência do serviço público, maior a facilidade de se manter o nível de competição. Isso é que acaba com esse malandros da vida pública. Porém, ao ouvir uma pessoa desse ramo da obra, do trato, da gestão da obra, com a experiência que o senhor tem, parece-me útil se o senhor depois puder nos mandar... Porque um dos trabalhos da CPI é fazer propostas legislativas também. Se o senhor pudesse nos mandar...

A 8.666 não está anacrônica, no todo ou em parte? E, se está, seria trocada pelo quê? Será que existe algum modelo ideal?

Então, se o senhor não tiver pronto, mas se puder se dedicar a redigir esse tipo de documento, em colaboração com a CPI, seria bom que depois encaminhasse ao Sr. Presidente, que nos distribuiria e ao Sr. Relator.

Assim, eu apenas agradeço a sua presença. Há muito tempo queríamos ouvi-lo. Tentamos, eu e o Senador Pedro Simon, trazê-lo até para uma audiência, uma oitiva informal. Porém, vou lhe dizer uma coisa, que é da minha índole, devo dizer... Eu não acredito... Algumas forças agiram para lhe derrubar. Claro que a Presidente Dilma não decidiu porque saiu uma reportagem, por mais prestigiosa que seja a publicação, a revista. Houve as suas razões de Governo, de lutas internas, ou de interesse contrariados até, para lhe tirar. Porque, se dependêssemos de reportagens, talvez metade do Governo não estivesse mais aí.

Eu agradeço a sua atenção e a maneira como o senhor se portou nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu tenho uma resposta.

Deputado Miro Teixeira, eu vou lhe encaminhar, eu tenho um material sobre isso. Nós fizemos já em vários fóruns, principalmente com os órgãos de controle, um amplo debate sobre isso. E há caminhos, sim, e até alguns países mais desenvolvidos têm conseguido êxito com esse caminhos. Eu acho muito interessante debruçar-se sobre isso, porque essa nova forma de contratação pública aceleraria os processos. Hoje, entre a decisão da autoridade de fazer uma obra pública e o início da execução, em média, demora dois anos e meio. É um absurdo. Então, temos que ter outros mecanismos.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o querido companheiro Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Dr. Pagot, eu fico muito feliz em ver V. Ex^a aqui nesta Comissão.

Como V. Ex^a se referiu no seu pronunciamento, respondendo a uma pergunta, eu telefonei a V. Ex^a. Quando saiu a entrevista na revista, entrevista essa em que V. Ex^a fazia referência com relação a fatos e dizia que estava disposto a falar na Comissão, para contar tudo o que conhecia e o que sabia a esta Comissão, eu telefonei a V. Ex^a, V. Ex^a teve a gentileza de ir à minha casa, e nós conversamos. E V. Ex^a repetiu exatamente isto: “Não, eu estou à disposição. Estão falando, tem tanta coisa...” V. Ex^a inclusive disse: “Falam tanta coisa de mim, não tenho chance de dar a minha versão, eu acho que posso ajudar muito e gostaria de falar”.

Naquele dia, eu vim à Comissão, e fiz um apelo à Comissão, para que chamasse V. Ex^a. Eu fiz um apelo em dois sentidos: V. Ex^a se colocava à disposição e dizia que tinha assunto, que tinha o que falar, que queria falar. E o Sr. Cavendish, que eu achava que deveria ser convocado...

Desde o início, Dr. Pagot, eu venho insistindo, como Senador mais velho desta Casa... Cheguei aqui há 36 anos, interrompi o mandato quando fui governador e depois voltei. Então, eu digo o seguinte: há muito tempo, eu sinto a mágoa e o ressentimento de que Câmara e Senado não têm competência e capacidade para buscar o empresário, uma pessoa importante, a figura do corruptor. Temos muito peito. Até do Presidente da República fizemos o *impeachment*. Vários Senadores, vários Deputados, várias autoridades, empresário nenhum; banqueiro nenhum.

Na CPI dos Anões do Orçamento, envolvendo as denúncias do PC Farias, perdão, do Pedro Collor ao Sr. PC Farias, apareceram ali, sim, apareceram nomes e mais nomes e mais nomes, nomes daqueles que o PC Farias, daqueles empresários que tinha, com os quais ele fazia negociação. Olha, você fica quieto. Nos dê o apoio tanto e na nossa administração não tem Imposto de Renda, não tem absolutamente nada. Ele contou. Deu os nomes. Contou os fatos todos. Dividimos a CPI em duas, porque era tanta coisa que não podíamos investigar nada. Então, uma iniciativa burra, minha, lembra? *(Pausa.)*

Dissemos o seguinte: primeiro vamos investigar os Parlamentares que estão denunciados, porque vamos ficar com autoridade para depois ver os corruptores. E fizemos a CPI dos Anões do Orçamento. E limpamos a barra. Cassamos muita gente. Havia o compromisso escrito de que, terminada a CPI dos Anões do Orçamento, se convocaria a CPI dos Corruptores. Assinado o compromisso escrito. Assumiu o Governo. Saiu o Itamar. Não deixaram. Até hoje não saiu. Então, é a primeira vez na vida que estamos aqui discutindo corruptores que já têm provado o que fizeram. Então, essa CPI é diferente de todas as outras.

O que é uma CPI? Aparece uma denúncia e a gente vai investigar. O que é essa CPI? A denúncia já está provada e procuramos engavetar. Não deixar que ela venha para fora. A verdade é o contrário que aconteceu. Por isso, quando V. Ex^a disse que queria falar, eu me emocionei e vim a esta Casa e insisti, e insisti, e insisti. Primeiro, foi muito tempo para aceitarem o convite de V. Ex^a, não era nem convocação. Aprovamos, mas tinha coisa mais importante: tínhamos a esposa primeira do Cachoeira, depois tinha a segunda esposa do Cachoeira... Falam até que iriam convocar a sogra, não sei se a primeira ou a segunda, do Cachoeira. Então, tiveram umas coisas enormes para investigar. Aí entraram negócios do Governador de Goiás, que não estou discutindo a importância, mas não era fundamental. Eram coisas por fora do assunto. Quer dizer, investigar o Governador, o Secretário, isso aqui é a rotina desta Casa. Agora, investigar uma Delta, investigar uma corruptora com a força, com a realidade, com o fato provado, isso era para valar, mas essa CPI não quis fazer. Vamos ser muito claros: a CPI não quis fazer. E o que é mais triste? Acordo de vários Partidos: tu não investigas os meus, eu não investigo o teu e tu não investigas o dele. Ah, mas tem que aparecer perante a imprensa. Então, para aparecer perante a imprensa, vamos ouvir o Governador de Brasília, vamos ouvir o Governador de Goiás, vamos ouvir não sei quem, vamos ouvir mais não sei quem, vamos ouvir a moça fulana de tal. Essa é a musa da

Comissão. Vamos ouvir a outra para ver qual é mais bonita. Então, há uma discussão aí se a primeira ou a segunda, se o Cachoeira fez um bom negócio ou não fez. Essa foi uma das discussões que resultaram da nossa CPI.

Tenho o maior respeito por V. Ex^a, Sr. Relator. Acho V. Ex^a uma pessoa muito competente. Até o seu estilo e a sua seriedade impõem. A gente olha para V. Ex^a e diz: Não, esse é um homem de valor. Esse é um homem que tem personalidade. Mas discordo de V. Ex^a. V. Ex^a dificultou, dificultou, dificultou e hoje trai. Desculpe eu ser sincero, mas V. Ex^a já deve ter sabido que trouxe porque a nossa ilustre testemunha vinha para não falar. Entendo e não vou cobrar de S. Ex^a que fale as coisas que a gente imaginava que iria falar, nem vão perguntar qual é o Senador que, por 20 milhões, contaria isso ou contaria aquilo. *(Pausa.)*

Não, isso não é de V. Ex^a. É do Cavendish. Mas ele também não vai dizer nada, mas acho que o momento de V. Ex^a falar era aquele. Era ali. Quando V. Ex^a estava magoado, ressentido e querendo contar as coisas. Quando o seu amigo Maggi, de quem sou um grande admirador dizia: "Não dá para falar para o Pagot porque ele está intratável". Era o momento de V. Ex^a falar, mas o relator não quis.

Hoje que a água esfriou, a comissão já saiu da capa de jornal, então, V. Ex^a vem depor. Eu imagino, com toda a sinceridade, imagino a injustiça que fizeram com V. Ex^a porque disseram uma série de fatos e não lhe deram chance de se defender. Quando V. Ex^a foi para a revista, na verdade, a revista não deu muito a preocupação com a sua defesa, mas deu a preocupação com o que o senhor ia dizer dos outros porque ela também não estava interessada na sua defesa e V. Ex^a está aqui hoje. V. Ex^a está prestando serviço a empresas particulares, serviço particular de assistência.

Eu fico a imaginar: as empresas às quais V. Ex^a presta serviço são empresas que negociam com o Governo. V. Ex^a, saindo daqui como vai sair, continua o seu trabalho. Se V. Ex^a dissesse as coisas que a gente imaginava terminava o seu trabalho porque essas empresas, ou ficam de bem com o Governo ou com V. Ex^a e iam preferir ficar de bem com o Governo. Então, sinto na tranquilidade do Relator, na tranquilidade dos líderes dos vários partidos que nem apareceram aqui, e de depoimentos que não o de V. Ex^a, eu não vi um Senador do MDB, a não ser eu, que estivesse aqui presente. Eu não vi o Líder do PT aqui presente, o Líder do Governo aqui presente. Não vi! Cá entre nós: não vi ninguém porque eles sabiam que não ia acontecer nada porque eles deveriam estar aqui preparados, firmes, no sentido de contra-argumentar, mas eles sabiam que ia ser isso aí.

A coitada da Ideli, ela...O coitadinho do nosso Senador de Goiás, cá entre nós, ninguém bate em cachorro morto, mas agora vai...Eu achava e hoje sou um admirador extraordinário... Afinal, sou uma pessoa de 40 anos de vida pública. A minha comissão não me bota...O MDB tem dois titulares indicados e nenhum suplente. Eu não sirvo nem para suplente. Quer dizer, porque o MDB em CPI não me coloca nunca. É que os princípios éticos da bancada são tão profundos, do nosso líder, são tão essenciais que eu não consigo chegar lá. Então: “cai fora”. (*Risos.*) O que é que eu vou fazer? Então, permito a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou conceder mais dois minutos para o senhor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, eu imaginava em V. Ex^a ter uma pessoa que sou um admirador extraordinário. Hoje, embora tudo que possa suceder, é o Presidente do PTB o Jefferson. Ele estava aqui nesta comissão no lugar de V. Ex^a quando também o denunciaram. E era para ele ser a grande vítima, o único réu responsável por tudo o que tinha acontecido. Mas ele falou. Eu cobre dele: “V. Ex^a, Deputado Jefferson, nesse momento tem duas saídas: ou ficar de cabeça baixa.” E eu vi então ele dizendo, quieto “vou contar tudo” e ele contou tudo. E só saiu a CPI do mensalão, e só tem esse julgamento por causa do Deputado Jefferson. Foi ele que teve a coragem de contar: “Foi assim, foi assim, o Presidente Lula nos chamou e fez a divisão, é tanto para cada partido, esse cargo é aqui, esse cargo...” Ele contou e, a partir do depoimento dele, veio todo o resto senão não tinha acontecido nada. Mas eu cheguei a imaginar que, através de seu depoimento, iam aparecer essas questões com relação à Delta e tudo o mais.

Naquela ocasião, 20 anos atrás – desculpe-me, eu estou aqui, estava lá, mas era outro Congresso; parece mentira, mas era outro Congresso... E agora, com o PT na Presidência da República, aquele Partido dos Trabalhadores com aquela ética, com aquela história, com aquela biografia extraordinária que tem, é muito pior do que na época do mensalão. Porque a grande verdade é que não permitiram. Nós não tivemos mais... O Senado e a Câmara perderam toda a personalidade pessoal.

Nós não existimos. Nós estamos aqui numa Comissão de mentirinha. Nós estamos aqui numa comissão de faz de conta, em que os líderes se reuniram, deram as decisões e nós aqui fizemos o papel de bobos.

Por isso, eu só lamento, porque eu achava, sinceramente, Dr. Pagot, que o senhor poderia ser o grande herói deste País. O senhor poderia ter aberto um processo que seria importante para todos, a começar pela Presidente Dilma, que, na minha opinião, tem

boas intenções, tem boa vontade, tem boa disposição, mas é escrava de uma palavra que foi bonita, que, lá na Espanha, na hora da democratização, chamava-se de algo realmente muito importante: o entendimento, o acordo, a convivência, o pacto. Agora, isso aqui se chama troca-troca: “me dá lá que eu te dou aqui”; “me dá lá que eu te dou aqui”.

E, nesse “vai lá que te dou aqui”, V. Ex^a perdeu a chance, a grande chance. E digo mais a V. Ex^a: em primeiro lugar, eu não estou criticando-o. Com toda a sinceridade, não estou. Agora estou entendendo a sua posição, que eu respeito. Só porque não quero fazer o papel de bobo aqui, querendo dizer que V. Ex^a é isso. Não é V. Ex^a: é a estrutura que foi imposta em cima de V. Ex^a; é o governo, é a máquina que foi imposta em cima de V. Ex^a. E V. Ex^a precisa sobreviver.

É por isso que o homem que está falando aqui é o homem que está lhe falando por influência do governo, pela máquina do governo, pela pressão do governo e, cá entre nós, pela subserviência das lideranças desta Casa, que não tiveram personalidade nem autoridade, não estavam à altura da hora que nós vivemos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Eu agora vou passar aos Srs. Parlamentares, mas, antes, quero passar a palavra para as reflexões aqui do Sr. Relator em relação...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu não usei o art. 14 até agora...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Mas ele não vai falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Se o Pagot quiser falar agora, eu falo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, ele não quer falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Bem, Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, eu passo...

Eu vou passar ao Relator, depois ao Sr. Pagot e aos reinscritos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele disse que não queria falar, mas eu vou consultá-lo. Ele tem o direito de não falar.

Agora, antes, Sr. Relator, eu indago ao Sr. Luiz Antônio Pagot se quer comentar a fala ou responder às questões colocadas pelo ilustre Senador Pedro Simon.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Passo ao Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, é claro que eu respeito muito a história e a trajetória do Senador Pedro Simon. Longe de mim buscar estabelecer qualquer paralelo e qualquer crítica ao trabalho do senhor, até porque eu acredito que V. Ex^a é um Parlamentar honrado, que busca exercer bem o seu mandato. Agora, a grande questão que está colocada aqui é que, primeiro, quanto às críticas que V. Ex^a faz à relatoria, eu acredito que elas sejam da natureza do trabalho de alguém que se vê obrigado a coordenar um processo de investigação.

Agora, o Sr. Luiz Antônio Pagot esteve com V. Ex^a. E, estando com V. Ex^a, ele acrescentou algo que ele não disse aqui, porque o senso de oportunidade, se ele quisesse, ele poderia ter falado com o senhor naquele tempo, naquele momento que o senhor diz aqui era o momento oportuno. Se ele disse alguma coisa que acrescenta ao que ele está dizendo aqui hoje, eu acho que era bom o senhor dizer para nós aqui também; senão, ele está usando do direito que ele tem.

Segundo, o Colegiado, é uma decisão...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – ... é conivente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não, não. Eu não estou dizendo que é conivente, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Falou.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, não. Eu estou dizendo ao senhor o seguinte: se ele e quando esteve com o senhor, na casa de V. Ex^a, se ele acrescentou alguma coisa ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desculpe, prezado Relator, eu penso que nós estamos aqui num ambiente sempre tão sereno, que não vale a pena alguém da Mesa da Comissão, dirigir perguntas a um membro da Comissão. O Senador Pedro Simon não é depoente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, primeiro não estou levantando suspeita sobre o Senador Pedro Simon; eu estou perguntando, ele diz se ele quiser ou não. Creio que não, ele não acrescentou nada quando disse ao senhor. Ele, Luiz Antônio Pagot, pode dizer, nesta Comissão ou em qualquer outro momento que ele quiser, ele pode dizer o que ele quiser dizer, em qualquer espaço. V. Ex^a e outros pares desta Comissão criaram oportunidade para que ele falasse num momento, segundo a conveniência de V. Ex^{as}, mais oportuno.

A Comissão – e aí eu tenho parcela de responsabilidade nisso, é claro, porque dialogo sempre com o Presidente Vital do Rêgo, mas o Presidente achou

por bem marcar agora. Ele vem, atendendo inclusive ao clamor de V. Ex^{as}. Se não vem, somos criticados; se vem, ele não diz o que se esperava que se dissesse, somos criticados. Eu entendo que isso faz parte do ônus de alguém que é Relator e de alguém que é Presidente. Só isso.

É claro que eu respeito a história de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Apenas, Senador Pedro Simon, o nosso depoente, Luiz Antônio Pagot, deu uma entrevista à revista *Época*, deu uma entrevista à revista *Isto É*, ele está conosco acerca de oito horas e não nos parece que ele tenha omitido aqui, hoje, algo que ele teria por dizer, seja na revista *Isto É*, seja na revista *Época*, mesmo quando esteve com V. Ex^a.

Então, nós estamos entendendo que ele está aqui nos colocando tudo que teria para dizer, não está omitindo desta Comissão qualquer informação. Esse é o sentimento que nós temos. Ele não veio munido de *habeas corpus*, não veio disposto a: “Nada a falar”, enfim ele está trazendo todo o seu depoimento na íntegra aqui, de tudo que ele teria para falar, inclusive naquele tempo em que se avaliava que era o tempo correto, conforme o senhor nos trouxe.

Então, este é o nosso sentimento: esta Comissão não perdeu por trazê-lo agora, e ele esteve aqui e pôde falar tudo neste momento. Nenhum dos Srs. Parlamentares... Ele só omitiu um dado, e cabe a ele também... Ele aqui não quis nos fornecer um nome de uma pessoa, tendo em vista a relação que tem. Ele deu a informação sem dar o nome da fonte. Foi a única coisa, e o fez explicitamente, dizendo: “Eu não vou dizer o nome da pessoa”. Mas o restante das informações ele deu sem que houvesse qualquer contradição com o que já foi dito nas revistas, com o que foi dito dele, e, inclusive, ele teria falado particularmente com qualquer um dos senhores que já tivesse ouvido a fala dele.

Então, o sentimento nosso é que esta CPI está conseguindo conduzir, de maneira transparente, esta investigação.

Eu... Pela ordem, Deputado Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Pela ordem, o PMDB foi citado, integrantes do PMDB, e aí eu acho que eu tenho que responder, até porque houve a presença deles aqui.

O senhor me permite, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Permito.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Senador Pedro Simon, Sr. Senador, meu nome é Luiz Pitiman, talvez o senhor não me conheça, mas eu sou Deputado Federal pelo PMDB do Distrito Federal. Ouvi atentamente as suas colocações, e o senhor chegou

há pouco, eu cheguei aqui às 10 horas da manhã. Não fui almoçar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, não estou discutindo não. Estou discutindo agora o que o senhor colocou, o que o senhor colocou agora. É importante registrarmos, é importante registrarmos que a primeira coisa que eu pedi ao Sr. Pagot foi exatamente o que o senhor falou. Eu disse: Sr. Pagot, o momento de o senhor salvar a sua biografia é agora. Exatamente o que o senhor falou. O senhor não ouviu eu falar e eu estou me referindo a apenas esta sessão.

E respeito a sua biografia e os seus 40 anos de casa. E peço respeito, como Deputado Federal do PMDB do Distrito Federal. Sobre as colocações que o senhor fez com relação ao PMDB, eu tenho a lhe dizer que algumas coisas muito claras não condizem com a verdade.

Eu vi aqui o Senador Ricardo Ferraço, que esteve presente. Eu vi aqui o Senador Sérgio Souza, que esteve presente. E grande parte da sessão a Deputada Iris Araújo esteve do meu lado. Lembrando que a única pergunta que o Sr. Pagot não quis responder foi a minha, dizendo justamente que era importante para salvar a biografia dele, mais ou menos o que o senhor disse.

Somente isso para refazer as colocações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

São três reinscritos, por cinco minutos, e nós vamos concluir a sessão depois desses três reinscritos. A sessão não, a sessão com o Sr. Luiz Antonio Pagot. Nós temos mais um convocado que nos aguarda desde as 10 horas da manhã, que é o Sr. Adir Assad.

Então, vou passar aos três inscritos por cinco minutos.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dr. Pagot, tem um diálogo do dia 2/7, às 7h20, entre Cláudio Abreu e Carlos Cachoeira em que Carlos Cachoeira garante que V. S^a não falaria nada, especialmente por ter jantado, como o senhor já disse, na casa de Demóstenes com Cavendish, pois senão estaria dando um tiro no pé. Aliás, dizem que V. S^a poderia até falar, mas alegando que foi para tratar do assunto lá do meio ambiente.

Curiosamente, quando eu toquei no assunto da 101, o senhor se defendeu e defendeu o seu colega de DNIT, usando o argumento das dificuldades de meio ambiente.

Eu recebi uma matéria lá de Santa Catarina – porque as pessoas veem a CPI – e aqui lembra, por exemplo, do lote 25, o popular lote da vergonha. Fo-

ram onze aditivos que incrementaram em 16 milhões um único lote.

E aí fala aqui o presidente da Vias do Sul, uma associação que luta para que a obra se conclua, Sr. Rafael Bianchini. Sobre esse assunto, ele diz: “Nós ficamos surpresos, era a única alternativa, pois eles, diretores do DNIT, não rescindiriam o contrato com as empresas pelos atrasos, não iriam punir as empreiteiras, ao que tudo indica pagavam propina.”

Aqui diz que um desses aditivos de que Hideraldo Caron seria o mentor e ele aumentava o valor em 73% do original.

E aqui fala o Presidente da Confederação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Alcântaro Correia: “Não há justificativa para o excesso de aditivos, a não ser o superfaturamento e a incompetência técnica”. Isso aqui é de quem sofre o problema na carne.

E quanto a aditivos que o senhor diz meus números talvez não estivessem corretos, fui buscar no Portal de Transparência do Governo: três contratos no seu período, e tive o cuidado – os nossos técnicos – de retirar o que o senhor aqui didaticamente explicou de valor de reajuste de contrato. Eu vou pegar apenas um, em que o contrato arranca de 3,8 milhões; o valor dos aditivos, 10 milhões; o valor do reajustamento, 3,467 milhões; valor total: 17 milhões. O percentual do aditivo em fevereiro de 2010 era de quase 270% sobre o valor original.

E esse dado é do Raffo, que o senhor conhece muito bem, que é o Relatório gerado pelo próprio Ministério. Há um outro caso, que vou passar depois ao Relator, que é um contrato da sua gestão, que começa com 8 milhões e termina em 14, tirando o reajustamento do contrato, segundo dados do próprio Dnit. Aliás tenho as planilhas todas aqui. Tem um aditamento de 37%. O senhor disse que só tinha um de 25. Já achei dois aqui. E tem um terceiro, fazendo a mesma conta, porque o meu tempo está acabando, de 71%. Esses são dados do Governo Federal com informações do Dnit. Vou passar ao Relator, depois ele poderá passar ao senhor.

Queria fazer algumas questões rapidamente.

A primeira, há uma conversa de que não foi bem a secretária quem lhe apresentou o contador do PT ou o arrecadador do PT na última eleição. Não seria o Sr. Giles de Azevedo que fez essa apresentação para o senhor?

Outra pergunta. O senhor participou de uma reunião com o Ministro Alfredo Nascimento onde alguém disse o seguinte: tem que aditivar, tem que aditivar. Temos uma eleição para enfrentar.

Se o senhor tem memória dessa reunião, se o senhor acompanhou o Ministro aonde alguém disse isso pode dizer quem é esse alguém.

E, terceiro, quero dizer que o senhor aqui está sob juramento. O seu advogado sabe disso. O senhor assinou um termo aqui de dizer a verdade. E aqui, na minha avaliação, o senhor confessou no mínimo dois crimes: tráfico de influência, quando assume que ligou para as pessoas, pediu. Não estabeleceu preço, mas, do alto do todo poderoso diretor geral do Dnit, sem dúvida alguma as empresas devem ter entendido o recado, não é? E, mais grave, depois enviaram os boletos de depósito para o senhor conferir que o dinheiro foi doado, o que caracteriza improbidade administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrado o tempo de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então quero lhe dizer...

Vou usar 30 segundos.

Quero dizer a V. S^a que se o senhor entrou aqui... Por isso é bom sessão de pergunta e resposta. Mais cedo ou mais tarde escorrega e cai.

O senhor aqui admitiu no mínimo dois crimes e talvez haja um terceiro que tem que ser bem avaliado, a gravação de quando o senhor respondeu às perguntas, que pode ser prevaricação.

Portanto, se veio aqui para defender a sua administração, o senhor acabou de confessar dois crimes com certeza, talvez um terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Passo a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Aliás o seu advogado pode lhe explicar depois como é isso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, discordo da sua contabilidade novamente. Se nós tivéssemos qualquer aditivo acima de 25% já teríamos sido apenados pelo TCU e pela CGU.

As pessoas, os assessores às vezes pensam que sabem tudo, pegam uma planilha e já dão uma solução. Isso pode ser investigado pelo Ministério Público. Não tem problema nenhum. Vamos investigar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vai ser feita a denúncia, pode ter certeza.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sem problema nenhum. Pode ser investigado corretamente isso. Volto a lhe assegurar que só autorizei um aditivo acima de 25% e não tenho o menor receio...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – De cada vez, o senhor quer dizer, não é? De cada vez, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor. Não. O senhor não me provoque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu não estou provocando.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O senhor está me provocando.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor é quem está provocando a nossa inteligência.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O senhor está me provocando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, eu só peço que nós possamos respeitar o orador na tribuna.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – No seu tempo pode haver esse pingue-pongue. Terminado o seu tempo, a palavra está com o Sr. Luiz Antônio Pagot. Eu peço esse respeito.

Devolvo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, é que durante o período dele no Dnit a Delta foi altamente favorecida. Isso vai ter que ficar claro ao longo da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, devolvo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Pagot.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Da mesma maneira, eu posso dizer o seguinte: eu rebato a sua expressão. “Altamente favorecida” é uma expressão sua.

A Delta foi uma empresa que participou dos certames licitatórios e assinou os contratos dentro de toda a legalidade que existe. Se existe alguma ilegalidade, com certeza os órgãos de controle já pegaram essa ilegalidade.

Volto a frisar sobre a questão do aditivo: nós não autorizamos nenhum aditivo além dos 25%. Muitas vezes o que pode estar na planilha é junção de obras. Cada caso tem que ser analisado. O senhor não queira que, em oito horas aqui, perante esta nobre Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu á me lembrar de todos os detalhes.

Outro detalhe fundamental é que isso se passe em superintendências, se passe em coordenadorias e se passe em diretorias. Precisamos avaliar caso a caso para dar uma resposta correta. Mas, de novo, quero salientar que não tenho autorização por parte da diretoria colegiada, especialmente pela minha parte, qualquer aditivo acima dos 25%. Então, já contestei isso na sua afirmação, na afirmação de outro Deputado, do Senador Pedro Taques, e quero reafirmar isso. E estou disposto a responder em qualquer processo, em qualquer meio. Não me atemorizo. Hoje, de manhã, já se falou em Ministério Público. Não tem problema. Se tiver que ir ao Ministério Público, vou ao Ministério Público. Vou me defender em todas as instâncias.

Outro detalhe fundamental... Desculpe. Outro detalhe que o senhor coloca aqui é sobre uma reunião que eu participei junto com o Ministro Alfredo Nascimento e que alguém falou sobre aditivos, aditivos, aditivos. Eu não sei se o senhor está se referindo a uma gravação que foi feita na sala do Ministro Alfredo Nascimento e que veio a público. Então, se for essa gravação, eu assisti a essa gravação.

Outro detalhe que quero falar...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E quem é que falava aditivo, aditivo...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Como?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quem é que dizia que tinha que aditar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu não lembro. Eu sei que tinha uma gravação que veio a público, saiu nos jornais, estava no YouTube, que falava sobre esse assunto. Tinha, parece-me, um parlamentar e esse parlamentar estava entrando no partido, alguma coisa desse tipo, e nessa conversa alguém falou sobre uma obra e sobre um aditivo necessário para a obra. Eu não lembro exatamente o que aconteceu. Mas isso foi no gabinete do Ministro Alfredo Nascimento.

Sobre se a Suely me telefonou ou se foi o Gillis que me telefonou, volto a afirmar: quem me telefonou foi a Suely.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, quem lhe apresentou, informalmente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Quem me telefonou. Apresentado ninguém foi. Não teve apresentação formal. O Deputado José de Filippi não teve apresentação formal a mim, não teve. Simplesmente, o dia em que ele chegou marcou audiência, telefonamos, trocamos telefonemas; depois, um dia ele pediu audiência para minha secretária, e aí veio para fazer a reunião. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o próximo inscrito é o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Pagot, tenho apenas uma pergunta, rápida e objetiva, Sr. Pagot: o senhor declarou à revista IstoÉ o seguinte, em relação à Ministra Ideli Salvatti: “Ela queria que eu chamasse as empreiteiras e pedisse para por dinheiro na campanha dela”. Como o senhor se negou a ajudá-la, há uma manifestação sua dizendo que acha que a Ideli ficou ressentida e passou a miná-lo quando chegou ao Planalto. O senhor confirmou isso aqui na CPMI.

Agora, a Ministra Ideli Salvatti... Rapidamente a sua declaração aqui nesta CPMI bateu lá no Palácio do Planalto, e ela acabou de editar uma nota à imprensa dizendo que não é verdade essa afirmação, que ela – palavras da Ministra Ideli – “na condição de Senadora,

ela o procurou e que jamais recorreu ao ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot para solicitar recursos para campanhas ou mesmo indicações de empresas para esse fim”. Ela acabou de dizer isso também, depois da sua manifestação aqui na CPMI.

Então, a minha pergunta é a seguinte: ela está faltando com a verdade, ou o senhor está faltando com a verdade? E, se não é o senhor que está faltando com a verdade, se o senhor estaria disposto a fazer uma acareação com a Ministra Ideli.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Sem problema nenhum.

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – O senhor continua mantendo que o senhor não falta com a verdade. Quem está faltando com a verdade é a Ministra Ideli.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu vou lhe repetir: não estou faltando com a verdade e estou disposto a fazer uma acareação, se precisar.

O SR. VANDERLEY MACRIS (PSDB – SP) – Está bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, o próximo inscrito é o Deputado Rubem Bueno, por cinco minutos. Só para lhes informar que o Senador Randolfe Rodrigues também se inscreveu. É o último inscrito, e a gente termina depois deles.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, rapidamente, só para o Sr. Pagot responder.

Quando falou, e aí eu perguntei se havia outras pessoas que o haviam procurado no DNIT em busca de recursos para campanha...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – O senhor podia repetir, porque eu não entendi?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – A pergunta é simples. Quando o senhor falou, e eu tinha perguntado se outras pessoas, grupos, enfim, interessados, o tinham procurado para financiamento de campanha ou coisa parecida, e estavam falando, naquele momento, exatamente do tesoureiro do PT... O senhor afirmou, contou a relação de empresa, que entrou em contato com empresa, algumas mandaram até cópia do boleto para o senhor, o senhor entregou para o tesoureiro do PT, etc. Então isso aí está esclarecido. Só que, quando eu perguntei “se outras pessoas”, o senhor não respondeu, eu também não cobre. E, na outra pergunta, logo depois de mim, não me lembro quem, o senhor falou sobre o ex-Ministro Hélio Costa, que teria ido lá. “Só vou citar um exemplo, foi lá o Ministro Hélio Costa, com sua *entourage*, em busca de recursos e ameaçando o Diretor do DNIT”, no caso o senhor.

Eu volto a perguntar: alguma outra pessoa, parlamentar, enfim, figura, naquele período de 2010, da

campanha, procurou o senhor em busca de financiamento de campanha, alguma coisa parecida?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Não, senhor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não.

Só o caso do Ministro Hélio Costa, que o senhor citou como exemplo. Do ex-Ministro Hélio Costa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Ideli Salvatti e Hélio Costa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ideli Salvatti.

Essa nota oficial que ela publica, hoje, também é uma boa pergunta que o Vanderlei Macris apresenta.

E, finalmente, o senhor disse que não é ético o que fez, em busca de recursos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Afirmei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Afirmou.

Pois bem. Agora, só para separar bem: ética da sua parte ou ética do tesoureiro do PT, que foi em busca de alguém de um cargo do Governo do PT para buscar esse tipo de vantagem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Deputado, eu não vou fazer juízo de valor com relação ao Filipe, certo. Agora, eu reconheço que não foi ético da minha parte. Embora, na época, eu tinha avaliado que não haveria nenhuma ilegalidade, mas, posteriormente, eu fiquei bastante constrangido com isso e também julguei que não era ético.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Era isso, Presidente.

Presidente, devolvi-lhe a palavra.

Obrigado, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu passo para o último orador, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Serei breve, Presidente, como me comprometi com o senhor.

Sr. Luiz Antônio, das perguntas que eu havia feito anteriormente ao senhor, há duas para as quais, no meu entender, faltou um esclarecimento maior do senhor. Uma, deixe-me só lembrar – eu cheguei a entregar aí para o senhor, inclusive, minhas perguntas –, e uma das perguntas é o seguinte, que eu tinha anteriormente feito. Se o senhor saberia...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Senador, eu estou com as perguntas aqui. O senhor quer que eu leia e responda? O senhor tem mais alguma?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Pronto. Já que o senhor tem aí as perguntas, então eu vou fazer as outras, complementares, e o senhor responde a essas duas que estão aí, que encaminhei para o senhor, além das complementares, que faço agora.

O senhor falou, aqui, no seu depoimento, que também coincide com o que foi lido pelo senhor, em entrevista à revista *Época*, sobre dois personagens: um é o Deputado Wellington Fagundes. Eu queria... Na entrevista à revista *Época*, V. S^a afirmou que o Deputado Wellington Fagundes o pressionou a favor da Delta. Ele queria que o DNIT fosse menos exigente com a Delta no episódio do asfalto da BR-163.

Eu lhe pergunto: o que o senhor quis dizer, na entrevista à *Época*, com o termo “menos exigente”?

A pergunta seguinte é se esse Deputado também participou de alguma – abre aspas – “conspiração” com o Deputado Valdemar Costa Neto para a sua queda no DNIT.

Eu queria, assim, que o senhor reiterasse qual a classificação que o senhor fez, aqui, anteriormente, em relação ao Deputado Valdemar Costa Neto, à participação dele em relação à sua queda no DNIT e à atuação dele junto aos negócios da empreiteira Delta.

Por fim, eu perguntei para o senhor, mais cedo, sobre um documento que chegou a esta CPI, encaminhado pela Advocacia-Geral da União, assinado pela Sr^a Izabel Vinchon Nogueira de Andrade e que antes chegou as minhas mãos. O senhor disse em relação a esse documento que considero coerente os dados que estão nesse documento e racional – foi essa a sua classificação sobre esse documento.

Eu quero acrescentar se o senhor chegaria a dizer que os dados desse documento, antes é só para confirmar se é do mesmo documento que estamos falando, esse documento com o título *Cachoeira de Donativos* que mostra um esquema no DNIT de Goiás, envolvendo agentes públicos, agentes privados. Vou lhe encaminhar só para o senhor checar se é do mesmo documento que estamos falando. (*Pausa.*)

Trata-se do mesmo documento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Trata-se do mesmo documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na sua opinião, os dados que estão nesse documento correspondem à verdade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eles precisam ser investigados. Eu não tenho esse poder de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O senhor diria que esse é um caminho de investigação que a CPI tem que seguir?

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Muito interessante, muito interessante! Eu sugeriria até que esse caminho de investigação fosse aprofundado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

Sr. Presidente...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Talvez ele chegue exatamente no que os senhores estão precisando a que se chegue.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção dos senhores para a informação que o Sr. Luiz Antônio Pagot acaba de prestar. Ele relata que esse documento que já é de posse da CPI é um caminho muito interessante e pode apontar o caminho que a CPI pode e deve seguir.

Eu quero só apresentar os dados que estão no organograma desse documento. Os dados dão conta do envolvimento de uma série de agentes públicos entre eles funcionários do DNIT: o Sr. Alfredo Neto, Otacílio Cunha, Adão Roberto, Olavo Noletto, Maurício Muniz, Ériton Beckenkamp, Adriano Mabel. Cita vários parlamentares notadamente o Deputado Federal Sandro Mabel, Coordenador-Geral da bancada federal de Goiás, cita uma série de agentes privados, empresas empreiteiras notadamente e com destaque aos negócios da empreiteira Delta.

O conjunto desse documento fala de percentual de propina distribuída entre agentes públicos e agentes privados e mostra mais detalhadamente fluxograma de um esquema de corrupção. É importante. Esse documento até agora na CPI era um documento apócrifo porque era assinado por um movimento intitulado Brasil Ficha Limpa. Esse movimento não se tem conhecimento da sua existência.

A pergunta que fiz e é o que agora dá credibilidade a esse documento é se existia racionalidade e existia coerência. O Sr. Luiz Antônio Pagot acaba de informar que, além disso, as informações desse documento é uma linha a ser investigada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e eu sugiro, Sr. Presidente, Sr. Relator, que assim o seja. Eu acho que temos um caminho de investigação a partir daqui. Era isso, Sr. Presidente.

Queria só ouvir do nosso depoente as respostas às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Luiz Antonio Pago, quero informá-los que continuaremos a sessão para receber aqui o Sr. Adir Assad. Então, nós não encerraremos a sessão depois da saída do Sr. Luiz Antônio Pagot.

Sr. Luiz Antônio Pagot, eu concedo a palavra ao senhor para duas questões: uma é se V. S^a gostaria de comentar essas questões trazidas aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues e, a segunda, fazer suas considerações finais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem, Senador Randolfe, sobre a pergunta que o senhor me fez, o Deputado Wellington Fagundes, quero dizer que ele

foi extremamente insistente na questão da sede São Vicente, extremamente insistente.

Ouvimos aqui inclusive uma explicação do Senador do Mato Grosso, Cidinho, que demonstrou que era uma obra importante para o Estado e que o parlamentar com interesse no Estado deveria estar fazendo isso para cuidar da sua base eleitoral.

Com referência à pergunta que o senhor fez sobre Valdemar Costa Neto, não entendi direito. Se o senhor pudesse reformular a pergunta, porque realmente não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. A relação dele com a Delta, qual o papel que ele exerceu junto ao senhor, se o senhor sofreu algum tipo de pressão a partir dele, e os interesses que ele teria junto com a empreiteira.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Notei em alguns episódios, e citei até a questão do Rodoanel de São Paulo, da travessia urbana de Ubatuba... São episódios que estão muito claros na minha cabeça que eram uma exigência bastante grande dele. Talvez possa ser na mesma linha, certo? Quer dizer, ele é um Deputado de São Paulo e estava brigando pelas obras de São Paulo, certo? Mas a veemência com que tratava esse assunto, a insistência com que falava sobre esses assuntos, obviamente, me levam a ter outro raciocínio, certo?

Bom, o senhor fez aqui... o senhor deixou um documento aqui com perguntas. Vou tentar responder. Só um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – As outras o senhor respondeu. Só as duas que estão aí destacadas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – “Que tipo de pressão a Delta exercia junto ao DNIT? O Sr. Fernando Cavendish participava de alguma forma dessas pressões?”

Primeiro, nas audiências que tivemos com Fernando Cavendish, pude até relatar, ele se comportava de maneira muito urbana, muito cavalheiresca, certo? Mesmo com as reivindicações contrariadas, ele não se manifestava de maneira desairosa, muito diferente do Gerente de Operações do Centro-Oeste, Cláudio Abreu, que sempre se demonstrava contrariado.

As pressões, digamos, das empreiteiras são as pressões normais. Elas sempre apresentam um rol de reivindicações. Cabe às diretorias especializadas, se a obra é da Diretoria de Infraestrutura ou se é ferroviária ou aquaviária, responder sobre aquilo, certo?

O que sempre, e aí tem também por que eu gostava de participar dessas reuniões... É que eu gostava de acelerar o processo de decisão. Se fosse “não”, imediatamente dado o “não”; se tivesse alguma coisa que fosse justificável, alguma coisa que fosse pos-

sível de ser feita, que imediatamente fosse feita, por quê? Para não ter descontinuidade das obras. Então, a pressão que a Delta exercia lá não é nada mais, nada menos que a pressão de qualquer empreiteira que trabalha no DNIT.

“Como Diretor Geral do DNIT, o senhor provavelmente recebeu diversos tipos de propostas para favorecimento a empreiteiras ou a obras com oferecimento de vantagens financeiras. Além dos casos acima relatados, o senhor poderia dar outras propostas para ação semelhante?”

Primeiro, Senador, quando fui convidado pelo Presidente Lula para assumir a Diretoria Geral do DNIT, houve uma reação muito grande por parte de muitas bancadas, por parte de muitos empresários – não é? – que não queriam de maneira nenhuma me ver dentro do DNIT.

No Mato Grosso, tocamos um programa rodoviário exemplar. Esse programa rodoviário não só fez obras através da PPP Caipira, obras de boa qualidade com baixo custo, como também recuperou a malha de pavimentação dentro do Estado de Mato Grosso. Sempre obras com preço competitivo. Mudamos o processo licitatório, aceleramos a fiscalização e passamos a fazer nas obras uma fiscalização conjunta, onde ia o fiscal do Tribunal de Contas do Estado ia o fiscal da Secretaria de Infraestrutura do Estado, com equipamentos para que pudessem gerar os relatórios praticamente em tempo real. Isso gerou um controle muito grande das obras, certo?

Então, quando vim para o DNIT já vim com essa fama, e as pessoas não se atreviam a fazer qualquer tipo de proposta ou de provocação para mim, certo?

Então, eu quero dizer que, sobre essa alusão que o senhor faz, eu não posso lhe... Quer dizer, existiam as pressões normais, pedidos de favorecimento... Eu nunca tive um pedido de favorecimento, certo? E muito menos para fazer complementações, suplementações, essas coisas todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quem lhe apresentou o Sr. Fernando Cavendish? Foi o Deputado Valdemar Costa Neto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já terminou o tempo de V. Ex^a. Ele já está nas respostas...

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Na realidade, eu conheci o Sr. Fernando Cavendish numa audiência do DNIT. Eu estava até pensando que foi num dos episódios de emergência do Rio de Janeiro, mas esse episódio de emergência foi posterior, que foi aquela

emergência em Angra dos Reis, em que ele esteve lá, na parte da manhã...

Enfim, ele pediu uma audiência e veio numa audiência, junto com seus assessores, no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O senhor quer fazer as considerações finais?

Indago se o Sr. Luiz Antônio Pagot quer fazer as suas considerações finais.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – É difícil, não é? Depois de mais de oito horas de uma entrevista como esta, em que se tem que prestar muita atenção em tudo que se fala... Mas as considerações finais, eu gostaria de fazê-las não especificamente nesta CPMI e não queria que fosse nem considerações finais. Eu gostaria que nós tivéssemos oportunidade, Senador Cidinho, de nos encontrarmos numa destas Comissões: Comissão de Infraestrutura de Transporte, Comissão de Transporte da Câmara, em que eu possa, nessas Comissões, contribuir de forma importante para que as contratações de obras públicas no Brasil sejam feitas de maneira diferente, que o controle de obras públicas no Brasil seja feito de maneira diferente.

Então, essa seria uma... Eu me colocaria à disposição, não sei nem se vou ser chamado ou não, mas me colocaria à disposição para discutir uma série de temas, como também tenho certeza que vários companheiros que têm conhecimento de causa e que sabem da necessidade de se fazer mudanças com relação a uma série de questões no Brasil... Que a gente pudesse debater nas comissões apropriadas, para que Deputados e Senadores depois construíssem um novo arcabouço de leis que são fundamentais para o futuro da Nação, que serão fundamentais para o futuro da Nação, um novo arcabouço de leis exatamente nessa área, e obviamente com a participação do Executivo, certo?

Outro detalhe importante, e aí novamente reforçando por que eu fiz questão de vir aqui, porque efetivamente eu precisava fazer uma defesa da gestão do DNIT, demonstrar aos senhores – e eu acredito que não tive essa capacidade hoje, porque é tanta coisa para se falar, e tantas perguntas para se responder, e tempos limitados –, demonstrar o quanto se trabalhou no DNIT neste período de outubro de 2007 até julho de 2011. Não foi pouco! E não foi o Diretor Pagot, os diretores, os coordenadores, foram os funcionários do DNIT, fora os que usaram de malversação, que obviamente merecem as penas que estão tendo, que tiveram ou que vão ter, mas, fora esses, teve muita gente que se dedicou e que continua se dedicando diuturnamente lá dentro do DNIT, porque quer ver as obras em que o contribuinte coloca o dinheiro, quer vê-las realizadas. Ele tem prazer e satisfação de fazer com

que o controle operacional das rodovias, a sinalização, o controle de velocidade, enfim tudo que diz respeito à parte operacional aconteça; que nós consigamos colocar no orçamento anual da União o que está planejado na Diretoria de Pesquisa e Planejamento através do sistema de gerenciamento de pavimento e que isso seja o norte para a execução das obras, porque ali está avaliado fluxo e volume, ali está avaliado o número de veículos/hora, ali estão avaliados os entroncamentos e os perigos que têm nas travessias urbanas; ali estavam avaliadas efetivamente as obras que precisam ser feitas na Nação; não que as obras políticas não possam ser executadas, mas, com certeza, existem obras que têm grande prioridade e que estão sempre deixadas em segundo plano e aí acabamos tendo sérios problemas.

Outro fato relevante é que o Governo Federal não pode tudo. Ele pode algumas coisas e isso é fato e precisa ser modificado nesse sistema de execução de obras.

Deputado Miro Teixeira, as obras que estamos executando no Brasil, no PAC 1, no PAC 2, são as obras que estamos devendo para a Nação brasileira há muitos e muitos anos. Não tem nada de novo, Deputado Miro Teixeira, absolutamente nada de novo. E nós precisamos começar a produzir obras novas para esta Nação. Lá eu citei isso, porque lá, no Rio de Janeiro, por exemplo, na 101, de Santa Cruz até Angra, aquela obra de duplicação vale alguma coisa, mas não vale praticamente nada. Por quê? Porque, ao longo da rodovia, o que nós temos? Nós temos uma mega empresa instalada, que é a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que traz um movimento extraordinário, vários novos portos, e o pessoal só acha que esses portos foram para levar o minério embora. Porque o trem chega, entrega o minério para os navios... Ledo engano. Cada navio que chega, chega com quatro, cinco mil contêineres. E, nos finais de semana, as carretas transportando contêineres brigam com os veículos que vão ao lazer dos balneários ao longo de Angra dos Reis.

Então, estou dando apenas um pequeno exemplo do que tem que acontecer na Bahia, do que tem que acontecer no Ceará, do que tem que acontecer em toda a Amazônia Legal. E, obviamente, estamos devendo isso para a Nação brasileira. E como vamos resgatar isso? Através de um novo processo de contratação de obras, encarar de frente a privatização, as concessões, a PPP, e fazer com que, efetivamente, as obras de que os brasileiros precisem e com as quais contribuem sejam entregues, concluídas e façam o desenvolvimento da Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero agradecer ao Sr. Luiz Antônio Pagot pelas contribuições que deu a esta Comissão e peço que, ao dispensá-lo, nós já convidemos o Sr. Adir Assad, que foi convocado por requerimento de vários Srs. Parlamentares, que vou, posteriormente, nominar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria só, pela ordem, aproveitar a oportunidade para pedir que os trechos em que, na ata, sejam degradados os trechos em que o Sr. Pagot faz menção à coleta de dinheiro, a pedido do Sr. Filipe, que isso pudesse ser disponibilizado para a Bancada do Democratas, para que a gente possa utilizar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As degravações são disponibilizadas a todos os Srs. Parlamentares. Serão disponibilizadas a V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Exatamente nesse trecho que temos interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Normalmente, são disponibilizadas na íntegra no *site* do Senado Federal.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas eu pediria que a Secretaria tão diligente da nossa Comissão pudesse separar aquelas afirmações do Sr. Pagot, quando ele reconhece aqui no depoimento e sob juramento que telefonou para as empresas e recebeu a cópia dos boletos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, a Secretaria disponibiliza a íntegra. Como sabemos que V. Ex^a dispõe de uma competente assessoria, nós não queremos subtrair a sua assessoria tão importante...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas, para que ela seja mais ágil ainda, a Secretaria podia separar, por gentileza, a pedido deste membro da CPML.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, nós vamos disponibilizar na íntegra e deixar a V. Ex^a, com tão competente assessoria, que possa cumprir sua tarefa, senão poderei ser acusado de estar retirando competências e assim esvaziando o trabalho de tantas assessorias.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, se estiver disponível amanhã, eu volto a enfatizar a solicitação à Secretaria para que nos ajude a localizar, visto que o depoimento é de oito horas. É por isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Certamente reforçará o trabalho da Assessoria de V. Ex^a, que é uma Assessoria tão competente que fará rapidamente para V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Porque, como disse a V. Ex^a – e V. Ex^a ouviu no momento em

que inquiri a testemunha –, é que aqui há cometimento no mínimo de três crimes, e isso precisa ser tipificado claramente: a improbidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Registrado o pedido de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...o tráfico de influência e talvez a prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Solicito a essa douta Assessoria que peça ao Sr. Adir Assad que compareça a esta reunião, acompanhado do seu advogado. *(Pausa.)*

Eu quero já anunciar presença entre nós do Sr. Adir Assad, acompanhado do seu advogado, Dr. Miguel Pereira Neto.

Sr. Adir Assad, para facilitar a compreensão de V. S^{as} acerca dos procedimentos adotados por esta CPMI, a Presidência esclarece que cada depoente, convidado ou convocado recebe, juntamente com a comunicação oficial para aqui comparecer, cópia de todos os requerimentos aprovados pela Comissão com o propósito de ouvi-lo. Com essa providência, o depoente é previamente informado sobre as razões do seu comparecimento perante este Colegiado e pode preparar sua comunicação ou optar pelo uso de suas prerrogativas constitucionais de se manter calado.

Em decorrência de requerimentos de autoria dos Srs. Congressistas Luiz Pitiman, Filipe Pereira e Alvaro Dias, aprovados por esta Comissão, comparece a esta CPMI o Sr. Adir Assad.

A presença de S. S^a deve-se, sucintamente, conforme expresso no Requerimento nº 644/2012, do Senador Alvaro Dias, a uma série de ligações entre o Sr. Carlos Augusto Ramos e a empresa Delta Construções, que envolveram também o Sr. Assad. De acordo com o requerimento, “várias das empresas de fachada que receberam recursos da Delta seriam de propriedade do Sr. Adir Assad” – entre aspas; continuam as aspas – “que, juntas, essas empresas receberam mais de R\$140 milhões da Delta, maior distribuidora de recursos da organização criminosa” – fecha aspas.

Na mesma linha, o Requerimento nº 516/2012, de autoria do Deputado Luiz Pitiman, apontou, com base em reportagem da revista *Veja* intitulada “O Laranjão da Delta”, que a empresa Delta nacional repassou recursos para “empresas fantasmas” – entre aspas. Abre aspas: “de que o Sr. Adir Assad era o real dono” – fecha aspas. Entre essas empresas, o requerimento menciona – aspas – “Legend Engenheiros Associados, Rock Star Marketing e SM Terraplanagem” – fecha aspas.

Já S. Ex^a, o Deputado Filipe Pereira, concluiu a fundamentação do requerimento de nº 637, de 2012, afirmando que se torna imprescindível para a continuidade dos trabalhos desta CPMI a convocação do

Sr. Adir Assad, proprietário de várias empresas de terraplanagem, entre elas a JSM Terraplanagem Ltda., entre outras; a SP Terraplanagem Ltda., que teria feito várias transações com a Delta Construções.

O depoente, o Sr. Adir Assad, encontra-se amparado por medida cautelar no *Habeas Corpus* nº 114.929, do Supremo Tribunal Federal, Relator Ministro Ricardo Lewandowski.

Nada obstante a Presidência desta CPMI, na expectativa de que V. S^a possa contribuir para o avanço das investigações, passo a palavra ao Sr. Adir Assad para expor as suas informações e alegações sobre os motivos elencados nas justificativas dos requerimentos aprovados por esta CPMI, e fornecer outras informações que considere do interesse do inquérito em curso.

Passo a palavra a V. S^a.

O SR. ADIR ASSAD – Boa tarde a todos. Conforme orientação dos meus advogados, vou exercer o meu direito constitucional de permanecer calado e em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, sendo assim...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, peço a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha... Eu concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu cheguei aqui hoje por volta das 8:15, 8:20 da manhã. O tempo todo pretando atenção, e vendo que vem alguém que senta-se aqui durante oito horas, presta informações ao País, que cobra respostas desse laranjal que se criou em volta da Delta, que faturou bilhões de reais, e nós não conseguimos investigar porque vem alguém que se senta aqui e não dá sequer o direito de o parlamentar falar. Se ele não quiser responder, é um direito dele, assistido pela Constituição da República. Agora, negar o direito a um parlamentar de falar, acho que isso um absurdo.

Daí, estou pedindo a V. Ex^a pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já concedida a palavra pela ordem a V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Mas é isso que estou falando. Estou aqui augurando a sua iniciativa de nos dar a palavra. Com isso, Sr. Presidente, o que é que fica claro? Quando se fala em números... Ah, 140 milhões para o laranjal da Delta... O número de hoje passa de R\$600 milhões de negócios atípicos,

de transações atípicas que o Coaf identifica com relação à Delta. Não é pouca coisa. E nós estamos vendo que a mesma pessoa que chega aqui e se apresenta e não deseja falar – o que é um direito dela – nada foi feito, ainda, para quebrar o sigilo das empresas desse laranjal que recebeu milhões de reais, e documentadamente com empresas cujos endereços são falsos, são fictícios. E até quando nós vamos tolerar esse tipo de situação?

O nosso relator, com todo o seu esforço... Está claro, convocar o Sr. Adir Assad é para ele possa aqui vir, com a quebra de sigilo bancário, com as informações necessárias, cruzadas em tempo, para poder inquiri-lo. E nós estamos chamando o Sr. Adir Assad sem nenhuma informação que não seja a da imprensa brasileira. O que é lamentável. Quebrar o sigilo, bancário, telefônico e fiscal para tenhamos documentação necessária, para que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tenha o respeito nacional. Isto cabe a todos nós, e os requerimentos estão aí há tempos; para que o relator geral traga esses requerimentos e os aprovemos, para que não venhamos aqui a ter um momento como este, desagradável, constrangedor para o Parlamento brasileiro; não é só para a Câmara, mas para o Senado e a Câmara Federal. É esse conjunto, é esse esforço que é preciso cobrar.

Aqui é dito que várias empresas do Sr. Adir Assad receberam milhões de reais. Aqui estão identificadas empresas que não existem; endereços que não existem; proprietários que são pessoas simples, que jamais poderiam ter uma empresa recebendo milhões de reais. E no entanto, Sr. Presidente e Sr. Relator, nós estamos aqui vendo alguém que vem... Olha, ele até está no ponto dele; "Olha, não vou falar porque não tenho informação". Até para cruzar essas informações com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, que são fundamentais e urgente para a CPMI poder caminhar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esta registrada a questão de V. Ex^a.

Antes, eu vou dispensar a testemunha...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só um minutinho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós temos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pela ordem, eu quero fazer uma consideração para ajudar o relator...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas o relator continuará na reunião. Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Mas é importante, porque diz respeito exatamente ao seguinte, ao que disse agora o Deputado Rubens Bueno: não é que nós não temos informação, nós já temos, esse é o fato. São dez empresas, quatro delas têm a mesma composição acionária e estão na Rua Estados Unidos, nº 351, quatro empresas; e as outras quatro empresas estão na Rua Padre Guilherme Pompeu, nº 1. São milhões e milhões de reais que passaram por essas empresas e elas têm quatro num endereço, quatro no outro. É evidente, algumas foram criadas no mesmo dia.

Então, é sobre isso que o Sr. Assad teria que pelo menos – isso não prejudica em nada a sua defesa – pelo menos esclarecer, sob a pena de ver o sigilo dele e das empresas dele todos quebrados.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É até um grau de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Essa questão... Eu não vou modificar aqui um rito que vem sido repetido nesta Comissão. Eu posso ouvir todos, tenho tempo para fazê-lo, mas, antes, vou dispensar a testemunha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Só pergunte, se ouvindo essas informações que nós temos, o Sr. Assad permanecerá calado. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sr. Assad, eu gostaria, mais uma vez, de saber se V. S^a gostaria de falar sobre as questões que forma trazidas aqui a V. S^a.

O SR. ADIR ASSAD – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, não havendo disposição dele, vou dispensá-lo, conforme o rito aqui já consagrado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vamos quebrar aqui o sigilo de tudo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... nesta Comissão

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vamos quebrar o sigilo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes, vou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Dele, das empresas dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu quero dispensá-lo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Pode dispensá-lo, vamos trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... e passo a palavra ao Deputado Valderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, entendo fundamental, já foi dito aqui pela Bancada do PSDB. Nós temos já dezoito empresas identificadas como empresas laranja, das quais apenas seis tiveram o seu sigilo quebrado.

Portanto, nós discutimos aqui a possibilidade de fazermos amanhã uma reunião da Comissão de Inquérito, não só de oitiva de testemunha, mas de iniciá-la com esses requerimentos de quebra de sigilo.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, existe aqui em andamento uma questão muito séria. Quando nós tivemos aqui Alberto & Pantoja, a mulher que foi ouvida aqui disse que o Sr. Gilberto Carvalho Moraes, ex-marido, é que tinha as condições de poder dar informações sobre a criação das empresas.

E tem mais, uma manifestação deste ex-marido, agora, no final de semana, Sr. Presidente, mostra claramente que, dito por ele:

Depois que eu falar no Senado [deve querer dizer à CPI], posso falar à imprensa. Se te conto uma história que você divulga aí, você não vai poder me dar proteção. Então, depois que eu falar com o Senado e que me derem proteção, aí posso falar. [...] Moraes afirmou que uma eventual manifestação neste momento sobre o assunto “pode acelerar [os trabalhos na CPI] e pode os caras me matar no outro dia” (sic).

Então, é grave, Sr. Presidente. Ele está sofrendo. Essa pessoa para a qual nós já aprovamos requerimento de convocação, Gilmar Carvalho Moraes, ex-marido da mulher que esteve aqui falando pela Pantoja, Alberto & Pantoja, Roseli, está sendo ameaçado. É importante que o tenhamos aqui para explicar o que está acontecendo com ele, Sr. Presidente, é fundamental. Além disso, a quebra de sigilo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Não havendo mais o que tratar, dou por encerrada a presente sessão, convocando todos para a sessão de amanhã, às 10h15min, neste mesmo local.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 04 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião realizada em 07 de maio de 2012, às quatorze horas e dezoito minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES)**, das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)** e **Keiko Ota (PSB/SP)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)** e **Célia Rocha (PTB/AL)** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Desembargadora Laís Ethel Correa Pías; Promotora de Justiça Carla Carrion Frós; Defensora Pública Miriane Tagliari; Airton Michels, Secretário de Segurança Pública; Márcia Santana, Secretária de Políticas para Mulheres; Fernando Anshan, Representante da Secretaria Estadual de Saúde.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, boa tarde. Convidamos para compor a Mesa a Srª Presidenta Deputada Jô Moraes, a Vice-Presidenta Deputada Keiko Ota, a Relatora Senadora Ana Rita e a Deputada Marina Sant'Anna. Convidamos ainda para integrar a Mesa Diretiva desses trabalhos da audiência pública a representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, a representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Desembargadora Laís Ethel Corrêa Pias, a representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Promotora de Justiça Drª Carla Carrion Frós, a representante da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Defensora Pública Drª Miriane Tagliari, o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública Airton Michels, a Deputada Federal Manuela D'Ávila, Deputada Ana Afonso, Deputado Edegar Pretto, Presidente da Frente Parlamentar Estadual dos Homens

pelo Fim da Violência contra as Mulheres, Deputado Raul Carrion e o Deputado Adão Villaverde, neste ato representando a Subcomissão da Mulher da Assembleia Legislativa.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Gostaríamos, nesta oportunidade, numa homenagem muito especial, pela sua luta, de chamar para partilhar da Mesa a nossa Maria Emília Fernandes, ex-Senadora, ex-Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para a Mulher da Presidência da República e hoje Presidente do Fórum do Mercosul. (*Palmas.*)

Boa tarde a todos e a todas. Queria agradecer à presença de todas as instituições, às entidades, aos movimentos feministas, aos movimentos de mulheres, aos parlamentares, e especialmente à Presidência da Assembleia e aos Deputados aqui presentes, em nome da Deputada Ana Afonso, pela possibilidade e oportunidade da acolhida desta audiência pública.

Queríamos dizer que os servidores e as servidoras, os movimentos de mulheres, os nossos assessores e consultores, sem dúvida alguma, contribuíram decisivamente para a decisão dessa audiência pública. Gostaríamos fazer um agradecimento especial à Deputada Manuela D'Ávila, que prontamente, logo no início dos trabalhos da CPMI, encaminhou o seu requerimento, para que o Estado do Rio Grande do Sul fosse um dos primeiros a serem visitados pela CPMI.

Deputada Manuela D'Ávila, muito obrigada pelo alerta e pela parceria nesse processo.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 04, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Antes de escutarmos as autoridades que aqui vieram colaborar e contribuir no diagnóstico dos equipamentos e de que estrutura o Estado brasileiro oferece às mulheres vítimas de violência, passaremos a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita, para que ela possa situar as questões fundamentais na construção desta audiência pública.

Gostaria de cumprimentar – e evidentemente já estar na mesa, registrar e agradecer – a presença da Deputada Zilá Breitenbach, que é Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde a todos e a todas, quero aqui iniciar realmente fazendo um agradecimento ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alexandre Postal, por nos ceder esse espaço,

para que pudéssemos realizar esta audiência pública, à Deputada Manuela D'Ávila, porque ela foi uma das que assinou o requerimento, solicitando a realização desta audiência, também à Deputada Ana Afonso e ao Deputado Edegar Pretto, que ajudaram na organização dessa audiência, à Deputada Zilá Breitenbach, que é Vice-Presidente desta Casa e a todos os convidados e convidadas que aqui estão, à Secretária Estadual Márcia e, em nome dela, todos os representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, que aqui estão.

Antes de iniciar, de fato, os questionamentos que vamos fazer aqui hoje, quero primeiro dizer o seguinte: esta audiência pública, até para situar as pessoas, não é comum, como costumamos realizar quotidianamente nas nossas casas legislativas. Esta audiência pública tem um diferencial, que é o de inquirir as autoridades públicas, aqui do Estado do Rio Grande do Sul, com relação à violência contra as mulheres.

Então, as autoridades aqui estão, convidadas por nós, para que possam nos apresentar informações, dados referentes às políticas implementadas neste Estado, que possam dar conta do que prevê a nossa legislação – em particular, a Lei Maria da Penha, que assegura diversos mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência.

Então, é uma audiência de inquirição das autoridades públicas tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensorias Públicas. Quero aqui agradecer a todas as pessoas que atenderam o nosso convite. Esperamos que as respostas aqui dadas possam atender às expectativas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Particularmente, como Relatora, eu dou uma atenção especial a isso, porque me cabe a tarefa de, ao final dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, apresentar um relatório para a sociedade e para as autoridades de tudo aquilo que estamos ouvindo nas audiências públicas, dos pedidos de informação encaminhados para os Estados, inclusive para o Estado do Rio Grande do Sul.

Então, esperamos que esta audiência possa ser frutífera, dar o resultado que a gente espera, que ela possa realmente corresponder às nossas expectativas.

Diante disso, quero aqui desejar um bom trabalho para todos nós, para todas nós, e que, no final, a gente possa sair com todas as questões respondidas na medida do possível. Aquilo que não for possível responder aqui hoje vamos dar um prazo, para que as autoridades possam encaminhar-nos para Brasília no prazo máximo de uma semana.

A violência contra mulheres é um dos mais graves impeditivos ao pleno exercício da cidadania feminina.

Ela dificulta o desenvolvimento econômico do País, impacta negativamente a saúde pública, impede o aprofundamento da democracia no Brasil e tem profunda repercussão na vida das mulheres.

Um dos maiores obstáculos à superação das violências contra as mulheres é, por um lado, a tolerância estatal, e, por outro, uma cultura de violência.

Para investigar a tolerância estatal, foi criada esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. A CPMI é um instrumento do Congresso Nacional para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

É este motivo que nos traz ao Rio Grande do Sul: investigar o tratamento que as mulheres estão recebendo dos poderes públicos. Para tanto, as informações prestadas pelos Estados são fundamentais ao nosso trabalho. Nesse sentido, agradecemos as informações já enviadas à CPMI pelo Poder Executivo.

É dever dos Poderes Públicos – Executivo, Judiciário e Legislativo – atuar para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. O Congresso Nacional está fazendo a sua parte, ao criar essa CPMI, assim como fez, ao criar a Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha.

Os índices de violência no Brasil são assustadores e deveriam envergonhar todos os gestores e todas as instituições públicas. A complexidade da violência doméstica e as novas vulnerabilidades expõem as mulheres a diferentes formas de violências, como, por exemplo, o *crack* e a criminalidade organizada. Os poderes públicos devem ser capazes de responder a essas novas violências e prevenir novas vulnerabilidades.

Da mesma forma, as diferenças entre campo e cidade, assim como os marcadores de raça e etnia, idade, orientação sexual, deficiência, dentre outros, impõe que se pense no acesso de todas as mulheres aos serviços públicos.

Nos últimos dez anos, aumentou a violência letal no Brasil. Desde 1997, a taxa de homicídio de mulheres gira em torno de 4,2; isto é, morrem mais de 4 mil mulheres anualmente no Brasil. Diminuir a taxa de femicídios é um desafio que os Estados devem perseguir com obstinação. O Rio Grande do Sul ocupa a 28ª posição no *ranking*, o que demanda pensar medidas concretas para diminuir os índices de femicídios.

Passo agora aos questionamentos iniciais que preocupam a CPMI e esta relatoria. Faço, então, diversos questionamentos por temas: violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul. O Estado do Rio Grande do Sul foi o último Estado a assinar o pacto

nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. A assinatura do pacto somente ocorreu em maio do ano passado.

No entanto, desde então, observamos uma mudança de atitude e uma preocupação com o enfrentamento às diversas violências contra as mulheres. A assinatura do pacto e a criação da Secretaria Estadual de Política para as Mulheres foram duas medidas importantes que merecem ser destacadas.

Entretanto, é necessário o fortalecimento das políticas, sua institucionalização e transversalidade. Para que isso seja possível, a Secretaria de Política para as Mulheres deverá ser fortalecida. Além disso, iniciativas do Estado merecem destaque, como a Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, o Programa das Promotoras Legais Populares, a Campanha Ponto Final pelo Fim da Violência, dentre outras, são indicativos de que é possível atuar positiva e propositivamente neste tema violência contra as mulheres, de um modo geral.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, foram registrados, em 2011, 763 homicídios de mulheres, 35,5 mil lesões corporais e 1.087 estupros no Estado em 2011. Os números revelam ser necessária uma articulação em rede das diversas instituições do Estado, para poder enfrentar o problema.

As Delegacias da Mulher são importantes equipamentos para recebimento das ocorrências. Sabemos que as delegacias acabam sendo a porta de entrada para a violência doméstica e, na grande maioria dos casos, sua pouca estrutura é um obstáculo ao atendimento correto aos casos de violência contra as mulheres.

Para que as ocorrências sejam adequadamente processadas, é necessário que as DEANs sejam dotadas de profissionais capacitados e em número suficiente para lidar com a violência contra as mulheres e dar o correto encaminhamento aos crimes sexuais, inclusive informando sobre a norma técnica dos agravos resultantes da violência sexual do Ministério da Saúde.

Sabe-se que profissionais concursados estão recebendo capacitação da Academia de Polícia.

Diante disso, faço as perguntas aos nossos convidados que estão à Mesa, para que possam responder de acordo com a área de atuação de cada um. Quantos desses profissionais serão destinados às Delegacias da Mulher? A Secretaria de Segurança Pública pensou na necessidade das DEANs? Comparando-se o número de ocorrências e inquéritos policiais das DEANs com as demais delegacias, há proporcionalidade entre o número de profissionais existentes? Isto é, as delegacias recebem o mesmo tratamento na lotação de servidores? Há previsão de inaugurar mais Postos da Mulher ou mesmo DEANs este ano? Qual a meta

do Governo do Estado para os novos postos e DEANS devidamente equipados e com funcionários capacitados para os próximos três anos?

Com relação ao tema violência sexual contra as mulheres, pesquisas apontam o aumento da violência sexual contra mulheres. No Rio Grande do Sul, o registro de mais de mil estupros anualmente é preocupante. Diante disso, pergunto: qual a capacitação que os profissionais de segurança e saúde recebem sobre violência sexual contra as mulheres?

Conforme relatos recebidos, muitos profissionais de segurança ainda duvidam da palavra das mulheres ou desconhecem os procedimentos referentes à norma técnica de saúde sobre os agravos resultantes de violência sexual. Os profissionais recebem capacitação específica? Quantos profissionais já foram capacitados?

Segundo informação colhida pela CPMI, os hospitais públicos que deveriam realizar o abortamento legal não o estão fazendo. Que hospitais públicos, de fato, realizam esse procedimento legal? Existem equipes capacitadas para isso?

Considerando o número de registros de estupros, quantos abortamentos legais foram realizados pelos hospitais?

Com relação aos Juizados de Violência Doméstica. Hoje, pela manhã, estivemos reunidas com o Presidente do Tribunal de Justiça, que demonstrou a sua preocupação em relação ao cumprimento da Lei Maria da Penha. No entanto, necessitamos de medidas concretas do Poder Judiciário gaúcho para a plena implementação da Lei Maria da Penha no Estado.

A Lei Maria da Penha determina que o Poder Judiciário instale as varas ou juizados de violência doméstica contra mulheres com equipe multidisciplinar. No único juizado de violência doméstica e familiar do Estado, localizado em Porto Alegre, tramitam mais de 20 mil processos, sem equipe multidisciplinar, o que nos parece absolutamente inviável.

Por isso, passo a perguntar quando serão, de fato, criados mais juizados ou varas especializadas com equipe multidisciplinar na capital, como determina a Lei Maria da Penha? Qual a perspectiva para a criação de juizados no interior do Estado, conforme já aprovado pelo Tribunal? Quando foi criada a Coordenadoria de Violência Doméstica no Tribunal, para implementar a Lei Maria da Penha? Quais são as preocupações dessa Coordenaria? A ampliação das varas está na agenda?

Ainda no que se refere à violência doméstica, quantos agressores foram condenados nos últimos anos? Quantas medidas protetivas foram concedidas? As medidas estão sendo concedidas no prazo legal?

Recebemos, também, informação de que alguns juízes realizam audiência de conciliação não previs-

ta na Lei Maria da Penha, violando explicitamente os dispositivos legais. Nesse sentido pergunto como a Corregedoria está atuando nesses casos?

Com relação à Defensoria Pública. A Defensoria Pública possui um núcleo de atendimento à mulher. Quantas mulheres são atendidas mensalmente? Quais são as principais ações promovidas pelo núcleo? Qual o horário de atendimento? Quantas defensoras atendem no núcleo? O núcleo atende exclusivamente às mulheres? Há defensora pública no Juizado de Violência Doméstica? Como a Defensoria Pública reage às propostas de conciliação feitas por alguns juízes ou juízas que atuam com a Lei Maria da Penha?

Com relação ao Ministério Público. Quantas denúncias foram oferecidas pelo Ministério Público no último ano no Juizado da Violência? Quantas medidas protetivas foram solicitadas pelo Ministério Público? Qual o papel da promotoria de atuação judicial externa de violência doméstica? O Ministério Público tem cadastrados os casos de violência da Lei Maria da Penha? Que números da violência pode apresentar desse cadastramento? Como o Ministério Público vê a ausência de um centro de referência no atendimento às mulheres na capital? Que ações estão sendo tomadas para suprir essa deficiência? No que se refere ao banco de dados previsto na Lei Maria da Penha, como está o cadastro a cargo do Ministério Público? O banco de dados do Ministério Público interage com os demais bancos de dados, como o do Poder Judiciário e o da Segurança Pública?

Com relação aos organismos de políticas para as mulheres. A Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres é um estímulo à criação de mais organismos. Além disso, a Secretaria deve coordenar a execução do pacto no Estado. Como está o andamento do pacto no Estado? Qual o orçamento do Estado destinado à política de enfrentamento da violência contra as mulheres? Dos convênios firmados pelo Estado e Municípios, em que fase está a implementação do Centro de Referência de Sapucaia? No que se refere ao convênio de capacitação dos profissionais de segurança, em que fase se encontra? Em 2008, foi assinado um convênio entre a SPM e o Município de Barão, para reestruturação da casa abrigo. No entanto, a casa abrigo de Barão não aparece na relação da SPM. A Secretaria possui alguma informação sobre isso?

Existem atualmente 110 organismos municipais de mulheres e três Secretarias Municipais da Mulher. Que políticas estão sendo realizadas para incentivar a criação dos organismos de mulheres nos demais Municípios? Em geral, os organismos, que não são secretarias, possuem baixa institucionalidade e poucos recursos. Dentre os organismos existentes, quantos

desses possuem, de fato, orçamento, estrutura administrativa e recursos humanos?

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é um organismo de controle social e deve participar da elaboração das políticas. Quando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher começará a funcionar e qual será seu papel na elaboração e monitoramento das políticas públicas, com relação à rede especializada de atendimento. Um dos grandes obstáculos ao enfrentamento da violência contra as mulheres é ausência de redes de serviços especializados ou mesmo sua falta de articulação. Qual é a rede, de fato, existente em Porto Alegre? Ela está institucionalizada? Existe um fluxo de atendimento da rede? Que papel o Ministério Público ocupa nessa rede de serviços? Qual é a estrutura de rede oferecida pelo Município de Porto Alegre, onde se concentra o maior número de ocorrências e o juizado de violência contra a mulher? Como o Ministério Público tem atuado para efetivação da rede na capital e no Estado?

Sobre Casas Abrigo:

Conforme informação da Secretaria de Mulheres, há onze casas-abrigo no Estado. Qual a média mensal de mulheres atendidas em cada uma delas? Elas são capazes de cobrir a demanda de todo o Estado? Como a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual, deficiências e outras são incorporadas nas políticas de acolhimento às mulheres? Que medidas têm sido desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que o HIV-aids hoje se apresenta como um fator de vulnerabilidade das mulheres? Qual a política do Estado para a associação das novas violências, como o *crack*, à violência doméstica nas diversas redes municipais? Por que a casa-abrigo de Porto Alegre não atua em regime de plantão? Deveria funcionar 24 horas?

Com relação ao Centro de Referência:

São vinte e um centros de referência no Estado, que não conseguem dar abrangência necessária a todo o Estado e chegar, por exemplo, às áreas rurais. Há, por exemplo, previsão de ampliação dos centros de modo regionalizado? Como tem sido o atendimento? Quantas mulheres foram atendidas nos últimos anos? Qual o papel do Centro Estadual de Referência de Porto Alegre? O Centro de Referência de Porto Alegre está funcionando regularmente? Conta com equipe multiprofissional adequada? Os centros de referência estão capacitados para atender mulheres vítimas de lesbofobia?

Na área da saúde:

Como está funcionando a notificação compulsória da violência doméstica e sexual contra as mulheres? Recebemos informação de que os quatro hospitais

que deveriam realizar o abortamento legal não o fazem ou colocam inúmeros obstáculos para sua realização. Pergunto: quais hospitais estão, de fato, cumprindo a norma técnica de agravos resultantes da violência sexual? Há capacitação direcionada aos profissionais de saúde sobre violência sexual e abortamento legal?

Recebemos também algumas denúncias. Entre elas, recebemos a informação de que nas regiões de fronteira, como, por exemplo, em Santana do Livramento, homicidas fogem para os países fronteiriços. Nesse sentido, gostaria de saber que tipo de ação a Secretaria de Segurança está tomando para evitar a fuga e, de fato, perseguir criminalmente os homicidas?

Além disso, recebemos várias outras denúncias do movimento de mulheres para as quais requeiro informações:

Dayane Stédile Flores, de Jaguarão, vítima de estupro por pessoa conhecida com quem vinha saindo há um mês;

Antônia, com lesões aparentes em todo o corpo e desorientada, não registra a ocorrência policial de imediato até que suas amigas, também estudantes da Unipampa, Campus Jaguarão, decidem apoiá-la para prestar queixa na delegacia policial no mesmo dia, domingo, 17 de abril de 2011. Por ser feriado e por não haver ninguém no plantão da Polícia Civil, um policial militar faz o registro da ocorrência após o médico da cidade confirmar as lesões aparentes; mas, por não ser ginecologista, não confirma a violência sexual sofrida. É orientada pelo policial a ir a Pelotas buscar o registro do DML, atendimento de saúde destinado a pessoas que sofrem violência sexual, e por 24h, às suas expensas e com o apoio das amigas, submete-se a medicações preventivas das DSTs – não se sabe se tomou anticoncepção de emergência –, retornando à sua cidade.

De volta a Jaguarão, inicia-se outra etapa, pois o depoimento ao delegado de polícia, posteriormente repassado a outro policial, passa a ser interrompido por questionamentos e descrédito em sua palavra, sob a alegação de que o denunciado é um “ótimo moço” e que “nunca faria tal coisa”. Por várias vezes, mostram-lhe as fotos do homem que estão no sistema da Segurança Pública para que ela confirme se quer, de fato, denunciá-lo. Ela manteve as denúncias, mas sentiu-se impossibilitada de continuar na cidade, indo morar com seus familiares nas proximidades de Porto Alegre.

O fato chegou ao CRVAM – Centro de Referência de Vítimas Vânia Araújo e também ao movimento de mulheres, que vêm observando os caminhos desse episódio.

Pergunto: a Secretaria de Segurança tomou conhecimento desse fato? Que providências foram to-

madas em relação ao Delegado de Jaguarão? As delegacias do interior recebem capacitação específica sobre violência sexual?

Outro fato: Daniele Reis da Silva, de Alvorada, grávida de seis meses, havia solicitado, em 17/12/2010, que a 3ª DP de Alvorada procedesse ao registro de ocorrência policial, pois se sentia ameaçada pelo ex-companheiro, Renan Mena Pech. Alegando que não era de sua circunscrição, a autoridade policial negou-se a realizar o registro. Ao sair da delegacia, o homem a esperava, obrigando-a, sob a mira de um revólver, a entrar no seu carro, levando-a para a casa dela, onde passou a agredi-la fisicamente. Depois da surra e diante das súplicas da mulher sobre seu estado gestacional, levou-a ao hospital local para receber atendimento. Diante das queixas sobre as agressões sofridas, o agressor foi preso em flagrante e, somente então, o registro policial foi realizado. No entanto, logo após o retorno de Daniele a sua casa, houve o relaxamento da prisão do agressor, que pagou R\$500,00 de fiança, e, na manhã seguinte, às 7h, foi à casa da vítima e desferiu-lhe sete tiros, causando a sua morte. O expediente que continha o pedido de medida protetiva foi remetido a juízo cinco horas após estar morta.

A Secretaria de Segurança tomou conhecimento desse caso? É orientação da Secretaria de Segurança que delegacias não registrem ocorrências fora de sua circunscrição, fazendo com que a mulher tenha de se deslocar a outros municípios? O agressor já foi preso?

Esses são dois casos que trazemos para que sejam apreciados também pelas autoridades aqui presentes.

Para finalizar, quero dizer que, hoje pela manhã, fizemos algumas visitas. Tivemos uma audiência com o prefeito em exercício aqui desta cidade; fizemos também uma visita à Vara de Violência Doméstica do Fórum Municipal; fizemos uma visita ao Presidente do Tribunal de Justiça aqui do Estado; e, no final da manhã, uma reunião com lideranças do Movimento de Mulheres aqui na Assembleia Legislativa. A partir dessas visitas e dessa reunião com as lideranças, nós também acrescentamos informações aqui, no nosso documento, que a gente espera que estejam contemplando tudo aquilo que nós ouvimos das lideranças e também das autoridades deste Estado.

Por enquanto, é isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Nós queríamos chamar para integrar a Mesa o representante da Secretaria de Saúde, Dr. Fernando Anschau.

Queríamos registrar a presença de várias companheiras das coordenadorias municipais das secretarias

municipais dos movimentos de mulheres: do Coletivo Feminino Plural, da Marcha Mundial de Mulheres, da União Brasileira de Mulheres, da Liga Brasileira de Lésbicas, da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Antes de passarmos às colocações das autoridades, cujas presenças desde já agradeço, a nossa Vice-Presidente, Deputada Zilá Breitenbach, gostaria de fazer a sua saudação em nome da Mesa desta Casa.

A SRª ZILÁ BREITENBACH – Em primeiro lugar, nós queremos cumprimentar e parabenizar a Câmara Federal e o Senado, que através das mulheres nos deram a oportunidade de termos aqui, na nossa Capital, esta audiência pública, que nós entendemos de suma importância pelo trabalho que cada um realiza, assim como todos os Deputados desta Casa, também nessa linha de combate à violência.

Cumprimento a Deputada Presidente, Jô Moraes; a Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota, que também estará conosco amanhã, na instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência; a Relatora Senadora Ana Rita; a Deputada Marina Santanna, representante do governo do Estado; a Secretária Márcia Santana; a representante do Tribunal de Justiça do Estado, a Desembargadora Laís Ethel Corrêa Pias; representando o Ministério Público do Estado, a Promotora Drª Carla; representando a Defensoria Pública-Geral, a Defensora Drª Miriane Tagliari; o Exmº Sr. Secretário Estadual de Segurança, Dr. Aírton Michel; quero cumprimentar a Deputada Ana Afonso e os Deputados que aqui estão neste evento: Deputados Edgar Pretto, Adão Villaverde e Raul Carrion, dando força e participando em todas as ações, no sentido de nos ajudar nessa causa; a Secretária Executiva do Codesul, Emília Fernandes; a Deputada Manuela, que não haviam me passado, mas está presente também e nos honra com a sua presença.

Nós gostaríamos de dizer que este é um evento realmente que nos faz pensar, e todas as indagações desse plano de trabalho mostram a fragilidade que nós temos tanto em dados, sobre aquilo que acontece às mulheres, quanto na organização dos serviços públicos para apoio e para dar guarida também a essa violência.

Se nós analisarmos que 43% ou mais de mulheres já sofreram violência, nós não podemos achar que isso pode não ser a causa de uma grande luta comum. E nós, da Assembleia Legislativa, queremos colocar toda a nossa força institucional de parlamentares, de todos os partidos, para, junto com essa grande Frente Parlamentar e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, trabalhar para investigar a violência, a serviço também desse grupo que hoje, aqui, em Porto Alegre, com grande força política, faz-se presente.

Quando analisamos que além das mulheres um percentual muito grande de crianças sofre a violência compartilhada com as mulheres, então, mais grave ainda se torna o problema.

Quero agradecer principalmente e especialmente a presença de todos que aqui vieram, homens e mulheres, que estão aqui porque querem realmente ajudar.

A Assembleia Legislativa agradece mais uma vez e sente-se honrada em ter esta Comissão Parlamentar Mista aqui, no nosso Estado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada, Deputada Zilá.

Nós vamos agora passar a escutar nossos convidados com a seguinte dinâmica: eles terão a oportunidade de apresentar oralmente, por até quinze minutos, as suas preocupações. Em seguida, serão encaminhados e anexados os relatórios por escrito. Evidentemente que as informações demandadas ultrapassam esse pouco tempo de exposição, mas o que nos interessa vai ser o envio dos relatórios por escrito para que possam constar dos Anais desta Casa.

Vamos chamar para fazer suas colocações o Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Airton Michels.

Peço desculpas porque o controle do tempo aqui não é automático. Então, esta Presidência vai fazer um sinal no microfone.

O SR. AIRTON MICHELS – Srª Deputada, Presidente desta Comissão Mista, Deputada Jô Moraes; Srª Senadora Ana Rita; Deputada Keiko Ota; demais Deputadas e Deputados aqui presentes nesta Mesa; em nome desses, eu saúdo todos.

O Brasil é um País violentíssimo. É um País de povo afável, de povo agradável. Quando viajamos para o exterior e voltamos para cá, nós sentimos isso especialmente, que aqui as pessoas são mais cordiais, mais afetuosas, mais gentis, mas nós somos o quinto ou o sexto País com maiores índices de homicídios, um dos países mais violentos do mundo, e não em situação de guerra.

Esse fenômeno da violência em relação à mulher, que também é fenômeno da violência nas relações entre os cidadãos na vida privada, violência interpessoal, no nosso País é algo realmente que não condiz inclusive com a evolução econômica que nós tivemos nos últimos anos, que tivemos aqui, no Brasil. E talvez por isso, por ser um País de homens violentos, que se matam pelas maiores banalidades e também matam suas companheiras, também matam as mulheres por motivos absolutamente banais, Srªs Deputadas, aqui, no Rio Grande do Sul, nós temos absolutamente claro, entre as nossas políticas e os nossos pressupostos para exercê-las, que enquanto não resolvermos o

problema da violência contra a mulher, nós não vamos resolver os outros problemas de violência que afetam também o nosso Estado.

O Sr. Governador, há uns três meses, fez uma reunião de secretariado, protagonizado por ele e pela Secretária Márcia Santana, da nossa Secretaria de Mulheres. Muito claramente, ele colocou para todos nós, Secretários, que era absolutamente essencial que em todas as políticas e em todas as ações de qualquer de nossas secretarias se partisse do princípio do tema que envolve gênero, a questão das mulheres.

É evidente que, com tudo isso – e vejam que só em maio deste ano foi assinado, o nosso Estado assinou o pacto da luta para se enfrentar a questão do tema da violência contra a mulher –, nós estamos iniciando, então, ações que visem a combater esse quase flagelo, pode-se dizer, porque podemos afirmar que assim como os outros índices de violência nos surpreendem, como hoje determinadas regiões do Rio Grande do Sul... Por exemplo, a região da Deputada Zilá, aqui presente, de onde eu também sou natural... Estou com 60 anos, e não se conhecia violência em relação à mulher. Havia aquela violência, talvez, a psicológica, aquela do momento evolutivo histórico das relações, daquela década de 50 e 70, não sei qual é a maior, afinal, ou menor, mas era inconcebível que um homem batesse em uma mulher. Ou que pelo menos se soubesse disso. Ele tinha que se mudar de cidade e que se mudar de região. E, surpreendentemente, nós verificamos que nessa região também existe violência exacerbada – não é, Deputada? – contra as mulheres. Assim como evoluiu também, mas talvez não em tamanha proporção, a violência, de modo geral, interpessoal, entre os homicídios, especialmente, que ocorrem aqui no nosso Estado e, de resto, no Brasil.

A senhora me fez perguntas, a senhora fez colocações que vamos responder depois, detalhadamente. A questão de Alvorada, de Jaguarão... A questão de Alvorada, eu diria que, primeiro, foi arbitrada fiança, conforme a lei determina, e nesse meio tempo ocorreu... Isso não é uma informação detalhada. Isso vai ser prestado no tempo depois concedido. A questão de Jaguarão é um problema. Nós realmente não tínhamos, agora estamos lá. Jaguarão... Aqui nós temos a fronteira do Estado, e entre os Municípios têm uma distância muito larga. Nós temos dificuldade em manter todas as delegacias abertas 24 horas por dia no Estado do Rio Grande do Sul. Até porque elas, eventualmente,... Nós despenderíamos, ou despenderemos, funcionários que ficariam, sábado e domingo, em regra, absolutamente inertes porque não há essa demanda de violência. E, lógico, isso nós temos que evoluir e ponderar, em

qualquer Estado, em qualquer instituição pública que lida com orçamento.

A questão de não fugirem lá em Livramento, isso teria... De não passarem a fronteira, quais as providências que se está tomando, ocorre-me agora, eu me lembro que houve um caso lá em que um açougueiro esquartejou uma mulher, há uns dez anos, e fugiu para o Uruguai. A Deputada Emilia deve se lembrar desse fato. E esse cidadão foi extraditado, eu acho que até foi a julgamento novamente ou está prestes a ir a julgamento. Então, tomadas as providências, a partir... Legais cabíveis.

Mas, de qualquer maneira, nós temos muitos outros casos. No ano passado, nós tivemos 198 homicídios, feminicídios, no Rio Grande do Sul. Quarenta e cinco deles estavam ligados à Lei Maria da Penha. Foi um número menor em relação ao ano anterior, 223, mas não é nenhum motivo para alarde porque, este ano, nós já estamos com 29 homicídios.

Pois não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AÍRTON MICHELS – Não, a senhora não entendeu. Não é motivo para alarde, para ufanismo. Não é motivo para comemorar, é isso que estou dizendo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Podemos?

O SR. AÍRTON MICHELS – Não é motivo para comemorar porque diminuimos, em 2011, em relação a 2010. Primeiro, porque o número é expressivo; e, segundo, porque este ano já tivemos, apesar de passados quatro meses apenas, 29 homicídios contra mulheres, só ligados à Lei Maria da Penha.

Nós estamos implementando políticas sobre esse tema. Primeiro, nós temos 15 Delegacias de Mulheres no Estado. Implementamos duas e vamos implementar mais uma brevemente. O nosso primeiro pressuposto para implementar a Delegacia de Mulheres é que o Município seja nosso parceiro e estabeleça uma rede de atendimento. Se o Município é inerte, se o Município não mostra boa vontade de participação em fazer esse atendimento, não só de Direito Penal e não só policial, nós não priorizamos esses Municípios com essas audiências para criar Delegacias de Mulheres no nosso Estado.

Mandamos um projeto, semana passada, porque uma forma que se está concebendo na Secretaria para tentar diminuir a violência, especialmente os homicídios, é detectarmos aquelas mulheres que são vítimas mais de uma, duas, três vezes, aquelas mortes anunciadas, como tem ocorrido muito frequentemente. Então, nós encaminhamos um projeto criando o que nós chamados de Patrulha Maria da Penha. Pedimos um financiamento federal da Secretaria de Mulheres.

Essa patrulha vai ser composta por equipes da Brigada Militar, por mulheres preferencialmente. E naqueles casos em que for detectado que há um antecedente, que há uma possibilidade de que venha ocorrer homicídio, nós vamos incidir com as ações necessárias, de caráter psicológico, assistencial, de amparo e de apoio a essas mulheres, para tentarmos evitar o desfecho fatal nessas oportunidades.

Nós fazemos tudo isso em parceria com a Secretaria das Mulheres aqui do Estado do Rio Grande do Sul. O Judiciário, por exemplo, nós fizemos uma reunião e estamos evoluindo nisso. Hoje, a mulher vítima recebe um documento do Poder Judiciário, coloca no bolso. E se eventualmente, nos casos de restrição de direitos, medidas restritivas, não há uma conexão, o Judiciário não repassa isso para o nosso centro de informações. Simplesmente, a pessoa fica com aquela decisão judicial. E se encontrar isso, num determinado momento, ela pode repassar para um policial, que vai verificar o documento, mas o policial não tem como conectar com o nosso centro de informações que nós temos, de informações integradas. E nós já estamos elaborando, junto com o Poder Judiciário, que o Judiciário nos passe todos os casos de medidas protetivas, para que o policial tenha acesso. Por exemplo, num fim de semana, o policial deve contatar o Judiciário. E o Judiciário, em regra, fim de semana, é um juiz de plantão, um cartório... Até ele constatar isso, pode perder provavelmente outro fim de semana. Então, o Tribunal de Justiça está muito sensível a isso, e devemos implementar em breve isso aqui no Rio Grande do Sul.

Nós criamos, no sistema penitenciário, uma Coordenadoria Especial de Mulheres. Criamos também, no início do ano passado, a Coordenadoria Especial de Mulheres na Polícia Civil. Está aqui presente inclusive a Drª Nadine, que é Coordenadora das Delegacias das Mulheres e de todas as questões que digam respeito à questão das mulheres na Polícia Civil aqui do Estado. Criamos essa Coordenaria de Mulheres também na Superintendência das Penitenciárias. Como nos outros Estados, aqui também nós tivemos, nos últimos cinco, seis anos, uma elevação muito grande de mulheres presas. Até 2003, 2004, nós tínhamos 800 mulheres presas. Hoje nós temos 2.100, aproximadamente. Mais que dobrou o número. E esse é um fenômeno que, seguramente, a senhora já deve ter constatado aí no Brasil.

Esse tema do aprisionamento das mulheres deve... Obviamente, nós temos todo cuidado com ele porque, como não havia prisões de mulheres, nós tínhamos uma aqui no Rio Grande do Sul, que antigamente era um convento, o que ocorreu em quase todos os lugares do Brasil, eram escolas que foram se

transformando em prisões de mulheres com a evolução do aprisionamento de mulheres. Mas temos mais uma penitenciária nova agora, aqui no Município vizinho de Guaíba, onde estamos implementando aqueles requisitos, legislações recentes inclusive, sobre a criação de berçários, dando condições para que, até certa idade, os filhos das apenadas possam ficar dentro do próprio sistema prisional. O que, obviamente, varia conforme o entendimento de cada mãe, porque há mães que, obviamente, a maioria das presas, aliás, querem seus filhos fora do presídio o quanto antes. Passam para uma avó, para uma tia, para o pai, mas não querem criar seus filhos dentro de presídios. Porque, aliás, não é lugar para criar filhos, realmente.

Bem, nós já temos uma legislação. Essa legislação é de 1999, da hoje Deputada, ex-Secretária de Administração, Stela Farias. Quanto aos dados da violência contra a mulher, a partir do ano passado, nós implementamos também, no nosso sistema de informações, dados abertos sobre violência contra as mulheres. Nós estamos aprofundando, e estamos verificando e trabalhando em cima disso também, a questão de estupros, que ocorrem muito no interior do Estado, em lugares ermos, na zona de campanha, na zona rural. Tem-nos surpreendido também, em primeiro lugar, o número existente desse tipo de violência contra a mulher e, segundo, como esses processos são relegados na persecução penal. Nós queremos e estamos instruindo nossas autoridades policiais a darem mais atenção a esse tipo de delito aqui no nosso Estado.

Nós temos delegacias itinerantes também. São quatro as delegacias que nós temos, são quatro *motor-homes*, ônibus, que atuam em pontos específicos, em lugares onde há mais violência contra as mulheres e sempre acompanhado de um serviço psicológico, com advogada, assistente social. Obviamente que não é a solução para combater esse tema, mas é uma forma paliativa, já que, por enquanto, não podemos ter delegacias em todos os lugares – espero que chegue um dia em que não necessitemos. Nós temos atuado dessa forma em lugares mais violentos com equipes policiais e equipes de apoio também para o atendimento da violência em relação às mulheres.

Nós fizemos, este ano, um seminário nacional, e até internacional, porque convidamos pessoas, mulheres de outros países, da América Latina, México, Argentina, Espanha, da Europa, de três dias para tratar da questão das mulheres que trabalham nas nossas instituições de segurança pública. Um seminário de capacitação, de discussão, porque nós achamos importante e estamos incrementando, obviamente não temos cotas, mas temos uma política, uma vontade muito clara entre os nossos gestores das nossas po-

lícias, do nosso sistema prisional especialmente que mulheres sejam nomeadas para cargos de direção, para cargos importantes, quer na brigada, na questão de galgar os postos naturais do oficialato, quer na polícia civil. Quando fizemos esse seminário de mulheres trabalhadoras da segurança pública, nós fizemos exatamente com esse objetivo.

Em suma, eu não sei se a senhora quer que eu lhe responda o mais detalhadamente que for possível, senão, depois, por documentos, será respondido, mas nós temos aqui muito presente isto, que este tema da violência contra a mulher é o tema necessário a ser mais do que compartilhado no combate ou enfrentamento da criminalidade, que ele é o pressuposto para que se resolvam as outras questões de violência em nosso País. Quando tão fácil as pessoas, e temos tido no Brasil inteiro, e tem um detalhe interessante, parece-me que quanto mais violento o lugar, mais violência há contra a mulher, então estamos falando de um fenômeno em nosso País de violência de um modo geral, que obviamente atinge mais as mulheres porque os homens, especialmente na violência doméstica matam de forma mais gratuita e matam com aquela sensação...

Aqui no Rio Grande do Sul, enquanto 85% dos homens são mortos por armas de fogo, 48% das mulheres são mortas por armas de fogo. As mulheres são mortas a facadas, por outra forma, com arma branca, que indica que a causa da morte é doméstica. Grande parte morre não no leito da rua, como é o caso dos homens, a maioria morre em via pública, as mulheres morrem em casa, e morrem sempre – hoje já nem tanto, porque tem muita execução entre os jovens, por causa do tráfico de drogas – da forma mais cruenta que os homens. E especialmente desta forma: por arma branca, tanto que menos da metade aqui do Rio Grande do Sul das mulheres são vítimas dessa forma, diversamente o que ocorre com os homens: o dobro dos homens são mortos mediante armas de fogo.

O motivo em geral que os homens matam aqui é porque a mulher o abandonou, pediu o divórcio, pediu separação, enfim, a metade mais ou menos é isso. Nós tivemos recentemente um caso em um lugar central da cidade que foi exatamente por isso. E essas mortes, e aí eu encerro, senhoras, dizendo que, no caso da morte da mulher, diferentemente da morte dos homens – os homens têm esses meninos da droga, pequenos traficantes nas vilas que são predestinados, pode-se presumir que mais cedo ou mais tarde eles podem morrer –, no caso das mulheres, há uma morte anunciada. E nós achamos que podemos trabalhar isso. Quando falamos em patrulha da Lei Maria da Penha em acompanhar essas mulheres que têm vários antecedentes de agressões e ameaças, nós achamos que

poderemos evitar algumas mortes ou muitas mortes de mulheres aqui no Estado.

Obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Dr. Ayrton Michel, com certeza o restante das informações o senhor encaminhará por escrito à relatora.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, gostaria de registrar a presença, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, Vera Dayse Barcellos; da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Izane Mattos; da Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul, Roselaine Dias; da Organização Maria Mulher, Maria Noelci Homero; do Coletivo Feminino Plural, Renata Jardim, do Idest, Andréia Martins; Cláudia Prates, da Marcha Mundial das Mulheres; Jussara Cony, ex-parlamentar desta Casa, da União Brasileira de Mulheres; do Conama, Marisa da Silva; do Themis, Maria Guaneci; do Projeto Correios Mulher, Luciana de Souza; do Coletivo de Mulheres, Dorcelina Folador, Ane Cruz; da ONG Instituto de Desenvolvimento Sustentável, Joaquim Proença; da Cátedra de Gênero do Centro Universitário Metodista (IPA), Virgínia Feix e senhores e senhoras de coordenadorias de mulheres e conselhos de mulheres.

Neste momento, passamos a palavra, pelo prazo de até 15 minutos, à senhora representante do Conselho do Rio Grande do Sul, Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Márcia Santana.

A SRª MÁRCIA SANTANA – Boa tarde a todos e a todas. Só peço desculpas pela minha voz, porque ainda não consegui me curar de um resfriado, de uma gripe. Então, se a voz faltar, peço já desculpas imediatas.

Inicialmente, quero parabenizá-las e dizer que são muito bem-vindos e bem-vindas todas as nossas parlamentares aqui presentes da CPMI. A CPMI é sempre muito bem-vinda quando tem um papel a cumprir, que é o papel exatamente de nos permitir olhar e enxergar as nossas práticas, o que vemos e estamos desenvolvendo em termos de omissões, violações e desvendar essas situações que, para nós, são fundamentais. Se não me falha a informação, o Rio Grande do Sul é o quarto Estado que recebe a visita desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Com certeza, nós estaremos aqui fazendo a nossa parte para contribuir no processo investigativo, passando todas as informações que são necessárias. Não vou fazer vocativo de todas as autoridades aqui presentes, mas, de imediato, agradeço a presença para a contribuição desses trabalhos.

Quero fazer um registro muito especial: a participação dos movimentos sociais aqui presentes. Aqui, Srª Presidente, Srª Relatora, é sempre fundamental

destacar a importância e o papel da sociedade civil no Rio Grande do Sul no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher, porque foram a sociedade civil organizada, as ONGs e essas representações que, nos últimos anos, preencheram, sem sombra de dúvidas, lacunas no que diz respeito ao atendimento real e concreto às mulheres em situação de violência. São registros que nós precisamos destacar nessa problematização e nessa avaliação quando falamos dos diagnósticos e das garantias de direitos que as nossas mulheres têm.

Quero fazer uma saudação também às nossas representantes dos organismos de políticas para as mulheres que compõem a rede de atendimento no Estado do Rio Grande do Sul e agradecer pela presença neste momento importante.

Eu não consegui anotar todas as questões e o que me faltar com certeza a gente pode contribuir em termos de dados e números. Uma das questões fundamentais que temos que registrar aqui, um dos avanços do Governo do Estado, é a própria criação e institucionalização da Secretaria de Política para as Mulheres. Esse foi um compromisso, sem sombra de dúvidas, honrado, no ano passado, pelo Governador Tasso Genro, acredito que uma etapa primeira de uma dívida histórica que tínhamos com as mulheres gaúchas, porque nós tínhamos coordenadoria da mulher e é importante registrar que as políticas para as mulheres na história do Brasil, em termos da sua institucionalização, e aqui Emilia Fernandes, que foi a primeira Ministra de Políticas para as Mulheres, sabe que isso é muito novo e sabe dos processos que, em 2003, foram instaurados para a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Há outras representações, como a Anne Cruz e muitas outras companheiras, que fizeram parte desse momento histórico. Sabemos que, de 2003 até agora, é muito novo este debate e esta compreensão do porquê de políticas para as mulheres, do porquê da necessidade da institucionalização dessas políticas e do porquê do aumento de orçamento, sim, para que possamos pensar nessa atuação conjunta.

Então, a institucionalização das políticas para as mulheres no Rio Grande do Sul, pela criação da Secretaria, foi um passo importante, aqui já registrado pelas senhoras.

Outra questão importante, sim, foi a assinatura do Pacto. Aqui, faço uma pequena correção. O Secretário Ayrton Michels se perdeu nas datas. Não foi neste ano, mas no dia 03 de maio do ano passado que houve a assinatura do Pacto Nacional aqui, no Rio Grande do Sul, o que foi um símbolo fundamental e importante. Aquela assinatura foi simbólica e emblemática. É importante registrar que, em 2009, os organismos de

política para as mulheres fizeram um esforço fundamental para conseguir, na verdade, burlar um vazio que existia no Estado, sim! Não quero aqui trabalhar com comparativos de dados estatísticos, mas com vocações e vontades apresentadas.

Em 2009, por meio de uma articulação dos Municípios e da sociedade civil, junto com o Governo Federal, tentou-se criar um pacto federativo, para fazer com que o Rio Grande do Sul e os Municípios tivessem previsão orçamentária para construir suas políticas no âmbito municipal. O nosso Estado não tinha assinado o Pacto, o que, certamente, permitiria que ele desse um salto em termos de atrativos de investimento ou de prioridade de investimento não só na Secretaria de Políticas para as Mulheres ou na Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, que existia naquela época, mas também em outras áreas, como segurança pública, saúde, meio ambiente, cultura, educação, justiça, direitos humanos, áreas, enfim, que poderiam trazer mais recursos para o nosso Estado.

Então, a criação da Secretaria e a assinatura do Pacto foram fundamentais para que conseguíssemos, naquele ponto de partida, ter o diagnóstico real sobre a situação da mulher gaúcha no Rio Grande do Sul.

Infelizmente, Sr^a Presidente, Sr^a Relatora, não tenho respostas a todas as estatísticas aqui questionadas. Não tenho resposta a todas essas estatísticas.

O que fizemos quando chegamos? No ano passado, além da assinatura do pacto, houve um período de organização de conferências municipais de políticas para as mulheres, de conferências regionais e da nossa conferência estadual. Com esse processo, conseguimos identificar, de canto a canto, qual era a dimensão real das mulheres da região da fronteira oeste, das mulheres do noroeste colonial, das mulheres da região metropolitana.

Mais do que isso, conseguimos, num trabalho de parceria, por dentro da gestão do Pacto que havia sido assinado, “tensionar” a Secretaria de Segurança Pública. Quando falo em tensão, não se trata de apresentar contradições ou inconformidades com as Secretarias, muito pelo contrário. Com a Secretaria de Segurança Pública, ainda timidamente por dentro do Estado – este reconhecimento nós fazemos nas nossas avaliações –, conseguimos, por exemplo, implantar a lei que chamamos de Lei Stela Farias, que divulga, torna públicos os dados sobre violência e criminalidade de forma acessível. Conseguimos criar canais que fizessem o recorte da Lei Maria da Penha na hora de divulgar os registros de ocorrência. A Delegada Nadine, que trabalha nessa área, e muitas outras equipes aqui presentes puderam criar mecanismos para que

conseguíssemos chegar a números que, até então, não havíamos obtido.

Além disso, também buscamos recuperar o Centro de Referência Estadual Vânia Araújo. Por que falo na recuperação? Porque, em 1999, em 2000, se não me falha a memória, estruturou-se esse Centro de Referência Estadual, pensou-se na sua criação. Havíamos criado o Centro de Referência antes mesmo da própria aprovação da Lei Maria da Penha e, mais do que isso, da criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Já havia no Estado do Rio Grande do Sul um Centro de Referência protagonizado aqui, sim, pela luta das mulheres do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul tinha uma pauta protagonista no Estado e no Brasil inteiro sobre o trabalho que desenvolvia. Mas, ao longo desses anos – esta é uma avaliação que vem das conferências, que vem da fala de todas as nossas mulheres, que vem dessa escuta –, esse Centro foi sucateado, perdendo seu trabalho, perdendo a real dimensão da sua tarefa, do seu fazer. E falo em sucateamento não só de recursos humanos, mas também do entendimento, da concepção de atendimento às mulheres no Rio Grande do Sul.

Com isso, hoje, está em andamento um contrato emergencial de mais quadros de pessoal, para atuarem dentro do Centro de Referência Estadual, que, do nosso ponto de vista, deve ser o organizador, o articulador, o supervisor, o instrumento que vai estabelecer um elo com os Centros de Referência Municipais que, hoje, existem no Estado. São 21 os Centros de Referência que existem no Estado. Vinte Centros Municipais contam com o Centro de Referência Estadual, que não só presta atendimento direto às mulheres, mas que também estrutura, apóia, supervisiona e ajuda o processo de implantação das políticas de enfrentamento da violência contra a mulher nos demais Municípios do território gaúcho.

Então, o Centro de Referência, hoje, cumpre essa tarefa e atende as mulheres por meio do serviço Escuta Lilás, que foi criado em 2002, se não me falha a memória. Temos o total entendimento de que a Escuta Lilás deve ser uma escuta baseada na busca ativa das mulheres. Isso significa que a mulher que, hoje, liga para o 0800 não somente vai receber a informação de onde buscar o serviço no seu Município, mas também vai ter o acompanhamento, o retorno, para saber quais são as dificuldades por que ela passa. Então, ele se reestrutura com esse serviço também, para que possamos organizar a busca ativa, o contato com as redes de atendimento nos Municípios, nos territórios.

Sobre redes de atendimento, também é importante destacar que os recursos existentes no Estado... Infelizmente, o orçamento da Secretaria de Políticas

para as Mulheres é o menor orçamento do Estado, do conjunto, do montante de todas as demais Secretarias. A previsão da Secretaria é a de que haja recursos da ordem de R\$1,68 milhão e alguns quebrados – agora, não me lembro do número; posso passá-lo para os senhores depois – para políticas de enfrentamento da violência contra a mulher. E há também a articulação na organização com as demais Secretarias. Isso totaliza aproximadamente, para 2012, R\$14 milhões. Essa é a previsão orçamentária do Estado com recorte de gênero nas políticas de outras Secretarias, incluindo as áreas de segurança pública, de cultura, de saúde.

Depois, também podemos desdobrar e deixar ao acesso público, a todas as senhoras e a todos os senhores, esse mapa orçamentário. Mas, entre o orçado e o executado, deve haver uma relação. Eis o desafio que está colocado para todas nós, principalmente para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, que tem e deve ter o caráter de articulação e de organização transversal.

A reunião a que o Secretário Michels se referiu foi realizada há três meses, contou com a presença dos demais membros da Secretaria do Estado e se destinou exatamente a que pudéssemos acordar e pactuar, na perspectiva da gestão do Pacto, a real prioridade das Secretarias no que diz respeito ao enfrentamento da violência e à construção de políticas para as mulheres nas suas mais diversas dimensões. Estávamos, sim, percebendo dificuldades, muitas vezes, de entendimento e de concepção dentro da própria gestão do Estado no que se refere a essa relação dentro do Estado, dentro da organização dessa rede.

Esses recursos vão colocar diversas ações em andamento. Uma delas é a contratação de uma pesquisa sobre a situação real da mulher gaúcha. Isso já está em andamento. Já estamos com recurso empenhado, para que, no próximo período, já esteja em andamento a execução, a elaboração de uma pesquisa.

Tratamos também da capacitação dos agentes públicos. Falamos aqui de organização de encontros com os centros de referência municipais e com as casas-abrigo no Estado. Porque as casas-abrigo são de âmbito municipal, nós não temos casas-abrigo ainda do Estado. As casas-abrigo são do Município, mas nós queremos, através dessas capacitações, alinhar concepções, construir fluxos, porque, de fato, assim como há os fluxos e os circuitos, há os curtos-circuitos na hora de a gente fazer o encaminhamento de uma mulher para o atendimento.

Nós sabemos que, em que pese tenhamos, delegada Nadine, 15 delegacias especializadas hoje, a nossa meta é estimada, pelo menos o que a gente vem conversando, é de pelo menos chegarmos a 25

até o final de 2014. Isso ainda está sendo dentro da avaliação que nós fazemos do programa Rio Grande do Sul na Paz, de que o Secretário Michels não falou, mas que é um trabalho de pacificação e construção de políticas dentro de territórios de paz, é priorizar a estruturação e a criação dessas delegacias, a qualificação e ampliação dos postos, principalmente naqueles Municípios pequenos aonde o atendimento ainda não chega, onde a gente ainda não tem o total acolhimento dessas mulheres. Mas eu me referia ao fato de que sabemos, somos conhecedoras, temos a avaliação e estamos nos propondo, através dessa articulação – já sei que o meu tempo está encerrando, mas já vou concluir –, capacitar também esses profissionais e essas profissionais, porque nós sabemos que, hoje ainda, dentro das estruturas do Estado, nós temos mulheres que são revitimizadas muitas vezes, na sua forma de atendimento e na sua abordagem.

Com relação aos organismos de políticas para as mulheres, a organização da participação, a participação do movimento social na fiscalização e na elaboração das políticas, nós sancionamos, este ano, uma modificação. Um projeto de lei que, na verdade, modificou algumas questões da lei anterior que nós tínhamos do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Dia 2 de junho é a data que nós estamos pensando em mobilizar, organizar o processo eleitoral no Rio Grande do Sul para que nós tenhamos, ainda neste semestre, o nosso conselho estadual composto, o nosso conselho estadual fortalecido, porque nós sentimos sim, enquanto Estado, a ausência de um conselho que possa nos ajudar nessa construção, nessa fiscalização e na construção dessa política de chegada das mulheres aos Municípios. Então, no dia 2 de julho, nós estaremos em processo eleitoral e queremos ainda, querido Deputado Adão Villaverde, Deputada Manuela, enfim, todos os nossos Deputados e Deputadas, organizar a composição desse conselho, para que nós possamos caminhar cada vez mais juntos e juntas.

Com relação aos organismos de política para as mulheres, através também de um projeto aprovado com a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, estamos prevendo incentivos de capacitações e organizações, inclusive, o próprio debate orçamentário no âmbito dos Municípios, para que tenhamos, na gestão dos Municípios, a prioridade de políticas para as mulheres pautadas. Essa é a nossa tarefa. É sermos organizadoras dessas prioridades dentro dos Municípios.

Nós queremos, sim, que Porto Alegre também tenha o centro de referência de atendimento à mulher, como queremos que outros Municípios do Estado tenham. Mas nós conversamos com o Prefeito Fortunati – e aqui eu vejo a coordenadora da mulher, da coordenação

nadoria da mulher –, porque a gente identificou que só o trabalho do centro de referência estadual, que atende, sim, as mulheres. Hoje, 75% das mulheres que lá são atendidas são do Município de Porto Alegre. Nós sabemos que para fortalecer, organizar e dar mais concretude a essa rede da capital, nós precisamos do centro de referência sim e precisamos dessa prioridade apontada no âmbito da gestão da política da capital, mas também de todos os demais Municípios que nós estamos organizando e de todos os Municípios que nós estamos aqui identificando com projetos em andamento.

Sobre a questão do centro de referência da casa-abrigo de Sapucaia, nós estamos buscando, dentro desse diálogo com os organismos de políticas para as mulheres, constituir um vínculo, porque os Municípios são independentes na sua forma de organização e autônomos quando encaminham projetos, quando criam essas instâncias nos Municípios. E nessa apropriação e nessa retomada e nesse trabalho que nós temos de identificação ao longo desse um ano, o que nós estamos buscando também é estabelecer esse vínculo com os Municípios, para que nós tenhamos todas as informações. Esse levantamento para chegar à informação de que nós tínhamos 21 centros de referência, que nós tínhamos 52 conselhos municipais – infelizmente, somente 52 conselhos municipais das mulheres nos Municípios –, nós tivemos que fazer um trabalho muito braçal, que foi o trabalho de ligar para cada Município, resgatando histórias e documentos.

Meu tempo está se esgotando. Estou à disposição aqui para falar. Nós temos um relatório de ações que já foram desenhadas e ações que foram destacadas aqui, organizadas, mas, em linhas gerais, essa é a nossa avaliação. Nós temos muitos desafios, com certeza, ainda, enquanto política para poder organizar o Estado, juntamente com as mulheres. E estou totalmente à disposição para todos os esclarecimentos e mais informações que se fizerem necessários. De fato, não consegui pegar todas as questões aqui que foram problematizadas, mas estou à disposição para esclarecimentos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Secretária Márcia.

Nós, na dinâmica do Regimento, escutamos todos os membros do Executivo, em seguida, tribunal de Justiça, Ministério Público e sociedade civil. Mas a representação da sociedade civil solicitou certa inversão da presença, já que viajará. Então, pedindo desculpas às demais autoridades, haverá apenas uma pequena inversão da ordem, chamando, com até 15 minutos,

a Srª Telia Negrão, representando os movimentos sociais. (*Palmas.*)

A SRª TELIA NEGRÃO – Cumprimento a Srª Deputada Presidente desta CPMI, a Srª Senadora, as demais autoridades, todos os movimentos organizados, a sociedade civil, que vêm prestigiar este momento de extrema importância para a cidadania brasileira, para a democracia no Brasil. Nós só podemos acreditar numa democracia verdadeira, numa cidadania verdadeira quando nenhuma mulher tiver medo de dormir à noite. E nós sabemos que este é o sonho de milhões de mulheres brasileiras: o sono tranquilo.

Este é um tema da agenda que nós, movimento de mulheres, colocamos na pauta pública a partir dos anos 70, e continuamos organizadas. Essa minha fala, espero, consiga refletir um pouco do coração das companheiras que se envolveram na elaboração desse dossiê, com os mais ou menos umas 20 mulheres, que trabalhamos nessas últimas duas semanas ou dez dias, para trazer algumas reflexões, porque os dados já foram colocados.

Temos uma compreensão de que nós estamos diante de um problema extremamente de raízes muito profundas, históricas, mantido pela cultura baseada numa concepção patriarcal, de que as mulheres pertencem aos homens, e que gera relações de gênero profundamente desiguais, que se cruza com outras hierarquias em nossa sociedade como as hierarquias de raça, de etnia, de superioridade entre pessoas que fazem sexo com o outro sexo, pessoas que fazem sexo com o mesmo sexo ou que não querem fazer sexo com ninguém; de mulheres que são diferentes de outras mulheres, porque são pobres, porque são magras, porque são gordas, porque são negras, porque são feias, bonitas, baixas ou altas. E tudo isso dando margem a um conjunto, a um glossário, um dicionário de discriminações que nós vemos hoje sendo elencado também pelos movimentos sociais e, felizmente, pelos Estados e pelos pactos internacionais. Então, nós podemos falar hoje termos que antes não ouvíamos, como misoginia, lesbofobia. Podemos falar que isso se expressa através de estupros corretivos anunciados e divulgados pela Internet, porque os mesmos meios de comunicação e mídias digitais, que são capazes de propiciar avanços na sociedades, são capazes também de promover crueldades contra as pessoas, especialmente contra as mulheres que se colocam numa posição diferente da sociedade.

Esse tema da visibilidade mostrou que a violência que havia já com as nossas mães, nossas avós e nossas bisavós pudesse ser colocada. E aí as delegacias das mulheres foram fundamentais porque abriram uma porta para que aquilo que era a queixa dos bastido-

res, das famílias, dos segredos familiares, ganhasse a forma de indicadores, de números que pudessem subsidiar políticas públicas.

Hoje nós temos esses números, que nós poderíamos dizer que poderiam ser bem melhores, porque as nossas estatísticas são muito ruins. Nossos dados são fragmentados. A forma como os dados da violência são computados não propiciam sequer que você possa produzir um plano de políticas públicas de enfrentamento com coerência, com capacidade e com efetividade.

Nós vimos nesses últimos dias em que reunimos um conjunto de informações que, além das mulheres que vivem nas 15 cidades onde há delegacias das mulheres e nas 27 onde há um posto de polícia muitas vezes só com um estagiário e olhem lá, que existem muitas e muitas mulheres nos quase 500 municípios do Rio Grande do Sul – 497 – que não tem um lugar sequer para recorrer para fazer essa denúncia. Mulheres camponesas, mulheres pobres, mulheres que não conseguem sequer sair de suas casas pelo medo, pelas concepções conservadoras de medo da família, pelo sentimento de culpa de estar colaborando com essa violência, com medo de achar que “ruim com ele, pior sem ele”. Enfim, essas concepções estão na nossa sociedade.

Então, nós diríamos que, desses 497 Municípios, talvez em 15 as mulheres tenham uma porta para denunciar, uma delegacia. Em 27 talvez elas tenham uma porta; nos outros, elas não têm quase nada.

Por que eu digo quase nada? Porque desses 497 Municípios, nós temos 11 casas-abrigo; nós temos muito poucos centros de referência; nós temos um juizado especializado em Porto Alegre. Mas em Porto Alegre, nós temos uma rede muito desarticulada, muito desorganizada. Nós não podemos dizer que não tem uma rede em Porto Alegre. Existe uma rede em Porto Alegre. Mas essa rede está fragmentada, ela está fraturada, ela está esvaziada, ela não está capacitada e ela não tem a principal porta indicada pelos planos de enfrentamento, pelas políticas e estratégias de enfrentamento que é o centro de referência municipal especializado de acordo com a norma de uniformização dos centros de referência para a mulher. Isso apesar de termos um projeto municipal; isso apesar de termos todo um trabalho do movimento organizado de mulheres para que esse centro de referência se efetive e se torne mais uma porta para as mulheres.

A forma mais cruel de violência contra as mulheres, segundo as próprias mulheres, além da morte, é a violência sexual. E, infelizmente, nós vemos no nosso Estado um crescimento ou um aparecimento dessa violência surda que acontece em todos os lugares e

não só lá atrás do cemitério, como se achava antes. Ela acontece dentro das casas, com os namorados, com os maridos; ela acontece com pessoas que surpreendem de um dia para outro e rompem a relação de confiança com as mulheres. E as mulheres vão encontrar o descrédito, a omissão, a revitimização, a ideia de que elas foram responsáveis por essa violência. E quando resulta em uma gestação indesejada, fruto de uma violência, as mulheres dizem que preferem morrer a ter que enfrentar as situações que têm enfrentado para conseguir realizar um aborto legal no Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, em relação à violência sexual, nós não aceitamos os dados de que existem mais de 50 serviços de atendimento às mulheres para violência sexual no Rio Grande do Sul. Nós duvidamos desse dado, contestamos esse dado e queremos que o Estado nos comprove que em 50 lugares no Rio Grande do Sul as mulheres que sofrem violência tenham atendimento pela norma técnica dos agravos da violência sexual.

Isso tem que ser aprovado, porque, segundo o próprio Ministério da Saúde, são apenas quatro serviços no Rio Grande do Sul que procedem e todos eles, infelizmente, o fazem quase que clandestinamente. Então, quando as mulheres procuram um hospital para o aborto legal, elas percorrem quase o mesmo caminho da clandestinidade que elas têm que percorrer para encontrar um comprimido de misoprostol ali no meio dos camelôs. Ou uma clínica clandestina que lhes faça um aborto e que colocam a sua vida em risco.

Isso é inaceitável. Isso é uma violação dos direitos humanos das mulheres. E nós não podemos no Estado, que é considerado o terceiro ou quarto mais rico deste País, com um dos maiores IDHs, se nós colocarmos o IDH, IDG aplicado no Rio Grande do Sul, ou seja, o Índice de Desigualdade de Gênero, nós estaremos caindo para o fundo do poço. E isso é uma vergonha.

Então, Sr^{as} e Srs. Deputados, é muita responsabilidade o que estou falando aqui. Mais um pacto não assinado no devido tempo. Prejuízos enormes para todos os Municípios do Estado: visões conservadoras ultrapassadas submetendo as mulheres às lógicas patriarcais; a falta de prioridade nessa política; a falta de dados confiáveis; a falta de orçamento adequado; a falta de capacitação e o desconhecimento de leis e normas; a falta de continuidade das políticas; a ausência de redes em efetivo funcionamento; a resistência do Poder Judiciário frente à Lei Maria da Penha. Nós temos ainda no nosso Poder Judiciário, apesar de todas as decisões nacionais, juízes que defendem contra a denúncia incondicionada e representação incondicionada na Lei Maria da Penha.

Nós temos falta de recursos humanos. A gente sabe o que é para a Delegada Nadine manter aquela Delegacia da Mulher aberta no fim de semana e 24 horas. Nós sabemos o que passam os poucos policiais que ainda suportam trabalhar em uma delegacia da mulher, onde a violência moral também ocorre contra essas pessoas que ali trabalham, porque se submetem ao convívio com a violência, sem o devido tratamento, sem o devido cuidado a essas cuidadoras e cuidadores, resultando na impunidade, que leva ao descrédito.

Uma dessas denúncias que hoje foi apresentada pela Senadora Ana Rita é sobre uma jovem que sofreu estupro, percorreu uma cidade, outra cidade, para conseguir realizar os exames, depois conseguir que sua denúncia de violência sexual fosse registrada. Eu a procurei esta semana e fui falar com ela. E ela me disse: “Eu acredito em vocês, eu acredito no movimento de mulheres, eu admiro as mulheres que continuam lutando, mas eu não acredito mais no Estado. Eu não acredito, depois de mais de um ano de passar por tudo que eu passei que nada tenha acontecido para reparar a violência sexual e a outra violência que passei que foi a falta de crédito na minha palavra. Tudo que eu quero hoje é esquecer o que eu passei. Eu tenho esperança de que algum dia a justiça seja feita. Mas eu não vou mais contar a minha história para ninguém. Eu vivo hoje do meu trabalho e do tratamento psicológico e psiquiátrico. Espero, algum dia, voltar a me sentir mulher.”

Parece-me que esse é um sentimento de muitas mulheres que estão passando por situações a cada momento de violência e que têm a sensação de que nada vai mudar nas suas vidas por falta de apoio, de crédito, de possibilidade de romper com o medo, e de dormir uma noite sem ter medo da violência.

Então, eu espero, minhas amigas, ter conseguido expressar um pouco daquilo que nós reunimos nos últimos dias para falar e, se houver oportunidade, vocês possam fazer os complementos necessários.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG)

– Nós agradecemos...

A SRª TÉLIA NEGRÃO – Deputada, eu só gostaria de passar à Mesa, o dossiê escrito. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG)

– Obrigada Télia Negrão, representante da sociedade civil, que passou às nossas mãos não só o relatório do movimento social, o diagnóstico realizado em parceria com um conjunto grande de entidades – depois, nós teremos oportunidade de registrar os nomes –, mas também um diagnóstico do trabalho realizado em relação à violência de gênero.

Queria apenas fazer um esclarecimento. Normalmente as pessoas que vêm colocar suas contribuições à Mesa têm o seu requerimento aprovado em reunião anterior da comissão.

A Srª Ângela Cristina Kravczyk, Coordenadora da Coordenadoria Municipal de Assuntos da Mulher, considera que tem números que não são exatamente os que a coordenadoria tem. Como não foi aprovado o requerimento para que ela pudesse se colocar aqui, até mesmo porque o número de Municípios é muito grande – por isso são autoridades estaduais –, a nossa relatora e esta Presidência receberão as informações que são questionadas, para que possam servir de subsídio ao encontro dos nomes. Por isso, queremos pedir desculpas à Ângela Cristina, mas nós vamos aguardar. Ela vai mandar, por escrito, o conjunto de dados e informações que ela considera que devem ser ajustado ao que foi situado aqui.

Neste momento, nós estamos registrando que a nossa coordenadora não teve oportunidade de incorporar os dados e os números como o conjunto das coordenadoras municipais. Nós precisamos, então, informá-las, Dr. Ângela Cristina, de que todas as Coordenadorias municipais poderão registrar diretamente no relatório da CPMI os dados referentes.

Passamos a palavra, então, ao representante da Secretaria da Saúde, Dr. Fernando Anschau, que disporá de até quinze minutos para suas considerações.

O SR. FERNANDO ANSCHAU – Inicialmente eu gostaria de saudar a todas e a todos da Mesa e a todas e a todos da plateia que ficaram até este momento para contribuir conosco.

Sempre há certa de dificuldades ao se falar depois de um discurso tão inflamado e importante como o da Télia Negrão, que tem muito contribuído e traz experiência de longa data na construção das políticas de atenção integral à saúde da mulher e também, em especial, à violência.

Antes de responder às perguntas – e acho que consigo responder a todas elas neste momento; são três em relação à saúde da mulher –, eu gostaria de reforçar alguns pontos que já vêm sendo trabalhados em relação à violência na Secretaria da Saúde.

Eu aqui estou representando o Secretário Ciro Simoni, mas também venho como Coordenador da Seção de Saúde da Mulher do Estado. Quero dizer que a questão epidemiológica da violência, além de ser de extrema relevância pela alta incidência de casos, ela também é de extrema relevância pela característica de, ao incutir a violência, a gente estar tirando a autonomia, a dignidade e a cidadania das mulheres. Isso, certamente, deve ser combatido como tal. Então, mesmo que o dado epidemiológico fosse uma mulher

apenas em violência, ele deveria ser combatido pela relevância, além da questão epidemiológica, que já foi levantada.

Dentro da Secretaria Estadual da Saúde já foi criado um Grupo de Trabalho de Combate à Violência à Mulher e também outros grupos de trabalho que também tratam do tema. Um deles é Grupo de Trabalho dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, que trata especificamente do abortamento, tanto o abortamento legal quanto do abortamento inseguro. Então, há dois grupos de trabalho falando sobre essa questão da violência e outro grupo de trabalho de formação, que trata das capacitações e que também trouxe o tema da necessidade, no Estado, de se fazer uma residência multiprofissional e em saúde integral da mulher, cujo edital ainda vai sair este ano.

Esses grupos de trabalho são fruto de uma parceria com a Secretária de Política das Mulheres e também com o Ministério Público e de um evento que também contou com representantes de algumas organizações dos movimentos feministas e que aqui estão sentados, evento que ocorreu no dia 22 de março deste ano.

Especificamente sobre as questões levantadas.

Como está funcionado a identificação compulsória da violência doméstica e sexual da violência contra as mulheres? Essa identificação, na Secretaria Estadual da Saúde, é feita no Centro Estadual de Vigilância em Saúde. No ano de 2010, foram 3.870 notificações, e passaram para 6.700 no ano de 2011. *(Pausa.)* Especificamente foram 3.826 notificações em 2010, e 3.745 notificações em 2011. Mesmo assim, existem Municípios que não notificam, que estão zerados nas notificações, ou seja, ainda é uma subnotificação. A gente está trabalhando em todos os Municípios do Estado falando sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, e esse tema foi, junto com a Secretaria de Políticas das Mulheres, da Secretaria Estadual de Saúde, no último ano, em várias caravanas que foram feitas ao interior do Estado, visitando todas as dezenove Coordenadorias Regionais de Saúde e abordando o tema.

Nessa mesma construção das redes de atenção à saúde, abordou-se o tema de como construir uma rede de atenção que tivesse a cara do Rio Grande do Sul. A proposta da Secretaria Estadual de Saúde foi a de construção das Redes Chimarrão e, a partir de um símbolo muito nosso, regional, a gente começou a discutir redes de atenção à saúde. Dentro da Rede de Atenção à Saúde da Mulher, discutiu-se a Rede Chimarrão e já se desenhou, de pronto, juntamente com a Rede Cegonha, que fez suas questões bem particulares, a linha de cuidado à mulher vítima de violência sexual. Então, já está pactuado com os Municípios que

fizeram a adesão à Rede Chimarrão. Hoje, no Estado, 46% dos Municípios aderiram, e existe um movimento para completar pelo menos 60% até o dia 15 de maio. De qualquer forma, todos os Municípios foram contemplados com a nossa visita direta ou indireta, com o que a gente chamou dentro da Secretaria Estadual da Saúde de grupos georeferenciados. A gente dividiu a Secretaria em sete grandes grupos, que foram a todas as grandes regiões do Estado fazendo esse discurso.

Em relação aos hospitais que fazem o abortamento legal, há o Hospital Presidente Vargas, o Hospital de Clínicas, o Hospital Fêmina e o Hospital Conceição. O Hospital de Pronto Socorro fazia e deixou de fazer. Prioriza-se, dentro de Porto Alegre, o Hospital Presidente Vargas. Então, os quatro hospitais citados fazem este atendimento.

Existe a ideia nossa, da seção específica, de contemplar algum hospital grande desses das dezenove coordenadorias ou pelo menos um em cada coordenadoria que faça o que, de fato, na lei já está dito que deve ser feito. Então, existe um trabalho nosso de sensibilização dos hospitais dos Municípios-sede de todas a coordenadoria de que façam isso. Realmente, hoje não se faz. A gente viu isso no diagnóstico que a gente fez sobre a saúde da mulher nesse último ano. Então, esse é um trabalho que está em crescimento.

Em relação à capacitação direcionada aos profissionais sobre violência sexual e abortamento legal, quando se fala sobre a linha de cuidado em atenção à violência sexual, aborda-se essa questão com os profissionais, vimos que, mesmo os hospitais que fazem o abortamento legal e todos que fazem atendimento, de alguma forma, à mulher vítima de violência sexual, o entendimento da linha de cuidados, dos marcos legais e dos marcos protocolares clínicos assistenciais não eram cumpridos muito por desconhecimento, como foi colocado aqui. Vimos isto, há uma necessidade não só de fazer as capacitações, mas também de criar um instrumento, dentro da linha de cuidados, de ofertar essa linha de cuidados a todos os serviços. Isso a gente está fazendo, juntamente com a comunicação à Secretaria Estadual de Saúde.

Nesse mesmo movimento, agora, em 18 de abril, foi aprovado um incentivo aos hospitais que mantêm plantões presenciais de ginecologistas, obstetras e anestesistas, equipe mínima para fazer, do ponto de vista médico legal, o atendimento às mulheres com abortamento e também às vítimas de violência. Não é a equipe total, mas é a equipe mínima, em plantão de 24 horas, o que garante o acesso, em 24 horas, desse tipo.

Fazendo um desenho do Estado e identificamos pelo menos 44 instituições que poderiam fazer isso.

Já as identificamos. Está sendo orçado em torno de R\$60 milhões nesse ponto específico de incentivo ao plantão presencial. Falamos de incentivos ligados à linha de cuidados e às redes de atenção que estamos proporcionando. Como acabei de falar, existe uma linha traçada e existe incentivo do próprio Estado para fazer com que a linha seja, de fato, cumprida, porque sabemos que hoje não é.

Para a linha do abortamento legal, houve uma discussão junto à Procuradoria-Geral do Estado uma semana antes. Depois, no dia 22 de março, houve uma discussão (*inaudível*) sobre o enfrentamento ao abortamento inseguro. E a ideia da Secretaria Estadual de Saúde é lançar mão de uma estratégia que o Uruguai já lançou, de combate ao abortamento inseguro. Temos a ideia de que existe a necessidade premente de garantir mais autonomia às mulheres para combater o abortamento inseguro, nos mesmos moldes em que o Uruguai lançou. É uma estratégia do Ministério da Saúde seguir esse mesmo modelo. Também é nossa estratégia. Já nos colocamos, como Estado, dispostos a fazer o piloto desse modelo no País. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Agradecemos as palavras do Dr. Fernando Anchau, representante da Secretaria de Saúde.

Passamos agora, para seu depoimento, o representante do Tribunal de Justiça, a Desembargadora Laís Ethel Corrêa Pias, que disporá de até 15 minutos.

A SRª LAÍS ETHEL CORRÊA PIAS – Exmª Srª Deputada Jô Moraes, Presidente da CPMI que hoje promove esta audiência pública. Em nome de V. Exª, cumprimento todos os membros da Mesa e cumprimento, em especial, as pessoas de todo o nosso Estado que aqui se fazem presentes, homens e mulheres, todos nós sujeitos de direito.

Sempre que se pensa em violência contra a mulher, pensa-se também, além da Lei Maria da Penha – essa lei inovadora em termos universais – no ar. 226 § 8º da Constituição Federal, que diz o seguinte: “O Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.” Para isso, portanto, para que se implementem esse artigo da Constituição e a Lei Maria da Penha, é necessário que se implementem políticas públicas e que a sociedade organizada se levante para que nós, membros responsáveis dessa sociedade, façamos a nossa parte.

A violência doméstica, segundo a Lei Maria da Penha, é a violência contra a mulher. E por que ocorre isso no âmbito da nossa sociedade, seja no Brasil, nos nossos Estados, nos nossos Municípios, em uma grande escala? Porque nós somos produtos de uma sociedade patriarcal, principalmente no Rio Grande

do Sul, onde o homem tem que usar uma bota, uma bombacha e uma espora – ou tinha que usar há algum tempo – para mostrar que era macho; onde a mulher era considerada uma propriedade do chefe, do *pater familias*. A mulher não tinha direito de estudar; não podia.

Eu, no meu tempo, na minha terra, quando disse que cursaria advocacia – e já era professora, uma profissão então considerada perfeita para as mulheres –, meu próprio irmão disse: “Mas como é que a Laís vai a uma delegacia de polícia? Não pode, porque é mulher”. E até os anos 60, 70, 80, a mulher tinha que ser médica pediatra ou professora. Concurso para juiz de direito ou para qualquer outra carreira jurídica? Jamais. Mas nós, mulheres, nos organizamos e conseguimos. Houve três que fizeram concurso e, por meio de mandado de segurança, conseguiram ser empossadas Juízas de Direito – uma, conhecidíssima, a Desembargadora Maria Berenice.

No Judiciário, a mulher era considerada também, antigamente, como um ser inferior. A mulher não tinha direito eleitoral, não podia votar. Agora, nós já somos quase a metade das juízas do Rio Grande do Sul e já somos 38 Desembargadoras.

Mas vamos ao que nos interessa. Temos aqui uma Vara da Violência Doméstica, situada em Porto Alegre, que, em 2009, logo quando foi instalada, já tinha nove mil processos. Em outubro do ano passado, estávamos com mais de 20 mil processos. A juíza que atuava interinamente na vara Maria da Penha, a Drª Jane, que iniciou com um processo, ao sair de lá, dois anos depois, tinha mais de nove mil. Atualmente, são quatro juízes que atuam na vara, carinhosamente chamada de Vara Maria da Penha, e não dão conta do serviço.

O Poder Judiciário tem plantões tanto no Tribunal de Justiça como no Foro Central, 24h por dia, todos os dias da semana. O Poder Judiciário não fecha e a maior “clientela”, o maior número de atendimentos que ocorrem lá, no plantão judicial do Foro Central, são fatos de violência doméstica. E por quê? Porque é justamente no fim de semana que se encontram os casais. É quando a mulher não está trabalhando e quando o marido não está trabalhando. Aí surge a violência.

Então, é necessário, sim, que os centros de referência funcionem 24h por dia durante os 365 dias do ano, assim como funcionam os hospitais, assim como funciona o Poder Judiciário, como funcionam as delegacias de Polícia, é necessário que haja um plantão nas casas de passagem, nos abrigos e nos centros de referência para que as mulheres sejam realmente atendidas nos momentos mais difíceis, que são aqueles que normalmente, no horário noturno, nos fins de semana.

Mas a violência doméstica não é só uma questão de segurança, não é só uma questão de Justiça. A mim, parece que a possibilidade de diminuirmos a violência doméstica passaria pelo sistema de saúde. A criação dos centros de referência, e devem ser criados, se não em âmbito municipal em todos os Municípios do Estado, porque é impossível... Lá na minha primeira comarca, Campo Novo, tinha dois médicos, nenhum psicólogo e nenhum assistente judicial quando eu jurisdicionava. Então, nós não podemos pensar em hipóteses impossíveis, mas podemos regionalizar, podemos – como existe nas varas de infância e juventude, em que existem os JJJ, que são os juzizados regionais – criar sim centros de referência regionais em todo o Estado, podem-se criar varas, centros regionais, centros como o Narf, que temos aqui, que atende à vara da família, podem ser criados regionalmente, como estão tentando fazer em Santa Rosa, onde haja psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais que vão atender aos Municípios da região. No nosso Estado, a não ser na região da fronteira, os Municípios têm uma distância de 20, 15, 30, 40 quilômetros no máximo um do outro. Então, vamos fundar algo que possa, vamos criar algo que possa fazer com que as mulheres possam ser atendidas.

Segundo o nosso Juiz Roberto Lorea, as pesquisas no nosso Estado – e ele falou isso no ano passado – apontam que 30% apenas das vítimas da violência doméstica chegam até o Judiciário. E, desses 20%, algumas vêm durante várias vezes.

Teve uma palestrante aqui que falou o seguinte, por causa de uma outra audiência pública, em que eu critiquei uma decisão do Supremo no sentido de que deveriam sempre e obrigatoriamente os casos de violência doméstica serem ações públicas incondicionadas, modificando, portanto, a legislação e o Código de Processo Penal, que dizem que quando é uma lesão corporal leve, uma ameaça, a ação pública é condicionada à representação, vai para o Juizado Especial. Não sou a favor de que vá para o Juizado Especial, não sou a favor de que não tenha a prisão preventiva ou a prisão em flagrante do agressor, mas do real agressor.

Acho que deveria... Foi-me perguntado e não sei a resposta ainda, porque não passaram que eu teria que trazer dados aqui. Eu recebi o convite de S. Ex^a, o Desembargador Marcelo Bandeira Pereira às 11:30h da manhã para comparecer aqui para me apanharem às 13:30h e representar o Tribunal de Justiça. Mas eu acho que me fizeram essa pergunta, não sei qual é a posição que está sendo tomada pela Corregedoria de Justiça no caso das audiências de conciliação que estariam sendo feitas por juízes e juízas aqui no Rio Grande do Sul.

Nós temos na vara de família, quando há uma separação, obrigatoriamente uma audiência de conciliação. É óbvio que quando há um fato grave, uma lesão corporal grave, uma tentativa de homicídio, os juízes decretam sim – os juízes criminais e os juízes da Vara de Violência Doméstica – a prisão preventiva, homologam os flagrantes, mas quando há talvez – e me parece que é isso que está ocorrendo – apenas uma ameaça, eles procuram pacificar o casal. Não tenho certeza disso enviarei para as senhoras as estatísticas e, até em razão de um problema *sui generis* que está ocorrendo na nossa Corregedoria, nós estamos com o Corregedor interino, que assumiu há pouco tempo, não sei qual a posição da Corregedoria nesse sentido. Realmente, na Lei Maria da Penha não há previsão de conciliação. Só que não podemos impedir também que o casal chegue lá e diga: “Olha, nós fizemos as pazes e queremos voltar”. E aí? Vem a mulher de mão com o marido e diz: “Houve esse fato mas, enfim...”

Bom, quanto aos dados, como disse antes, nós temos apenas aqui no Rio Grande do Sul uma Vara de Violência Doméstica que se situa na capital do Estado, nem nas demais comarcas de entrância final não temos. Há um projeto, uma possibilidade de se criar uma vara em cada uma das comarcas maiores. Isto, logicamente, depende de lei: a criação de varas, a criação de novos juzizados com novos cargos de juízes e funcionários depende de lei. Esbarramos, somos prestadores de serviço e esbarramos sim na Lei de Responsabilidade Fiscal. As leis para criação de novas varas da violência doméstica ou de qualquer nova vara vão depender, obviamente, de um projeto de lei que tem que passar pela Assembleia Legislativa e pela sanção do Governador.

É necessária sim a criação de juzizados especializados, é necessária a criação de cargos de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, porque é necessário tratar não só as mulheres e abrigar não só as mulheres, mas, principalmente, os que são mais agredidos, os filhos. A agressão psicológica – fui juíza há muito tempo da Vara de Infância e Juventude aqui em Porto Alegre e senti isso – a agressão psicológica que o agressor, ao agredir a mulher mais frágil, pratica contra os filhos tem consequências muitas vezes muito maiores do que aquela que ocasionou na mulher que, embora seja uma pessoa frágil, é muito menos frágil que uma criança indefesa. A insegurança que o filho sente ao ver a mãe espancada, ameaçada, violentada pelo pai é terrível e prossegue pela vida afora. Então, precisamos sim que as mulheres sejam abrigadas e tratadas junto com seus filhos, porque elas também sofrem a agressão ao verem seus filhos psicologicamente maltratados.

Tem na agenda do Judiciário sim a ampliação do número de varas nas comarcas maiores, onde é maior o número – não o índice de violência, porque existe em todas as comarcas – mas o maior número de mulheres agredidas.

Quanto aos agressores condenados, o andamento do processo criminal contra o agressor depende do comparecimento das testemunhas. O juiz, para que possa punir, tem que ouvir as partes, tem que ouvir as testemunhas e, posteriormente, ele vai punir, tem que ter a prova. Então, alguns processos, dependendo, demoram um ano, demoram dois anos para serem julgados, dependendo do número de pessoas a serem ouvidas. Mas, normalmente, a medida protetiva, aquela que tem que tem que ser imediata, é aplicada no prazo de 48 horas, no máximo, dois, três dias, dependendo do comparecimento e de ser encontrada a pessoa. O processo criminal é um processo que não depende só do Judiciário, mas tem andado, sim.

Quantas penas foram aplicadas – não tenho o dado concreto, como disse, só às 11 e meia teria que vir aqui –, mas, com certeza, muito mais do que os vinte mil processos que estão em andamento agora. A base de ingresso de processos lá na Vara é mais de mil, muito mais, e os juízes, o tribunal, se não pode criar novas Varas, porque depende de lei, pelo menos colocou mais juízes e mais funcionários para que possam nessa Vara atender às necessidades das mulheres daqui de Porto Alegre.

Quanto às informações, Sr^a Relatora, eu as encaminharei por escrito. Vou entrar em contato com a Corregedoria, para saber qual o posicionamento que ela está tendo quanto a essas audiências de conciliação e por que estarão sendo realizadas, muitas vezes até a pedido de advogados, não sei como é que é. E, quanto aos dados de quantas medidas protetivas, quantas punições foram feitas, eu as encaminharei no prazo que V. Ex^a disse.

Era isso que tinha a dizer. Quero dizer que, para a mulher, uma das piores violências é a sexual, mas existe, além da violência física e da sexual, a violência moral e a violência econômica, que não são denunciadas e que são a maioria.

Era isso.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Dr^a Laís, só uma questão que eu gostaria aqui de ressaltar, até para as pessoas que estão presentes e acabei não falando isso no início da minha fala. Todas as autoridades deste Estado receberam uma correspondência, um pedido de informação da CPML, que foi encaminhado para cá no dia 20 de março, para o Tribunal de Justiça, para o Governo do Estado, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública, solicitando várias informações.

É claro que hoje a gente solicita mais alguma coisa. Acontece que apenas o Poder Executivo nos respondeu. Até hoje, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública não nos responderam os pedidos de informação encaminhados anteriormente.

Então, o que eu quero aqui, agora? Nós vamos dar um prazo de uma semana para que possam nos dar as respostas aos requerimentos que fizemos, além das questões que aqui foram levantadas. As questões que foram aqui levantadas partem do pressuposto de que são questões do cotidiano das instituições. Nem tudo precisa ser perguntado com muita antecedência, porque parte do cotidiano das pessoas. Então, a gente pensa que, pelo menos, se não tem as respostas todas em números, em dados, mas, no geral, podem nos responder, como, por exemplo, hoje cedo tivemos uma conversa com o Sr. Juiz...

A SR^a LAÍS ETHEL CORRÊA PIAS – Lorea, que atua na Vara da...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Isso. Ele realmente disse o seguinte, que não dá conta do número de processos que têm Vara, que são em torno de vinte mil.

Qual é a nossa pergunta? Se existem vinte mil processos naquela Vara, parte-se do pressuposto de que o Tribunal de Justiça tem que estar atento, tem que estar preocupado com isso. Não precisa a CPML perguntar se vai fazer alguma coisa. Mas, enfim, que medidas concretas o Poder Judiciário está tomando ou vai tomar para reduzir o trabalho desumano de lidar com mais de vinte mil processos? Porque é desumano aquilo ali. Vai criar mais Varas? Vai transformar alguma Vara hoje existente, uma Vara criminal ou uma Vara de família em Varas de atendimento à violência contra a mulher? Essa foi uma pergunta que fizemos hoje cedo para o Presidente do Tribunal e ele não nos respondeu.

Então, fazemos novamente essa pergunta e penso que, eu pelo menos imagino, se tem vinte mil processos numa Vara, algo tem que ser pensado, já estar em planejamento o que fazer para solucionar isso. Não vamos esperar ter trinta mil processos, quarenta mil processos numa única Vara, porque é realmente muito desumano para um juiz e para uma equipe cuidar disso.

Outra coisa que a senhora mesma disse diz respeito à necessidade dos centros de referência. Então, se a gente identifica que há necessidade de criação de centros de referência para poder facilitar o atendimento e inclusive evita que muitos casos cheguem até às Varas, se nos centros de referência são feitos os atendimentos, que medidas estão sendo adotadas para se criarem equipes multidisciplinares, por exemplo, para atenderem nos juizados? Porque também no juizado se podem ter assistentes sociais, psicólogos,

para fazerem o atendimento, uma certa triagem, para facilitar o andamento dos processos. Então, imagino que essas questões já poderiam ser pauta de reflexão do juizado.

A SRª LAÍS ETHEL CORRÊA PIAS – Posso lhe responder?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

A SRª LAÍS ETHEL CORRÊA PIAS – Nós fizemos uma Vara da Maria da Penha, mas nós temos sete Varas de família e temos três Varas da Infância e Juventude. A violência...

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Drª Laís, só um momento, por favor.

A SRª LAÍS ETHEL CORRÊA PIAS – Sim.

A SRª MARINA SANTANNA (PT – GO) – Porque pedi à Relatora, mas a Presidenta precisou se ausentar por um minuto, mas eu gostaria de fazer uma consideração, com a permissão da Relatora e da nossa Deputada Keiko, que é relacionada ao fato de a senhora ter-se manifestado aqui no sentido de que foi chamada para esta audiência da CPMI apenas após o horário em que estivemos com o Presidente do Tribunal. E essa audiência tem sido preparada já há vários dias, como foi dito pela nossa Relatora, Senadora Ana Rita, e a senhora, portanto, veio até a audiência sem os dados necessários por impossibilidade de tempo de fazê-lo.

Então, eu gostaria, pessoalmente, não sei se com o apoio da Relatora e da Deputada Keiko, de me manifestar no sentido de considerar um erro ou até mesmo uma situação inibidora para nós estarmos aqui, a senhora também, procurando ouvi-la a respeito da posição ou das posições do Tribunal de Justiça, sendo que foi alertado, foram solicitados dados e não repassados, e para a senhora, que talvez não tenha condições aqui até de nos fornecer esses dados.

Então, gostaria de registrar aqui, nesta audiência pública, um constrangimento de nossa parte e que precisamos realmente dos dados do Tribunal de Justiça e que ele não permaneça nesse tipo de conduta e nos ofereça de fato os dados, porque precisamos para apreciação concreta da situação do Poder Judiciário no Rio Grande do Sul para complementação dos nossos dados e aferição de como está sendo o tratamento das mulheres, a proteção das mulheres, no que tange ao Tribunal de Justiça aqui neste Estado.

Muito obrigada.

A SRª LAÍS ETHEL CORRÊA PIAS – Posso falar agora? Bom. A Senadora falou que havia falado com o Dr. Lorea hoje de manhã. Ele é o Juiz Presidente da Vara da Violência Doméstica. Mas tem mais três juízes que estão trabalhando com ele. São quatro juízes que atendem os vinte mil processos. Quanto ao número de processos por Vara, em todas as Varas Cíveis do Rio

Grande do Sul, temos de dez a vinte mil processos. Temos a Vara de Execução Criminal, que são dois juízes e que tem mais de cem mil processos.

Somos o Poder Judiciário que mais recursos tem nos tribunais superiores. Somos considerados – e é pesquisa da Fundação Getúlio Vargas – o Poder Judiciário que mais rapidamente julga neste País. Só que nós temos um problema. Nós temos o seguinte: 27,5% dos recursos que estão nos tribunais superiores são oriundos do Rio Grande do Sul; o resto é dos outros Estados. Por que isso? Porque nós temos o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora prestadores de serviços, temos um limite, e é inumano se um juiz julgar como eu, que julguei, no mês passado, 1.250 recursos. E se tem que julgar, e se tem que trabalhar de manhã, de tarde, de noite e fins de semana para isso.

Então, realmente, em um ano, o Dr. Lorea, com os três juízes auxiliares dele, que são os juízes substitutos de entrância final, têm 20 mil processos para dar andamento a um fato grave como é o fato da violência contra a mulher. Mas é o que temos e o que podemos ter.

Quanto aos dados, Srª Relatora, com certeza a senhora receberá os dados estatísticos.

Pergunto agora: a CPMI mandou diretamente ao Poder Judiciário do Rio Grande do Sul? Porque eu tenho um ofício ali, dirigido ao meu Presidente – e talvez por isso é que ele tenha feito isso, talvez a Assessoria não tenha passado –, assinado pela Srª Presidente, apenas convidando para participar da audiência pública hoje à tarde. Estou com o ofício na minha bolsa.

Era o que eu tinha para dizer.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos, Desembargadora, e informamos à senhora que nós enviamos os requerimentos de pedido de informação. Há praticamente dois meses foi a primeira iniciativa tomada pela nossa relatora, para que pudesse acumular informações. Nós podemos reencaminhar essa solicitação de requerimento, para que possa estar preciso. Mas nós agradecemos as suas palavras.

Com a palavra a representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, promotora de Justiça Drª Carla Carrion Frós.

A SRª CARLA CARRION FRÓS – Uma boa tarde e todos e a todas.

Na pessoa da Deputada Jô Moraes, presidente desta CPMI, eu saúdo a todos os presentes, a todos os integrantes da Mesa.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade do convite recebido e encaminhado ao Ministério Público de poder participar desta audiência pública e

trazer um pouco daquilo que vem sendo feito não só pelo Ministério Público, mas também pelo Município de Porto Alegre e pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto ao pedido de informação que não foi prestado, eu vou tomar providências no sentido de encaminhar a resposta a todos os questionamentos feitos. Da mesma forma, alguns dados que eventualmente eu não tenha e não possa responder agora eu tomarei providências nesse sentido.

Eu me lembro de um colega, Dr. Fabiano Dallazen, que já foi coordenador do Núcleo de Apoio de Violência Doméstica do Rio Grande do Sul, quando palestrava no interior do Rio Grande do Sul, na região metropolitana, na comarca de Alvorada, em um seminário organizado pelo Ministério Público local. Ele dizia que a Lei Maria da Penha veio, e veio para ficar. E, quando ele falava disso, o que ele queria dizer na verdade? Que a lei, desde 2006, está aí, está aí para todos os operadores do Direito, está para toda a sociedade civil, está aí para todos os Governos para ser aplicada. Mas, com certeza, ela veio para ficar, mas depende de um engajamento de toda a sociedade, de todos os Governos, tanto em nível municipal, quanto estadual, de todas as organizações, do Poder Judiciário, do Ministério Público. É um trabalho conjunto, é um trabalho articulado, é um trabalho de rede que precisa ser feito.

Infelizmente, os números de violência doméstica contra a mulher ainda são alarmantes no nosso Estado, assim como o número de processos que temos hoje no Juizado de Violência Doméstica. Mas o Ministério Público não está inerte nessa situação.

Hoje nós temos atuando, junto ao Juizado de Violência Doméstica de Porto Alegre, dois promotores de Justiça. Um atuando nos processos judiciais, e outra, a Dr^a Veleda, atuando especificamente nas questões extrajudiciais.

E por que hoje existe uma promotora designada para questões extrajudiciais? Justamente porque o principal, nós sabemos, não é a punição do agressor lá na frente; nós sabemos – o Ministério Público é sensível a essa questão – que o principal ainda é todo um trabalho preventivo que precisa ser feito, todo um trabalho de rede que precisa ser feito e é justamente para isso que a Dr^a Veleda, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, foi designada pelo Procurador Geral de Justiça, justamente para atuar nessas questões.

A Dr^a Veleda me passou – em razão de um compromisso anteriormente agendado não pôde comparecer – alguns dados do que vem sendo feito com o Município e com o Estado, envolvendo políticas públicas.

A Dr^a Veleda atua nessa Promotoria de Justiça há mais ou menos um ano e vem trabalhando justamente, como a sociedade civil organizada e os gover-

nos municipais e estadual, nesse sentido de fomentar políticas públicas.

A Dr^a Veleda também tem participado com frequência da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Copevid. Essa Comissão pertence ao grupo nacional de direitos humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, do qual o Dr. Eduardo de Lima Veiga é o atual presidente. Através dessa Comissão, recentemente, no dia 8 de março, o Ministério Público deu a satisfação de lançar, juntamente com os demais núcleos espalhados por todo o País, a Cartilha “O Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Uma Construção Coletiva”.

Da mesma forma, a Dr^a Veleda me passou alguns dados quanto ao Centro de Referência.

Essa questão do Centro de Referência já é bastante antiga, já é um problema, mas o Município é sensível a essa realidade e sabe das dificuldades que existem; para a Delegada Nadir, por exemplo, quando precisa encaminhar alguma mulher, vítima de violência doméstica. Justamente nesse sentido, com essa finalidade, foi instaurado inquérito civil, no âmbito do Ministério Público Estadual, nessa Promotoria de Justiça de Violência Doméstica, visando a justamente reestruturar e auxiliar no reestruturamento desse centro.

Conforme dados que me foram repassados, essas tratativas estão bastante avançadas e já estão sendo tomadas providências no âmbito municipal, para que esse centro seja efetivamente reestruturado e funcione na prática.

Outra questão interessante de levantarmos e trazermos para seu conhecimento é quanto ao curso de reeducação para os agressores que está sendo formatado, em parceria com o Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e o Instituto de Acesso à Justiça e a sociedade civil organizada da mesma forma, justamente para se trabalhar na ponta, não só com a repressão, mas trabalhar com aquele agressor depois, se ele eventualmente retorna para casa, e nós sabemos que essa é a realidade hoje em dia. Não adianta encaminhar uma medida protetiva, não adianta muitas vezes o afastamento do lar, ou até mesmo uma prisão preventiva se esse agressor não for educado para viver no seio daquela família, viver em paz e sem qualquer tipo de agressão. Esse curso está sendo formatado justamente para isso.

Com relação às questões relacionadas à prevenção e à denúncia, recentemente foi firmada uma parceria com a Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), o Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgotos) e a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica, RS) para que, nas contas de luz

e de água venha um número indicando a quem deve ser feita a denúncia, no caso de violência doméstica.

Estima-se a expedição de mais de 1 milhão e 720 mil contas e que, aproximadamente, 7 milhões de pessoas recebam a informação: “Violência Doméstica, Vergonha não fazer nada – Denuncie: ligue 180. Ministério Público do Rio Grande do Sul”.

Também está em andamento, no âmbito dessa Promotoria de Justiça de Violência Doméstica, um curso de capacitação, a exemplo do que já foi feito em 2009, para promotores de Justiça, e esse curso de capacitação é importante no âmbito do Ministério Público por quê? Porque a Lei Maria da Penha tem que mudar toda uma mentalidade dentro das instituições também. Também precisamos modificar a mentalidade de muitos promotores a melhor trabalhar com a violência doméstica. Se hoje alguns promotores ainda entendem que a ação penal, no caso de lesão corporal, deve ser pública condicionada, nós devemos, no âmbito da instituição, trabalhar justamente para mostrar a importância de vermos que essa ação não pode ser condicionada, que essa ação tem que ser pública incondicionada.

Por isso a importância, então, de cursos de capacitação para os Promotores de Justiça, para que melhor venham atender essas mulheres, vítimas de violência doméstica.

Por meio de uma parceria também do Ministério Público com a Brigada Militar, está sendo feito um projeto piloto que vai ser realizado inicialmente em Porto Alegre e depois a ideia é estender para os Municípios do interior, cursos também de capacitação de policiais militares que atuam e acabam lidando e acabam tendo esse primeiro contato com essa mulher vítima de violência doméstica.

Não adianta a mulher chamar a Brigada Militar, ligar para o 190 e receber o atendimento de uma pessoa que não esteja capacitada para tratar daquele problema e muitas vezes não saber que tipo de encaminhamento que deve ser dado. Esse trabalho também está sendo feito em parceria com a Brigada Militar.

Deputada, quanto aos números, tenho algumas informações aqui. Denúncias oferecidas pelo Ministério Público no último ano, de janeiro de 2011 a 1º de março de 2012, os dados que tenho aqui oferecem um total de 342 denúncias oferecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, o Ministério Público já conta com o cadastro previsto no art. 25 da Lei Maria da Penha, já está sendo utilizado, no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul, inclusive serviu de modelo para outros Ministérios Públicos de outros Estados; ele já está sendo utilizado. Temos atualmente cerca de 113 Promotorias de Justiça no interior que utilizam e alimentam esse cadastro, com dados referentes ao

tipo de violência, ao tipo de crime praticado, o local da agressão, as medidas protetivas concedidas, a situação judicial do processo, se foi arquivado, se houve renúncia, se não houve, os casos de condenação e absolvição; dados dos agressores – esse é um ponto bastante importante do cadastro, em relação aos dados dos agressores, se aquela violência foi praticada sob influência de álcool, influência de drogas, se houve agressões anteriores. Por que digo que esse dado é fundamental para o nosso cadastro? É fundamental porque hoje, cada vez mais, o álcool está presente naquela família e tem sido o causador muitas vezes daquela agressão.

É importante que se tenham números e dados referentes à influência do álcool nesse tipo de violência para então fazer um trabalho preventivo no âmbito da violência doméstica. O cadastro também apresenta os dados das vítimas, se mãe, filha, irmã, esposa, companheira, ex-esposa, ex-companheira.

Então, voltando, Deputada, com relação ao número de denúncias, tivemos, de janeiro de 2011 a de março de 2012, 342 denúncias oferecidas. Tenho aqui o tipo de denúncia. Depois, posso lhe passar o relatório em termos de número, se ameaça, lesão corporal ou homicídio.

Quanto a medidas protetivas que foram solicitadas pelo Ministério Público: infelizmente, esse dado não consta do nosso cadastro, as que foram oferecidas pelo Ministério Público. Temos, sim, o número de medidas protetivas encaminhadas pela Polícia Civil. Temos um total de 4.685 medidas protetivas encaminhadas nesse mesmo período que informei.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Qual período?

A SRª CARLA CARRION FRÓS – Janeiro de 2011 a março de 2012.

Entre elas, temos também separado por tópicos, o tipo de medida que foi solicitada e o tipo de medida que foi deferida. Esses números, também posso deixar o relatório com a senhora.

Então, infelizmente, como ele disse, eu não saberia lhe dizer agora quantas medidas protetivas foram encaminhadas diretamente pelo promotor de Justiça, mas, com certeza, eu tenho como verificar esses dados no próprio relatório que é encaminhado para a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Quanto ao papel da Promotoria, no âmbito extrajudicial de violência doméstica, o papel, como eu disse, é fundamental, e é justamente por isso que hoje existe uma promotora de Justiça designada para atuar nas questões extrajudiciais envolvendo o Juizado de Violência Doméstica.

Quanto aos cadastros, já respondi. Atualmente, temos cerca de 113 Promotorias de Justiça que mantêm esse cadastro. Ele é alimentado diariamente. Claro que, infelizmente, esses dados nem sempre dizem ou relatam ou demonstram o que exatamente existe. Por quê? Aí surge toda uma questão que também é enfrentada pelo Poder Judiciário, que dispõe sobre a infraestrutura das Promotorias de Justiça. Nós estamos trabalhando no sentido de capacitar os funcionários para que saibam realmente alimentar esse cadastro, para que os dados, então, sejam mais realistas.

Quanto às ações que estão sendo tomadas para suprir a deficiência dos centros de referência, é isso que foi mencionado: foi instaurado inquérito civil, que, atualmente, está em tramitação, e, sob a Presidência da Dr^a Veleda, têm-se realizado reuniões, justamente para reestruturá-los.

No que se refere ao banco de dados, eu acredito que eu já tenha respondido. A última questão, se o banco de dados do Ministério Público interage com os demais bancos de dados, como o do Poder Judiciário e o de Segurança Pública, na verdade, nosso cadastro não chega a interagir com os demais bancos de dados, mas o que se busca sempre é fazer uma consulta paralela nos dados da Segurança Pública e nos dados do Poder Judiciário.

Não sei se a senhora teria mais algum questionamento. Esses seriam alguns dos dados que eu poderia passar. Peço desculpas por não termos respondido todas as informações que foram solicitadas anteriormente, mas, com certeza, irei encaminhar esse pedido para a Dr^a Veleda para que ela possa, então, fundamentar e melhor informar e lhe repassar os dados.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Dr^a Carla, primeiro, queremos agradecer as informações que a senhora repassou para nós.

Há uma dúvida que, se a senhora pudesse, gostaríamos que fosse esclarecida. Temos a informação, por parte da Secretaria de Segurança Pública, de que, em 2011, foram 6.116 procedimentos enviados ao Judiciário.

A SR^a CARLA CARRION FRÓS – Em 2011?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Em 2011, pela Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher. No entanto, a senhora está nos informando agora que foram oferecidas apenas 342 denúncias. Por que essa diferença tão grande entre os procedimentos que foram enviados pela Delegacia de Atendimento à Mulher e as denúncias oferecidas pelo Ministério Público? Se a senhora puder nos explicar...

A SR^a CARLA CARRION FRÓS – Certo. Tenho alguns desses dados aqui. O que acontece? Desses seis mil... Quantos a senhora disse?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Seis mil cento e dezesseis.

A SR^a CARLA CARRION FRÓS – Muitos desses expedientes e procedimentos ainda não deram entrada, eu acredito, no Ministério Público, ou seja, eles ainda não foram cadastrados. Daí, talvez, essa diferença no número que eu passei anteriormente. Agora, quanto às denúncias, infelizmente, o dado que nós temos – e essa é uma realidade – é de que temos diversos casos de renúncia em juízo, de mulheres que, durante essa audiência de conciliação, que, em geral, é realizada, acabam desistindo de processar o agressor, acabam abrindo mão daquele processo, ou seja, de levar o processo adiante.

Então, nesse nosso cadastro, nós temos os casos de renúncia, temos os casos de arquivamento.

Até vou lhe passar um dado que aparece nesse nosso cadastro de condenações: temos 23 condenações cadastradas. Pode ser que o número seja um pouco maior, mas, com certeza, não é muito maior do que esse. Mas, cadastradas, nós temos, atualmente, 23 condenações. Se não me engano, no ano passado, foram seis condenações. Então, talvez, esse número aqui já seja relacionado a 2012 também, por isso esse número maior.

Portanto, nós temos casos de renúncia, nós temos casos de absolvição, muitas vezes a vítima não é encontrada em juízo e o promotor, muitas vezes, vê-se diante de um processo em que não tem vítima, não tem testemunha e acaba, muitas vezes, não posso negar, pedindo absolvição em razão da insuficiência de provas.

Esse é um dado preocupante para nós também, com certeza. Essa não é a melhor forma com que nós podemos trabalhar; o melhor, com certeza, seria trabalharmos com outros dados, seria que eu pudesse passar aqui outra realidade, uma realidade com um número bem maior de condenações, mas esse é o dado que temos cadastrado atualmente.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Dr^a Carla, só outra questão em que gostaríamos que a senhora se pronunciasse.

A SR^a CARLA CARRION FRÓS – Pois não.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – O Ministério Público está aceitando audiência de conciliação, mas audiência de conciliação não está prevista na Lei Maria da Penha. Então, por que o Ministério Público está fazendo audiência de conciliação?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu aproveitaria, Dr^a Carla, complementando, para fazer duas questões.

Em primeiro lugar, na formatação do cadastro, o Ministério Público tentou aproximar determinadas informações com a Polícia Militar, que é a porta de entrada

de todas as queixas existentes? Há algum esforço para que os boletins de ocorrência, nos casos de violência doméstica, aproximem-se de modo a recolher os dados que a senhora também colocou?

Em segundo lugar, a senhora, em alguns momentos, falou que, para alguns promotores, até mesmo para alguns juízes, não se abrem inquéritos, e acabou de reafirmar a questão da renúncia. O Ministério Público já divulgou suficientemente que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu e enterrou essa ideia de renúncia porque o Ministério Público tem e pode ter o poder de continuar com o processo porque hoje é incondicionado.

A SRª CARLA CARRION FRÓS – Sim.

Quanto a esses dados que constam do cadastro, obviamente, tudo vai da relação que o promotor de Justiça, lá naquela comarca do interior, estabelece com a Brigada Militar e com a Polícia Civil. Quanto mais estreito for esse laço, melhor, mais informações nós teremos naquele boletim de ocorrência, naquele inquérito policial. Por que eu digo isso? Eu costumava fazer, quando eu estava no interior, justamente isto: reuniões periódicas com a Polícia Civil, exatamente mostrando... Os três delegados de polícia de Alvorada, os três tinham cópia desse cadastro, e eu dizia: “Eu preciso disso, disso e disso; eu preciso de tais e tais dados.” Por quê? Porque justamente, muitas vezes, a ocorrência não vinha com todos esses dados que eu precisava depois para alimentar meu cadastro, para eu saber exatamente o que estava acontecendo, para eu poder, depois repassar, então, para o Poder Público esses dados e poder buscar e fomentar novas políticas.

Então, é importante a aproximação entre todas as entidades ligadas e que participam e que devem participar e se envolver com a questão da violência doméstica.

Era isso.

Quanto a...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A questão da Senadora, sobre a mediação.

A SRª CARLA CARRION FRÓS – Isso.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Conciliação, as audiências de conciliação.

A SRª CARLA CARRION FRÓS – As audiências de conciliação.

Infelizmente... Como eu falei, nós tivemos, em 2009, o primeiro curso de capacitação no Estado, para promotores de Justiça de todo o Estado, justamente visando a conscientizar os promotores de Justiça de que a mentalidade precisava ser modificada, de que nós precisávamos modificar a mentalidade para que a Lei Maria da Penha fosse efetivamente aplicada. E o que nós temos hoje, seis anos depois? Já se percebe que existe a necessidade de um novo curso de capacitação.

Por quê? Porque ainda existe resistência, no âmbito do Ministério Público e do Judiciário, quanto a questões, como por exemplo, se a ação é pública condicionado ou incondicionada. Com certeza todos os promotores conhecem essa decisão recente do Supremo Tribunal Federal. Com certeza! Agora, conhecer e aplicar existe uma lacuna; não posso negar, também, existe uma lacuna. Então, por isso a importância de termos esses cursos periodicamente porque, se a mentalidade não mudar dentro da instituição, se a mentalidade não mudar dentro do Poder Judiciário, muito pouco vai ser feito e os resultados serão poucos.

Quanto à questão das audiências de conciliação, vou dar a minha opinião pessoal. Eu, particularmente, não veria problema nenhum em realizarmos essas audiências de conciliação se elas fossem ou se elas são realizadas de outra forma. De que forma? Realmente que naquela audiência a vítima possa ser orientada, que ela possa ser encaminhada; que ela possa conhecer os seus direitos; quem ela deve procurar; se ela deve buscar a Defensoria Pública para ajuizar ação de alimentos; se ela deve buscar a Defensoria Pública para ajuizar ação de divórcio. Mas o que acontece? O que se vê, muitas vezes é que essas audiências são de cinco em cinco minutos. E aí não existe um momento, uma oportunidade para que a vítima seja realmente orientada ou mesmo para que se procure resolver naquele momento outras questões que envolvem aquela família, que envolve aquela mulher vítima de violência doméstica, como alimentos, guarda, eventualmente o divórcio. Então, a audiência até poderia ser realizada, mas se fosse realizada de outra forma. Agora, o que eu posso dizer: infelizmente, nós temos no Estado promotorias em que o promotor concorda com esse tipo de audiência, em locais onde elas não são realizadas. Mas elas ainda ocorrem, ainda acontecem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Drª Carla e evidentemente que ela nos deixou uma série de preocupações. E passamos a palavra para a representante da Defensoria Pública Geral, Drª Miriane Tagliari. (*Palmas.*)

A SRª MIRIANE TAGLIARI – Muito obrigada. Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Deputada Federal Jô Moraes, a Deputada Federal Keiko Ota e a Senadora Ana Rita. Em nome delas eu estendo os meus cumprimentos a todas as demais autoridades da Mesa e estendo a todos os lutadores e lutadoras que estão aqui neste momento tão importante, que é a audiência pública, um momento em que nós discutimos um assunto tão importante e principalmente verificamos as falhas de todos nós, de todo o nosso trabalho, porque nesses momentos é que nós conseguimos verificar o que foi feito de bom até agora, mas

principalmente nós conseguimos colocar a unha naquilo que não está bom e que precisa ser modificado, e que todas as instituições têm que trabalhar para modificar a situação que nós encontramos hoje relacionada à violência doméstica.

Quanto à Defensoria Pública, é importante mencionar que nós sabemos que é uma instituição voltada para uma missão constitucional de atender a todos os que não possuem condições financeiras, mas não apenas isso. É uma instituição que tem uma missão de atender grupos vulneráveis, e a mulher vítima de violência doméstica, assim como a criança, o adolescente, os idosos, as pessoas com deficiência são considerados grupos vulneráveis e que têm o direito de ser assistidos pela Defensoria Pública.

Antes mesmo da Lei Maria da Penha, nós da Defensoria Pública já fazíamos um atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, mas esse atendimento era voltado à área de família, à área civil, nós não tínhamos essa roupagem da violência doméstica. Então, nessa época, até o advento da Lei Maria da Penha, nós fazíamos o atendimento das ações de famílias normais, divórcio, solução de união estável, alimentos, guarda, mas nós tínhamos as famosas Cautelares de Afastamento do lar, que era uma dificuldade muito grande que nós tínhamos, porque eram encaminhadas para as Varas de Família, eram vistas como Cautelares de Família, que às vezes demoravam. Não era verificada a violência, não era considerada uma violência doméstica até o advento da lei. Com a Lei Maria da Penha modificou-se e trouxe, então, a atribuição da Defensoria Pública para esse atendimento das mulheres vítimas da violência doméstica.

Após a Lei Maria da Penha, a Defensoria iniciou um trabalho para a criação de um núcleo especializado de atendimento às mulheres e através de recursos da Secretaria de Reforma do Judiciário, com os recursos do Pronasci foi então criado um núcleo de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica em 20 de novembro de 2008. Nós temos um orçamento bastante pequeno em relação às demais carreiras e para implementar tivemos a necessidade de fazer esse convênio com o Pronasci, que já se encerrou, nós já prestamos conta desse convênio e seguimos com o núcleo.

A estrutura inicial do núcleo – é importante que a nossa Deputada/Presidente tenha conhecimento – ele começou com três defensoras públicas; duas para os atendimentos iniciais das medidas protetivas, a confecção das ações judiciais necessárias; e uma outra defensora pública para acompanhamento dos procedimentos em andamento e das audiências junto ao foro central. Foi criado, então, um núcleo de atendimento aqui em Porto Alegre, em 2008.

Nesse momento, nós também fizemos um convênio para conseguirmos um atendimento através de um psicólogo junto núcleo, para iniciar um atendimento multidisciplinar. Então, o Psicólogo Marcelo, que veio cedido da Procuradoria do Estado, passou a integrar essa pequena equipe multidisciplinar, iniciando o atendimento psicológico.

Fizemos também a contratação de três estagiárias do curso de Direito; duas para acompanhar as defensoras do atendimento inicial; e uma para acompanhar a defensora que atua diretamente nos processos nos juizados de violência doméstica. E também duas estagiárias do curso de Psicologia para auxiliar o atendimento do Psicólogo Marcelo. Essas alunas de Psicologia fazem o atendimento até hoje na Delegacia de Polícia das Mulheres e no Juizado de Violência Doméstica, e fazem a marcação desses atendimentos como a legislação da Psicologia no sentido de marcar consultas com sigilo, agendamento, quantas forem necessárias e são atendimentos psicológicos que são feitos no núcleo e que é bastante positivo e tem sido mantido. Embora seja apenas um psicólogo cedido, ele se engajou na instituição, vestiu a camiseta e está sendo importante o seu trabalho.

Com o passar do tempo, a Defensoria Pública do Estado teve uma redução muito grande no quadro de defensores. Nós éramos 415 e hoje somos 309 defensores públicos.

Tivemos agora a recente posse de 15 novos defensores que entraram; chegaram às comarcas 15 novos defensores agora no dia 30 de abril. Então, digamos que depois de um período de mais de dois anos perdendo profissionais em razão de aposentadoria, ou ingresso em outras carreiras também, digamos que essa posse desses primeiros 15 novos defensores foi um momento muito especial para a Defensoria, porque quem me conhece sabe o quanto eu falo dessa carência de defensores. Então, esses primeiros 15 são muito festejados; já chegaram às suas comarcas quase que a banda da cidade tocando, porque algumas comarcas estavam há muito tempo sem nenhum atendimento fixo de defensor, apenas por substituição e acumulação de comarcas próximas.

Mas ainda a realidade é bastante complicada. Hoje, nós só temos duas defensoras públicas atuando no atendimento no núcleo de ajuizamento, no atendimento inicial, e uma defensora atuando na vara, no juizado de violência doméstica. Mas, mesmo assim, com essa redução do número de agentes – mais de cem agentes foram perdidos –, nós conseguimos aumentar o número de atendimentos no núcleo.

No ano de 2009 – aí já respondo com relação à pergunta do número de atendimentos –, o número

que eu tenho para passar, mas posso passar maiores números posteriormente, no ano de 2009, o núcleo de Porto Alegre fez 1.989 atendimentos, 1.989 mulheres, o que não significa que ela não tenha retornado para trazer documentação e, enfim, alguma medida judicial. Esses são computados os primeiros atendimentos.

No ano de 2010, aumentou para 2.876 mulheres, e no ano de 2011, mesmo com menos defensoras, nós conseguimos 3.763 atendimentos no núcleo de Porto Alegre.

Além disso, os atendimentos psicológicos que eu mencionei. No ano de 2010, foram atendidas 594 mulheres, algumas delas com mais consultas, algumas voltaram para sessões de psicoterapia, algumas até dez psicoterapias fizeram junto à Defensoria, e no ano de 2011, 1.104 mulheres, o que totalizou, nesses dois anos, então, 1.698 mulheres atendidas psicologicamente.

Aqui, é importante mencionar que, na verdade, essa ideia de trazer um psicólogo para a Defensoria não foi no sentido de substituir o atendimento jurídico, porque a nossa função primordial é o atendimento jurídico, mas muitas das vezes essa mulher chega numa situação que ela sequer consegue entender o que está se passando ou até aquela medida judicial que precisa ser feita ela às vezes não entende, não quer, tem dúvida, e o atendimento psicológico é muito importante. Às vezes, é preciso que ela passe para conversar com o psicólogo e depois ela volta entendendo tudo que tinha acontecido. Nós não somos formados em Psicologia; nós somos formados em Direito e que pena que não temos essa capacidade de abordar de uma forma que... Nós temos através de uma experiência, mas muitas vezes precisa de um atendimento psicológico para essa mulher entender que aquela consequência é melhor para ela, que aquela medida que está sendo tomada é melhor, que é importante que ela se afaste, que é importante que ela fique na casa abrigo, que ela vá para a casa dos parentes para que depois retorne e saia daquela situação ou até com relação às futuras relações. Muitas delas separam, divorciam-se, mas retornam a uma relação da mesma forma viciada, da mesma forma comprometida. Então, esse atendimento psicológico nós vemos como muito importante para quem atua nas medidas protetivas e nas ações de divórcio, dissolução e guarda relacionadas a crianças e adolescentes. Então, é bastante importante.

Com relação à avaliação, também, aí eu venho trazer que o nosso problema é um desafio muito grande, porque nós não temos defensoria pública em todos os Estados do País. Ainda em Santa Catarina – eu sei que já teve a audiência pública em Santa Catarina – é um Estado que não possui defensoria pública.

E nós só vamos ser uma instituição forte, firmada no cenário nacional se nós tivermos defensoria pública em todos os Estados do País. É inconcebível que não exista defensoria pública no nosso vizinho aqui, que nós, muitas vezes, temos que, algumas pessoas nos procuram para ingressar com ações judiciais e nós não temos nenhum colega para seguir na ação ou nos dar um retorno em Santa Catarina. Violência doméstica, então, que são assuntos de urgência, é uma piada.

Então, a nossa meta é muito grande, ela sai até... Embora nosso trabalho, defensoria, seja do Estado, nós, enquanto defensores, não podemos ficar quietos, e isso é um trabalho que a Associação Nacional dos Defensores está realizando para que seja implementado. O Estado de Santa Catarina tem um prazo agora para criar defensoria pública e vamos ver se isso acontece. Peço o apoio da Comissão porque eu acho que é extremamente importante, num momento em que queremos fortalecer a violência doméstica, um Estado não ter nenhum atendimento de assistência jurídica por instituição pública, não é?

No nosso Estado, a nossa Defensoria Pública, hoje... Nós temos 164 comarcas aqui no Estado, 165 seria com o cartório de Terra de Areia, que não é considerado uma comarca, é um cartório, não é? Mas, dessas 164, nós estamos em 167 comarcas, sendo que em 37 delas é por deslocamento de um defensor público e vinte delas ainda não têm nenhum atendimento. Isso é bastante difícil também porque essas comarcas precisam ser iniciadas com atendimento ainda da Defensoria Pública. Passa por uma reestruturação para maior número de agentes para o quadro de defensores públicos.

Tivemos um ponto bastante positivo, que foi a reestruturação aprovada pelo nosso Conselho Superior da Defensoria Pública, que, em todas as comarcas onde nós temos defensores públicos hoje, existe, foi aprovada a atribuição específica de um defensor para atuação na vítima de violência doméstica e outro para o agressor de violência doméstica. Hoje, nós temos mais de um defensor público. Nós temos, hoje, através dessa resolução do Conselho, um defensor com atribuição específica para a vítima e outro com atribuição específica para o agressor. O que nós não temos ainda é defensores em todas as comarcas e também mais de um defensor em todas as comarcas. Isso passa já... Pelo menos a parte interna da Defensoria já se organizou. Digamos que a casa se organizou e agora nós precisamos trazer pessoas para implementar a resolução do Conselho.

Em cima disso passa a dificuldade que é um maior número de defensores... Fazendo um paralelo, nós temos 798 juízes no nosso Estado, juízes e de-

sempregadores, nós temos 678 promotores – corrija-me, Carla, se eu estiver errada – e nós estamos, com esses 15 que entraram, então, a gente está ainda a um terço, praticamente, menos da metade dos promotores no Estado. E isso, já pelo exemplo Maria da Penha, nós já vemos que é um número muito, muito insuficiente, porque nós precisamos de um juiz, um promotor e precisamos de dois defensores, um para a atuação da vítima e outro para atuação do agressor. Então, só nesse exemplo, sem contar os demais, colidência de defesa... Nas varas de família, nós estamos praticamente dos dois lados das demandas. Então, precisamos aumentar muito o número de defensores.

A criação do quadro de apoio de servidores e equipe psicossocial, porque hoje nós não temos quadro de apoio. Então, nós só temos o defensor e um estagiário, no interior. Então, ele... O interior é um exemplo clássico, porque ele chega, ele só tem o estagiário, que só pode ficar seis horas, que é a carga máxima. Nas outras, ou ele fica abrindo e fechando a porta, ou, se ele faz as audiências ou tem júri, a Defensoria Pública fecha. Isso também é um quadro inadmissível. Para isso, trabalhou-se para a lei da criação do quadro de servidores, que foi aprovada por esta Casa Legislativa no ano passado, com o apoio dos nossos Deputados aqui, trabalho também da Secretaria do Poder Executivo, para que nós conseguíssemos a aprovação desse primeiro quadro de servidores. Agora já foi montada a comissão e está em andamento, então, o primeiro concurso de quadro de servidores da Defensoria Pública, outra vitória que nós temos que comemorar muito quando conseguirmos terminar esse primeiro concurso e chamar os primeiros servidores, porque hoje o defensor é um soldado, com o seu estagiário ao lado apenas em todas as comarcas do nosso Estado.

Uma meta também muito importante é a criação do plantão de 24 horas em todas as comarcas, porque hoje nós temos aqui, em Porto Alegre, o plantão 24 horas, mas nas outras comarcas do interior nós não temos. E aqui já respondo também o horário de atendimento. O núcleo funciona das oito e meia às dezoito horas e, a partir das dezoito horas, funciona o plantão. Há um plantão na delegacia que não é feito na Delegacia da Mulher – a parte criminal –; há um plantão, feito pela equipe de plantão, no foro central. Então, as medidas de urgência que ocorrem das dezoito horas até as oito horas do dia seguinte são feitas por essa equipe do plantão e não pelo Núcleo; elas são feitas pela equipe de plantão.

É necessária também a criação de mais núcleos especializados, porque, na realidade, hoje nós temos apenas esse em Porto Alegre e precisamos criar outros nas demais comarcas do Estado. Onde houver Juiza-

do de Violência Doméstica... No trabalho para a criação de Juizado de Violência Doméstica, nós também temos que criar núcleo especializado de atendimento às vítimas de violência doméstica.

É importante mencionar – falei em duas defensoras públicas – que, na realidade, elas não têm essa única atribuição. O Núcleo funciona nesse horário, mas elas também têm outra atribuição: ou atendimento de família ou atendimento cível. Elas não são exclusivas para o atendimento no Núcleo; elas têm outras atribuições também. O Núcleo atente exclusivamente mulheres, mas as defensoras não fazem atendimento exclusivo, não têm essa atribuição única. Hoje, todos os defensores têm, no mínimo, três atribuições. Então, as defensoras que atuam no Núcleo também têm mais de uma atribuição.

Além disso, outra meta muito importante são as sedes, os locais adequados para atendimento. Hoje nós contamos com o apoio do Poder Judiciário, que nos cede salas internas nos foros na grande maioria das comarcas. Durante 2010 e 2011, nós conseguimos inaugurar várias sedes próprias, locadas, mas nós precisamos sair dos foros. Nós precisamos de locais próprios para a Defensoria Pública e locais adequados para o atendimento da vítima, porque, hoje, temos uma sala no foro e contamos com essa parceria do Poder Judiciário, mas é óbvio que não é adequado essa vítima ser atendida numa sala com outras pessoas, com pessoas entrando, com estagiários. Enfim, nós precisamos de um local diferenciado para esse atendimento humanizado que a lei menciona. Para isso, é necessária a criação – criação, não... Nós precisamos aumentar o nosso orçamento para conseguirmos locar mais sedes, enfim, para conseguirmos ter sedes próprias e locais adequados para esse atendimento das mulheres.

Quanto à capacitação e à sensibilização periódica dos defensores, servidores e estagiários, nós fizemos capacitação em 2010 e em 2011. Com essa primeira turma que entrou nós também fizemos, no estágio preliminar, uma sensibilização e uma capacitação, mas precisamos fazer ainda, em 2012, uma capacitação para todos os defensores públicos. Quando digo todos, refiro-me inclusive àqueles que não atendem violência doméstica. Acho que não apenas aqueles que exercem atividade de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, mas também todos os agentes têm que ser capacitados e sensibilizados para o tema, porque um dia vão substituir, um dia podem atender uma vítima que apareça quando estiverem fazendo uma substituição ou cobrindo férias. Enfim, todos eles têm que ter essa capacitação, essa sensibilização. Para

isso, agora em 2012, está no projeto esse encontro para trazer todos os defensores.

Uma das avaliações que todos nós que trabalhamos com a área queremos e pela qual lutamos é que haja um *software* para armazenamento de dados correspondentes ao atendimento das instituições que integram a rede de apoio e acesso a essas informações. Nós já tivemos reuniões a respeito disso. Sei que é um custo grande, mas nós precisamos ter esse *software*, enfim, um programa que facilite a vida da vítima, porque nós temos que saber qual foi o andamento dado à vítima em cada instituição; qual foi o encaminhamento; o que aconteceu; qual foi a documentação, porque, muitas vezes, a vítima não sabe informar. Ela foi a algum lugar, mas não sabe dizer aonde foi. Fica difícil o trabalho.

Nós apresentamos esse projeto à Secretária Márcia Santana, mas acho que todos nós que trabalhamos nessa área precisamos muito de um sistema integrado, para que todos os agentes da rede possam se comunicar por telefone, como hoje é feito, e também para que tenhamos o detalhamento do que está sendo feito por todas as áreas.

Quanto às perguntas – deixem-me ver quais foram feitas a mim –, a algumas eu já respondi.

Quantas mulheres são atendidas mensalmente? Eu passei os números anuais, mas eu tenho que passar os números mensais. Aproximadamente 360 mulheres passam pelo Núcleo de Primeiro Atendimento, sem contar os atendimentos feitos pela Defensoria no Juizado, nas audiências em andamento e nas medidas solicitadas pela Dr^a Sandra, que atua no Juizado.

Quais são as principais ações promovidas pelo Núcleo? Nós temos as ações judiciais e as ações extrajudiciais. Em relação às extrajudiciais, eu atuo principalmente na parte de palestras, de educação e direitos, de audiências públicas. Tenho ido a várias comarcas do Estado para dar apoio aos colegas que estão no interior. Na parte judicial, muitas das medidas protetivas de urgência são solicitadas pela delegacia. A delegacia sempre nos encaminha... Há um carimbo com endereço que sai em todos os boletins de ocorrência da DM. Quando uma vítima procura a Defensoria Pública, é analisada a medida protetiva solicitada. Se houver necessidade, é possível pedir mais alguma informação, juntar documentação ou fazer uma petição com maiores informações, juntando aquele boletim de ocorrência.

Há ações de família, como divórcio, dissolução de união estável, guarda, alimentos, regulamentação de visitas ou suspensão de visitas, essas medidas de família; ações cíveis, pois existem ações de dano moral, dano ao patrimônio; ações de medicamentos,

uma vez que muitas delas precisam de medicamentos; e ações voltadas à saúde: nós temos uma equipe de saúde que faz esse atendimento específico com todas as medidas necessárias. Essas são as questões relacionadas às ações judiciais.

Quanto ao horário de atendimento, já fiz menção aqui.

Há defensoras que atendem o Núcleo. O Núcleo atende exclusivamente mulheres, sim. Apenas mencionei que, na verdade, as defensoras não têm atividade exclusiva. Está no projeto a proposta de haver uma defensora exclusiva para o atendimento, com atribuição exclusiva para atuar somente no Núcleo. Com o ingresso dos novos defensores que passaram no último concurso, espero que consigamos logo implementar essa meta de haver um defensor com atividade exclusiva.

A Defensora Pública no Juizado é, sim, a Dr^a Sandra Falceta, que atua no Juizado de Violência Doméstica.

Como a Defensoria Pública reage às propostas de conciliação feitas por alguns juízes?

Essa questão, desde que houve... Desde o ano passado, alguns defensores já postulavam e conseguiram a modificação antes mesmo da decisão do STF. Cito um exemplo. Em Caxias do Sul, já não se fazia mais aquela audiência de conciliação antes mesmo da decisão do STF.

Após a decisão do STF, alguns colegas ligaram dizendo que estavam tendo dificuldade de modificação com os juízes. A orientação da Corregedoria é no sentido de defender até o último momento, com todas as armas que houver, tanto aquele defensor que está atuando pela vítima como aquele defensor que está atuando pelo agressor, cada um na sua atribuição. Então, a orientação da Corregedoria é no sentido de que se deve postular. Alguns defensores já me passaram a informação que fizeram reuniões com o juiz da comarca e com o promotor da comarca, decidiram e convenceram o juiz a voltar atrás, mas outros não voltaram atrás e avaliaram que não é vinculante o entendimento do STF. Continuam marcando a conciliação. E a orientação é que entrem com a medida judicial, enfim, com as medidas necessárias para que essa conciliação não se mantenha. Mas há uma dificuldade muito grande para os defensores, porque há um embate. Alguns entenderam não mais marcar essa conciliação e outros têm um entendimento firmado de que têm que manter a conciliação.

Aquilo que a Dr^a Carla falou é muito importante: tem que haver uma modificação de pensamento, uma sensibilização em relação ao assunto, porque não passa apenas por uma instituição, tem que ser de todos, na

verdade, o trabalho, conjunto para termos o resultado que nós queremos.

Inicialmente era isso. Não sei se tem algum questionamento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos, Drª Miriane Tagliari, suas informações.

Evidentemente nos preocupa imaginar a possibilidade de ter alguma interpretação da decisão do Supremo, mas isso é um desafio que nós devemos comprar.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para os seus encaminhamentos finais.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom, primeiro eu quero aproveitar este momento para agradecer todas as pessoas que atenderam o nosso convite, que estão aqui e se esforçaram para trazer as informações: a Drª Miriane, da Defensoria Pública; a Drª Carla, do Ministério Público; a Drª Laís, do Tribunal de Justiça; o Dr. Fernando, da Secretaria Estadual de Saúde; e a Srª Márcia, que é Secretária de Políticas para as Mulheres. Agradeço muito a contribuição de vocês.

Também quero aproveitar este momento para reforçar a importância de vocês estarem encaminhando não só as respostas dos requerimentos iniciais que nós enviamos no dia 20 de março, mas também das questões que aqui hoje foram levantadas, que nós encaminhamos por escrito para vocês agora, durante os trabalhos. Se possível, peço que encaminhem as respostas para o *e-mail* da Comissão – se vocês puderem anotar, acho que facilita o andamento –: sscepi@senado.gov.br. O responsável é esse moço que está aqui perto de mim: Antonio Oscar Guimarães, Secretário da CPMI. Vou repetir: sscepi@senado.gov.br. Por gentileza, se vocês puderem encaminhar, vai ser muito bom. E solicito que o façam no prazo de uma semana, de hoje até uma semana para que essas informações cheguem até a Comissão.

Por último, quero aqui expor algumas preocupações. Eu acho que foram importantes as respostas aqui dadas, mas realmente duas questões nos preocupam, uma delas com relação ao Poder Judiciário – Drª Laís, não é nada pessoal com a senhora, pelo amor de Deus! Olha só: acho que é preciso, sim, que o Poder Judiciário construa, de fato, uma proposta concreta para a implementação da Lei Maria da Penha e também de ampliação das vagas especializadas. Acho que é preciso que o Poder Judiciário faça isso, porque, se não fizer, fica caracterizada uma omissão de sua parte, e eu acho que não é esse o objetivo nem da senhora, nem do Presidente. Então, acho que é importante que vocês construam uma proposta de que possa, de fato, garantir a implementação da Lei Maria da Penha de forma bastante concreta e também a ampliação das

varas tanto aqui na Capital quanto no interior, pois acho importante que todo o Estado seja atendido pelas varas especializadas.

Com relação às audiências de conciliação, apesar de todas as explicações que a Drª Carla e também a Drª Miriane deram aqui, que foram bastante concisas, consistentes, nós entendemos que o Ministério Público tem o papel de fiscalizar a execução das leis. Então, acho que nós temos que pensar em como atuar no sentido de garantir que não haja mais conciliação, porque nós já percebemos na prática que as audiências de conciliação não ajudam as mulheres. Muito pelo contrário. Levam as mulheres à morte em alguns casos, porque, numa conciliação supostamente tranquila, está por detrás o retorno dessa mulher à moradia e à convivência novamente com o agressor, que, daqui a pouco, estará tirando a sua vida.

Então, a gente gostaria muito de que vocês avaliassem essa posição, que fossem mais incisivos. A gente está solicitando isso em todos os lugares, em todos os Estados por onde nós estamos passando e pedindo o apoio de vocês. Que vocês, de fato, cumpram o papel de serem fiscalizadores, serem incisivos nessa questão para que a gente possa avançar na aplicação da lei, certo, Drª Carla? É isso.

Quero aqui agradecer a paciência de vocês de estarem nos ouvindo até o final e dizer que toda essa audiência foi gravada. Todas as falas foram gravadas, está tudo constando nos nossos arquivos, que serão transformados em relatório. Daqui a alguns dias, vocês poderão acessar no *site* do Senado o *link* da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. As informações dessas audiências públicas estão todas disponibilizadas no *site* do Senado para que vocês possam acompanhar. É de livre acesso e tem que ser de conhecimento público. Então, todos vocês poderão ter o resultado dessa audiência pública daqui uns dias através do *site* do Senado. É isso.

Muito obrigada pela paciência e pela compreensão de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Eu queria lembrar mais uma vez aos movimentos, às coordenadorias, especialmente à Coordenação Municipal da Mulher, na pessoa da Srª Angela Cristina, que nós estamos aguardando as informações que serão enviadas, acrescentando os dados e as informações que as senhoras e os senhores consideram fundamentais.

Queremos agradecer mais uma vez a Assembleia Legislativa na pessoa do Presidente, Deputado Alexandre Postal; na pessoa da Deputada Zilá Breitenbach, que esteve entre nós; dos Deputados Raul Carrion

e Edegar Pretto; e especialmente da Deputada Ana Affonso, que aqui está.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 11 de maio de 2012, em Vitória, Espírito Santo, na Assembleia Legislativa.

Antes de declarar encerrada a presente reunião, passo a palavra, como é de praxe, à Deputada Ana Affonso, representante desta Assembleia neste momento para encerrar os trabalhos.

A SRª ANA AFFONSO – Bom, rapidamente então, em nome da Assembleia Legislativa aqui do nosso Estado, nós queremos primeiramente agradecer o esforço político que o Senado e a Câmara dos Deputados estão fazendo no nosso País, percorrendo todos os Estados para verificar, *in loco*, a realidade da violência contra as mulheres em cada Estado. Então, na pessoa da Senadora Ana Rita, da Deputada Jô Moraes, da Deputada Marina e da Deputada Keiko – esse é o drama quando a gente não tem aqui o protocolo e não espera que vá encerrar uma audiência –, em nome de vocês quatro, guerreiras, quero agradecer o Parlamento brasileiro por estar tão preocupado com essa questão que para nós é crucial e pode, sim, definir o rumo da vida das mulheres brasileiras, cessando a violência, que no nosso País é tão forte.

Acho que as considerações feitas pela Senadora Ana Rita me contemplam no sentido de que nós, no dia de hoje, nas visitas que fizemos e nesta audiência, percebemos o quanto ainda temos que caminhar para que, no nosso Estado do Rio Grande do Sul, o tema da violência contra a mulher seja considerado uma prioridade de todos os entes que têm responsabilidade tanto na fiscalização como no cumprimento da Lei Maria da Penha e no atendimento a mulheres que são vítimas e a suas famílias. Mas eu tenho certeza de que, apesar da falta de informação, ela é a pior arma. Neste momento ela é uma arma que joga contra a gente. Nós precisamos muito mesmo, e não é tão fácil, devido ao relato sobre a estrutura de Estado que deveria dar conta dessa dinâmica. Mas nós precisamos, antes de mais nada, ter dados para ter indicadores e saber onde existem falhas no processo, desde a chegada da demanda até a resolução dos casos.

Tenho certeza de que todos os órgãos que vieram aqui o fizeram porque têm boa vontade, têm compromisso com esse tema, mas evidentemente nós temos um desafio maior do que a nossa vontade, que é o de fazer com que a Lei Maria da Penha se torne eficaz. Para isso o esforço é de toda a sociedade.

Além da mudança de cultura, além das questões estruturais, nós também precisamos fortalecer inclusive esse debate dentro da sociedade, que muitas vezes

é levantado apenas pelas mulheres. E por graça, aqui no nosso Estado, também temos um companheiro que vem fazendo essa discussão, o que já consideramos um caminho muito importante para a mudança desse paradigma.

Então, em nome do Parlamento, nós ficamos felizes com a vinda de vocês, mas evidentemente não vamos abrir mão do nosso papel de fiscalizadores. Então, a partir de hoje, vamos ficar em cima dos dados, daqueles que não vieram na tarde de hoje, para que eles possam de fato... Não o faremos no sentido de buscar falhas ou culpados, porque acredito que todas nós temos compromisso com esse tema, mas justamente para podermos enxergar onde estão as nossas fragilidades na aplicação desse processo que pode mudar a realidade da vida das mulheres gaúchas e de todo o País.

Então agradeço e parabéns mais uma vez aos que ficaram até o final desta audiência, interessados no tema, o que demonstra que têm compromisso com uma sociedade sem violência, livre de autoritarismo e plena de direitos principalmente.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 12 minutos)

Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião realizada em 11 de maio de 2012, às quatorze horas e quinze minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES)** e da Senhora Deputada: **Sueli Vidi-gal (PDT/ES)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Car-**

mem Zanotto (PPS/SC) e Célia Rocha (PTB/AL); e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Estiveram, também, presentes os Senhores Parlamentares não membros da comissão: Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) e Deputados Iriny Lopes (PT/ES), Rose De Freitas (PMDB/ES), Lelo Coimbra (PMDB/ES) e Audifax Berceles (PSB/ES). Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Hermínia Maria Azoury, Juíza Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo; Maria Zumira Teixeira Bowen, Promotora Chefe da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Gilmar Alves Batista, Defensor Público Geral do Estado do Espírito Santo; Henrique Geaquinto Herkenhoff, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo; José Tadeu Marino, Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo; Rodrigo Coelho, Secretário de Estado da Assistência e Direitos Humanos do Espírito Santo; Carla da Mata Machado Pedreira, Representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo; Edna Martins, Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, autoridades presentes, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde!

É com satisfação que o Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Theodorico Ferraço, o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, Deputado Genivaldo Lievore, e a Exmª Srª Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, destinada a investigar a violência contra a mulher no Brasil, Deputada Federal Jô Moraes, os recebem no plenário desta Casa de leis, para a audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a investigar a violência contra a mulher no Estado do Espírito Santo.

Convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, Deputado Genivaldo Lievore. (*Palmas.*)

Convidamos para compor a Mesa a Exmª Srª Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a investigar a violência contra a mulher no Brasil, Deputada Federal Jô Moraes. (*Palmas.*)

Convidamos para compor a Mesa a Exmª Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a investigar a violência

contra a mulher no Brasil, Senadora Ana Rita Esgário. (*Palmas.*)

Convidamos para compor a Mesa a Exmª membro titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, a Deputada Federal Sueli Vidigal. (*Palmas.*)

Gostaríamos de convidar para compor a Mesa o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo, Exmº Sr. Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff. (*Palmas.*); o Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo, o Exmº Sr. Dr. José Tadeu Marino (*Palmas.*); o Exmº Secretário de Estado da Assistência e Direitos Humanos do Espírito Santo, Sr. Rodrigo Coelho.

Convidamos a todos para ouvir a execução do *Hino Nacional Brasileiro* e do *Hino do Estado do Espírito Santo*.

(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – A partir deste momento, os trabalhos passam a ser conduzidos pelo Exmº Sr. Deputado Genivaldo Lievore, Presidente da Comissão de Defesa e da Cidadania e dos Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Genivaldo Lievore. PT – ES) – Boa tarde para todos e todas.

É com muito carinho que esta Casa de Leis recebe a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem como objetivo discutir as legislações, as políticas públicas na questão da violência contra as mulheres.

Quero, de forma muito carinhosa, saudar a Deputada Federal Jô Moraes, Presidente da Comissão Mista. Deputada, seja bem-vinda ao nosso Estado. É aqui do nosso Estado vizinho, Minas Gerais. Nós a acolhemos com muito carinho e a parabenizamos desde já pelo excelente trabalho no mandato de V. Exª.

Faço a saudação à minha companheira Ana Rita, Senadora combativa que, em pouco tempo de mandato, honra o Senado Federal, honra o povo do Espírito Santo. Também é da terra, mas seja bem-vinda a esta Casa de Leis.

Convido também para compor a Mesa o nosso 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, companheiro Deputado Roberto Carlos.

(*Palmas.*)

Faço a saudação à Deputada Sueli Vidigal, titular da Comissão Mista de Inquérito do Congresso Nacional, que também é da terra. Uma das importantes companheiras mulheres, junto com os homens, nesta CPMI, na luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Nossos Secretários de Estado: Rodrigo Coelho, Secretário de Estado de Assistência e Direitos Humanos, Dr. José Tadeu Marino, meu conterrâneo lá de

Colatina, Secretário de Estado de Saúde, Dr. Henrique Herkenhoff, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

Também faço uma saudação especial ao Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Gilmar Ferreira. Muito obrigado. Conselho que hoje tem uma representatividade muito importante, plural, autônoma, que discute diversos desafios do Espírito Santo.

Também com muito carinho acolhemos e convidamos para compor a nossa Mesa de trabalho a Deputada Estadual, colega da Assembleia, Deputada Solange Lube. Por favor.

A partir deste momento, vamos passar os trabalhos para a Presidência da CPMI. Temos certeza de que a missão desta Comissão Mista é uma atribuição importante do Legislativo do nosso País. Além de elaborar e de votar as leis e os orçamentos, de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, que é função do Legislativo, de também, hoje, fiscalizar a aplicação da lei Maria da Penha, de fiscalizar as políticas públicas implementadas em nosso Estado, esta CPMI já percorreu outros Estados. É com muito carinho que nós a aguardamos.

O Espírito Santo tem um triste recorde, Presidente. Estamos em primeiro lugar em homicídios contra as mulheres. Precisamos reverter essa situação. É com políticas públicas, com debates neste Parlamento, nas instituições e na sociedade que nos vamos por fim à violência contra a mulher.

Registramos e agradecemos, também, a presença da ex-Deputada Myrthes Bevilacqua, primeira Deputada Federal da história do Espírito Santo. Seja bem-vinda. Estamos em um país que ousou ao eleger uma mulher Presidenta. As mulheres, cada dia, estão ocupando os espaços do poder. Muito obrigado pela presença.

Passo a Presidência para a Deputada Federal Jô Moraes.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Antes de abrir os trabalhos, queria agradecer à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo nas pessoas do Deputado Genivaldo Lievore, do Deputado Roberto Carlos e da Deputada Solange e, especialmente, a pessoa do Presidente desta Casa, Deputado Theodorico Ferraço.

Sem dúvida nenhuma, a abertura que a Assembleia do Estado do Espírito Santo deu à CPMI para que realizasse seus trabalhos nesta Casa é a demonstração da importância que dá ao tema. Quero também agradecer a todos os servidores e servidoras que nos apoiam neste processo de desenvolvimento.

Quero pedir ao senhor Oscar para que nos dê a orientação da abertura. Este é o quinto Estado que nós estamos visitando.

Queremos, também, convidar para compor a mesa, o Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça do Espírito Santo, Sr. Ângelo Roncalli. (*Palmas.*)

Esclareceremos, depois, a dinâmica da CPMI. Esta é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem como objetivo fundamental inquirir as autoridades do Estado responsáveis pela implementação da lei e escutar o depoimento de pessoas da sociedade civil. Por isso, as pessoas que falam nesta CPMI têm o requerimento de sua participação aprovado anteriormente.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criado pelo Requerimento nº 4 de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Para dar início aos trabalhos, usará da palavra a autora do requerimento, que trouxe a CPMI a este Estado, Deputada Sueli Vidigal.

A SRª SUELI VIDIGAL (PDT – ES) – Quero saudar a todos os presentes, à grande maioria, a todas as mulheres presentes nesta audiência pública. Quero saudar a minha colega de Parlamento, Deputada Jô Moraes, Presidente desta CPMI. Jô Moraes está no seu segundo mandato na Câmara Federal, é do PCdoB, de Minas Gerais, e hoje está aqui no Espírito Santo, junto com todas nós, com todos os atores envolvidos. Eu gostaria, Jô, que você tivesse vindo ao Espírito Santo para, de repente, comer uma moqueca capixaba; para rever os pontos turísticos do Espírito Santo, que são pouco divulgados por este Brasil afora.

O Espírito Santo é um Estado muito pequeno, um Estado que, dos 3.500 milhões de habitantes, a grande maioria somos mulheres. Eu gostaria que tivesse sido de uma outra forma, mas tenho certeza de que, a partir de hoje, o Espírito Santo e as mulheres vivem um momento histórico. Histórico porque está aqui na presença da nossa Senadora, Relatora Ana Rita, que, realmente, assim como eu e os membros da nossa CPMI, terá como meta, como prioridade, como objetivo, através de discussão com as autoridades, com os poderes instituídos, a criação de mecanismos de retaguarda para as mulheres que ainda, em pleno séc. XXI, vivem essa questão da violência tão forte, como tivemos a oportunidade de ver através dos meios de comunicação. O mais triste é que o Espírito Santo, há mais de dez anos, lidera o topo, lidera o *ranking* da

violência contra as mulheres na questão do assassinato contra as mulheres. Setenta por cento da violência ocorrem dentro dos respectivos lares, é dos companheiros, dos esposos, dos maridos, dos noivos, dos ex-maridos... E a gente vive essa violência que assola o Estado do Espírito Santo.

Então, eu gostaria de saudar os Deputados presentes – vou citar rapidamente –, Deputado Roberto Carlos, Deputado da Serra, Deputada Solange Lube, Deputado Genivaldo Lievore. Eu quero pedir permissão para saudar outra mulher que também faz parte desta Assembleia Legislativa, a Deputada Luzia Toledo, que não está aqui presente; saudar aqui, como foi dito, a ex-Deputada, Myrthes Bevilacqua, do nosso Estado do Espírito Santo, que também tem um trabalho significativo na questão das mulheres.

Quero saudar ao Secretário Rodrigo Coelho, ao Secretário Tadeu Marino, de Saúde, e ao Secretário de Justiça, Ângelo Roncalli, dizendo que nós temos o mecanismo da Lei Maria da Penha como o maior instrumento que hoje dá retaguarda à mulher, mas com toda a certeza, a partir desta audiência pública, Dr^a Ivone, Dr^a Ermínia, minha querida, aqui participando, com toda a certeza vamos sair deste Espírito Santo, fazendo jus a este nome tão lindo que o nosso Estado carrega, Espírito Santo. Com toda a certeza, vamos sim, neste trabalho, universalizar, dentro dos poderes constituídos hoje, através das nossas visitas... Não fui à visita ao Governo do Estado, mas, através das minhas companheiras, da Senadora e da Deputada, já soube que houve uma recepção muito grande por parte do nosso Governador, Renato Casagrande, que está envolvido nessa causa, na questão das políticas públicas que favorecem as mulheres.

Quero aqui, para finalizar, dizer que também estou trazendo para este Estado um instrumento muito importante, que vai se associar à Lei Maria da Penha. É um projeto que apresentei na Câmara Federal para a abertura das delegacias regionais de atendimento às mulheres vítimas da violência, que está na Comissão de Justiça, com relatório pela aprovação. Portanto, acho que é mais um elemento, mais um instrumento que vai ajudar o Espírito Santo, assim como tantas outras coisas que, com toda a certeza, vão ser postas nesta audiência pública de hoje.

Quero saudar a Aparecida Denadai, a nossa Deputada do PDT, que eu não havia visto, só tinha visto a Luzia Toledo. Se a Aparecida estiver presente, pedindo permissão à nossa Presidenta, gostaríamos de convidá-la para compor a Mesa. Ela é uma mulher do meu Partido, uma mulher combativa, que retornou à Assembleia para dar a sua contribuição no que tange a essa questão da violência contra a mulher.

No mais, muito obrigada por esta participação, muito obrigada à CPMI, que acolheu esse requerimento apresentado por nós. Na verdade, ela viria aqui de qualquer forma. Sejam todos, e principalmente todas, bem-vindos. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Sueli Vidigal, autora do requerimento.

Convidamos para incorporar também a Mesa, agradecendo desde já a sua presença, a Deputada Luzia Toledo, o Deputado Estadual Claudio Vereza, demonstrando o compromisso, mais uma vez, dos Parlamentares desta Casa.

Vamos passar, imediatamente, para os trabalhos da CPMI, escutando a representação do Tribunal de Justiça, da Procuradoria-Geral da Justiça, do Secretário de Segurança Pública, do Secretário de Estado da Saúde, do Defensor Público Geral e da sociedade civil.

Passamos agora, neste momento, a palavra à Relatora, que apresentará as questões fundamentais para a sua inquirição. Em seguida, cada representante da instituição disporá de um tempo de até dez minutos para colocar as suas primeiras preocupações. Lembro a todas as instituições e a todas as representações que a Comissão Parlamentar espera o relatório por escrito para constar e registrar nos Anais da Casa, já que o tempo não é suficiente para expressar toda a situação. Com a palavra a Senadora, com muito orgulho para todas nós, Relatora desta Comissão, que vem realizando um trabalho ousado e exaustivo em todos os Estados que nós enfrentamos, Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Boa tarde.

Quero cumprimentar a Presidenta da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputada Jô Moraes; cumprimentar também a Deputada Sueli Vidigal, que faz parte desta Comissão; cumprimentar o Deputado Presidente em exercício hoje da Assembleia Legislativa e Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, Deputado Estadual Genivaldo Lievore; cumprimentar e convidar para a Mesa o Senador Ricardo Ferraço, nosso companheiro de bancada (*Palmas*); cumprimentar e agradecer a presença dos nossos Deputados Estaduais aqui presentes, a Deputada Solange Lube, o Deputado Roberto Carlos, a Deputada Luzia Toledo, o Deputado Claudio Vereza; agradecer a presença de todo; cumprimentar também os nossos convidados da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para que aqui prestem os devidos esclarecimentos, representando os Poderes deste Estado: o Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo, o Exm^o Sr. Dr. Henrique Herkenhoff.

Quero cumprimentar também o Secretário de Estado da Saúde, o Dr. José Tadeu Marino. Cumprimentar

também o Secretário de Estado e Assistência Social e Direitos Humanos, o Sr. Rodrigo Coelho; o Defensor Público Geral do Espírito Santo, o Dr. Gilmar Alves Batista; a Promotora Chefe da Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público do Espírito Santo, a Sr^a Dr^a Maria Zumira Teixeira. Cumprimentar também a Juíza de Direito, Coordenadora Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Família do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a Exm^a Sr^a Dr^a Hermínia Azoury.

Também cumprimentar as representantes da sociedade civil que aqui presentes: a Sr^a Carla da Matta Machado Pedreira, representando o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, pela sociedade civil. Cumprimentar também a Sr^a Edna Martins, Coordenadora do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo.

Essas pessoas que aqui acabamos de mencionar, as autoridades e as representantes da sociedade civil aqui do Estado, estão aqui a convite da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito justamente para falar quais são as políticas públicas que estão sendo implementadas neste Estado em defesa das mulheres em situação de violência, como também para informar quais são as principais dificuldades, os principais desafios para que as mulheres possam ser atendidas aqui no Estado do Espírito Santo.

Antes de começarmos a ouvir as autoridades que foram aqui convidadas, como também a sociedade civil, acho que é importante fazer um breve resgate do que foi o dia de ontem e o dia de hoje nesta vinda aqui ao Estado do Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo, conforme a nossa Presidenta já mencionou, é o quinto Estado que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito visita, fazendo audiências públicas. O primeiro Estado foi o Estado de Pernambuco. O segundo Estado foi o Estado de Minas Gerais, seguido de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e hoje estamos aqui. O próximo Estado que visitaremos no dia 25 deste mês será o Estado de Alagoas.

Estar aqui no Estado do Espírito Santo, para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, é um grande desafio, porque é o Estado que hoje apresenta os maiores índices de violência contra a mulher. Conforme vocês sabem, o Estado do Espírito Santo não tem esses índices de agora. São índices que já vêm de alguns anos. Poderia afirmar aqui, com toda a certeza, que nos últimos dez anos o Estado do Espírito Santo tem estado em primeiro lugar em homicídio contra as mulheres.

E aqui falo neste momento não só como Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, como Senadora da República, que é a autoridade que tenho

aqui neste momento, mas também me sinto com a autoridade de falar em nome da sociedade capixaba, em nome das mulheres capixabas. Como sou daqui, militante do movimento social, militante do movimento de mulheres, sinto-me duplamente responsável por essa situação: como representante da sociedade, mas também como representante da maior Casa Legislativa do nosso Estado do Espírito Santo, que é o Senado Federal.

Então, estamos aqui justamente para ouvir as autoridades deste Estado, mas com um grande objetivo. Queremos ouvir, mas, mais do que isso, queremos que essas informações que vamos colher aqui hoje possam, com certeza, subsidiar o nosso trabalho. E tudo que aqui for dito será aproveitado no nosso relatório, será incluído no nosso relatório, para que possamos apresentar para as autoridades brasileiras e, em particular, aqui para o Estado do Espírito Santo, um documento que possa não só diagnosticar a situação de violência contra as mulheres, mas também identificar quais são as principais dificuldades, os principais desafios, os principais gargalos, que nós enfrentamos, que o Estado do Espírito Santo enfrenta, na aplicação de um leque de legislação que nós temos, que não está surtindo o efeito desejado. Por isso, nós continuamos à frente dos estudos em termos de violência contra as mulheres.

Então, o nosso compromisso aqui hoje é justamente oferecer para o povo do Espírito Santo e para os poderes públicos deste Estado uma contribuição que possa ajudar, no sentido de superar essa realidade, apontando formas alternativas, mecanismos, para superar essa situação.

O objetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é de investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos legais, instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Um dado assustador aqui do Estado do Espírito Santo é que este é o Estado de maior incidência de homicídios femininos. Ao longo de três décadas, o Espírito Santo figura dentre os Estados mais violentos para as mulheres.

Conforme pesquisa do Instituto Sangari, a taxa, em 2010, foi de 9,4 vítimas, ou seja, 9,4 homicídios de mulheres para cada 100 mil mulheres. O Estado do Espírito Santo está bem acima da média nacional. A média nacional é de 4,4 homicídios de mulheres para cada 100 mil mulheres. O Estado do Espírito Santo está com 9,4, ou seja, acima o dobro da média nacional.

Então, essa realidade precisa ser mudada. Essa realidade não pode continuar do jeito que está, porque, a cada minuto que passa, nós estamos perdendo uma

mulher. Durante esta audiência pública, possivelmente, outras mulheres estão sendo assassinadas.

É preciso dar um basta a isso. Essa taxa é inaceitável. Por isso, consideramos que diminuir os feminicídios deve ser uma prioridade de todos os poderes constituídos, mas também uma prioridade da sociedade capixaba e da sociedade brasileira. As mortes de mulheres são, portanto, anunciadas.

Muitas mulheres morrem depois que procuram a proteção do Estado, e esta proteção chega muito tarde. (*Palmas.*) Por isso, as mulheres estão morrendo. Então, são mortes anunciadas. Por isso, a nossa responsabilidade. Aqui, não estamos para culpar ninguém; estamos aqui chamando a todos para que assumam essa responsabilidade com muita firmeza e com muita convicção.

Outra característica desses homicídios é a sua interiorização. Isto é, não acontece apenas nas capitais, mas cada vez mais no interior. Um exemplo disso é que Vitória ocupa, entre as capitais, a 18ª posição, enquanto os Municípios de Serra, Aracruz, Cariacica, Vila Velha, Vitória, estão em posição muito mais preocupante. Vila Velha, por exemplo, está entre as cidades acima 26 mil mulheres e ocupa a 6ª posição. Na verdade, é Serra que ocupa a 6ª posição, e Vila Velha ocupa uma posição mais adiante.

Quero aqui, inclusive, fazer a leitura desses números, que acho que, nesta audiência do Estado do Espírito Santo, não podemos deixar de citar. O Município de Serra ocupa a 6ª posição; o Município de Aracruz ocupa a 12ª posição; o Município de Cariacica, 23ª posição; o Município de Vila Velha, a 29ª posição; e Vitória, a 38ª posição. São números que nos preocupam, porque entre os Municípios que têm mais de 26 mil habitantes, 26 mil mulheres, esses Municípios, aqui da grande Vitória, ocupam uma posição que nos preocupa bastante.

Então, reconhecer também iniciativas já tomadas pelos Poderes Públicos é importante neste momento. Nas visitas que fizemos hoje e nas diligências que fizemos a alguns equipamentos públicos, podemos dizer, aqui, neste momento, que nos animaram bastante algumas iniciativas já adotadas pelos Poderes Públicos deste Estado, iniciativas recentes, de enfrentamento à violência contra a mulher.

Assim, vale a pena fazer esse registro, porque, após algumas décadas, alguns anos, enfrentando essa situação, já há sinais de que é possível superar essa realidade a partir do que já tivemos oportunidade de observar no dia de ontem à tarde e hoje durante a manhã. Entre eles:

- para a Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher, criada em 2010, a designação já asse-

gurada pelo Governador (informação que nos foi repassada hoje pela manhã) de profissionais do concurso público em andamento para as Delegacias da Mulher – mais delegados e delegadas, mais escrivãs –, para que se possa realmente fortalecer as delegacias e oferecer melhor atendimento às mulheres;

- a proposta de criação de boletim de ocorrência *on-line* para a obtenção de informações e dados estatísticos mais confiáveis, tendo em vista que um dos grandes problemas que percebemos, em todos os Estados, é justamente o monitoramento das informações, a falta de sistematização desses dados. Por isso, a dificuldade em obter informações mais precisas, mais consistentes e reais;

- o painel da transparência de processo do Poder Judiciário do Estado é importante. O Presidente do Tribunal de Justiça nos informou que, em breve, vai inaugurar um painel no qual vai nos informar quotidianamente o andamento dos processos que se referem à violência doméstica. Então, isso é importante, para que todos nós, inclusive a sociedade, possamos acompanhar o andamento dos processos;

- os núcleos de violência do Ministério Público, que já existem, a Coordenadoria de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação de Vitória, onde tivemos a oportunidade de fazer uma diligência, hoje pela manhã, e tivemos o prazer de ver o funcionamento adequado, com equipe capacitada, mesmo ainda precisando avançar em algumas áreas, mas já dá uma demonstração de que tem um trabalho sério, de atendimento adequado às mulheres, de forma eficiente, com pessoas profissionais e qualificadas, com equipe multidisciplinar;

- a Secretaria Municipal de Política para as Mulheres do Município de Serra.

Essas são algumas iniciativas que vimos no Estado que nos anima, mas ainda são insuficientes, considerando toda a realidade do nosso Estado. Muita coisa ainda precisa ser feita ainda. É preciso avançar ainda mais para retirar o Estado do Espírito Santo dessa incômoda posição de 1º lugar em homicídio de mulheres. Acho que o desafio aqui está posto. É um desafio que está posto para os Poderes Públicos, mas também para a sociedade civil. É preciso que estejamos juntos nessa empreitada.

Para finalizar a minha fala, Deputada Jô Moraes, antes de passar para as autoridades convidadas a prestar aqui as informações e os esclarecimentos necessários, quero, num primeiro momento, fazer três per-

guntas, sobre as quais, agregadas às demais questões já encaminhadas para essas instituições, gostaríamos de obter as respostas, principalmente dos Secretários de Estado presentes, do Ministério Público, da Defensoria Pública e, se possível, depois da sociedade civil.

Então, primeira questão que quero aqui levantar: qual a análise crítica que o Estado faz pelo fato de, por mais de dez anos, ser o Estado mais violento do País para as mulheres? Qual é a análise que todos vocês que aqui estão, as autoridades que foram aqui convidadas, representando o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, fazem dessa realidade? Que políticas públicas destinadas às mulheres foram concebidas e estão sendo executadas? Qual o orçamento especificamente destinado ao enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado? É importante sabermos qual o orçamento destinado para a Secretaria de Estado para o enfrentamento da violência contra a mulher, mas também para os demais Poderes aqui instituídos.

Então, são essas três perguntas iniciais que faço aqui que, na fala dos nossos convidados, gostaria que fossem apreciadas e respondidas, para que pudéssemos aqui obter mais dados a respeito da realidade aqui do Estado do Espírito Santo.

Por enquanto, Sr^a Presidenta, é isso que eu gostaria de dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Temos a grande satisfação de convidar para participar desta Mesa, também como membro da CPMI a Deputada Iriny Lopes, quem sabe Senadora também. A Deputada Iriny Lopes é também ex-Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República, onde fez uma ousada gestão durante a sua participação lá.

Vamos, rapidamente, anunciar as presenças aqui, que são muito importantes, para demonstrar o comprometimento de diferentes representações da sociedade dos setores públicos com a questão. Cito aqui o Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Sr. Gilmar Ferreira; a Subsecretária de Movimentos Sociais da Casa Civil do Governo do Espírito Santo, Sr^a Leonora Araújo; Subsecretária de Políticas Públicas das Mulheres de Serra, Sr^a Nilza Cordeiro Viana; Secretária de Políticas Públicas para Mulheres do Município de Serra, Nazaré Pimentel; Secretário Municipal de Assistência Social de Itaguaçu, Fausto Correia; representando a Arquidiocese de Vitória, o Padre Ivo Ferreira de Amorim; representando o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Sr^a Ana Cristina Estrada; representando o Rotary Internacional, Sr^a Marlene Weber; a Procuradora do Ministério Público Estadual

Dr^a Catarina Cecin Gazele; a Assessora Especial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Dr^a Elizabeth Haddad; Vereadora do Município de Serra, Sr^a Laurência Riani.

Aproveitamos para convidar também, com muita satisfação, o Deputado Gilson Lopes para compor a Mesa, demonstrando que, daqui a pouco, com o quórum presente na Assembleia Legislativa, poderemos deliberar a elevação do orçamento de recursos para as políticas públicas para as mulheres. (*Palmas.*) A presença dos Deputados aqui demonstra o compromisso desta Casa.

Também anuncio a presença da Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo, Laudicéia Schuaba Andrade; Subsecretário de Estado de Direitos Humanos, Sr. Perly Cipriano. Recebemos a mensagem da Deputada Lúcia Dornellas justificando a sua ausência. Representando a Deputada Federal Lauriete, a Sr^a Fabíola Brunelli e Lea Bezerra.

Passamos, agora, imediatamente, a escutar – e coloco aos depoentes que serão avisados eletronicamente até dez minutos – a Exm^a Sr^a Juíza Dr^a Hermínia Azoury, representando, aqui, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que poderá usar da palavra na tribuna ou diretamente na Mesa.

Nós queríamos que o cerimonial da Casa, na medida do possível, pudesse disponibilizar cadeiras, porque ainda não estão compartilhando de um lugar à mesa não apenas as representações do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral de Justiça, como também da sociedade civil, a Sr^a Edna e a Sr^a Carla. O cerimonial está providenciando e pedimos desculpas às pessoas que ainda não estão compartilhando da mesa, mas o cerimonial vai providenciar que estejam aqui.

Com a palavra a nossa Juíza Dr^a Hermínia Azoury, por até dez minutos.

A SR^a HERMÍNIA AZOURY – Quero pedir vênha aos ilustres, os homens componentes desta Mesa, para cumprimentar toda a Mesa as mulheres que compõem. Hoje é um diferencial, fiquei observando aqui, contemplando a galeria lotada. Que maravilha! Quanta gente, quanta mulher que veio prestigiar. Isso é muito bom.

Bem, Presidente, o Tribunal de Justiça tem sido, na pessoa do seu Presidente, muito vanguardista e há menos de três meses assumi a Coordenadoria do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar. Para mim foi um desafio, mas como já estou acostumada a desafio, quem me conhece, Deputada Sueli, me conhece há 15 anos como Magistrada da Serra, Cariacica, comarcas que não são fáceis, sabe que eu estou acostumada com desafios.

Na verdade, o que o Tribunal de Justiça, através da Coordenadoria, tem implementado nesse instante? Desde 2007, já preocupada com esse problema de violência doméstica, quando nem existia Comissão – talvez a Senadora nem estivesse no Senado nesta época –, quando instalei o primeiro juizado de violência doméstica na Comarca de Serra, como eu achei que uma delegacia não dava conta para o suporte de 420 mil habitantes, eu solicitei um mecanismo com a Polícia Militar, três policiais, para uma central de ocorrência, para ajudar nas ocorrências de violência contra a mulher.

Ao assumir essa Coordenadoria no Tribunal de Justiça, há pouco mais de três meses, eu, juntamente com uma pequena equipe, começamos a estudar mecanismos que pudessem trazer para as mulheres, para as comarcas situações em que elas pudessem chegar a um denominador comum. Mas o que nós observamos, da reclamação da maioria, foi desânimo e falta de motivação. Quando ela é violentada, ela procura a polícia, que a polícia nem sempre está equipada com equipe multidisciplinar. Por melhor intenção que tenha, é necessária uma equipe multidisciplinar. E ela tem que partir para outro passo, ele tem que procurar o Judiciário, ela precisa, às vezes, de uma medida protetiva, ela precisa do Ministério Público também, ela precisa do defensor público, ela precisa de um médico legista, de um perito para um laudo, em caso de agressão física, e ela precisa de um médico em caso de agressões também sexuais. Enfim, foi pensando em toda essa peregrinação que a mulher passa que nós pensamos no CIM, no Centro Integrado da Mulher. Mas esse CIM é uma das metas do programa JusMulher lançado na sexta-feira passada, no Tribunal de Justiça do Estado de Espírito Santo.

O JusMulher Capixaba é um programa que tem várias metas; uma delas é essa que eu acabei de falar: o CIM. Através do CIM, nós tivemos a satisfação de saber que prefeitos das duas cidades, onde, segundo as estatísticas, há o maior número de violência, que é Vila Velha e Serra, já disponibilizavam um espaço físico para o Tribunal fazer as instalações do CIM. A mulher irá a lugar só e, ali, ela terá todos os seus problemas resolvidos.

A nossa expectativa é a melhor possível. Sou uma pessoa – costume dizer – otimista, não temo desafios; eu acho até que, quanto mais obstáculos, mais eu sou motivada, diferentemente de muita gente. Quanto mais obstáculos, mais eu me sinto motivada. Não sei se isso é bom ou ruim, mas tem dado certo.

O fato é que nós, no Tribunal de Justiça, estamos fazendo o dever de casa, Presidente. A Senadora não teve oportunidade de estar lá, mas, sintetizando, o nos-

so problema, o que é preciso fazer é a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Ela tem que ser aplicada. Ela é uma lei importantíssima, nós sabemos, mas ela precisa ser aplicada. E, dentro desse contexto está a proposta do JusMulher, programa que nós lançamos, e algumas de vocês receberam... Esse com esse *slogan* aqui, o CIM aqui em baixo e, em cima, o JusMulher.

O programa do Tribunal de Justiça é uma política pública do Tribunal de Justiça, mas nós contamos com parceiros. O Estado é nosso parceiro, o Ministério Público é nosso parceiro, Defensoria Pública é nosso parceiro, toda a sociedade em geral, direitos humanos, toda a sociedade, nós somos parceiro.

Entre as metas, nós podemos citar a reafirmação da importância da educação escolar não discriminada. Uma coisa que nós estamos implementando também é levar às escolas essa temática da proteção da Lei Maria da Penha, da proteção da mulher em estado de violência. Temos também novas políticas públicas de abrigo de mulheres; já estudamos para esse biênio, ou a iniciar neste ano de 2012. Temos a criação também, além do CIM, do Centro Integrado da Mulher, da realização de seminários temáticos.

Agora, como eu só tenho dez minutos e o tema é tão amplo, eu gostaria de deixar para as mulheres, nesse clima, às vezes, tenso, às vezes, como se fosse inquirindo-as, mas eu acho que esse é um dever da Comissão, cuja iniciativa eu até aplaudo, uns versos dirigidos a vocês, mulheres, a mim, às mulheres desta Mesa. Eles já foram musicados, foram cantados no Tribunal de Justiça. Reflitam bem nesses versos, porque aqui está uma mensagem:

MULHERES

Mulher que trabalha e confia,
Como maestra em sinfonia,
Regendo profissão e o lar...
Neste Estado de solo rico,
Do petróleo ao granito,
Lá está ela a trabalhar...

Mulheres de cor brasileira,
De verde e amarelo vestidas...
Hasteando sua própria bandeira
Desta pátria tão querida...

Mulheres de mãos calejadas,
Pés descalços nas pegadas,
Do mundo a sobreviver...

Mulheres de corações nobres,
Dentre tantas, muitas pobres,
Mas ricas de amor e prazer...

Mulheres empreendedoras,
Do lixo são catadoras,

Mantém o seu próprio lar...
Mulheres sem dimensão,
Que em qualquer profissão
São como estrela a brilhar...

Mulheres que o sofrimento,
Tentou apagar sua beleza,
Mas não impediu o incremento
Do seu ideal de nobreza...

Mulheres que buscam o direito,
Que vencem o preconceito,
Lutando contra a carência...
Saltam as muralhas da vida,
Para não serem vencidas,
Pelas marcas da violência...

Muito obrigada.

Cumpri meus dez minutos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos.

Em seguida, faremos alguns questionamentos.

Gostaria de passar a palavra à representante do Procurador-Geral de Justiça, a Procuradora Maria Zumira Teixeira Bowen, que disporá de até dez minutos.

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN –

Aqui é melhor?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Drª Zumira, nós gostaríamos de tê-la com a maior visibilidade possível porque nós tivemos uma conversa muito boa, com o Procurador-Geral.

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN –

Bom, gostaria de cumprimentar todos da Mesa, a Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, e saudar também todos que aqui estão, por este momento tão próprio, em que a sociedade é convidada a discutir aquilo que ela financia, aquilo que ela paga, aquilo que ela sofre.

É muito importante este momento, Srª Presidente, senhores representantes do Poder Público, de ouvir a demanda, porque, muitas vezes, essa demanda da rua é contida por alguns instantes, por algumas obstruções de alguns canais. E este é o momento muito próprio de a gente enxergar as nossas falhas e de apontar os nossos erros, porque, como sabemos, estamos construindo o País. E quando você se constrói, quando você constrói o País, você constrói cidadania. E a construção da cidadania é enxergar onde estamos falhando, não ter vergonha de admitir os nossos erros.

Por isso que nós agradecemos a presença da CPMI aqui, porque todos que me conhecem sabem da clareza da minha fala e da vontade que tenho de que a população seja atendida nas suas dores.

Antes gostaria de cumprimentar a minha querida Catarina. E no curso da minha resposta nº 2, na segunda, o Secretário Ângelo Roncalli está presente,

gostaria de trazer à lembrança algumas ações que o Ministério Público fez, não machucou ninguém, não fez nada com ninguém e a coisa se resolveu, não é, Catarina?

A primeira pergunta que me foi enviada: qual a análise crítica que o Estado faz pelo fato de, por mais de dez anos, ser o Estado mais violento do País para mulheres? A resposta é curta: ausência de políticas públicas. (*Palmas.*)

Eu fui Promotora, durante mais de dez anos, da Infância e da Juventude, e tive que sair para poder respirar. Muitos que possam me conhecer me conhecem pela atuação nesta área. E confesso para vocês: afastei-me da Infância para eu poder me cuidar: cuidar emocionalmente, cuidar fisicamente, porque eu adoeci, porque dói demais a ausência de políticas de atenção. Mas tenho visto muitos avanços, mas não posso deixar de falar que existem falhas.

Os meus colegas, os juizes do Sul falam o seguinte: que a salvação da infância estaria na implementação plena da Lei Maria da Penha, porque a mulher é aquela que cuida dos filhos e se você cria mecanismos de proteção, de assistência social a essa mulher, com certeza a criança também vai ser acolhida.

Partindo para a segunda pergunta: que políticas públicas destinadas às mulheres foram concebidas estão sendo executadas? Agora, gostaria de me fixar à questão do Ministério Público. O que está institucionalmente atribuído ao Ministério Público e que este tem que fazer? Dentro do mecanismo, do uso da máquina judiciária, exercer o papel de fiscalizador do ajuizamento da ação penal e da fiscalização do cumprimento de todo esse procedimento. E isso, nós temos feito. É claro que haverá falhas. Somos humanos, estamos estruturando o quadro do Ministério Público. Só para vocês terem uma ideia, Srs. Deputados e Senadores, a Drª Catarina promoveu o primeiro concurso para servidores do Ministério Público – foi o único que teve –, e também da equipe multidisciplinar, quem fez foi agora, muito recente essa questão. Então, nós estamos nos estruturando.

Em relação ao orçamento, especificamente, destinado ao enfrentamento à violência contra mulher no Estado, realmente, existem alguns programas em andamento. Mas é aquela história: existem os programas, mas onde temos a efetividade desses programas? Como esses programas podem trazer maiores frutos para a sociedade, de modo a diminuir esse índice horrível e a posição em que nós nos encontramos?

Em relação a isso, eu gostaria de dar um exemplo – o Dr. Ângelo Roncalli está aí – das unidades de internação provisórias e definitivas. O senhor se lem-

bra, Secretário Ângelo? Em determinado momento, a gente...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– São as casas-abrigos?

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN –

Não, unidades de internação.

Em determinados momentos, o Centro de Apoio à Infância, do Ministério Público, fez esse levantamento da inexistência de previsão orçamentária, Srª Deputada, e o Ministério Público apontou as questões, no orçamento, da ausência de orçamento. Daí, iniciamos uma conversa com o Sr. Governador, com o então Vice-Governador, hoje Senador Ricardo Ferraço, aqui presente, através da Drª Catarina, à época, Procuradora-Geral, e nós conseguimos modificar, nós, esta Casa aqui mesmo, todas as leis orçamentárias, inclusive o Plano Plurianual, para que as unidades de internação fossem colocadas e pudessem ser executadas. Isso sem ninguém trazer o nome para si, ninguém dizer que foi a, que foi b, que foi c. O Governador nos atendeu. “Epa, espera aí! Realmente nós não temos rubrica para tal. Nós vamos ter de fazer uma emenda”.

Tudo isso foi viabilizado para que fosse possível executar as políticas que sequer estavam presentes. Então, eu tomo esse exemplo para dizer que é possível, ante à ausência de previsão orçamentária desta Casa, fazer modificação mediante a vontade política. Nós somos animais políticos e nós podemos mudar uma estrutura se nós, animais políticos e os políticos que nos representam, assim o quiserem.

Então, essa é a minha fala. Eu não sei no que eu posso ser útil a esta CPMI, mas eu acho que este momento é muito próprio para lermos as nossas ausências.

Ao terminar, quero fazer um adendo para dizer que o Ministério Público tem, sim, participado, tem feito um esforço hercúleo, Srª Deputadas, porque estamos com grave deficiência de promotores de Justiça e isso tem feito a gente se multiplicar. Eu acho que muitos aqui não me conhecem, mas eu estou sucedendo a Drª Sueli Lima e Silva, no núcleo, no Nevid. Nós alternamos a coordenação. Todo mundo sabe da participação ativa e infinda da Drª Sueli, uma mulher combativa, mas a gente ainda acha isso muito pouco. Sabemos que podemos fazer mais. Mas vamos fazer mais a partir do momento que nós enxergarmos, Poder Judiciário, o Ministério Público, o Poder Executivo enxergamos as nossas carências. Ninguém tem de apontar os erros dos outros no sentido de fazer outra coisa a não ser querer construir um quadro melhor do que aquele que nos apresenta nesse momento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Drª Zumira, duas questões aí para ter mais clareza. A

senhora acaba de fazer uma proposta para esta Casa em que estamos de alteração estrutural do Ministério Público, de iniciativa, prerrogativa do próprio Ministério Público, ou de execução orçamentária...

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – Do Poder Público, do Executivo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Do Executivo.

A segunda pergunta: como é que o Ministério Público realiza o fluxo de receber as solicitações ou de encaminhar medidas protetivas? E qual o grau de controle para verificar se elas foram concedidas e se elas foram executadas? E que proposta uma mãe que vem de Cariacica e que recebe medida protetiva, que estrutura nós temos para que ela veja cumprida a medida protetiva, para que não ocorra o caso da Fernanda?

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – O.k, primeiramente, são vários momentos. Qualquer vítima de violência pode propor uma medida protetiva e ser acolhida na sua pretensão. Ela pode ir à delegacia, ela pode ir ao Ministério Público e na Defensoria Pública. Então, no momento em que ela vai à delegacia, imediatamente, a delegada ou o delegado, o Poder Público nesse momento, o Executivo ouve e encaminha ao Judiciário, e o Judiciário tem a prerrogativa de aplicar diretamente essa medida protetiva, como está disposto na lei. Porque o Poder Judiciário não precisa ouvir o Ministério Público para conceder ou não uma medida protetiva. Então, essa pessoa vai a uma delegacia num primeiro momento. Ela vai à delegacia, o delegado a ouve e encaminha para o Judiciário. Em seguida, concedendo ou não, o juiz abre vista para o Ministério Público, e o Ministério Público fala, e aquilo é devolvido. E o Ministério Público, ouvindo aquilo, já requisita o apensamento dos autos de inquérito à medida protetiva e apresenta ou não a denúncia, pede ou não diligências, e a coisa anda.

Um outro momento...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Drª Zumira, quem garante que a medida protetiva seja aplicada?

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – Veja bem, nesse caso, quem pediu foi à delegacia, por meio dos depoimentos dados pela vítima. Certo? A lei fala que o juiz pode ou não abrir vista ao Ministério Público e conceder de plano. Posteriormente, concedendo ou não, mas analisado o pedido da vítima, esse pedido é aberto vista ao Ministério Público. Certo? Ele é aberto vista ao Ministério Público.

Nesse procedimento, o Ministério Público pede o imediato apensamento desses autos da medida protetiva ao inquérito para análise diz se é possível ou não pedir a prisão ou qualquer outra medida até

mesmo mais eficaz, afastamento do lar, por exemplo. Essa é uma porta.

A porta da Defensoria obedece ao mesmo rito. O defender público da mulher, aqui em Vitória, nós temos o Dr. Carlos Eduardo, né? E, nos outros Municípios, não existe. Só o Dr. Carlos Eduardo aqui.

Então, no momento em que ela se dirige ao defensor público da mulher, ele tem o mesmo procedimento. Nesse caso, ela é ouvida, o juiz analisa ou não e concede a medida protetiva.

Eu desconheço, Sr^a Deputada, qualquer pedido de medida protetiva que tenha sido pedido nesse molde e que tenha sido negado.

Agora, vamos lá. Em se tratando de Ministério Público...

Ah, sim, depois, abre-se vista ao Ministério Público. Aí o Ministério Público pede o apensamento desse inquérito, e, aí, a gente analisa a propositura ou não da ação penal.

Aí é que vem, agora, o Ministério Público. A vítima se dirige ao Ministério Público, à sede do Ministério Público, é tomado o depoimento dela e feito o pedido. O Ministério Público protocola o pedido da medida protetiva e naquele momento a juíza defere. Toda a máquina do Judiciário – Oficial de Justiça, escreventes, Oficial de Cartório, todo mundo ali – vai viabilizar a entrega e o deferimento ou não daquela medida para aquela vítima. Aí, abre-se vista novamente para o Ministério Público.

Nós não temos, Sr^a Deputada, nem no primeiro momento, nem no segundo momento e nem no terceiro momento, meios de... Tipo assim: concede-se a medida protetiva, tomamos ciência, requisitamos o inquérito. Muitas vezes o Ministério Público se abstém de fazer algum pedido naquele momento para aquela medida protetiva ser efetivada e aí a gente aguarda. Esse é o procedimento.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k., obrigada. Eu deixo essa questão para as demais autoridades se pronunciarem, porque esse é o calcanhar de aquiles da viabilização.

Agradeço à Dr^a Zumira. Nós vamos, provavelmente, inquiri-la sobre outras questões. (*Palmas.*)

Passamos, neste momento, a palavra ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff – e também já coloco como uma questão –, e informo às várias pessoas que têm nos perguntado quanto ao depoimento, às perguntas, que, pela regimentalidade de uma CPI Mista, tem de ser aprovado o requerimento anteriormente.

Então, aquelas pessoas que têm algumas questões podem encaminhá-las aqui para a Secretaria para

nos auxiliar inclusive em questões que possam ser levantadas para as autoridades aqui presentes.

Com a palavra o Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF

– Muito boa tarde. Permitam-me, como todas as autoridades já foram nominadas aqui, dirigir apenas um cumprimento geral, até para não tomar muito tempo.

Vou procurar responder, em primeiro lugar, as perguntas feitas pela Senadora Ana Rita.

Se nós estivéssemos em último lugar na violência, mas com estes números de violência, eu não estaria mais tranquilo. O problema não é se nós somos o primeiro, o segundo ou o terceiro lugar num campeonato do qual ninguém quer participar; o problema é que os índices são absurdamente elevados. O Espírito Santo tem um problema muito grande com o homicídio, não só o homicídio contra as mulheres. Felizmente, não temos o mesmo problema com outras formas de violência, mas especificamente o homicídio no Espírito Santo tem índices muito além da média nacional, em torno do dobro da média nacional – não que a média nacional seja razoável, mas é o dobro de algo que já é um absurdo.

Então, não é possível que nos contentemos com esses índices, independentemente de sabermos se os outros Estados estão melhores ou piores. Também não dá para nos contentarmos com pequenas melhoras. Os números do Instituto Sangari são de alguns anos atrás, porque eles precisavam obter do Brasil inteiro. Felizmente temos até diminuído um pouco a violência no Estado nos últimos anos – em 2010, 2011 e 2012 o homicídio vem diminuindo de forma sistemática –, mas nós precisamos continuar e, se possível, aprofundar muito essa redução ainda antes de podermos falar que estamos iguais aos outros Estados.

Na verdade, essa é uma coisa com a qual nunca podemos nos conformar. Se tivermos um único homicídio, não há como se conformar, mas, digo assim, que a gente chegue a números pelo menos mais próximos de países desenvolvidos e que deixemos para trás essa página.

Na minha Secretaria, especificamente, as receitas não se separam por programas. Quer dizer, o salário da delegada que trabalha na Deam não é separado do salário dos demais delegados, e isso é, na verdade, 90% das verbas da Segurança Pública, que são folhas de pagamento, mas as demais também seguem essa mesma lógica. Não há um destaque.

Quanto às políticas públicas, já havia alguns avanços anteriores, como a criação das próprias Deam e a criação, especificamente em 2010, da delegacia especializada em homicídios contra a mulher, o que, aliás, permitiu-nos não só um avanço nessa particularidade,

mas também um avanço no conhecimento do problema. Mas, o que eu percebi, assim que tomei posse, foi especificamente em relação à Lei Maria da Penha, que havia, sim, um cumprimento, mas de forma irregular. Quer dizer, algumas autoridades policiais cumpriam de forma mais severa e ativa, e outras menos. E, como, na época, nós ainda enfrentávamos, como nós ainda enfrentamos – mas estamos próximos de solucionar –, um problema muito grande de efetivos, pareceu-me que uma iniciativa importante, que não dependia de reforços, de aumento no número de policiais, seria nivelar esse cumprimento, fazer com que a Lei Maria da Penha fosse cumprida sempre com todo rigor e toda a presteza por toda e qualquer autoridade em todo e qualquer evento. Então, baixei uma portaria, orientando as autoridades policiais nesse sentido, e viemos fazendo um trabalho, tanto na Polícia Militar quanto na Polícia Civil, para fazer com que essa portaria fosse sempre e cada vez mais cumprida ao pé da letra.

Isso já nos permitiu um avanço claro. É aquilo que eu havia dito, quer dizer, já avançamos, ainda que sem ter mais efetivos, num ponto importante: o agressor, sendo conduzido à presença da autoridade policial sempre que houver um caso de agressão, violência doméstica, a situação recebe desde logo uma atenção do Poder Público, e já se percebe, então, uma reação estatal, porque o que encontrei foi que o agressor levava até dois anos para ser intimado, para prestar depoimento. Então, obviamente que nesse período já havia acontecido tudo o que tinha que acontecer.

Com isso, estamos conseguindo acelerar os inquéritos e já estamos conseguindo, o que foi um dado importante, que sejam relatados mais inquéritos do que os que se iniciam. Isso significa que vamos dar conta do passivo; não só colocar os inquéritos mais rápidos, mas fazer com que todos cheguem ao seu fim num prazo mais rápido.

Já passado algum tempo, nós começamos finalmente a ter reforços de efetivos. Os concursos foram acabando, e começamos a ter como reforçar os efetivos. Em março, que foi quando nós tivemos disponíveis novos agentes e novos investigadores, a primeira providência foi dobrar o número dessas categorias nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Estamos agora com delegados e escrivães em formação. Então, acreditamos que, para o segundo semestre, que é quando deve estar terminada a formação desses profissionais, nós poderemos fazer a mesma coisa, ou seja, dobrar o número de delegadas, de escrivães nas Deams, o que vai nos permitir duas coisas importantes. Primeiro: acelerar aquilo que eu havia dito antes que a conclusão dos inquéritos seja rápida, que a responsabilização de agressores seja

rápida. Não basta que ela aconteça, ela precisa acontecer logo. E, por outro lado, vai nos transmitir manter um plantão 24 horas na Grande Vitória, o que é claro está longe do ideal, mas já será um grande avanço. Com isso, também, o que poderemos assegurar é que todos os casos sejam desde o início atendidos pelas delegacias especializadas e em condições muito melhores do que nos plantões judiciários.

Isso é muito importante para a vítima e, ao mesmo tempo, muito importante para o bom andamento do inquérito. Temos certeza de que haverá, portanto, muitos avanços nesse particular.

Foi mencionado aqui já que estamos fazendo um boletim unificado que vai nos ajudar a obter estatística. Aliás, eu falo sempre isto: o que não pode ser medido não pode ser melhorado. Se a gente fica querendo esconder a verdade, se nós não queremos ter estatísticas transparentes, nós não conseguiremos enfrentar os problemas e nunca saberemos nem o tamanho do problema nem se o que nós estamos fazendo está dando certo ou está dando errado. É muito importante pagar-se o preço que for pela transparência, mas termos sempre estatísticas confiáveis e as mais detalhadas possível.

Esse boletim, na verdade, está inserido dentro de uma ideia de nós termos um inquérito virtual. Infelizmente, esse programa não existe para comprar, como o Windows, que a gente compra na prateleira. Estamos tendo que desenvolvê-lo e isso, certamente, levará mais alguns meses. Mas, na medida em que tivermos o inquérito virtual, não apenas vamos poder ter estatísticas cada vez melhores e, como eu disse, mais detalhadas, mas poderemos também permitir que a comunicação dos fatos não precise ser feita em uma delegacia. Que ela possa ser feita até de casa se alguém quiser.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF

– Já vou encerrar.

Ou, por exemplo, num hospital, que muitas vezes é a porta de entrada da mulher agredida.

Então, que possa feita em uma unidade qualquer da Secretaria de Saúde, que possa ser feita num Cras, que essa comunicação possa ser feita fora do ambiente até da polícia. É claro que não vai dispensar do exame de lesão corporal, mas que, pelo menos naquele instante, possa ser feito de outra forma.

Nós pensamos que, com essas medidas, nós poderemos modernizar muito o atendimento, melhorar muito o atendimento. E é claro que a questão não passa só pela responsabilização criminal, mas que a responsabilização criminal seja rápida, seja eficiente e seja universal. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada. Dr. Henrique.

Vamos concluir as falas das autoridades, mas vamos voltar às questões. Solicitaríamos que continuassem aí. Queria, rapidamente, demonstrando a grande adesão, dizer que recebi um comunicado da Deputada Rose de Freitas, nossa Vice-Presidente, que já conseguiu embarcar, mas estava com problema, está a caminho. Está aqui também presente, representando a Igreja Metodista e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, o fórum religioso, o Pastor Odair Cruz; o Vereador de Vitória Namy Chequer; Presidente do PTdoB Mulher, Srª Denise Martins; presidente do Negro Espírito Santo, Srª Adriana Silva; presidente do Sindilegis, Sr. Leandro Machado; diretora-geral do Hospital São Lucas, Hégler Madeira, representando o Sindimetal; Srª Roberta Pelusoni, Presidente do Conselho do Idoso; Srª Rosinha Flores, Secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória; Sr. João José Barbosa Sana, que nos recebeu também hoje de manhã; representante do Sindicato dos Advogadas do Estado do Espírito Santo, Srª Graciete da Hora; delegada de Polícia Civil de Vitória; Drª Arminda Rodrigues; o Presidente estadual do PCdoB, meu Partido, Ronaldo Rodrigues; alunos e alunas do curso de Serviço Social da Emescam, parabéns pelo comparecimento; representante da promotora da mulher, Drª Bianca Barcelar; representando a OAB, a Associação Nacional dos Procuradores Federais, Drª Ivone Vilanova; representante da Secretaria de Assistência Social de Colatina, Srª Elma de Souza Lage.

Depois, nós tentaremos ler as informações e as mensagens que estão colocadas aqui para mostrar a voz da sociedade civil.

E passamos, neste momento, a palavra ao Secretário de Estado de Saúde, o Sr. José Tadeu Marino, que disporá de até dez minutos para seus esclarecimentos.

O SR. JOSÉ TADEU MARINO – Boa tarde a todos.

Queria saudar a Deputada Jô Moraes e, em seu nome, cumprimentar todas as autoridades e todas as mulheres aqui presentes.

Acho que a pergunta que a Senadora Ana Rita nos faz – por que o alto índice de homicídios de mulheres no Espírito Santo, ao que se deve isso – é o que também a Deputada Solange Lube me fazia na hora em que chegou. Nós conversávamos sobre por que nós temos esse alto índice de homicídios e estamos, infelizmente, como o Estado que mais mata mulheres no Brasil. Eu acho que é falta de política pública, sim, indiscutivelmente.

O Espírito Santo foi um Estado que se organizou nos últimos nove, dez anos, enriqueceu, mas temos ausência de políticas públicas em várias áreas. Agora,

como disse aqui o nosso Secretário de Segurança, a violência é muito grande em todos os Estados brasileiros e, no Espírito Santo, infelizmente também.

Não podemos deixar de analisar e fazer uma reflexão sobre a questão cultural, a questão da miséria, a questão das drogas, a questão da falta do valor que é histórico da mulher na sociedade, assim como das crianças na sociedade. Acho que fazendo uma reflexão de todos esses fatores e mais falta de políticas públicas eu acho que nos coloca nessa posição lamentável.

Quando nós observamos aqui a Assembleia completamente lotada, isso mostra justamente engajamento e decisão das mulheres capixabas ao chamado desta CPI para que, juntamente com o Governo, nós possamos enfrentar essa grande chaga que é esse alto índice de mortalidade das nossas mulheres.

Na área da saúde, como disse aqui o Secretário, muitas das nossas mulheres de fato chegam aos nossos pronto-socorros, aos nossos pronto-atendimentos vítimas da violência. Então, o que o Estado está fazendo, o que a Secretaria de Estado de Saúde está fazendo é a organização de uma rede de assistência às mulheres vítimas de violência doméstica, adolescentes, idosos e crianças. Nós estamos fazendo uma parceria efetiva com o Cosems, o Colegiado de Secretários Municipais de Saúde do Espírito Santo, fazendo a capacitação e a organização dessa rede de atendimento das mulheres vítimas de violência.

Então, desde 2010 e 2011 mais intensamente, os nossos técnicos dessa área da violência, da saúde da mulher, dentro da Secretaria, em nível de macro e microrregiões de saúde do Espírito Santo vêm justamente fazendo essa capacitação dos profissionais, montando e orientando a construção dessa rede, principalmente da assistência a essas mulheres vítimas de violência.

Nós já identificamos, no Espírito Santo, dois hospitais, um na região norte e outro na região sul, para uma questão importante, que é a questão do abortamento legal, para que possamos habilitá-los e credenciá-los por essa questão.

Nós observamos, infelizmente, que grande parte dos nossos hospitais atendem às vítimas, mas não notificam a quantidade de pessoas vítimas que chegam a esses pronto-socorros. O porquê disso: preconceito, tabu, medo, falta de preparo, ou seja, essa é uma questão que a Secretaria está discutindo, e estamos mais intensamente indo justamente a esse serviço, capacitando os nossos médicos, os nossos enfermeiros, para que possa haver um acolhimento muito maior, porque, às vezes, a mulher vítima chega ao hospital e é “revitimizada”.

Às vezes, as pessoas têm tanto preconceito, que a mulher já é vítima e se torna vítima de novo, de cha-

cota, ridicularizada dentro dos nossos pronto-socorros e dos nossos serviços de saúde. Então, essa é uma preocupação que a Secretaria Estadual de Saúde tem muito grande.

Além, lógico e evidente, quando falamos na assistência, da prevenção da gravidez, da questão das doenças sexualmente transmissíveis. Isso tudo é montado nessa rede de assistência.

Então, acho que, com essa discussão que o Governo vem fazendo de maneira intersetorial, é importante, esse boletim que aqui o Henrique disse. Não quer dizer que seja só o aumento da violência, mas, com parte dessa sensibilização dos nossos métodos e serviços, nós observamos que houve um aumento de notificação progressivo nos últimos anos, baseado no Sinan, que é o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, ocorrida no Espírito Santo.

Então, em todos os nossos hospitais, em todas as cidades do Espírito Santo, que atenderam mulheres e, lógico, que notificaram essas vítimas, houve 64 notificações em 2009; 176, em 2010; 783, em 2011. Então, houve um aumento em cinco vezes, de 2010 para 2011, de notificações nos hospitais. E, neste ano, nos primeiros três meses, já aconteceram 254 notificações nos nossos hospitais. Isso pode ser já o resultado de que estamos melhorando as nossas notificações, o que é muito importante. Também, é lógico, evidente, isso demonstra um aumento dessas vítimas.

Seria este o papel da Secretaria Estadual de Saúde: trabalhar, de maneira intersetorial, com as Secretarias de Justiça, de Assistência Social e de Segurança Pública, principalmente, dentro do Governo e de forma bem aberta aos movimentos organizados da sociedade, principalmente, que enfrentam e que combatem essa chaga, que é a violência contra as mulheres.

Muito obrigado.

A SRª SUELI VIDIGAL (PDT – ES) – Secretário, só um segundo.

Licença, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Deputada Sueli Vidigal.

O SR. HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF – Pois não.

A SRª SUELI VIDIGAL (PDT – ES) – Era uma pergunta que eu tinha colhido, uma das perguntas que foram feitas na parte da manhã. Algumas mulheres perguntaram como a Secretaria de Saúde trabalha a questão da notificação compulsória.

Os funcionários da saúde estão qualificados para o atendimento e para o registro? Há protocolo estadual para atendimento aos casos da violência sexual? Se há, ele é respeitado? Se essa mulher recebe coquetel anti-HIV no prazo estipulado, se recebe as

devidas orientações e atendimento médico legal com redução de trauma.

O SR. HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF – Sim.

Nesses serviços da rede, que já estamos organizando, com as capacitações que já foram feitas na macrorregião, em Colatina, em Cariacica, que já tem um serviço organizado, em Vitória, em todos esses serviços, tem-se o protocolo de prevenção da gravidez, o protocolo do coquetel de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Tudo isso é realizado, e há o protocolo, sim, na Secretaria Estadual de Saúde.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senador Ricardo, alguma questão a inquirir?

Pois não. É que tem aí a inquirição...

Obrigada, Secretário. Parece-me que o Senador prefere falar mais adiante.

Senador, pode usar da palavra. É que há duas dinâmicas aqui, a da inquirição e a da fala.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito boa tarde a todas vocês.

A Mesa já foi devidamente cumprimentada, então eu quero colocar luz no papel e no esforço que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que reúne Senadoras e Deputadas Federais, Deputados Federais, tem feito Brasil afora para chamar atenção para esta que é uma questão muito mais do que preocupante, uma questão que está associada a uma indignação muito grande. Ressalto o papel da nossa Deputada Jô, na condição de Presidente, da Deputada Sueli Vidigal e também da minha colega, Senadora Ana Rita, que têm sido incansáveis Brasil afora nessa militância.

Nós estamos, circunstancialmente, no dia em que a Presidente Dilma anuncia os nomes que comporão a Comissão da Verdade, uma comissão que terá o papel histórico de estudar, de revelar, de apurar violações gravíssimas à dignidade da pessoa humana. Também estamos na semana em que comemoramos o Dia das Mães, estamos muito próximos do Dia das Mães, e estamos aqui, neste episódio, reunindo capixabas para que possamos nos colocar em relação a esse título com o qual estamos muito preocupados. Aliás, eu vou ser muito sincero: estamos envergonhados, porque sermos o maior produtor de café, sermos o País que lidera isso ou lidera aquilo é tudo muito importante, mas sermos o Estado da Federação que lidera a violência contra as mulheres é algo que deve demandar muito mais do que reflexão.

O diagnóstico está feito, está demonstrado que a média capixaba está bem acima da média nacional, e está demonstrado que a média nacional está muito acima da média internacional. E quando nós pegamos

a média internacional, nós observamos que países com indicadores sociais muito mais graves e complexos que os do Brasil – países como Egito, cujo IDH é muito menor do que o do Brasil – têm indicadores de violência contra a mulher muito menores – o do Egito é dez vezes menor quando comparado ao do nosso País.

Esse tipo de violência, como qualquer tipo de violência, precisa ser repudiado, mas a violência contra a criança, a violência contra a mulher e a violência contra o idoso, sobretudo, são atos de extrema covardia, porque o homem se estabelece a partir da força e da brutalidade para exercer esse tipo de humilhação física, humilhação emocional e humilhação psicológica.

Acho que nós precisamos – e a realização da CPI é muito importante nesse sentido – firmar um pacto aqui no Espírito Santo, nós precisamos de um grande mutirão que reúna as nossas instituições, não apenas o Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a sociedade capixaba, porque é preciso que haja uma indignação coletiva contra esse registro que nós estamos assistindo do Instituto Sangari. Nós temos de ter capacidade para enfrentar essa verdade, uma verdade que não nos agrada, mas uma verdade que está presente no nosso dia a dia.

Portanto, a vinda da CPMI nesta semana coloca luz nesse problema, que é um desafio a mais que nós precisamos enfrentar no Espírito Santo. Nós temos uma marca histórica de indicadores de homicídios elevados, mas, sinceramente, esse tipo de homicídio é um tipo de homicídio que traz uma indignação muito grande aqui para o Espírito Santo, e nós precisamos nos levantar contra isso.

Acho que a CPMI cumpre um papel importante, porque coloca luz, nos permite fazer aqui um debate franco, como estamos fazendo, não apenas com todos os movimentos sociais que estão aqui na Assembleia, mas com muitas capixabas que estão acompanhando pela TV Assembleia este debate que estamos fazendo aqui na Assembleia Legislativa, as quais quero cumprimentar. Há duas semanas, estive aqui, em uma audiência pública, para discutir a Lei Seca. Acabo de ser designado, no Senado da República, o Relator da Lei Seca. A escalada da violência no trânsito brasileiro tem produzido muita angústia, muito sofrimento a muitas famílias, não apenas aqui, mas em todo o País.

Hoje, estamos aqui para discutir, debater, diagnosticar e, muito mais do que isso, para produzir alternativas e soluções que façam com que esse combate, aqui no Estado, se dê de forma efetiva.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Antes de passar a palavra ao próximo, registro, com muita satisfação, a presença da Vice-Presidente da Câmara Federal, que, coincidentemente, é do Estado do Espírito Santo, Deputada Rose de Freitas, que se empenhou e presidiu, por duas vezes, a reunião do Congresso Nacional de instalação da Comissão e que leu os nomes de seus indicados.

Obrigada, Deputada Rose.

Passamos a palavra Dr. Gilmar Alves Batista, Defensor Público Geral, que disporá de até dez minutos. Lembro a todos que deveremos, logo após o encerramento, passar à fase de perguntas.

O SR. GILMAR ALVES BATISTA – Boa tarde.

Inicialmente, cumprimento a todos. Como todos já foram nominados, não o farei, seguindo a mesma dinâmica das outras autoridades que aqui falaram.

Passarei a responder as perguntas da Senadora Ana Rita.

A primeira pergunta diz respeito àquela questão crítica: o que faz o Espírito Santo ser, ao longo desses dez anos, o Estado com maior índice, no cenário nacional, de violência contra a mulher. Concordo com as pessoas que já se manifestaram, a Promotora e o Secretário de Saúde, que se trata, realmente, de ausência de política pública. Esse é o ponto principal. Ao longo desses dez anos, os investimentos neste setor tão importante, de combate à violência contra a mulher, não recebeu a atenção devida para combater esse diagnóstico tão ruim.

Outro ponto importante é o machismo. Não podemos deixar de considerar as questões culturais, principalmente o machismo. Ainda temos a presença muito grande do machismo nessa questão de posse que os homens têm das mulheres, assim por diante. O consumo de drogas é outro fator aqui. Aqui, a criminalidade é um pouco alta, o consumo de álcool, de drogas lícitas e ilícitas acaba gerando, também, no contexto familiar, uma desarticulação.

Em relação a isso, em relação às políticas de enfrentamento, outro ponto deve ser lembrado: faltou, no meu modo de entender, uma articulação entre os órgãos encarregados de cumprir o papel de enfrentar a violência contra a mulher. O Espírito Santo não está nessa posição à toa, mas porque, realmente, falta inteligência para que haja um melhor gerenciamento de todo esse sistema.

No ano passado, assim que o Governador Casagrande assumiu, passou-se a gerenciar um pacto no Estado, que foi discutido amplamente – alguns dos aqui presentes participaram dessa discussão, a Laudicéia, os Secretários, de modo geral. A partir daí, já

existia um entendimento anterior, começamos a debater realmente o que poderia ser feito de forma articulada para que o Estado pudesse sair desse índice tão ruim. Aí, firmamos um pacto estadual em que foram traçados quais políticas poderiam ser enfrentadas. Também firmamos um repactuação com a União, e aí participou, na época, a então Ministro Iriny Lopes, que esteve conosco debatendo isso, para verificar uma nova forma de combater a violência contra a mulher.

Surgiu, também, o fluxo de atendimento às vítimas de violência que o Estado não tinha. Muitas vezes a mulher agredida não sabe a quem recorrer e às vezes recorre e não é bem atendida naquele momento. O que traçamos naquele período? Vamos direcionar que todos os órgãos capazes de receber essa mulher agredida possam dar o encaminhamento adequado, para que ela não fique correndo de órgão em órgão e, muitas vezes, acabe desistindo de fazer a denúncia, de procurar os seus direitos. E, assim, fizemos um fluxograma que trouxe aqui, dizendo o que cada órgão deveria fazer quando recebesse uma mulher vitimada. Nele constam os Centros de Referência da Mulher, as Deam (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher), as Unidades de Saúde, e assim por diante: hospitais, escolas, polícia militar, conselhos, igrejas, ONG, todos traçando uma forma de educar essas pessoas para direcionar uma mulher agredida.

Respondido o primeiro item, entro no segundo item. O que foi feito, o que está sendo feito, como é o orçamento, no caso, para a Defensoria, que vou tratar especificamente aqui, com relação à vítima de violência contra a mulher.

Ao longo desses anos, como eu disse, faltou política pública e, logicamente, a defensoria também não sofreu investimento, não teve investimento adequado para enfrentar essas questões. No ano passado, com o apoio desta Casa, tivemos aqui aprovado o Fadeps, também com o apoio do Estado e, a partir daí, começamos a traçar essa política de atendimento à mulher. É lógico que muitos casos, de vários anos, não se consegue resolver com pouco tempo, mas nisso se tem avançado.

Com relação a isso, nos comprometemos a criar alguns Núcleos de Atendimento Especializados à Mulher, e está prevista a criação de 17 núcleos, nos Municípios de Aracruz, de Vila Velha, de Guarapari, de Serra, Linhares, Anchieta, Venda Nova do Imigrante, São Mateus, Montanha, Colatina, Barra de São Francisco, Nova Venécia, Cachoeira, Guaçuí, Santa Maria de Jetibá.

A previsão é, de que, ao longo deste ano, a gente comece a implementar. A Defensoria Pública abrirá

concurso para o preenchimento dessas vagas que vão atender a esses locais. Para se ter uma ideia, a cada 11 dias, um defensor público vai embora do Estado. Só hoje, foram dois para outras defensorias. Então, temos até uma dificuldade de traçar política de desenvolvimento nesse sentido.

Com relação à política a ser implementada, é essa que estou dizendo aqui, de criação de Núcleos de Atendimento Especializados à Mulher. O que observamos muito é que o atendimento à mulher não se restringe à questão criminal. A mulher precisa de tratamento na área do Direito como um todo, porque ela não busca somente ou às vezes nem busca a punição do marido, ela busca a resolução do seu conflito familiar, que é uma pensão alimentícia, que é o reconhecimento da paternidade do filho e assim por diante. Às vezes, a demora nessas soluções acaba gerando um conflito familiar maior e levando à agressão.

O tratamento deve ser dado não só à mulher, que deve ser recebida por psicólogos, assistentes sociais preparados para dar esse atendimento a ela, mas também ao marido, que muitas vezes também está doente, é dependente de álcool, de droga e assim por diante. Assim, no meu modo de ver, é preciso que seja tratada a sociedade como um todo. Esse não é um problema somente da mulher, não é um problema somente do homem; é um problema social que precisa ser visto de forma interdisciplinar, que não pode ser visto somente com o olhar focado na área do Direito, na área da pena ou qualquer outra, mas sim como uma questão de saúde pública, uma questão de justiça.

É preciso que haja a interlocução entre todos esses órgãos, de modo que nós não precisemos ficar debatendo isso por muito tempo e dizendo o que deve ser feito para isso. Precisamos tratar de forma global e, assim, chegarmos à conclusão do que precisa ser feito. Não adianta só o Ministério Público fazer o seu papel, o Judiciário fazer, a Defensoria fazer, ou o Executivo fazer. É preciso que todos façam conjuntamente. Precisamos realmente do apoio não só desses poderes, das autoridades, mas também de toda sociedade, de forma que realmente é chocante o fato de ver que o Estado do Espírito é o primeiro nesse índice. Poderia ser reconhecido por outras beldades do Estado, como a beleza das mulheres, as suas montanhas, mas é conhecido, realmente, pela covardia de homens que ainda agredem as mulheres.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Nós que agradecemos, Dr. Gilmar.

Inclusive pela sinceridade da avaliação, nós acabamos de receber um relatório da Srª Fabíola Alves,

do projeto Mulheres de Fé, exatamente registrando as dificuldades de acesso à Defensoria. Agradecemos a sua sinceridade e a sua colaboração.

Pedimos para usar da palavra o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, o Sr. Rodrigo Coelho.

As entidades, movimentos e instituições que quiseram entregar os relatórios, como fez o projeto Mulheres de Fé, podem entregar, porque eles serão anexados ao relatório da CPMI.

Com a palavra o Sr. Secretário. V. S^a disporá de até dez minutos.

O SR. RODRIGO COELHO – Boa tarde a todas e todos.

Quero cumprimentar esta CPMI na figura da Presidenta e Deputada Jô Moraes, da nossa Relatora, querida amiga e companheira, Senadora Ana Rita, dizer que temos certeza de que esta CPMI dará uma grande contribuição ao Brasil e, conseqüentemente, ao Espírito Santo, por isso, temos toda a disposição e o desejo de contribuir.

Quero pedir licença à Mesa para também registrar a presença da Presidenta do Conselho Estadual de Direitos a Mulher, a Laudicéia, minha companheira de trabalho, e registrar a presença da Secretária Municipal de Política para as Mulheres, a Secretária Nazareth Pimentel, assim cumprimentando todos os gestores municipais que estão aqui presentes.

Bom, nós do Governo do Estado do Espírito Santo, fomos formalmente questionados por esta CPMI. Hoje pela manhã, a CPMI, em reunião com o nosso Governador e na presença de alguns de nós secretários, do defensor, do coronel da Polícia Militar, do delegado geral, entregamos a esta CPMI um relatório com a resposta aos questionamentos que foram realizados por esta CPMI – e, formalmente, aqui nesta reunião, também fazer a entrega do mesmo, ao final desta fala de dez minutos, Deputada e Senadora – e, reportando-me um pouco às questões do relatório, vou me utilizar das perguntas que foram feitas aqui pela Senadora Ana Rita.

O Secretário Henrique já me antecedeu e falou das políticas de segurança, que constam do relatório; o Secretário Tadeu Marino, que me antecedeu, relatou o das políticas de saúde, que também constam do relatório.

No que tange à política de assistência social, Deputada, nós começamos a fazer a descentralização de recursos para a política de assistência social nos Municípios de maneira automática; ou seja, no ano passado, começamos a fazer, de maneira automática, a transferência do Fundo Estadual de Assistência

Social para o Fundo Municipal de Assistência Social dos Municípios, implicando menor burocratização para a obtenção dos recursos; e, por decisão do nosso Governador, aumentando significativamente o valor desses recursos.

Para o repasse inteiro do custeio da política de assistência social, nós aumentamos em 218% os valores destinados ao custeio da política de assistência social. Nossa previsão é de R\$24,5 milhões por ano, totalizando ao final de quatro anos R\$98 milhões transferidos aos Municípios de maneira fundo a fundo para o custeio da política de assistência social, pelo Estado do Espírito Santo, aos Municípios capixabas.

Sabemos que nem toda política atinge diretamente ou somente as mulheres, mas, em todas as atividades executadas pela assistência social, as mulheres com certeza são parte fundamental da nossa atenção, uma vez que a política de assistência social tem o foco nas famílias e as mulheres lideram, muitas delas.

Mas, para fazer um recorte específico, nós, no Espírito Santo, possuímos 49 Creas, que, nos Municípios, é uma das portas de entradas às mulheres vítimas de violência doméstica, que é o tema principal da nossa discussão. Nesse contexto, no repasse fundo a fundo, nós destinamos para os Creas, no Espírito Santo, o valor de R\$3,678 milhões e prevemos, até o final de 2014, o repasse de R\$14,688 milhões. Então, esse valor é destinado, também, parte dos R\$98 milhões que disse anteriormente, para o custeio da política de assistência, especificamente no custeio de Creas. Esse custeio, essa atitude vem sensibilizando os Municípios. Há poucos dias, tivemos duas inaugurações de Creas, Deputado Genivaldo, por parte dos prefeitos municipais do Espírito Santo. Isso aconteceu nos Municípios de Brejetuba e Alto Rio Novo.

Nós, que temos a violência doméstica espalhada pelo território estadual, de maneira geral, precisamos também ter um olhar para a violência que ocorre no interior do Estado do Espírito Santo. Então, nesse ínterim, essa iniciativa, sem dúvida nenhuma, traz um resultado positivo.

Nós ainda podemos registrar que o Governo do Estado do Espírito Santo precisa ser parceiro dos Municípios – e eu dei um exemplo específico de parceria para com os Municípios –, e também ter parceria do Governo Federal. E tenho buscado isso, inclusive, contando com a contribuição e a colaboração de Parlamentares aqui do nosso Estado. Nós temos convênio estabelecido com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Eles, por demanda espontânea, captado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, mas também, por iniciativa

da Senadora Ana Rita, da Deputada Iriny Lopes, para que a gente faça programas de capacitação, seminários de capacitação, de sensibilização, para que nós possamos fazer o Centro de Referência e Atenção à Mulher no Estado do Espírito Santo. E isso muito tentando contribuir com a avaliação que a Senadora Ana Rita solicitou que nós fizéssemos do porquê o Espírito Santo estar nessa condição.

Acredito que nós, infelizmente, temos enculturação em nossa sociedade o comportamento machista, e nós precisamos convencer as pessoas, dia a dia e incansavelmente, a ter um comportamento diferente como esse. Então, é com muita capacitação, com muito seminário, com muita insistência, com iniciativas como esta é que nós vamos conseguir superar. Por isso, quero deixar aqui o agradecimento às Deputadas, Senadoras, Senadores, que também disponibilizam recursos das suas cotas de emendas, para que a gente possa trabalhar políticas efetivas para as mulheres.

Então, essas ações estão sendo previstas, constam do relatório e algumas, por não constarem do relatório, eu gostaria de ressaltar por que não estão registradas e fazem parte de secretarias, que também não estão aqui representadas. Eu poderia dizer do programa Profic Mulher, que é um programa de formação inicial continuada que o Governo do Estado lançou ano passado especificamente para a qualificação e formação de mulheres.

Nós temos o programa Mulher ES, o MulherES, que também faz o incentivo e o estímulo ao empreendedorismo, especificamente, da mulher, para além de todas as ações de formalização, estímulo ao empreendedorismo, crédito, entre outras atividades que são direcionadas ao conjunto da sociedade capixaba, mas que, impreterivelmente, vai conseguir chegar às mulheres do Espírito Santo. Faço esse destaque porque a autonomia econômica das mulheres é importante para gerar a sua independência, em muitos casos, onde elas são necessárias.

Então, Deputada Jô Moraes, Senadora Ana Rita, tentei, brevemente, fazer o esclarecimento de que orçamento temos, que políticas temos na nossa área, especificamente, para o enfrentamento à violência e à promoção dos direitos das mulheres no Espírito Santo.

Quero, então, fazer a entrega do relatório e, também, do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que nós fizemos no ano passado, convocados pelo Governador Renato Casagrande, e envolvidas todas as entidades, um conjunto de secretarias, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensorias, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil. Enfim, um conjunto de entidades

e instituições, que tiveram, nos seus membros participantes desse grupo de trabalho que produziu o Pacto, o resultado de cinco eixos e 72 ações produzidas nesse documento que expõe o fluxo de atendimento que o Dr. Gilmar já teve a felicidade de relatar e, portanto, não cabe novamente o relato, mas que está à disposição de todas as pessoas que o quiserem na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Então, quero aqui entregar o relatório e finalizar minha fala. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Nós agradecemos a presença do Sindicato dos Jornalistas, Suzana Tatagiba.

Embora o Secretário já tenha concluído, a nossa Deputada Iriny, ex-presidente da SPM, gostaria de tecer algumas considerações acerca dessa atuação, que é, efetivamente, uma política de prevenção da violência contra a mulher.

Aproveitamos, numa homenagem especial – já houve reclamação da plenária no sentido de que algumas mulheres que estariam depondo não estavam na Mesa –, para chamar a Drª Hermínia Azoury, que já fez o seu depoimento à nossa Comissão em nome do Tribunal de Justiça, para que possa partilhar conosco. Ela já era uma das pessoas que estavam aqui integradas.

Temos também a Drª Zumira, que também já fez a sua exposição. Estava faltando um espaço, mas nós convidamos a Drª Zumira, representando aqui o Procurador-Geral do Ministério Público, para partilhar conosco a Mesa.

Nós sabemos perfeitamente que a Drª Catarina está aqui, já foi citada pela contribuição decisiva que ela deu. Agora nós temos na Mesa a representação que veio prestar seus esclarecimentos, a Drª Zumira. Agradecemos a sua presença constante.

Com a palavra a Deputada Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a direção da CPMI, a nossa Presidente Jô Moraes; a nossa Relatora, companheira Ana Rita; cumprimento a Sueli, que é membro efetivo da CPMI; cumprimento a nossa Presidente em exercício do Congresso Nacional, Deputada Rose de Freitas; cumprimento o Secretário de Estado de Segurança Pública, Henrique Herkenhoff; cumprimento o Secretário de Justiça, o Ângelo; quero cumprimentar também o Deputado Roberto Carlos; nossa querida Drª Azoury, que é uma figura que nós acompanhamos há muito tempo e que fez um trabalho excepcional em todas as varas onde foi juíza e agora organiza o tema de gênero no Tribunal de Justiça; cumprimento o De-

putado Genivaldo; cumprimento o Secretário Tadeu; cumprimento a nossa Deputada, querida militante na luta das mulheres, Luzia Toledo; cumprimento a minha amiga Zumira.

Eu pedi para fazer alguns comentários e colocar algumas questões que acho pertinentes em relação à apresentação do nosso Secretário Rodrigo Coelho.

Nós fizemos, em fevereiro de 2011... Eu não sei se vocês têm conhecimento – quem é militante aqui certamente tem conhecimento – da publicação periódica do Mapa da Violência pelo Instituto Sangari. Já há algum tempo, aliás, já há tempo demais, o Estado do Espírito Santo aparece posicionado nos primeiros lugares no quesito violência e nos chamou atenção, já de um certo tempo para cá, a posição do Estado do Espírito Santo quanto à violência. E quando eu falo violência, não quero falar violência genérica. Estou falando de homicídio, não estou falando genericamente de violência; estou falando em índices de homicídio contra mulheres. E também agora aparece mais uma novidade ruim nos dados do Sangari, que é o quanto está crescendo no Estado do Espírito Santo a violência praticada contra jovens de 14 a 25 anos e de cor negra.

Então, acho que é responsabilidade do Governo do Estado, de prestar atenção, do Governo Federal, da Assembleia Legislativa, da Câmara Federal, do Senado e da sociedade. Não são casos, não são situações que se resolvam isoladamente; é preciso haver uma articulação.

Acho que o Estado do Espírito Santo pode fazer aquilo que a Lei Maria da Penha fez. Quando os índices de homicídio chegaram a níveis insuportáveis, nós conseguimos fazer com que a Lei Maria da Penha surgisse como algo concreto a partir dessa situação, dessa conjuntura e desse ambiente tão desfavorável.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desculpe. Perdão, Deputada Iriny Lopes. Está entre nós, a quem eu convidaria, o Deputado Lelo Coimbra, da Bancada do Espírito Santo.

Desculpe-me. Retorno a palavra à Deputada Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT – ES) – Então, acho que podemos fazer um exercício no Estado do Espírito Santo e dar uma contribuição objetiva ao País.

Há pessoas que acham que o problema da violência praticada contra as mulheres é um problema exclusivamente de orçamento: não existe orçamento suficiente para tal. Eu acho que temos um problema orçamentário e esse problema orçamentário permeia todos os entes federados. Mas existe uma desarticulação total entre as ações e existe uma ausência, uma lacuna da Constituição, com condições efetivas de fun-

cionamento e, portanto, com capacidade de resultados e eficientes resultados na ponta.

Quando veio a Lei Maria da Penha e quando fizemos o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, foi constituída uma rede de prevenção e proteção. Essa rede inclui Estado, Município, União; ela inclui Executivo, Judiciário e o Ministério Público.

Se nós não tivermos uma ação conjugada, os índices de mortes de mulheres não serão reduzidos. Quero falar aqui com bastante tranquilidade, e vou fazer uma preliminar na minha fala do que vou falar em seguida. Vou falar aqui como alguém que foi Ministra. Faço parte da Bancada Feminina do Congresso Nacional; sou base do Governo do Governador Renato Casagrande; tenho responsabilidades para com esse Governo de sustentá-lo; acredito que será um dos grandes governos do Estado do Espírito Santo, mas quem quer ajudar efetivamente um governo fala a verdade, não só bajula. (*Palmas.*)

Eu acho que aqui temos de falar duas coisas. A primeira delas: é necessário ter um organismo de mulheres no Governo estadual já! Já! (*Palmas.*) O nosso ideal, o nosso sonho é que seja uma secretaria. Mas se não tem condições administrativas ou políticas para a constituição de uma secretaria com todas as suas prerrogativas, constitua um outro organismo, mas com condições: com técnicos, com estrutura orçamentária, com veículos, com assessoria adequada à pessoa que foi indicada para ocupar esse espaço. Por quê? Porque esse instrumento é que vai interagir de maneira objetiva com a Secretaria de Segurança, com o Judiciário, com a Defensoria Pública, com o Ministério Público e com as prefeituras, que, em sua grande maioria, estão ausentes, distantes. Não foi introjetada na cabeça dos gestores, não foi introjetada no pensamento e na condução e na conduta dos dirigentes dos Municípios a responsabilidade, porque um centro de atendimento, que é a porta de entrada da rede, é no Município. É no Município. Nós viemos aqui fazer uma capacitação. Nós pedimos a presença de todos os prefeitos e prefeitas do Estado do Espírito Santo no ano passado. Porque eu considero que nós, da SPM, não podemos jamais ficar com os braços cruzados; jamais. Tínhamos que lutar. E eu achava que sendo capixaba não tinha nem moral para ir conversar com os outros governadores se a gente não começasse por aqui. Porque sou daqui, uma Ministra daqui. Não é neste ano que estamos capitaneando e não é só porque deu no Fantástico que nós somos campeões, não. Nós somos campeões nessa questão já há vários anos. Lamento, mas, no governo passado, não foi feito absolutamente nada, nem diálogo tinha. Nem diálogo tinha. (*Palmas.*)

Nós buscamos e fizemos um balanço da rede, e vou concluir aqui, e vimos que o pacto nacional de enfrentamento à violência contra a mulher é um instrumento indispensável e, neste momento da história do País, insubstituível para o enfrentamento e a superação dessa situação.

O que nós achamos? Que nós tínhamos que repactuar, fazer um balanço de seis anos do funcionamento do pacto e ver o que não estava funcionando para que a gente superasse, e ampliar o que estava..., jogar peso, melhorar o que já estava dando certo. E decidimos começar a repactuação pelo Estado do Espírito Santo.

Portanto, tem um pacto em curso e tem os recursos que nós repassamos, enquanto eu estava no Ministério, perto de três milhões e agora chegarão mais dois milhões. Porque mesmo, eu não era Deputada, mas a gentileza do Deputado Camilo Cola de me perguntar, da parte das emendas dele, se eu queria fazer alguma indicação, e eu fiz três indicações, entre elas dois milhões para a política de mulheres no Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

Então, eu acho que nós, se fizermos a repactuação, cumprimos à risca, se o Governador não só resolver os problemas dentro do seu governo, mas, com a sua autoridade, chamar as prefeituras e a gente seguir o pacto, podemos dar um exemplo ao Brasil de não só reduzir os nossos índices, mas podemos dar um exemplo ao Brasil de que essa coisa funciona mesmo quando a gente quer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos à nossa ex-Ministra.

Anunciamos Verônica Gomes, Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos do Espírito Santo. E queremos, com muita satisfação, registrar os inúmeros movimentos e entidades de mulheres que fizeram desta CPMI uma das mais expressivas já realizadas em todos os Estados.

Estamos aqui com a presença da Associação de Mulheres Unidas de Cariacica Buscando Liberdade; da Associação de Mulheres Negras de São Mateus; da União Brasileira de Mulheres do Espírito Santo; do Fórum de Mulheres do Espírito Santo; da Unegro; do Movimento de Mulheres Camponesas; da OAB Mulher; da Associação de Mulheres Quilombolas; Mãe Natureza; da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica; do Coletivo de Mulheres Negras; Associação de Mulheres Unidas da Serra.

Parabéns! Obrigada pela força e pelo apoio que vocês deram a esta CPMI. (*Palmas.*)

Passamos, neste momento, a palavra ao último gestor, o Secretário de Justiça, Dr. Ângelo Roncalli, nome de um Papa, que disporá de até dez minutos.

O SR. ÂNGELO RONCALLI – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a mesa.

Com relação à política para o sistema carcerário, em especial às mulheres, é preciso colocar, Deputada Jô, que o Espírito Santo vem fazendo um esforço muito grande na área prisional, em especial na política voltada para as mulheres encarceradas, que garantiu, neste momento, ao Espírito Santo a posição de não ter déficit de vaga no sistema penitenciário feminino. Nós temos vagas sobrando, embora gostaríamos que elas não fossem ocupadas, nenhuma delas.

Nós temos hoje, no Estado do Espírito Santo, 1.202 mulheres presas, distribuídas em cinco unidades prisionais. A mais antiga das prisões foi construída em 2008. Então, significa que a maioria delas, a quase totalidade delas é de unidades novas. Lamentavelmente, 75% dessas mulheres que estão presas, lá estão em função do tráfico de drogas, que deve ser então objeto da nossa preocupação e da nossa ação na prevenção e no combate ao tráfico de drogas.

Dessas 1.202 mulheres presas, temos 402 delas participando de um programa de educação efetivo, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado. Temos 253 mulheres trabalhando nas unidades prisionais do Estado. Obviamente que desejamos que esse número cada vez mais se multiplique. E temos cem mulheres participando do programa de capacitação, de formação profissional, em parceria com o Sistema S, o que totaliza 755 mulheres em atividade no sistema prisional do Estado do Espírito Santo, em especial, nas prisões femininas.

Obviamente que nós precisamos, Deputada, de ações mais firmes com relação às mulheres que saem das prisões. Nós precisamos estabelecer cada vez mais parcerias com o poder municipal, com os Municípios, com as empresas, com a sociedade civil, para que essas mulheres possam romper com o ciclo da criminalidade, retornando de forma sadia ao nosso convívio social.

É preciso registrar que esse esforço que o Estado do Espírito Santo vem fazendo ao longo dos anos é fruto de um trabalho contínuo com o Ministério Público – a Drª Zumira bem colocou aqui –, com o Poder Judiciário, com a sociedade civil, e está aqui a Conselho de Direitos Humanos cobrando, e é importante que faça a cobrança, e com os empresários do Estado do Espírito Santo.

Nós temos hoje, Deputada Luzia Toledo, 212 empresas que dão trabalho para presos no Estado

do Espírito Santo, e parte desse esforço é destinado às mulheres. Mas temos ainda também desafios com relação, por exemplo, às crianças que nascem nas prisões. Temos uma lei recente, de 2010, que prevê a permanência das crianças nas prisões até 7 anos, e, na nossa opinião, nós operadores do sistema prisional, entendemos ser um absurdo a manutenção de crianças presas até 7 anos, porque elas terminam ficando presas.

Existem algumas experiências em alguns Estados em que essas crianças saem durante o dia e só retornam ao final do dia. Nós precisamos estudar essas experiências, para que possamos também implementá-las no Estado do Espírito Santo, para que não haja o crescimento dessas crianças com o sistema prisional, adotando ali as suas características e os seus vícios.

Essas são as informações que eu gostaria de trazer à comissão, para que possamos refletir com relação à nossa população carcerária. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada, Secretário Ângelo Roncalli. Esta é uma boa notícia, a de que existem vagas suficientes.

Nós queremos registrar ainda a presença da Associação de Mulheres Negras – Oborin Dudu; da Comissão Estadual de Mulheres Quilombolas, CTB e CUT estaduais, Mulheres em Ação; DCE da Universidade Federal do Espírito Santo, especialmente as estudantes do Serviço Social da Emescam.

Neste momento, vamos passar a palavra para a sociedade civil. Ouvimos, em primeiro lugar, a representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Espírito Santo, a Srª Carla da Matta Machado Pedreira, que disporá de até dez minutos. Em seguida, a segunda representante da sociedade civil. E voltaremos para que a Senadora possa fazer os questionamentos que ainda faltam à CPMI.

A SRª CARLA DA MATTACHADO PEDREIRA

– Boa tarde a todos e a todas, cumprimento a Mesa através da Presidente, a Deputada Jô. Eu quero agradecer principalmente, em nome do Cedimes, a visita da Relatora, a Senadora Ana Rita.

Estou aqui representando o Cedimes, como sociedade civil. Nós montamos uma comissão. Em função da visita da Senadora ao Conselho, montamos uma comissão composta de seis membros, na qual represento a Ordem dos Advogados. E aí resolvemos fazer um relatório. Montamos esta comissão e, para subsidiar alguns itens, resolvemos fazer um relatório. E buscamos, no nosso Conselho, dados para apresentação desse relatório. Infelizmente, não conseguimos. Nós procuramos todos os dados, inclusive com outros conselhos e outras instituições, e absolutamente não

conseguimos dados coerentes e correspondentes à realidade. Mesmo assim, nós insistimos.

As nossas instituições que estão nesta comissão, que são, além da Ordem do Sindiadogados, o CTB, a Unegro, a Sated, a UBN, e o Sindilimp, tentamos obter, através das nossas instituições, dados para fornecimento de subsídios melhores à CPMI. Mas infelizmente volto a afirmar que não conseguimos tais dados. Em função dessa dificuldade, pois todo lado ruim tem o seu lado bom, viemos com algumas sugestões. Vamos entregar aqui o nosso relatório. E a base das nossas sugestões seria que o desenvolvimento de pesquisa seja agrupado através de uma rede de dados fornecidos, porque, além da violência contra a mulher de uma forma geral, estamos muito preocupados também com a total falta de dados com relação às minorias, quais sejam: as ciganas, as pomeranas, as quilombolas, os índios, Deputada, vou dar-lhe um exemplo. Quando se faz uma ocorrência hoje, em qualquer delegacia, não existe, na ocorrência, se aquela vítima é quilombola, é índia. Não existe nenhum registro em relação a isso.

Para exemplificar, nós conseguimos dados com a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá. Não sei se a senhora sabe, mas Santa Maria de Jetibá tem a maior colônia de pomeranas do mundo. E respondendo ao nosso pedido emergencial, eles prontamente nos mandaram o índice enorme de violência contra a mulher e nenhum tipo de registro. Inclusive a delegacia de lá não tem como acompanhar, porque o Delegado não sabe pomerano. Não tem o mínimo conhecimento de pomerano. E a grande maioria das mulheres que são agredidas e que chegam ao ponto de irem lá não têm como se comunicarem com os agentes de polícia.

Então, baseado nessas informações, e aqui fica o meu agradecimento à Prefeitura de Santa Maria de Jetibá, que mandou vários dados em relação a isso, mas fica aqui a sugestão de que, a partir desta CPMI, essas minorias sejam lembradas. Nós não temos absolutamente nenhum tipo de registro, quando em Aracruz, não é Senadora Ana Rita, a senhora nem conhece Aracruz, quando uma indígena vai prestar qualquer tipo de reclamação. Não tem que ela é indígena, não tem que ela é quilombola e muito menos dos constantes acampamentos ciganos, porque aqui no Espírito Santo, Deputada, há constantes acampamentos ciganos e não há nenhum registro de violência contra a mulher.

Aqui nós temos também, terminando a minha fala, passando sugestões e, principalmente, quero ressaltar aqui que as nossas dificuldades, além da falta dessa rede de informação, são tão grandes que a Senhora veja bem, Deputada Jô, que na grande Vitória, e a Se-

nadora Ana Rita bem sabe disso, é colocado que há delegacias especializadas.

Acontece, Senadora, que o Município de Viana, por exemplo, não tem delegacia especializada. Quem responde pelo Município de Viana é o Município de Cariacica, que está no *ranking* que a Deputada já leu ali em relação a questões de violência. Então a Delegacia Especializada de Viana só existe no papel, efetivamente ela não existe e nem o DPJ de lá tem qualquer tipo de registro em relação a queixas ou ocorrências em relação à violência contra a mulher.

Eu agradeço a atenção e passo à mão das senhoras as nossas sugestões.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos muito a Srª Carla Machado, do Conselho Estadual, que tem uma larga experiência aqui e registrando a presença da secretária de assistência social de cariaca, a Srª Nilda Lúcia Sartório.

Passamos de imediato a palavra para a representante do fórum de mulheres, a Srª Edna Martins, de longa tradição, com a qual já compartilhei vários fóruns nacionais de mulheres, essa luta determinada em defesa dos direitos da mulher.

A SRª EDNA MARTINS – Bem, boa tarde a todos e todas.

Eu queria cumprimentar, na pessoa da nossa Presidente, Jô Moraes, todas as Parlamentares que estão aqui e dizer à Deputada Sueli Vidigal que ela já comeu muita moqueca lá na minha casa e conhece bastante, não é Jô, os pontos turísticos deste Estado. Estamos esperando-a de volta.

Bom, na pessoa do Deputado Rodrigo Coelho eu queria cumprimentar, estou aqui meio emocionada, todos os representantes governamentais que estão aqui e, na pessoa vamos ver aqui uma companheira, a Euzabete, ex-presidente do Conselho, eu queria cumprimentar todos os movimentos sociais presentes aqui nesta audiência.

Bem, eu já perdi as contas de quantas vezes nós falamos sobre essa situação no Estado do Espírito Santo. Este fórum existe desde 1992 e tem, na sua área de atuação, uma política permanente que a gente chama que é o monitoramento e o enfrentamento à violência contra a mulher. Acho que quase todos que estão nessa Mesa já me conhecem e conhecem outras companheiras que compõem esse Fórum.

Nós preparamos, Deputada Jô, Senadora Ana Rita, Presidente Relatora, um dossiê que tem 60 páginas e que tem mais 120 páginas de anexos. Nesse dossiê, a gente relata todo um processo de construção de políticas públicas do Estado do Espírito Santo, faz

uma análise da situação dos serviços de enfrentamento à violência contra as mulheres, trata de questões que a gente acha que a CPI não dará conta, mas que é importante trazemos para o debate agora, que é a questão das vulnerabilidades, a que, em muitas situações, estão sujeitas as mulheres, como, por exemplo, a questão do tráfico e outras. E, nos anexos, nós temos casos, matérias jornalísticas, e há um caso especial de que quero falar ao final de minha fala, numa solicitação de acompanhamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Bem, eu não vou responder diretamente as perguntas, mas eu acho que o que nós preparamos e três casos que vou contar aqui mostram o grave problema que temos de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher neste Estado. E este grave problema é que faz com que os níveis de homicídio sejam altos.

E aí eu queria dizer que o Secretário de Segurança, Dr. Henrique Herkenhoff, disse aqui que baixou, mas, para mim, baixou muito pouco, inclusive porque, nesta nossa preparação, o próprio Governo do Estado fez, em 1995, uma pesquisa junto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, Regional Leste – está aqui o companheiro Gilmar, de Direitos Humanos –, uma pesquisa em que foram utilizados como fontes dados de jornais de circulação regional.

E, em 1995, já havia, no Estado do Espírito Santo, 935 vítimas de homicídio; dessas 935, 100 eram do sexo feminino, representando 10,70%. Então, essa pesquisa – que inclusive não está no dossiê, mas que eu tenho e depois encaminho, e acho que o CDDH também tem – já mostra que, em 1995, esses dados já eram assustadores. E que nenhuma medida foi sendo tomada ao longo do tempo para enfrentar essa realidade.

Lógico que a gente tem que dizer que houve alguns avanços. Mas a celeridade desses avanços é tão mínima, paradoxalmente, diante da celeridade do aumento dos homicídios! Então, a gente precisa ter realmente uma análise mais concreta de como enfrentar essa realidade. Não dá só para a gente dizer que a houve avanços.

Por exemplo, a situação da rede de enfrentamento. O Dr. Henrique Herkenhoff falou aqui que nós temos várias delegacias. A última delegacia de mulheres criada no Estado do Espírito Santo foi em 1994, que foi na Serra. Temos 78 Municípios, e temos 11 delegacias. Delegacias com estruturas péssimas. Está aqui no dossiê: no dia 30 de abril, saiu no jornal *A Gazeta* uma reportagem sobre a Delegacia de Mulheres de Campo Grande. Não somos nós do Movimento Social, que sempre temos, entre aspas, a pecha de que

somos cricris, enjoados, estamos aqui para criticar só. Não! Isso é uma reportagem de um jornal local que foi **in loco**, conversou com as mulheres atendidas, viu a situação, fotografou.

Então, essa é uma realidade que não dá para comemorar. Nós não podemos comemorar nada dessa perspectiva do avanço, porque, de 1994 para 2012, vejam quantos anos! Qual é a celeridade desse processo para que a gente possa enfrentar essa realidade? Para mim, nenhuma! Sinceramente.

Outra questão – e eu até brinquei com a Deputada Federal Iriny Lopes que ela tirou um pouco a minha palavra. Eu acho que hoje nós temos um sério problema no Estado do Espírito Santo, e vou entrar um pouquinho nele, que são entraves para a aplicação da Lei Maria da Penha à rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Nós temos já construído no Brasil, pelos movimentos feministas de mulheres, um conceito do que é enfrentamento, do que é rede, como funciona. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres fez todo um processo de construção disso, e está lá no Plano Nacional de Política para as Mulheres, mas nós não temos uma rede efetiva de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado do Espírito Santo. E, quando eu falo rede, com organismos governamentais e não governamentais, com todo mundo que tem de se envolver no enfrentamento a essa situação.

Nós temos um fluxograma, como foi dito aqui. Mas, com um fluxograma sem rede, você não consegue nem monitorar, porque nós estamos tentando fazer isso e não estamos conseguindo. Então, isso, se é um avanço do ponto de vista burocrático não é um avanço do ponto de vista real na vida das mulheres.

Bem, outro problema que a gente enfrenta quanto a essa questão da rede é com os organismos não governamentais.

Para enfrentar a violência contra a mulher no Estado do Espírito Santo, como no Brasil – mas eu vou focar aqui –, nós precisamos ter uma intersectorialidade de ação. E aí o que acontece muito? E a gente verifica isto: se você... E quero concordar com a Dr^a Carla: se a gente for...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com sua licença, Edna, me perdoe: quero convidar o Deputado Audifax Barcelos para partilhar a Mesa conosco.

Muito obrigada, Edna. Desculpe-me.

A SR^a EDNA MARTINS – Se a gente for verificar o funcionamento dessas políticas públicas, nós vamos ver que cada um é o que a gente chama “está na sua caixinha”. E faz aquilo dali, e não há essa perspectiva

de intersectorialidade, o que prejudica nos resultados, porque, se a gente não tiver isso concretamente na gestão pública, nós não vamos enfrentar realmente a violência contra as mulheres. E isso é um problema seriíssimo, que eu quero dizer que não é deste governo, porque inclusive, como Movimento Social que tem 33 organizações na sua estrutura em rede, desde o Governo José Ignácio, nós não conseguimos conversar com nenhum governador. No dia 8 de março, nós solicitamos uma conversa, entregamos uma carta, e já se vão dois meses, e não conseguimos conversar.

E quero dizer a vocês que, como Movimento, a gente sabe da dificuldade de os gestores compreenderem toda essa estrutura fundada no conceito patriarcal das relações sociais de gênero. Isso é cultural! Então, nós podemos colaborar nesse sentido.

(A Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a EDNA MARTINS – Já terminou?

Então, deixe-me ir depressa, mais um pouquinho. (*Palmas.*)

Bem, aí, nesse sentido, eu queria dizer à Dr^a Hermínia duas coisas, e vou tentar ser mais rápida: eu adorei a ideia do CIM, mas eu acho que ele vem também nessa mesma perspectiva. Eu acho que o CIM tinha de ser um processo da rede. E essa rede, se não funcionar, não vamos para frente. Então, eu acho que é isso.

Outra coisa quanto a questão do tribunal de Justiça: eu queria que a Dr^a Hermínia, aliás, a CPMI – deixe-me fazer o trâmite correto – perguntasse à Dr^a Hermínia por que o Judiciário não trouxe aqui a situação dos Juizados de Violência Doméstica no Estado do Espírito Santo. (*Palmas.*)

Os Juizados hoje estão só na Grande Vitória, e os juízes dessas Varas de Violência não respondem só por essas Varas; respondem por outras Varas, e isso causa sérios problemas às mulheres.

Nós acompanhamos um caso desde dezembro de 2010, e, na audiência que a mulher vítima disse ao juiz que ela queria representar contra seu agressor, o juiz disse a ela: “Sua primeira audiência...” Bem, a primeira audiência dela foi em outubro – anotei aqui –, no Município de Cariacica, foi adiada porque ele tinha que responder processos mais urgentes na vara criminal. Eu estava lá, esperamos por duas horas. Aí foi marcada para dezembro. Aí o juiz disse: “Seguiremos o processo, mas temos a certeza que logo, logo, vocês estarão juntos”.

Sinceramente, fiquei com o coração tão doído, porque ele disse isso para uma companheira que é militante do movimento de mulheres, que sofreu violência e que seguiu em frente. Agora imaginem as mulheres

pobres, negras, com alta estima lá em baixo, violentadas ter que ouvir isso de um meritíssimo! Ela desacredita de tudo. (*Palmas.*) E é isso que nós ouvimos das mulheres, porque um dos papéis do movimento social que também é do Governo e que não é dito aqui é fazer a prevenção. E nós, do Movimento Social, trabalhamos na prevenção, organizamos as mulheres. Essa prevenção faz com que a gente entre em contato com essas mulheres, e é muito sofrido a gente ter que ouvir isso e não saber onde buscar.

Também queria pedir aqui à CPMI um favor: que perguntassem a nossa representante do Ministério Público, porque aprendi que uma das funções do Ministério Público é fiscalizar o funcionamento desses equipamentos, por que a gente tem essa realidade nos nossos equipamentos de condições tão ruins. Então por que o Ministério Público ainda não tomou essa providência de fiscalização, de notificação de quem é responsável pelo funcionamento desses equipamentos?

A segunda coisa que achamos que tem que ser dito aqui é que o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – só falta mais um Jô, estou terminado – foi assinado em 2007, não era este Governo que está aí. E, ao ser assinado em 17 de dezembro de 2007, teve que ser construído um programa, com projeto e ações para ser mandado para Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Assumiu um novo Governo. O que aconteceu? Vou entrar aqui na agora resposta, porque, efetivamente, a gente acaba não enfrentando essa situação de homicídios através das políticas públicas. Esse documento, esse programa foi feito com gestores governamentais de uma câmara técnica de enfrentamento à violência contra a mulher, que foi constituída na época. E esse programa está aí nas gavetas das secretarias, eu espero, porque, por precaução eu também era da época da Câmara, guardei uma cópia, se não acharem, eu tenho uma cópia para poder passar para vocês.

Essa câmara técnica fez todo esse programa, inclusive, constituindo a rede. Quando a gente vai ver a peça orçamentária desse Governo e no Fórum de Mulheres a gente tem a perspectiva, já trabalhamos com alguns Deputados aqui de monitoramento das peças de orçamento, nós verificamos que não existe uma perspectiva da igualdade de gênero no orçamento, primeiro. E nós precisamos, para enfrentar a violência, de políticas intersetoriais. Nós reivindicamos do Governo, há muito tempo, um orçamento de gênero aqui, mas não conseguimos concretizar.

E por que a gente pede um orçamento de gênero? Porque para enfrentar essa realidade da construção da opressão patriarcal é preciso reconhecer que nas

relações humanas entre homens e mulheres há diferenças e essas diferenças são constituídas e têm que ser enfrentadas através das políticas públicas.

Eu quero dizer para vocês que, mesmo tendo um projeto do Governo Paulo Hartung – aí Senador Ricardo Ferraço não adianta dizer aqui que não sabe por quê. O Senador Ricardo Ferraço foi Vice-Governador e ele sabe por que, e espero que a gente possa, um dia, conversar sobre isso, porque tem por quê. Quero dizer para vocês que quero reafirmar a proposta da companheira do Ministério Público, porque é vergonhoso o orçamento para o enfrentamento à violência contra a mulher, está aqui no dossiê, viu Deputada Jô, tudo que a gente achou. Portanto, quero solicitar – terminando e fazendo a denúncia – que, como primeira medida, esse Governo mexa nesse orçamento, porque ele pode fazer realmente constituir um orçamento de gênero para enfrentar a violência contra a mulher.

Encerro dizendo que foi ouvido aqui pela CPMI, acho que pelos técnicos aqui, a Sr^a Débora Cardoso da Silva, que é uma jovem ainda, lá de Pinheiros, ela faz uma denúncia de violência contra o Deputado Gildevan desta Casa. Recebemos esse caso, que está aqui. Queria pedir à CPMI que acompanhasse esse caso, analisasse. O caso está sendo conduzido pelo Ministério Público, mais três vítimas que já foram ouvidas. Eu não conheço a estrutura da CPMI, quais são os mecanismos dela para enfrentar um caso desses, mas se a CPMI puder ouvir o Ministério Público nesse caso. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos as palavras da Edna, que conseguiu, pela manifestação do Plenário, expressar o sentimento da sociedade civil.

Passamos, imediatamente, a palavra para a Relatora para suas questões ainda pendentes. Na dinâmica da CPMI, logo após, as palavras da Senadora e os novos questionamentos, os Parlamentares Federais se tiverem também questionamentos poderão usar da palavra dentro do Regimento, que nos permite.

Com a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, quero aqui dizer que este caso agora há pouco relatado já é de conhecimento da CPMI. A CPMI já colheu o depoimento da vítima, durante toda esta tarde, enquanto estamos aqui, as nossas advogadas colheram o depoimento da vítima, o caso já é de conhecimento do Ministério Público, não é de agora, já faz algum tempo, é um caso realmente grave e nos exige e exige dos Poderes uma investigação rigorosa.

sa, uma investigação rápida, inclusive por parte desta Casa aqui da Assembleia Legislativa.

Então, na condição de Relatora, apresentarei requerimento de informação ao Ministério Público além de representação à Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo para a abertura de processo disciplinar. Além disso, nós vamos encaminhar este caso para as demais autoridades competentes: para o Governador do Estado, para o Presidente do Tribunal de Justiça além do Ministério Público e da Assembleia Legislativa. Então já estão sendo adotadas as devidas providências que o caso requer em função da sua gravidade.

O procedimento que nós adotamos aqui é o mesmo procedimento que nós anotamos em outras audiências públicas realizadas em outros Estados: colhemos o depoimento e fazemos os devidos encaminhamentos. A vítima, em nenhum momento, fala em plenário, inclusive, por causa deste caso, por questão até de segurança da própria vítima, avaliamos que não era nem prudente falar aqui, mas mesmo assim isso não está previsto no nosso Regimento. Mas o caso foi ouvido, foi colhido o depoimento e terá os encaminhamentos adequados de acordo com a necessidade que o caso requer.

Recebi, por parte dos presentes, alguns questionamentos que acho importante que sejam registrados aqui. Mas quero também informar aos nossos convidados, às autoridades que estão aqui representando os Poderes deste Estado que eu tenho também algumas questões que vou, a seguir, perguntar. Em princípio, eu quero apenas levantar os questionamentos da Plenária, alguns podem ser que já até tenham sido respondidos, mas, para fazer justiça e ser coerente com o encaminhamento que foi dado no início, vou fazer a leitura.

Uma das questões que chegou para nós, apenas uma afirmação, é que o problema da violência contra a mulher é um problema que vem de longe, o Espírito Santo já é destaque no Brasil há muito tempo por violência contra as mulheres e aqui no caso do Espírito Santo tem o caso Araceli e o caso Maria Nilce, a jornalista assassinada na frente da filha, que inclusive estão sendo julgados, esta semana, os que cometeram o crime.

Tem uma pergunta que é com relação às Delegacias Especializadas da Mulher. Por que as Deams do Espírito Santo não trabalham de maneira sistematizada? A Deam de Vila Velha, por exemplo, só instaura o inquérito após apresentação de três testemunhas, quando muitas vezes a violência acontece entre quatro paredes.

Eu só quero aqui fazer um parêntese: na diligência que nós fizemos ontem, essa informação apareceu,

inclusive por parte da funcionária da delegacia. Na fala dela, não é a delegacia que exige testemunhas e, sim, a Vara. Então, aí tenho dúvidas e gostaria que agora isso fosse esclarecido.

Filhos não podem ser testemunhas. A dificuldade de ter testemunhas faz com que ela desista do processo, e a Lei Maria da Penha não prevê apresentação de testemunhas.

Para o Poder Judiciário. O que falta ao sistema judiciário para que sua atuação seja realizada de forma integrada nos diversos serviços do Judiciário, com as demais áreas com relação à mulher e família: saúde, educação, assistência social, segurança pública. Quem fez a pergunta quer obter a resposta aqui hoje. Se não ficou claro, a gente passa a pergunta, por escrito para quem vai responder.

Tem mais duas perguntas que são direcionadas para o Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos. A pessoa gostaria que esclarecesse sobre o orçamento do Estado voltado para investimento em políticas públicas para as mulheres e sobre o fortalecimento dos Creas em nosso Estado, principalmente na Grande Vitória. Eu acho que essa pergunta já foi mais ou menos respondida, mas se o Secretário achar por bem poderá reforçar a resposta. Qual a previsão orçamentária para os Cedimes, já que este conselho tem até 23 entidades da sociedade civil? Então, recursos para, com certeza, manutenção do próprio Cedimes.

Então essas perguntas foram as que chegaram da Plenária.

Agora, eu gostaria, é claro que tem algumas questões aqui que vocês já abordaram, mas que eu considero importante, inclusive tem outras perguntas agregadas aqui que vieram da Plenária.

Conforme os dados da Secretaria de Segurança, confirmados pelas nossas diligências, as Deams não têm estrutura adequada nem para atender às mulheres – agressores e vítimas ficam lado a lado –, nem pessoal suficiente para dar vazão a toda a demanda. Que medidas estão sendo adotadas para resolver essa situação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher?

Conforme os registros de ocorrências das Deams, elas sozinhas respondem por mais de 50% da movimentação criminal no Estado. No entanto, sua estrutura é absolutamente incompatível com a demanda. Por exemplo, no ano de 2010, somente na Deam de Vila Velha foram registradas 3.553 ocorrências. Qual o plano do Estado para ampliar o número de Deams? Porque é muito alto este número em Vila Velha.

No Estado, há várias comunidades de populações tradicionais como quilombolas e pomeranas, com cul-

turas peculiares que requerem uma atenção especial do Poder Público. A Secretaria de Segurança Pública tem dado atenção a esse fato? Há delegacia especializada ou capacitação aos funcionários de delegacias comuns para o atendimento dessas mulheres? Verificamos que, aparentemente, todos os Poderes Públicos, delegacias, Ministério Público, Defensoria praticam a política do agendamento, isto é, as mulheres não recebem o atendimento na hora, necessitando voltar outro dia. Isso viola o direito das mulheres de obterem a medida protetiva de urgência, como ocorreu no caso de Fernanda Rodrigues Crisóstomo. Que medidas estão sendo tomadas para viabilizar o atendimento no dia e horário que as mulheres procuram o sistema de Justiça? Então, gostaríamos quem está aqui representando o sistema de Justiça pudesse falar sobre isso.

E ainda, qual a atenção está sendo dada pela Secretaria de Segurança Pública para as mulheres atendidas na Casa Abrigo?

E aí tem algumas questões relacionadas ao Pacto Nacional.

Peço a gentileza dos Secretários se puderem anotar, porque nós não temos cópia desse material, mas podemos passar depois.

Qual a atenção que está sendo dada pela Sesp (Secretaria de Estado de Segurança Pública) para as mulheres atendidas na Casa Abrigo?

O Espírito Santo assinou e repactuou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, conforme já foi dito aqui pelo nosso Secretário de Cidadania e Direitos Humanos e também pela Deputada Iriny Lopes e pela representante do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, a Edna. Entretanto, fazemos alguns questionamentos.

Nesse Pacto, houve compromisso com inúmeras ações a serem realizadas entre os anos de 2011 a 2015. Como está o andamento das ações que devem ser executadas no ano de 2012, como, por exemplo, a partir do Pacto, o consorcio interinstitucional com as prefeituras da região para reestruturação da Casa Abrigo Metropolitana?

Ampliação e reforma da Delegacia de Proteção e Homicídio à Mulher.

Construção do cadastro integrado entre Deam e IML, Ministério Público, Defensoria Pública e Vara especializada.

Produção de esportes para veiculação na TV e rádio sobre os direitos das mulheres e m situação de violência.

Parceria para que os serviços de inteligência policial absorvam a investigação dos casos de violência contra as mulheres.

Plantões nos finais de semana e feriados nas delegacias, os plantões 24 horas. Inclusive tem uma pergunta que veio da Plenária: que dia o plantão 24 horas da Deam vai funcionar? (*Palmas.*)

A pergunta que está chegando da Plenária agora é justamente esta também: quando a Secretaria de Segurança vai instalar a Deam 24 horas na Grande Vitória? Então essa pergunta, Sr. Secretário, veio de diversas pessoas aqui.

Boletim unificado *on-line*, implantação da notificação compulsória da violência doméstica em toda rede, essa é mais direcionada à Secretária de Saúde.

Gostaria também de saber por que quase metade dos inquéritos policiais instaurados na Delegacia de Homicídio e Proteção às Mulheres não foram concluídos em 2011? Para exemplificar, em agosto de 2011, dos 17 inquéritos instaurados apenas cinco foram concluídos. Isso ocorreu ao longo de todo o ano. Qual o problema na conclusão dos inquéritos que investigam as mortes de mulheres?

Perguntas agora relacionadas diretamente ao Poder Judiciário. E tem uma delas que é relacionada também ao Ministério Público e à Defensoria.

As medidas protetivas são concedidas no prazo legal estabelecido na Lei Maria da Penha, isto é, em 48 horas, após o juiz ou juíza tomar conhecimento?

Qual a articulação que o Poder Judiciário ou o Ministério Público ou a Defensoria Pública têm com a rede de atendimento?

O Poder Judiciário está propondo a criação de Centros Integrados da Mulher, uma iniciativa que consideramos muito interessante. Gostaríamos de saber como está a articulação com os demais poderes para a efetivação dos Cims, em especial que estrutura está sendo destinada às Deams. Nós queremos não só, mas inclusive, a situação de Vila Velha, em função das preocupações que as profissionais e a delegada manifestaram com relação à transferência. E o espaço, na avaliação delas, é insuficiente. Mas nós não queremos saber apenas de Vila Velha, queremos saber, no geral, como o Poder Judiciário está cuidando dessa área para que seja assegurado às delegacias o espaço adequado para seu funcionamento.

Também há mais três perguntas aqui antes de um caso que eu quero aqui relatar. Esse caso aconteceu recentemente em Cariacica e ilustra também um pouco dos nossos questionamentos. Mas antes há mais três perguntas voltadas para a área da saúde. Há alguma normatização, por parte da Secretaria de Saúde, para acabar com a chamada violência obstétrica?

Temos relatos de mulheres que, na hora do parto, ao invés de receberem o devido apoio, sofreram

humilhações e xingamentos. Qual a orientação da secretaria em relação à episiotomia, aqueles cortes feitos na vulva durante o parto normal que podem cortar nervos e músculos e cuja sutura é feita quase sempre sem anestesia?

Como o Ministério Público trata as denúncias de violência obstétrica? Há registro de algum processo no Estado? A mulher que se sentir violada no parto encontrará apoio do Ministério Público?

Com relação ao parto normal e às cesáreas, qual o quantitativo de cada um desses procedimentos no Estado nos últimos cinco anos? Existe algum tipo de monitoramento para verificar a aplicação das orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde? Essas perguntas, Sr. Secretário, nós estamos fazendo em função da reunião que a CPMI fez ontem com os movimentos de mulheres. Algumas dessas questões foram levantadas durante a reunião. Por isso estamos aqui levantando estes questionamentos.

Eu quero aqui, agora, fazer o relato de um caso. Vou fazer de forma mais pedagógica para poder facilitar o entendimento das idas e vindas e da omissão por parte de todos os poderes públicos nesse caso. É um caso emblemático, que ilustra bem todas as questões que aqui nós levantamos. Esse caso foi feito com base em relatório social assinado por duas profissionais da Gerência dos Direitos da Mulher do Município de Cariacica. Essas profissionais são Letícia de Jesus Freitas, gerente da Gedim, e Jaqueline Loureiro Pereira, assistente social da Gedim. Então é importante vocês saberem que são profissionais preparadas e que fizeram todo o atendimento.

Trata-se do caso da Fernanda Rodrigues Crisóstomo, estudante do ensino médio, vigilante e mãe de quatro crianças. Então, um pouco do histórico. Vocês fiquem atentos às datas. No dia 25 de dezembro de 2011, Fernanda é agredida com tapas e socos pelo ex-namorado, Jarbas de Souza Almeida, com quem teve relacionamento de seis meses, sempre marcado por violência física, moral, patrimonial, psicológica e por ameaças frequentes. Não registrou boletim dessa ocorrência por medo e vergonha.

Dia 7 de janeiro de 2012, Fernanda rompe o relacionamento com Jarbas, cujo comportamento, cada vez mais agressivo, tornara a convivência insuportável. É apedrejada e ferida no olho, tem a filha ameaçada de morte e passa a ser ameaçada e perseguida por Jarbas, inconformado com o fim do namoro. Resolve, então, ir à delegacia para registrar o boletim de ocorrência e solicitar representação, mas sua oitiva é marcada apenas para o dia 25 de abril de 2012, portanto, mais de três meses depois.

No dia 30 de janeiro de 2012, apreensiva, com medo e aconselhada por um amigo, Fernanda comparece à Gerência dos Direitos da Mulher (Gedim), onde é acolhida, ouvida e orientada sobre seus direitos, inclusive sobre o pedido de medidas protetivas de urgência e sobre a possibilidade de ingresso na Casa Abrigo, o que recusou, alegando não querer abandonar o emprego nem retirar os filhos da escola. A Deam, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, é contatada para adiantamento da oitiva, mas não há resposta.

No dia 31 de janeiro de 2012, é feito novo contato com a Deam de Cariacica na intenção de agilizar a oitiva e de solicitar as medidas protetivas para Fernanda. A delegada informa sobre a dificuldade de atendimento imediato para realizar as oitivas, mas pede que Fernanda retorne à delegacia para a oitiva.

No dia 1º de fevereiro de 2012, Fernanda retorna à Deam, mas a oitiva não é realizada por conta da ausência da delegada.

No dia 7 de fevereiro de 2012, Fernanda entra em contato com a Gedim e solicita, novamente, intervenção para auxiliá-la no requerimento das medidas protetivas. É conduzida até o fórum, em busca de atendimento, é informada, na 5ª Vara da Violência Doméstica, que o fórum não processa esse tipo de demanda. Segue, então, para o Ministério Público. Lá, na recepção, é informada de que não há promotores no momento para o atendimento da demanda e que seria necessário agendar um horário para realizar a conversa. Fernanda volta para a casa e fica de retornar à Gedim na semana seguinte.

No dia 8 de fevereiro de 2012, Fernanda volta à Gedim e, acompanhada da gerente, segue novamente até o Ministério Público para buscar atendimento. Lá é informada de que a Promotora titular estava de férias, que os promotores substitutos estavam em audiência e que seria necessário agendar o atendimento, o que não seria possível fazer sem a presença dos promotores. Vai, então, à Defensoria Pública para solicitar providências sobre o pedido das medidas protetivas e lá é informada, pela coordenação, de que não havia defensor público para orientar o caso e que a Defensoria Pública não precede a esse tipo de encaminhamento, além de ser orientada a retornar ao Ministério Público, dessa vez solicitando um documento para oficializar a negativa do atendimento.

Ao retornar ao Ministério Público e seguir essa recomendação, consegue ser atendida por um estagiário que faz a oitiva e solicita a assinatura do promotor que estava no órgão naquele momento. Fernanda recebe nova oferta de ingresso na Casa Abrigo, mas recusa

o serviço pelos motivos já citados anteriormente. Na semana seguinte, o Gedim, faz diversas consultas ao sistema de consultas *on-line* do Tribunal de Justiça, mas não localiza o processo de Fernanda.

Dia 29 de fevereiro de 2012, a notícia da de Fernanda Rodrigues Crisóstomo é veiculada nos jornais.

Finalizo apenas para dizer a vocês que ouvi a gerente lá de Cariacica. Ela relatou, da mesma forma que estou relatando aqui, que ouviu, emocionada, o jornal e ficou sabendo o que aconteceu com aquela mulher. Ela ficou sabendo o que aconteceu com essa mulher pelos jornais, depois de ter feito toda essa via sacra para que a mulher pudesse receber o atendimento do Estado, mas não conseguiu.

Srs. Secretários aqui presentes, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, representantes do Poder Judiciário, nós solicitamos informações sobre esse caso, solicitamos informações sobre todo o atendimento e se foi aberto algum procedimento para apurar isso aqui. Porque isso aqui é omissão do Estado. Gostaria muito que as autoridades aqui presentes se manifestassem sobre isso. Posteriormente, em reunião – e estou sendo aqui orientada – da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que provavelmente será na próxima quinta-feira, vamos encaminhar alguns pedidos, alguns requerimentos de informação sobre esse fato. Então, se as autoridades puderem se manifestar aqui e agora será muito bom, mas, de qualquer maneira, vamos formalizar porque preciso fazer isso. Os pedidos de informação precisam ser aprovados durante a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então, na próxima quinta-feira, encaminharei requerimento para que sejam aprovados, na reunião da Comissão, os pedidos de informação necessários para que esse caso seja apurado e devidamente encaminhado.

Era isso, Sr^a Presidente, o que gostaria de colocar aqui e agora.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Relatora. As questões feitas também serão incorporadas para serem respondidas. O autor do crime, do assassinato, está preso? Antes de as autoridades respondem, perguntamos a alguns dos Parlamentares federais presentes se querem complementar algumas das questões, sugestões ou propostas acerca do tema que aqui foi apresentado.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – V. Ex^a me permite, Deputada? Gostaria de fazer algumas perguntas que acabei passando e não vi, mas sobre quem fez o relato, a minha assessoria apresenta-me algumas questões que foram colocadas para poder adiantar.

Como a Delegacia de Cariacica explica a recusa em ouvir a vítima de imediato e requerer medida protetivas?

Como o Ministério Público explica a impossibilidade de fazer o pedido de medida protetiva na hora em que a vítima está solicitando?

Como a Defensoria Pública recusa-se a solicitar a medida protetiva?

Esse caso relata a omissão das autoridades públicas que levou à morte Fernanda, deixando órfãos quatro filhos, todos menores. Quero saber que procedimentos administrativos foram tomados para apurar as responsabilidades nesse caso?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Registramos, mais, a presença da Sr^a Marilza dos Santos, do Mulheres Unidas Contra a Violência, de São Pedro, a representante do Deputado Federal Dr. Jorge Silva e Felício Corrêa, a Vice-Presidente do Movimento Vida Nova Vila Velha, Cristina Puppim.

Quero dizer à bancada federal, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, que nós escutamos do Presidente do Tribunal de Justiça que poderemos nos unir para que o Governo Federal libere a emenda que a bancada federal do Estado do Espírito Santo fez conjuntamente para reforçar a estrutura e a interiorização das varas. Quero ser porta-voz no sentido de publicizar que a bancada federal colocou recursos para ampliar a estrutura do TJ e que nós precisamos reforçar a liberação, o empenho e os recursos financeiros.

Tenho certeza, caros Secretários, de que as questões foram tantas que provavelmente os senhores vão escolher aquelas que são essenciais, as mais emergentes, para nos responder, e depois nos enviarão um relatório completo do conjunto das questões.

Neste momento, passo a palavra ao Secretário de Segurança, a quem o conjunto das perguntas mais pontuou.

Doutor Henrique.

O SR. HENRIQUE GEAKINTO HERKENHOFF – Muito bem, em primeiro lugar, queria registrar que alguma coisa eu não vou poder responder principalmente com detalhes, mas encaminho depois uma resposta mais aprofundada das questões.

De fato, as Deams, como eu havia registrado aqui, não tinham estrutura compatível com as suas próprias demandas, só preciso registrar que elas não representam 50% da movimentação criminal, não. Na verdade, a Polícia Militar aqui da capital atende a duas mil ocorrências por dia. Então, está um pouco exagerado dizer que só as Deams representam 50% da movimentação criminal.

A Secretaria de Segurança tem introduzido nos currículos, agora estamos numa época de formação de policiais, principalmente nos currículos de formação, mas assim que também tivermos mais cursos de aperfeiçoamento, também nos cursos de aperfeiçoamento porque agora, principalmente, a Academia da Polícia Civil está completamente tomada com a formação de policiais novos... A gente não está tendo nem espaço físico nem condições para fazer cursos de aperfeiçoamento, mas nos cursos de formação, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar, nós introduzimos não só aquelas cadeiras jurídicas sobre a Lei Maria da Penha ou sobre racismo, mas também palestras de sensibilização relativamente à preparação do policial para a diversidade com a qual ele tem que lidar.

Então, temos programadas palestras de sensibilização para o público GLBT, mulheres, afrodescendentes, quilombolas – que não é a mesma coisa –, não lembro se faltou algum aqui. De fato, eu confesso que não tinha pensado na questão dos pomeranos, mas quanto aos pomeranos é preciso muito mais do que uma palestrinha de sensibilização, e também não é um problema, que, obviamente, seja para ser atendido por todos os delegados, então, a gente tem que arranjar uma solução local, ou seja, para a região onde se concentra a população pomerana.

Mas, enfim, está havendo uma atenção muito especial, porque, aliás, na verdade, esse é um dos meus focos. Eu aposto muito na preparação do policial, principalmente do policial novo, que está entrando, que não precisa entrar com vícios, nós podemos protegê-lo dos vícios e prepará-lo para atender a todo tipo de público, em todo lugar em que ele for trabalhar, para assegurar que todos os segmentos sejam adequadamente atendidos, estando em qualquer local ou momento, por qualquer repartição policial a que eles se dirijam e precisem.

O problema do agendamento é um pouco mais do que simplesmente uma política. Sempre que você tem serviço acumulado, naturalmente você ordena o atendimento às várias demandas agendando. O problema é que o serviço acumulado foi muito grande, como, aliás, acabou de ser narrado um caso concreto aqui, quer dizer, você precisa tomar medidas emergenciais. Por isso mesmo é que eu, naquela portaria que mencionei, determinei a condução de agressor, agredido, testemunhas imediatamente à presença da autoridade policial porque, realmente, pelo menos o primeiro atendimento precisa ser imediato. Tenho pleno conhecimento, é claro, de que não está sendo perfeitamente cumprida essa determinação, precisamos ainda lutar para que ela realmente seja cumprida à risca.

Mas eu tenho notícia de que melhorou bastante o problema, principalmente aqui na região da Grande Vitória, e com esse reforço que estamos dando nas Deams também, acredito que nós teremos estrutura para atender a esse aumento de demanda porque, na medida em que você toma essas providências, a tendência é que haja uma maior procura, mas eu creio que esses casos tendem a não se repetir.

Eu não vou dizer dia em que vou ter condição de manter o plantão 24 horas nas Deams, eu vou me manter na previsão, segundo semestre deste ano, quer dizer, o que está dentro do que seria cumprir rigorosamente o que está previsto no Pacto, porque os delegados ainda estão em formação e nós não temos a menor condição de sequer podermos sonhar com isso antes de os efetivos novos chegarem. Na verdade, eu atualmente tenho dificuldade de manter, por exemplo, aqui em Vitória, tem dia que falta delegado de plantão, eu não tenho um único delegado, às vezes, dá furo no plantão.

Com a situação atual, com a deficiência de efetivo atual, eu não tenho a menor condição de fazer essa promessa, e acho que a gente só tem que dizer que vai fazer, só pode prometer aquilo que tem condição de cumprir. Então, eu dependo da conclusão da formação dos delegados, que acabou de se iniciar, e não foram todos que iniciaram agora porque, na verdade, ainda estão no prazo para tomar posse, nós antecipamos o início da formação de um grupo, mas, na verdade, eles ainda estão no prazo para a posse, e, obviamente, que eu não posso obrigá-los a tomar posse antes do prazo legal.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O assassino está preso?

O SR. HENRIQUE GEAKINTO HERKENHOFF

– Como?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– O assassino da Fernanda está preso? (*Palmas.*)

O SR. HENRIQUE GEAKINTO HERKENHOFF – Não, isso eu realmente não tenho condição de afirmar hoje, de dar essa informação concretamente, prefiro não ...

(Manifestação da galeria.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós, Secretário, normalmente, às quintas-feiras devemos aprovar um requerimento solicitando essa informação. O mais rápido possível.

O SR. HENRIQUE GEAKINTO HERKENHOFF

– Certamente.

A delegacia de proteção e de apuração de homicídios contra a mulher tem funcionado muito bem, o que pode parecer uma demora exagerada é uma si-

tuação infinitamente melhor do que nós encontramos, na média no País – no País, nós temos uma média de apuração de 14% dos homicídios. A delegacia de proteção à mulher tem apurado em torno de 60% e existe uma demora na apuração, que é, quem conhece a realidade, seja dos inquéritos policiais, seja das ações penais, sabe que, infelizmente, nós não conseguimos encerrar no mesmo mês a apuração dos inquéritos.

Quer dizer, nós até queremos acelerar, como falei lá atrás, muito a conclusão dos inquéritos, mas a realidade hoje ainda é de se falar em anos para a conclusão de um inquérito e anos para a conclusão de uma ação penal. Obviamente, não posso responder pelas ações penais, mas queremos reduzir essa demora nos inquéritos, mas, na verdade, a delegacia de homicídios contra a mulher é a que tem a maior média de apuração, apesar de que também os demais homicídios, as demais delegacias de homicídios e crimes contra a vida do Estado têm também um índice de apuração acima de 50%. Nos países desenvolvidos, isso chega a 70% ou 80%, mas eu não tenho como dizer que essa delegacia não esteja funcionando a contento, porque ela, na verdade, é a que tem o melhor desempenho entre as delegacias de crimes contra a vida.

E eu preciso registrar aqui que não são só as Deams. As delegacias e também – a Polícia Militar está, em geral, um pouco melhor instalada – mesmo algumas unidades da Polícia Militar, mas as da Polícia Civil, em particular, são quase todas muito ruins. Eu tenho reconhecido isso publicamente. Estamos num processo de construção de novas estruturas, mas a verdade é que praticamente todas as que havia não têm condição de funcionar. Então, nós vamos precisar construir novas delegacias para praticamente todas as unidades. Enquanto isso, a gente tem procurado, em alguns casos, alugar algumas instalações para ver se antecipamos um pouco uma certa melhora. Mas, enfim, essa precariedade nas instalações físicas não é uma peculiaridade das Deams. Todas as instalações físicas da Polícia Civil, quase todas estão muito precárias.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós estamos caminhando para o fim, mas temos...
(Tumulto no plenário.)

O SR. HENRIQUE GEAQUINTO HERKENHOFF

– Depois eu respondo mais detalhadamente, então.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos e aguardamos, num curto espaço de tempo, as respostas, sobretudo a resposta sobre a prisão do assassino de Fernanda, e passamos imediatamente... Ele se comprometeu a enviar a resposta acerca dessa questão em curto espaço de tempo.

Passamos a palavra à Deputada Rose de Freitas, nossa Vice, antes de passar para a Drª Zumira e para a Drª Hermínia.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Eu queria, antes de mais nada, eu discuti bastante com a Jô aqui sobre a minha dificuldade de falar por causa das condições vocais mesmo, mas mais pela dificuldade de ouvir os relatórios que aqui tive oportunidade de ouvir e também de ouvir a Edna, que há muito tempo eu não encontrava.

Quero dizer o seguinte, saudando todos, principalmente a Sueli, que aqui está e que participa conosco do movimento na Câmara em favor das mulheres, dizer o seguinte: eu já fui Presidente de uma CPML. A Ivone se lembra disso. Andei este Brasil todo. E se vocês me perguntarem o que mudou de lá para cá, eu posso dizer a vocês: nada. *(Palmas.)*

Ouvindo o Secretário falar – desculpe-me, Secretário –, eu acho que, às vezes, os homens se esquecem de quem eles nasceram, quem os acompanha, com quem se casam. *(Palmas.)*

Suas mulheres dão à luz, muitas vezes, à semelhança o nosso próprio gênero. É de doer. Eu convivi de perto com a violência e sei o quanto isso fere. Tem uma frase ali, que foi tirada, que estava escrito... Está ali: “quem bate na mulher machuca a família inteira”. Está falando em bater. Eu vou falar outra coisa. Se todo mundo aqui leu o jornal do Espírito Santo, eu vou falar na presença de um Deputado feminista, que luta ao nosso lado, vou falar ao lado da Luzia Toledo, que nos acompanha nessa luta, se leu o jornal, hoje mesmo, quem leu o jornal vê lá que o companheiro pegou um estilete e descascou o ombro da mulher, cortando como se fosse uma laranja. Está lá o nome, o endereço, o local... Não prende por quê? Não prende por quê? *(Palmas.)*

Mais doído que abaixo daquilo, abaixo daquela nota tinha outra nota, doída. Eu brigo muito para que as escolas tenham direitos humanos e cidadania para nós tentarmos educar as crianças para sabermos que nós somos iguais. Têm que nos respeitar, porque agressão é falta de respeito.

Então, tem um menino de 11 anos, que violentava sua irmã de 9. Fato conhecido pela família; muitas vezes informação sonogada pela mãe, acobertada pela mãe. Precisou uma professora, que recebeu a cartinha dessa menina, correr para a delegacia, mas todos já sabiam do fato.

Essa questão da delegacia da mulher eu não vou nem comentar. Desculpem-me a sinceridade. Eu não sou mulher de fugir à luta; todo mundo que está aqui me conhece mais ou menos.

Desculpa. O Espírito Santo não respeita nem a luta das mulheres. Não têm espaço. Nós brigamos, e aqui tem muitas mulheres para dizerem isso, pelas delegacias das mulheres, nós brigamos para ter uma secretaria especial das mulheres. Parece bobagem, mas, se não tiver mulher dentro do Governo, nunca vão se lembrar do que falaram antes da eleição. Eu falo, porque aqui se falou de Santa Maria de Jetibá, esse assunto de Santa Maria de Jetibá – Edna, se você estiver ouvindo, que lá se fala pomerano, o Estado inteiro sabe, sou mais votada de lá. Lá, de 17 mil votos, eu tenho 12 mil votos naquela cidade. Será que a delegacia não sabe que tem que falar pomerano. Então, como é que prende o bandido? Está falando só de mulher? Como é que prende o bandido? Não prende o bandido. Porque o bandido que assalta os pomeranos, quando o pomerano vier dar a notícia, vai falar em pomerano.

Então, nós estamos falando... Na verdade, eu fico muito preocupada em falar. Estou aqui praticamente gelada. É falta de respeito. Um governo, qualquer que seja – e aí não estou nominando o Casagrande, que eu apoio, que apoiei; o Paulo Hartung, que eu apoiei, quem veio antes de Paulo Hartung eu também apoiei, uma coisa é certa... O Governo da Dilma, que eu também apoio. Se hoje estou no lugar do Sarney aqui, neste..., no meu Estado, por acaso, porque ele está doente e assumo a Vice-Presidência, mas também assumo a Presidência do Congresso, sou do meu Estado; estou vendo aqui o trabalho da Jô, que, com muito orgulho, estive lá para instalar esta Comissão, do lado dela, e da nossa Senadora. Aliás, duas mulheres trabalhadoras. A Ana Rita, eu pensava que era brava; ela é mais brava do que eu, nunca vi assim. Mas é lutadora, firme. Vou dizer para vocês. Não adianta se nós não dissermos na cara, nós aqui estamos cheios de mulheres, dizer na cara do Governador: nós queremos, Governador, uma secretaria para que as mulheres sejam ouvidas, porque o secretário... *(Palmas.)*

Aqui tem índice mostrando, Jô. Olha só: um dado que interessa ao Tadeu, Secretário de Saúde, 10,3 das mulheres são assassinadas para cada 100 mil habitantes no nosso Estado. Esses dados são do Ministério da Saúde, do tal do Viva (Vigilância de Violências e Acidentes). Mostrando que, quando chegam ao hospital as mulheres agredidas, violentadas, não tem ninguém para fazer ocorrência no hospital. E ela dali sai para onde? Ela sai com medo e vai para onde? Vai para onde? Para o abrigo? E o abrigo vai ficar com ela a vida inteira? Não vai.

Desculpe-me também o Secretário que falou antes sobre os números de preparo. A mulher não vai nunca conseguir se livrar disso se não tiver formação

profissional. Tem que ter 100 mil mulheres sendo treinadas, capacitando-as profissionalmente para que elas possam ter a emancipação financeira, largar o homem. Agora, homem que agride mulher ou qualquer coisa parecida tem que estar preso, tem que estar preso e não tem discussão. Agora, a fiança é de R\$128,00. Não, são R\$123,00.

Então, ou tem secretaria da mulher, ou tem capacitação para a mulher, ou tem homicídio de mulher crescendo demais, ou nós temos governo de menos. Essa é que é a verdade. Não adianta a Dilma colocar 11 mulheres lá em cima, fazer programas para a mulher, como os que estão sendo feitos, se aqui na nossa base não repercute. Sinto vergonha, por Deus, de estar sentada aqui e falar assim: ilustre Deputada Rose de Freitas, representando o Congresso Nacional, no nosso Estado, isso e nada é a mesma coisa. Porque, diante dessa luta, que é minha – sou mulher, mãe de uma mulher –, quero dizer que nós valem muito pouco. Se fosse falar sobre a estrutura da mulher no trabalho – desculpe-me a Secretaria de Segurança –, eu já não tenho nem garganta para falar mais, porque nós já falamos, já xingamos, já brigamos, e nada aconteceu neste Estado do Espírito Santo. Não diminuiu. Vocês não valorizam a estrutura para combater a violência da mulher. Ninguém valoriza! Nem o governador, que hoje está lá e é meu amigo, nem o secretário, nem a baixa do secretário, nem a delegacia. Estou falando com a Hermínia, aqui. *(Palmas.)*

Hermínia, vamos reunir todos os prefeitos do interior. Onde está o dinheiro para ele alugar e colocar lá dentro uma estrutura para trabalhar? Para formar essas varas recursais lá em cima, tive de brigar com o líder, porque eles não queriam. São varas que estão aí disponíveis. Agora, nós temos juízes. Qual é a desculpa, agora, para não ter delegacia da mulher onde quer que precisemos? Delegada, juíza...está toda a estrutura aí.

Eu quero ver, Secretário, da próxima vez que voltarmos a nos encontrar, que tenhamos baixado o índice de violência, de homicídios, de criminalidade no Estado e que possamos falar que este Estado tem, pelo menos, a metade dessa cidade com delegacia de mulher. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra à Drª Zumira e, em seguida, à Drª Hermínia, que já solicitaram há bastante tempo, para dar suas respostas. E continuaremos.

Estamos tendo uma certa referência de tempo. Até o Secretário teve um pouco mais de tempo, mas de até cinco minutos para as questões centrais.

Drª Zumira, depois o Secretário...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Eu só deixei de citar aqui que o Audifax e o Lelo, que estiveram aqui, integram a nossa bancada, interagindo com a bancada estadual, que tem o Givaldo, a Luzia aqui, e a Sueli, nesse movimento de apoio, tanto que os R\$20 milhões aprovados para o tribunal de Justiça estruturar o movimento de mulheres no combate à violência foi um movimento que eles apoiaram e de que participaram intensamente.

Quero agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Zumira e, em seguida, Drª Hermínia, depois o Secretário de Saúde e o Secretário de Desenvolvimento. Até cinco minutos para as respostas essenciais e, depois, enviarão por escrito o relatório.

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – Então, em resposta a algumas questões que nos foram encaminhadas, recebi aqui a proposta de criação...

Deixa eu voltar e falar aqui diretamente na questão da Fernanda. É com muito pesar a gente ver a situação dessa moça, o que aconteceu com essa moça.

No levantamento das informações que nos foram encaminhadas, eu peguei toda a informação dos promotores que estavam lá. São dois promotores. Um promotor substituto que estava substituindo em duas varas, em duas outras promotorias, e a questão funcional dele já foi encaminhada. Na hora que os senhores saíram da sede, da sala do Procurador-Geral, ele já determinou imediatamente a análise da situação funcional desses dois promotores.

Mas eu tenho uma coisa para dizer a vocês: o Ministério Público corta na carne. É doloroso, mas se o Ministério Público tiver de punir alguém, vai punir, porque a saúde da instituição é o interesse maior nosso; senão, a gente morre. A doença da impunidade vai-nos corroendo, e, com o Ministério Público mesmo não pode acontecer essa situação. Pelo menos a gente luta para que seja assim.

Mas em relação às medidas protetivas à Fernanda, o que preconiza a Lei Maria da Penha? Uma gradação de concessão de medidas protetivas. Muitas vezes, as medidas protetivas no curso do processo são reforçadas, mas outras vezes as medidas protetivas de uma intervenção direta têm de ser imediatamente aplicadas. E, a meu ver, gente, infelizmente, à Fernanda, por ser responsável pela manutenção de quatro crianças – quatro crianças! –, de prover o sustento da casa dela, foi oferecida a medida protetiva que melhor, a meu ver, que melhor naquele instante iria protegê-la e salvaguardá-la.

Mas ela, nesse afã, “de não, não, eu quero”... Digam-me uma coisa: se esse camarada, se esse agres-

sor estava nesse afã todo, se o Poder Judiciário desse uma medida protetiva de afastamento, de distanciamento, de proibição de proximidade, um agressor com *animus* homicida, ele ia obedecer? Com certeza, não!

(Tumulto no plenário.)

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – Eu posso continuar?

Eu não estou aqui justificando...

(Tumulto no plenário.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu queria devolver a palavra à Drª Zumira. A nossa proposta, Drª Zumira, é de que, nesta etapa, seriam mais respostas do que análises possíveis. Então, gostaríamos de solicitar que a senhora pudesse responder às questões que a nossa Relatora colocou.

As avaliações e análises nós faremos em outra etapa, particularmente no documento que a senhora enviará à CPMI.

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – Pois não.

Bom, então, veja bem. A questão da punição, da análise da situação desses dois colegas que não estavam na promotoria, vai ser analisada; vai ser visto se ela foi lá; se eles, efetivamente, estavam fazendo audiência. Isso tudo vai ser considerado, e já foram determinadas pelo Procurador-Geral essas providências.

Outra coisa que nos foi colocada foi que as medidas protetivas são concedidas no prazo legal estabelecido pela Lei Maria da Penha, isto é, no prazo de 48 horas após o juiz ou a juíza tomarem conhecimento delas.

Interessante – o Secretário de Segurança está aqui, a Drª Hermínia está aqui – e eu queria colocar uma situação que é muito comum, que acontece no fluxo do trâmite dessas medidas protetivas.

O que acontece? Algumas medidas protetivas são levadas diretamente à vara, mas outras medidas protetivas, Drª Hermínia, são levadas para a central, em Vitória. Essa central, não sei como funciona, e gostaria de chamar a atenção da CPMI para essa situação, porque muitas vezes elas atrasam para chegar ao conhecimento do juiz que vai analisar. Então, o que acontece? Um pedido de medida protetiva muitas vezes chega excedendo essas 48 horas. Quando impetrada pelo promotor de Justiça, ou pelo defensor público que funciona junto à vara, ela é imediatamente analisada, mas essas medidas protetivas que são encaminhadas pelas Deams (Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher), elas não chegam a contento, porque o fluxo no Poder Judiciário é esse. Então, muitas vezes, não chegam a contento.

Então, acho que esse é um ajuste que poderia ser feito.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos. A parte da análise nós deixamos para depois, e a distribuição processual.

A resposta concreta do fluxo eu queria pedir a sua conclusão, porque chegamos ao tempo.

A SRª MARIA ZUMIRA TEIXEIRA BOWEN – Não, muitas vezes, as medidas protetivas ajuizadas pelo Ministério Público e pelo defensor público da mulher chegam, sim, no prazo de 48 horas. Mas muitas delas, que são interpostas via Deam, não chegam por causa desse fluxo no Poder Judiciário, na distribuição.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – O.k. Obrigada, Drª Zumira.

Drª Hermínia.

O Secretário de Saúde, já que está mais próximo aí...

Drª Hermínia.

A SRª HERMÍNIA MARIA SILVEIRA AZOURY – Srª Presidente e todos presentes, como eu disse na minha fala, tenho apenas pouco mais... *(Pausa.)* Então me ouvindo?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Por favor, som. Elevar o...

A SRª HERMÍNIA MARIA SILVEIRA AZOURY – Eu até queria, antes mesmo de responder a Edna... Você que perguntou sobre Cariacica. Tenho apenas três meses, eu já disse, não posso responder do que me antecedeu. Vou responder de agora para frente. Então, de agora para frente, já convidamos todas as mulheres, e não aquelas que puderem ir, para irem ao Tribunal.

Com relação a Cariacica, quando eu assumi, comecei a ver a situação das varas. Temos Serra, que foi o primeiro juizado de violência que eu instalei quando Diretora do Fórum. Depois, tivemos Vitória, Cariacica, Vila Velha. São essas as da grande Vitória.

Quando eu soube que Cariacica estava cumulando com a vara do júri, eu me descabelei, como dizem as pessoas. Chegando a Brasília, no Conselho Nacional de Justiça, com todos os juízes coordenadores presentes, ouvi uma fala dizendo que violência doméstica não pode ser cumulada com outra competência, não pode ter outra vara competente. Realmente não pode. Foi aí que eu pedi para oficial e tirar a vara do júri, deixando apenas violência doméstica, o que já foi feito. Essa foi a primeira providência que tomei quando cheguei de Brasília, dessa reunião do CNJ.

Quanto à pergunta... Você falou sobre Cariacica e fez outra pergunta que não está aqui comigo. Agora mesmo estava conversando com a Deputada Rose de Freitas... Comecei agora, tenham misericórdia de mim.

Estava conversando com a Deputada Rose de Freitas... Vamos ter umas reuniões com alguns prefeitos. Esse apoio, estamos tendo dos prefeitos. O Prefeito da Serra que nos apoiou. Já fez um mês a Secretaria da Mulher na Serra. Vila Velha também está disponibilizando local.

Vocês da Rede têm uma porta aberta no Tribunal, minha gente. A Coordenadoria... Pois não... Quer fazer a pergunta?

A SRª CARLA DA MATTA MACHADO PEDREIRA – Eu perguntei por que só foram designados juizados na grande Vitória, inclusive no orçamento do Tribunal de Justiça não tem recursos para outras varas. E isso... E vou dizer para a senhora, sinceramente, o orçamento do Tribunal de Justiça é considerável. *(Palmas.)*

Eu compreendo que a senhora chegou agora. E sei da sua combatividade. Mas acho que precisamos negociar com o Dr. Pedro Valls Feu Rosa a mudança do orçamento. Caso contrário, não daremos conta de enfrentar essa realidade, porque a violência contra a mulher não está só na Grande Vitória, mas no Estado do Espírito Santo todo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu sei. Obrigada. Eu solicitaria, pela dinâmica, que a senhora voltasse com a palavra para que concluíssemos os trabalhos, já que foram feitas as questões.

A SRª HERMÍNIA MARIA SILVEIRA AZOURY – Então, Srª Presidente, demais presentes e demais componentes da Mesa, quando tomei conhecimento dessa situação do interior, o que eu fiz? Já que ainda não podíamos ter uma vara especializada no interior e comecei a perceber que os processos estavam todos misturados – júri, família, civil, órfãos, infância, enfim –, oficieei ao Presidente para que comunicasse aos juízes do interior que dessem prioridade, celeridade e separasse os processos de violência doméstica e que fossem priorizados dentro da celeridade que a lei requer.

Não posso suplantar o juiz natural. Sou uma Coordenadora, coordeno o Estado no aspecto relacionado aos problemas e metas. Mas não posso... Já me perguntaram: por que não estende a jurisdição para que a senhora possa prender todo mundo? Acho que tenho a fama de quem gosta de prender... Mas não posso ter a jurisdição do Estado todo e suplantar o juiz natural. Ele é o juiz natural.

Vou pedir um favor, Srª Presidente, concluindo, estamos na Coordenadoria, no térreo do Tribunal. Toda a demanda, todo o requerimento, tudo o que vocês desejarem, podem me procurar.

Vou tirar uns dias de férias agora, porque estou respondendo por cinco improbidades. Saí agora, an-

tes, da presidência de uma sessão no colegiado recursal, estou respondendo por segurança pública, estou respondendo por violência doméstica e sou titular da Execução Fiscal do Estado. Mas isso não me tira o estímulo de lutar pela violência doméstica, porque sou uma idealista. Agora, me procurem, postulem, façam requerimentos que eu vou levar ao conhecimento da presidência. Juntas nós somos fortes.

“Tudo posso naquele que me fortalece.” Esse é o meu lema. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Muito obrigada, Drª Herminia.

Antes de passar a palavra para o Secretário de Saúde, quero justificar que tenho que pegar o avião, mas quero agradecer desde já e cumprimentar a todas as autoridades que estiveram presentes, que responderam ao convite e se colocaram à disposição da sociedade para serem questionados.

Também quero cumprimentar a sociedade e os movimentos de mulheres, que deram um *show* de organização, de expressão e de avaliação crítica, pois só desta forma é que arrancaremos, no caso específico daqui, a tão sonhada Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres que as mulheres do Espírito Santo merecem. (*Palmas.*)

Obrigada a todos.

Cumprindo o Regimento, passo a Presidência dos trabalhos à nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)
– Boa viagem, Deputada Jô. Vá com Deus. (*Palmas.*)

Dando sequência, passo a palavra ao Secretário de Saúde para que possa responder as questões que aqui foram levantadas.

O SR. JOSÉ TADEU MARINO – Tem uma pergunta: se há alguma normatização por conta da Secretaria de Saúde para acabar com a chamada violência obstétrica, e há relatos de mulheres que sofrem humilhações, xingamentos e a questão do episiotomia.

O problema da qualidade do parto e da violência obstétrica são problemas sérios em nível nacional, tanto é que a Presidenta Dilma, no ano passado, lançou a Rede Cegonha, que vem a promover a motivação para qualificar, humanizar o parto desde o pré-natal, melhorar a infraestrutura das maternidades, a formação e a qualificação do pessoal, tudo para que nessa hora mais importante da vida da mulher, que é justamente na hora do seu parto, ela não passe por essas situações.

Aqui no Espírito Santo, estamos lançando a nossa rede materno-infantil no mês que vem, no mês de junho, e que vai se chamar, no Espírito Santo, Bem Nascer. Ela entra justamente nessa lógica da melhora da infraestrutura das maternidades com recursos próprios

do Estado, não só recursos federais, na qualificação... Todos os Municípios do Espírito Santo já pactuaram conosco a qualificação do pré-natal.

Já identificamos quais são as maternidades que vão fazer parte da rede materno-infantil, desde risco habitual até alto risco, desde o norte ao sul do Estado. Vamos começar pela região metropolitana e a região norte, onde estaremos investindo na questão do pré-parto na mudança das camas, dos equipamentos, que serão muito mais humanizados, e, volto a dizer, na questão da humanização do parto.

Sou pediatra e posso dar testemunho, pois já denunciei e presenciei esses fatos na maternidade pública em que eu trabalhava em Colatina: quando o obstetra, o anestesista, de maneira grosseira, no momento do parto, fazem tudo o que foi relatado aqui. Isso é real, infelizmente. Por incrível que pareça, isso é real.

Então, hoje, em cada hospital, pelo menos em nossos hospitais públicos, existe um conselho gestor que tem a participação de 50% da comunidade, ou seja, dos usuários do sistema. Temos a comissão de ética de cada hospital, temos o CRM, o Ministério Público. Acho que as pessoas devem denunciar. Se enfermeira, no Coren, se médico, no CRM. Devem denunciar no Ministério Público, no Conselho Municipal de Saúde, no Conselho Estadual de Saúde, porque o controle externo existe e, justamente e de fato, para que possa levantar essas questões.

A segunda pergunta é quanto ao parto normal e à cesariana. Perguntam qual o quantitativo de cada um desses procedimentos nos Estados nos últimos cinco anos. No último ano, eu liguei para a Secretaria e me informaram que tivemos 17 mil partos normais e 30 mil cesarianas. Então, tivemos 47 mil partos no Espírito Santo, no ano passado; 64% foram cesarianas; 36% foram normais. Isso foi em 2011, a tendência é que isso tenha se repetido nos anos anteriores e sabemos que a natalidade está diminuindo e esse percentual pode ter sido até maior nos anos anteriores.

Devemos entender que a mulher, muitas vezes, pede para fazer cesariana. Essa é uma questão. O Ministério da Saúde trabalha com a questão do parto natural, do parto normal, prepara as maternidades para esse tipo de procedimento. Contudo, hoje, o que acontece? Quando falamos nesse número de partos aqui, não são só partos ocorridos na rede pública. Na rede pública, os medidos ainda ficam de plantão. Na rede privada, o médico marca com a família o dia da realização da cesariana, a hora. Um parto normal deve ser muito bem acompanhado e, às vezes, demora de oito a doze horas, em um bom e com muita qualidade parto normal, em que se acompanha a mulher passo a

passo, a dilatação, de maneira humanizada, o marido do lado, as pessoas do lado dando conforto. Isso pode acontecer até em uma maternidade pública. Agora, hoje, em uma maternidade privada, isso é muito difícil acontecer, porque os nossos médicos trabalham muito rápido. Vão lá e, justamente, em 40 minutos fazem uma cesariana e voltam para o seu consultório ou para o outro emprego.

Então, essa lógica de maior índice de cesarianas do que preconizado ocorre, na prática, por essa realidade que, infelizmente, existe.

O Ministério da Saúde, tentando diminuir essa ocorrência, no serviço público, começou a pagar mais pelo parto normal do que pelo parto de cesariana, para justamente estimular as maternidades e os profissionais a realizarem mais partos normais.

Mas temos de reverter esse quadro, discutir a questão, buscar, cada vez mais, a qualificação do pré-natal. Quando falamos em qualificação do pré-natal, estamos nos referindo à preparação da mulher para o parto normal, para o aleitamento materno. Essa é a lógica do serviço materno-infantil.

Era isso o que eu queria colocar e acrescentar. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Obrigada, Secretário.

Agora, passamos a palavra ao Secretário Rodrigo Coelho, para que se manifeste quanto às perguntas.

O SR. RODRIGO COELHO – As perguntas que me foram direcionadas são: qual o fortalecimento do Creas no Espírito Santo?

É importante reafirmar aqui, reiterar, porque eu já disse isso, que estabelecemos a transferência automática e regular, fundo a fundo, dos recursos para o pagamento do custeio dos serviços. Então, a cada inauguração de um novo Creas no Espírito Santo, o Estado, imediatamente, aporta recursos de transferência do Fundo Estadual para os Fundos Municipais, pactuado com os gestores municipais de assistência social. Então, a cada Creas instalado, repassamos o recurso para o custeio dos serviços.

Como os militantes de assistência social sabem, nós estamos em um debate neste momento, para a regulação da Lei do Suas (Sistema Único de Assistência Social), que aprovou a possibilidade do pagamento de equipes de referência para as políticas de assistência social, para os profissionais de assistência social, já que isso é um gargalo nos Municípios.

Para que possamos aumentar o valor do custeio, nós precisamos ter esse valor regulamentado, e essa regulamentação, Senadora Ana Rita, apesar de ter passado em lei, precisamos ainda de mecanismos da

Secretaria do Tesouro Nacional, para que coloque a rubrica para que possamos fazer pagamento de pessoal com oriundos de fundos municipais. Temos aqui a Secretário Nazaré que sabe bem o que estou dizendo. Repassamos o recurso, mas a dinâmica de repasse, de pagamento dessas equipes de referência não acontece. Se pudermos fazer o efetivo pagamento das equipes de referência, o valor que é repassado pelo custeio é mais do que suficiente dada a não possibilidade do custeio com o pessoal.

Caso se consiga avançar para esse mecanismo que o Governo do Estado entende que é de até 60% dos recursos. Essa é a nossa posição. Nós queremos avançar para essa regulação. Foi aprovada no nosso Conselho Estadual, e podemos discutir o aumento de recursos, mas hoje já há, para atendimento dos Municípios.

Se fizermos uma comparação com o ano de 2010 – já mencionei, mas vale a pena reforçar –, aumentamos o valor dos recursos em 218% e há a possibilidade. Vejam que Alto Rio Novo inaugurou ontem um Creas – eu estive lá para essa inauguração –, e o Município já receberá repasse para o custeio do Creas este ano por conta dessa inauguração. Todos os Municípios que aderirem a essa dinâmica vão receber, porque esse repasse ocorre no piso do Paefi, para os Municípios.

Para além do custeio, nós temos previsto, para este ano, e já realizamos a pactuação para a habitação, no Espírito Santo, para a construção de dos primeiros quatro Creas, com recurso estadual. Temos disponibilizado R\$1,6 mil, R\$400 mil para cada um dos Creas. A maior parte do investimento será destinada à construção com recursos do Estado do Espírito Santo. Estamos iniciando por quatro equipamentos, por conta, inclusive, de não ter um consenso do modelo físico, inclusive do Creas, para a sua efetivação. Então, vamos começar com quatro equipamentos, analisar, na execução do serviço, a adequação desse equipamento, para que possamos avançar sistematicamente nesses equipamentos. Temos a previsão, até 2014, da construção de 16 Creas, destinando um orçamento de R\$6,4 mil para essa atividade de construção de Creas.

É importante lembrar que o Estado do Espírito Santo já financiou um grande número de construções de Cras, que são os Centros de Referência da Assistência Social da Proteção Básica, que faz todo o trabalho de fortalecimento de vínculo familiar, dá uma atenção específica à família, consequentemente, à mulher.

Nós inauguramos, de 2011 até este momento, 23 Cras, o que significa R\$9,2 milhões investidos, e temos a previsão de inaugurar outros 22 até 2014. O que seriam outros R\$8,8 mil, totalizando R\$18 milhões

em investimentos de construção de Cras, constituindo uma rede que, hoje, já é de 121 Cras no território capixaba. Não existe um Município, no Espírito Santo, que não tenha um Cras. Os dois únicos Municípios que não dispõem de um Cras construído com recursos do Governo do Estado nem conveniados são: Marechal Floriano, que devolveu o convênio, por conta da pactuação ter ocorrido há quatro anos – quando a execução da obra se deu, os recursos eram insuficientes. No Espírito Santo, nós começamos a pactuar Cras com R\$200 mil. Hoje, pactuamos Cras com R\$500. Então, Marechal Floriano devolveu por conta do decurso de tempo – e também Muqui, onde não havia terreno para apresentar como contrapartida, para a construção do equipamento. Fora isso, todos os Municípios do Espírito Santo hoje têm ou uma construção do Estado, ou um convênio em andamento para a construção desse equipamento.

Nós podemos, efetivamente, como toda a meta para a construção de Cras está em andamento, todos os Cras, para que a meta seja atingida, já estão conveniados, remanejar recursos de uma ação para a outra, para que possamos avançar na construção de Creas, mas isso, efetivamente, também depende do desejo dos Municípios de ter esses Creas cofinanciados, para investimento.

Foi feito, também, uma pergunta acerca do orçamento do Cedimes. Nenhum Conselho do Estado do Espírito Santo, Senadora Ana Rita, tem orçamento próprio, nem o Cedimes, nem nenhum outro conselho tem orçamento próprio. Todas as despesas oriundas dos conselhos são requeridas à Secretaria. Eu cheguei a fazer uma reunião com presidentes de conselho durante o ano passado, em que nós começamos a conversar sobre a possibilidade de trazer para o orçamento uma dotação específica, para que os conselhos pudessem ter gestão autônoma. Nós ainda temos necessidade de avançar, porque não chegamos, junto com conselhos, ao modelo de como nós faríamos isso. Então, nós não temos recursos específicos para os Cedimes.

Outra pergunta solicitada foi: qual o recurso específico para a política de mulheres? A Edna, no seu relato, já disse que não há previsão específica para política de gênero no orçamento. O orçamento que temos é para as várias políticas, perpassando todas as Secretarias de Estado. Nós apresentamos no relatório algumas e poderemos encaminhar à comissão todos os valores condensados do Governo do Estado para o encaminhamento.

Em relação às perguntas, aos questionamentos que foram lançados pelo pacto, posso dizer, especificamente sobre uma das perguntas colocadas, que

é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos a produção de *spots*, para veiculação na televisão e no rádio, sobre os direitos das mulheres em situação de violência. Temos um convênio de R\$2,6 milhões, mas um R\$1.005.000,00 é destinado à produção desses *spots*, que estão em fase de execução para que possam ser veiculados.

Outro projeto em andamento é a produção de 28 programas de televisão para serem veiculados na TVE tratando especificamente do tema.

Essas foram as perguntas a mim direcionadas.

Agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Obrigada, Secretário.

Passamos a palavra à Deputada Luzia Toledo.

Antes de a Deputada Luzia se pronunciar, quero fazer um agradecimento à Deputada Luzia, porque ela, em nome da Assembleia Legislativa, em nome das demais Deputadas e com o apoio delas, por meio de suas assessorias, ajudou a viabilizar esta audiência pública, mobilizando as pessoas.

Deputada, muito obrigada pelo seu esforço e pelo seu empenho para que esta audiência pública se concretizasse.

A SRª LUZIA TOLEDO – Eu agradeço a V. Exª, que preside esta audiência pública neste momento e nossa Relatora. É um orgulho para nós termos a Senadora Ana Rita fazendo este trabalho, relatando uma Comissão tão importante, já tendo visitado cinco Estados brasileiros e, agora, o nosso Estado.

Quero cumprimentar a Vice-Presidente, hoje Presidente do Congresso Nacional, a nossa Deputada Federal Rose de Freitas. Eu a agradeço muito pela vinda, porque sei que ela não poderia vir. Eu já tinha até anunciado à Presidenta da Comissão, eu tinha dito à Deputada Jô que ela não poderia chegar, mas ela fez tudo e chegou.

Para nós, capixabas e brasileiras, é um orgulho termos a primeira mulher à frente do Congresso Nacional, Vice-Presidente da Câmara Federal e do Congresso Nacional, hoje Presidente do Congresso. Para nós, é uma honra. E sabemos que ela luta como nós. A luta dela é a nossa luta; a nossa luta é a luta dela.

Também quero cumprimentar a Drª Hermínia, com muito carinho; quero cumprimentar o Genivaldo, que chamo de Deputados das mulheres, tem alma feminina e ajuda-nos à beça. Fico muito feliz, porque eu tenho um parceiro. (*Palmas.*)

Quero cumprimentar o nosso Secretário de Segurança, Henrique Herkenhoff; o nosso Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Coelho; e o nosso Secretário da Justiça, Ângelo Roncalli,

a quem falei que, na sua fala, deveria dizer que as nossas recuperandas estão aqui em cima. Agora elas estão retirando seus artesanatos, mas as recuperandas de Bubu estiveram aqui em cima a semana inteira. E a audiência pública foi aberta pelo nosso coral Maria Marias que veio aqui abrir, segunda-feira, essa Feira de Direitos Humanos.

Quero cumprimentar, com muito prazer, a nossa Procuradora, Promotora. Tenho certeza de que vamos fazer um trabalho muito grande juntas, porque ela tem uma folha de serviço pelo Estado afora, por onde passou, muito grande, por isso tenho certeza que nós vamos avançar muito mais.

Abraçar meu Secretário, meu amigo Deputado Tadeu Marino.

Agradecer a todas vocês que vieram, aos homens que vieram. Aos homens que vieram e que ficaram aqui até agora pediria uma salva de palmas. (*Palmas.*), porque os homens precisam ouvir tudo que foi falado aqui, os homens precisam ouvir, porque afinal de contas eu sempre digo que nós somos 52% da população e mãe dos outros 48%. Portanto, não tem jeito, nós somos o pilar da sociedade e vamos continuar falando isso. E o que nós queremos dos homens é isto: parceria, companheirismo, queremos andar lado a lado. É isso que nós queremos.

Quero dizer a Senadora Ana Rita, que eu não vou falar em cima dos documentos que eu trouxe, mas quero fazer uma pergunta a esta plateia, eu senti muita falta da minha luta aqui dentro hoje, eu não vi as delegadas. As delegadas não vieram, as delegadas, ficaram lá em cima, poucas, e agora já foram embora, sabe Dr. Joel.

O que eu quero dizer é que elas querem resposta. Tudo que foi feito aqui hoje, Dr. Joel Lírio, foi em cima de respostas para as questões que nós enviamos ao Governador Renato Casagrande, a todo o secretariado, ao Secretário de Segurança, ao Secretário de Justiça, ao Vice-Governador, Givaldo Viera. Aliás, Deputada Rose, eu não precisaria falar; só quis falar porque trouxe aqui todas as cartas que eu enviei ao Governo passado, ao ex-Governador Paulo Hartung, e a todo o seu secretariado, e agora ao Governador Renato Casagrande enviei a carta de 2011/2012; estão aqui.

Para tudo o que foi falado naquela tribuna elas estão aqui balançando a cabeça – a Euzabete, que nunca faltou a uma reunião, está balançando a cabeça. Aliás, olhando assim, rapidamente, são as mesmas companheiras de luta, e nós estamos querendo resposta Laudicéia. A Rose falou tudo. O que a Rose disse aqui é a pura verdade, e nós sabemos que não se resolve uma coisa de um dia para o outro – e a gente

conversava isso ali com o Secretário de Saúde. Mas é que nunca, nós temos um tempo que nós estamos fazendo esses encontros pedindo as mesmas coisas e ninguém bota a mão na ferida.

Este encontro desta CPMI, Senadora, eu espero que ela coloque, ela faça com que todas nós, juntas, todos os Senadores e todos os Deputados que formam esta CPMI que nós, realmente, consigamos uma resposta mais rápida, de todo o secretariado e do Governo. Essa secretaria, nós estamos pedindo a essa secretaria, oito anos se passaram, depois nós estamos pedindo já há um ano e pouco ao nosso Governador Renato Casagrande. E eu concordo plenamente com quem me antecedeu: se não conseguirmos uma secretaria, que se consiga – quem falou isso foi a Iriny – um instrumento para que nós possamos ter uma... Hoje nós estamos buscando quem? O Vice-Governador Givaldo Vieira. Foi lá que nos fizemos a reunião, não é Senadora?, no gabinete do nosso Vice-Governador Givaldo Vieira, que foi muito receptivo. Mas nós precisamos, com certeza, de respostas a essa inquietude, não só as mulheres que vieram aqui, mas as mulheres que estão em casa, que estão assistindo, que estamos aqui há quatro horas e meia falando sobre esse assunto.

Termino dizendo à nossa Senadora, parabéns pelo trabalho, parabéns pela sua luta, pela bravura, parabeno Lelo Coimbra que este aqui, a Deputada Sueli, o Deputado Audifax, porque vir aqui mostra respeito às mulheres capixabas; ao Deputado Vereza, meu companheiro. Mas quero dizer a vocês: nós só queremos uma coisa do Governo, e aí quando eu falo Governo não é só o Governo não, eu falo da sociedade, todas nós temos que dar a nossa contribuição, mas eu digo que se o Governo não respeitar 52% da população, vai respeitar o quê? Nós somos 52% da população; nós merecemos e precisamos respeito do Governo do Estado. E respeito está aqui. As resposta eu vou enviar à CPMI, assim como todas as cartas que eu enviei não só ao secretariado, mas principalmente ao ex-Governador Paulo Hartung e ao Governador Renato Casagrande, pedindo, principalmente, a questão da secretaria e das Deams.

Para as Deams tem que se fazer mais concurso. A gente sabe que não é de um dia para o outro, mas tem que se fazer mais concurso, porque nós precisamos de mais delegadas e que as mulheres que precisam ser atendidas tenham um atendimento digno, que as nossas delegacias tenham dignidade para atender, tenham infraestrutura, pois elas não têm infraestrutura, não têm o básico. Às vezes, o agressor está do outro lado olhando a vítima dar depoimento para a delegada. Às vezes, o agressor está do outro lado olhando e

ainda fazendo chacota, rindo e tal, e a mulher, naquele desespero ali, não sabe se fala, tem medo; enfim, a de Cariacica é assim. Nós precisamos, realmente, desses encontros, dessas reuniões.

Quero agradecer a nossa Relatora, nossa Senadora Ana Rita, agradecer a nossa Presidente do Congresso Nacional, que veio e deu a sua fala aqui. Tenho certeza de que todas nós, homens e mulheres que estão aqui, juntos com essas mulheres valorosas que estão junto conosco aqui – porque sem vocês nós não faríamos esta reunião tão boa –, tenho certeza de que nós vamos chegar em frente, se Deus quiser.

Muito obrigado, um beijo no coração. Obrigado por vocês terem vindo. Obrigado por estarem aqui conosco.

(Apresentação de videoclipe da campanha Quem ama abraça.)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. PT – ES) – Esse vídeo faz parte da campanha pelo enfrentamento da violência contra a mulher Quem Ama Abraça. Então, é importante a divulgação.

Queremos, ainda, fazer o encerramento formal desta audiência pública, mas antes fazer alguns agradecimentos.

Queremos agradecer a todas as entidades, a todas as pessoas que aqui estiveram durante esta tarde, uma presença bastante significativa de mulheres deste Estado. Então, parabenizamos e agradecemos a cada uma e cada um que passou esta tarde conosco.

Queremos, também, agradecer a todas as pessoas, às autoridades que aqui estão, aos secretários de Estado, representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, que atenderam o nosso convite, que ficaram aqui, conosco, a tarde toda, que responderam às questões.

Queremos, também, fazer um agradecimento especial ao Governo do Estado. Por que falo isso? Porque esta é a quinta audiência pública e foi a única audiência pública em que o Governo do Estado se fez representar por quatro secretários de Estado.

Os outros Estados encaminharam representantes de secretários. Em alguns Estados, em um dos Estados, representante... No caso do Estado, vou dizer aqui, de Santa Catarina, o secretário mandou uma delegada de uma única Delegacia de Mulheres para falar em nome do Governo, e ela jamais teria condições de falar em nome do Governo.

Então, hoje, parabenizamos e agradecemos a todos os secretários que aqui estão.

Agradecemos, também, à Assembleia Legislativa pelo acolhimento, pela receptividade, pela disponibilidade, por todo o apoio que nos deu para que pudéssemos realizar esta audiência pública.

Todos os Deputados e Deputadas estaduais, Deputados federais e Deputadas federais, praticamente todos passaram por aqui, então, um agradecimento especial a cada um e a cada uma.

Eu quero agradecer ao Marcelo e agradecer ao Eleomar, que ficaram conosco aqui, o tempo todo, ajudando-nos. Receberam-nos desde a hora em que nós chegamos e nos acompanharam durante todo este momento. Então, a cada um de vocês, todo o nosso reconhecimento e agradecimento.

Quero, também, agradecer às autoridades que aqui trouxeram os documentos. Os documentos são muito importantes, porque eles servirão de subsídio para o nosso relatório.

Também quero agradecer à TV Assembleia e à TV Senado, que nos acompanharam durante todo esse processo.

Informo a vocês que toda esta audiência pública foi gravada. As informações que aqui foram recebidas serão acolhidas pela relatoria. Aquelas questões que, porventura, não tenham sido respondidas a contento, talvez por falta de informação no momento, nós iremos encaminhar por escrito, para que as secretarias possam nos responder.

Então, diante disso, eu quero agradecer a todos vocês, quero declarar encerrada a presente reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e convocar todos os desta Comissão para a próxima reunião, que será no dia 17 de maio, na próxima quinta-feira, às 9 horas da manhã, no Senado Federal.

Passo a palavra para o Deputado Genivaldo, que também quer aproveitar para fazer um grande agradecimento, porque se empenhou, juntamente com a Deputada Luzia Toledo, para divulgar, para mobilizar as pessoas para esta audiência pública.

Obrigada, Deputado Genivaldo.

Assim, passando a palavra a ele, que vai fazer o encerramento formal da audiência pública.

O SR. GENIVALDO LIEVORE (PT – ES) – Agradecemos, Senadoras, Senadores, Deputados Federais, Deputados e Deputadas que compõem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pela participação e presença aqui, no nosso Estado.

Agradecemos a presença dos representantes do Judiciário que participaram, do Ministério Público, da Defensoria, da equipe do Governo, do Poder Executivo, aqui representada, como bem falou a nossa Senadora Relatora.

De forma muito especial, agradecemos a presença da sociedade civil.

Nós passamos, os gestores passam, mas a luta da sociedade civil é permanente e contínua. Sem a

participação de vocês, a audiência não teria o êxito que teve.

Então, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, agradecemos aos servidores dessa Casa e, também, da Comissão, que se empenharam, desde o primeiro momento, para o êxito desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência.

Uma boa noite para todos.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião encerra-se às 18 horas e 42 minutos.)

Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 16ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião realizada em 17 de maio de 2012, às onze horas e trinta minutos, na Sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**, **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Ângela Portela (PT/RR)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; do Senhor Senador: **Humberto Costa (PT/PE)**; das Senhoras Deputadas: **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**; e dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Deixam de comparecer a Senhora Senadora: **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; e as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**. Constatada a inexistência de quórum para deliberação, a reunião foi encerrada.

SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Bom dia a todas e a todos. Não havendo número regimental para aprovação dos requerimentos postos na convocação desta reunião, que é a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 04, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do Poder Público,

com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, convocamos uma nova reunião para 3ª feira, às 14 horas, e para 5ª feira, às 9 horas, com a pauta prevista nesta, a 16ª, incluindo os possíveis requerimentos novos que se colocam, e solicitamos à assessoria que avise, desde já, a todos e todas integrantes da CPMI, por meios eletrônicos e de comunicação direta, para que possamos assegurar o quórum para a aprovação. Será na 3ª feira, dia 22, às 14 horas, e na 5ª feira, dia 24, às 9 horas. Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e de todas, convidando-os e convidando-as para a próxima reunião. Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada a reunião às 11 horas e trinta minutos e encerrada às 11 horas e trinta e dois minutos)

Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)**, Presidente.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.

ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião realizada em 22 de maio de 2012, às quinze horas e vinte minutos, na Sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**, **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e **Lídice da Mata (PSB/BA)**; (PT/PE); das Senhoras Deputadas: **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)**, **Carmem Zanotto (PPS/SC)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Nilda Godim (PMDB/PB)**, **Aline Corrêa (PP/SP)** e **Flávia Morais (PDT/GO)**; e dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Deixam de comparecer a Senhora Senadora: **Ângela Portela (PT/RR)** **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; o Senhor Senador **Armando Monteiro (PTB/PE)**; e as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Coloco em votação as Atas da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª reuniões, solicitando a leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas e Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Srª Presidente, são vários requerimentos que nós apresentamos, considerando a necessidade de garantirmos o bom andamento dos trabalhos, tanto das audiências públicas realizadas nos Estados, quanto dos pedidos de informações que precisamos fazer em decorrência do que já foi discutido, do que já foi observado nos demais Estados por onde já passamos.

Na verdade, são dois requerimentos que solicitamos a retirada deles, o 38 e o 39, porque houve mudança da presidência tanto do Supremo Tribunal Federal, quanto do Superior Tribunal de Justiça. Vamos encaminhar isso em seguida, fazendo um novo requerimento, atualizado, e também estamos aqui solicitando que sejam convidados para as diversas audiências públicas nos Estados, de acordo com a nossa programação, as autoridades locais, de acordo com o ritual que estamos realizando nas audiências públicas, secretários de Estados, representação do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, também da sociedade civil. Então, nós já estamos agilizando os requerimentos para que essas pessoas sejam convidadas a participar, é um convite, mas com um caráter de convocação. As pessoas estão sendo convidadas, mas com um caráter de convocação para essas audiências públicas.

E alguns pedidos de informação, diversos pedidos, para várias autoridades, tanto estaduais quanto federais, referentes aos casos que tivemos a oportunidade de colher depoimentos durante as audiências públicas realizadas nos Estados e outros casos que foram relatados de denúncias que precisam ser apuradas por esta Comissão.

Portanto, é um conjunto de requerimentos que estamos colocando em apreciação aqui, para que eles sejam aprovados e assim possamos dar o andamento adequado às questões levantadas.

Estamos aqui definindo para que as autoridades locais dos Estados possam ter, no máximo, vinte dias para responder os requerimentos que estamos encaminhando agora; os que foram encaminhados anteriormente e não ainda não respondidos, estamos reiterando. E desse processo de reiteração, no máximo sete dias para responder. E para as autoridades federais, que também estamos solicitando informações, um prazo máximo de vinte dias.

Se assim for da concordância de todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, solicitamos à secretaria que conste em ata esses prazos e, na medida em que forem encaminhados os requerimentos, por meio de correspondência, que esses prazos fiquem bem claros para que as pessoas que deverão responder tenham a clareza desses prazos, para não acontecer o que aconteceu em alguns dos Estados em que nós fomos, que não tiveram a clareza suficiente dos prazos e os pedidos de informação não chegaram a tempo para que esta Comissão pudesse analisar e, assim, durante as audiências públicas, pudéssemos inquirir as autoridades a partir dessas respostas.

Então, é importante que fique bastante claro os prazos que as pessoas têm, que as autoridades têm, tanto em âmbito local, nos Estados, como em âmbito nacional, aqui, em Brasília, para que nos deem as respostas dentro do prazo estabelecido por esta Comissão.

Então, faço esta solicitação, Srª Presidente, para que seja apreciado por esta Comissão também essa questão dos prazos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Vamos passar aos requerimentos, lembrando que um dos requerimentos é que esta Comissão aprova os prazos de requerimentos de informações, para autoridades federais e autoridades estaduais, de até vinte dias. Concluído esse prazo de vinte dias, serão reiterados um prazo de até sete dias. Concluído o prazo de sete dias, as autoridades que não responderem serão convocadas. É este o encaminhamento que a Comissão passará, a partir de agora a ter em relação às informações requeridas.

Alguma discussão?

Passamos, então, para o conjunto dos requerimentos.

Os Requerimentos de nºs 1 e 2, por solicitação da Senadora Ana Rita, são retirados de pauta porque correspondem às mudanças nas autoridades tanto do Supremo Tribunal Federal, como do Superior Tribunal de Justiça.

Os Requerimentos de nºs 3 e 4, da Senadora Marta Suplicy, já foram aprovados, inicialmente, como convites às autoridades do Estado de São Paulo.

Os Requerimentos de nºs 5, 6, 7 são requerimentos de solicitação de informações às autoridades do Estado de São Paulo.

Os Requerimentos... O Item 8, não são requerimentos... repito aqui que foram retirados os Requerimentos de nºs 038, 039, 424, 425.

Foram aprovados os requerimentos com solicitação de informações às autoridades de São Paulo, 451, 452, 453.

Os próximos requerimentos serão transformados de convocado em convidado às autoridades do Distrito Federal, do Estado de Alagoas.

Os Requerimentos de nºs 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466 transformados de convocados para convidados por serem a primeira vez. A segunda serão convocados.

Aprovados os requerimentos de convite.

Queremos ratificar que são do Estado de Alagoas e também do Distrito Federal.

Os Requerimentos de nºs 466, 468 também convidados para comparecerem à Comissão.

Solicitação de informações, Requerimentos nºs 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, são todos requerimentos de informações de diferentes Estados que estão sendo encaminhados para serem aprovados.

O Requerimento nº 484 é retirado de pauta, assim como o de nº 485.

Continuo por solicitação de informações a serem aprovados: os Requerimentos nºs 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, são requerimentos de informações às diferentes instâncias de vários Estados da Federação.

Também são apreciados requerimentos de informação de autoria do Deputado Dr. Rosinha, Requerimento de nº 455, e Requerimentos de 456 a 527 de autoria da Relatora, Senadora Ana Rita.

As alterações nos encaminhamentos foram um entendimento entre toda a Mesa e as autoras dos requerimentos nos diferentes Estados. Por isso, nós passamos à apreciação.

Em votação.

As Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados, as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Estão sendo apreciados os requerimentos em votação em bloco.

Os requerimentos, em bloco, estão aprovados.

Não havendo nada mais a tratar...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG)

– Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Estamos aqui, eu e a Deputada Rosane Ferreira, e, por deliberação desta CPMI, nós convidamos... E foi feita uma reunião no Paraná, onde nós montamos um grupo de trabalho que é preparatória para a nossa audiência pública no Estado do Paraná. Esse grupo de trabalho já está na terceira reunião e os locais das reuniões têm sido na OAB, porque eu mesmo, como parlamentar, procurei a presidência da OAB e solicitei que nos concedesse o espaço, funcionários, telefone e toda a estrutura necessária para o funcionamento. E hoje essa comissão funciona e existe com todos os segmentos da sociedade, seja a partir das ONGs, todos os movimentos sociais, uma convocação aberta e ampla.

Esse requerimento de minha autoria apresentado aqui foi já uma solicitação e fruto do trabalho dessa comissão. No nosso contato, meu e da Deputada Rosane, com essa comissão, a comissão propõe a data de 25 de junho como audiência pública no Paraná; segunda-feira, 25 de junho.

Então, gostaria que a Presidente e a nossa Relatora anotassem a data. Não precisa dar a resposta hoje, mas, assim que já estivesse agendada, já comunicasse.

Uma segunda questão – até a assessora da nossa Relatora, a Carmen, conhece, mas acho que é importante, oficialmente, colocar o relatório da violência doméstica feita no MERCOSUL. Acho que nós não vamos usar o texto como um todo, mas acho que serve de parâmetro para nós o que se tratou no MERCOSUL, o que se debateu, e na hora em que a nossa Relatora for fazer o relatório, caso ela ache importante, ela já teria os dados oficialmente, uma vez que a assessora da Comissão, a Carmen, participou de todo o processo. E também as demais deputadas e deputados, senadoras e senadores que desejarem é só solicitar, ou para a Carmen ou para a Relatora; nós enviaremos por correio eletrônico esse diagnóstico da violência doméstica no MERCOSUL. Então, eu queria fazer essas duas observações.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG)

– Nós acatamos como anexada aos Anais desta CPMI o relatório apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha, que é membro do Parlamento do Mercosul e que nos entrega as informações do levantamento da violência nos países que integram o Mercosul.

Nós agradecemos ao Dr. Rosinha e passamos a palavra à Deputada Keiko.

Mais alguma questão a ser colocada?

A SR^a KEIKO OTA (PPSB – SP) – Sr^a Presidente, eu gostaria, também, de me manifestar sobre a su-

gestão dada pelo Deputado Dr. Rosinha de fazermos a audiência pública no Paraná no dia 25 de junho. Eu acho que é importante nós adiantarmos o calendário considerando o período eleitoral que vamos entrar, quando teremos dificuldades de manter audiências públicas nos Estados durante o processo eleitoral. Acho que isso é muito ruim. Não será possível garantir um calendário durante esse período. Então, se pudermos adiantar, eu acho que seria muito bom.

Em princípio, Dr. Rosinha, eu tenho plena concordância com a sugestão do Senhor, de fazermos a audiência pública no Estado do Paraná, juntamente com a Deputada Rosane, no dia 25 de junho. Então, se houver a concordância dos demais, acho que é possível sim a gente conciliar.

Eu também gostaria de aproveitar o momento para propor que nós façamos, se possível hoje, mais à noite, em função das nossas atividades – e aí temos que saber se é possível para todos os Deputados, porque sei que na Câmara as sessões vão até o período da noite, mais tarde – fazermos uma reunião hoje, para fazermos um balanço das audiências públicas que nós já realizamos até agora, para que possamos dimensionar o que nós temos de tarefas pela frente e realmente replanejar, vamos dizer assim, o que temos para realizar ainda, dentro do nosso plano de trabalho. Então, se nós pudermos fazer uma conversa hoje à noite, com quem puder, para fazer um balanço para que a gente possa... ou hoje ou amanhã. Estou sugerindo hoje, mas pode ser amanhã. Enfim, para que a gente possa fazer um balanço do trabalho, que a gente possa fazer uma avaliação das audiências públicas realizadas nos Estados e assim nós dimensionarmos melhor o que temos para fazer daqui para frente, no sentido de ganharmos tempo, para que possamos dar conta daquilo que programamos dentro do prazo estabelecido.

Então, é isso. Deixo essa sugestão para ser apreciada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada.

Nada mais havendo a tratar agradeço...

Deputada Nilda Gondim com a palavra, Deputada pela Paraíba e que muito nos honra. Logo em seguida, nós vamos convocar as duas próximas reuniões, uma na próxima quinta-feira e outra no dia 01.

Deputada Nilda Gondim.

A SRª NILDA GONDIM (PMDB – PB) – Primeiro

eu quero cumprimentar a Presidente, a Senadora Ana Rita e a nossa querida amiga Keiko, Vice-Presidente. Dizer da minha satisfação, da minha alegria em estar participando desta Comissão, a qual ansiava muito participar, porque eu acho que ela tem tudo a ver, primeiro, com as mulheres, tem tudo a ver também com

as dificuldades de enfrentamento que as mulheres vivem, as violências, os crimes cometidos, atrocidades contra as mulheres. E dizer que acho que a ponderação da Srª Senadora é muito viável, porque proximamente vamos enfrentar campanhas políticas nos Municípios e quanto mais rápido nós realizarmos essas audiências públicas nas cidades, nos Municípios é mais conveniente e mais prudente, uma vez que nós vamos entrar em campanha.

Então, eu quero saber de Queimadas, também, que, segundo eu soube, vai ser no dia 13 ou 14, para que a gente possa mobilizar e fazer uma audiência, ouvir o depoimento das pessoas que vocês precisam.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB – MG)

– Sem dúvida. Eu queria lembrar que, lamentavelmente, mais do que os nossos dados, a vida demonstra. Acaba de ser assinada no nosso Estado, Deputado Eduardo, uma jovem em uma festa de casamento. A assassinada havia solicitado medida protetiva, que havia sido indeferida, e também como algo de novo, lá no Estado de Minas Gerais, é o terceiro assassinato de mulher e o terceiro suicídio em seguida aos casos que se colocaram lá. Nós devêmos tomar providências para verificar a comprovação dessa informação de que ela teria solicitado, medida protetiva por ameaças e que teria sido indeferido. Este será um dos requerimentos que teremos que aprovar para tomar ciência do ocorrido neste sábado, numa festa de casamento, um assassinato, o terceiro, seguido de suicídio.

Deputada Rosane.

A SRª ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Muito

rapidamente. Primeiro para deixar registrados os parabéns que lhe dou pelo pronunciamento feito no grande expediente da nossa Câmara, na tarde de quinta-feira.

Parabéns Deputada Jô Moraes, a visibilidade que essa CPMI está dando para essa situação é muito importante para que possamos ter o enfrentamento correto dessa mazela que acomete a nossa sociedade. Esta semana também nós tivemos, no final de semana, a morte de um senhor, agressor de longa data, cometido pela filha de 14 anos, ou seja, nessa história que teve como desfecho a morte do agressor temos uma família toda dizimada.

Essa menina de 14 anos está recolhida numa medida sócio protetiva, a mãe está despedaçada e o pai enterrado. Então, uma situação que aconteceu na periferia de Curitiba e os jornais desta semana também trouxeram o aumento absurdo contra criança e adolescente em Curitiba e região metropolitana. No mesmo período, 71% a mais de violência notificada por um único hospital do Estado do Paraná.

Então, é isso que tem que ficar muito claro: a agressão contra a mulher deflagra toda uma série

de outras agressões. Uma criança que nasce em lar violento repete isso na sociedade e a sociedade toda paga o preço. Se formos ver, todas teriam, em quase todos os Estados, principalmente nas grandes concentrações urbanas que são as regiões metropolitanas, todas as Deputadas desta Casa teriam uma história triste para contar numa terça-feira como essa. Temos que realmente fazer esse trabalho de forma propositiva e, em conjunto com as prefeituras, buscando soluções.

Ouso dizer mais, Senadora Ana Rita, V. Exª está se empenhando como deveria ser feito nessa história toda, sentimos o seu envolvimento ao se doar ao máximo, temos que ajudar as prefeituras, extrapolando a questão da violência contra mulher e quem sabe posamos propor uma cultura de paz, porque a violência contra a mulher está aí, está no ápice, mas atrás dela tem todas as outras violências no meio urbano que não conseguimos negar e temos que trabalhar isso.

Entendo uma coisa, finalizando a minha fala. Entendo que quando vamos trabalhar a questão da mulher estamos dando para esta mulher o oxigênio necessário para que ela possa cuidar do resto. Estamos cuidando desta mulher para que esta mulher possa cuidar dos filhos e do entorno. Entra bem naquela figura, naquela história de num acidente aéreo você pegar a máscara de oxigênio, mesmo tendo uma criança do lado, e colocar primeiro em você para poder cuidar então da criança. Então, temos que enfrentar todas as formas de violência que hoje permeiam a nossa sociedade, porque não está fácil conviver em sociedade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTA (Jô Moraes – PCdoB/MG) – Deputada Marina.

A SRª MARINA SANTANA (PT – GO) – Gostaria, não resistindo à oportunidade, já que tanto a Presidenta, a Vice-Presidenta e Relatora se encontram aqui, nossas queridas companheiras de CPMI, todos os companheiros e companheiras, para adiantar a noção da importância que estou vendo desses eventos nos Estados, o que é possível termos em mente e que gostaria de compartilhar com V. Exªs.

A partir da Constituição de 1988 tivemos um arsenal sendo construído pelo Congresso Nacional, com a presença também do Executivo, de leis absolutamente importantes na esfera de defesa de direitos. Começou provavelmente com o Estatuto da Criança e do Adolescente e foi caminhando, combate ao racismo, idosos, vários estatutos até a lei Maria da Penha como mais próxima.

Diante disso, estamos percebendo a distância enorme entre o propósito ou a execução dessas legislações ou a condição que os municípios e Estados se encontram, quer dizer, um cruzamento de fatores

ou condições financeiras ou boa vontade ou visão do que deve ser priorizado com relação a essas legislações. O certo é que há mais leis e há uma distância entre a nossa visão de Estado de direito ou o que é proporcionado pelo Legislativo e Executivo, em nível federal, e a própria estrutura de Estado nas unidades da federação.

Então, essa questão é basilar no que estamos discutindo e estamos ampliando o debate sempre permanente sobre o pacto federativo, acho que aqui no Senador tem matéria tramitando dando importância e relevância a essa pauta, acho que vale a pena nos debruçar um pouco também, em algum momento desta CPI, formal ou informalmente, sobre essa distância. É uma distância alarmante, que provavelmente vai entrar na CPI da Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, vai entrar também na de Tráfico de Pessoas. Então, precisamos vislumbrar caminhos que dêem celeridade ao atendimento dessas demandas e, no nosso caso, da legislação da violência contra mulher, nos Municípios e nos Estados. A distância é fenomenal, gerada por vários fatores mas é, sem dúvida nenhuma, fenomenal.

Muito obrigada e parabéns pelo trabalho que está sendo realizado, muitas vezes com sacrifício até pessoal, principalmente de vocês três e dos assessores também, mas que, com certeza, trará um bom resultado para o nosso País.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes – PCdoB/MG) – Antes de encerrar não poderia deixar de registrar aqui algo que evidentemente surpreendeu todo o País que foram as declarações da Xuxa Meneghel que, sem dúvida nenhuma, foi um ato de coragem à altura dos acontecimentos, uma revelação que compõe um processo muito doloroso, porque um processo de natureza familiar, independente de qualquer coisa. Foi um ato pedagógico que contribui para que a sociedade tenha a real dimensão dos conflitos que a sociedade brasileira vive nos seus núcleos fundamentais que são as famílias.

Registro isso porque considero que cada pessoa que tem a vida pública exposta e chega com coragem de revelar as entranhas da sua subjetividade, merece o nosso reconhecimento.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se nesta quinta-feira, às 9 horas, com a pauta para escutarmos os secretários de Santa Catarina que não compareceram, Secretário de Segurança e Secretário de Saúde, mas se dispuseram, através do nosso convite – o que consideramos fundamental – a comparecer a esta CPMI neste espaço.

Em seguida à próxima reunião, que sucede a do dia 24, no dia 1º de maio, na cidade de Maceió, lembrando que Alagoas é o segundo Estado em violência no País e onde ocorrerá uma audiência pública. Dia 1º de junho, porque dia 1º de maio é o Dia dos Trabalhadores, dia daqueles que fazem a riqueza deste País, e que já se passou. Então, estaremos em Alagoas no dia 1º de junho para audiência pública.

Declaro encerrada a reunião.

Boa tarde a todos.

(Reunião iniciada às quinze horas e vinte minutos e encerrada as quinze horas e cinquenta minutos)

Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro, realizada em 08 de agosto de 2012, às 19h14 horas, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que foi apresentado e aprovado o Plano de Trabalho da Comissão, com a presença dos Senadores: **Jorge Viana (PT-AC)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Eunício Oliveira (PMDB-CE)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)**, **Magno Malta (PR-ES)**, **Armando Monteiro (PTB-PE)**, **Ana Rita (PT-ES)**, **Eduardo Amorim (PSC-SE)**.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que trata da Reforma do Código Penal Brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à continuação dos assuntos debatidos no nosso último encontro, especificamente a prorrogação do prazo para oferecimento de emendas pelos Senadores e Senadoras e a apresentação do plano de trabalho pelo nosso Relator, Senador Pedro Taques.

Eu convido para compor a Mesa – já está aqui – o Senador Pedro Taques; o Senador Jorge Viana, que é o nosso Vice-Presidente da Comissão.

Srs. Senadores, Senador Aloysio Nunes Ferreira, V. Exa. tinha razão quando levantou o questionamento em relação à questão de datas. Então, para que deixemos consignado na nossa Ata e na nossa aprovação,

como o prazo regimental pode ser fatiado, ao invés de fazermos a prorrogação, como tínhamos proposto hoje pela manhã, eu estou apresentando um Requerimento de Ofício para que essa prorrogação, que pelo Regimento vai até o dia 22, seja feita até o dia 31, que é o último dia sondado. Então, vamos fazer a prorrogação por apenas dez dias e não por 20 dias, como havia sido proposto nessa manhã.

Refazendo as contas questionadas e levantadas por V. Exa., eu também compreendo que pela celeridade não há necessidade de fazermos isso por 20 dias e o faremos apenas por 10 dias, terminando o prazo no dia 31. Dia 4 de setembro é o último prazo para apresentação de emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quatro de?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quatro de setembro é o último prazo para apresentação de emendas, porque são contados dias úteis. Quatro de setembro, até porque à medida que forem chegando as emendas, o relator terá condição de analisá-las antecipadamente, para que tenhamos depois os prazos regimentais, que são muito curtos.

Os prazos regimentais são dez dias no caso de sub-relatorias e cinco dias no caso do Relator-Geral. Por proposta da Presidência e obviamente após uma conversa que tive hoje com o Senador Aloysio e outros Senadores que compõem esta Comissão, para que ordenemos os trabalhos e que não fique o trabalho diluído de um lado para outro, sugestão inclusive do Senador Aloysio Nunes, talvez a melhor forma fosse concentrar todo o trabalho nos membros da Comissão como um todo, fazendo os debates.

Assim, quanto às reuniões eu estarei aberto aos senhores para receber sugestões de convocações extraordinárias, quando estivermos aqui ou pudermos estar aqui. Eu estarei à disposição. Não sou candidato a nada nessa eleição. Estarei à disposição – e o Senador Pedro Taques também não é candidato – para agilizarmos esses trabalhos sem precisar esperar o dia do esforço concentrado para nos reunirmos.

Se houver condições de reuniões em relação a essa matéria, Senador Benedito de Lira, para receber sugestões de V. Exa. e de outros membros durante esse período, acho que seria extremamente importante. Aí, ao receber essas matérias nós criaríamos aqui, se fosse o caso, especificamente, grupos de trabalho, dividindo os trabalhos com os Senadores.

Conversei agora com o Senador Pedro Taques e ele tinha até outra opinião. Mas acho que se nós não centrarmos nessa questão principal de dar objetividade a esse trabalho e entregar esse Código Penal o mais rapidamente possível, para que tenhamos a condição

de votação, nos perderemos em grupos específicos. Então, eu queria propor aqui que agíssemos, coordenados pelo Senador Pedro Taques como Relator, como se fôssemos não uma Comissão Especial, mas um grupo de trabalho harmonioso do ponto de vista de nos concentrarmos em matérias específicas nesse momento.

Acho, inclusive, porque queria apenas sugerir, Senador Pedro Taques, que as matérias... Nós estamos num ano eleitoral. Eu não sou candidato a nada, como disse aqui, nem o Relator é candidato e muitos dos senhores não são.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Mas eu sou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas nós estamos vivendo um ano eleitoral e acho que há temas polêmicos, muito polêmicos que vão ganhar muito espaço na mídia.

Como temos vários artigos, propostas de artigos e de modificações a serem feitas – eu não quero atropelar o Relator no plano de trabalho que vai apresentar –, a minha proposta da Mesa seria no sentido de os temas mais polêmicos, que vão gerar mais questionamento na mídia, fôssemos tratando mais adiante um pouco, pois teremos tempo para isso. E tratássemos de outros vários temas que temos dentro desse projeto de mudança e de adequação do Novo Código Penal Brasileiro.

Então, eu queria apenas sugerir dessa forma, para que depois o Relator... nós tivemos muito pouco tempo para conversar na tarde de hoje sobre essa questão.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Antes de o senhor passar a palavra ao Relator, eu gostaria de emitir algumas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, perdoe-me. Apenas quero colocar em votação o Requerimento. Eu falei com o Senador Aloysio, decidi ir para outro assunto e não coloquei o Requerimento de minha autoria em votação, pela prorrogação não de 20 dias, mas apenas de 10 dias, modificando a posição que tínhamos assumido hoje pela manhã.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento por prorrogação de apenas 10 dias, ficando até o dia 4 de setembro para apresentação de emendas.

O Senador Benedito de Lira tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores companheiros, eu ouvi atentamente as ponderações de V. Ex^a. Quer queira quer não, nós estamos num ano eleitoral. Alguns Senadores, aqui, não precisam participar do processo eleitoral nos Municípios, outros precisam. Eu sou um deles.

Esse Código tem cerca de mais de 500 artigos. Logicamente, há necessidade de que tenhamos pelo menos oportunidade de fazer uma revisão rápida – se não se montar uma equipe que entenda o que é direito penal com especialidade – para que possamos vir para cá para discutir as coisas com absoluta segurança e com base no que estamos fazendo.

Eu sei que há desejo de todos de fazer com que esse Código seja apreciado no mais rápido espaço de tempo possível. Mas tem determinadas matérias, como acabou de dizer V. Exa., polêmicas. Querer poupar o período eleitoral para não tratar delas é absolutamente conveniente, eu imagino.

Eu gostaria apenas de saber qual cronograma precisaremos estabelecer para término, exatamente, do trabalho da Comissão, considerando que os juristas tiveram sete meses para compilar todos esses artigos e transformá-los num volume para apreciação desta Comissão Especial.

Então, às vezes se pode imaginar apenas que há três ou quatro temas. Vamos dar exemplo. Aborto, tema polêmico. Eutanásia, tema polêmico. Legalização da maconha. Paralelamente a esses poderão vir outros. Está certo?

Tem um assunto que talvez não tenha sido tratado neste Código mas talvez seja necessário tratar nesta Comissão, que é exatamente a maioria penal para os menores.

Nós temos assistido, quase permanentemente, a algumas reportagens estarrecedoras. Garotos de 14, 15, 16 anos com 20, 30 crimes. Não tem nada, não pode acontecer nada!

Eu ouvi um pronunciamento do nobre Senador Jorge Viana que tratou desse assunto. As organizações criminosas, os traficantes, o crime organizado está utilizando as crianças, os adolescentes, porque não tem criminoso. Esse é um tema que talvez precise ser tratado nesta Comissão. Sr. Presidente, acho que todos nós desejamos brevidade.

Agora, outra coisa eu queria perguntar a V. Exa. Como nós vamos caçar e não levamos a espingarda? Transformando isso numa linguagem mais convincente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nossa. Nordestina.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É. Vai caçar e não leva a espingarda. Então, não acontece a caça.

Eu queria saber se a Comissão já tomou a providência para imprimir esse volume do Código, para que cada um de nós possa tê-lo em mãos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Então, Presidente, eu concordo plenamente com a agilidade. Agora, enquanto há alguns Senadores que não vão participar diretamente ou com mais eficácia na eleição, há outros que vão. Eu, por exemplo, sou um deles. E eu quero participar, sem dúvida nenhuma, das reuniões da Comissão. Tenho interesse muito grande nisso.

Lógico que vou ficar no aguardo das convocações, mas queria dizer que temos uma eleição pela frente. Acho que deveríamos até aguardar a conclusão do primeiro turno. O segundo turno são lugares e espaços que vão acontecer.

Eu quero até louvar o meu querido Aloysio, que na verdade não precisa participar das eleições de São Paulo porque trouxe 30 milhões de votos para Brasília.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe. Pelo contrário. Eu participo muito. Sou um artesão da política. Eu participo da política municipal...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sim, mas a política de São Paulo é na televisão, a minha é no corpo a corpo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não. Mas eu tenho trabalho também e muitos colegas eleitores no Estado inteiro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu estou apenas fazendo essa ponderação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora, acho que se por acaso não der, vamos modulando o tempo. É evidente. Eu quero fazer o trabalho bem feito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É lógico. Até porque a Comissão Especial de Juristas teve sete meses. E nós não podemos fazer isso em 30 dias.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu acho que nós temos de ver isso no andar da carruagem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está certo. Eu respeito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu queria fazer essas ponderações ao Relator, a V. Exa. e aos demais companheiros. Agora, quando for necessário, mesmo que eu esteja envolvido até o último fio de cabelo na campanha do meu Estado, por-

que quero e preciso estar, para salvar o meu Estado e principalmente as grandes cidades de determinadas conjecturas políticas, diante das ameaças de atrasos...

Sr. Presidente, eu queria fazer essas ponderações, mas me submeterei àquilo que ficar decidido pela Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito, só para responder a V. Exa. no que se refere a esse relatório da Comissão que veio, obviamente que ao chegar ao Congresso vira um projeto. Ele veio em forma de anteprojeto de uma comissão externa que elaborou um trabalho sobre o qual nós vamos nos debruçar. Temas que estão aqui poderão ser excluídos pela Comissão. E temas que não constam aqui poderão ser incluídos pela Comissão durante o debate. Então, é só para posicionar V. Exa. de que isso não é restrito, será feito por todas as mãos e cabeças que compõem esta Comissão, obviamente recebendo informações.

Nós já estamos abrindo o *site*. E já estamos, como V. Exa. diz, disponibilizando a chamada espingarda, para usar o termo de V. Exa., que é o material para que cada um saia daqui e tenha condição... Já está na Internet, mas nós vamos disponibilizar fisicamente, para que cada um faça a leitura, a interpretação, a discussão e o que achar que deve propor aqui na Comissão.

Objetivando a conversa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Sérgio tinha pedido a palavra antes de V. Exa... Não. O Senador Sérgio está aqui inscrito. O Senador Sérgio Souza e em seguida V. Exa. O Senador Benedito de Lira, o Senador Sérgio e o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eunício.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a escolha de V. Exa. como Presidente desta Comissão. V. Exa. conduz brilhantemente a CCJ, que é a Comissão de Constituição e Justiça, e eu tenho certeza de que vai conduzir na mesma altura esta Comissão Especial para o Código Penal.

Senador Jorge Viana como Vice-Presidente, parabéns.

Senador Pedro Taques como relator é justo, principalmente, Senador Pedro Taques, pela postura que V. Exa. vem adotando como Senador em defesa do Judiciário, em defesa da legislação, em defesa de construirmos realmente algo que esteja à altura do Brasil.

Eu sou suplente desta Comissão, mas vou ser assíduo como se fosse titular. Estarei presente nas ações necessárias a esta Comissão. Quero me colocar à disposição da Mesa desta Comissão para, juntos, trabalharmos realidades do Sul, do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste, traduzi-las em uma lei geral para todo o Brasil, porque estamos falando de um instrumento que protege a vida do cidadão. Eu disse, há pouco, no plenário do Senado, que achava anormal o número de homicídios na região metropolitana de Curitiba – 55 a cada 100 mil –, publicado, ontem, no maior jornal do meu Estado, a *Gazeta do Povo*. Em Curitiba, quase 32 a cada 100 mil. Isso é anormal. Então, o problema da criminalidade não está somente em determinadas regiões específicas, como favelas do Rio de Janeiro, São Paulo, periferias. Ela está pulverizada no Sul, no Brasil como um todo. E temos que repensar, realmente, alguns parâmetros.

Inclusive apresentei, recentemente, um projeto para nós darmos, Sr. Presidente, ao menor infrator reincidente o mesmo tratamento dado ao cidadão acima dos 18 anos. Temos que aplicar a pena do Código Penal, porque, senão, não teremos a punibilidade à altura para que o cidadão sinta que estamos fazendo justiça. Organizações criminosas estão utilizando desse que é tido como “inimputável” – entre aspas – ou que é submetido a três anos de pena de reclusão em estabelecimento especial pelo ECA. Temos que repensar algumas coisas, porque o adolescente da minha geração, o adolescente da geração de muitos dos Srs. Senadores tinha uma formação e vivia num mundo totalmente diferente. O adolescente de 1940 não é o mesmo adolescente de hoje. Vamos ter que repensar. E sabemos da responsabilidade dessa condução.

Por isso, parabeno V. Exa., pela Presidência, e o Senador Pedro Taques, pela relatoria, porque, realmente, teremos que ter pulso firme e ser corajosos muitas das vezes para podermos inserir ou retirar algo que não interessa à sociedade brasileira, não interessa ao Brasil por inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Sérgio Souza. V. Exa. fique tranquilo em relação à condição que V. Exa. coloca de suplente, porque é apenas uma questão de composição partidária. Todos que estão nesta Comissão serão tratados da mesma forma, independente de serem titular ou suplente, Senador Sérgio Souza.

Tem a palavra o Senador Magno Malta. Em seguida, vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques para que ordene aqui a questão da apresentação do plano de trabalho, porque esta reunião tem a finalidade

específica de ouvi-lo nessa questão da apresentação do plano de trabalho.

O Senador Magno Malta tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Senador Eunício, eu, a exemplo de outros Senadores, a exemplo do Senador Benedito, tenho minhas preocupações. Eu penso que a importância desta matéria é tão grande que não podemos defini-la de forma açodada. É preciso que haja profundidade, porque são 72 anos de lá para cá para haver uma comissão como esta. Nós não vamos esperar mais 72 anos para corrigir o que erramos aqui de forma açodada. Nós estamos dentro de um processo eleitoral e, com todo respeito a V. Exa., com quem concordo até certo ponto, nenhum de nós é candidato, mas eleição tem movimentação recíproca. Se vamos, agora, para um movimento eleitoral municipal, é dando reciprocidade aos nossos companheiros que nos trouxeram para cá. De certa forma, somos candidatos sim. Nós temos responsabilidades com as pessoas que acreditaram em nós, nos nossos discursos e nos trouxeram para cá. Nós estamos dentro de um processo eleitoral. Nós vamos ter semanas de esforço concentrado e outras, não. Será que vamos conseguir juntar?

Penso que o tempo é curto e, como, nesta Casa, se quebra o interstício, se faz qualquer coisa –, vejo comissões que não dizem nada, não existem para nada e renovam prazo o tempo inteiro; dois, três anos falando uma coisa que não chega a lugar algum –, não vejo a necessidade de esta Comissão ser tão açodada e termos que entregar logo para poder votar.

Um grupo de juristas passou um tempo inteiro para produzir essa peça, que tem muita coisa ruim para ser consertada e muita coisa ruim para ser tirada também. Mesmo essas coisas ruins, elas afrontam a maioria absoluta da sociedade brasileira, a maioria absoluta da sociedade brasileira.

Quando se trata a questão de aborto, a questão de droga, a questão da homofobia, uma série de coisas que querem trazer para aprovar aqui dentro, porque não conseguiram em comissões permanentes, nós precisamos ter muito cuidado. Sim, senhor. Tem sim, tem. O que não foi conseguido em comissão está aqui. Estou falando que tem muita coisa ruim aqui dentro. Então, precisamos discutir. Sim, sim, claro. Eu estou me preparando para vir a esta Comissão faz tempo. Eu constituí uma assessoria de juizes, promotores, ONGs e tal que militam, e estamos trabalhando isso já há algum tempo. E há tanta coisa para ser discutida. Todo tema aqui é polêmico. Vamos discutir, por exemplo, uma conquista do cidadão. É cláusula pétrea, nós precisamos mudar. Não, mas cláusula pétrea não muda. Quem inventou esse negócio de cláusula pé-

trea? Então, convoca-se uma nova constituinte e muda o que está errado.

Porque quem comanda, por exemplo, o Tribunal do Júri hoje? É o juiz? É o promotor? Não. É o sujeito que esquartejou uma mulher, deu para cachorro comer. Ele é que comanda. Eu fico calado. Vocês acabam com essa festa na hora em que eu quiser. Eu não falo nada. Marca outro, eu venho e fico calado de novo. Agora, a testemunha que quer colaborar, viu o crime, quer falar, quer fazer justiça já entra tomando esporro do juiz: se o senhor mentir, sai daqui preso. Mas quem matou, esquartejou comanda o júri, faz o que quer. O nosso ordenamento jurídico é uma piada de mau gosto, que só julga recurso. Não, nós precisamos do DNA do Bruno. Ele precisa cuspir para copiar o DNA dele para saber se o filho da Eliza Samúdio é dele. O Bruno fala: “eu não cuspo.” O advogado dele fala: “ele não vai cuspir, porque o cuspe dele é prova contra ele.” Ele é que está certo. Ele é que comanda tudo. Quem vem depor como testemunha não vale nada.

O sujeito cometeu um crime, foi pego no vídeo de monitoramento. Alguém filmou o sujeito assassinando, em Belo Horizonte, dando um tiro no rosto da mulher dentro do salão de beleza. A câmera filmou o cara atirando no rosto da mulher. Isso aí não vale. Ele fugiu do flagrante. Quer dizer, a nossa lei é o seguinte: se o cara tiver a capacidade de correr e sumir na hora do crime, ele já ganha um prêmio, ele já é elogiado. A lei já o beneficia. Ele fugiu do flagrante. Ele já tem os benefícios. Palmas para ele. Isso tudo é piada que tem que ser discutida com profundidade – piada que tem que ser discutida com profundidade. Então, tudo é polêmico. Tudo é muito polêmico. Então, não tem nenhum tema que vamos correr, vamos fugir. Tudo é polêmico. Não há nada aí que não seja polêmico.

Então, penso que precisamos ter paciência com o tempo. E até diria: se não der para votar este ano, que vote no ano que vem, mas precisamos ter paciência. É um tema muito precioso para a sociedade, uma sociedade que é violentada todo dia por essa violência colocada.

Por exemplo, a questão da redução na maioria penal. Onde um macho de 17 anos é menino? Diz para mim. Que estupra, que mata, que sequestra. Menino de 15 anos pega o jornalista, coloca-o em um pneu, põe fogo e queima. Não, porque foi um adulto de 20 que induziu essa criança de 15. Me engana que eu gosto. Me engana que eu gosto.

Então, tudo é polêmico. Precisamos tratar isso com muita seriedade. Penso que o tema é exíguo. Estamos dentro de um processo eleitoral. E, dentro do processo eleitoral, ainda que eu não seja candidato, eu sou diferente de outros, porque outros, nesse proces-

so, correm. Eu vou porque preciso ser recíproco com quem me apoiou. Vou estar aqui, convocado, e sei que precisamos estar, porque o tema requer seriedade, profundidade da nossa parte. Agora, o tempo é curto, é exíguo demais, e não podemos fazer nada de forma açodada para, depois, não respondermos de forma negativa para a sociedade, porque, se demorou 72 anos para haver uma discussão dessa natureza para chegar aonde estamos querendo chegar, não vamos esperar passar mais 50 para os nossos netos fazerem uma comissão e dizerem: lá atrás, aqueles Senadores – e dá o nome de nós todos – tiveram oportunidade e não fizeram nada que prestasse.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge... Não, só para dizer para o Senador, só para deixar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, só para ordenar aqui um pouco, talvez, a correção da minha fala. Quando eu disse que não era candidato e que muitos de nós não éramos, eu não estou dizendo que não vou participar da eleição. Eu vou participar da eleição com muita dedicação. Agora, uma coisa é quando você é o candidato, que tem que estar lá 24 horas daqui até o dia da eleição; outra coisa é quem pode sair um dia, perder um dia, perder um comício, talvez, e estar aqui. Foi isso que eu quis dizer e não dizer, Senador Magno Malta, que não ia participar da eleição.

Então, como o objetivo desta reunião – esta é a segunda reunião – é que o Senador Pedro Taques possa apresentar o seu plano de trabalho...

Senador Jorge Viana, pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, já comuniquei a V. Exa. e ao colega Pedro Taques e queria comunicar aos colegas também: estou com um problema, realmente, temporário. Houve um grande impasse na questão do Código Florestal e está havendo uma reunião, no Palácio, com o Senador Luiz Henrique e vários Ministros. E eu preciso estar lá. Só queria reafirmar aqui que já estou trabalhando neste tema faz tempo. É algo que me faz ser útil como Senador. Vejo que este é um assunto da maior importância para o nosso País, para a nossa sociedade. Eu estou aqui para ajudar, para cumprir todas as missões que houver aqui, atendendo o nosso Relator e o nosso Presidente. Disposição não me falta. Já, já vou pegar essa proposta de plano de trabalho do Senador Pedro e estar juntos com os colegas. Talvez uma das tarefas mais nobres aqui, no Senado, seja a reforma do Código Penal, depois de mais de 70 anos do outro, cuja

validade já venceu. Então, peço desculpa aos colegas. Vou lá rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exa. está liberado da Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Até porque a Bíblia diz que o que passa de 70 é cansada e enfada. Já faz dois anos de cansada e enfada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques para a apresentação do seu plano de trabalho a esta Comissão.

Senador Pedro Taques, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aqui nós temos que debater e decidir alguns pontos.

O primeiro ponto é sobre o tempo. Todo mundo sabe o que é o tempo, mas poucos o definem. Nós vamos apresentar este projeto votado este período legislativo, independente das eleições ou não? Qual é o tempo que vamos percorrer para que a Comissão Especial possa apresentar este projeto? Esse é o primeiro ponto. Isso tem consequências. Realizaremos ou não audiências públicas? Ouviremos ou não outras pessoas? O tempo é fixado pelo Regimento Interno. Nós temos um prazo regimental, que tem que ser obedecido. Assim, eu ousa sugerir algumas datas, alguns tópicos aqui, que passo a fazer a leitura, com toda tranquilidade, porque tenho a certeza de que todos aqui têm a compreensão da importância deste projeto para a sociedade brasileira.

Este projeto regra relações entre pessoas, regra a vida, o patrimônio, a liberdade, a honra, a dignidade da pessoa humana. Então, nós todos – e tenho essa certeza – saberemos trabalhar num tempo que seja razoável, sem afogadilho, mas nesse tempo que o Regimento Interno determina.

Passo a fazer a leitura, Sr. Presidente.

Nosso atual Código Penal, como todos sabemos, é de 1940. Por ter sido elaborado na vigência do regime do Estado Novo, nasceu atrelado às fontes do passado, fazendo com que, em detrimento da própria vida e dos direitos difusos e coletivos, seja privilegiada a proteção do patrimônio individual.

Nossa Constituição, por sua vez, ao direcionar o Brasil rumo à construção de um Estado social e democrático, superou esses velhos dogmas do liberalismo clássico, contemplando os direitos sociais e direcionando a tutela do Direito para o lugar da proteção coletiva da sociedade.

Além disso, a partir da década de 90 do século passado – parece que já ficou longe –, com o processo de globalização a sociedade mundial foi conduzida

a uma dinâmica cuja velocidade das transformações não encontra precedentes históricos.

O Estado, para manter a soberania que lhe resta, deve estar atento para regular novos processos e interações sociais, econômicas e políticas, respondendo rapidamente às demandas da chamada “sociedade de risco”.

No campo da segurança pública, por sua vez, essa situação se torna dramática, pois o progressivo fomento do pensamento economicista e a impossibilidade de atendimento das inúmeras demandas e desejos alimentados por essa lógica são fontes inesgotáveis para a escalada global do crime organizado e de outras formas de interação que estejam à margem ou mesmo contra a legalidade.

Nesse contexto, surgem a Política e o Direito como os grandes bastiões de construção de estruturas institucionais que visem garantir a segurança da população.

De outra feita, o atraso do Código Penal fez com que inúmeras leis esparsas fossem criadas para atender às necessidades prementes. Como consequência, tem-se o prejuízo total da sistematização e organização dos tipos penais e da proporcionalidade das penas, o que gera grande insegurança jurídica, ocasionada por interpretações desconstruídas, jurisprudências contraditórias e penas injustas – algumas vezes, muito baixas para crimes graves e, outras, muito altas para delitos menores.

Me permito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas citar um caso. Roubo qualificado – pena: cinco anos e quatro meses no mínimo. Dois cidadãos vão ao parque do Ibirapuera e ali roubam um par de tênis, um chinelo: cinco anos e quatro meses é a pena mínima. Homicídio chamado de simples, como se fosse simples tirar a vida do cidadão: pena mínima de seis anos de reclusão. Nós temos aqui um desvalor dessas condutas.

Baseando-se, assim, nessa necessidade preeminente de adequar os ditames erigidos na Constituição Federal de 1988 e as novas exigências de uma sociedade complexa e de risco em um ordenamento que, apesar de essencial a garantia da legalidade ao cidadão, encontra-se ultrapassado e desproporcional, propus, com suporte no art. 374, parágrafo único, do Regimento desta Casa, o Requerimento nº 756, de 2011, para formação de uma Comissão Especial de Juristas.

Aprovado o requerimento, no dia 10 de agosto de 2011, a Comissão Especial foi instalada com membros estudiosos, advogados, promotores, procuradores e juizes, que somavam as mais diversas opiniões jurídicas possíveis, representando o debate jurídico-penal brasileiro de modo democrático.

Após os trabalhos analíticos e louváveis dos membros da Comissão, que perdurou de outubro de 2011 a junho de 2012, com análises de milhares de sugestões – repito: milhares de sugestões – enviadas por cidadãos e realização de audiências públicas em diversas regiões do País, foi apresentado relatório final do anteprojeto do Código, com 543 artigos.

Uma vez subscrito pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney, o agora projeto de lei é submetido à análise dos membros do Senado como PLS nº 236, de 2012, a começar pelos membros da presente Comissão Temporária, nos termos do art. 374 do Regimento.

A Comissão Temporária de Senadores, que é composta por 11 titulares e igual número de suplentes, foi instalada hoje, 08 de agosto de 2012, ocasião em que os Senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Jorge Viana (PT-AC) foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

O Presidente Eunício, por sua vez, com apoio do colegiado, indicou-me como Relator-Geral desta proposta.

Lembro que o Código Penal deve ser analisado como uma conquista da civilização moderna, que apenas admite a cominação de penas e sua execução a partir de regras claras, previamente aprovadas e publicadas.

Assim, se, de um lado, o Direito comumente anda a reboque da evolução social, de outro, o legislador deve sempre estar atento para a necessidade de atualização dos preceitos normativos, sob pena de se gerar injustiça e falta de efetividade das normas, o que se torna dramático na seara penal, que trata da proteção dos maiores bens jurídicos do ser humano: a vida e a liberdade.

Desse modo, inúmeros são os argumentos que justificam a necessidade de que nosso trabalho seja o máximo possível ordenado e eficaz.

Do objetivo da Comissão de Senadores. A Comissão tem o objetivo, por óbvio, de analisar, discutir e deliberar sobre o PLS nº 236, de 2012.

O projeto é de alto nível e elevada técnica. Entretanto, como toda obra humana, pode conter imperfeições. Diante disso, o objetivo da Comissão de Senadores é ouvir todos os segmentos interessados de modo a, ao final, suprir eventuais omissões, corrigir ocasionais deficiências e excluir equívocos para entregar à sociedade um Código que se constitua em um moderno instrumento de aplicação do Direito, saneando todas as mazelas apontadas para a propositura e suprindo todas as expectativas indicadas.

Prestigiar a adequação à Constituição Federal de 1988 e às inovações tecnológicas, disponibilizar

meios que possibilitem uma melhora na segurança pública do País e sistematizar nossas leis penais são os nossos objetivos centrais.

Cronograma de trabalho. Em relação ao processo legislativo propriamente dito, o cronograma será o seguinte: o prazo para apresentação de emendas começou no dia 10 de julho, mas, em virtude da decisão tomada pelo Plenário na primeira reunião realizada por esta Comissão, houve a concessão de 10 dias úteis de prazo para apresentação de emendas, de modo que o termo final dessa etapa ocorrerá no dia 4 de setembro.

Após, tem início o prazo para apresentação do relatório geral, que vai de 5 de setembro a 12 de setembro de 2012, conforme artigo 374, inciso V, do Regimento Interno do Senado da República.

A votação na Comissão e a elaboração do parecer final, por sua vez, devem ocorrer entre 13 de setembro e 19 de setembro de 2012. Esse é um prazo regimental. Nós poderíamos, se assim a Comissão decidir, fazer alterações com prorrogação, conforme estabelece o Regimento Interno.

Por derradeiro, opino que as reuniões desta Comissão ocorram ordinariamente às terças-feiras e quintas-feiras – é uma sugestão –, às 9h30 da manhã.

Roteiro de trabalho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É uma sugestão, senhores. Não é...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – Eu estava querendo entender.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O.K. Vou repetir.

Por derradeiro, opino que as reuniões desta Comissão, salvo melhor juízo de V. Ex^{as}, ocorram ordinariamente às terças-feiras e quintas-feiras.

Por que não às quartas-feiras, senhores? Desde logo, justifico. Porque, às quartas-feiras, temos a Comissão de Constituição e Justiça, e quase todos os membros, se não todos, fazem parte dela. Aí não teremos condições de cumprir o nosso papel...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Pedro, numa semana há o esforço concentrado, na outra não há. Na semana em que não há, não tem a quarta-feira a Comissão de Justiça. Então se poderia modificar: na semana de esforço concentrado, às terças-feiras e quintas-feiras; naquela em que não há, às terças-feiras e quartas-feiras.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós temos a situação das deliberações do Plenário do Senado, em semanas alternadas, com a Câmara dos Deputados, como todos nós sabemos, e, nessa semana em que não existe a Ordem do Dia, com deliberação, nenhuma objeção a serem dias seguidos. Isso é pos-

sível, mas eu não posso decidir. Nós precisamos da votação, não é isso? Precisamos da votação.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Por que não nos concentrávamos em um dia? Nós só teríamos praticamente essa tarefa. Não havendo esforço concentrado, fazemos em um dia uma jornada. Duas ou três por dia.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não tenho nenhuma objeção.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– O dia inteiro. Pode ser.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) –

Das 7h da manhã às 4h da madrugada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/

PSDB – SP) – Na madrugada, não, pelo amor de Deus.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) –

Por quê?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/

PSDB – SP) – Porque sou um homem idoso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – Vamos ouvir o Senador Pedro Taques.

Só para ordenar aqui. Então, a proposta...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não,

estou obedecendo a ordens.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – A proposta inicial seria... Só para entender.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós

temos três situações, senhores. Três situações: às terças-feiras e quartas-feiras, às 9h30. Aí houve uma sugestão do Senador Magno Malta, para que, naquela semana em que não exista Ordem do Dia com deliberação, seja às terças-feiras e quartas-feiras.

Agora, existe uma terceira proposta, do Senador Armando Monteiro, de que as duas reuniões poderiam ser concentradas no mesmo dia, naquelas semanas...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Em que dia é a entrega do próximo relatório?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Entre

13 e 19 de setembro, porque o Regimento determina isso. O Regimento determina isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/

PMDB – CE) – Permite o Regimento que se quadruplique o prazo. É o que permite...

Só para deixar claro em relação ao Regimento. O Regimento permite quadruplicar esse prazo, ou seja, não o prazo... quadruplicar o prazo a cada 20 dias. Ou seja, nós podemos fazer até 80 dias de prorrogações, sim, havendo necessidade ou entendimento da Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria fazer uma sugestão sobre o calendário, Presidente, sobre o sistema de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concluiu? Ah, desculpe-me, Pedro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele está no meio do calendário. Vamos... Não, não, sem...

Senador Pedro Taques – não sei se V. Ex^a concorda, para irmos matando, fechando os assuntos –, o assunto de que V. Ex^a trata é o do calendário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A Secretaria já está anotando. Aí faço a modificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Do calendário. Pois é, do calendário. Vamos fazer por tópicos, sem querer tirar o raciocínio de V. Ex^a...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... apenas para ordenar os trabalhos.

Já definiríamos, dentro do roteiro de trabalho do Senador Pedro Taques, a questão do calendário, que ele coloca.

Então, são três sugestões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exa.

Não, não. Calma, Senador Ricardo.

Existem três sugestões, que foram apresentadas ao Senador Pedro Taques. Como ele está dizendo que não tem nenhum problema em anuir a qualquer uma das três propostas no plano de trabalho, é preciso que definamos, já para irmos matando os assuntos, qual dos dias, como seria isso.

A Senadora Ana Rita me pede a palavra.

Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente. Eu gostaria de colocar a minha preocupação em alterar o Código Penal, que tanto a sociedade deseja que seja atualizado, num período tão curto e tão especial, que é o período eleitoral, em que teremos pouquíssimas semanas de trabalho neste Senado.

Na minha opinião, acho que é muito... Gostaria que o senhor pudesse rever esse prazo, que pudéssemos ajustar isso, para que tenhamos mais tempo. E,

mais do que isso, um Código que existe, há 72 anos – como o senhor mesmo disse, ele é do século passado –, para ser atualizado para atender às expectativas da nossa realidade... E, conforme disse a Senadora Marta hoje cedo, o Código tem de refletir a nossa realidade atual e tem de pensar o futuro das gerações também.

Então, fazer isso num prazo tão pequeno acho muito precipitado. Penso que poderíamos pensar num cronograma que nos possibilitasse fazer debates aqui no Senado, audiências públicas, ouvir setores da sociedade, segmentos da sociedade, porque reformular um Código, sem que haja a participação efetiva da sociedade considero bastante precipitado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senadora Ana Rita, a sua proposta é a mesma que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, vamos ordenar os trabalhos.

Acho que o Senador Pedro Taques está colocando um organograma de trabalho e concordo até com a preocupação, com a questão de prazo. Como está todo mundo colocando, é uma preocupação.

Então, é melhor deixarmos o Senador Pedro Taques fazer a apresentação do trabalho dele e, na sequência, abrimos para a discussão, senão vamos fazer uma discussão a cada palavra do Senador Pedro Taques. Nesse caso, prefiro que os que tiverem dúvida anotem, por favor, para que o Senador Pedro Taques continue na sequência da leitura do trabalho.

Senador Pedro Taques, V. Exa. tem a palavra de volta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, vou responder à senhora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode responder.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso responder?

Nós todos sabemos, senhores, que esse prazo... Não podemos votar isso aqui de afogadilho. No entanto, temos de respeitar o Regimento Interno do Senado, a não ser que tenhamos de modificá-lo, para depois votarmos esse projeto de lei do Senado. Existe prazo regimental.

O relator, como diz o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, é um escravo do Regimento. Sou escravo do Regimento, não posso modificá-lo. O Regimento, nos arts. 354, V, e 374, VI, norteia esse lapso temporal, e nós não podemos fugir disso.

É possível a prorrogação desse prazo? É possível até quatro vezes, mas não posso prorrogar o prazo, antes de findarmos, de chegarmos ao termo final desse prazo. O.K.?

Então, vou fazer a leitura do prazo. Vou fazer a leitura.

O prazo para apresentação de emendas começou no dia 10 de julho. Estou respeitando o Regimento, mas, em virtude da decisão tomada pelo Plenário na primeira reunião realizada por esta Comissão, houve a concessão de 10 dias úteis de prazo para a apresentação de emendas. De modo que o termo final dessa etapa ocorrerá no dia 4 de setembro. Eu não inventei esse prazo. Ele está no Regimento Interno. Após, tem início o prazo para a apresentação do relatório geral, que vai de 5 de setembro a 12 de setembro.

É muito curto? Eu entendo que esse prazo é muito curto, de que ele será muito curto, notadamente tendo em conta a questão eleitoral, do esforço concentrado e a importância da matéria que estamos a debater. Mas não posso, como Relator, apresentar um plano de trabalho, dando conta da possibilidade de prorrogação de algo que nem se iniciou. Essa é uma lógica que todos nós aqui compreendemos.

A votação na Comissão e a elaboração do parecer final, por sua vez, deve ocorrer entre 13 de setembro e 19 de setembro de 2012. Isso está no art. 374, VI, do Regimento Interno.

Por derradeiro, opino que as reuniões desta Comissão ocorram ordinariamente às terças-feiras e quintas-feiras, às 9h30.

Aqui, Sr. Presidente, nós já temos duas outras ponderações. A primeira, terças-feiras e quartas-feiras naquelas semanas em que não existe Ordem do Dia, ou, naquela semana em que não existe Ordem do Dia, duas reuniões no mesmo dia, o que é a sugestão do Senador Armando Monteiro.

Roteiro de trabalho.

Para a consecução dos objetivos traçados, este plano de trabalho prevê a elaboração, para consulta pública, de um quadro comparativo, para colocar, lado a lado, a redação em vigor e a proposta do projeto primitivo.

Também faremos contatos com diversas instituições interessadas ou atingidas pelo projeto; realizaremos audiências públicas dentro e fora do Senado Federal. Se os senhores assim concordarem, teremos de estabelecer as audiências públicas dentro desse cronograma, mas quero crer que um projeto como esse não pode dispensar audiência pública.

E nós, aqui, senhores, para essas audiências públicas, sugeri algumas datas, que podem ser modificadas.

Remeteremos cópias do projeto para diversos órgãos, disponibilizando *e-mail* para a recepção de sugestões; realizaremos reuniões de trabalho com especialistas da área.

Será promovido o diálogo com os seguintes órgãos: Ministério da Justiça; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Conselho Federal da Ordem; Advocacia-Geral da União; Ministério Público Federal; Defensoria Pública da União; Associação dos Magistrados Brasileiros; Associação dos Juizes Federais do Brasil; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Um diálogo. Isso não significa que serão audiências públicas, a não ser que nós assim possamos determinar.

De início, postulo a realização das seguintes audiências públicas. Isso, com datas que podem ser alteradas. Agora, se a Comissão entender que não deveríamos realizar audiências públicas, vamos aqui decidir em conjunto.

Nós temos de ouvir o Ministro da Justiça. Nós temos de ouvir o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Gilson Dipp, que presidiu a Comissão Especial, para que possa nos dar uma noção do que foi feito.

Audiência... Aqui existem algumas sugestões de audiência, e temos de ouvir também as instituições dos operadores do Direito. Aqui temos sugestões de datas, que podem ser modificadas.

Além disso, sugiro que sejam realizadas audiências públicas externas, se a Comissão o desejar.

Todos os Senadores não-membros desta Comissão Especial também devem receber cópia do relatório, para que possam trazer as suas sugestões. Todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal merecem receber cópias; Ministros do STJ; seções da Ordem dos Advogados; Tribunais de Justiça; todos os Tribunais Regionais Federais; todos os membros das Procuradorias da República.

As revisões de trabalho com especialistas da área serão realizadas em nossos gabinetes ou em entidades, tudo mediante prévio agendamento, de modo a permitir, como se diz, que todos os segmentos façam as sugestões de aperfeiçoamento ao projeto.

EQUIPE DE TRABALHO

Para a elaboração do relatório, de forma permanente, designarei assessores, membros da minha equipe jurídica e de comunicação, bem como manterei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... contato com a Consultoria Legislativa, com juristas e especialistas do tema.

Além disso, discutirei as sugestões com a Comissão de Juristas, presidida pelo Ministro Dipp.

Na logística, ficarão os funcionários de apoio às comissões temporárias, sob a coordenação do servidor Reinilson Prado, que aqui se encontra.

Ofício para a TV Senado, para a Rádio Senado, para o Jornal do Senado e para a Agência Senado.

Essas ações, aliadas a outras que se façam necessárias no curso do processo – como a sugestão de V. Ex^a – tem como propósito aprovar o projeto com a máxima ordenação, efetividade dos trabalhos, celeridade e colhimento de manifestações e sugestões dos cidadãos, com vistas a um resultado democrático, que contemple as demandas da sociedade.

Esperamos, assim, cumprir o papel do Senado de Federal de dotar o País de um Código moderno, que possibilite a todos nada mais do que a Justiça.

Sala das Comissões, nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PBDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Exa. conclui a leitura?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Excelência.

Permite-se só mais um detalhe?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PBDB – CE) – Pois não. Eu quero só fazer um comunicado, em seguida, que recebi da Mesa agora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PBDB – CE) – Acabo de receber um comunicado da Mesa do Senado Federal, que foi lida agora, nos seguintes termos:

A Presidência do Senado [obviamente da Mesa do Senado] fixa o calendário de tramitação da Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro, nos termos do art. 374 do Regimento Interno.

É o seguinte o calendário:

- Apresentação de emendas: de 09/08/2012 a 05/09/2012 (vinte dias úteis, considerados a partir dessa data de hoje);
- Relatórios parciais: 06 a 20 de setembro de 2012 (dez dias úteis);
- Relatório do Relator-Geral: 21 a 27 de setembro de 2012 (cinco dias úteis);
- Parecer final da Comissão Especial: 28 de setembro a 04 de outubro de 2012.

A Presidência comunica ainda ao Plenário que, nos termos do inciso II do art. 374 do Regimento Interno, serão anexadas ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, todas as proposições em curso ou as proposições sobrestadas em tramitação nesta Casa, que envolvam matéria a elas relacionadas.

Então, o calendário acabou de ser lido. Coincide com o nosso calendário, mas foi o calendário já lido no Plenário do Senado Federal.

Era isso que queria comunicar aos senhores.
Senador Aloysio.

O SR. – É uma decisão do Plenário ou uma...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Da Mesa.

O SR. – Da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Da Mesa.

Foi a Mesa que criou a Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me antes...

Senador Aloysio; em seguida, V. Exa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me antes, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Pedro Taques, Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, apenas para dizer, senhores, que temos também de tomar alguns caminhos.

Há necessidade de criarmos grupos de trabalho, para discutir os títulos da Parte Especial do Código Penal. Isso é possível. A Parte Especial tem 17 títulos. Vou citar alguns: Crimes contra a Pessoa, Crimes contra a Dignidade sexual, Crimes contra os Direitos Humanos, e daí por diante.

Seria interessante formar grupos de trabalho por nós definidos, por famílias, em que exista unidade de bem jurídico penalmente tutelado.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Pedro Taques apresenta um plano de trabalho ambicioso, mas que está dentro dos limites de tempo prescritos pelo Regimento Interno, que acabam de ser confirmados agora pela decisão da Mesa Diretora.

Penso, Sr. Presidente, que essas reuniões, essas audiências sugeridas pelo Senador Taques são úteis, embora todas essas instituições já tenham sido ouvidas durante a elaboração do anteprojeto pela Comissão de Juristas.

Mas, como elas vão concorrer no prazo de apresentação de emendas, acho que é bom, porque isso pode suscitar emendas, digamos assim, oportunas. Não vejo nenhum problema, acho útil, etc.

Agora, tenho muita dúvida sobre este negócio de audiência pública. Quero dizer aos senhores que

não acredito que a audiência pública signifique ouvir a sociedade.

“Vamos fazer audiência pública para ouvir a sociedade”: conversa. Audiência pública para ouvir grupos de pressão organizados: é assim que funciona. Foi assim durante o período em que a Comissão de Juristas esteve fazendo seu trabalho. Houve várias audiências públicas. Eu participei de uma delas, lá no Tribunal de Justiça de São Paulo. Não fugiu à regra.

Audiência pública seja para isso, seja para licenciamento ambiental, para o que for: vão lá os grupos de pressão organizados, a favor ou contra dois ou três temas.

Foi assim também aqui, neste plenário, nesta galeria, quando a Subcomissão Penal promoveu uma reunião com o Dr. Gilson Dipp e alguns Secretários da Segurança. A galeria foi ocupada por dois grupos de pressão a favor ou contra o aborto, com cartazes, bonecos, não sei o quê, símbolos... É isso.

Vamos ter o mesmo cenário aonde formos. Entendo que cada um de nós deve ser uma audiência pública ambulante. Quer dizer, cada um de nós tem o seu círculo de relações, o seu eleitorado, as instituições a que está vinculado; cada um de nós tem essa missão, porque esse é o nosso papel de Senadores.

Nós somos pagos para isso, afinal de contas, para ouvir as pessoas. Então, cada um de nós que colha as impressões da sociedade, nos meios em que frequente e com setores da sociedade com que tenha contato e que nos procure para trazer sugestões. Agora, audiência pública, uma em cada região do País, me perdoe, meu querido Pedro Taques, mas eu acho que é pura perda de tempo. E tendo em conta o calendário exíguo que nós temos diante de nós, eu creio que nós ganharíamos mais se nos concentrássemos em nosso próprio trabalho – e já teremos muita coisa para fazer!

Quanto ao calendário, eu fui tentado num primeiro momento... Eu sou pela proposta do Senador Magno Malta: quando houver esforço concentrado, fazemos dois dias consecutivos, terça e quarta; quando não houver, terça e quinta. O Senador Armando Monteiro propôs fazer num dia só. No início fiquei tentado a pender para essa sugestão, mas, pensando melhor, levando em conta a minha experiência, acho que existe um limite físico de aproveitamento. Você fazer o dia inteiro, começar de manhã e terminar à noite... Chega uma hora em que você quer acabar, você não quer mais continuar, você está premido pelo cansaço. Então, eu acho que é mais tranquilo fazermos efetivamente dois dias, terça e quarta. Pode até na quarta terminar mais cedo, mas com mais calma nós refletimos melhor, discutimos melhor, podemos parar um momento para conversar com a consultoria. Enfim, é melhor, eu acho

que é melhor fazermos uma coisa dentro do nosso limite físico. Falo por mim, porque temos atletas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, só para deliberarmos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu só queria ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que está inscrito, e já dou a palavra a V. Exa. para ponderar.

Quero apenas ponderar o seguinte. O Senador Pedro Taques propõe – eu quero aprovar por etapas – que, nos dias em que nós estivermos aqui em esforço concentrado, fizéssemos segunda, terça e quarta, porque na quarta há a ordinária... Eu digo as comissões, porque somos membros da mesma comissão, todos são membros da Comissão de Constituição e Justiça. Então, podia ser terça e quinta quando houver esforço concentrado, podendo ter até mais de uma, se for necessário, no dia de esforço concentrado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou eventualmente fazer a Comissão da CCJ, se não houver nada premente, uma vez que V. Exa. é o presidente de ambas...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há problema algum. Eu acho que podemos dar prioridade a isso. Não há problema algum: no dia de esforço concentrado, aproveitamos o calendário sugerido pelo Senador Pedro Taques, porque eu acho que é extremamente razoável nesses dias.

No período em que não houver esforço concentrado, aí temos duas propostas. Uma, que é do Senador Armando Monteiro, do Senador Sérgio e do Senador Randolfe... Vamos colocar em votação essa sugestão, vou aguardar um pouquinho para poder colocar em votação.

Senador Randolfe, por favor.

A discussão em votação é a seguinte. O Senador Pedro Taques está propondo, e eu tenho de aprovar aqui na Comissão, um calendário. Na semana de esforço concentrado, nós faríamos aqui duas reuniões já deliberadas – poderíamos até fazer uma terceira reunião se houver necessidade nesse período, uma vez que estaremos todos aqui obrigatoriamente.

Já para a semana em que não houver esforço concentrado, existem duas propostas. Uma proposta no sentido de que façamos terça e quarta e outra proposta, que o Senador Armando Monteiro pede apenas para colocar sem prejuízo da palavra de V. Exa., Senador Ricardo Ferraço, no sentido de que num dia viríamos todos para cá, independentemente de campanha, e passaríamos o dia inteiro: a manhã, almoçaríamos em algum lugar, conversaríamos e, à tarde, faríamos a

segunda reunião até um determinado horário, é óbvio que ninguém vai ficar aqui até a madrugada.

Então, quero só ponderar e pedir aos Srs. Senadores que preciso colocar em votação.

Primeiro: todos concordam que na semana em que estivermos aqui em esforço concentrado façamos duas reuniões ou até mais de duas se tivermos condições de assim fazer?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permita, Sr. Presidente, uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nessas semanas de esforço concentrado, como o próprio nome está a dizer, todos nós temos várias atribuições, várias. As comissões...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não à tarde, não é?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, à tarde também.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É, eu vou citar o meu caso: eu vou abrir mão, nesse período, da Comissão de Meio Ambiente para que eu possa me dedicar a isso. E nós temos de entender que nós vamos ter de debater cada um dos 543 artigos. Teremos subsídios para o debate de cada um desses artigos, e temos de votar, apresentar e receber emendas. Então, nessa semana concentrada, eu tenho dúvidas se isso será possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Duas reuniões?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Terça e quinta... Mas a proposta de terça e quinta é de V. Exa!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, é isto: terça e quinta. Estou ponderando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, terça e quinta.

Vou colocar em votação: na semana em que houver esforço concentrado, ficam as reuniões para terça e quinta.

Em que horário, Senador Pedro Taques, V. Exa sugere?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Às 9h30.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Às 9h30, terça e quinta, na semana de esforço concentrado.

Na semana em que não houver esforço concentrado...

O Senador Armando Monteiro queria fazer uso da palavra só para ponderar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Queria ponderar com o Senador Aloysio que, no dia em que não há o esforço concentrado, não há nenhuma obrigação normal dos Senadores – vamos dizer assim –, não há nenhuma concorrência com outro evento...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só a CPI.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Hein?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só a CPI.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Durante a semana em que não há o esforço concentrado...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Na semana que vem nós temos duas reuniões...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quantos companheiros aqui integram a CPI?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só eu e o Senador Ferraço.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Pois não.

Bom o que eu queria ponderar é que, nesse dia, nós dispomos dos dois horários. Nós podemos fazer uma reunião pela manhã, no horário normal, às 9h30, e fazer outra à tarde, a partir das 15 horas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – OK?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não passaremos da meia-noite. Garanto a V. Exa. que, a partir da meia-noite, nós encerramos se for preciso encerrar.

A ponderação do Senador Armando Monteiro foi acatada por todos, inclusive pelo relator. Então, fica definido assim: nos dias de esforço concentrado, nós faremos terça e quinta; fora desse período, faremos terça-feira durante todo o dia.

O Senador Ricardo Ferraço pediu a palavra. Tem a palavra V. Exa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, todos nós que estamos aqui sabemos como foi concorrida a indicação para que estivéssemos aqui, como titulares ou suplentes – até por tradição no Senado, não há diferença entre o titular e o suplente. Penso que devemos concentrar a nossa energia e a nossa dedicação. Então, estou plenamente de acordo, e já encaminho o meu voto favorável à proposta de trabalho sugerida pelo nosso relator, Senador Pedro

Taques, com as observações feitas aqui pelo Senador Armando Monteiro.

E tendo em vista a concorrência desta Comissão e a necessidade de nós cumprirmos o prazo agora determinado pela Presidência da Casa... Até porquê... Quer dizer, me parece que a impressão anterior, de podermos quadruplicar o prazo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Podemos. Aqui é o calendário original, baseado no Regimento, como colocou o Senador Aloysio Nunes e como colocou o Senador Pedro Taques.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse prazo pode ser dilatado pela Comissão quatro vezes...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Independente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É, independente...

Apenas para colaborar, eu gostaria de dizer o seguinte. Acho que é possível conseguirmos entregar ao Plenário do Senado – essa é a minha visão – uma matéria bastante amadurecida, debatida e discutida para que votemos o Código Penal brasileiro ainda neste semestre, com prazo adequado, não de afogadilho, mas para votarmos com prazo para o Plenário do Senado...

Porque todos nós aqui – e eu tenho a honra de presidir as duas comissões – somos membros da Comissão de Constituição e Justiça, na qual, inclusive, o Senador Ricardo Ferraço será membro destacado nesse processo.

Vou precisar ter o cuidado aqui de, ao ouvirmos as sugestões dos senhores para a prorrogação, deixarmos o prazo mínimo já determinado, porque somos todos membros da Comissão. Dentro desse prazo possível de prorrogação, nós encurtaríamos para ter um prazo mínimo e determinado dentro da CCJ para entregarmos esse Código de Processo Penal.

Vai ser muito fácil para nós, que somos membros das mesmas comissões, trabalharmos essas questões na comissão. Nós sabemos os prazos, conhecemos o Regimento e sabemos de quantos dias nós precisaremos na Comissão de Constituição e Justiça para que entreguemos esse Código Penal – esse é o meu desejo e acredito que seja também o desejo de todos os senhores, e do relator especialmente –, pelas comissões que estão determinadas pela Mesa, dentro do prazo para que o Plenário tenha quórum para votarmos o Código Penal brasileiro.

É essa a ponderação que quero fazer, devolvendo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu concordo plenamente com V. Exa. e acho até que nós poderíamos pactuar o interesse em fazer uma homenagem ao Presidente Sarney.

O Presidente Sarney encerra seu mandato ao final do ano. Seria de bom tom, de bom alvitre, e de justiça, que nós pudéssemos concluir o nosso trabalho nesse prazo que V. Exa. está sugerindo. De modo que eu manifesto aqui a minha total concordância com o que está sendo proposto pelo Senador Pedro Taques e me manifesto nessa direção. Ou seja, nós, que estamos aqui, sabemos como foi concorrida em nossos partidos a indicação para cá. Então, eu acho que nós precisamos valorizar essa indicação partidária, valorizar a concentração de energia. Nesse sentido, eu vou procurar o Líder Renan Calheiros e vou colocar à disposição dele a minha posição na CPI, na Comissão Parlamentar de Inquérito, para que eu possa estar *full time* aqui, nesta Comissão. Talvez o Senador Pedro Taques pudesse fazer o mesmo; talvez o relator, Senador Pedro Taques, pudesse pensar em fazer o mesmo. Nós vamos ter de concentrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Para o cumprimento desse prazo, nós vamos ter de dar muito duro, precisaremos nos dedicar, porque teremos de discutir à exaustão cada um dos 543 artigos. Então, a nossa tarefa vai exigir dedicação, e eu estou pronto para colaborar com o nosso relator para que, no prazo, Presidente, possamos cumprir a determinação.

Estou plenamente de acordo. Já voto favoravelmente ao plano de trabalho que o Senador Pedro Taques apresentou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Falta discutir a questão das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, as audiências públicas.

Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu, num primeiro momento, na primeira fala, quis dizer o seguinte...

Eu vou aproveitar algumas ideias deixadas pelo eminente Senador Ferraço com relação à presença dele e do Senador Pedro Taques na Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu acho que S. Exa. foi muito feliz quando fez essa sugestão, até porque dois grandes Senadores como S. Exas. são... Compor aquela comissão que não interroga ninguém? Todo elemento que vai lá, tendo sido convocado para ser interrogado, vem com um *habeas corpus* na mão. Então, o que adianta ficar ali? É perda de tempo. Para estar ouvindo aquelas conversas babadas lá? Não interessa! Então, eu acho que está certo: Pedro Taques deverá colocar

à disposição do PDT a vaga, e V. Exa., a do PMDB. Realmente, é o que está acontecendo ali hoje: o peixe grande que podia ter mais peso chega lá com um *habeas corpus* na mão. E essa Comissão, realmente, pelos prazos, vai ter 24 horas...

Pois bem, Sr. Presidente, há uma coisa em seu relatório que não entendi bem. É quando o senhor fala em mandar para todas essas instituições, Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral da República, etc. Não ouvi se também vai ser encaminhado para as Procuradorias-Gerais dos Estados.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor tem razão: necessário se faz o encaminhamento aos Ministérios Públicos estaduais, inclusive para o presidente da Conamp, para que eles possam trazer subsídios para o nosso trabalho.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Obrigado.

Numa coisa eu concordo com o Senador Aloysio Nunes Ferreira: determinadas audiências públicas são apenas uma espécie de oba-oba, galera contra e a favor. Nós temos de ouvir essas instituições, nós temos de nos concentrar exatamente naquilo que é interessante para a sociedade. Concordo com V. Exa, há temas aqui variadíssimos, muito polêmicos. Há aqui, por exemplo, crime de lavagem de dinheiro, crime de enriquecimento ilícito. Tudo isso são coisas com as quais precisamos ter muito cuidado ao decidir o que vamos fazer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permita...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – E acho que vamos ter, sem dúvida alguma, a prorrogação desses prazos, porque analisar e discutir 543 artigos aqui é uma tarefa que não descreveria como desumana, mas para qual é preciso muita força.

Ontem já entrei em contato com algumas pessoas do meu Estado, inclusive convoquei a Ordem dos Advogados do Brasil de Alagoas, que tem sido uma parceira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – E eu já vou levar para eles exatamente para que possamos, através de uma comissão que será composta na Ordem dos Advogados, analisar isso, para que nos tragam subsídios.

Estou de acordo com o plano de trabalho do nobre relator, mas com as ressalvas que fiz no começo, no início da nossa conversa, com relação aos prazos, que estão muito apertados. Acredito que, se necessário, teremos condições de prorrogá-los. Acho que deve sair daqui um projeto pronto e acabado.

Quanto às outras... Quais são as outras comissões, Presidente, pelas quais esse projeto vai passar?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só nesta e na CCJ.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu acho que não haveria nem necessidade de passar na CCJ, porque a proposição que chegar na CCJ... O senhor sabe o que vai acontecer lá: vão apresentar duzentas mil emendas. A não ser que o relator, de uma vez só, sem olhar para elas, indefira todas. O assunto é polêmico.

É uma sugestão, porque, considerando que aqui vamos fazer o máximo que pudermos para tornar o projeto acabado definitivamente... Ou então estabelecer um prazo e dizer que não é permitido mais fazer emendas na Comissão de Constituição e Justiça. Se não for assim, não acaba, haja vista o projeto da reforma administrativa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Que melou, não é?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Melou. Para o projeto da reforma administrativa, no dia do julgamento, na última reunião, estavam chegando emendas.

É essa a ponderação que quero fazer. Lógico que não podemos suprimir essa instância, mas, como bem disse V. Exa., todos os membros desta Comissão compõem a Comissão de Constituição e Justiça e o relator é muito bem qualificado nesse aspecto, como outros companheiros que aqui se encontram.

Também há outra coisa: nós temos, até o dia 22 de dezembro, o Congresso em funcionamento, o Senado Federal. Ora, se nós temos até o dia 22 de dezembro, nós temos aqui cinco meses. Somos obrigados a ter tudo pronto no dia 30 de setembro, até porque nós temos esse interregno da eleição. Quer queira quer não queira, é um processo eleitoral que vai chamar atenção e precisa da presença dos Senadores na campanha. Pelos menos é esse o meu caso, que sou um cabo eleitoral; não estou disputando mandato, mas sou cabo eleitoral, eu não tenho o privilégio de ser Senador do Mato Grosso do Sul, eu não tenho o privilégio de ser Senador de São Paulo, eu sou Senador do menor...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma honra, mas também é um peso, é uma responsabilidade imensa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu sou Senador do penúltimo Estado da Federação. Consequentemente, vai haver necessidade da nossa presença na campanha. E eu quero vir aqui, eu vou vir aqui. Essa sugestão do eminente Senador Armando foi...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Foi um prazer contar com você. Essa é a minha motivação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Juntou a fome com a vontade de comer.

Então, chega aqui um dia... Sei que o Senador Aloysio Nunes Ferreira estava reclamando aqui que tem... Você tem idade nada, você é um menino, está pulando corda aí pelo meio da rua. Então, podemos concentrar aqui de 7h da manhã, Senador, até entrar pela madrugada, se for necessário, porque a gente precisa voltar no outro dia para nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu sou de acordo e aprovo o plano de trabalho de V. Exas., fazendo apenas essa ressalva, de que no decorrer do tempo nós vamos corrigindo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira, eu vou determinar à Secretaria que coloque o nome de – não hoje, mas na próxima reunião – de cada Senador que faz parte desta Comissão para que, cada vez que eu olhar um lugar vazio, eu cite seu nome para que o Brasil inteiro saiba que ele está ausente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Brincadeira.

O Senador Armando Monteiro tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senador Eunício, acho que ficamos aqui com um ponto das audiências para definir. E, como sempre, as ponderações do Senador Aloysio são muito próprias. Eu acho que realmente, se tiver que promover audiências públicas em cada região, não há como a gente possa. Serão audiências, até certo ponto, ornamentais.

Então, eu queria sugerir que fizéssemos uma audiência, tal como foi previsto, com essas autoridades que foram indicadas que, de resto, representam no mundo jurídico as figuras de maior expressão. Fazemos uma audiência só aqui em Brasília para que possamos, dessa forma, ter um rendimento compatível com esses prazos que nós estamos querendo cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A sugestão do Senador Pedro Taques...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – E a outra é já indagar se a primeira reunião do trabalho é terça-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vamos deliberar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Ou é amanhã?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Amanhã?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim, eu...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Nós não estamos aqui amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques... O Senador Pedro Taques pondera em relação à questão das audiências públicas que nós façamos aqui em Brasília as audiências públicas e ele, pelo número de pessoas que representam, que têm representatividade no mundo jurídico, sem chamar aqui jornalistas, sem chamar aqui a sociedade civil de outra forma, as entidades... Chamando as entidades, o Senador Pedro Taques sugeriu aqui dividir em três audiências públicas, em Brasília todas elas, para que nós tenhamos a condição de participação. E as audiências públicas nós podemos... As audiências públicas nós faríamos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós faríamos todas as audiências públicas em Brasília. O Senador Pedro Taques sugeriu alguns nomes e nós pedimos aqui para tirar cópia, porque eu quero fazer a leitura dos nomes para V. Exas, para que a gente não fique aqui fazendo requerimentos aditivos. Definimos aqui hoje e não vamos mais fazer requerimentos aditivos. “Ah, há a ponderação da associação tal, vamos incluir; da outra associação, vamos incluir”.

Então, alguém me pediu a palavra. Quem foi?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu aqui, Presidente, Eduardo Amorim. Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ah, Amorim. Por favor. Pediu a palavra e depois o Senador Randolfe.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de falar também, Excelência.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª quer falar?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quer falar agora ou quer ouvir o Senador Amorim?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero ouvir o Senador Amorim. É muito bom ouvir o Senador Amorim. Mas penso que possa ter relação, sem fazermos o exercício da adivinhação, com o que V. Exa. vai falar.

Eu já pedi para mudar o plano de trabalho, a assessoria já está fazendo isso, para que nós possamos aprovar um plano de trabalho com as alterações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós vamos ficar com... Nós temos a ata aqui, temos a gravação. Então, temos... O que for acertado aqui nós vamos ajustando.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vou retirar. As audiências são sugeridas, mas sem data e nós, dependendo do andar dos trabalhos, poderemos marcar as datas e eu sugiro essas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Definindo apenas a quantidade, o local.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Parece que, realmente, o senhor tem uma excelente bola de cristal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para coordenar, o local e as autoridades. O Senador Amorim tem a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Quero saber onde se vende uma parecida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está garantida a palavra a V. Exa., Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Porque, mesmo aqui, como está sugerido, seriam 21 e 23, são dias alternados. Então, acho que isso não era muito salutar. Mas, acho que assim fica muito melhor. Fica bem melhor que deixem em aberto. Acho que o senhor está correto, com razão, quando faz a sugestão dessas autoridades aqui.

Como disse o Senador Benedito de Lira, acho que também vale para já fazermos o exercício nos nossos Estados, já cobrando essa colaboração. Eu mesmo já comecei a fazer, porque, pelas nossas contas aqui, serão dezenas e dezenas de artigos analisados, discutidos, debatidos a cada dia. Isso é muito sério, vê-se que esse Código é de 1940.

Mas, era exatamente essa a minha sugestão. O senhor realmente adivinhou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não vou adivinhar, se me permite. Só respondendo à pergunta do Senador Benedito de Lira, na pág. 10. A remessa para todas as procuradorias do Ministério Público Federal e estadual.

Portanto, a pergunta de V. Exa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pág. 7.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pág. 10, alínea “g”.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós vamos receber...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – No meu é página 7.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós vamos receber, Senador Benedito. Nós vamos encaminhar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pág. 7.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Benedito de Lira, a Mesa já determinou que o material físico fosse preparado em termo de 500 cópias para que possamos fazer essa distribuição proposta pelo Senador Pedro Taques e mais algumas cópias de que os senhores necessitem e para quem V. Exas. também indicarem a Mesa encaminhará.

O Senador Randolfe pediu a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiramente, do calendário do cronograma apresentado pelo Senador Pedro Taques, parece-me que não temos nele muita alternativa, porque há uma comunicação hoje à Mesa com prazo final de conclusão dos trabalhos e, por mais que esse prazo se prorrogue, indica... E eu acredito que assim tem que ser, concordo com o Senador Ricardo Ferraço, creio que antes de concluir essa gestão do Presidente José Sarney, seria de bom tom nós apresentarmos o trabalho de reforma do Código Penal.

Então, na verdade, do cronograma aqui apresentado, o que me parece é que não temos alternativas em relação a eles que não seja o seu cumprimento.

Em relação às chamadas audiências públicas, não sei se... Presidente, na verdade, eu precisaria também do meu querido Relator, Senador Pedro Taques, tenho certeza de que ele me estará ouvindo. Mas, eu não vi no plano de trabalho – não sei como o nobre Relator, Senador Pedro Taques, pensa – eu acho que poderia, nas chamadas audiências públicas, vamos tratar assim, entre as autoridades aqui elencadas, eu creio que nós poderíamos convidar para estar presente também... Nós temos um conjunto de juristas, alguns compuseram, inclusive, a comissão de notáveis, que elaborou esse anteprojeto que foi entregue aqui e...

O SR. (orador não identificado) – Ficou sugerido que os Senadores podem sugerir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito. Acho que há um conjunto de doutrinadores

do Direito Penal Brasileiro – eu olho para o Senador Aloysio e já me lembro de um, Fernando Capez – que acho que seria de bom tom nós convidarmos para estar aqui.

No mais, Presidente, por enquanto, eu não sou... Eu falei exatamente por enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para entender. A proposta de V. Exa. é para estar aqui, não para fazer debate.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, para as audiências, no rol de autoridades aqui apontadas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se nós chamarmos aqui mais os juristas, perdoe-me, nós vamos fazer audiência aqui com 60 pessoas debatendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Porque, Presidente, veja. Há um conjunto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós reduzimos aqui a três, já definimos que são três.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Aqui, no plano de trabalho, há três audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Há três audiências públicas com autoridades diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os que participaram...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A primeira audiência pública é com quatro autoridades: Ministro Gilson Dipp, Ari Pargendler, Ayres Britto e José Eduardo Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Ex^a imagina quatro autoridades apresentando e todos os Senadores querendo debater com essas autoridades. Uma audiência pública, em média, com quatro participantes, em média, não demora menos do que oito horas, cada audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou apenas ponderando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, e eu estou dialogando com sua ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só dizendo a V. Exa. o seguinte: o Senador Pedro Taques sugeria que todos os que participaram da elaboração do anteprojeto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, perdão, Presidente. Por favor, ouça-me. A minha sugestão é de que eu acredito que alguns...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem muita gente falando ao mesmo tempo. Meus ouvidos são simultâneos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vamos lá. Que nós poderíamos convidar alguns doutrinadores, que podem estar na Comissão ou podem não estar na Comissão, para as audiências públicas. Poderíamos dialogar – isso quero deixar a critério do Relator – a seleção de doutrinadores. Entendeu? Eu acredito que há doutrinadores do Direito Penal Brasileiro – falei agora para o Senador Aloysio, lembrei-me de um, Fernando Capez, por exemplo – que poderiam ser convidados a participar de alguma dessas. É uma sugestão, Magno, aí cabe ao Relator acatar ou não, para a gente não polemizar em torno do que não é...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu não ia polemizar não. Sei que você é novo, mas não é menino.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta, só para deixar claro...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu não falei nada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... que regimentalmente... V. Exa. está com o microfone aberto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não, é que o Randolfe me passou a palavra para eu poder...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Randolfe não pode passar a palavra para V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É o Presidente que pode.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Presidente está vivo ainda. Senador Randolfe, só para dizer o seguinte, só para ordenar os trabalhos e dizer o seguinte: nós não podemos, o Relator não tem... Senador Magno Malta, permita-me.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu vou retirar a sugestão. Não sabia que ela era tão polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero só alertar para a questão regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na questão regimental, não cabe ao Relator e não cabe ao Presidente fazer convites sem submeter a V. Exas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, cada convite é um requerimento, ou um requerimento com vários nomes no convite. É regimental, eu não posso, Senador Magno Malta, de ofício convidar um jurista, por mais que eu gostasse de vê-lo aqui, por mais que eu desejasse vê-lo aqui. O Senador Pedro Taques não pode convidar um jurista, a não ser para assistir aqui às audiências. Mas, para participar da audiência pública é preciso que o Presidente submeta aos Srs. Senadores. É regimental.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, uma palavra sua.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, dou a palavra a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ele não estava aqui. Vou dizer a ele o que V. Exa. já tinha definido. Ninguém está se lembrando do que V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quando nós votamos – só um minutinho – V. Exa. disse: “Vamos votar o plano de trabalho”, o que ele colocou aqui, “e vamos dar um ponto final em convocação, porque, senão, nós não vamos parar em lugar nenhum”. Isso foi decidido aqui. Ele não estava aqui ainda. Só estou relembando o que V. Exa. já tinha decidido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por isso que eu estou... Não fui eu que decidi, quem decidiu foi o Plenário, fomos todos nós. Aqui a decisão é coletiva e eu submeterei sempre a V. Exas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sim, foi coletivo e todo mundo votou, só que ele não estava aqui. Ele chegou depois, eu quis ajudá-lo e a V. Exa. V. Exa. não estava me entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É porque V. Exa. tem prerrogativa de...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Não, há dúvida aqui, Presidente. Questão de ordem. Existe uma dúvida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Amorim, questão de ordem. Pela ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Por exemplo, isso já está sendo decidido, são esses os convidados... Não é isso, Senador? Ou poderemos ampliar depois?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O problema é o tempo do depois.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, vai ser decidido hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, foi decidido aqui, no começo da... É isso que eu queria dizer, regimentalmente. É possível que cada Senador apresente sugestões. Se a sugestão do Senador Pedro Taques no plano de trabalho foi aprovada por nós com o adendo da Presidência... Se nós tivermos que sugerir algum nome, que fosse feito agora, para que não fizéssemos requerimentos, *a posteriori*, para inclusão de novos nomes. Porque, senão, amanhã chego no Ceará e o ex-Presidente da Ordem dos Advogados, Ernando Uchoa Lima, que é meu amigo, dirá o seguinte: “Você não me convidou!”. Aí, venho aqui e faço um requerimento. Aí, amanhã vai ser interminável isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só de acordo com o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós não temos espaço de tempo para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só de acordo com o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas, ficam aprovados, então, esses nomes?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu acho que, desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Amorim está com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu acho... Veja, também sou bacharel em Direito e acho que o nome que o Senador Randolfe citou é um nome hoje visto em praticamente todo ambiente universitário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Fernando Capez.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Fernando Capez.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu acho que é salutar. Na lista sugeria pelo senhor, existem quatro nomes para cada dia. Eu acho que cabe aqui mais um nome, pelo menos, para cada dia. Isso não vai diminuir nem aumentar o tempo em absolutamente nada. Eu acho que vai tornar o debate mais...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vou fazer a consulta. Vamos encerrar isso aqui agora.

Cada um dos Srs. Senadores aqui tem que fazer um entendimento, porque aqui somos onze, só são três audiências e nós não teremos condições de incluir mais do que três nomes na sugestão do Senador Amorim.

Consulto ao Plenário: nós vamos manter a deliberação anterior, ou vamos alterar a deliberação proposta pelo Senador Amorim? Tenho que submeter isso ao Plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso sugerir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode sugerir. V. Exa. tem a palavra, Senador Pedro Taques, como Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me.

O Promotor de Justiça e professor universitário Fernando Capez, Deputado Estadual pelo PSDB de São Paulo, é meu amigo particular, eu o conheço, é um grande penalista, escreve sobre Processo Penal, Direito Eleitoral, Direito Administrativo, improbidade administrativa. O Fernando Capez um respeitado doutrinador. Eu gostaria de sugerir o seguinte, se V. Exa. assim permitir e os nossos pares concordarem: cada Senador indica os juristas que assim entender e o Relator faz uma...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é regimental, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não é regimental?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não é regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Presidente. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós temos que definir aqui, nós temos que aprovar, nós temos que encerrar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, eu queria fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Aloysio. Tem a palavra V. Exa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o seguinte, os nossos queridos companheiros citaram Fernando Capez. Concordo com o Senador Pedro Taques sobre as virtudes do Fernando Capez. Acontece o seguinte: cada um de nós é capaz de se lembrar de dois, três, quatro bons doutrinadores. Se tivermos que escolher um entre eles, este é o mundo em que há melindres, onde há ciúmeira, onde há uma disputa de egos infernal. Então, o que acho que é o terreno mais prudente é ficarmos no terreno institucional. Essas pessoas que estão sugeridas aqui são instituições, é o presidente da associação dos juristas não sei das quantas. E aí, nós... Porque eu ficaria numa enorme dificuldade se tivesse que indicar

entre os doutrinadores que conheço, com quem tenho relações de amizade, um apenas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, para deliberar, fiquemos, Senador Aloysio, preciso ouvir o voto de V. Ex^a. Para deliberarmos, fiquemos como estávamos? No limite institucional ou os 11 membros.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Como estava, Presidente. Nós temos o Miguel Reale, que não... Como estávamos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Foi Relator do antigo projeto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É ex-Ministro. Como estávamos, Jorge.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, encerre. Sou de acordo que fique como deliberamos no começo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixem a Presidência dirigir aqui os trabalhos, para que o Senador Amorim fique satisfeito nessa sua colocação e seja convencido por todos nós.

Houve uma deliberação, houve uma ponderação de V. Exa. e há outras ponderações aqui de que se fizemos isso, eu mesmo vou ter alguma dificuldade, porque nós só temos três.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu também, todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós teríamos três nomes a mais a indicar e aqui somos onze Senadores. Se cada um indicar um, nós teremos mais onze convidados. Então, eu faria apenas uma ponderação e uma solicitação ao Senador Randolfe e ao Senador Amorim, que, diante dessas ponderações, ficássemos onde estávamos, porque talvez fosse mais adequado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, acatado. Eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Conclua, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Porque, na verdade, houve um parêntese adequado à minha intervenção.

Só para concluir, Presidente. Na verdade, na Comissão nós estamos com dez, estava vendo agora. A 11^a vaga deve ser ocupada, de acordo com a Resolução do Senado nº 81, que garante o direito das minorias, pela minoria parlamentar. E eu o sou, com muita honra. Então, vou já entregar um problema nas mãos de V. Exa., faremos a indicação. V. Exa. vai ter que fazer a escolha da minoria parlamentar que terá acesso a essa primeira vaga. Lógico que, para mim, seria mais do que uma honra se pudesse compor esta Comissão. Então, já antecipo a V. Exa. que protocoli-

zarei requerimento em nome do PSOL como uma das minorias parlamentares para ocupar a 11^a vaga da Comissão que está...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A ponderação de V. Exa. será analisada pela Presidência e pela Mesa.

O Senador Pedro Taques ainda deseja fazer uso da palavra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só lembrando aos senhores que, apesar de o trabalho que nós todos temos pela frente ser hercúleo, vou dar um único exemplo a respeito da legislação.

Nós votamos recentemente, e a Senhora Presidente da República sancionou, a nova Lei de Lavagem de Dinheiro. O projeto aqui apenas retira da Lei de Lavagem de Dinheiro o que nós já votamos. Então, isso não precisará ser novamente debatido. Como esse, existem outros.

Vamos pegar outro exemplo. A Lei nº 9.605, de 1998, que trata dos crimes ambientais. Nós retiramos da Lei e aqui se encontra a mesma previsão da Lei nº 9.605.

Foi feito com várias leis especiais ou extravagantes esse exercício; outras sofreram modificações. Cito um único exemplo: a Lei nº 7.492, de 1986, que trata de crime do colarinho branco contra o sistema financeiro. Ela é de 1986 e sofreu modificações aqui.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O último artigo trata disso que o senhor está falando, o art. 544.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, já convocando os Srs. Senadores para terça-feira, dia 14, às 9h30 da manhã, para debatermos os assuntos da Comissão Especial do Projeto de Lei do Senado nº 236.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 19 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 51 minutos.)

Senador **Eunício de Oliveira**, Presidente.

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro, realizada em 14 de agosto de 2012, às 10h08 horas, na Sala nº 03 da Ala Senador

Alexandre Costa, oportunidade em que foi realizada Audiência Pública com os membros da Comissão de Juristas, Ministro Gilson Dipp, Desembargador José Muiños Piñeiro Filho e o Professor Luiz Flávio Gomes, contou ainda com a presença dos Senadores: **Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Magno Malta (PR-ES), Armando Monteiro (PTB-PE), José Pimentel (PT-CE), Sérgio Souza (PMDB-PR), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Tomás Correia (PMDB-RO).**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Especial Interna, destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião foi agendada para realizarmos a 1ª Audiência Pública de uma série de três reuniões que aprovamos, de acordo com plano de trabalho apresentado pelo Senador Pedro Taques, nosso Relator aqui na Comissão.

A presente reunião foi agendada para isso, e nós achamos por bem convidar, nesta primeira reunião, para fazer uma explanação a todos nós dos entendimentos, da maneira como foi processado cada item, cada artigo, cada subartigo, do encaminhamento do Projeto que trata do novo Código Penal Brasileiro, num consenso da nossa Comissão, aquele que presidiu a Comissão de Juristas, desses brasileiros que deram a sua contribuição, para que possamos fazer esse debate importante com a sociedade brasileira e com os membros desta Casa.

Convido o Ministro Gilson Dipp, que foi o Presidente da Comissão de Juristas que elaborou esse Anteprojeto, para sentar-se à mesa. Bem, convidado já o Senador Pedro Taques, nosso Relator, o Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, convido também o Desembargador José Muiños Piñeiro Filho, membro da Comissão de Juristas também, que ajudou a elaborar esse Anteprojeto. Convido também o Dr. Luiz Flávio Gomes, que também participou como membro da Comissão de Juristas.

Comunico às Sras e aos Srs. Senadores que, com relação ao bloco de apoio ao Governo, recebi uma ligação do Senador Antonio Carlos Valadares, alegando que, por questões de campanha eleitoral, de política no Estado dele, como liderança importante naquele Estado, não ia ter tempo disponível de fazer aqui todas as audiências, todas as reuniões necessárias. Por isso, ele comunicava que ia pedir a substituição dele pela da Senadora Lídice da Mata, que, a partir de

hoje, passa a pertencer à Comissão Especial, como membro efetivo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes de dar a palavra ao Ministro Dipp, queria, primeiramente, dizer que estou muito feliz, porque esses mesmos membros que fazem parte, quase todos, da Comissão de Constituição e Justiça nunca deixaram de, nos momentos mais difíceis da Casa – e para todos nós, de agenda –, comparecer sequer a uma única reunião durante todo esse período em que tenho a honra de presidir, lá, a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, hoje, vejo aqui, com muita alegria, que todos os membros da Comissão, os titulares, estão presentes e que o Senador Valadares, num gesto de grandeza, por achar que não poderia estar presente, pediu a sua própria substituição pela da Senadora Lídice da Mata.

Bem, na manhã de hoje, conforme o programa de trabalho submetido pelo Relator, Senador Pedro Taques, e aprovado por este Colegiado, contamos aqui, como já disse, com a presença de figuras ilustres, como o Presidente da Comissão Especial que elaborou o Anteprojeto, o Ministro Gilson Dipp, o Desembargador José Piñeiro e o Dr. Luiz Flávio Gomes.

Como sabemos, o Ministro Gilson Dipp, presidiu, juntamente com os demais membros que integram esta Comissão, durante sete meses, em mais de 20 reuniões de trabalho, analisou e debateu milhares e milhares de propostas e sugestões que serviram de base para o PLS nº 236.

Como vimos, o Anteprojeto da Comissão de Notáveis unificou leis, compatibilizou tipos penais, descreminou algumas condutas, tudo isso, com a finalidade de adaptar à atualidade brasileira um código que, todos nós sabemos, data de 1940, ao longo de sete décadas, sofreu tantas alterações pontuais, acabando por se tornar um emaranhado de leis nem sempre eficientes do ponto de vista da real penalização de quem a merece.

Na ocasião em que fui investido da Presidência deste Colegiado, considerei que a missão entregue a mim e a esta Comissão Especial consistirá em buscar o necessário equilíbrio entre a excelência técnica da contribuição dos senhores juristas e o sentimento majoritário da opinião pública brasileira que nos cabe representar também aqui nesta Casa.

Entendo que tenho um papel próprio de apenas ser um organizador dos trabalhos, um facilitador, a exemplo do que procuro fazer e cumprir à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão Especial terá como dever explicitar, dirimir as questões polêmicas levantadas, promovendo um debate democrático de ideias do mais alto nível, com as nossas atenções voltadas ao clamor de

uma sociedade que hoje se vê acuada e agredida pela escalada da violência, do crime e até da impunidade.

Antes de encerrar essa pequena fala, quero aproveitar para divulgar os canais que o Senado abriu para continuar recebendo manifestações que ajudarão os nossos trabalhos. É o telefone 0800-612211. Vou repetir: para recebermos aqui, até para que os Srs. Senadores recebam essa oportunidade de informações da sociedade brasileira, para que possam, inclusive, produzir as suas emendas como sugestões, o telefone disponibilizado é o 0800-612211 e o *site* é www.senado.gov.br/alosenado. Estou soletrando, apenas para facilitar ao telespectador brasileiro que nos está assistindo neste momento, aos que nos acompanham pela *internet*, pela Rádio Senado. E, ainda, pelo *twitter* @alosenado. Através desses três mecanismos, você pode participar, encaminhando à Mesa ou diretamente aos Senadores essas possíveis sugestões e informações.

Quero, antes de mais nada, passar a palavra ao nosso Relator, Senador Pedro Taques, se quiser fazer uso da mesma, antes de ouvir os nossos convidados, para esta audiência pública no dia de hoje.

Senador Pedro Taques, se V. Exa. desejar, poderá fazer uso da palavra neste momento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, Ministro Gilson Dipp, Desembargador Piñeiro, Professor Luiz Flávio Gomes, um relator tem mais que ouvir do que falar. Com toda a humildade, quero ouvir, para que tenhamos um código que seja adequado à nossa Constituição e à realidade histórica pela qual passa a República Federativa do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, sem maiores delongas, devolvo a palavra a V. Exa., porque, como Relator, quero ouvir, para que tenhamos um código democrático, social e aconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo a palavra, então, ao Ministro Gilson Dipp, para fazer a sua explanação. Obviamente, nos termos regimentais, V. Exa. teria um prazo de 20 minutos, mas V. Exa. não se preocupe, porque este tempo, inclusive, poderá ser dobrado pela Mesa, se V. Exa. assim o desejar.

Com a palavra o Ministro Gilson Dipp.

O SR. GILSON DIPP – Bom dia a todos. Quero saudar, na pessoa do Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão; o Senador Pedro Taques, Relator; meu querido amigo Senador Jorge Viana, Vice-Presidente; Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, imprensa, e dizer que a Comissão chamada de Juristas, que elaborou o Anteprojeto do Código Penal, hoje Projeto de Lei, tem a satisfação de estar

aqui, no Congresso Nacional, para acompanhar a primeira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de debater talvez a lei mais importante de um país depois de sua Constituição, porque o Código Penal define, de forma muito clara, os limites da intervenção do Estado naquilo que há mais sagrado no cidadão, que é a sua liberdade.

O Presidente da Comissão, no início dos seus trabalhos, disse de maneira muito significativa que os trabalhos do Código Penal e as discussões que seriam realizadas no Parlamento assemelhavam-se, de certa forma, às da Constituinte, onde todos os setores da sociedade organizada tiveram oportunidade de se manifestar de forma democrática, transparente e efetiva.

Disse mais o Senador que o Código Penal era a lei mais importante em tramitação, neste momento, no Congresso Nacional. Não são palavras minhas; são dele. Vejam, então, a importância de um código de condutas de uma sociedade que estará sendo agora debatido no seu local próprio, na Casa do povo, no Parlamento brasileiro.

O nosso trabalho foi trazer à consideração do Senado um Projeto de Lei moderno, equilibrado, num prazo exíguo de sete meses – e essa é uma homenagem aos meus Colegas de Comissão. Jamais uma comissão externa do Parlamento elaborou um anteprojeto de tal envergadura num prazo tão exíguo, e o fez, Sr. Presidente, com a maior transparência possível. Todas as sessões deliberativas do Código Penal foram realizadas aqui, nas salas de comissões do Senado Federal, com a presença da população, abertas ao público, com a presença diuturna da imprensa e, em quase 90% das vezes, transmitidas ao vivo e em cores pela TV Senado.

Por isso, Sr. Presidente, essa matéria que trouxemos do Código Penal já foi, de certa forma, amplamente divulgada, debatida em inúmeras audiências públicas, onde ouvimos segmentos dos mais variados setores da população. E é natural que se tenha sobre ele, como um Código inovador, principalmente após um Código de mais de 70 anos, algumas divergências.

Agora, a Comissão nasceu aqui do Senado, por deliberação da Casa, e trabalhamos com a maior autonomia, sem nenhuma interferência de quem quer que seja desta Casa e, portanto, nos sentimos à vontade para expor o nosso trabalho.

Evidentemente, nossa primeira questão era saber o que fazer com um Código que não mais refletia a hierarquia de valores de uma sociedade, que não mais reproduzia os anseios de vulnerabilidade e de valores que uma sociedade traz no decorrer dos anos para o seu dia a dia.

Cento e vinte leis penais circulavam paralelamente ao Código Penal, com tipos penais que deveriam estar no Código Penal. Dessas 120, mais ou menos, leis extravagantes, ou paralelas, ou especiais, 53 delas modificavam diretamente o Código Penal, e, dessas 53, dois terços foram aprovados após a Constituição de 1988, ou seja, o Código estava defasado frente à própria Constituição Federal, que já tem 22 anos.

E também, como norma de trabalho, Sr. Presidente, nós trouxemos e achamos que deveríamos dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais celebrados pelo Brasil. Isso é importante, porque tratados foram internalizados no nosso sistema jurídico através da aprovação das duas Casas do Congresso Nacional e ratificados pela Presidência da República por decreto presidencial. Consequentemente, são leis ordinárias, por força constitucional. E outras, como as relativas aos direitos humanos, pela Emenda nº 44, têm força de emenda constitucional.

Então, tudo isso era um desafio muito grande: um sistema caótico, sem disciplina, com penas desproporcionais e que dificultavam a aplicação da norma penal, não só para os operadores do Direito, mas para a compreensão do próprio cidadão.

Não deixamos de levar em conta a realidade da sociedade brasileira, do sistema caótico e execrável do sistema prisional brasileiro, que não tem solução nem em curto e nem em médio prazo, e nós temos de conviver com essa realidade dolorosa.

Sabemos que uma sociedade... Em um país do tamanho do Brasil, divergências ideológicas, econômicas, culturais e filosóficas teriam de ser contempladas. O empresário da Avenida Paulista, o executivo da Avenida Paulista como o ribeirinho do Amazonas, são os destinatários, de igual forma, de igual modo, de um código de condutas.

E tudo isso trouxe a Comissão, uma Comissão que foi, inicialmente, formada por 17 integrantes, membros do Ministério Público, advogados, membros da Magistratura, da Defensoria Pública, e todos nós, na Comissão, também refletimos, de certa forma, essas divergências culturais, ideológicas, religiosas, filosóficas, em termos, também, de interpretação do Direito Penal. Ou acham que, dentro da Comissão, também não houve amplo debate, acalorados debates, divergências que foram sanadas, ou de maneira consensual, às vezes, matérias que foram decididas pela maioria, no voto?

Então, nós trouxemos um Código debatido pela sociedade, divulgado pela imprensa, por esse fator de transparência dos trabalhos, ou seja, já se proporcionou ao Parlamento algo que já está sendo debatido, discutido, criticado ou elogiado pela sociedade. Isso, de certa forma, a nosso ver, facilita o trabalho no Par-

lamento brasileiro. Mas, evidentemente, o Parlamento é a casa do povo e, consequentemente, esse Código poderá ser aperfeiçoado, modificado, porque os reflexos da sociedade estão aqui nos seus legítimos representantes.

Trouxemos inovações na Parte Geral do Código. A progressão de regime está mais dificultada, dependendo da gravidade do crime; a progressão, que era de um sexto da pena, em alguns casos, passa um terço, e, em outros casos mais graves passa para a metade da pena, para progressão de regime. E essa era uma aspiração da sociedade. Tivemos também um cuidado muito grande com os crimes de trânsito, que é outra epidemia nacional – a embriaguez no volante, dirigir sob o efeito de drogas.

Eu não vou entrar, em detalhes, do porquê de cada tipo penal. Eu quero salientar algumas inovações que foram trazidas e que são novidade, sim, na legislação penal brasileira. É evidente que alguns tipos penais foram mantidos, aperfeiçoados na sua redação, equalizados nas suas penas; não há nenhum tipo penal que não tenha o seu nome. Todos os tipos penais têm o seu nome para serem devidamente registrados e consignados por quem examina o Código. Evidentemente nós entramos – e foi um pacto entre nós que nenhum tema polêmico do Direito Penal mundial moderno deixaria de ser apreciado, nem que nós chegássemos à conclusão de que, naquele momento, não era oportuno ou conveniente criar ou modificar determinado tipo penal.

Tivemos, sim, a ousadia de trazermos para o Código Penal os crimes ambientais, depurando-os daquilo que poderia ser mera infração administrativa, passível de outra sanção que não tenha dignidade penal, como a multa, etc, etc.

Privilegiamos, sim, outros tipos de pena que não a prisão, como as penas alternativas e restritivas de direitos, ampliando-se o leque de atuação. Consignamos, com maior clareza e maior rigor, a aplicação de multa em determinados crimes; a recuperação de bens e valores que foram apreendidos através de práticas antissociais, práticas de crimes contra a Administração Pública.

Enfrentamos, sim, a questão do aborto. Aborto continua crime. É bom que se diga, é crime. Apenas ampliamos a possibilidade do chamado aborto legal, de certa forma até seguindo orientação do Supremo Tribunal Federal. A eutanásia, que estava no Código, mas para o que não se tinha coragem de dar nome, veio como uma forma de homicídio privilegiado. Ela já era uma privilegiadora do homicídio, mas a trouxemos para o Código para ficar bem claro. A ortotanásia, que já estava em resolução do Conselho Federal de

Medicina, veio para o Código como uma excludente de criminalidade em relação ao homicídio. Questões polêmicas? Claro! Mas que devem ser discutidas por uma sociedade democrática.

Trouxemos novos tipos penais. O terrorismo é objeto de inúmeros tratados internacionais do Brasil. Vamos ter aqui vários eventos internacionais de monta em que países de participaram ou que tiveram o dissabor de enfrentar práticas terroristas, como Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, que estarão em eventos internacionais próximos: Olimpíadas, Copa das Confederações; Copa do Mundo; Visita do Papa, e nós não tínhamos um tipo penal caso viesse a ocorrer uma desgraça dessas em nosso território.

Mas ao mesmo tempo em que criamos o tipo penal do terrorismo, propusemos imediatamente e concomitantemente a revogação da famigerada Lei de Segurança Nacional, que tratava de algumas práticas assemelhadas ao terrorismo sem dar-lhe um nome.

Criamos o tipo penal de organização criminosa, afastando, de certa forma, a figura inócua, de 1940, da formação de bando e quadrilha (pena de um a três anos), objeto de inúmeras prescrições em crimes graves.

Criamos a responsabilidade penal da pessoa jurídica, que já existia em relação aos crimes ambientais. Mas a ampliamos, dando interpretação aos arts. 173 e 178 da Constituição, para crimes contra – três, não é? (*Pausa.*); dois; ainda bem que o pessoal aqui vem afinado e afiado – o consumidor, contra a ordem econômica, e ampliamos também para os crimes de corrupção contra a Administração Pública. Já existem em outros países.

Criamos o tipo penal do enriquecimento ilícito, que é a configuração de um patrimônio de um servidor público *lato sensu*, seja ele concursado, comissionado ou contratado, desde que esse patrimônio seja absolutamente incompatível com os seus rendimentos diretos ou indiretos e que ele não possa devidamente e fundamentadamente justificar, cabendo o ônus da prova ao Estado acusador.

Elevamos a homofobia como causa de agravamento de várias penas, em especial homicídio.

Colocamos no Código Penal os crimes eleitorais. Eram mais de 50 ou 70 tipos penais, que hoje não têm maior significado. Está lá no Código Eleitoral; eu participo do Tribunal Superior Eleitoral. Trouxemos para o Código apenas aqueles crimes que configuravam efetivamente alta lesividade social. E aquilo que não era lesivo, aquilo que não tinha maior significado passa a ser, evidentemente, infração administrativa passível de multa. Por exemplo: boca de urna. Mas o financiamento irregular de campanha, este – estou dando apenas um exemplo – tem dignidade penal.

Propusemos a revogação da Lei das Contravenções Penais, de 1940, inócua. Mas tiramos aquilo que não tinha significado em 1940 e que hoje tem, como, por exemplo, a exploração ilegal, ou seja, não autorizada por lei ou regulamento de jogos de azar, como o jogo do bicho, como máquinas, que propiciam pena pequena, mas geralmente eles estão integrados e são a mola propulsora da prática de outros crimes mais graves, como a corrupção, o tráfico de entorpecentes e a lavagem de dinheiro; e não preciso dar exemplos.

Criamos o tipo penal da milícia, a invasão de um espaço privado ou público para exploração de serviços essenciais que caberiam ao Estado – transporte alternativo, fornecimento de luz, água, sinal de TV a cabo, gás –, explorados por agentes públicos na ativa ou fora da ativa, questão que o Rio de Janeiro conhece muito bem, que Pernambuco conhece muito bem, que meu Estado – o Rio Grande do Sul – está começando a conhecer.

Já falei dos crimes... Não, acho que não falei dos crimes cibernéticos. Vários projetos tramitando aqui na Câmara, aqui no Senado e outros na Câmara. Tiramos e colocamos no Código Penal aquilo que havia de essencial. Não era possível mais tratar os crimes praticados pela Internet, pela informática, como vimos fazendo até agora: estelionato ou furto qualificado mediante fraude. A complexidade da atuação da criminalidade via informática é grandiosa e alguns tipos penais foram trazidos. O site do Governo Federal foi retirado há pouco tempo do ar em questão de minutos. Os quatro principais bancos tiveram a invasão também de seus sites. Não foi apenas roubo de senhas ou retirada de contas bancárias por meio de senhas capturadas. Esses crimes não são estelionato e não são furto mediante fraude.

Tráfico de pessoas com todo o nome: tráfico de pessoas para a prostituição, tráfico de pessoas para o trabalho escravo, tráfico de pessoas para a remoção de órgãos, tecidos e partes humanas. E esse tipo penal foi retirado daqui da Casa, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tráfico de pessoas. Onde se disse – e não me lembro em que Estado, parece-me que no Pará –, que a Senadora Marinor me disse que há mais de 100 certidões de óbito de crianças cujos corpos não foram encontrados. Onde estão essas crianças? Talvez algumas mortas, mas outras, certamente, na prostituição, no trabalho escravo ou com órgãos sendo removidos.

Incluimos no Código Penal os crimes contra a humanidade, os crimes contra direitos humanos, objeto de inúmeros tratados internacionais, genocídio, tortura, que estava numa lei especial, desaparecimento forçado de corpos. Olhem aí a Comissão da Verdade

– quando nós fizemos isso, a Comissão da Verdade não estava instalada e nem eu imaginava que estaria integrando-a – dizendo que o desaparecimento de pessoas permanece como crime enquanto a pessoa desaparecida não vier a aparecer, ou enquanto seu corpo não for encontrado, crime permanente. E olhem aí que aconteceu num regime próximo de exceção em que inúmeros desaparecimentos foram constatados, fazendo com que centenas de famílias não tivessem o direito, pelo menos, de enterrar os seus mortos.

Então, o trabalho foi realmente, Sr. Presidente, imenso, sujeito às críticas, sujeito aos elogios, sujeito ao crivo da Casa do povo. Mas foi um trabalho sério, foi um trabalho consciente, foi um trabalho debatido e que nós, sinceramente, colocamos na mão do Parlamento. Estamos sempre à disposição para todo e qualquer esclarecimento que for necessário. Essa foi a contribuição de uma Comissão que foi criada dentro desta Casa e perante esta Casa nós estamos nos responsabilizando e nós estamos atendendo ao que foi determinado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Dipp. Eu só lembro a V. Exa. que, quando subi à tribuna do Senado, tive a ousadia de fazer a comparação entre a entrega – se Deus quiser, no final ainda desta Legislatura, deste semestre –, ao povo brasileiro de um novo Código Penal com o que fez Ulysses Guimarães quando entregou a Constituição Cidadã. Isso porque há em todos nós aqui, no semblante de cada um, na convicção de cada um, uma angústia, um verdadeiro desespero até da sociedade brasileira na busca do combate verdadeiro a essa questão, digo até mais além, do direito de ir e vir que as pessoas perderam com a violência que grassa, infelizmente, no Brasil.

Então, foi por esse motivo que eu tive a ousadia de fazer a comparação desse importante projeto com a promulgação da Constituição brasileira, porque na época os Constituintes fizeram a verdadeira Constituição Cidadã, que foi entregue ao povo brasileiro pelas mãos do nosso presidente Ulysses Guimarães.

Eu passo a palavra ao Desembargador, que também foi membro da Comissão de Juristas, Dr. José Muiños Piñeiro, para fazer uso da palavra.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Exmo. Presidente desta Comissão Especial, Senador Eunício Oliveira; Senador Pedro Taques, seu Relator; demais Senadores que integram os trabalhos; meus colegas de Comissão, particularmente o nosso Presidente Ministro Gilson Dipp; Luiz Flávio Gomes, colega de São Paulo; senhores e senhoras, em adendo apenas ao

que já falou o presidente da Comissão de Reforma, Ministro Gilson Dipp, seria importante nós chamarmos a atenção para um efeito prático para os chamados operadores do Direito, advogado, juiz, promotor, defensores públicos, enfim, aqueles que militam no dia a dia aquilo que imaginamos ser de grande valia para se entender na prática, caso o projeto, que hoje já é projeto, seja transformado em lei terá como consequência. Quando foi entregue, no dia 27 de junho, o Anteprojeto, ali já foi acentuado que no, Brasil, hoje, vigoram quase 1700 condutas penais, ou seja, crimes. Nós temos hoje, distribuídos por 126 leis penais, mais de 1700 comportamentos considerados criminosos, alguns contravencionais.

Pelo projeto, o que se revoga é um total de 110 leis, leis inclusive do século XIX, que ainda não foram consideradas revogadas ou recepcionadas pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Então, 110 leis são extirpadas do ordenamento e se reorganiza a estrutura penal. Como disse o Ministro Dipp, cria-se no Código Penal como centro do ordenamento jurídico. Reduzimos à metade ou quase à metade as condutas criminosas que serão definidas pela legislação. Saímos de 1700 para cerca de 800. As 16 leis que permanecem em vigor é porque a Comissão entendeu, e justifica, que não mereceriam um tratamento agora diferenciado. Seria a questão do Código Penal Militar; porém, a Parte Geral do Código Penal no projeto é que será aplicada ao Código Penal Militar.

Então, esse é o primeiro efeito prático.

Como orientador da Comissão, e aqui isso já foi acentuado, vários vetores a Comissão trabalhou. O “Alô Senado” foi fundamental e chamo a atenção porque várias sugestões aqui chegaram – foram todas consideradas pela Comissão –, mas duas especialmente a Comissão não poderia fazer delas uso. Concito os Senadores a saberem desse reclamo. Um é a redução da responsabilidade penal para menos de 18 anos. Isso parecer ser um clamor da sociedade, mas é matéria constitucional e a Comissão não podia tratar. A nossa proposta teria que ser no âmbito infraconstitucional.

Segundo, para crimes violentos, notadamente crimes contra a dignidade sexual, o estupro, por exemplo, estupro de vulnerável, o pleito social de castração química. Isso foi muito acentuado nas sugestões vindas de todos os recantos do Brasil e que, evidentemente, também encontra óbice em texto constitucional o tipo de sanção.

Seguimos os tratados internacionais que o Brasil assumiu como compromisso, daí o próprio Ministro Dipp já fez referência, Tratado de Nova York, Tratado de Palermo, o Tribunal Penal Internacional, enfim, o Tratado de Roma, e, daí, temos o enriquecimento ilí-

cito, a responsabilidade da pessoa jurídica, os crimes contra a humanidade, contra os direitos humanos, tráfico de pessoas, então, respeitamos e quero crer que a Comissão conseguiu atender aos compromissos internacionais do Brasil.

As decisões do Supremo Tribunal Federal, maior Corte do País, foram claro, dentro do possível, seguidas, principalmente aquelas que já se transformaram em súmulas para ordenar a proposta, mas nem todas, algumas foram questionadas, pensadas e até contrariadas, porque as decisões do Supremo são baseadas na legislação como está, como vigora. E, no entanto, a Comissão, em alguns momentos, como a questão da consumação do delito patrimonial que não se dá exatamente como quer, hoje, o Supremo Tribunal Federal, com a mera transferência da posse. E isso a Comissão entendeu de enfrentar e dar um tratamento diferenciado.

Também os projetos já aprovados por esta Casa, em particular os mais recentes, como o Código de Processo Penal, em que o Senado Federal – o Projeto, hoje, está na Câmara – aprovou um novo Código de Processo Penal e, entre eles, está a possibilidade da extinção da pena no crime de furto com o acordo, com a participação direta da vítima.

E não poderíamos contrariar uma aprovação já do Senado, então, respeitamos e trazemos para o crime de furto, especificamente, regras que já foram aprovadas pelo Senado, até em respeito a esta Casa, embora devamos acentuar que, desde a proposta inicial, o Senado nos deixou totalmente à vontade sem se imiscuir em qualquer momento, sem tolher o nosso trabalho, quer dizer, trabalhamos todos com total independência e agradecemos isso ao Senado Federal.

Bom, mas eu gostaria de chamar a atenção, apenas pontuar alguns aspectos, seria difícil neste Código, hoje, com quase 600 artigos – saímos de 363 para 600 artigos –, mas fazendo o Código Penal esse centro do sistema, para alguns tópicos em acréscimo àquilo que já foi falado pelo Presidente, primeiro, valorizando a vítima. E, Srs. Senadores, quero chamar a atenção que a nossa Constituição cidadã, maravilhosa e importante, até como direito fundamental, lista uma série de direitos assegurados a quem é acusado e condenado, os direitos do preso, os direitos do condenado, inclusive com previsão no art. 5º, como direitos fundamentais, e, em relação à vítima, só há uma expressão legal na Constituição, o art. 245. Veja, já ao final do texto constitucional, quando ele se refere à criação de um fundo, que até hoje não existe, não foi aprovado, para auxiliar, para minimizar, para me indicar os ônus suportados pelas vítimas e seus familiares.

Então, trazemos para o Código Penal aquilo que também o legislador só cuidou de colocar a vítima

como órgão assistente ou, em alguns casos, crimes contra a honra, alguns crimes sexuais, como órgão agente, quer dizer, autor da ação, mas nunca tendo um tratamento respeitoso, porque a referência à vítima no Código Penal, na chamada parte geral, parte técnica de aplicação, é referida como um elemento que o juiz considerará para impor a pena, de acordo com o comportamento dela no art. 59, ou seja, o Código Penal, na questão da pena, se preocupa com a vítima em relação ao que ela pode ter contribuído para o crime. E citam os autores, a doutrina, os professores, enfim, exemplos em sala de aula, a questão da mulher que, eventualmente, pelas roupas de que se utiliza, acaba estimulando um homem a violentá-la, e isso há de ser considerado pelo juiz – Código de 1940 –, e o projeto, ao contrário, resgata a vítima e seus familiares, aqueles que suportam exatamente a consequência do crime. Como?

Primeiro, nos crimes dolosos contra a vida e mesmo nos homicídios culposos e outros que atentam a vida, o juiz fixará imediatamente alimentos, na forma da legislação civil, trazemos para o Código Penal. E foi aprovado isso por unanimidade, devo dizer, na comissão, formada por advogados, membros do Ministério Público, magistrados, enfim. Então, essa é uma proposta inovadora em respeito. E dali já sairá, fixado pelo juiz, alimentos, não é verba indenizatória, alimentos para a vítima ou seus familiares como consequência, em particular, no homicídio doloso ou homicídio culposos.

Segundo, o juiz terá que analisar especificamente as consequências do crime para a vítima, norma expressa.

Bom, gostaria também de acrescentar que o projeto do Código Penal acaba com a distinção do tipo de cumprimento de pena – detenção ou reclusão –, porque o nosso sistema penitenciário não conseguiu se adequar. Então, resume-se isso tudo em prisão. Não há mais reclusão nem detenção, a privação da liberdade passa a ser tão somente a prisão.

O que se pretende, agora, com isso, é dar um tratamento diferenciado. Ao se revogar a lei de contravenções penais, não termos mais a prática infracional da contravenção. Teremos apenas a prática criminosa. Então aquilo que é gênero e infração penal com o crime e a contravenção, passamos a ter apenas crime. Isso para os profissionais de Direito, para os operadores tem uma grande consequência.

Também, ouvindo um clamor da sociedade, mas muito discutido, entendemos de não manter no Brasil o duplo regime de benefícios na execução penal. Ou seja, o Brasil é o único país que adota os dois sistemas simultâneos: livramento condicional e progressão do regime. A progressão do regime foi uma inovação

na ordem jurídica brasileira que foi proposta em 1984 e foi aprovada pelo Congresso, como uma tentativa, mas que se mostrou, talvez, grande colaboradora ou estimuladora da impunidade. Quase todos os países adotam o livramento condicional quando o condenado cumpre pelo menos metade da pena. No Brasil, além de o livramento condicional ser obtido com um terço da pena, a progressão já é obtida a partir de um sexto da pena. A opção da comissão: um só tratamento. Optamos pela progressão do regime e acabamos com o livramento condicional. E a progressão do regime – e aqui já foi alertado –, todo o tempo para obter o benefício, do regime mais rigoroso, fechado para o semiaberto, para o aberto, ele é dobrado: um terço – o que hoje é um sexto –, metade e três quintos. Então, há um tratamento mais rigoroso evidentemente.

Também se espera que o sistema penitenciário seja modificado. Inclusive se garante aqui, porque é um preceito constitucional, e é um preceito de tratado internacional, a cela individual num regime fechado. Evidente que isso tem um custo orçamentário muito grande, que é uma opção política ao país fazer, mas cabe agora a discussão dos senhores. Assim como também se garante, durante o período da amamentação, a presa estar com seu filho. Não quero que passe a ideia de que a comissão só tratou evidentemente que deveria ser daquele que sofre a consequência do crime, mas também daquele que é acusado. Há o tratamento que a própria Constituição exige.

Na parte que podemos chamar de ainda prevalência de um respeito à vítima, está o fim do crime continuado, da teoria do crime continuado, para crimes dolosos contra a vida ou crimes contra a dignidade pessoal, a sexual, caso do estupro. Só para dar um exemplo. No Rio de Janeiro, há 19 anos – que serão completados agora dia 29 de agosto –, houve uma grande chacina, a Chacina de Vigário Geral, com 21 pessoas mortas. Vários réus foram condenados. Condenados pelo júri e o presidente aplicou pena para os réus condenados de 449 anos, pelos 21 homicídios. Pois bem, em sede de *habeas corpus*, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o júri não havia reconhecido crime continuado e determinou que o juiz aplicasse a pena para a Chacina de Vigário Geral prevista no art. 71 do Código Penal. Mudança também ocorreria em 84. Então uma pena que foi de 449 anos foi reduzida para 57 anos. E, na verdade, para as vítimas, não foram 21, mas só três, porque é a tese do crime continuado. E a Comissão enfrentou o tema e entendeu por propor o fim da teoria do crime continuado. Prevalece a teoria, o concurso continuado, esse crime continuado, essa ficção jurídica para os crimes patrimoniais, mas jamais para vítimas. Se são dez pessoas assassina-

das, serão dez homicídios e não no máximo três. Isso é um respeito que a Comissão acredita que o Senado responderá e manterá.

É claro que também – e aqui quero também passar a palavra que acredito que a Presidência dará ao Prof. Luiz Flávio Gomes, importantíssimo – procuraram-se alternativas em situações muito delicadas, como a questão do delito de trânsito, que o Prof. Luiz Flávio, que foi até o proponente, dirá que alternativas se trazem para enfrentar o problema do racha, do pega, enfim, a dúvida entre o homicídio doloso, dolo eventual ou não. A culpa é gravíssima.

Procurou-se também – agora, vou resumir para os senhores; é claro que estamos à disposição para várias discussões – dar uma uniformidade. O Sistema Penal – os profissionais de Direito sabem –, o Código tem várias distorções justamente por trabalhar com um texto de 1940 e em confronto com mais de uma centena de leis penais extravagantes, dificultando, inclusive, o aplicador da lei: qual a lei? Há crimes que têm tratamento diferenciado.

Para dar-lhes um exemplo, a questão da associação. Para a Lei de drogas, a associação criminosa exige apenas dois participantes; para o genocídio, para a formação de quadrilha ou bando, no Código Penal, art. 288, quatro pessoas; na Lei das Contravenções, o bando contravencional exige cinco pessoas. Veja a distorção do Sistema. E a Comissão entendeu por, para os crimes por associação, unificá-las todas em três agentes ou mais, mínimo de três. Com isso, não ficou só na formação da quadrilha ou bando, mas saiu, como se falou, da organização criminosa, que é um tipo penal. Evoluímos para a milícia, que, no meu Estado, é uma realidade. Aqui a Comissão recepcionou os Secretários de Segurança de todo o País, trazidos por V. Exa. Ouvimos o apelo, em particular, do Secretário José Beltrame, do Rio de Janeiro. A milícia é uma realidade que está se alastrando. E não tínhamos uma tipificação; ficávamos só na formação da quadrilha ou no constrangimento ilegal. E, agora, se propõe, além da organização criminosa, uma evolução para a milícia específica.

Da mesma forma, para encerrar, apenas como alerta, observação aos senhores, nesta audiência pública, também procuramos verificar a realidade em que ocorrem os fatos e aquilo que o Código Penal já não estava mais atendendo.

O crime de ameaça tem suas características, que podem se estender para um constrangimento ilegal, mas hoje a realidade demonstra – e muitos países já tipificam – outras condutas, como o *bullying* e o chamado *stalking*, perseguição que é até selvagem. Então, além da ameaça, além do constrangimento ilegal...

É claro que desde que configurado com reiteração. Não temos dúvida alguma de que há casos em que, primeiro, cabe à família, cabe à ambientação escolar, cabe à ambientação clubista cuidar, mas, quando os fatos se reiteram, o Estado tem que intervir, sob pena de estarmos julgando, daqui a pouco, não uma mera ameaça que já chegou a um patamar maior, mas um homicídio ou uma lesão gravíssima. Então, são comportamentos que se agregam àqueles outros que atentam à liberdade individual.

Ou seja, a Comissão procurou se atualizar, procurou dar ao Sistema Penal uma modernidade. Há crimes que receberam uma punição bem mais gravosa e há crimes que receberam uma punição, talvez, mais abrandada. Caberá ao Senado, agora, dentro do viés político, da interpretação dos fatos, verificar aqui o que necessita ser modificado.

Seriam essas, pelo menos, as primeiras observações que eu poderia trazer como contribuição para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Desembargador. É uma belíssima explanação que V. Exa. faz para todos nós da Comissão.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Flávio Gomes, que também foi membro da Comissão de Juristas, também deu a sua grande contribuição e, obviamente, nesta manhã, dominará as mentes de todos nós. Tem a palavra V. Exa.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu cumprimento o eminente Senador Eunício Oliveira, que preside nossos trabalhos e preside a Comissão; o eminente Senador Pedro Taques, Relator desses trabalhos; nosso Presidente da Comissão, Ministro Gilson Dipp; demais componentes desta Mesa; meu eminente colega Muiños e Senadores aqui presentes; eu queria realçar para V. Exas., para não repetir o que já foi dito, a importância política e histórica deste documento.

Pela primeira vez, desde 1940, se tenta aprovar um Código único para o nosso País. Os senhores talvez não tenham números na cabeça, mas é impressionante a quantidade de leis que nós aprovamos no Brasil; leis penais de 1940 até 2011. Foram 136 leis penais, e essa política de emergência acaba de ser criticada duramente pela ONU e também em um relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os dois órgãos internacionais criticam toda a América Latina, que aprova reiteradamente leis penais logo após algum acontecimento midiático que gere algum tipo de comoção nacional. Isso está internacionalmente criticadíssimo, porque a razão central é que, na medida em que se aprova uma lei emergencial, não se resolve o problema, há uma ilusão de que a lei por si

só possa resolver uma satisfação para a sociedade, mas a solução do problema não acontece.

Portanto, nós estamos com essa iniciativa, o Brasil – digo agora o Brasil –, os senhores, como nossos representantes, estão dando um exemplo para o mundo todo de uma codificação de um código que é, algo hoje, no mundo científico nosso de professores, algo absolutamente impensável. Ninguém mais acreditava que um país, em pleno século XXI, fosse conseguir uma codificação. Por quê? Porque nós vivemos a era da pós-modernidade. E pós-modernidade significa desconstrução; pós-modernidade, desde Nietzsche, desde Foucault, desde Derrida, desde Guilhota, significa desconstruir, não mais construir. Nós estamos, portanto, inovando.

No mês de julho, eu estive com o Professor Luigi Ferrajoli, que é tido hoje como o maior filósofo do Direito vivo no Planeta Terra. E Luigi Ferrajoli, no instante em que levei para ele um calhamaço desse aqui e disse que nós estamos tentando codificar a legislação penal brasileira, ele quase chorou, porque ele é indiscutivelmente quem mais defende no mundo todo hoje a codificação, o que ele chama de reserva de código.

Os crimes têm de estar dentro de um único documento, dentro de um único código, porque, se queremos que as leis penais possam produzir eficácia preventiva, a primeira coisa é a sistematização de tudo e que o povo leia e entenda o que está escrito na legislação. Portanto, a importância política e histórica dessa legislação é algo que deve ser realçado nesse instante para os senhores.

Mais de cem leis penais estão sendo revogadas, mais de cem leis penais revogadas. Nós tínhamos mais de mil tipos penais, como sublinhava o eminente colega Muiños. De fato, reduzimos muitos desses tipos e se revogou a Lei das Contravenções Penais, que eram infrações menores, muitas delas sem nenhum sentido em pleno século XXI. Isso tudo está, portanto, passado a limpo.

Os senhores não imaginam a surpresa com que, quando nós apresentamos esse trabalho, as pessoas admiram e olham esse trabalho. Porque era algo absolutamente impensável. Há oito meses, há dez meses, quando o eminente Senador Pedro Taques me ligou: “Vamos partir para o novo Código Penal”, e eu disse: “Vamos embora, vamos para o novo Código Penal”, era impensável imaginar que nós fôssemos revisar mais de 1,5 mil tipos penais, sistematizá-los e colocá-los dentro de um documento único, ressaltado o Código Penal Militar.

Como se vê, o trabalho foi hercúleo, foi muito forte, muito grande e, dentre as atualizações, eu sublinharia três ou quatro fundamentais.

Em primeiro lugar, um país que vai sediar a Copa do Mundo, que vai sediar as Olimpíadas, um país que vai sediar visita de Papa não pode, não mais, contar com o crime de terrorismo. Tem de tipificar esse delito no nosso Código. Nós temos de tipificar a organização criminosa.

Acaba de sair uma legislação, no Brasil, 12.694, que fala da organização criminosa. Conceituou. Conceituou, mas não tipificou criminalmente. É preciso que a organização criminosa esteja devidamente tipificada, com tipo penal, com pena descrita, cominada para essa infração.

Estamos criminalizando a milícia, estamos agravando o femicídio, e quase passou com esse nome. Femicídio significa assassinatos de mulheres. No Brasil, 11 mulheres assassinadas por dia. Por dia! A cada duas horas, é assassinada uma mulher neste País. Nós já estamos reunidos, aqui, desde as 10 horas, agora são 11 e 10: daqui a pouco, mais uma mulher será assassinada.

Então, o femicídio tem de ter sua relevância, sua importância, talvez até com esse nome. Na Comissão, não passou o nome, mas, talvez, até com esse nome. Em síntese, está aí, como homicídio qualificado.

De outro lado, os Srs. Senadores têm de ter sensibilidade, e têm – normalmente, os senhores são treinados para ter essa sensibilidade –, qual seja, um país que matou, em 2010, 43 mil pessoas no trânsito, esse país precisa de ajustes. É um país patológico, é um país errado do ponto de vista da política de transportes.

Então, nós temos de estar atentos, antenados para toda essa realidade do País.

Por exemplo, sim, eu sugeri a criação de uma figura nova, que se chama culpa gravíssima. Está correto, do meu ponto de vista, isso é justo, é correto, porque entre o dolo eventual, o tão discutido dolo eventual no trânsito, e o mero homicídio culposo, de dois a quatro anos, tem de ter uma figura criminosa intermediária, que não dê a oportunidade de ficar discutindo anos e anos, dentro de um tribunal, se o homicídio foi doloso ou se foi culposo.

Daí, são importantes essas iniciativas todas que estamos tomando, e que o Senado tenha sensibilidade para todos esses detalhes.

Outro tema importantíssimo é que é uma mudança, que é uma mudança de cultura, inclusive.

Nós sempre falamos em garantismo. Eu, mesmo, sou tido como um professor eminentemente garantista. Meus livros, meus escritos são todos nessa linha, por convicção minha, ideológica, por minha convicção filosófica.

Pois bem, mas, hoje, em plena pós-modernidade, e aqui ela nos ajuda e não atrapalha, nós temos de

imaginar que os bens jurídicos que merecem tutela penal não são só mais aqueles clássicos bens jurídicos: patrimônio, vida, liberdade sexual. Mudou. O mundo mudou, a sociedade se alterou, nós vivemos o mundo pós-moderno e muitas minorias nunca haviam tido espaço em termos de tutela, de proteção.

Dou um exemplo, dou um exemplo, e assim, exemplificando o quê? Que o garantismo tanto vale contra os excessos do poder punitivo – quando, portanto, se colocam penas excessivas, o garantismo diz “não” –, como vale o garantismo do ponto de vista de uma tutela insuficiente, ou seja, quando o bem jurídico é importante, mas a pena é muito baixa, é preciso fazer a devida adequação, tudo respeitando a premissa do garantismo. E, aqui, vai o exemplo: pegue o crime de abuso de autoridade. Hoje, abuso de autoridade tem pena máxima de seis meses. Uma legislação feita dentro da ditadura militar. Então, não tem cabimento que o abuso de autoridade tenha uma pena só de seis meses.

Pegue o crime de tortura. Crime de tortura tem uma pena de dois anos. Não tem cabimento que uma tortura, que é quase que um assassinato, ou, pelo menos do ponto de vista dos efeitos psicológicos, é tanto quanto, tenha uma pena tão reduzida.

Esse índice, nós fizemos aí todos esses equilíbrios, e eu não quero repetir o que já foi dito, mas dizer que nós trabalhamos com afinco, bem-intencionados, queremos modernizar a legislação brasileira. É preciso modernizá-la. E a responsabilidade agora compete a esta Casa Legislativa e depois à Câmara dos Deputados.

Eu, então, sublinharia mais um ponto só, que é contextualizar essa reforma.

Eminentes Senadores, não vamos nos iludir, nem tampouco podemos iludir a população uma vez mais, não podemos nos esquecer que a reforma de um Código Penal é simplesmente uma partícula dentro de um sistema penal. O Código é só um pinga d'água no oceano. A reforma de um código, um código, por mais técnico que seja, por mais perfeito que seja, se ele não for aplicado no dia a dia não adianta. Então, tem de ter consciência e passar para a população que a reforma do Código é necessária, a modernização é necessária, mas faz parte de um sistema penal. E este sistema penal faz parte de um sistema de controle social. Portanto, tudo está contextualizado. E o controle social faz parte de um sistema econômico vigente no Brasil de acumulação primitiva da capital, como dizia Marx, e que traz muitas injustiças.

Portanto, o Código, por mais perfeito que seja, dentro de um contexto de justiça global, justiça global em termos de mundo, justiça global em termos de Brasil, este Código pode não surtir os efeitos que a gente

imagina em virtude não dele, não de vícios dele, não de problemas técnicos, mas, sim, do contexto em que ele se insere. Até porque não vamos nos esquecer: se temos um regime de capital escravagista, isso contraria todas as premissas de uma justiça social, que é o grande sonho de todo mundo, de todos os brasileiros bem-intencionados.

Em síntese, contextualizar a reforma é de suma importância. E, no mais, dizer a importância política histórica deste documento, deste Código.

Os senhores estão com a responsabilidade de fazer história, de fazer história depois de 72 anos, e é o que nós, da Comissão, esperamos, e é o que a sociedade está esperando de todos os senhores.

Que cada qual cumpra a sua responsabilidade, e nos pontos mais polêmicos, nos pontos mais polêmicos que faça um debate adulto, um debate amadurecido, porque se o Código tem 95% de coisas boas, não vamos estragar as coisas boas por polêmicas que são naturais de toda a sociedade. Não existe um código sem polêmicas. Isto é impossível, porque, afinal, estamos falando aqui de liberdades, estamos falando de crimes, estamos falando de proteção de bens jurídicos.

Que se faça um debate amadurecido, isento, imparcial, tranquilo, que vá até onde pode nesses pontos polêmicos.

No mais, que se modernize o Código Penal Brasileiro porque é uma exigência da sociedade brasileira e é uma exigência evidentemente de todos que estão querendo o Brasil uma Nação próspera e, se possível, feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Prof. Luiz Flávio Gomes.

Entre tantas autoridades presentes, eu registro também, com prazer, a presença do Deputado Federal Roberto de Lucena, que é Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao *Bullying* e Outras Formas de Violência. Obrigado pela presença de V. Exa., Deputado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, na publicação do projeto de lei encontrei um erro material, provavelmente pode haver outros, mas este salta aos olhos – até conversei com o Ministro Dipp e com o Dr. Luiz Flávio Gomes –, que se encontra no art. 472 do capítulo que trata do racismo e dos crimes resultantes de preconceito e discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Art. 472, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

Na publicação faltou a pena cominada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No 472.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – No 472. É possível que haja outros erros materiais. Esse é evidente e seria importante que o quanto antes nós pudéssemos ter uma revisão da publicação, uma errata, digamos assim, para que pudéssemos trabalhar na análise do texto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente esse foi um dos pontos que o Relator, na Comissão Especial, levantou, já está catalogando, e nós sugerimos a ele a apresentação, por parte da Comissão, de uma errata para que nós possamos consertar esse ponto e outros ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Fora do microfone*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exato, como bem V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só queria consultar V. Exa. se veio no que foi entregue ao Senado ou no já reproduzido pelo Senado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, foi originalmente... A Comissão é que foi... Houve um equívoco por parte da Comissão ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok. Da Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... um erro que está sendo ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem problema. Então, eu vou pedir à Mesa que... É simples, é só fazer um adendo com uma folha anexada e que nós vamos incorporar... Ainda não distribuímos, ainda não distribuímos fisicamente esse material e obviamente os Srs. Senadores estão tomando conhecimento... Eu vou pedir à Comissão obviamente que incorpore aqui o complemento do 472 para que a gente possa mandar imprimir e incorporar a todo o material que vai começar a ser distribuído a partir de amanhã.

Então, para ordenar os trabalhos, eu não quero fazer muitos questionamentos, até porque o meu papel aqui é de coordenar e harmonizar os trabalhos. Mas antes de dar a palavra para o Relator Pedro Taques,

na sequência, vou fazer, pela ordem de inscrição – o Senador Ricardo Ferraço já levanta o braço pedindo a sua inscrição como primeiro –, eu queria fazer apenas algumas perguntas de ordem prática para que a gente possa ordenar os trabalhos após a ausência de V. Exas.

A minha pergunta é apenas para efeito de ordenamento dos trabalhos, Presidente, eu queria me dirigir a V. Exa. e se V. Exa. quiser delegar para qualquer um dos outros membros para responder, mas como V. Exa. também coordenou os trabalhos como Presidente, eu consultaria V. Exa... A pergunta é a seguinte: qual ou quais foram os critérios da Comissão para definir posições que foram incorporadas ao projeto? Pergunta nº1.

Pergunta nº 2: quando havia mais de uma posição, qual ou quais foram os critérios da Comissão de Juristas para definir as posições que foram incorporadas ao projeto no trabalho deles? Eu quero só saber quais foram os procedimentos. Quando havia mais de uma posição, por exemplo, posições completamente antagônicas, como era encontrado o consenso por eles? Se era por maioria dos membros, Senador Armando, apenas para que a gente, na sequência dos trabalhos nossos, que não será hoje aqui nesta audiência pública...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Ministro Dipp esclareceu que era por votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Hein?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Teria que ser decidido por votação, pela maioria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, eu estou fazendo esses questionamento a ele para que determine como é que aconteceu o procedimento, para que a gente possa também adotar o mesmo nas nossas discussões, porque muitos temas não terão obviamente consenso, e nós precisamos ter uma posição de busca desse consenso.

Como várias foram também as audiências públicas realizadas, eu pergunto ao Ministro quais foram os critérios para identificar os grupos considerados mais representativos, que deveriam ser ouvidos e que tinham colaboração a dar, até para, Senador Armando, o andamento dos nossos trabalhos na sequência. Nós sabemos que milhares e milhares, nesse curto intervalo da apresentação dos senhores, várias pessoas já encaminharam questionamentos para a Comissão. Alguns deles coincidem com milhares e milhares de sugestões de cidadãos de todo o Brasil, que foram encaminhadas à Comissão. Eu gostaria de saber por que alguns temas deixaram de ser incorporados e quais os critérios e as regras que os senhores adotaram para incorporação ou rejeição de sugestões que haviam passado por essa triagem. Por exemplo, a manuten-

ção, no art. 34, da maioria penal aos 18 anos. Há um questionamento em todos os lugares que tenho andado, nesses poucos dias que estou tendo a honra de presidir esta Comissão Especial. Esse é um tema que a sociedade me cobra por onde eu passo. Como está incorporado no art. 34 da mesma forma que estava anteriormente, esta é minha pergunta: qual foi o critério, Sr. Ministro, que a Comissão adotou para a manutenção da maioria penal aos 18 anos? Assim poderei responder de que maneira chegou aqui na Comissão Especial essa matéria contida no art. 34.

Eram apenas essas as perguntas.

Senador Pedro Taques, como Relator...

Então, se V. Exa. quiser responder, para não ficar... Vamos ordenar assim: cada Senador faz o questionamento, direciona-se a um e a outro, para que possamos fazer perguntas e respostas. Talvez seja mais cômodo e mais fácil para que cada um dos senhores possa responder aos questionamentos dos Senadores. Passo a palavra a V. Exa. para a resposta.

O SR. GILSON DIPP – ... a Comissão em algum assunto que eu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Ministro está com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu queria saber o critério: haverá ou não inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Haverá inscrição. Já estão inscritos os Senadores Ricardo Ferraço, Amorim...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Exa. me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...e agora V. Exa. está inscrito.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. GILSON DIPP – Bem, os meus colegas me socorrerão aqui. Quanto aos critérios e às posições, resolvemos dividir a Comissão em três grupos: uma, para examinar a parte geral do Código, que é a grande política filosófica e orientadora dos crimes e das penas; colocamos outra parte da Comissão para examinar os tipos penais; e a terceira, para examinar a legislação especial e extravagante que deveria ser incorporada ao Código ou revogada parcial ou totalmente.

Cada um dos membros da Comissão trouxe as propostas de inovações: novos tipos penais, nova configuração. Isso foi debatido internamente nas subcomis-

sões e, depois, trazido para a deliberação do contexto geral da Comissão.

Como era? Eu diria que, em 80% do que foi debatido, houve consenso. Quando não se tinha consenso total, discutíamos. Havia uma composição, alguns cediam em um ponto, por exemplo, quantificação da pena ou forma redacional de um artigo. Isso aconteceu basicamente nas reuniões deliberativas. Formávamos um consenso a partir da ampla discussão da matéria. Em último caso, quando o consenso se tornou impossível – e foram pouquíssimos os casos –, deliberávamos pela maioria, ou seja, pelo voto. Esse foi o critério adotado pela Comissão, que tinha 16 membros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Metade mais um.

O SR. GILSON DIPP – Metade mais um. Muitas vezes, aqueles que estavam presentes na reunião deliberativa, porque nós tivemos muita dificuldade de fazer um consenso, de votar uma matéria polêmica via Internet, então, muitas vezes, não era a composição total, mas, depois, os demais aderiram ou sugeriram.

Quanto às audiências públicas, fizemos o critério de uma audiência pública publicando o edital de convocação no *site* do Senado e adotamos dois critérios. Primeiro, convidamos as entidades institucionalmente envolvidas com o tema, como por exemplo, Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Magistrados Brasileiros, Associações do Ministério Público, Defensorias Públicas, Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central – crimes financeiros.

Enfim, esses órgãos eram convidados para que mandassem representantes e sugestões por escrito. Palavra dada por um tempo limitadíssimo e sugestões encaminhadas por escrito à Mesa.

Em seguimento, convidamos algumas entidades da sociedade civil organizada. Quando se tratava de determinado tipo penal, a gente convidava... Enfim, as inscrições eram de várias associações da sociedade organizada.

E, finalmente, o público em geral. Qualquer pessoa poderia se inscrever no *site* do Senado, desde que se identificasse: nome, endereço, CPF; e poderia se manifestar.

Tivemos que, em todas as audiências públicas, limitar as inscrições ao número de 120, 150, porque senão seria impossível ouvir todos.

Todos tiveram, dentro da possibilidade, a chance de se manifestar vivamente, perante a Comissão.

E a última pergunta: Por que nós não mexemos na maioria penal?

Talvez me socorra, mas me parece que nós tivemos um consenso. O art. 228 da Constituição Federal refere que os menores de 18 anos são inimputáveis

para fins penais. Apesar de o Código também fazer referência à idade penal, nós entendemos que essa matéria era de cunho constitucional e não relativo à lei ordinária, como é o Código Penal. Por isso, não tínhamos, inclusive, nem competência para promover ou para indicar uma mudança da Constituição.

Basicamente, do que eu me lembro foram essas considerações. Eu não sei se o Luiz Carlos ou o Muiños... O Luiz Flávio Gomes ou o Muiños me complementam em alguma questão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, permita-me, então. Só para acrescer com os critérios para discussão, vou dar três exemplos. Na questão de drogas, por exemplo, foi aprovada a descriminalização do uso.

Na verdade, hoje, o usuário não vai para a prisão. Já é uma opção legislativa. É despenalizado. Ele não vai para a prisão, mas sofre outras sanções, podendo sofrer até uma interdição. Mas não há prisão para o usuário.

A Comissão entendeu – claro, num debate, não foi unânime – de descriminalizar, seguindo aquilo que a legislação, inclusive alienígena, os vários códigos... Eu quero dizer aqui que foram usados, como modelo de estudo, de debate, todos os códigos da América do Sul, com exceção da Guiana e do Suriname, que têm uma tradição *the commonwealth* que não se aplicaria ao Brasil; da América Central; e inclusive os institutos penais dos Estados Unidos, do Canadá e da Europa, basicamente. O código espanhol e o português, que muito influenciaram as discussões, até pela origem ibérica. O código italiano, o francês e o alemão. Esses foram os textos básicos.

Claro que procuramos nos ater nas discussões como um modelo, mas no momento em que se optou por descriminalizar, veio a discussão. Descriminalizar tão somente não. Então, houve uma opção alternativa de não permitir que o usuário o faça na presença de crianças, em local público, em restaurantes, enfim. Então se procurava dar alternativas.

Na questão da prescrição foi como disse o Ministro Dipp. Eu quero chamar atenção para que os prazos prescricionais, ou seja, aqueles que impedem o próprio processo, ou se houver uma eventual condenação penal não se aplicar a pena, o fenômeno instintivo... Nós trabalhamos com prazos hoje – o nosso Código – de 1890. Desde 1890, com o Código Penal da República, o primeiro código republicano, os prazos são idênticos, começando em dois anos – agora três – e chegando, no máximo, em 20 anos.

Pois bem, a subcomissão da parte geral trouxe propostas inovadoras mais rigorosas, não há dúvida, inclusive para alguns crimes contra a administração

pública. Porém, havia uma corrente contrária a voltar num tempo em que havia até a prescrição retroativa, que terminou em nosso ordenamento. E, quando havia o impasse, para não prejudicar, manteve-se a regra atual, que, para os dois lados, não é satisfatória, mas que era uma forma de convergir.

E, exemplificando, a questão do homicídio. A pena para o homicídio hoje também é idêntica à do Código Penal da época do início da nossa República, 1890: o mínimo de seis anos, o máximo de 20 anos. Isso, o chamado homicídio, que deixou a expressão “simples”. Não existe homicídio simples, então afastamos essa aditivação “homicídio”. Homicídio é muito gravoso para ter a nomenclatura “simples”. E, qualificado, 12 a 30 anos.

Pois bem, trouxe, para discussão da Comissão, vários Códigos que colocam a partir de oito anos. É o caso argentino; é o caso português, 10 anos; é o caso espanhol; e alguns, em que a pena mínima para o homicídio chamado simples, não qualificado, chega a 15, a 17 anos. Mas a Comissão teve de discutir, dada a divergência por maioria e havendo a democracia – estamos na Casa do Senado.

Então, foram, mais ou menos, esses os critérios que nortearam. Tentava-se a convergência, quando ela era impossível, exceções às regras ou, então, manter a regra atual.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Professor.

Eu me dou por satisfeito, até porque a resposta dos senhores... Queria apenas saber por que esse assunto não tinha sido debatido. E V. Exa., Presidente Dipp, coloca exatamente: é uma questão constitucional, e cabe a nós, Senadores, fazer a modificação constitucional. Então, não poderia haver a antecipação de algo que precisa de modificação da Constituição.

Passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques, para os seus questionamentos.

Tem a palavra V. Exa., Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, ilustres convidados, vou ser bem objetivo, sem expor as minhas proposições, porque a posição do Relator, ao menos ao meu juízo, neste instante deve ser essa.

Eu gostaria de ouvir dos três convidados se, no entender de V. Exas., a maioria aos 18 anos se afigura, apresenta-se como uma cláusula pétrea constitucional, pelo art. 228.

Por óbvio, a Comissão não tinha incumbência de modificar a Constituição da República, mas dada a importância desse debate, gostaria de ouvir a posição dos senhores a respeito da existência da cláusula pétrea no art. 228 da Constituição e um raciocínio a

respeito da importância dessas chamadas cláusulas pétreas para a não existência do que se denomina de retrocesso; e se, na opinião de V. Exas., como a sociedade é cambiante, os mortos podem vincular os vivos.

Essa é a primeira pergunta aos três, se puderem responder.

Ao Professor Luiz Flávio Gomes, gostaria que ele explicasse melhor o instituto da barganha, previsto no art. 105 do Projeto do Código; se esse instituto não ofenderia o sacrossanto princípio da indisponibilidade da ação penal; se não estaríamos quebrando o sistema nacional, o que já iniciou, pela Lei nº 9.099, de 1995, com o abrandamento, com a mitigação do princípio da indisponibilidade; e se V. Exa. já tem números, sendo aprovado pelo Congresso Nacional esse instituto da barganha, da resolução desses conflitos ou do chamado não processo. Isso, ao Prof. Luiz Flávio Gomes.

Ao Professor e Desembargador Pinheiro, o art. 212, § 2º... Vou fazer questão de ler, para que eu possa, de forma objetiva, trazer a indagação.

Art. 212, § 2º – desculpe-me, §§ 3º e 4º, que tratam do tráfico de drogas:

“Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta, ao local e às condições [ou seja, às circunstâncias exteriores].

Salvo prova em contrário, presume-se a destinação da droga para uso pessoal, quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias.”

Como vamos auferir isso, esse ponto? Isso aqui não beneficiaria o chamado traficante usual? Como nós podemos dividir isso, para separar daquele cedente usual e daquele traficante, identificando o que vem a ser consumo médio individual por cinco dias.

Para o Professor Luiz Flávio Gomes e também se os outros ilustres convidados assim entenderem... Penso, como bem disse o Professor Luiz Flávio Gomes, que 95% dos temas tratados por esse Código, apesar da importância de todos os 542 dispositivos – existe aí quase um consenso – não despertariam maiores polêmicas. Agora, alguns temas, por óbvio, despertarão debates nesta Casa.

Nós sabemos que a Constituição da República prega que o Estado seja leigo, laico, não-confessional – isso está no art. 19 –, mas o nosso Estado não é ateu: a Constituição da República fala em Deus em seu preâmbulo. Como foi tratada a questão do aborto aqui, isso não ofenderia o direito fundamental à vida. Esse debate, nós teremos de fazê-lo nesta Casa.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exa.

Para o Ministro Dipp, como um julgador no Superior Tribunal de Justiça: qual é a importância da tipifica-

ção do enriquecimento ilícito, tendo em conta a atual quadra histórica por que passa a República Federativa do Brasil e o atendimento de tratados internacionais no tocante a esse tipo penal?

E encerro com uma última indagação.

A Comissão retira do delito de homicídio o adjetivo, ou predicativo do sujeito, de ser simples – em seu art. 121 –, e o preceito secundário dá início à pena com 6 anos. Lá no roubo qualificado, a pena se inicia com 4 anos, já de acordo com o projeto, com a possibilidade de uma causa de aumento ali. Com o desvalor dessas condutas, nós não estaríamos penalizando em menor proporção o homicídio em relação aos crimes contra o patrimônio?

Nós todos aqui sabemos que não é a quantidade de pena que evita que o cidadão cometa o crime, mas a certeza de que ele será punido. Vejo que a Comissão se fundamenta nessa premissa, mas eu gostaria de ouvir um pouco a Comissão a respeito disso. Eu teria outras indagações, mas, em razão do tempo, deixo-as para outros Senadores e para outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exa., Ministro Dipp.

O SR. GILSON DIPP – De forma muito objetiva: para mim, pessoalmente, a matéria não chegou a ser discutida na Comissão. A maioria penal aos 18 anos – art. 228 da Constituição – para mim não configura cláusula pétrea, poderá ser modificada por emenda constitucional. Cláusulas pétreas... A nossa Constituição é exaustiva, ela define assuntos que não deveria definir, foi uma opção do Constituinte de 1988. Cláusulas pétreas são aquelas que dizem respeito ao Estado brasileiro, à república, à federação etc., etc. Aqui a questão é de política criminal pura e simplesmente.

Segundo aspecto: por que colocamos o enriquecimento ilícito no Código Penal?

Primeiro: o Brasil é signatário da Convenção da ONU contra a Corrupção, convenção essa que foi internalizada em nosso sistema. Eu volto a chamar atenção para isso porque no Judiciário, no Supremo Tribunal Federal, no caso do juiz de primeiro grau, nós não temos a cultura de cumprir tratados e convenções internacionais, muito menos de aplicá-los, ainda que subsidiariamente, quando é necessário.

Hoje nós utilizamos, por exemplo, a organização criminosa como uma forma de agravante para justificar a manutenção ou a decretação de uma prisão preventiva – fazer parte de uma organização criminosa. Então, temos de saber: o tratado foi celebrado pelo Brasil? Foi. Foi homologado pelas duas Casas do Parlamento brasileiro? Foi, através de decretos legislativos. Foi ao Presidente da República e foi editado o decreto presidencial que o ratificava? Foi. Então, é legislação

ordinária. Trouxemos, então – e aqui neste tratado há a descrição de enriquecimento ilícito como tipo... E se preconiza que os países signatários estabeleçam como tipo penal no enriquecimento ilícito. Alguns países, também signatários dessa convenção, não o fizeram por opção legislativa. Na América Latina, quase todos.

O que nós fizemos? Tipificamos o enriquecimento ilícito. Veja bem que este Código tem uma diferença, ela privilegia o patrimônio público ao invés de privilegiar o patrimônio privado lá de 1940. O patrimônio público, sim, deve ser protegido como bem de alta lesividade social, não se precisa dizer por quê.

O tipo penal, Senador Pedro Taques, é a configuração ter – eu não tenho aqui o artigo e não o posso ler –, possuir, usufruir, mostrar, ter posse, propriedade de bens que sejam absolutamente incompatíveis com os rendimentos do servidor público *lato sensu*. É *lato sensu* porque abrange desde o “Barnabé” mais simples até a Presidente da República. Todos nós temos a obrigação de apresentar anualmente nossa declaração de Imposto de Renda. Todos os anos, por quê? Porque mostra a evolução dos rendimentos e bens até a saída do serviço público. O patrimônio que é incompatível com o rendimento direto ou indireto – alguém pode ter aluguéis, pode ter uma herança –, desde que não possa ser, justificadamente, de forma fundamentada, mostrar que sua existência, que esses bens são compatíveis com o rendimento, configura-se crime.

A pena não é... Eu não me lembro agora do tamanho da pena, mas, geralmente, esses crimes são praticados com outros crimes mais graves, e aí se aplica a pena mais grave. Nós juntamos corrupção ativa com corrupção passiva. É muito fácil punir o corruptor passivo e dificilmente se consegue punir o corruptor ativo. Discussão que havia: “Ah, mas isso constitui uma inversão do ônus da prova.” Para a Comissão – e o Prof. Luiz Cláudio Gomes escreveu um artigo na *Folha de S. Paulo* –, não se configura nenhuma inversão do ônus da prova. Por quê? A partir da declaração de bens que somos obrigados a entregar, caberá ao Estado provar todos esses fatos. Primeiro, cabe ao Ministério Público, o Estado acusador, provar, primeiro, a existência dos bens: o ônus da prova é de quem acusa. Segundo, tem de provar que esse bem é incompatível com o rendimento auferido; e, terceiro, tem de provar que a justificativa dada pelo servidor é desfundamentada. Então, para mim, não há nenhuma inversão do ônus da prova que possa prejudicar o tipo penal que me parece – e aí também, vejam-se bem, e as resistências já o demonstram – que talvez seja o maior passo, pelo menos em termos legislativos, de se enfrentar a epidemia dos crimes contra a administração pública.

Basicamente é isso, Luiz Carlos. O Flávio e o Muiños podem complementar, se o quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Luiz Flávio e Dr. Muiños têm a palavra.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Então, aqui, brevemente, para que possa muito mais gente participar deste nosso debate, vou opinando.

Eu apresento uma posição alternativa do Ministro Dipp no que toca a ser ou não cláusula pétrea a menoridade. Na minha opinião é, sim, cláusula pétrea, porque as cláusulas pétreas não estão apenas no art. 5º, estão espalhadas pela Constituição. E isso já é da jurisprudência do Supremo no que diz respeito ao âmbito do Direito Tributário.

Se existem cláusulas pétreas no Tributário fora do 5º, também o 228 seria cláusula pétrea.

Mas meu convite aos eminentes Senadores não é aqui, porque essa é uma polêmica técnica: vão para os números. Vão para os números. A única pesquisa de que tenho conhecimento no Brasil sobre a participação de menores em crimes violentos no País é do Datafolha. E o Datafolha fez isso, já há alguns anos. Eu nunca mais vi nenhuma pesquisa. Naquela época, apenas 1% dos crimes violentos do País tinha participação de menores.

Então, isso tem de ser levado em conta na hora de pensar se se criminaliza ou não, ou seja, se se diminui a idade da imputabilidade penal. E, aqui, três tentações, que vão estar diuturnamente na cabeça dos Srs. Senadores – três tentações –: a tentação do populismo penal, que é uma tentação terrível, porque o povo pede tudo. O povo pede pena de morte, prisão perpétua, mas há limites que o ordenamento jurídico não permite. Segundo, tentação do fundamentalismo penal, posições fundamentadas aí metafisicamente, mas sem uma base concreta. E a terceira tentação – muito cuidado, Srs. Senadores – é a do método intuitivo, que foi no nazismo. É pura intuição. “Minha intuição é essa.” Calma. Trabalhe com números, busque pesquisas, não fique com a intuição, porque, às vezes, sua intuição é uma coisa que foge da realidade.

Barganha.

Sobre a barganha, fizemos a proposta. Eu, inclusive, andei redigindo grande parte do tema. Digo o seguinte: o que é a barganha? É o sistema norte-americano do *plea bargaining*, porém, à brasileira.

Nós não estamos introduzindo o *plea bargaining* no Brasil, porque lá se pode negociar tudo – todos os crimes, tudo e todas as penas. No Brasil, há limites. Primeiro, denúncia recebida. Se eu não tenho denúncia recebida, não tenho delimitado o crime que vou barganhar.

Denúncia recebida, antes de o juiz marcar a instrução do processo, então, acusação e defesa podem sentar, discutir a pena. E, se o réu aceita “x” de pena, então está feita a barganha. A barganha feita vai para o juiz, que a homologa.

O réu tem alguns benefícios para fazer isso: diminuição de pena de até um terço e jamais o regime fechado.

Portanto, em algumas ocasiões, pode ser interessante para o réu barganhar, mas o MP não é obrigado a barganhar, nem a defesa é obrigada a barganhar. Portanto, a barganha pressupõe o princípio da autonomia, da vontade de ambas as partes.

A perspectiva futura, em termos de números, eminente Senador. Vejo, com boas perspectivas, o instituto da barganha. Na medida em que as partes descobrirem que já podem rapidamente ter algum benefício para encerrar o processo, vejo isso como uma perspectiva futura muito extraordinária, até porque vivemos uma Justiça criminal absolutamente emperrada, atolada e morosa. Tudo que nós descobrirmos de institutos que possam desburocratizar o andamento do processo, sim, na minha opinião, é válida a tentativa.

A mesma coisa fizemos com a delação premiada. A delação premiada, que já foi aprovada aqui, nesta Casa, por cerca de oito ou nove vezes, pelos eminentes Congressistas brasileiros, nunca teve uma disciplina jurídica. Nunca. Pela primeira vez, estamos sugerindo a disciplina jurídica.

Por exemplo, hoje, se alguém quer delatar um crime, vai fazê-lo a quem: ao delegado, ao MP ou ao juiz? De outro lado, se se delata ao MP, o juiz participa ou não? Se o juiz participou, está contaminado para o processo ou não? Como se faz essa delação premiada?

Então, nunca houve uma disciplina. Já se disciplinou por nove vezes, prevendo-se a delação, dando-se prêmio para os criminosos que delatam e que ajudam a Justiça, no entanto, não há um procedimento. E aí a confusão generalizada, inclusive em segurança dos juízes, de participar ou não do MP, de fazer o acordo e depois o juiz não concordar. Aí o MP não sabe onde enfiar a cara.

Então, é preciso disciplinar isso com mais detalhes e com mais carinho.

Por último, no que toca a mim, aborto, eutanásia e ortotanásia. Há menos discussão, pelo que nós sentimos durante os debates, na eutanásia e na ortotanásia, mas há grande polêmica no aborto, porque envolve vida.

Todas as vezes que envolve vida, não estamos falando de um bem jurídico individual, portanto, um bem jurídico idealizado pelo Iluminismo do século 18, de tutela frente o Estado. Não é mais isso. Vida envolve

religião, filosofia, sociologia; vida e pessoas envolvem o mundo. Portanto, é polêmico.

Só queria dar uma sinalização, que é por onde eu sempre saí nas minhas aulas, nos meus escritos, nos meus livros. Sempre saí por um caminho. Qual é o caminho, a luz que nos ilumina neste tema tão polêmico e tão difícil, que é discutir a vida? O caminho, para mim, é o art. 4º da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Os Srs. Senadores têm que ter em mente este art. 4º, que diz assim: “Está garantido o direito à vida [todos nós temos direito à vida] e ninguém pode dela ser privado arbitrariamente.”

Qualquer tipo de privação arbitrária da vida tem que ser incriminado. No entanto, há situações que não são privações arbitrárias e se justificam. Dou exemplo do aborto anencefálico, que o Supremo acaba de reconhecer como não delituoso. Por quê? Se há uma anencefalia comprovada medicamente e se a vida ali não tem perspectiva futura, por que não admitir, nessas situações excepcionais, onde a morte não é arbitrária? Não estamos matando ninguém arbitrariamente como se fosse um nazista matando pessoas.

Aí sim esse advérbio, para mim, é um bom farol que poderá iluminar o debate que, tenho certeza, será muito profícuo aqui no interior desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Professor...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sr. Presidente, na pergunta que foi dirigida aos três membros da Comissão, que hoje estão participando desta audiência pública com os senhores, está a questão da menoridade.

Devo dizer, desde logo, que a questão de ser cláusula pétrea ou não... Claro, dentro de uma análise constitucional, até entendo que ela tem uma feição de cláusula pétrea, sim – é polêmico; a doutrina não firmou posicionamento –, porém, mesmo as cláusulas pétreas, e me permito ousar dizer, são mutáveis, pois nada é imutável. E ainda que seja cláusula pétrea, uma geração não pode comprometer as gerações vindouras. O tempo é mutável. As coisas são mutáveis. Mas precisamos ter regras para que as mudanças não sejam em descompasso com as grandes conquistas e que possam se perder em um determinado momento.

Então, independente de ser ou não cláusula pétrea, quero dizer, na minha opinião, que hoje, pela minha análise – e fui 25 anos membro do Ministério Público, há cinco como magistrado, desembargador –, e reconheço, pelos casos concretos que examino, que o menor de 18 anos hoje, pelo menos acima de 16, que até já vota, ele é permeado por informações que lhe dão condições de entender o caráter ilícito. Ele

sabe muito bem o que é matar uma pessoa, o que é roubar uma pessoa.

É claro que precisa, se condenado, ter um tratamento diferenciado, mas particularmente sou favorável. Apenas a Comissão não pôde discutir o assunto por entendermos que é uma matéria constitucional e caberia emenda. Mas suscito aos Senadores também como uma terceira alternativa. Caso o Senado, depois a Câmara, aprove a redução da menoridade, que é até uma reivindicação importante pelo seu matiz, pelo seu viés, pela natureza político-social dela, talvez merecesse, como houve no Estatuto do Desarmamento, um referendo popular, Sr. Presidente.

Caso aprovada a redução da menoridade penal, eu recomendaria, acho, e já falei isso em seminários, em ambiente acadêmico, que seria um dos assuntos que mereceria um apoio popular para que o Congresso saiba se essa é a concordância.

Quero dizer também que, a estatística que a Comissão trabalhou foi de dezembro de 2011, atualizando o sistema penitenciário. Temos 511 mil presos, um terço de provisórios. Estaticamente – vou falar isto por causa do roubo e do homicídio, pois o Senador Pedro Taques nos indagou sobre a disparidade ou a desproporção das sanções –, do total de 511 mil presos, 134 mil estão entre 18 e 24 anos. Quero afirmar aos senhores que, nos anos 80, a idade média do preso, ou seja, daquele que praticava o crime no Brasil era acima de 30 anos, chegava a 34 anos. Hoje, está abaixo. A idade média do criminoso no Brasil, até o início dos anos 80, estava acima de 30 anos, chegava a 34 anos. O homem que praticava crime. Não estamos aqui dizendo o que levava ao crime. Nos anos 70, início dos anos 80. Hoje, está abaixo de 27 anos. Ou seja, um terço dos presos, hoje, no Brasil, dos 514 mil presos, 134 mil estão entre 18 e 24 anos. E a idade média desses 511 mil presos está em torno de 26, 27 anos. Isso significa que temos uma população jovem praticando crime. E isso tem de ser analisando pelos senhores e, evidentemente, pela sociedade. Lamentavelmente, mas esse é o quadro.

Foi indagada pelo Senador Pedro Taques a questão das drogas e a opção que se deu de caracterizar o que seria o uso, quer dizer, como orientador, não definidor, material de consumo para 5 dias. Foi a opção, ou seja, o que, em tese, caracterizaria a diferença entre o uso próprio e o tráfico, quer dizer, qual a quantidade que o juiz terá que levar em conta. E a Comissão optou pela quantidade necessária fixada por ordens médicas, enfim, para até 5 dias de consumo. Quero dizer que, é claro, a Comissão tem origem, falei aqui, em magistrados, promotores, advogados, cada um tem a sua experiência, e optou por descriminalizar. Isso não quer dizer que todos tenhamos concordado,

eu particularmente, posso afirmar, mas devo defender a posição da Comissão. A Comissão entendeu descriminalizar. E a proposta original era para 10 dias, o que daria orientação à definição daquele quantitativo para consumo próprio e não comércio ilícito seria a quantidade para 10 dias, porque há modelo estrangeiro nesse sentido. Felizmente, a Comissão discutiu e não aceitou essa proposta, mas, no acordo, optou por 5 dias. Particularmente, manifestei-me – isto está em ata – pela minha experiência, sei que o tráfico, sou magistrado estadual, fui promotor estadual, 30% do meu movimento, sou de área criminal, sempre fui, é o tráfico de entorpecente. E ele atua no varejo. Na verdade, o traficante, que muitos dizem é quantidade para uso, ele não trabalha com tablete, ele está na rua vendendo pequenas quantidades e não fica com ela. Há uma troca permanente. Sou do Rio de Janeiro, e o que se encontra isso é, na verdade, a venda no varejo, com pequena quantidade, até porque se preso, se detido, evidentemente, não estará com uma quantidade expressiva até para efeito de punição. Então, quero dizer que foi uma opção da Comissão, que tenho de respeitar, mas a definição de 5 dias ou de um prazo poderá até gerar algumas dúvidas. Mas foi opção da Comissão. Eu coloquei a minha opinião pessoal, em homenagem ao Senado.

E a desproporção entre a pena do roubo e do homicídio. Aqui é outra coisa que acho que a Comissão precisa alertar, Senador Pedro Taques, os Srs. Senadores. Embora tenha sido discutido, mas entendeu a Comissão de repassar, ao Senado e à Câmara, a discussão do tema. É a consequência de uma opção. A Comissão, não importa, foi por maioria, optou por reduzir a pena mínima do furto e a pena mínima do roubo. Hoje, a pena mínima do roubo, que é a subtração com violência ou grave ameaça, é de 4 anos. E para o furto, que é a subtração sem violência ou grave ameaça, é de 1 ano, 1 a 4 anos, e o roubo, de 4 a 10 anos. Por que a Comissão – e eu devo explicar isso – optou por reduzir a pena mínima do roubo para 3 anos, de 4 para 3, e a do furto de 1 para 6 meses, de 1 a 4 para 6 meses a 3 anos?

Primeiro: enfrentou, como disse o Ministro Dipp, a questão dos furtadores que estão presos, muitas vezes por fatos de somenos importância, à qual era necessário dar um tratamento, e do roubo. Não era para minimizar, porque dos hoje 511 mil presos no Brasil, 260 mil são autores de furto ou de roubo.

Mas também quero lhes dizer que o furtador que está preso não está preso por aquele furto só. Se está preso, é porque já praticou outros fatos, é porque há antecedentes, talvez seja a quinta ou sexta vez, ou porque estava em livramento condicional e praticava

outros crimes. Posso dizer pela experiência do Rio de Janeiro: o autor de furto que está preso não está preso por aquele ato que ele praticou, está preso por um histórico, infelizmente.

E hoje temos que 260 mil presos, dos 511 mil, são autores de roubos e furtos. Como é que a Comissão poderia propor uma redução para essa pena? Justifico, independentemente de concordar ou não: é que a Comissão quis aumentar a pena do furto e a do roubo onde há maior gravidade, aumentar para o roubo com emprego de arma de fogo, com explosivos – São Paulo foi cenário, lamentavelmente, de roubos e furtos com explosivos em caixas eletrônicos. Assim, a Comissão optou por aumentar a pena, e a aumentou com maior rigor para roubos e furtos qualificados, mas reduziu-a ao mínimo legal no caso daquele roubo em que não é empregada uma arma, não é empregada violência ao ponto de causar danos à vítima. A mesma coisa aconteceu no furto.

Mas devemos ser sinceros com os senhores: a nossa parte era examinar o fato e fazer a opção de sanções, boas ou más, mais rigorosas ou mais abrandadas, para os senhores decidirem. Porém, se para a pena do furto for aprovada a opção de redução hoje e para a pena do roubo... Quero dizer aos senhores – não posso sonegar esse fato – que alertei para isso em ata, mas aí a consequência... Existe um fenômeno chamado revisão criminal, e toda lei mais favorável retroage. Isso significa dizer que, se forem aprovadas as propostas da Comissão – quero dizer que não posso ser contra, eu fui membro da Comissão –, 260 mil presos terão direito a uma revisão, e isso é uma consequência social, ou seja, é uma mudança que hoje atingiria diretamente 260 mil pessoas presas. Essa consequência, os senhores precisam avaliar; examinando o projeto não vão reparar, talvez, nessa consequência. Então, é uma decisão política muito séria. A Comissão trouxe a proposta. Cabe aos senhores avaliá-la.

Finalmente: se nós temos 260 mil autores de roubos ou de furtos presos, parece incoerente – e aí concordo com o Senador Pedro Taques porque foi minha opinião pessoal – reduzirmos as penas dos roubos, porque estamos mantendo a pena para o homicídio, e eu até citei aqui os diversos países nos quais a pena varia de 8 a 30 anos. Como um antigo promotor do júri, eu só posso dizer aos senhores o seguinte: a vida humana merece ter um tratamento mais respeitoso e mais exigente no desvalor, mas foi uma opção da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Desembargador.

Eu ia passar a palavra, pela ordem de inscrição, para o Senador Ricardo Ferraço, mas o Ministro Dipp pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. GILSON DIPP – É só para fazer uma pontuação.

Eu confesso que não estava naquela sessão deliberativa relativa à descriminalização do uso de drogas, e não comentei isso com a Comissão também. Mas o parágrafo 3º do art. 212, que possibilita a descriminalização, abre uma ampla gama de atuação para o juiz no exame do caso concreto. Aliás, esta foi uma tônica do Código: nós sempre colocamos um hiato razoável entre a pena mínima e a pena máxima exatamente para que o juiz possa avaliar as circunstâncias do fato, agravantes, atenuantes, etc. Porque o Brasil é o país das penas mínimas, porque se sabe que há uma série de agravantes, de qualificadoras, etc, que vão certamente elevar. Então o juiz parte, e seguidamente, na pena base e na pena mínima. Isso é uma constatação dos tribunais.

Quanto à criminalização, diz aqui:

Não há crime se o agente (...)

§3º. Para determinar [e não sei se isso foi debatido] se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, bem como às circunstâncias sociais e pessoais do agente.

Isso responde, de certa forma, no caso concreto, se aquele era o usuário, se ele portava pequena quantidade para traficar. Mas o que me chama mais a atenção, e posso estar errado, mas pela dicção do artigo me dá certa liberdade: o juiz para determinar se destinava-se a consumo pessoal atenderá à natureza da droga. E aí sim me parece que o juiz abre um leque para o Judiciário examinar. Por que a natureza da droga? Porque os efeitos são diferentes. A maconha não tem o mesmo efeito do *crack* ou da heroína. E isso, me parece, num exame posterior ao que a comissão fez, que desse exame da natureza, que não tem nada que ver com a quantidade, poderá o juiz em determinados casos dizer: olha, este é usuário de uma droga altamente deletéria, e vou atender a essas circunstâncias para não considerá-lo como usuário. É uma reflexão que estou fazendo *a posteriori* do trabalho da comissão, porque não participei desta reunião deliberativa, mas da reflexão de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, passo a palavra, de acordo com o art. 273 do Regimento Interno

do Senado Federal, ao Senador Ricardo Ferraço por até 10 minutos.

Tem a palavra V. Exa., Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, caro Senador Pedro Taques, Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, Senadores que compartilham comigo desta importante tarefa que nos foi concedida pelos nossos partidos. A minha primeira observação é de que, independente das opiniões, não importa se convergentes ou divergentes, nós Senadores precisamos homenagear os operadores e os profissionais do Direito que se dedicaram ao longo desses sete meses na edificação de um novo Código Penal para o nosso País, entendendo a necessidade de adequarmos à nossa conjuntura e às novas realidades que estão postas nas relações sociais e nas relações entre o Estado e os cidadãos.

Evidentemente que a minha primeira observação, e não sei a quem perguntar, mas me parece que ao Ministro Gilson Dipp, talvez ao Desembargador José Muiños, diz respeito à necessária necessidade, vamos dizer assim, de não frustrarmos a sociedade.

Os senhores fizeram um debate muito forte, nem sempre convergente, que trouxe o professor Luiz Flávio Gomes a essa reflexão, ou seja, como transformar esse novo Código num instrumento eficaz. Porque nós convivemos com uma indústria de recursos na Justiça brasileira em que a percepção da impunidade muitas vezes é muito mais que a percepção, é a própria certeza da impunidade, em razão dos vários caminhos que se identificam através das portas e janelas que estão estabelecidos no sistema judiciário brasileiro.

Eu gostaria de ouvi-los a esse respeito, porque vamos passar aqui alguns meses seguramente nos conflitando em relação a temas que são polêmicos. E os produtos desses temas precisarão, antes da conclusão desta Comissão, passar na Comissão de Constituição, justiça e Cidadania do Senado e no Plenário do Senado, depois nas Comissões da Câmara e, finalmente, no Plenário da Câmara. E se houver modificação na Câmara, ele terá que voltar ao Senado. Portanto, estamos diante de um ambiente de muitas ambiguidades, em que nós não temos o dever de frustrar a sociedade brasileira. Eu queria perguntar-lhes como não frustrá-la, na avaliação dos senhores que estiveram dedicados a esse tema durante esses meses todos.

A outra observação que faço ao Professor Luiz Flávio é com relação aos crimes de trânsito. Para mim, ficou o convencimento de que nós estamos, a partir desse Anteprojeto, estabelecendo a tolerância zero. É isso mesmo? Eu queria que V. Exa. pudesse comen-

tar o art. 202, que faz menção ao art. 306 do Código Brasileiro de Trânsito.

Me chamam atenção também algumas questões de proporcionalidades. Me chama atenção, aqui no art. 393, do título De Crimes Contra a Vida, no caso de omissão de socorro. O texto é objetivo: “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública: Pena – prisão, de um a seis meses, ou multa.” Aí nós vamos ao art. 393, Dos Crimes Contra a Fauna: “Art. 393. Abandonar, em qualquer espaço público ou privado, animal doméstico, domesticado, silvestre ou em rota migratória, do qual se detém a propriedade, posse ou guarda, ou que está sob cuidado, vigilância ou autoridade: prisão, de um a quatro anos.”

Não me pareceu que aqui nós fizemos, ou a Comissão fez, uma análise relacionada à proporcionalidade de um crime contra a vida, que é o maior bem que nós precisamos ter e preservar, comparado e cotejado aqui com o art. 393.

Eu gostaria de ouvir a observação dos senhores com relação a esse tema, porque me parece essencial que façamos, não apenas nesses artigos, mas ao longo de todo o estudo, uma avaliação muito detida para identificarmos a razoabilidade da pena que estamos estabelecendo quando comparada *vis-à-vis* aqui.

Eu também pergunto aos senhores que tipo de expectativa teve a Comissão quando nós, em tese, descriminalizamos o uso e o consumo da maconha, ou seja, onde os senhores fundamentaram as suas opiniões nesse debate. Porque, embora se fale em descriminalização da maconha, o texto não parece se restringir a ela, salvo melhor juízo. A cocaína também tem origem em planta, assim como a heroína. As condutas ligadas a essas drogas também estão descriminalizadas? Ou devemos entender que o tipo do art. 213 do anteprojeto que fala e versa sobre fabricação de maquinário para refino de drogas tem um efeito sistemático de restringir o § 2º do art. 212 à maconha.

Há uma ambiguidade aqui, uma dúvida, uma incerteza muito grande em relação a esse tema. A comissão levou em conta estudos acerca do potencial aumento do número de usuários que pode advir da descriminalização?

Há informações de que países como Holanda começam a rever a sua postura diante da explosão do consumo pessoal dessas drogas. Há também estudos que consideram a maconha como uma importante droga como porta de entrada para consumo de outras drogas.

Ou seja, quais elementos, quais estudos, quais fundamentações os senhores consideraram como premissa quando propõem, através desse Anteprojeto, que esta comissão esteja debruçada sobre esses temas?

Por ora, Sr. Presidente, são essas as observações que faço, antes homenageando a todos os que cooperaram com o Senado da República nesses sete meses, de maneira voluntária, emprestando a sua experiência, todo o seu conteúdo intelectual, toda a sua convicção.

E essa é a minha expectativa: eu acho – acho não, tenho convicção – que o Senado está diante da oportunidade de fazer o enfrentamento, que não tem feito historicamente. Historicamente, tem empurrado esses temas para que o Supremo Tribunal Federal possa judicializá-los. E o Supremo tem feito, na ausência e na omissão de uma posição, de um enfrentamento que nós precisamos ter aqui, até por força de delegação que a população brasileira nos deu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Só para comunicar aos senhores que o Senador Pedro Taques me comunica agora que nós somos o quinto colocado, neste momento, no Twitter brasileiro, o tema que está sendo discutido nesta manhã.

Passo a palavra, para responder ao Senador Ricardo Ferraço, ao Ministro Gilson Dipp.

O SR. GILSON DIPP – Senador, é para responder ao primeiro questionamento. Os outros vou deixar.

V. Exa. colocou de forma muito clara aquilo que nós já havíamos pensado. O momento é histórico para o Parlamento, em especial para o Senado, de enfrentar temas polêmicos. E o ativismo judicial, principalmente do Supremo Tribunal Federal, decorre exatamente de – não vou dizer que seja omissão – descompromisso de enfrentar temas polêmicos. E esse é um deles.

O Código Penal, certamente, por si só, não vai resolver a sensação de insegurança e de impunidade que grassa na sociedade. O que nós queremos é um código bem feito, inteligível inclusive para o cidadão, que consolide todos os tipos penais e que seja uma plataforma de lançamento para uma política penal e de segurança pública em termos nacionais.

Mas é evidente que uma boa lei por si só não vai resolver os problemas da criminalidade, da sensação de insegurança e da impunidade. É preciso que os três Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário cumpram a sua função.

Primeiro, há sim uma gama excessiva de recursos, sem aqui tocar no problema da ampla defesa, do contraditório. Não é isso. Mas os recursos são infundáveis, principalmente para réus ricos.

Segundo, não há política pública quanto à segurança do Executivo. Polícias mal remuneradas, polícias viciadas, polícias sem perícias técnicas adequadas. De cada cem homicídios, no Brasil, apenas oito se transformam em ação penal. A grande maioria não é sequer investigada e muito menos transformada em inquérito, e muito menos em ação penal, e muito menos chega-se ao julgamento.

É preciso também que o Judiciário tenha a consciência de que ainda caminha – isso eu senti claramente no Conselho Nacional de Justiça – que a celeridade é uma demanda da sociedade. Celeridade que não importa apenas em modificação das leis, mas de gestão do Judiciário, administração do Judiciário, saber quais são os crimes que merecem atenção, fazer uma seletividade, que é necessária para que a sociedade tenha uma resposta clara.

A questão é complexa, mas é uma questão que precisa ser debatida, que não é apenas um bom Código Penal, é toda uma política pública de segurança nacional, de segurança judiciária, de atuação do Ministério Público também, que tem boa parcela de culpa nos casos em que deixa de denunciar ou quando denuncia mal, o que gera uma péssima ação penal, uma mais ainda deficitária prestação jurisdicional.

Apenas para situar que o Código não é o bálsamo para todos os males, muito pelo contrário, mas é a mola propulsora, é a plataforma de onde se lança o foguete para o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Professor...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Senador Ricardo Ferraço, a ordem lógica é assim: O Código Penal faz parte de um sistema penal; o sistema penal faz parte de um sistema de segurança pública; a segurança pública faz parte de um sistema de controle social; o sistema de controle social está ligado ao modelo econômico; e o modelo econômico afeta a justiça social. Esta é a linha. Pega essa linha, o novelo, e vai amarrando o novelo. O Código é só um ponto, uma coisa mínima, mas é importante que seja, em suma, modificado.

Tolerância zero. O que está acontecendo na nossa proposta, eminente Senador, que é também a mesma proposta de sua relatoria nesta Casa, neste instante, é o Projeto que foi aprovado na Câmara e veio para cá, o que pede a nossa proposta é que se mude de paradigma. Nós estamos propondo mudança de paradigma.

Qual é o paradigma vigente hoje no Brasil, no que toca aos delitos de trânsito e dirigir embriagado? É o paradigma quantitativo, 6 decigramas para cada litro de álcool. É um paradigma quantitativo do qual não se livrou a Câmara dos Deputados totalmente, nem com o projeto aprovado em março, eles continuam vincu-

lados ao quantitativo. Nossa proposta, que também faz parte da proposta da sua relatoria nesta Casa, é o paradigma qualitativo, é a qualidade da condução, se é uma condução segura ou não. Se você está bêbado, totalmente bêbado, sua condução jamais será segura. Logo, não dependo de quantitativos, sobretudo depois da decisão do STJ, que passou a dizer que precisa comprovar os 6 decigramas, precisa provar o que está na lei, mas não precisamos soprar o bafômetro.

Conclusão, a impunidade grassou e é generalizada no nosso país, porque o paradigma que nós adotamos, em minha opinião, é equivocado, é o paradigma quantitativo, nós não precisamos falar de quantidade de álcool por litro de sangue. Logo, cai por terra a discussão tolerância zero. É, evidentemente, tolerância zero mesmo, porque é a forma como você conduz. Se você conduz totalmente embriagado, a sua forma de condução é equivocada, a forma de condução é perigosa só pelo fato de estar totalmente bêbado. Em suma, é a mudança de paradigma completamente que reputo como o mais correto, e acabar com essa impunidade hoje gerada por uma decisão do STJ, não que a culpa seja do STJ, mas é que a lei saiu com um critério equivocado, em minha opinião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Vamos lá, dolo eventual e culpa gravíssima. Hoje, o debate, eminente Senador Aloysio Nunes, está em pauta porque a cada semana nós temos o modismo de uma denúncia por crime de trânsito como dolo eventual. Dolo eventual significa você dirigir um veículo e assumir que efetivamente possa matar alguém e dizer: “Se morrer, morreu! Se morrer, morreu! Para mim é indiferente ele morrer ou não.” Isto é dolo eventual. É difícilimo provar isto; difícilimo provar isto! Em casos excepcionalíssimos nós temos essa prova. Então, qual é a nossa proposta? É a seguinte: não provando a possibilidade do dolo eventual, então, cai na culpa gravíssima, que significa o quê? Matar embriagado, matar em racha, matar desrespeitando regras mínimas de respeito às pessoas. Isto é culpa gravíssima, de quatro a oito anos. Aí nós fugimos daquele leito de Procusto, aquele engessamento que ou hoje são dois anos de pena, ou é homicídio de seis a 20. Hoje é assim: ou é o dolo, de seis a 20, ou é de dois anos a pena. Mas veja o descompasso entre dois e seis! Neste meio tem de ter uma figura de culpa gravíssima. Aí então solucionaria isto. Na dúvida, favorece o réu, vai para a culpa gravíssima. Provou que é dolo eventual; júri, etc., seis a vinte. Acabou. Então, abre-se a perspectiva, não fecham as portas.

E, por fim, a questão das drogas.

Nós seguimos os parâmetros europeus. Decididamente, decididamente, nós optamos, no que toca às drogas, por descriminalizá-las, toda a legislação europeia hoje. Toda a legislação europeia: Portugal, Espanha, toda a legislação europeia descriminaliza, diferentemente dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos é cadeia, cadeia para o usuário. Na Europa, de modo algum, não é nem problema de polícia. Então, o nosso paradigma, o nosso parâmetro e nossos números são os números da Europa, com uma observação só, eminente Senador. Qual? Holanda. Cita-se, agora, Holanda. Voltou atrás. Holanda só não permite mais, desde 1º de janeiro, que estrangeiro vá ao *coffeeshop* e compre; só estrangeiro. Mas o holandês continua absolutamente regular, normal como era antes. Ou seja, houve uma pequena restrição para estrangeiro e não para o patriota holandês. Então, sem síntese, não mudou de política. A Holanda não mudou de política, restringiu quem pode ir ao *coffeeshop* para comprar. Mas esse índice... A polêmica é longa porque por detrás disso tudo também tem uma série de questionamento, sobretudo a política norte-americana, que é cadeia.

Agora, o oposto dos Estados Unidos é o Uruguai, que acaba de mandar o projeto para o congresso uruguaio dizendo: “Legaliza. Vai pegar uma fazenda, planta, vende para quem está cadastrado e fatura economicamente”. É o oposto. Uma política completamente oposta que, em minha opinião, nós, latino-americanos, não estamos preparados para isso ainda, para uma política de legalização, até porque isso tem que ser em conjunto, todo mundo tem de fazer a mesma coisa ao mesmo tempo.

Mas esse índice, como observação importantíssima que fica também aos eminentes Senadores: outro princípio fundamental nos debates que pode iluminar aos debates, eminente Presidente: princípio da alteridade. Escuta-se sempre o outro. Tem que escutar o outro, porque cada dado que é fornecido você pode pegar, existe o outro lado. Tudo existem dois lados, no mínimo dois. Portanto, nós não podemos tomar as nossas decisões com base em uma única versão de um fato.

O SENHOR PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desembargador, V. Exa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Senador Eunício, inicialmente, eu gostaria de agradecer às gentis palavras do Senador Ricardo Ferraço, reconhecendo o trabalho da Comissão, isto, é claro, nos estimula, e muito.

E, no ponto inicial, que é a expectativa que tem a Comissão diante uma frustração que é real da sociedade, em particular na prestação jurisdicional, diretamente o Judiciário, mas somos todos nós, advogados, juizes, promotores que funcionamos, e essa frustração

realmente existe e ela precisa ser, enfim, enfrentada e se procurar canais para a solução.

O Ministro Dipp trouxe à lembrança um fato que é importantíssimo e que frustra a sociedade, que é a demora na resposta da Justiça, em particular a criminal.

Eu, aqui, parabeno o Congresso Nacional, o Senado em particular, quando aprovou, em 2008, duas leis que deram uma modernização e celeridade ao processo penal, principalmente quando a audiência de instrução e julgamento é feita imediatamente, com testemunhas de acusação, de defesa e depois a oitiva do acusado. Enfim, aquilo que se protraía no mínimo por um ano, hoje, em dois ou três meses o juiz consegue resolver.

Então, esta celeridade começa a ter forma. Mas a sociedade se frustra ainda, porque ela não questiona – e eu posso lhes afirmar isso – o quantitativo de pena, de sanção, às vezes se frustra, mas a sociedade – posso dizer isso por que, atuando muito no júri, com o contato de familiares de vítimas – o que mais frustra é o não cumprimento daquela pena que, em tese, o Congresso Nacional entendeu a mais adequada e o juiz, no caso concreto, aplicou, dentro dos limites da lei. Mas sim, é como uma pena de 18 anos, na prática, transforma-se em três ou seis anos. Não é à toa que, em 1994, Glória Perez, Valéria Velasco, aqui de Brasília e Jocélia Brandão, de Minas Gerais, unidas reuniram num projeto 1,3 milhão de assinaturas e o Congresso Nacional... Aliás, um projeto redigido pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, reunindo esse 1,3 milhão de assinaturas, segundo projeto de iniciativa popular que chegou ao Congresso e foi transformado em lei, colocando o homicídio qualificado como crime hediondo. Por quê? Aqui, posso-lhes dizer, porque fui o promotor da caso da morte da Daniella Perez, em que acusamos Guilherme e sua então mulher. Glória Perez fez a seguinte pergunta: “Qual a pena, se houver condenação, de homicídio duplamente qualificado?” E nós falamos: “Pode chegar a 30 anos, mas o juiz não dará mais que 20 para não dar protesto por novo júri”, já houve essa extirpação pelo Congresso Nacional, felizmente. “Segundo, se condenado, então, a 18 anos, ele vai cumprir quanto?” E nós falamos: “Nós, promotores do caso”, o Mauricio Assayag e eu, “Glória, infelizmente, de 18 anos, se for condenado – primeiro o júri terá que condenar, mas acreditamos –, ele cumprirá três anos no regime fechado, 1/6 da pena ele já pode progredir, e seis anos no livramento condicional”. Foi o que aconteceu. Foi por isso que ela disse: “Bom, no Brasil pode-se matar uma vez, porque o primário, aquele que mata uma vez, tem os benefícios da lei”. E aí, ela e outras mães se motivaram.

Então, quer-me parecer que o projeto, pelo menos agora, enfrenta o problema, afasta o livramento, opta pela progressão, mas com prazos mais rigorosos. Isso, caso se confirme na prática, transformado em lei, poderá, pelo menos, passar à sociedade um caráter de respeito. Se a pena é de 5 anos, não é para cumprir um; se é de 15 anos, não é para cumprir dez, oito, sete, tem que ter um mínimo que a sociedade aceite como cumprimento de pena.

O Senador Ferraço indaga também da descriminalização, qual foi o nosso vetor.

Eu só quero aderir aqui, o Ministro Dipp foi ótimo, porque ele completou a nossa fala, deixando claro que aquela opção, Senador Taques, de descaracterizar o uso pelos cinco dias é uma presunção. O Ministro Dipp chamou a atenção. O juiz tem a liberdade no caso concreto; agora, não há dúvida de que, não havendo uma prova em contrário, a presunção favorece aquele que é acusado. À descriminalização eu só acrescentaria ao que falou o Ministro Dipp e ao professor Luiz Flávio o seguinte: realmente trabalhamos muito com a interferência e a influência – no bom sentido – do direito estrangeiro, mas concluímos que o trabalho que vem sendo desenvolvido por uma comissão – e ela também trouxe grandes bases ao nosso entendimento – uma comissão internacional formada por três ex-presidentes – inclusive um presente, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso – que estão avançando num estudo geral – não no caso brasileiro, mas no caso mundial – e aí chegou-se à conclusão de que o problema do usuário é de saúde pública e não de criminalização. Temos que ser rigorosos com o traficante, mas, com o usuário, entendeu a Comissão – aliás, como eu já disse – dando um passo a mais que o Congresso já deu, despenalizou, e agora a proposta é descriminalizar.

Mas foram essas vertentes mesmo, nós adotamos exemplos estrangeiros que, por vezes, têm sido distorcidos nos dados: Portugal, já vi algumas colocações contrárias, mas tem apresentado – e lá estivemos estudando – diminuição real. E a mesma coisa na Holanda. Na Holanda, o que aconteceu foi a restrição ao estrangeiro, que, aliás, parece uma boa proposta, mas caberá ao Senado.

Finalmente, concordo, mas quero justificar. O abandono de animais, hoje, é uma contravenção, mas nós fizemos um capítulo bem significativo para a proteção animal. Maus tratos já era crime; tornamos mais rigoroso. Dos cinco tipos contravencionais que transformamos em crime – um deles foi a exploração de jogos de azar, do bicho, enfim, um dele é o abandono de animais, que se tornou crime, quero dizer, pela proposta. E entendeu-se de dar uma punição rigorosa

– aliás, é um pleito dos ambientalistas que cuidam da matéria, dos ambientalistas que cuidam da matéria –, mas ficou desproporcional em relação ao homicídio, não há dúvida.

Isso foi colocado, mas eu justifico e quero defender a Comissão: como, quando discutimos, a pena do homicídio – não importa, não foi unânime, claro, já anotei aqui, houve grandes divergências – foi aprovada a manutenção da pena mínima para o homicídio, havia um quórum presente, e a Comissão entendeu, embora tivesse liberdade, de não rediscutir assunto já votado. Então, quase que se transferiu, deixando que o Congresso perceba eventuais dicotomias e correções. Não há dúvida de que o abandono de animal podendo chegar a quatro, cinco anos, e o homicídio a seis anos, há uma desproporção. Nós assumimos essa desproporção e a estamos trazendo aos senhores esse debate.

Finalmente, apenas para concluir, V. Exa. falou do ativismo judicial. Eu quero dizer que, hoje, sou magistrado, mas acho que o Judiciário deve interferir menos na criação de leis, o que, claro, não lhe cabe, e mais na formatação da realidade social. Mas, se o faz, é verdade, é porque o próprio Congresso não tem, com a mesma ligeireza, enfrentado o tema. Então, agora nós enfrentamos, e V. Exas.. Irão enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passarei a palavra ao Senador Amorim.

Ainda estão inscritos, na sequência, o Senador Magno Malta, Senador Aloysio Nunes, Senador Jorge Viana e Senador Sérgio Souza.

Tem a palavra V. Exa, Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Ministro Dipp, Prof. Luiz Flávio, Desembargador José Muiños, tivemos 70 anos para chegar até aqui. É urgente, é premente, mas essa pressa me preocupa neste momento. Vocês tiveram pouco tempo, é verdade, para situações tão problemáticas e, às vezes, tão díspares, e temos menos tempo ainda.

Há um clamor, de fato, na sociedade com relação ao nosso Código e, sobretudo, com questões como a maioria penal. Acho que o Desembargador Muiños foi feliz quando disse que é preciso dar à sociedade brasileira o poder de opinar através de um referendo.

Para ser breve, quero fazer algumas indagações.

Por que a Comissão optou pela manutenção dos prazos de prescrição das penas?

E ainda, como segundo questionamento, por que não se cogitou, por exemplo, a criação de um novo instituto, qual seja o direito de renúncia à prescrição penal por parte do acusado? Às vezes, ao acontecer a prescrição do crime, o acusado fica com a pecha de criminoso, carregando isso por toda a vida. Por que

não se dá o direito ao acusado de que ele seja julgado nesse questionamento?

O terceiro questionamento que faço é uma preocupação. No art. 218, está dito “prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas, em desacordo com a determinação legal ou regulamentar”. Quem irá quantificar isso? Assim como o Direito é questionado, na Medicina também se questionam muitas condutas e, muitas vezes, a prescrição de determinadas drogas. Eu, como médico especialista em dor, sei que às vezes é difícil encontrar o limite, porque o limite é variável de pessoa para pessoa; cada um tem um metabolismo, cada um tem o poder de recepcionar. O mesmo analgésico que eu dou para o senhor pode ser excessivo, na mesma dosagem, para uma outra pessoa. Quem irá quantificar isso? Será um juiz? Um jurista? Quem vai quantificar isso? Então, esse limite precisa ser realmente colocado com mais clareza.

Eram esses os questionamentos, mas com certeza, ao longo da nossa jornada de trabalho, muitos outros surgirão.

Agradeço.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Quem responde?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, o Ministro Dipp está sugerindo que o Desembargador responda aos questionamentos feitos pelo Senador Amorim.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Senador Eduardo Amorim... Aliás, se me permitir uma colocação, Presidente, para que os senhores tenham conhecimento, acho que nós, da Comissão, devemos trazer o máximo de informações que não estão escritas.

A questão do aborto não foi a sua pergunta, mas é só para falar, porque V. Exa. é de Sergipe e lá a Comissão não esteve em audiência pública, mas numa reunião com a sociedade.

Eu quero chamar atenção dos senhores para o seguinte: quando nos reunimos em São Paulo, em audiência pública, foi a primeira audiência pública que a Comissão se desincumbiu, cumprindo o que estava no Regulamento. Ali 96 pessoas fizeram uso da palavra. Como disse o Ministro Dipp, tivemos até que limitar, porque seria uma audiência que iria terminar de madrugada; e já terminou quase às 10 horas da noite. V. Exa. esteve até presente com o Senador Suplicy, enfim.

Dessas 96 pessoas, 68 – eu tenho esses números confirmados – usaram da palavra para se manifestar sobre aborto e eutanásia. E somente dois foram contrários. No entanto, em Sergipe, as 81 pessoas que fizeram uso da palavra, inclusive o Arcebispo local que foi o primeiro, foram totalmente contrárias.

Eu trago isso aos senhores, que terão de interpretar a sociedade. Foi completamente inversa a realidade. Eu trago isso como informação.

Bom, vou me ater, Senador Eduardo Amorim, ao que foi muito bem lembrado: a prescrição. Eu fico um pouco à vontade, porque como fui membro da subcomissão que cuidou da parte geral, determinado pelo Ministro Dipp, acabei sendo proponente do capítulo da prescrição e devo dizer que a proposta original é bem diversa do que hoje está e acabou sendo aprovado manter-se como eu falei.

A proposta traz novos regramentos, inclusive que as decisões dos tribunais superiores, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, devem também servir para interromper a prescrição que gera impunidade. Ela estimula. Claro que não é o objetivo da lei, mas ela contribui. Então, várias regras, com prazos mais amplos para prescrição.

E eu trouxe a seguinte proposta, que já existe no código italiano, no art. 157 do código italiano; no código colombiano e no código peruano: O réu tem direito a renunciar à prescrição. Há homens que querem provar sua inocência e muitas vezes o Estado é que impede, porque há o fenômeno prescritivo. É claro que muitos se aproveitam disso para outro lado.

Está na proposta, mas a Comissão entendeu de afastar essa novidade que existe no código italiano, no código colombiano, no código peruano e que eu, particularmente, defendo: o direito à renúncia à prescrição.

No mais, houve divergência em ser mais rigoroso ou menos rigoroso. Aí, para convergir, manteve-se a regra atual.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Inclusive, nós temos um projeto – eu não sabia – sobre isso, que está tramitando na Casa. Sobre o direito que o réu tem...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – De renunciar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – De renunciar.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – No que diz respeito ao art. 218, eminente Senador Amorim, a questão toda de prescrever ou ministrar culposamente drogas e etc., a quantificação – tudo em matéria de drogas, tudo – tem que ser extraída pela Anvisa, porque a Anvisa quem diz o que é crime, a Anvisa que nos dá a tabela das substâncias consideradas como tais. Sempre a responsabilidade é da Anvisa.

Aí, poderíamos, então, questionar o que a Anvisa vai entender disso daqui, de tudo? É difícil quantificar essas coisas. Difícilimo.

O mesmo problema se passa em Portugal. Quem quantifica, em Portugal, também é um órgão. É difícil-

mo, porque não tem tabelas absolutas. Não tem regras fixas. Isso aqui não é matemática.

Então, o bom senso vai ter que existir, seja para quantificar, seja o médico na hora de prescrever e depois o juiz, na hora de julgar eventual imputação contra o médico que teria se excedido. Vamos escutar o médico; escuta o médico; ele fala; não é isso; etc. É difícilíssimo buscar critérios.

E, quanto à idade penal, volto ao tema – V. Exa. acaba de mencionar –, há uma saída, Srs. Senadores, há uma saída paliativa – até já escrevi um artigo nesse sentido, publicado na *Folha*: se não vai mexer na Constituição para alterar a idade, é mexer no ECA, porque, no ECA hoje, quem comete uma infração, ainda que grave, só fica, no máximo, três anos. E isso, na minha opinião – há um artigo meu na *Folha*, que os senhores podem ver –, três anos para o latrocínio, por exemplo, para o assassinato, por exemplo, para o estupro do qual resulta morte, por exemplo, ou só o estupro, é muito pouco, é desproporcional, é uma regra de proporcionalidade. E isso é lei ordinária. Isso não dependeria de uma emenda constitucional com quórum qualificado para aprovação. É lei ordinária.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Permita-me, Aloysio. Desculpa. Então, estou entendendo que o senhor não mais está entendendo que é cláusula pétrea, que pode ser modificada.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não. Vamos lá. Eu continuo achando que é cláusula pétrea e, portanto, não daria para modificar; mas, se for modificar, o caminho mais rápido é o da legislação ordinária e não o da Constituição.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Não era importante... Desculpa, Aloysio. Eu só vou terminar. Eu sei que não é tema direto da Comissão, mas acho que, indiretamente, também o é, porque este é o clamor que escutamos, é a primeira pergunta quando somos abordados na rua, onde quer que estejamos: a maioria penal. A Comissão não teria que, talvez, dar uma sugestão, apresentar uma opinião? Porque, senão, vamos ter que reunir de novo, fazer novas audiências para uma questão tão relevante.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eminentíssimo Senador, aqui, no plano da legislação ordinária que é este Código, não há muito o que se fazer, porque depende de uma emenda constitucional. Essa vai ser a resposta do Senador Eunício, agora, quando perguntarem para ele. Por que não mexeu no Código? Porque isso depende de emenda constitucional. E é verdade, por causa do 228.

Agora, estou aqui pensando em voz alta: o caminho outro, alternativo à emenda constitucional é a legislação ordinária, o ECA, para fazer um ajuste de proporcionalidades. E aí, aparentemente, eu estou sendo contraditório. Não. Eu continuo dizendo: respeitem os 18 anos, só que, quando ele pratica um assassinato e um latrocínio, três anos apenas é desproporcional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Me permita, só pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Há também uma solução que, modestamente, apresentei e está sendo examinada pela Comissão. Mantém-se a regra dos 18 anos, mas, em casos como esses mencionados pelo senhor – estupro seguido de morte; casos em que a pessoa entre 16 e 18 anos comete um ato infracional que indica enorme periculosidade; ele é reincidente naqueles casos –, poderá ser suscitado pelo Ministério Público o que eu chamo de incidente de desconsideração naquele caso da menoridade penal. E, resolvido esse incidente, o juiz que está apurando, julgando o ato infracional poderá, então, aplicar o Código Penal nesses casos. Mantém-se a regra, mas com a exceção caso a caso e em circunstância de excepcional gravidade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eminentíssimo Senador, só uma observação: se for por esse caminho, só pode ir por emenda constitucional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não há dúvida. Por isso que apresentei emenda constitucional nessa linha, a Emenda nº 33.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos tentar obedecer à ordem de inscritos.

Senador Magno Malta...

V. Exa. quer esclarecer ao Senador Amorim? Pois não.

O SR. GILSON DIPP – O Senador Amorim, só para complementar o que disse... (*Fora do microfone.*) ...com muita atenção o aspecto da prescrição, principalmente da prescrição executória, a aplicação da pena quando o réu quer ser absolvido, e não a prescrição. Isso é matéria recorrente até no STJ. Aqui temos decidido que é um direito do réu ser julgado, se assim o quiser, e não aplicação da pretensão executória, ou seja, prescrição da aplicação da pena.

Na última sessão do Tribunal Superior Eleitoral, havia um *habeas corpus*, eu fui o relator, nesse sentido. Eu concedi a ordem antes para reconhecer que a pretensão executória, a pretensão da aplicação da pena ele tinha direito, mas, naquele caso, havia tam-

bém a prescrição da pretensão punitiva do Estado, o crime já não existia mais. E aí, dê ofício, concedemos a ordem, sem levar em consideração a primeira pretensão da parte, que era ver a pretensão de afastamento da aplicação da pena. Não há sentido quando o crime não existe mais por decisão do Estado. Só para esclarecer que a jurisprudência tem enfrentado e realmente é um tema tormentoso, mas têm de ser guardadas as proporções em relação ao processo penal. Como disse o Muiños, a questão da prescrição talvez tenha sido o aspecto que foi mais debatido e que havia mais divergências. A solução, e aí foi um dos elementos da proposição, ou seja, naquele momento, tal era o número de divergências que se chegou ao consenso de que se manteria a prescrição como estava hoje no Código Penal.

Era só isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Gilson Dipp, Desembargador Piñeiro, Dr. Luiz Flávio, Senador Jorge Viana, demais Senadores, as pessoas que nos vêm em casa pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, queria saudar o Presidente Eunício pelo entendimento e pelo respeito que este debate requer e o tempo tão exíguo para se debater uma questão que esperou 70 anos e vamos ter que a resolver em menos de 100 dias. Acho isso o fim do mundo. Ainda precisaríamos continuar discutindo isso, porque, nesta Casa, quando se quer aprovar qualquer coisa que tenha consenso, atropelam-se todos os interstícios e faz-se o que quer.

E não poderia ser diferente nesse caso, entendendo que tudo que tem aqui é polêmico. Aqui não tem um assunto menos polêmico do que o outro. Quando se trata de crime, quando se trata de condenar ou absolver tudo é polêmico. Tudo é polêmico! Se você ouvir a mãe do sujeito que foi condenado porque praticou uma chacina, ela vai dizer que foi injusto, porque o filho dela estava em má companhia. E se não houver a pena adequada, como clama a sociedade, e agora o Piñeiro acabou de falar sobre o caso da Glória Perez, o outro diz que foi injusto porque quem cometeu um crime dessa natureza tinha de ficar preso perpetuamente. Então, tudo aqui é muito polêmico, tudo é muito polêmico, para se fazer isso em menos de 3 meses dentro de um processo eleitoral.

Nós discutimos isso. Espero que o bom senso nos leve a prolongar esse prazo, porque, com todo respeito que tenho pelo Presidente Sarney, o argumento apresentado aqui de dar um prêmio ao Presidente Sarney, antes de ele sair da presidência aprovar esse Código

acodadamente, com todo respeito que tenho aos donos do argumento, acho que ele não tem procedência. O Senador Sarney ficará muito mais contemplado com o presente se receber um código que minimamente responda aos anseios da sociedade brasileira.

De uma forma muito especial, quero cumprimentar o Desembargador Piñeiro – falei Piñeiro, não falei desembargador, porque acostumei a chamá-lo de Piñeiro, quando ele era procurador no Rio e discutimos aqui, em uma comissão especial da Câmara e do Senado, segurança pública, depois da morte do Celso Daniel. Aqui estava o Ramez, que era presidente do PMDB, falecido Senador, que fez um grande trabalho, e lá o Aécio Neves. Eu estava lesionado da medula, portanto paralítico naquela época. Fui trazido para cá pelo então presidente Aécio Neves e fui o relator da comissão que discutiu a nova lei de tráfico de drogas no Brasil, que virou esse mostrengo quando foi para a Câmara, na relatoria do então Deputado Biscaia, com duas competentes companheiras do Ministério Público do Rio de Janeiro, cedidas pelo então Procurador Piñeiro, que foi a Cláudia Condack, a quem agradeço muito, e a Márcia Velasco, que é a Promotora dos casos Fernandinho Beira-Mar.

Eu não sou jurista. Fiz vestibular para Direito três vezes e não passei em nenhum. Meu sonho era ser advogado. Muita coisa vou falar, Dr. Luiz, na intuição, acredito também na intuição, porque muitas vezes o Supremo decide na intuição, também porque ele não conhece e intuição é coisa do ser humano. Quem sabe, muitas vezes, ao se decidir na intuição, decide-se até melhor. O apóstolo Paulo uma vez disse aos seus algozes: “As muitas letras os fazem delirar.” Nós precisamos, de fato, é entender o sofrimento da sociedade como um todo, trazer para nós essa experiência de sofrimento de uma sociedade que clama por justiça e se vê violentada com a violência estabelecida no País, advinda da impunidade. Por isso, eu penso que o eixo principal do que está discutido nessa reforma do Código Penal, com aumento de pena, entendimento do crime de fato, para que não se gere impunidade e que haja cumprimento da pena em si, para que o magistrado não seja desrespeitado – e eu quero entrar nesse tema como na situação de descriminalização das drogas em que o magistrado é absolutamente desrespeitado nas exigências que são feitas ao usuário que não cumpre nada, e o juiz não tem carta na manga para dizer, como um pai diz ao filho: “Se você não fizer o que eu mandei, vou te punir... Vou te punir!” O filho, quando desobedece, o pai pune o filho, corrigindo-o. O juiz não tem essa carta na manga, porque lhe foi tirado esse direito. O usuário hoje zomba do juiz e faz o que quiser.

Pois bem, muitas vezes, para justificar uma posição, a gente puxa a posição do Supremo, que é o teto máximo, tendo como penúltimo degrau o STJ e, depois, o Supremo, que é o último. Daí para frente, só Deus! E recorrer para quem? A gente fala: “Porque o Supremo já decidiu.” Mas o Supremo não é o suprasumo da sabedoria. O Supremo muita vez não decide com a necessidade e muita vezes decide também politicamente, o que não deveria ser feito. O gerente de banco, quando está com má vontade para emprestar dinheiro a alguém, ele fala: “Olha, rapaz, é porque tem a norma do Banco Central.” O pobre do cara não entende nada disso; vai embora chateado, mas não leva o empréstimo. E o cara, quando quer justificar sua posição, fala: “Inclusive o Supremo já decidiu e, infelizmente, é o teto.” Mas não é o suprasumo da sabedoria para os anseios da sociedade quando o Parlamento tem força para construir a lei e fazê-la virar lei e, quem sabe, reverter uma decisão dessa, que não fala aos anseios da sociedade.

Eu até li no “Radar” da Veja, minha assessoria mandou aqui, eles dizendo que eu estou na Comissão para tocar o terror. Não entendi nada. Tocar o terror na Comissão, depois de eu ter tentado tirar o Presidente Eunício. Ainda que eu o quisesse, como é que eu iria fazer um negócio desses? O homem é do PMDB. Em um partido forte desse, como é que eu iria conseguir um milagre desse? E, não o querendo, porque sou seu amigo e o acho competente como Presidente desta minha Comissão. Até achei engraçado. Mas, o final é que vim para tocar o terror exatamente com esses temas que eu tenho discutido como Presidente da Frente da Família e que tem sido minha luta de vida. Foi assim que vim para minha vida pública.

Há 32 anos tiro drogados da rua. Eu tenho uma instituição chamada “Projeto Vem Viver” – inclusive eles nos estão vendo agora, pela TV Senado –, que não é mantida pelo Estado. Há 32 anos da minha vida. Foi assim que ingressei na vida pública, com o sonho de ver as coisas melhorarem, porque já naqueles dias, há 32 anos, ou antes, ainda em minha juventude, já era o adubo da violência o uso e o abuso de drogas no Brasil. É o adubo da violência!

O que nós temos discutido sobre o aumento de penas e o crime que gera violência, gera corrupção, gera assassinatos brutais, crimes com natureza hedionda, se a gente for a fundo e dissecar essa questão, nós vamos encontrar raiz nas drogas o tempo inteiro, o tempo inteiro, o tempo inteiro...

O Relator desta Comissão, Senador Pedro Taques, teve a lucidez de propor à Comissão e trazer a discussão à baila, porque o País precisava disso e ele conhece de perto essa violência. Como Procurador, tive

a oportunidade de atuar com ele no caso do Arcanjo, do Comendador Arcanjo, que está preso lá.

E tudo que citamos aqui da Europa, em questão de tirar as nossas conclusões para construirmos uma legislação para o Brasil, ninguém que foi falado aqui é referência boa. Nenhum país desse foi referência boa.

Quando o Dr. Luiz disse que a Holanda só proibiu o uso, a venda para o estrangeiro, digo que o debate era para todos. Mas, ao construir essa lei que legalizou as drogas, eles criaram uma cultura de usuário tão grande, gerações, o clamor foi tão forte em cima do parlamento, que eles não tiveram coragem e força, e aí restringiram o estrangeiro, porque a Holanda virou um paraíso de usuários. E, como lá há campo de nudismo abertamente, nas ruas, nos parques, esses usuários vinham usar droga, livremente, na Holanda e cometer aberrações no meio da rua.

Eles, então, não tiveram força, porque haviam construído uma geração de usuários, uma cultura. Esses fizeram pressão, e eles então só restringiram. Falo isso, porque, na CPI do Narcotráfico, juntamente com o ex-Deputado Moroni Torgan, nós ajudamos a Holanda a prender o Presidente do Suriname, que era narcotraficante.

Prendemos aqui, no Brasil, um traficante chamado Leonardo, do Mato Grosso – o Leonardo aqui, do Goiás. Esse moço, ainda jovem, era a ligação das Farc com o Presidente do Suriname e com o Ministro do Exército, que trocava as armas do Exército do Suriname pela cocaína produzida pelas Farc. E o intermediário era esse brasileiro de Goiás, chamado Leonardo, ainda muito jovem.

Foi aí que entramos com a prisão dele, com a prisão do Presidente do Suriname, que foi cumprir pena na Holanda. Por isso, o conhecimento desse trâmite todo na Holanda.

Mas o sonho deles é voltar atrás, como também o sonho da Suíça é voltar atrás. Eles criaram um bolsão, um esgoto de seres humanos a céu aberto e hoje não sabem como reverter isso, porque criaram uma cultura, tudo isso que não queremos para o Brasil.

Ao citar essa comissão que tem discutido a legalização de droga no mundo, alguém citou o nome do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com todo o respeito – com todo o respeito.

Ele criou a Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, e fez um discurso na ONU, dizendo que erradicaria as drogas no Brasil em dez anos, o que não seria possível, porque ele só foi Presidente por oito anos. E ele teve toda a possibilidade do mundo. Essa Secretaria Nacional Antidrogas, que era para gerir políticas públicas – porque a nossa saída será pela via da prevenção, pela via da prevenção, repito. Trata-se de criar

uma cultura preventiva no País, de jovens tão sadios, envolvidos com o esporte, que podem passar na boca de fumo, na porta da boca de fumo, que podem passar na frente do vendedor, e nada disso vai chamar-lhes a atenção, porque criaremos uma outra cultura pela via da informação.

Mas colocaram lá um general, que tentou trazer até a Secretaria de Justiça para dentro da Secretaria Nacional Antidrogas. Depois colocaram Wálter Maierovitch, que é um filósofo teórico.

Tenho muito medo de teóricos, porque nunca vejo nada efetivo deles. Então, só teoria, só teoria, só teoria. Ele escreveu um artigo que saiu em *O Globo*, dizendo que a culpa dos usuários do Brasil era dos evangélicos. Foi quando o Presidente Fernando Henrique teve a lucidez de demiti-lo, porque ele dizia que a culpa... O Senador Aloysio era Ministro, e o Presidente se revoltou plenamente com aquela palavra, porque as igrejas diziam que recuperavam, e, depois, esses caras diziam que saíam recuperando os outros.

Pois bem, tenho medo, porque a porta de entrada é a maconha. E a maconha não é inofensiva. A maconha gera câncer também – de boca, de laringe, de faringe. Ela mexe também no sistema nervoso central. A maconha desestabiliza. Tenho 32 anos da minha vida envolvidos aqui – envolvidos aqui.

Pois bem, quando a lei foi mudada lá, e o usuário passou a não mais ser criminalizado, o juiz perdeu sobre ele a autoridade. O sujeito é usuário, o juiz olha e diz: “Você vai assistir a filmes educativos sobre isso. Quero o relatório para daqui a três meses”. E alguém o informa: “Ele não apareceu aqui”. O juiz fala: “Venha cá, rapaz. Agora você vai prestar serviço comunitário.” Vai procurar o prefeito tal, que o coloca para pintar o cemitério; e ele não vem aqui não. Aí o juiz fala: “Agora acabou, não posso falar mais nada.” Tirou a autoridade.

A nossa proposta era que ele deveria ser recolhido – a terceira opção era de um a dois anos de reclusão – para perceber que prisão não foi feita para gente, mas o juiz não tem a mínima autoridade sobre isso.

E hoje... É porque não está num texto... Mas como é que o sujeito vai usar maconha... O sujeito que compra carro usado, carro roubado e peça roubada... O dono de ferro velho é preso todos os dias, porque ele comprou peça usada de carro roubado. Ele é preso. Ele é sentenciado. Mas o sujeito que compra e consome o crime, e toda a violência é do consumidor, é ele que abastece, é ele que sustenta a violência, este não pode ser penalizado.

No dia em que nós e a sociedade brasileira tomarmos atitude de dizer que não usaremos mais calça jeans... Vamos fazer isto? Vamos. Todo mundo pára. O que vai acontecer? Vai fechar a fábrica.

Só existe traficante porque tem usuário. Vamos aumentar a pena do traficante?! Pouco importa para o sujeito que entra no crime se a pena dele é de 60 anos ou de 120 anos. Ele não está preocupado com isto. Quando se protege o usuário, ele fica muito feliz porque quem consome o produto dele está resguardado e a empresa vai crescer, e crescer muito.

Ora, quando se fala da falta de nocividade da maconha, alguém por acaso tem coragem de entrar em um avião se souber que o piloto está lá dentro com um baseado na boca? Não!

Quando se fala da falta de nocividade da maconha, alguém, em sã consciência, tem coragem – o senhor é um ministro – de colocar o chefe de gabinete de seu ministério com um baseado na boca? Dá licença, ministro, agora é meu horário de almoço, vou fumar um baseado e volto. O senhor não vai...

Daqui a pouco vai haver uma lei que diz que não se pode demitir o indivíduo que fuma maconha. E se você não admiti-lo, pega sete anos de prisão, como é o caso da homofobia.

Será que alguém lucidamente teria condições de contratar um gerente ou uma babá para sua filha que são maconheiros?

Essa é a pergunta que gostaria de fazer às pessoas que fazem essa defesa. Daqui a pouco vamos criar uma legislação dizendo que não se pode discriminar essas pessoas. Eles usam maconha porque querem, a lei os autoriza. Ele pode comprar onde quiser. Ele pediu um emprego e botou o currículo e você tem que colocar... Algum Senador, lucidamente, teria coragem de colocar o seu assessor legislativo, o seu assessor de plenário ou a telefonista do seu gabinete se fossem maconheiros? Não! Não!

Então, precisamos discutir essas coisas nesse nível. Dizer que a maconha é inofensiva e precisa ser legalizada... Quando a proposta veio da Comissão – e respeito, houve divergências, O Ministro Piñeiro, o Ministro Dipp disse que houve divergência, houve um consenso... O fato de o assunto vir a debate já é válido. Como é que vamos fiscalizar esse usuário nesses cinco dias e quantos gramas ele precisa plantar e precisa usar?

Quando reuni todos os dependentes que estão se recuperando na minha instituição e falei que a proposta era essa... Porque tem muita gente envolvida na droga hoje... Tenho lá advogados e médicos que começaram a fumar *crack*, endoidaram, perderam o consultório. Mas bebida alcoólica é pior. Nosso índice de recuperação é de 85%. De cada 15... O problema não é nem maconha e nem cocaína, o cara cai de novo por causa de bebida alcoólica.

E todo mundo tem dificuldade de tratar desse tema porque o País é um País de bêbados, de pessoas que enchem a veia de uísque. Não bebem cachaça, mas bebem uísque de madrugada e depois querem botar o dedo no nariz da Justiça, dos políticos, da polícia que não resolve o problema da violência nas ruas quando eles são os incentivadores pelo exemplo que dão.

Então, o que acontece? Coloquei como seria e foi dito da seguinte maneira, Ministro Dipp e Presidente Eunício, agora a maconheirada, o pessoal da droga vai contribuir com o PIB do País, porque vai passar a fazer parte da agricultura familiar. Todo mundo vai plantar um pouquinho. É igual sacoleira, não tem uma loja, mas compra e vende em casa. Os traficantes não terão mais dificuldade porque eles podem comprar a plantação de todo mundo, a horta de todo mundo.

O sujeito é usuário; ele vai usar e vai vender. Ele pode não ser usuário, mas finge que é usuário. E quem vai fiscalizar? A Anvisa? O SUS? O SUS não cumpre o seu papel. Quando vejo um ministro dizer que será colocado mais 10 milhões no Orçamento para poder fazer um programa para o *crack*. Como será isso? O internamento dos viciados em hospitais? Colocar um sorinho? E depois vamos mandá-los para onde? Como será o tratamento? Isso é brincadeira! Na verdade, quando se puxa para a saúde pública, puxa-se para dentro de onde eles não podem e nem sabem responder.

Falo em prevenção para chamar a atenção de quem está na ponta, porque isso é absolutamente sacerdotal. Se este País tem sido socorrido, bem ou mal, nessa questão das drogas, tem sido por quem tem comportamento e vida sacerdotal, lá na ponta, fazendo o que o Estado não sabe fazer. O Estado precisa é fornecer instrumentos a essa gente para que possa fazer a prevenção. E o recolhimento desse lixo humano que a droga provoca nas ruas, quem vai fazer? Isso não vai ser resolvido com o SUS ou com a Anvisa exigindo de uma casa de recuperação de drogados, de uma freira que tirou cinco meninas viciadas em *crack* das ruas, que estão grávidas, com sífilis – deu a cama dela para que dormissem, entregou a geladeira, foi dormir no sofá e cuida dessas meninas –, o seguinte: “Irmã, se a senhora não colocar um exaustor no fogão, se o fogão não tiver oito bocas, se a senhora não colocar quartos com a dimensão tal e com os beliches tais, isso aqui vai ser fechado porque o caso é de saúde pública”. Leva para a sua casa, Ministro, leva para a sua casa! Na verdade, este é o potencial do Brasil: as pessoas que têm comportamento sacerdotal e que estão na ponta, tanto para fazer prevenção como para recolher essa gente.

Essa é uma discussão... É possível que eu não transforme em pergunta tudo o que estou falando, mas quem quiser entrar no debate pode discutir... Nós vamos ter esse tempo, que eu reputo curto, para poder fazer uma discussão dessa natureza.

Eu sou absolutamente contra a legalização das drogas. Aqui, no Paraguai, nosso vizinho que não é chegado a um bom ordenamento jurídico, as fazendas de plantação de maconha são de brasileiros criminosos que estão do lado de lá, como a família Morel, que tinha a maior plantação de lá, onde Fernandinho Beira-Mar ficou escondido após sua primeira fuga. O polígono da maconha, que é de Pernambuco para cima, abastece o consumo interno do Nordeste e da Bahia para baixo. Da Bahia até o Rio, o consumo interno nessa área vem do Paraguai, que vai para o tráfico internacional. Ora, nós, que temos esses vizinhos – e todas as nossas fronteiras são com vizinhos que gostam desse tipo de atividade –, se tivermos a droga legalizada aqui, faremos deste País um centro residencial para a contravenção. Eles virão viver aqui, porque nós temos portos, nós temos aeroportos, nós temos uma fronteira seca significativa por onde o mundo será plenamente abastecido a partir de um país grande, como é o Brasil, e com muitas terras a serem plantadas e a serem cultivadas. Esse é o meu medo nessa discussão.

Bom, o aborto, que é uma discussão que nós... Sou contra qualquer tipo de aborto, Deus concebe a vida. O que está latejando, o que está pulsando, o que tem pressão, o que respira, é vida. Quem sou eu para abrir a minha boca contra o céu e dizer que Deus errou quando um médico detecta que uma criança tem um defeito – na visão humana, ou do médico, ela tem um defeito. Qual é o propósito de Deus com essa vida? Qual é o propósito de Deus com essa gravidez? Qual é o propósito de Deus com essa mãe? Qual é o propósito de Deus com essa família, com esse pai? Qual é o propósito de Deus com essa criança? Sou absolutamente contra qualquer tipo de aborto.

Foi legalizado o aborto no caso de violência sexual por uma resolução do Ministério da Saúde, ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve um estupro, a moça foi pega vindo da escola, foi estuprada e tal, era a chamada gravidez indesejada. Ela, então, resolve tirar. Isso banalizou as coisas. Saía do forró, saía do carnaval, registrava um boletim de ocorrência: “Colocaram coisa na minha bebida e amanheci aqui grávida, não sei quem é o pai”. E começaram os abortos em série no País. As pessoas se valiam de algo que era para resolver o problema de uma gravidez indesejada, e as coisas foram banalizadas.

Nós enfrentaremos nesta Comissão, em nome da sociedade brasileira, uma contradição. Numa hora

falamos assim: “O Supremo já decidiu; culturas de outros países, de outros mundos, já fizeram isso”. Nós não podemos decidir o nosso Código Penal em função de pressão internacional, até porque quem já decidiu isso e aplica na prática ainda não é exemplo para nós – isso vale para todos os citados. Nós vamos decidir na realidade do clamor do nosso povo. Em outro momento, a gente fala assim: não, porque é um clamor da sociedade brasileira. É um clamor da sociedade brasileira a redução da maioridade penal. Esse é um tema que discuto. Antes de ser Vereador eu já entendia essa coisa e discutia essa coisa.

Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente põe um homem de 15 anos, de 16 anos – eu sei porque eu já passei por essas faixas etárias e os senhores também –, de 17 anos, um macho de 17 anos que estupra, que mata, que sequestra e ninguém mandou, esse argumento é flácido: “Não, porque os traficantes estão usando as crianças”. Como se isso fosse só na droga. Estão estourando banco, estão invadindo posto de conveniência cinco, seis vezes, olhando para a câmera no deboche, 16 anos, 17 anos. Homens corajosos, de arma na mão, que não querem, que têm entendimento, que têm todos os reflexos prontos, que abordam na porta do banco um aposentado e dizem: “Passa o cartão de crédito, safado”. Um homem desse morre dois depois por ter chamado de safado a quem deu uma vida de trabalho ao País. Que tranca um empresário dentro do porta-malas; um homem que dá 500 empregos, 300 empregos, que gera honra para o País é preso em um porta-malas ainda no melhor da sua vida, aos 40, 50 anos, vivendo com seus filhos é assassinado. Depois a polícia põe a mão e dizem: “Tira a mão de mim que eu sou menor, conheço os meus direitos”. Isso é uma piada. Isso é uma piada.

Esse é um clamor da sociedade brasileira. Eu fico muito alegre quando vejo a divergência – por isso que o debate é bom, Presidente Eunício. Uns acham que é cláusula pétrea, outros acham que não. Tomara que a maioria ache que não. Então, porque é cláusula pétrea não se pode mudar? Quem que inventou esse negócio de cláusula pétrea? Não foi o homem? Quem inventou, “desinventa”. É assim: não deu certo, faz de novo, faz de outro jeito. Agora, o que nós não podemos é ter uma sociedade mutilada, como nós temos violentada uma sociedade que tem medo das ruas, não pertence mais às ruas nem às praças, porque esses homens abaixo de 18 anos de idade, que podem gerar filhos, que podem queimar um jornalista dentro do pneu, têm sangue no olho, são bichos brabos – quem já militou no crime, como o caso de Pinheiros, sabe, lá no Rio de Janeiro, que essas pessoas têm *glamour* porque o crime não trata com faixa etária. Nós é que

queremos tratar. O crime trata com índice de violência, porque um menino de 13 anos de idade que queima alguém no pneu e metralha e queima um ônibus com gente dentro para mostrar força, esse menino se torna gerente da boca, ele pode mandar em 50, 60 no morro; gente de 60 anos, de 50 anos estão sob o comando desse menino de 14, que mata e estupra. Aí, quando põem a mão nele, não pode, porque ele é menor. Aí ele entra na “instituição” – entre aspas – de reeducação penal, mas entra como rei. O comando é entregue a ele, porque ele foi capaz de queimar um jornalista, foi capaz de matar uma mulher grávida. Entra com um *glamour* de um grande criminoso.

Nós não podemos admitir isso, nós não podemos admitir isso. Quando, na CPI da Pedofilia, com a era da Internet, nós não tínhamos a criminalização da posse, o que o Ministério Público fazia? O que a Justiça fazia? Mandado de busca e apreensão no computador de alguém que supostamente era pedófilo, mas a prisão não podia porque o ECA dizia que o sujeito só era criminoso se fosse pego teclando destinatário ou remetente. Fora isso, ele não era criminoso, podia armazenar o que ele quisesse ali de abuso de criança. Mas nós fizemos aquilo com três meses, o Presidente Lula sancionou, criminalizamos a posse e nós, então... Não é que o pedófilo começou de quatro anos para cá, eles já estavam aí. É porque nós os trouxemos para a luz, nós os trouxemos para a luz. Então se é para modificar o ECA, que modifiquemos. Se não é cláusula pétrea, que modifiquemos e se é cláusula pétrea, vamos procurar uma maneira de mudar.

A questão do pedófilo, por exemplo, essa gente é irre recuperável. Nós não temos o crime de “bolinamento”. O que está aqui no texto é bom, mas é preciso ter este tipo penal: “bolinamento”. O sujeito toca o órgão genital de uma criança, faz sexo oral com uma criança, faz a criança fazer sexo nele e depois o advogado fala: “Seu juiz, é o seguinte, Dr. Luiz, Ministro Gilson Dipp, não houve conjunção carnal, pode fazer o exame”. O sujeito aflorou a sexualidade da criança, tocou a criança, não houve conjunção carnal e, então, não é crime?

Então, o texto já está mais ou menos redondo, eu olhei; só acrescentar mais alguma coisa. Eu queria dizer o seguinte: como nas nossas próximas discussões eu quero falar sobre a eutanásia, essa história de réu primário, porque, no Brasil, é muito bacana o ordenamento jurídico. O cara mata, se ele tiver a capacidade de correr e desaparecer por pelo menos oito dias, ele já chega com um prêmio: a Justiça vai coroá-lo porque ele é bacana. Matou e fugiu. Que cara ágil, bacana! A Justiça vai premiá-lo porque ele não foi pego em flagrante. Que bacana!

Hoje, nós temos videomonitoramento. Aqui em Minas Gerais, o marido assassinou a mulher dentro do salão de beleza. Deu dois tiros no rosto dela. Ela trabalhando. O videomonitoramento pegou. Ele correu. O advogado o apresentou 15 dias depois, mas aquilo não vale nada porque ele fugiu do flagrante.

Essa história de flagrante nós precisamos discutir. Que história é essa? Avancamos, estamos na era da Internet, em que as pessoas filmam tudo, veem tudo. Mas se o cara fugiu, a lei bate palmas para ele.

Esse ordenamento jurídico em que um réu manda no júri e ordena ao juiz: “Eu não falo!”. Mas isso é cláusula pétrea, não é? O Bruno tinha de dar sua saliva para ver se o filho da Eliza Samúdio era dele. Ele disse: “Não, eu não vou cuspir porque o advogado falou que eu não posso. Vocês marquem esse negócio para outro dia”. E se alguém que viu o crime diz: “Sr. Juiz, eu quero depor, me coloca no processo, eu vi, eu vou falar”, já entra ameaçada pelo juiz: “Se a senhora [ou o senhor] mentir aqui, sai presa”. A testemunha é ameaçada, mas o réu não. Ele pode matar quantos quiser que ele está guardado, está acobertado, porque a lei dá esse cobertor a ele.

Eu acho que o bom da Comissão, embora discorde de muita coisa, é o eixo. O eixo é muito importante. O resto é viés, que devemos discutir. É muito importante o eixo. Parabenizo os senhores. Eu acho que temos discussão para muito tempo, mas penso que o melhor de tudo isso foi ter trazido à baila a possibilidade de, juntos, discutirmos o assunto com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Pela ordem de inscrição, Senador Aloysio Nunes. V. Exa., o Senador Jorge Viana, o Senador Sérgio Souza e o Senador Tomás Correia, para encerrarmos a discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o adiantado da hora recomenda cautela no prolongamento dos questionamentos. E também o fato de que eu estou, exatamente neste momento, examinando artigo por artigo com muito cuidado, com o cuidado que o tema e que a excelência do trabalho da Comissão merecem. De modo que não vou questionar. Apenas vou me estender um minutinho sobre esse tema momentoso, que não poderia ser objeto de trabalho da Comissão, uma vez que o objeto da Comissão é a reforma do Código Penal, e o tema da redução da menoridade penal depende de emenda constitucional.

Eu apresentei, como disse, uma proposta de emenda à Constituição prevendo a possibilidade de, em determinadas circunstâncias, o juiz desconsiderar a inimputabilidade de um adolescente entre 16 e 18

anos. Em que casos? Em casos de prática de crime hediondo e também de múltipla reincidência em casos de lesão corporal grave e roubo qualificado. É preciso também que o agente tenha a capacidade de compreender o caráter criminoso da sua conduta, levando em conta uma série de circunstâncias, como histórico social, cultural, econômico, tudo isso atestado por profissionais da área. Esse incidente seria suscitado pelo Ministério Público especializado em questões da infância e da adolescência, e seria julgado, originariamente, pelo órgão do Judiciário especializado nessas causas da infância e da adolescência. E durante o julgamento desse incidente fica suspensa a prescrição. Se porventura, analisadas todas as circunstâncias, se concluir que é o caso de se desconsiderar a inimputabilidade em razão dessa idade de 16 a 18 anos, então se aplica o Código Penal, com o cumprimento de pena em estabelecimento especializado para esse tipo de réu ou condenado.

Essa é a proposta que está tramitando. O Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira, tem em mãos e deverá designar relator. Faço essa consideração apenas a título de contribuição para um debate que seguramente vai se prolongar fora do âmbito desta Comissão.

Muito obrigado e meus parabéns pela excelência do trabalho realizado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio. Comunico a V. Exa. que a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de autoria de V. Exa., eu acabo de distribuir, conforme solicitação de V. Exa., ao Senador Ricardo Ferraço, designado para ser o Relator na Comissão de Constituição e Justiça; não nesta Comissão, é claro.

O próximo orador inscrito, a quem passo a palavra, é o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão Especial.

Tem a palavra V. Exa., Senador Jorge Viana, lembrando que ainda termos os Senadores Sérgio Souza e Tomás Correia inscritos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, obrigado. Queria cumprimentá-lo por esta audiência, lembrando que, mesmo nesta semana não havendo esforço concentrado no Senado, tem sido uma audiência de nível muito elevado e, mais do que isso, atendendo a um dos temas mais importantes na agenda do cidadão brasileiro, não importa a classe social que ele frequenta.

Estou muito contente de ter sido convidado e, de alguma maneira, poder ajudar aqui.

Queria cumprimentar o Senador Pedro Taques e os demais colegas e dizer que, por onde tenho andado, como agora mesmo no Acre, onde fiz seminários,

percebo como é impressionantes a preocupação e o envolvimento das pessoas na expectativa de que algo seja feito de maneira definitiva para mudar um quadro brasileiro absolutamente vergonhoso. E não estou tirando nada do que foi feito pelos governos, pela sociedade, pelos movimentos sociais, pelos que estão procurando dar uma contribuição no sentido de pôr fim à impunidade e à violência no nosso País. Mas é fato que o desafio segue crescendo.

Queria cumprimentar o Ministro Dipp pelo trabalho. Eu acho que, como disse a ele, boa parte do trabalho foi adiantada por essa comissão. Aproveito para cumprimentar os demais membros, na pessoa do Desembargador Muiños, e dizer que me identifiquei muito com a fala dele e que espero, depois desta audiência, poder procurá-lo e contar com o seu trabalho.

Cumprimento ainda o Professor Flávio.

Para entrar direto no assunto, quero dizer que nós estamos sendo acompanhados, pois há uma situação que é da maior gravidade. Os números falam por si, mas não custa colocar. Nós estamos falando de um país onde temos 50 mil homicídios por ano. A situação é muitíssimo grave! Os números da guerra mais explícita no mundo hoje, a da Síria, que está completando um ano e sete meses, contabilizam 21 mil mortos. Considerando esse mesmo período, no Brasil, estaríamos com 75 mil mortos – isso sem estarmos em guerra. É uma coisa assustadora!

Ainda mais: quando identificamos que temos meio milhão de presos... Não é um número qualquer: meio milhão de presos! E o Ministro Dipp acabou de dizer que, de cada cem homicídios, com inquérito bem feito, chegamos a oito condenações. Se compararmos o que aconteceu da década de 80 para cá – para agravar mais ainda os números –, veremos que era a metade do número de homicídios no início dos anos 80 – em torno de 13 a 14 homicídios para cada grupo de cem mil habitantes – e, agora, estamos com 26 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Um milhão e noventa mil pessoas assassinadas em três décadas! Se fizermos uma conta, daqui a vinte anos, teremos outro milhão de pessoas assassinadas.

Então, acho que o Senado, o Congresso tem uma responsabilidade enorme, com um maior agravante ainda: a média de idade dos que estão envolvidos nesses crimes. Se era de 34 anos nos idos dos anos 70 e 80, agora passou para 27; e um terço desses que estão pagando pena – meio milhão de pessoas – tem de 18 a 24 anos. Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E as vítimas de homicídio nessa faixa de idade é uma hecatombe!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim; exatamente na mesma faixa. E negros pobres, mestiços e jovens...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E os de 18 começaram a delinquir antes dos 18 anos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, aí, com uma falha grave Ministro Aloysio, V. Exa. que esteve lutando na área: o nosso sistema prisional deseduca em vez de educar. Então, nós temos um problema grave no sistema prisional.

Eu anotei algo aqui: como é que nós vamos fazer? Nós temos que fazer as leis. Eu acho que a nossa lei penal é antiga, ultrapassada, frouxa; ela é muito ruim, mas tão ruim quanto a nossa lei é a execução dela. A execução também tem sido péssima. A execução tem sido péssima em todos os aspectos, inclusive em relação ao próprio sistema prisional. Não estou excluindo nenhuma esfera de Poder.

Eu queria trazer para cá um exemplo. Se nós quisermos inventar agora o que fazer para enfrentar cinquenta mil homicídios por ano, nós não vamos ter solução nem com dez anos de trabalho. Mas, se nós olharmos para o mundo, há muitos países – não importa se são desenvolvidos ou não – que não vivem essa matança que nós estamos vivendo. Aqui do lado, no Chile, há menos de dois assassinatos para cada grupo de cem mil; no Uruguai e na Argentina, em torno de cinco. Não estou falando de país desenvolvido, como ouvi inclusive nas explicações durante esse período.

Eu acho que muito do nosso trabalho pode ser resolvido com um mergulho no trabalho que a Comissão já fez, mas também olhando para a realidade de outros países que venceram algumas das situações que nos desafiam hoje aqui. Cidades resolveram seus problemas. Eu poderia citar Nova York e várias cidades, como Bogotá e outras mais perto, que venceram boa parte dos nossos desafios hoje. Nós não vencemos.

Como disse o Senador Aloysio, não queria me estender, mas trago aqui um pouco do exemplo do Acre. A legislação é a mesma. No caso do Acre, há vinte anos, nós éramos o Estado mais violento do País. Havia crime organizado, esquadrão da morte instalado lá. Quando assumi, a situação era de absoluto caos. Ninguém ficava preso. Estavam todos soltos – sentenciados, mas soltos. Quem era preso lá, às vezes, estava na cadeia por uma combinação, para criar uma prerrogativa de ficar fora dos outros crimes. A pessoa ficava presa, saía, pegava uma moto, matava e voltava para o presídio. Aquele cidadão não poderia ser acusado, porque estava preso, estava na guarda do Estado. Isso foi tudo mostrado, comprovado. E havia um número enorme de pessoas nas ruas com prisão decretada em regime fechado. Esse era o sistema no

Acre. Com a parceria das instituições, do Governo Federal – o Presidente, à época, era Fernando Henrique –, avançamos bastante depois.

Mesmo com uma lei com problemas, nós conseguimos reduzir os crimes, senhoras e senhores que nos acompanham. O Acre saiu de 55 homicídios por grupo de cem mil habitantes por ano para 19, hoje – a média brasileira é 26 –, porque enfrentamos a situação de caos que nós vivíamos.

Há situações absolutamente agressivas. No Brasil, 75% dos homicídios são cometidos com arma de fogo, as mesmas armas que as pessoas dizem que precisam ter em casa para se proteger do bandido. São essas armas que estão sendo usadas para matar.

No Acre, a situação era gravíssima, porque boa parte dos homicídios envolvia policial matando e policial morrendo. Praticamente eliminamos essa situação de mortes a partir da ação da polícia e também de vítima nas polícias. Foi a mais importante mudança que nós fizemos nos números. O sistema prisional está funcionando: as fugas do regime fechado praticamente foram eliminadas, e as rebeliões também cessaram. O quadro mudou completamente, só que eu digo aqui no Senado, na Comissão que analisa o novo Código Penal: nós chegamos ao limite.

O Governador Tião Viana... O Estado é o mais eficiente na execução de inquéritos, segundo parecer do Ministério da Justiça. O Acre é o que mais cumpre, o que mais executa, o que mais chega ao fim da linha, ou seja, se alguém cometer um crime, vai haver o inquérito. No caso, a pessoa vai ser presa, vai ser julgada e, se, condenada, vai pagar pena sem fuga.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Permita-me fazer uma referência a V. Exa., como Governador.

Há um papel que não é só a Justiça que tem que cumprir nesses casos ou a própria lei. Um governador tem a autoridade, como comandante e chefe da Polícia Militar. Muitas vezes, no caso de gente de patente, como o comandante do próprio crime na comunidade, no Estado, o governador, por medo, se encolhe para tomar uma atitude em relação a essas pessoas.

V. Exa. não ia colocar esse dado aqui, mas eu vou colocar. Todo o mundo, o Brasil sabe que não estou rasgando seda, porque conhece a situação do Acre e o que nós fizemos lá, inclusive eu estava falando que V. Exa. teve coragem. No momento mais grave que eu já vi na minha vida, em que as vísceras do Estado eram criminosas, criaram um Estado criminoso dentro do estado de direito no Acre, comandado por um coronel, mas V. Exa., como Governador, ameaçado de toda a ordem, teve coragem de tomar atitude em relação ao Coronel Hildebrando Pascoal e a outras autoridades naquela ocasião lá no Acre.

Por isso, faço essa referência a V. Exa..

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado. Tanto V. Exa. como o Senador Pedro Taques se envolveram diretamente, ajudaram-nos e ficaram no Acre, como o Ministério Público Federal e Estadual, a Justiça Federal, a Justiça estadual, o Ministério da Justiça.

Então, para concluir, Sr. Presidente Eunício, a minha tentativa de contribuir aqui na Comissão é trazendo um caso real de um Estado que conseguiu reduzir; o Estado do Acre, hoje, é o menos violento do ponto de vista de homicídios da Região Norte – o Pará é o primeiro, com 45, o Acre é o último, com 19. Saímos da primeira posição para uma das situações menos violentas em relação ao País inteiro, mas eu diria que chegamos ao limite. Com essa lei, nós não podemos mudar o quadro, que ainda é vergonhoso, de 19 homicídios. E lá no Acre, no caso dos homicídios, 80% dos homicídios com arma branca. Olha a situação complexa! Que é completamente diferente inclusive do resto do País.

O Governo do Estado trabalhou, equipou, contratou policiais e os treinou. Tiramos a Polícia da situação de matar – prende-se; tem presídio. Tem todo um aparato, está tudo funcionando, mas, aí, nós esbarramos agora no limite da lei. O crime, no Brasil, compensa.

Eu fiz dois seminários com juízes e promotores – Senador Pedro e eu estamos combinando de andar um pouco pelo País. Me falaram: “Senador, o réu fica na minha frente e diz: ‘Doutora, eu vim buscar só a minha pena; já sei quanto tempo eu vou ficar preso, doutora’”. Fala e diz inclusive quantos meses e quantos dias vai ficar preso.

É um afronta, porque todo o aparato legal, de fato, já foi dito aqui... Salvo engano, só o art. 228 da Constituição é que faz alguma referência sobre a vítima, a família da vítima. São 50 mil assassinatos: quantos milhares de crianças ficam sem pai? Quantas mães pobres ficam sem nenhuma condição de criarem seus filhos? E todo aparato da lei é para quem matou, todo o tempo que a gente está consumindo é para quem tirou a vida.

Sinceramente, acho que a vida, no Brasil, não tem valor nenhum. Eu pus, ainda agora, na minha rede social: falsificar um batom ou uma pomada: 15 anos de cadeia; matar alguém: um ano, se for primário, porque seis anos, pega a pena mínima. O Ministro Gilson Dipp disse aqui que nós somos o País da pena mínima, e temos que mexer nessa pena mínima e na máxima, para alguma tipificação de crime. Aí, vai na pena mínima: seis anos. Cumpre um sexto da pena, é primário – aí ouvi de um grupo de juízes no Acre: para ficar dez anos preso no Brasil tem que matar quatro

pessoas. E se matar mais, a partir daí, também não altera muito por causa do crime continuado. Uma situação que temos que enfrentar. Agora, a maioria dos países do mundo dá um tratamento diferenciado para o crime contra a vida. Precisamos fazer isso. Nosso País não está fazendo guerra com ninguém, mas vive talvez a maior guerra do mundo. Não tem outra palavra para dizer.

E aí, Senador, acho que hoje nós estamos começando bem. Parabenizo V. Exa. e o Senador Pedro. Não sei, não quero entrar na polêmica, mas acho que o tempo para terminar esse trabalho tem que ser o tempo necessário para tirar o povo brasileiro desse medo de uma situação de impunidade, de risco de vida permanente, de certa intolerância na própria sociedade. Tudo isso tem que ser feito com a calma devida e com o tempo necessário.

Não sou favorável a estender muito, porque temos que ser objetivos, mas vamos fazer no tempo necessário esse trabalho, pegando o que já foi feito pela Comissão, que está aqui, que é um trabalho extraordinário, já adiantado; pegarmos os pontos que ainda são carentes de uma mudança, onde não houve consenso, porque até foi tranquilizado: isso aqui não foi o consenso da Comissão; ao contrário, tem muitas propostas boas apresentadas na Comissão que não tiveram maioria, porque eles tinham que tomar uma decisão, mas nós aqui temos absoluta tranquilidade de retomarmos isso, levantarmos alguns debates que já foram superados, para ver se atendemos o anseio e a expectativa da sociedade e do nosso País, e do mundo. O Brasil é um país que quer se firmar como um país de referência positiva no mundo, mas com esses dados, com esses números nós não vamos assimir esse posto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza e, por último, o Senador Tomás Correia, e vamos encerrar esse debate no dia de hoje.

Antes, lembrando aos Srs. Senadores e aos que nos escutam, os Senadores que estão fora desta Comissão, que o prazo para emenda ao PLS 236 é dia 05 de setembro, último prazo para apresentação de emendas. Aqueles que desejam emendar, esse é um projeto e, como todo projeto nesta Casa, pode ser emendado, pode ser retirado, pode ser excluído, pode ser acrescido. O debate é importante, mas a conclusão final, obviamente, será feita pelo resultado dos debates e pelo Relator, Senador Pedro Taques, obviamente, aprovado ou rejeitado pelos membros desta Comissão.

O próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza. Em seguida, vou dar a palavra ao Senador Tomás Correia e encerrar esta discussão no dia de hoje.

Tem a palavra V. Exa., Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, caro colega Senador Pedro Taques, Sr. Ministro Gilson Dipp, Dr. Luiz Flávio Gomes, Desembargador José Piñeiro, este é um tema que nos apetece muito, nos chama ao debate. É o convívio em sociedade. Na verdade, estamos aqui todos para normatizar ou reger o convívio em sociedade, e nada mais é do que aplicar ou tentar reger os costumes dos cidadãos e isso trazer para dentro do tipo legal. Realmente, não é fácil. Eu acho que demoramos para isso, mas o Congresso não se furtou à responsabilidade. Durante esses 70 anos, foram produzidas dezenas de leis como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem reger o convívio do menor em sociedade. Só que já está velho também, tem 20 anos. É de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós sabemos bem como era o adolescente em 1990 ou como era o adolescente da década de 80. Foi na década de 80 que tramitou esse projeto pelo Congresso Nacional. Eu não me considero um adolescente na década de 80, mas sou de 1971. Eu sei que a sociedade era diferente. O celular apareceu na vida do ser humano em noventa e alguma coisinha, depois do ECA. A Internet, depois disso. O computador de popularizou muito depois disso. Na verdade, o adolescente da década de 70 e da década de 80 era mais tímido. Ele não era tão envolvido com questões da criminalidade.

São assustadores esses números apresentados aqui, Senador Jorge Viana. Saiu um relatório no Paraná há cerca de quinze dias, eu até trouxe esse dado ao plenário do Senado. É inadmissível! 38,8% é a taxa de homicídios na capital do Estado do Paraná, Curitiba. Isso é sul do País, gente! Parece-me que o sul é outro mundo. Não, é realidade, 58,9% é a taxa de homicídios na região metropolitana de Curitiba. O que é que é isso? É um absurdo!

Esses dados trazidos aqui indicam que a migração da taxa do homicídio vem para baixo, ou seja, até 24 anos ultrapassa ou chega à metade dos homicídios no Brasil. Onde está a falha? Acho que temos que repensar.

Eu tenho um projeto aqui, parecido com o do Senador Aloysio Nunes, mas é uma alteração do ECA, para que o adolescente – não falo em idade – reincidente em crimes graves possa ser punido pelo tipo e pela pena do Código Penal. No entanto, ele fica no estabelecimento adequado até completar a maioria e, depois disso, ele tem que ir para o estabelecimento prisional comum.

Há uma sensação de impunibilidade. Eu estou vendo aqui todos os Srs. Senadores e os Srs. Con-

vidados para esta audiência pública manifestar esta sensação que nós temos de impunibilidade. Há uma sensação de que o usuário de droga não comete crime. Mas temos que tratar o usuário de droga que utiliza esse entorpecente e sai dirigindo pelas vias públicas da mesma forma como tratamos o usuário do álcool. É verdade. Nós temos que pensar, por exemplo, o usuário de drogas, na mesma linha construída pelo Dr. Luiz Flávio Gomes. Mas quem é o usuário de droga? Ele é o que está comprando de alguém. Quem é esse alguém? É o traficante. Esse traficante está onde? Que tipos de crimes ele está praticando? É o homicídio, é o latrocínio, é o roubo. Então, está nesse conjunto.

O Senador Magno Malta foi membro de uma comissão que investigou o narcotráfico no Brasil inteiro. Nós sabemos a origem dessas questões e que o menor é utilizado pela organização criminoso como um meio de se atingir o objetivo do crime, sob o manto da impunibilidade, até mesmo para fugir da sanção o maior ou chefe da quadrilha, e chegando ao ponto de nós termos o menor como chefe de quadrilha.

Então, sem nos alongar muito, esse debate nós vamos fazer aqui semanalmente, por duas reuniões, no Senado Federal e, se necessário, eu sei, por mais reuniões, mesmo estando em um período de esforço concentrado, não sendo esta uma semana de esforço concentrado. Mas os membros desta comissão entenderam que era necessário começarmos o mais rápido possível o debate, e sabemos do nosso tempo, sabemos da quantidade de prorrogações que podemos ter e sabemos que talvez não seja o suficiente, mas temos que tentar. Nesse período, fazer o máximo que pudermos para regrarmos o convívio em sociedade da forma como a sociedade espera de nós todos Senadores, e aí a contribuição dos senhores que elaboraram esse Anteprojeto, que já adianta muito o nosso trabalho.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Em outra oportunidade, nós nos deteremos às questões pontuais do código.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo e último orador inscrito, o Senador Tomás Correia.

Tem a palavra V. Exa., Senador.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, procurarei ser breve, em face ao adiantado da hora.

Mas minha dúvida é sobre a prescrição.

A Constituição estabelece os casos de crimes imprescritíveis. Fora do que está na Constituição, não sei se lei ordinária poderia estabelecer novos casos. Aí e que está minha dúvida.

E vem o art. 472, já mencionado pelo Senador Aloysio Nunes, que não fixa pena. Mas, lá diz, no art. 474: “Os crimes previstos nesse capítulo são imprescritíveis”. E, nesse capítulo, estabelece um elenco de crimes, a meu ver de potencial menor, como é o caso de impedir acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, etc. e tal. Então, a minha dúvida, Presidente, é se o código pode estabelecer um elenco de crimes imprescritíveis que não estejam previstos na Constituição.

Então, essa é a pergunta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu peço ao Desembargador Muiños... É Muños ou Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, na verdade, é Muiños, porque o meu é galego. Pode ser Muños, se fosse catalão, ou Muñoz, com z; mas o meu é com s. Mas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, é Muiños, Desembargador Muiños, para que V. Exa. possa responder à indagação do Senador Tomás Correia.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Diretamente, em relação à colocação do Senador Tomás Correia.

Senador, eu quero, e os demais membros da comissão, dizer o seguinte: o racismo, pela Constituição de 1988 – rebatemos muito essa questão da imprescritibilidade –, primeiro, entendeu-se que a Constituição – essa foi uma opção da comissão – especificou alguns casos de imprescritibilidade, porém ela não vedou que outros casos possam ser contemplados. Quer dizer, nós entendemos, inclusive – aí é como a questão da cláusula pétrea para minoridade –, ficou vigente esse entendimento da possibilidade da ampliação. Mas, no caso específico do racismo, por que se optou por deixar clara a imprescritibilidade? Porque a Constituição assim fez essa previsão. É o primeiro caso, porque a nossa história não tem imprescritibilidade, só tinha no Código de 1830; a partir de 1890, passamos a ter uma regra de imprescritibilidade aos 20 anos para qualquer crime. Na Alemanha, o homicídio é imprescritível, o assassinato.

Pois bem, até hoje vigora a regra de 1890. Mas veio a Constituição de 1988 – a meu ver, muito bem – e permitiu que o racismo – por tudo, a história do racismo – fosse imprescritível. Então, nós entendemos que, como disse o Ministro Dipp, tínhamos que cumprir o mandamento constitucional; não podíamos deixar de expressar que o racismo é um crime imprescritível.

Então, é cumprindo a ordem constitucional.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Desembargador, mas há outros crimes previstos

nesse mesmo artigo que não se referem ao racismo, que é diferente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não... Não é só o racismo. É do tipo penal... Eu entendi a...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Entendeu? Essa é que é a pergunta. A dúvida é essa. O racismo está na Constituição, realmente, mas as demais condutas delituosas não estão previstas na Constituição e...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Se a Constituição quis dizer quais são os crimes imprescritíveis, obviamente, os demais são prescritíveis.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Posso aqui, Senador, dar uma contribuição para o debate?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por favor.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – A Constituição de 1988 estabelece duas hipóteses de imprescritibilidade e a jurisprudência pacífica internacional, desde a ONU e da 2ª Guerra Mundial para frente, estabelece a terceira hipótese pelo Direito internacional, que são os crimes contra a humanidade. Então, V. Exa. vai ver que nós mencionamos imprescritibilidade em outro momento, mas são os crimes contra a humanidade, atendendo a uma orientação do Direito internacional. É por isso que vai ver mais casos de imprescritibilidade, mas vêm de fora para dentro. Já é força do *jus cogens*. Por exemplo, recentemente, um senhor de 82 anos de idade foi condenado na Áustria pelos crimes do nazismo. E aí nós diríamos: “Ah, mas já está tudo prescrito! Nazismo foi de 1933 a 1945. Está tudo prescrito”. Negativo. Os crimes contra a humanidade não prescrevem nunca. Também constamos isso aqui.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, se me permitir, eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Senador, a sua colocação foi altamente relevante, até para explicação. E, em adendo ao que falou o Prof. Luiz Flávio Gomes, parece-me que V. Exa. está se referindo ao racismo e distinguindo das outras formas de preconceito e discriminação, porém, o próprio Congresso – e aí nós atendemos ao Congresso -, ao dispor da lei, fez incluir todas as formas de discriminação no racismo. O racismo passou a ser o gênero. Então, nós atendemos à posição do Congresso. Por isso, é que é racismo e outras formas de discriminação. A questão não é só

discriminação racial, mas qualquer forma de discriminação. Atendemos ao que o Congresso já legislou.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Se V. Exa. ler o enunciado do próprio capítulo, que fala o seguinte...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Do racismo e dos outros crimes resultantes de preconceito...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Do racismo e dos outros crimes resultantes de preconceito e discriminação. Então, é distinto, pela redação.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, concordo com V. Exa.. Agora, a legislação em vigor trata todos como forma de racismo, todas as formas de discriminação como racismo. E nós atendemos a isso e achamos melhor dar aqui uma redação factível a essa situação, mas eu entendi a sua dúvida se poderemos ampliar ou não. Mas, segundo a legislação aprovada pelo Congresso, toda forma de discriminação seria imprescritível.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador, permita-me. Permita-me, Desembargador Pinheiro, Presidente.

Isso inclui a homofobia?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Forma de discriminação, sim. Agora, tem de definir o que é homofobia...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O que é homofobia...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Exatamente. Que ainda temos de...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Homofóbico quer matar, quer destruir. Agora, eu não concordo com o comportamento...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ah, não, não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O que se instalou na sociedade é que, se você não concorda com o comportamento, você é homofóbico. Eu sou tido como homofóbico, porque eu sou cristão. O pastor é tido como homofóbico, assim como o padre, porque prega contra o homossexualismo...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso é uma discriminação a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Exatamente.

Então, precisamos ter muito cuidado nesse tema de que vamos tratar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço. Concluiu? Satisfeito?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não. Eu só quis fazer o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, antes de encerrar...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Satisfeito, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

Antes de encerrar esta reunião, eu preciso aprovar a ata da reunião anterior, que submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. É a ata da primeira reunião. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata da primeira reunião.

Temos aqui também dois requerimentos. Um é de minha autoria e o outro é da autoria do Senador Pedro Taques, em que nós, separadamente, requeremos, nos termos do art. 89, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado os serviços do Procurador Regional da República Dr. Douglas Fischer, lotado na 4ª região, Matrícula nº 527, no intuito de auxiliar os estudos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão – esse foi o do Senador Pedro Taques –, e também do Procurador Álvaro Augusto Ribeiro Costa, pelo que é de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Submeto os requerimentos aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras. Os que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar, quero agradecer também aqui a paciência e as informações trazidas até aqui a todos nós, Senadores, e ao Brasil inteiro, que nos assiste, do Ministro Gilson Dipp, que foi Presidente da Comissão de Juristas, do Desembargador José Muiños Piñeiro Filho, que também foi membro da Comissão de Juristas, e do Dr. Luiz Flávio Gomes, que também é professor e foi membro da Comissão de Juristas.

Ao Senador Pedro Taques, que é nosso Relator, e aos Srs. Membros da Comissão, que aqui vieram todos no dia de hoje, sem nenhuma falta, agradeço, mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.)

Senador **Eunício de Oliveira**, Presidente.

Comissão Especial Interna do Senado Federal destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião da Comissão Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que reforma

o Código Penal Brasileiro, realizada em 14 de agosto de 2012, às 10h08 horas, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que foi realizada Audiência Pública com os membros da Comissão de Juristas, Ministro Gilson Dipp, Desembargador José Muiños Piñeiro Filho e o Professor Luiz Flávio Gomes, contou ainda com a presença dos Senadores: **Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques (PDT-MT), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Lídice da Mata (PSB-BA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Magno Malta (PR-ES), Armando Monteiro (PTB-PE), José Pimentel (PT-CE), Sérgio Souza (PMDB-PR), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Tomás Correia (PMDB-RO).**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Especial Interna, destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião foi agendada para realizarmos a 1ª Audiência Pública de uma série de três reuniões que aprovamos, de acordo com plano de trabalho apresentado pelo Senador Pedro Taques, nosso Relator aqui na Comissão.

A presente reunião foi agendada para isso, e nós achamos por bem convidar, nesta primeira reunião, para fazer uma explanação a todos nós dos entendimentos, da maneira como foi processado cada item, cada artigo, cada subartigo, do encaminhamento do Projeto que trata do novo Código Penal Brasileiro, num consenso da nossa Comissão, aquele que presidiu a Comissão de Juristas, desses brasileiros que deram a sua contribuição, para que possamos fazer esse debate importante com a sociedade brasileira e com os membros desta Casa.

Convido o Ministro Gilson Dipp, que foi o Presidente da Comissão de Juristas que elaborou esse Anteprojeto, para sentar-se à mesa. Bem, convidado já o Senador Pedro Taques, nosso Relator, o Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, convido também o Desembargador José Muiños Piñeiro Filho, membro da Comissão de Juristas também, que ajudou a elaborar esse Anteprojeto. Convido também o Dr. Luiz Flávio Gomes, que também participou como membro da Comissão de Juristas.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que, com relação ao bloco de apoio ao Governo, recebi uma ligação do Senador Antonio Carlos Valadares, alegando que, por questões de campanha eleitoral, de política no Estado dele, como liderança importante naquele Estado, não ia ter tempo disponível de fazer aqui todas as audiências, todas as reuniões necessárias.

Por isso, ele comunicava que ia pedir a substituição dele pela da Senadora Lídice da Mata, que, a partir de hoje, passa a pertencer à Comissão Especial, como membro efetivo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Antes de dar a palavra ao Ministro Dipp, queria, primeiramente, dizer que estou muito feliz, porque esses mesmos membros que fazem parte, quase todos, da Comissão de Constituição e Justiça nunca deixaram de, nos momentos mais difíceis da Casa – e para todos nós, de agenda –, comparecer sequer a uma única reunião durante todo esse período em que tenho a honra de presidir, lá, a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, hoje, vejo aqui, com muita alegria, que todos os membros da Comissão, os titulares, estão presentes e que o Senador Valadares, num gesto de grandeza, por achar que não poderia estar presente, pediu a sua própria substituição pela da Senadora Lídice da Mata.

Bem, na manhã de hoje, conforme o programa de trabalho submetido pelo Relator, Senador Pedro Taques, e aprovado por este Colegiado, contamos aqui, como já disse, com a presença de figuras ilustres, como o Presidente da Comissão Especial que elaborou o Anteprojeto, o Ministro Gilson Dipp, o Desembargador José Piñeiro e o Dr. Luiz Flávio Gomes.

Como sabemos, o Ministro Gilson Dipp, presidiu, juntamente com os demais membros que integram esta Comissão, durante sete meses, em mais de 20 reuniões de trabalho, analisou e debateu milhares e milhares de propostas e sugestões que serviram de base para o PLS nº 236.

Como vimos, o Anteprojeto da Comissão de Notáveis unificou leis, compatibilizou tipos penais, discriminou algumas condutas, tudo isso, com a finalidade de adaptar à atualidade brasileira um código que, todos nós sabemos, data de 1940, ao longo de sete décadas, sofreu tantas alterações pontuais, acabando por se tornar um emaranhado de leis nem sempre eficientes do ponto de vista da real penalização de quem a merece.

Na ocasião em que fui investido da Presidência deste Colegiado, considerei que a missão entregue a mim e a esta Comissão Especial consistirá em buscar o necessário equilíbrio entre a excelência técnica da contribuição dos senhores juristas e o sentimento majoritário da opinião pública brasileira que nos cabe representar também aqui nesta Casa.

Entendo que tenho um papel próprio de apenas ser um organizador dos trabalhos, um facilitador, a exemplo do que procuro fazer e cumprir à frente da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta Comissão Especial terá como dever explicitar, dirimir as questões polêmicas levantadas, promo-

vendo um debate democrático de ideias do mais alto nível, com as nossas atenções voltadas ao clamor de uma sociedade que hoje se vê acuada e agredida pela escalada da violência, do crime e até da impunidade.

Antes de encerrar essa pequena fala, quero aproveitar para divulgar os canais que o Senado abriu para continuar recebendo manifestações que ajudarão os nossos trabalhos. É o telefone 0800-612211. Vou repetir: para recebermos aqui, até para que os Srs. Senadores recebam essa oportunidade de informações da sociedade brasileira, para que possam, inclusive, produzir as suas emendas como sugestões, o telefone disponibilizado é o 0800-612211 e o *site* é www.senado.gov.bralosenado. Estou soletrando, apenas para facilitar ao telespectador brasileiro que nos está assistindo neste momento, aos que nos acompanham pela *internet*, pela Rádio Senado. E, ainda, pelo *twitter* @alosenado. Através desses três mecanismos, você pode participar, encaminhando à Mesa ou diretamente aos Senadores essas possíveis sugestões e informações.

Quero, antes de mais nada, passar a palavra ao nosso Relator, Senador Pedro Taques, se quiser fazer uso da mesma, antes de ouvir os nossos convidados, para esta audiência pública no dia de hoje.

Senador Pedro Taques, se V. Exa. desejar, poderá fazer uso da palavra neste momento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, Ministro Gilson Dipp, Desembargador Piñeiro, Professor Luiz Flávio Gomes, um relator tem mais que ouvir do que falar. Com toda a humildade, quero ouvir, para que tenhamos um código que seja adequado à nossa Constituição e à realidade histórica pela qual passa a República Federativa do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, sem maiores delongas, devolvo a palavra a V. Exa., porque, como Relator, quero ouvir, para que tenhamos um código democrático, social e aconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Passo a palavra, então, ao Ministro Gilson Dipp, para fazer a sua explanação. Obviamente, nos termos regimentais, V. Exa. teria um prazo de 20 minutos, mas V. Exa. não se preocupe, porque este tempo, inclusive, poderá ser dobrado pela Mesa, se V. Exa. assim o desejar.

Com a palavra o Ministro Gilson Dipp.

O SR. GILSON DIPP – Bom dia a todos. Quero saudar, na pessoa do Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão; o Senador Pedro Taques, Relator; meu querido amigo Senador Jorge Viana, Vice-Presidente; Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, imprensa, e dizer que a Comissão chama-

da de Juristas, que elaborou o Anteprojeto do Código Penal, hoje Projeto de Lei, tem a satisfação de estar aqui, no Congresso Nacional, para acompanhar a primeira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de debater talvez a lei mais importante de um país depois de sua Constituição, porque o Código Penal define, de forma muito clara, os limites da intervenção do Estado naquilo que há mais sagrado no cidadão, que é a sua liberdade.

O Presidente da Comissão, no início dos seus trabalhos, disse de maneira muito significativa que os trabalhos do Código Penal e as discussões que seriam realizadas no Parlamento assemelhavam-se, de certa forma, às da Constituinte, onde todos os setores da sociedade organizada tiveram oportunidade de se manifestar de forma democrática, transparente e efetiva.

Disse mais o Senador que o Código Penal era a lei mais importante em tramitação, neste momento, no Congresso Nacional. Não são palavras minhas; são dele. Vejam, então, a importância de um código de condutas de uma sociedade que estará sendo agora debatido no seu local próprio, na Casa do povo, no Parlamento brasileiro.

O nosso trabalho foi trazer à consideração do Senado um Projeto de Lei moderno, equilibrado, num prazo exíguo de sete meses – e essa é uma homenagem aos meus Colegas de Comissão. Jamais uma comissão externa do Parlamento elaborou um anteprojeto de tal envergadura num prazo tão exíguo, e o fez, Sr. Presidente, com a maior transparência possível. Todas as sessões deliberativas do Código Penal foram realizadas aqui, nas salas de comissões do Senado Federal, com a presença da população, abertas ao público, com a presença diuturna da imprensa e, em quase 90% das vezes, transmitidas ao vivo e em cores pela TV Senado.

Por isso, Sr. Presidente, essa matéria que trouxemos do Código Penal já foi, de certa forma, amplamente divulgada, debatida em inúmeras audiências públicas, onde ouvimos segmentos dos mais variados setores da população. E é natural que se tenha sobre ele, como um Código inovador, principalmente após um Código de mais de 70 anos, algumas divergências.

Agora, a Comissão nasceu aqui do Senado, por deliberação da Casa, e trabalhamos com a maior autonomia, sem nenhuma interferência de quem quer que seja desta Casa e, portanto, nos sentimos à vontade para expor o nosso trabalho.

Evidentemente, nossa primeira questão era saber o que fazer com um Código que não mais refletia a hierarquia de valores de uma sociedade, que não mais reproduzia os anseios de vulnerabilidade e de

valores que uma sociedade traz no decorrer dos anos para o seu dia a dia.

Cento e vinte leis penais circulavam paralelamente ao Código Penal, com tipos penais que deveriam estar no Código Penal. Dessas 120, mais ou menos, leis extravagantes, ou paralelas, ou especiais, 53 delas modificavam diretamente o Código Penal, e, dessas 53, dois terços foram aprovados após a Constituição de 1988, ou seja, o Código estava defasado frente à própria Constituição Federal, que já tem 22 anos.

E também, como norma de trabalho, Sr. Presidente, nós trouxemos e achamos que deveríamos dar cumprimento aos tratados e convenções internacionais celebrados pelo Brasil. Isso é importante, porque tratados foram internalizados no nosso sistema jurídico através da aprovação das duas Casas do Congresso Nacional e ratificados pela Presidência da República por decreto presidencial. Consequentemente, são leis ordinárias, por força constitucional. E outras, como as relativas aos direitos humanos, pela Emenda nº 44, têm força de emenda constitucional.

Então, tudo isso era um desafio muito grande: um sistema caótico, sem disciplina, com penas desproporcionais e que dificultavam a aplicação da norma penal, não só para os operadores do Direito, mas para a compreensão do próprio cidadão.

Não deixamos de levar em conta a realidade da sociedade brasileira, do sistema caótico e execrável do sistema prisional brasileiro, que não tem solução nem em curto e nem em médio prazo, e nós temos de conviver com essa realidade dolorosa.

Sabemos que uma sociedade... Em um país do tamanho do Brasil, divergências ideológicas, econômicas, culturais e filosóficas teriam de ser contempladas. O empresário da Avenida Paulista, o executivo da Avenida Paulista como o ribeirinho do Amazonas, são os destinatários, de igual forma, de igual modo, de um código de condutas.

E tudo isso trouxe a Comissão, uma Comissão que foi, inicialmente, formada por 17 integrantes, membros do Ministério Público, advogados, membros da Magistratura, da Defensoria Pública, e todos nós, na Comissão, também refletimos, de certa forma, essas divergências culturais, ideológicas, religiosas, filosóficas, em termos, também, de interpretação do Direito Penal. Ou acham que, dentro da Comissão, também não houve amplo debate, acalorados debates, divergências que foram sanadas, ou de maneira consensual, às vezes, matérias que foram decididas pela maioria, no voto?

Então, nós trouxemos um Código debatido pela sociedade, divulgado pela imprensa, por esse fator de transparência dos trabalhos, ou seja, já se proporcionou ao Parlamento algo que já está sendo debatido,

discutido, criticado ou elogiado pela sociedade. Isso, de certa forma, a nosso ver, facilita o trabalho no Parlamento brasileiro. Mas, evidentemente, o Parlamento é a casa do povo e, conseqüentemente, esse Código poderá ser aperfeiçoado, modificado, porque os reflexos da sociedade estão aqui nos seus legítimos representantes.

Trouxemos inovações na Parte Geral do Código. A progressão de regime está mais dificultada, dependendo da gravidade do crime; a progressão, que era de um sexto da pena, em alguns casos, passa um terço, e, em outros casos mais graves passa para a metade da pena, para progressão de regime. E essa era uma aspiração da sociedade. Tivemos também um cuidado muito grande com os crimes de trânsito, que é outra epidemia nacional – a embriaguez no volante, dirigir sob o efeito de drogas.

Eu não vou entrar, em detalhes, do porquê de cada tipo penal. Eu quero salientar algumas inovações que foram trazidas e que são novidade, sim, na legislação penal brasileira. É evidente que alguns tipos penais foram mantidos, aperfeiçoados na sua redação, equalizados nas suas penas; não há nenhum tipo penal que não tenha o seu nome. Todos os tipos penais têm o seu nome para serem devidamente registrados e consignados por quem examina o Código. Evidentemente nós entramos – e foi um pacto entre nós que nenhum tema polêmico do Direito Penal mundial moderno deixaria de ser apreciado, nem que nós chegássemos à conclusão de que, naquele momento, não era oportuno ou conveniente criar ou modificar determinado tipo penal.

Tivemos, sim, a ousadia de trazermos para o Código Penal os crimes ambientais, depurando-os daquilo que poderia ser mera infração administrativa, passível de outra sanção que não tenha dignidade penal, como a multa, etc, etc.

Privilegiamos, sim, outros tipos de pena que não a prisão, como as penas alternativas e restritivas de direitos, ampliando-se o leque de atuação. Consignamos, com maior clareza e maior rigor, a aplicação de multa em determinados crimes; a recuperação de bens e valores que foram apreendidos através de práticas antissociais, práticas de crimes contra a Administração Pública.

Enfrentamos, sim, a questão do aborto. Aborto continua crime. É bom que se diga, é crime. Apenas ampliamos a possibilidade do chamado aborto legal, de certa forma até seguindo orientação do Supremo Tribunal Federal. A eutanásia, que estava no Código, mas para o que não se tinha coragem de dar nome, veio como uma forma de homicídio privilegiado. Ela já era uma privilegiadora do homicídio, mas a trouxe-

mos para o Código para ficar bem claro. A ortotanásia, que já estava em resolução do Conselho Federal de Medicina, veio para o Código como uma excludente de criminalidade em relação ao homicídio. Questões polêmicas? Claro! Mas que devem ser discutidas por uma sociedade democrática.

Trouxemos novos tipos penais. O terrorismo é objeto de inúmeros tratados internacionais do Brasil. Vamos ter aqui vários eventos internacionais de monta em que países de participaram ou que tiveram o dissabor de enfrentar práticas terroristas, como Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, que estarão em eventos internacionais próximos: Olimpíadas, Copa das Confederações; Copa do Mundo; Visita do Papa, e nós não tínhamos um tipo penal caso viesse a ocorrer uma desgraça dessas em nosso território.

Mas ao mesmo tempo em que criamos o tipo penal do terrorismo, propusemos imediatamente e concomitantemente a revogação da famigerada Lei de Segurança Nacional, que tratava de algumas práticas assemelhadas ao terrorismo sem dar-lhe um nome.

Criamos o tipo penal de organização criminosa, afastando, de certa forma, a figura inócua, de 1940, da formação de bando e quadrilha (pena de um a três anos), objeto de inúmeras prescrições em crimes graves.

Criamos a responsabilidade penal da pessoa jurídica, que já existia em relação aos crimes ambientais. Mas a ampliamos, dando interpretação aos arts. 173 e 178 da Constituição, para crimes contra – três, não é? (*Pausa.*); dois; ainda bem que o pessoal aqui vem afinado e afiado – o consumidor, contra a ordem econômica, e ampliamos também para os crimes de corrupção contra a Administração Pública. Já existem em outros países.

Criamos o tipo penal do enriquecimento ilícito, que é a configuração de um patrimônio de um servidor público *lato sensu*, seja ele concursado, comissionado ou contratado, desde que esse patrimônio seja absolutamente incompatível com os seus rendimentos diretos ou indiretos e que ele não possa devidamente e fundamentadamente justificar, cabendo o ônus da prova ao Estado acusador.

Elevamos a homofobia como causa de agravamento de várias penas, em especial homicídio.

Colocamos no Código Penal os crimes eleitorais. Eram mais de 50 ou 70 tipos penais, que hoje não têm maior significado. Está lá no Código Eleitoral; eu participo do Tribunal Superior Eleitoral. Trouxemos para o Código apenas aqueles crimes que configuravam efetivamente alta lesividade social. E aquilo que não era lesivo, aquilo que não tinha maior significado passa a ser, evidentemente, infração administrativa passível de multa. Por exemplo: boca de urna. Mas o financiamen-

to irregular de campanha, este – estou dando apenas um exemplo – tem dignidade penal.

Propusemos a revogação da Lei das Contravenções Penais, de 1940, inócua. Mas tiramos aquilo que não tinha significado em 1940 e que hoje tem, como, por exemplo, a exploração ilegal, ou seja, não autorizada por lei ou regulamento de jogos de azar, como o jogo do bicho, como máquinas, que propiciam pena pequena, mas geralmente eles estão integrados e são a mola propulsora da prática de outros crimes mais graves, como a corrupção, o tráfico de entorpecentes e a lavagem de dinheiro; e não preciso dar exemplos.

Criamos o tipo penal da milícia, a invasão de um espaço privado ou público para exploração de serviços essenciais que caberiam ao Estado – transporte alternativo, fornecimento de luz, água, sinal de TV a cabo, gás –, explorados por agentes públicos na ativa ou fora da ativa, questão que o Rio de Janeiro conhece muito bem, que Pernambuco conhece muito bem, que meu Estado – o Rio Grande do Sul – está começando a conhecer.

Já falei dos crimes... Não, acho que não falei dos crimes cibernéticos. Vários projetos tramitando aqui na Câmara, aqui no Senado e outros na Câmara. Tiramos e colocamos no Código Penal aquilo que havia de essencial. Não era possível mais tratar os crimes praticados pela Internet, pela informática, como vimos fazendo até agora: estelionato ou furto qualificado mediante fraude. A complexidade da atuação da criminalidade via informática é grandiosa e alguns tipos penais foram trazidos. O *site* do Governo Federal foi retirado há pouco tempo do ar em questão de minutos. Os quatro principais bancos tiveram a invasão também de seus *sites*. Não foi apenas roubo de senhas ou retirada de contas bancárias por meio de senhas capturadas. Esses crimes não são estelionato e não são furto mediante fraude.

Tráfico de pessoas com todo o nome: tráfico de pessoas para a prostituição, tráfico de pessoas para o trabalho escravo, tráfico de pessoas para a remoção de órgãos, tecidos e partes humanas. E esse tipo penal foi retirado daqui da Casa, da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o tráfico de pessoas. Onde se disse – e não me lembro em que Estado, parece-me que no Pará –, que a Senadora Marinor me disse que há mais de 100 certidões de óbito de crianças cujos corpos não foram encontrados. Onde estão essas crianças? Talvez algumas mortas, mas outras, certamente, na prostituição, no trabalho escravo ou com órgãos sendo removidos.

Incluímos no Código Penal os crimes contra a humanidade, os crimes contra direitos humanos, objeto de inúmeros tratados internacionais, genocídio,

tortura, que estava numa lei especial, desaparecimento forçado de corpos. Olhem aí a Comissão da Verdade – quando nós fizemos isso, a Comissão da Verdade não estava instalada e nem eu imaginava que estaria integrando-a – dizendo que o desaparecimento de pessoas permanece como crime enquanto a pessoa desaparecida não vier a aparecer, ou enquanto seu corpo não for encontrado, crime permanente. E olhem aí que aconteceu num regime próximo de exceção em que inúmeros desaparecimentos foram constatados, fazendo com que centenas de famílias não tivessem o direito, pelo menos, de enterrar os seus mortos.

Então, o trabalho foi realmente, Sr. Presidente, imenso, sujeito às críticas, sujeito aos elogios, sujeito ao crivo da Casa do povo. Mas foi um trabalho sério, foi um trabalho consciente, foi um trabalho debatido e que nós, sinceramente, colocamos na mão do Parlamento. Estamos sempre à disposição para todo e qualquer esclarecimento que for necessário. Essa foi a contribuição de uma Comissão que foi criada dentro desta Casa e perante esta Casa nós estamos nos responsabilizando e nós estamos atendendo ao que foi determinado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Dipp. Eu só lembro a V. Exa. que, quando subi à tribuna do Senado, tive a ousadia de fazer a comparação entre a entrega – se Deus quiser, no final ainda desta Legislatura, deste semestre –, ao povo brasileiro de um novo Código Penal com o que fez Ulysses Guimarães quando entregou a Constituição Cidadã. Isso porque há em todos nós aqui, no semblante de cada um, na convicção de cada um, uma angústia, um verdadeiro desespero até da sociedade brasileira na busca do combate verdadeiro a essa questão, digo até mais além, do direito de ir e vir que as pessoas perderam com a violência que grassa, infelizmente, no Brasil.

Então, foi por esse motivo que eu tive a ousadia de fazer a comparação desse importante projeto com a promulgação da Constituição brasileira, porque na época os Constituintes fizeram a verdadeira Constituição Cidadã, que foi entregue ao povo brasileiro pelas mãos do nosso presidente Ulysses Guimarães.

Eu passo a palavra ao Desembargador, que também foi membro da Comissão de Juristas, Dr. José Muiños Piñeiro, para fazer uso da palavra.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Exmo. Presidente desta Comissão Especial, Senador Eunício Oliveira; Senador Pedro Taques, seu Relator; demais Senadores que integram os trabalhos; meus colegas de Comissão, particularmente o nosso Presidente Mi-

nistro Gilson Dipp; Luiz Flávio Gomes, colega de São Paulo; senhores e senhoras, em adendo apenas ao que já falou o presidente da Comissão de Reforma, Ministro Gilson Dipp, seria importante nós chamarmos a atenção para um efeito prático para os chamados operadores do Direito, advogado, juiz, promotor, defensores públicos, enfim, aqueles que militam no dia a dia aquilo que imaginamos ser de grande valia para se entender na prática, caso o projeto, que hoje já é projeto, seja transformado em lei terá como consequência. Quando foi entregue, no dia 27 de junho, o Anteprojeto, ali já foi acentuado que no, Brasil, hoje, vigoram quase 1700 condutas penais, ou seja, crimes. Nós temos hoje, distribuídos por 126 leis penais, mais de 1700 comportamentos considerados criminosos, alguns contravencionais.

Pelo projeto, o que se revoga é um total de 110 leis, leis inclusive do século XIX, que ainda não foram consideradas revogadas ou recepcionadas pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Então, 110 leis são extirpadas do ordenamento e se reorganiza a estrutura penal. Como disse o Ministro Dipp, cria-se no Código Penal como centro do ordenamento jurídico. Reduzimos à metade ou quase à metade as condutas criminosas que serão definidas pela legislação. Saímos de 1700 para cerca de 800. As 16 leis que permanecem em vigor é porque a Comissão entendeu, e justifica, que não mereceriam um tratamento agora diferenciado. Seria a questão do Código Penal Militar; porém, a Parte Geral do Código Penal no projeto é que será aplicada ao Código Penal Militar.

Então, esse é o primeiro efeito prático.

Como orientador da Comissão, e aqui isso já foi acentuado, vários vetores a Comissão trabalhou. O “Alô Senado” foi fundamental e chamo a atenção porque várias sugestões aqui chegaram – foram todas consideradas pela Comissão –, mas duas especialmente a Comissão não poderia fazer delas uso. Concito os Senadores a saberem desse reclamo. Um é a redução da responsabilidade penal para menos de 18 anos. Isso parecer ser um clamor da sociedade, mas é matéria constitucional e a Comissão não podia tratar. A nossa proposta teria que ser no âmbito infraconstitucional.

Segundo, para crimes violentos, notadamente crimes contra a dignidade sexual, o estupro, por exemplo, estupro de vulnerável, o pleito social de castração química. Isso foi muito acentuado nas sugestões vindas de todos os recantos do Brasil e que, evidentemente, também encontra óbice em texto constitucional o tipo de sanção.

Seguimos os tratados internacionais que o Brasil assumiu como compromisso, daí o próprio Ministro Dipp já fez referência, Tratado de Nova York, Tratado

de Palermo, o Tribunal Penal Internacional, enfim, o Tratado de Roma, e, daí, temos o enriquecimento ilícito, a responsabilidade da pessoa jurídica, os crimes contra a humanidade, contra os direitos humanos, tráfico de pessoas, então, respeitamos e quero crer que a Comissão conseguiu atender aos compromissos internacionais do Brasil.

As decisões do Supremo Tribunal Federal, maior Corte do País, foram claro, dentro do possível, seguidas, principalmente aquelas que já se transformaram em súmulas para ordenar a proposta, mas nem todas, algumas foram questionadas, pensadas e até contrariadas, porque as decisões do Supremo são baseadas na legislação como está, como vigora. E, no entanto, a Comissão, em alguns momentos, como a questão da consumação do delito patrimonial que não se dá exatamente como quer, hoje, o Supremo Tribunal Federal, com a mera transferência da posse. E isso a Comissão entendeu de enfrentar e dar um tratamento diferenciado.

Também os projetos já aprovados por esta Casa, em particular os mais recentes, como o Código de Processo Penal, em que o Senado Federal – o Projeto, hoje, está na Câmara – aprovou um novo Código de Processo Penal e, entre eles, está a possibilidade da extinção da pena no crime de furto com o acordo, com a participação direta da vítima.

E não poderíamos contrariar uma aprovação já do Senado, então, respeitamos e trouxemos para o crime de furto, especificamente, regras que já foram aprovadas pelo Senado, até em respeito a esta Casa, embora devamos acentuar que, desde a proposta inicial, o Senado nos deixou totalmente à vontade sem se imiscuir em qualquer momento, sem tolher o nosso trabalho, quer dizer, trabalhamos todos com total independência e agradecemos isso ao Senado Federal.

Bom, mas eu gostaria de chamar a atenção, apenas pontuar alguns aspectos, seria difícil neste Código, hoje, com quase 600 artigos – saímos de 363 para 600 artigos –, mas fazendo o Código Penal esse centro do sistema, para alguns tópicos em acréscimo àquilo que já foi falado pelo Presidente, primeiro, valorizando a vítima. E, Srs. Senadores, quero chamar a atenção que a nossa Constituição cidadã, maravilhosa e importante, até como direito fundamental, lista uma série de direitos assegurados a quem é acusado e condenado, os direitos do preso, os direitos do condenado, inclusive com previsão no art. 5º, como direitos fundamentais, e, em relação à vítima, só há uma expressão legal na Constituição, o art. 245. Veja, já ao final do texto constitucional, quando ele se refere à criação de um fundo, que até hoje não existe, não foi aprovado, para auxiliar, para minimizar, para me indicar os ônus suportados pelas vítimas e seus familiares.

Então, trouxe para o Código Penal aquilo que também o legislador só cuidou de colocar a vítima como órgão assistente ou, em alguns casos, crimes contra a honra, alguns crimes sexuais, como órgão agente, quer dizer, autor da ação, mas nunca tendo um tratamento respeitoso, porque a referência à vítima no Código Penal, na chamada parte geral, parte técnica de aplicação, é referida como um elemento que o juiz considerará para impor a pena, de acordo com o comportamento dela no art. 59, ou seja, o Código Penal, na questão da pena, se preocupa com a vítima em relação ao que ela pode ter contribuído para o crime. E citam os autores, a doutrina, os professores, enfim, exemplos em sala de aula, a questão da mulher que, eventualmente, pelas roupas de que se utiliza, acaba estimulando um homem a violentá-la, e isso há de ser considerado pelo juiz – Código de 1940 –, e o projeto, ao contrário, resgata a vítima e seus familiares, aqueles que suportam exatamente a consequência do crime. Como?

Primeiro, nos crimes dolosos contra a vida e mesmo nos homicídios culposos e outros que atentam a vida, o juiz fixará imediatamente alimentos, na forma da legislação civil, trouxe para o Código Penal. E foi aprovado isso por unanimidade, devo dizer, na comissão, formada por advogados, membros do Ministério Público, magistrados, enfim. Então, essa é uma proposta inovadora em respeito. E dali já sairá, fixado pelo juiz, alimentos, não é verba indenizatória, alimentos para a vítima ou seus familiares como consequência, em particular, no homicídio doloso ou homicídio culposos.

Segundo, o juiz terá que analisar especificamente as consequências do crime para a vítima, norma expressa.

Bom, gostaria também de acrescentar que o projeto do Código Penal acaba com a distinção do tipo de cumprimento de pena – detenção ou reclusão –, porque o nosso sistema penitenciário não conseguiu se adequar. Então, resume-se isso tudo em prisão. Não há mais reclusão nem detenção, a privação da liberdade passa a ser tão somente a prisão.

O que se pretende, agora, com isso, é dar um tratamento diferenciado. Ao se revogar a lei de contravenções penais, não termos mais a prática infracional da contravenção. Teremos apenas a prática criminosa. Então aquilo que é gênero e infração penal com o crime e a contravenção, passamos a ter apenas crime. Isso para os profissionais de Direito, para os operadores tem uma grande consequência.

Também, ouvindo um clamor da sociedade, mas muito discutido, entendemos de não manter no Brasil o duplo regime de benefícios na execução penal. Ou seja, o Brasil é o único país que adota os dois siste-

mas simultâneos: livramento condicional e progressão do regime. A progressão do regime foi uma inovação na ordem jurídica brasileira que foi proposta em 1984 e foi aprovada pelo Congresso, como uma tentativa, mas que se mostrou, talvez, grande colaboradora ou estimuladora da impunidade. Quase todos os países adotam o livramento condicional quando o condenado cumpre pelo menos metade da pena. No Brasil, além de o livramento condicional ser obtido com um terço da pena, a progressão já é obtida a partir de um sexto da pena. A opção da comissão: um só tratamento. Optamos pela progressão do regime e acabamos com o livramento condicional. E a progressão do regime – e aqui já foi alertado –, todo o tempo para obter o benefício, do regime mais rigoroso, fechado para o semiaberto, para o aberto, ele é dobrado: um terço – o que hoje é um sexto –, metade e três quintos. Então, há um tratamento mais rigoroso evidentemente.

Também se espera que o sistema penitenciário seja modificado. Inclusive se garante aqui, porque é um preceito constitucional, e é um preceito de tratado internacional, a cela individual num regime fechado. Evidente que isso tem um custo orçamentário muito grande, que é uma opção política ao país fazer, mas cabe agora a discussão dos senhores. Assim como também se garante, durante o período da amamentação, a presa estar com seu filho. Não quero que passe a ideia de que a comissão só tratou evidentemente que deveria ser daquele que sofre a consequência do crime, mas também daquele que é acusado. Há o tratamento que a própria Constituição exige.

Na parte que podemos chamar de ainda prevalência de um respeito à vítima, está o fim do crime continuado, da teoria do crime continuado, para crimes dolosos contra a vida ou crimes contra a dignidade pessoal, a sexual, caso do estupro. Só para dar um exemplo. No Rio de Janeiro, há 19 anos – que serão completados agora dia 29 de agosto –, houve uma grande chacina, a Chacina de Vigário Geral, com 21 pessoas mortas. Vários réus foram condenados. Condenados pelo júri e o presidente aplicou pena para os réus condenados de 449 anos, pelos 21 homicídios. Pois bem, em sede de *habeas corpus*, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que o júri não havia reconhecido crime continuado e determinou que o juiz aplicasse a pena para a Chacina de Vigário Geral prevista no art. 71 do Código Penal. Mudança também ocorreria em 84. Então uma pena que foi de 449 anos foi reduzida para 57 anos. E, na verdade, para as vítimas, não foram 21, mas só três, porque é a tese do crime continuado. E a Comissão enfrentou o tema e entendeu por propor o fim da teoria do crime continuado. Prevalece a teoria, o concurso continuado, esse crime continuado,

essa ficção jurídica para os crimes patrimoniais, mas jamais para vítimas. Se são dez pessoas assassinadas, serão dez homicídios e não no máximo três. Isso é um respeito que a Comissão acredita que o Senado responderá e manterá.

É claro que também – e aqui quero também passar a palavra que acredito que a Presidência dará ao Prof. Luiz Flávio Gomes, importantíssimo – procuraram-se alternativas em situações muito delicadas, como a questão do delito de trânsito, que o Prof. Luiz Flávio, que foi até o proponente, dirá que alternativas se trazem para enfrentar o problema do racha, do pega, enfim, a dúvida entre o homicídio doloso, dolo eventual ou não. A culpa é gravíssima.

Procurou-se também – agora, vou resumir para os senhores; é claro que estamos à disposição para várias discussões – dar uma uniformidade. O Sistema Penal – os profissionais de Direito sabem –, o Código tem várias distorções justamente por trabalhar com um texto de 1940 e em confronto com mais de uma centena de leis penais extravagantes, dificultando, inclusive, o aplicador da lei: qual a lei? Há crimes que têm tratamento diferenciado.

Para dar-lhes um exemplo, a questão da associação. Para a Lei de drogas, a associação criminosa exige apenas dois participantes; para o genocídio, para a formação de quadrilha ou bando, no Código Penal, art. 288, quatro pessoas; na Lei das Contravenções, o bando contravencional exige cinco pessoas. Veja a distorção do Sistema. E a Comissão entendeu por, para os crimes por associação, unificá-las todas em três agentes ou mais, mínimo de três. Com isso, não ficou só na formação da quadrilha ou bando, mas saiu, como se falou, da organização criminosa, que é um tipo penal. Evoluímos para a milícia, que, no meu Estado, é uma realidade. Aqui a Comissão recepcionou os Secretários de Segurança de todo o País, trazidos por V. Exa. Ouvimos o apelo, em particular, do Secretário José Beltrame, do Rio de Janeiro. A milícia é uma realidade que está se alastrando. E não tínhamos uma tipificação; ficávamos só na formação da quadrilha ou no constrangimento ilegal. E, agora, se propõe, além da organização criminosa, uma evolução para a milícia específica.

Da mesma forma, para encerrar, apenas como alerta, observação aos senhores, nesta audiência pública, também procuramos verificar a realidade em que ocorrem os fatos e aquilo que o Código Penal já não estava mais atendendo.

O crime de ameaça tem suas características, que podem se estender para um constrangimento ilegal, mas hoje a realidade demonstra – e muitos países já tipificam – outras condutas, como o *bullying* e o cha-

mado *stalking*, perseguição que é até selvagem. Então, além da ameaça, além do constrangimento ilegal... É claro que desde que configurado com reiteração. Não temos dúvida alguma de que há casos em que, primeiro, cabe à família, cabe à ambientação escolar, cabe à ambientação clubista cuidar, mas, quando os fatos se reiteram, o Estado tem que intervir, sob pena de estarmos julgando, daqui a pouco, não uma mera ameaça que já chegou a um patamar maior, mas um homicídio ou uma lesão gravíssima. Então, são comportamentos que se agregam àqueles outros que atentam à liberdade individual.

Ou seja, a Comissão procurou se atualizar, procurou dar ao Sistema Penal uma modernidade. Há crimes que receberam uma punição bem mais gravosa e há crimes que receberam uma punição, talvez, mais abrandada. Caberá ao Senado, agora, dentro do viés político, da interpretação dos fatos, verificar aqui o que necessita ser modificado.

Seriam essas, pelo menos, as primeiras observações que eu poderia trazer como contribuição para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Desembargador. É uma belíssima explanação que V. Exa. faz para todos nós da Comissão.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Flávio Gomes, que também foi membro da Comissão de Juristas, também deu a sua grande contribuição e, obviamente, nesta manhã, dominará as mentes de todos nós. Tem a palavra V. Exa.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eu cumprimento o eminente Senador Eunício Oliveira, que preside nossos trabalhos e preside a Comissão; o eminente Senador Pedro Taques, Relator desses trabalhos; nosso Presidente da Comissão, Ministro Gilson Dipp; demais componentes desta Mesa; meu eminente colega Muiños e Senadores aqui presentes; eu queria realçar para V. Exas., para não repetir o que já foi dito, a importância política e histórica deste documento.

Pela primeira vez, desde 1940, se tenta aprovar um Código único para o nosso País. Os senhores talvez não tenham números na cabeça, mas é impressionante a quantidade de leis que nós aprovamos no Brasil; leis penais de 1940 até 2011. Foram 136 leis penais, e essa política de emergência acaba de ser criticada duramente pela ONU e também em um relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os dois órgãos internacionais criticam toda a América Latina, que aprova reiteradamente leis penais logo após algum acontecimento midiático que gere algum tipo de comoção nacional. Isso está internacionalmente criticadíssimo, porque a razão central é que, na me-

dida em que se aprova uma lei emergencial, não se resolve o problema, há uma ilusão de que a lei por si só possa resolver uma satisfação para a sociedade, mas a solução do problema não acontece.

Portanto, nós estamos com essa iniciativa, o Brasil – digo agora o Brasil –, os senhores, como nossos representantes, estão dando um exemplo para o mundo todo de uma codificação de um código que é, algo hoje, no mundo científico nosso de professores, algo absolutamente impensável. Ninguém mais acreditava que um país, em pleno século XXI, fosse conseguir uma codificação. Por quê? Porque nós vivemos a era da pós-modernidade. E pós-modernidade significa desconstrução; pós-modernidade, desde Nietzsche, desde Foucault, desde Derrida, desde Guilhot, significa desconstruir, não mais construir. Nós estamos, portanto, inovando.

No mês de julho, eu estive com o Professor Luigi Ferrajoli, que é tido hoje como o maior filósofo do Direito vivo no Planeta Terra. E Luigi Ferrajoli, no instante em que levei para ele um calhamaço desse aqui e disse que nós estamos tentando codificar a legislação penal brasileira, ele quase chorou, porque ele é indiscutivelmente quem mais defende no mundo todo hoje a codificação, o que ele chama de reserva de código.

Os crimes têm de estar dentro de um único documento, dentro de um único código, porque, se queremos que as leis penais possam produzir eficácia preventiva, a primeira coisa é a sistematização de tudo e que o povo leia e entenda o que está escrito na legislação. Portanto, a importância política e histórica dessa legislação é algo que deve ser realçado nesse instante para os senhores.

Mais de cem leis penais estão sendo revogadas, mais de cem leis penais revogadas. Nós tínhamos mais de mil tipos penais, como sublinhava o eminente colega Muiños. De fato, reduzimos muitos desses tipos e se revogou a Lei das Contravenções Penais, que eram infrações menores, muitas delas sem nenhum sentido em pleno século XXI. Isso tudo está, portanto, passado a limpo.

Os senhores não imaginam a surpresa com que, quando nós apresentamos esse trabalho, as pessoas admiram e olham esse trabalho. Porque era algo absolutamente impensável. Há oito meses, há dez meses, quando o eminente Senador Pedro Taques me ligou: “Vamos partir para o novo Código Penal”, e eu disse: “Vamos embora, vamos para o novo Código Penal”, era impensável imaginar que nós fôssemos revisar mais de 1,5 mil tipos penais, sistematizá-los e colocá-los dentro de um documento único, ressaltando o Código Penal Militar.

Como se vê, o trabalho foi hercúleo, foi muito forte, muito grande e, dentre as atualizações, eu sublinharia três ou quatro fundamentais.

Em primeiro lugar, um país que vai sediar a Copa do Mundo, que vai sediar as Olimpíadas, um país que vai sediar visita de Papa não pode, não mais, contar com o crime de terrorismo. Tem de tipificar esse delito no nosso Código. Nós temos de tipificar a organização criminosa.

Acaba de sair uma legislação, no Brasil, 12.694, que fala da organização criminosa. Conceituou. Conceituou, mas não tipificou criminalmente. É preciso que a organização criminosa esteja devidamente tipificada, com tipo penal, com pena descrita, cominada para essa infração.

Estamos criminalizando a milícia, estamos agravando o feminicídio, e quase passou com esse nome. Feminicídio significa assassinatos de mulheres. No Brasil, 11 mulheres assassinadas por dia. Por dia! A cada duas horas, é assassinada uma mulher neste País. Nós já estamos reunidos, aqui, desde as 10 horas, agora são 11 e 10: daqui a pouco, mais uma mulher será assassinada.

Então, o feminicídio tem de ter sua relevância, sua importância, talvez até com esse nome. Na Comissão, não passou o nome, mas, talvez, até com esse nome. Em síntese, está aí, como homicídio qualificado.

De outro lado, os Srs. Senadores têm de ter sensibilidade, e têm – normalmente, os senhores são treinados para ter essa sensibilidade –, qual seja, um país que matou, em 2010, 43 mil pessoas no trânsito, esse país precisa de ajustes. É um país patológico, é um país errado do ponto de vista da política de transportes.

Então, nós temos de estar atentos, antenados para toda essa realidade do País.

Por exemplo, sim, eu sugeri a criação de uma figura nova, que se chama culpa gravíssima. Está correto, do meu ponto de vista, isso é justo, é correto, porque entre o dolo eventual, o tão discutido dolo eventual no trânsito, e o mero homicídio culposo, de dois a quatro anos, tem de ter uma figura criminosa intermediária, que não dê a oportunidade de ficar discutindo anos e anos, dentro de um tribunal, se o homicídio foi doloso ou se foi culposo.

Daí, são importantes essas iniciativas todas que estamos tomando, e que o Senado tenha sensibilidade para todos esses detalhes.

Outro tema importantíssimo é que é uma mudança, que é uma mudança de cultura, inclusive.

Nós sempre falamos em garantismo. Eu, mesmo, sou tido como um professor eminentemente garantista. Meus livros, meus escritos são todos nessa linha,

por convicção minha, ideológica, por minha convicção filosófica.

Pois bem, mas, hoje, em plena pós-modernidade, e aqui ela nos ajuda e não atrapalha, nós temos de imaginar que os bens jurídicos que merecem tutela penal não são só mais aqueles clássicos bens jurídicos: patrimônio, vida, liberdade sexual. Mudou. O mundo mudou, a sociedade se alterou, nós vivemos o mundo pós-moderno e muitas minorias nunca haviam tido espaço em termos de tutela, de proteção.

Dou um exemplo, dou um exemplo, e assim, exemplificando o quê? Que o garantismo tanto vale contra os excessos do poder punitivo – quando, portanto, se colocam penas excessivas, o garantismo diz “não” –, como vale o garantismo do ponto de vista de uma tutela insuficiente, ou seja, quando o bem jurídico é importante, mas a pena é muito baixa, é preciso fazer a devida adequação, tudo respeitando a premissa do garantismo. E, aqui, vai o exemplo: pegue o crime de abuso de autoridade. Hoje, abuso de autoridade tem pena máxima de seis meses. Uma legislação feita dentro da ditadura militar. Então, não tem cabimento que o abuso de autoridade tenha uma pena só de seis meses.

Pegue o crime de tortura. Crime de tortura tem uma pena de dois anos. Não tem cabimento que uma tortura, que é quase que um assassinato, ou, pelo menos do ponto de vista dos efeitos psicológicos, é tanto quanto, tenha uma pena tão reduzida.

Esse índice, nós fizemos aí todos esses equilíbrios, e eu não quero repetir o que já foi dito, mas dizer que nós trabalhamos com afinco, bem-intencionados, queremos modernizar a legislação brasileira. É preciso modernizá-la. E a responsabilidade agora compete a esta Casa Legislativa e depois à Câmara dos Deputados.

Eu, então, sublinharia mais um ponto só, que é contextualizar essa reforma.

Eminentes Senadores, não vamos nos iludir, nem tampouco podemos iludir a população uma vez mais, não podemos nos esquecer que a reforma de um Código Penal é simplesmente uma partícula dentro de um sistema penal. O Código é só um pinga d'água no oceano. A reforma de um código, um código, por mais técnico que seja, por mais perfeito que seja, se ele não for aplicado no dia a dia não adianta. Então, tem de ter consciência e passar para a população que a reforma do Código é necessária, a modernização é necessária, mas faz parte de um sistema penal. E este sistema penal faz parte de um sistema de controle social. Portanto, tudo está contextualizado. E o controle social faz parte de um sistema econômico vigente no Brasil de acumulação primitiva da capital, como dizia Marx, e que traz muitas injustiças.

Portanto, o Código, por mais perfeito que seja, dentro de um contexto de justiça global, justiça global em termos de mundo, justiça global em termos de Brasil, este Código pode não surtir os efeitos que a gente imagina em virtude não dele, não de vícios dele, não de problemas técnicos, mas, sim, do contexto em que ele se insere. Até porque não vamos nos esquecer: se temos um regime de capital escravagista, isso contraria todas as premissas de uma justiça social, que é o grande sonho de todo mundo, de todos os brasileiros bem-intencionados.

Em síntese, contextualizar a reforma é de suma importância. E, no mais, dizer a importância política histórica deste documento, deste Código.

Os senhores estão com a responsabilidade de fazer história, de fazer história depois de 72 anos, e é o que nós, da Comissão, esperamos, e é o que a sociedade está esperando de todos os senhores.

Que cada qual cumpra a sua responsabilidade, e nos pontos mais polêmicos, nos pontos mais polêmicos que faça um debate adulto, um debate amadurecido, porque se o Código tem 95% de coisas boas, não vamos estragar as coisas boas por polêmicas que são naturais de toda a sociedade. Não existe um código sem polêmicas. Isto é impossível, porque, afinal, estamos falando aqui de liberdades, estamos falando de crimes, estamos falando de proteção de bens jurídicos.

Que se faça um debate amadurecido, isento, imparcial, tranquilo, que vá até onde pode nesses pontos polêmicos.

No mais, que se modernize o Código Penal Brasileiro porque é uma exigência da sociedade brasileira e é uma exigência evidentemente de todos que estão querendo o Brasil uma Nação próspera e, se possível, feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Obrigado Prof. Luiz Flávio Gomes.

Entre tantas autoridades presentes, eu registro também, com prazer, a presença do Deputado Federal Roberto de Lucena, que é Presidente da Frente Parlamentar de Combate ao *Bullying* e Outras Formas de Violência. Obrigado pela presença de V. Exa., Deputado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Sr. Presidente, na publicação do projeto de lei encontrei um erro material, provavelmente pode haver outros, mas este salta aos olhos – até conversei com o Ministro Dipp e com o Dr. Luiz Flávio Gomes –, que se encontra no art. 472 do capítulo que trata

do racismo e dos crimes resultantes de preconceito e discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Art. 472, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

Na publicação faltou a pena cominada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No 472.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – No 472. É possível que haja outros erros materiais. Esse é evidente e seria importante que o quanto antes nós pudéssemos ter uma revisão da publicação, uma errata, digamos assim, para que pudéssemos trabalhar na análise do texto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente esse foi um dos pontos que o Relator, na Comissão Especial, levantou, já está catalogando, e nós sugerimos a ele a apresentação, por parte da Comissão, de uma errata para que nós possamos consertar esse ponto e outros ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Fora do microfone)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente, como bem V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só queria consultar V. Exa. se veio no que foi entregue ao Senado ou no já reproduzido pelo Senado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, foi originalmente... A Comissão é que foi... Houve um equívoco por parte da Comissão ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok. Da Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... um erro que está sendo ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem problema. Então, eu vou pedir à Mesa que... É simples, é só fazer um adendo com uma folha anexada e que nós vamos incorporar... Ainda não distribuímos, ainda não distribuímos fisicamente esse material e obviamente os Srs. Senadores estão tomando conhecimento... Eu vou pedir à Comissão obviamente que incorpore aqui o complemento do 472 para que a gente possa mandar imprimir e incorporar a todo o material que vai começar a ser distribuído a partir de amanhã.

Então, para ordenar os trabalhos, eu não quero fazer muitos questionamentos, até porque o meu papel aqui é de coordenar e harmonizar os trabalhos. Mas antes de dar a palavra para o Relator Pedro Taques, na sequência, vou fazer, pela ordem de inscrição – o Senador Ricardo Ferraço já levanta o braço pedindo a sua inscrição como primeiro –, eu queria fazer apenas algumas perguntas de ordem prática para que a gente possa ordenar os trabalhos após a ausência de V. Exas.

A minha pergunta é apenas para efeito de ordenamento dos trabalhos, Presidente, eu queria me dirigir a V. Exa. e se V. Exa. quiser delegar para qualquer um dos outros membros para responder, mas como V. Exa. também coordenou os trabalhos como Presidente, eu consultaria V. Exa... A pergunta é a seguinte: qual ou quais foram os critérios da Comissão para definir posições que foram incorporadas ao projeto? Pergunta nº1.

Pergunta nº 2: quando havia mais de uma posição, qual ou quais foram os critérios da Comissão de Juristas para definir as posições que foram incorporadas ao projeto no trabalho deles? Eu quero só saber quais foram os procedimentos. Quando havia mais de uma posição, por exemplo, posições completamente antagônicas, como era encontrado o consenso por eles? Se era por maioria dos membros, Senador Armando, apenas para que a gente, na sequência dos trabalhos nossos, que não será hoje aqui nesta audiência pública...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Ministro Dipp esclareceu que era por votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Hein?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Teria que ser decidido por votação, pela maioria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, eu estou fazendo esses questionamento a ele para que determine como é que aconteceu o procedimento, para que a gente possa também adotar o mesmo nas nossas discussões, porque muitos temas não terão obviamente consenso, e nós precisamos ter uma posição de busca desse consenso.

Como várias foram também as audiências públicas realizadas, eu pergunto ao Ministro quais foram os critérios para identificar os grupos considerados mais representativos, que deveriam ser ouvidos e que tinham colaboração a dar, até para, Senador Armando, o andamento dos nossos trabalhos na sequência. Nós sabemos que milhares e milhares, nesse curto intervalo da apresentação dos senhores, várias pessoas já encaminharam questionamentos para a Comissão. Alguns deles coincidem com milhares e milhares de sugestões de cidadãos de todo o Brasil, que foram encaminhadas à Comissão. Eu gostaria de saber por que

alguns temas deixaram de ser incorporados e quais os critérios e as regras que os senhores adotaram para incorporação ou rejeição de sugestões que haviam passado por essa triagem. Por exemplo, a manutenção, no art. 34, da maioria penal aos 18 anos. Há um questionamento em todos os lugares que tenho andado, nesses poucos dias que estou tendo a honra de presidir esta Comissão Especial. Esse é um tema que a sociedade me cobra por onde eu passo. Como está incorporado no art. 34 da mesma forma que estava anteriormente, esta é minha pergunta: qual foi o critério, Sr. Ministro, que a Comissão adotou para a manutenção da maioria penal aos 18 anos? Assim poderei responder de que maneira chegou aqui na Comissão Especial essa matéria contida no art. 34.

Eram apenas essas as perguntas.

Senador Pedro Taques, como Relator...

Então, se V. Exa. quiser responder, para não ficar...Vamos ordenar assim: cada Senador faz o questionamento, direciona-se a um e a outro, para que possamos fazer perguntas e respostas. Talvez seja mais cômodo e mais fácil para que cada um dos senhores possa responder aos questionamentos dos Senadores. Passo a palavra a V. Exa. para a resposta.

O SR. GILSON DIPP – ... a Comissão em algum assunto que eu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Ministro está com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu queria saber o critério: haverá ou não inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Haverá inscrição. Já estão inscritos os Senadores Ricardo Ferraço, Amorim...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Exa. me inscreva, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...e agora V. Exa. está inscrito.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. GILSON DIPP – Bem, os meus colegas me socorrerão aqui. Quanto aos critérios e às posições, resolvemos dividir a Comissão em três grupos: uma, para examinar a parte geral do Código, que é a grande política filosófica e orientadora dos crimes e das penas; colocamos outra parte da Comissão para examinar os tipos penais; e a terceira, para examinar a legislação especial e extravagante que deveria ser incorporada ao Código ou revogada parcial ou totalmente.

Cada um dos membros da Comissão trouxe as propostas de inovações: novos tipos penais, nova configuração. Isso foi debatido internamente nas subcomissões e, depois, trazido para a deliberação do contexto geral da Comissão.

Como era? Eu diria que, em 80% do que foi debatido, houve consenso. Quando não se tinha consenso total, discutíamos. Havia uma composição, alguns cediam em um ponto, por exemplo, quantificação da pena ou forma redacional de um artigo. Isso aconteceu basicamente nas reuniões deliberativas. Formávamos um consenso a partir da ampla discussão da matéria. Em último caso, quando o consenso se tornou impossível – e foram pouquíssimos os casos –, deliberávamos pela maioria, ou seja, pelo voto. Esse foi o critério adotado pela Comissão, que tinha 16 membros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Metade mais um.

O SR. GILSON DIPP – Metade mais um. Muitas vezes, aqueles que estavam presentes na reunião deliberativa, porque nós tivemos muita dificuldade de fazer um consenso, de votar uma matéria polêmica via Internet, então, muitas vezes, não era a composição total, mas, depois, os demais aderiram ou sugeriram.

Quanto às audiências públicas, fizemos o critério de uma audiência pública publicando o edital de convocação no *site* do Senado e adotamos dois critérios. Primeiro, convidamos as entidades institucionalmente envolvidas com o tema, como por exemplo, Ministério Público Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Magistrados Brasileiros, Associações do Ministério Público, Defensorias Públicas, Polícia Federal, Receita Federal, Banco Central – crimes financeiros.

Enfim, esses órgãos eram convidados para que mandassem representantes e sugestões por escrito. Palavra dada por um tempo limitadíssimo e sugestões encaminhadas por escrito à Mesa.

Em seguida, convidamos algumas entidades da sociedade civil organizada. Quando se tratava de determinado tipo penal, a gente convidava... Enfim, as inscrições eram de várias associações da sociedade organizada.

E, finalmente, o público em geral. Qualquer pessoa poderia se inscrever no *site* do Senado, desde que se identificasse: nome, endereço, CPF; e poderia se manifestar.

Tivemos que, em todas as audiências públicas, limitar as inscrições ao número de 120, 150, porque senão seria impossível ouvir todos.

Todos tiveram, dentro da possibilidade, a chance de se manifestar vivamente, perante a Comissão.

E a última pergunta: Por que nós não mexemos na maioria penal?

Talvez me socorra, mas me parece que nós tivemos um consenso. O art. 228 da Constituição Federal refere que os menores de 18 anos são inimputáveis para fins penais. Apesar de o Código também fazer referência à idade penal, nós entendemos que essa matéria era de cunho constitucional e não relativo à lei ordinária, como é o Código Penal. Por isso, não tínhamos, inclusive, nem competência para promover ou para indicar uma mudança da Constituição.

Basicamente, do que eu me lembro foram essas considerações. Eu não sei se o Luiz Carlos ou o Muiños... O Luiz Flávio Gomes ou o Muiños me complementam em alguma questão.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, permita-me, então. Só para acrescer com os critérios para discussão, vou dar três exemplos. Na questão de drogas, por exemplo, foi aprovada a descriminalização do uso.

Na verdade, hoje, o usuário não vai para a prisão. Já é uma opção legislativa. É despenalizado. Ele não vai para a prisão, mas sofre outras sanções, podendo sofrer até uma interdição. Mas não há prisão para o usuário.

A Comissão entendeu – claro, num debate, não foi unânime – de descriminalizar, seguindo aquilo que a legislação, inclusive alienígena, os vários códigos... Eu quero dizer aqui que foram usados, como modelo de estudo, de debate, todos os códigos da América do Sul, com exceção da Guiana e do Suriname, que têm uma tradição *the commonwealth* que não se aplicaria ao Brasil; da América Central; e inclusive os institutos penais dos Estados Unidos, do Canadá e da Europa, basicamente. O código espanhol e o português, que muito influenciaram as discussões, até pela origem ibérica. O código italiano, o francês e o alemão. Esses foram os textos básicos.

Claro que procuramos nos ater nas discussões como um modelo, mas no momento em que se optou por descriminalizar, veio a discussão. Descriminalizar tão somente não. Então, houve uma opção alternativa de não permitir que o usuário o faça na presença de crianças, em local público, em restaurantes, enfim. Então se procurava dar alternativas.

Na questão da prescrição foi como disse o Ministro Dipp. Eu quero chamar atenção para que os prazos prescricionais, ou seja, aqueles que impedem o próprio processo, ou se houver uma eventual condenação penal não se aplicar a pena, o fenômeno instintivo... Nós trabalhamos com prazos hoje – o nosso Código – de 1890. Desde 1890, com o Código Penal da República, o primeiro código republicano, os prazos são idênticos, começando em dois anos – agora três – e chegando, no máximo, em 20 anos.

Pois bem, a subcomissão da parte geral trouxe propostas inovadoras mais rigorosas, não há dúvida, inclusive para alguns crimes contra a administração pública. Porém, havia uma corrente contrária a voltar num tempo em que havia até a prescrição retroativa, que terminou em nosso ordenamento. E, quando havia o impasse, para não prejudicar, manteve-se a regra atual, que, para os dois lados, não é satisfatória, mas que era uma forma de convergir.

E, exemplificando, a questão do homicídio. A pena para o homicídio hoje também é idêntica à do Código Penal da época do início da nossa República, 1890: o mínimo de seis anos, o máximo de 20 anos. Isso, o chamado homicídio, que deixou a expressão “simples”. Não existe homicídio simples, então afastamos essa aditivção “homicídio”. Homicídio é muito gravoso para ter a nomenclatura “simples”. E, qualificado, 12 a 30 anos.

Pois bem, trouxemos, para discussão da Comissão, vários Códigos que colocam a partir de oito anos. É o caso argentino; é o caso português, 10 anos; é o caso espanhol; e alguns, em que a pena mínima para o homicídio chamado simples, não qualificado, chega a 15, a 17 anos. Mas a Comissão teve de discutir, dada a divergência por maioria e havendo a democracia – estamos na Casa do Senado.

Então, foram, mais ou menos, esses os critérios que nortearam. Tentava-se a convergência, quando ela era impossível, exceções às regras ou, então, manter a regra atual.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Professor.

Eu me dou por satisfeito, até porque a resposta dos senhores... Queria apenas saber por que esse assunto não tinha sido debatido. E V. Exa., Presidente Dipp, coloca exatamente: é uma questão constitucional, e cabe a nós, Senadores, fazer a modificação constitucional. Então, não poderia haver a antecipação de algo que precisa de modificação da Constituição.

Passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Taques, para os seus questionamentos.

Tem a palavra V. Exa., Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, ilustres convidados, vou ser bem objetivo, sem expor as minhas proposições, porque a posição do Relator, ao menos ao meu juízo, neste instante deve ser essa.

Eu gostaria de ouvir dos três convidados se, no entender de V. Exas., a maioria aos 18 anos se afigura, apresenta-se como uma cláusula pétrea constitucional, pelo art. 228.

Por óbvio, a Comissão não tinha incumbência de modificar a Constituição da República, mas dada

a importância desse debate, gostaria de ouvir a posição dos senhores a respeito da existência da cláusula pétrea no art. 228 da Constituição e um raciocínio a respeito da importância dessas chamadas cláusulas pétreas para a não existência do que se denomina de retrocesso; e se, na opinião de V. Exas., como a sociedade é cambiante, os mortos podem vincular os vivos.

Essa é a primeira pergunta aos três, se puderem responder.

Ao Professor Luiz Flávio Gomes, gostaria que ele explicasse melhor o instituto da barganha, previsto no art. 105 do Projeto do Código; se esse instituto não ofenderia o sacrossanto princípio da indisponibilidade da ação penal; se não estaríamos quebrando o sistema nacional, o que já iniciou, pela Lei nº 9.099, de 1995, com o abrandamento, com a mitigação do princípio da indisponibilidade; e se V. Exa. já tem números, sendo aprovado pelo Congresso Nacional esse instituto da barganha, da resolução desses conflitos ou do chamado não processo. Isso, ao Prof. Luiz Flávio Gomes.

Ao Professor e Desembargador Pinheiro, o art. 212, § 2º... Vou fazer questão de ler, para que eu possa, de forma objetiva, trazer a indagação.

Art. 212, § 2º – desculpe-me, §§ 3º e 4º, que trata do tráfico de drogas:

“Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta, ao local e às condições [ou seja, às circunstâncias exteriores].

Salvo prova em contrário, presume-se a destinação da droga para uso pessoal, quando a quantidade apreendida for suficiente para o consumo médio individual por cinco dias.”

Como vamos auferir isso, esse ponto? Isso aqui não beneficiaria o chamado traficante usual? Como nós podemos dividir isso, para separar daquele cedente usual e daquele traficante, identificando o que vem a ser consumo médio individual por cinco dias.

Para o Professor Luiz Flávio Gomes e também se os outros ilustres convidados assim entenderem... Penso, como bem disse o Professor Luiz Flávio Gomes, que 95% dos temas tratados por esse Código, apesar da importância de todos os 542 dispositivos – existe aí quase um consenso – não despertariam maiores polêmicas. Agora, alguns temas, por óbvio, despertarão debates nesta Casa.

Nós sabemos que a Constituição da República prega que o Estado seja leigo, laico, não-confessional – isso está no art. 19 –, mas o nosso Estado não é ateu: a Constituição da República fala em Deus em seu preâmbulo. Como foi tratada a questão do aborta-

mento aqui, isso não ofenderia o direito fundamental à vida. Esse debate, nós teremos de fazê-lo nesta Casa.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exa.

Para o Ministro Dipp, como um julgador no Superior Tribunal de Justiça: qual é a importância da tipificação do enriquecimento ilícito, tendo em conta a atual quadra histórica por que passa a República Federativa do Brasil e o atendimento de tratados internacionais no tocante a esse tipo penal?

E encerro com uma última indagação.

A Comissão retira do delito de homicídio o adjetivo, ou predicativo do sujeito, de ser simples – em seu art. 121 –, e o preceito secundário dá início à pena com 6 anos. Lá no roubo qualificado, a pena se inicia com 4 anos, já de acordo com o projeto, com a possibilidade de uma causa de aumento ali. Com o desvalor dessas condutas, nós não estaríamos penalizando em menor proporção o homicídio em relação aos crimes contra o patrimônio?

Nós todos aqui sabemos que não é a quantidade de pena que evita que o cidadão cometa o crime, mas a certeza de que ele será punido. Vejo que a Comissão se fundamenta nessa premissa, mas eu gostaria de ouvir um pouco a Comissão a respeito disso. Eu teria outras indagações, mas, em razão do tempo, deixo-as para outros Senadores e para outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exa., Ministro Dipp.

O SR. GILSON DIPP – De forma muito objetiva: para mim, pessoalmente, a matéria não chegou a ser discutida na Comissão. A maioria penal aos 18 anos – art. 228 da Constituição – para mim não configura cláusula pétrea, poderá ser modificada por emenda constitucional. Cláusulas pétreas... A nossa Constituição é exhaustiva, ela define assuntos que não deveria definir, foi uma opção do Constituinte de 1988. Cláusulas pétreas são aquelas que dizem respeito ao Estado brasileiro, à república, à federação etc., etc. Aqui a questão é de política criminal pura e simplesmente.

Segundo aspecto: por que colocamos o enriquecimento ilícito no Código Penal?

Primeiro: o Brasil é signatário da Convenção da ONU contra a Corrupção, convenção essa que foi internalizada em nosso sistema. Eu volto a chamar atenção para isso porque no Judiciário, no Supremo Tribunal Federal, no caso do juiz de primeiro grau, nós não temos a cultura de cumprir tratados e convenções internacionais, muito menos de aplicá-los, ainda que subsidiariamente, quando é necessário.

Hoje nós utilizamos, por exemplo, a organização criminosa como uma forma de agravante para justificar a manutenção ou a decretação de uma prisão preventiva – fazer parte de uma organização criminosa. Então,

temos de saber: o tratado foi celebrado pelo Brasil? Foi. Foi homologado pelas duas Casas do Parlamento brasileiro? Foi, através de decretos legislativos. Foi ao Presidente da República e foi editado o decreto presidencial que o ratificava? Foi. Então, é legislação ordinária. Trouxemos, então – e aqui neste tratado há a descrição de enriquecimento ilícito como tipo... E se preconiza que os países signatários estabeleçam como tipo penal no enriquecimento ilícito. Alguns países, também signatários dessa convenção, não o fizeram por opção legislativa. Na América Latina, quase todos.

O que nós fizemos? Tipificamos o enriquecimento ilícito. Veja bem que este Código tem uma diferença, ela privilegia o patrimônio público ao invés de privilegiar o patrimônio privado lá de 1940. O patrimônio público, sim, deve ser protegido como bem de alta lesividade social, não se precisa dizer por quê.

O tipo penal, Senador Pedro Taques, é a configuração ter – eu não tenho aqui o artigo e não o posso ler –, possuir, usufruir, mostrar, ter posse, propriedade de bens que sejam absolutamente incompatíveis com os rendimentos do servidor público *lato sensu*. É *lato sensu* porque abrange desde o “Barnabé” mais simples até a Presidente da República. Todos nós temos a obrigação de apresentar anualmente nossa declaração de Imposto de Renda. Todos os anos, por quê? Porque mostra a evolução dos rendimentos e bens até a saída do serviço público. O patrimônio que é incompatível com o rendimento direto ou indireto – alguém pode ter aluguéis, pode ter uma herança –, desde que não possa ser, justificadamente, de forma fundamentada, mostrar que sua existência, que esses bens são compatíveis com o rendimento, configura-se crime.

A pena não é... Eu não me lembro agora do tamanho da pena, mas, geralmente, esses crimes são praticados com outros crimes mais graves, e aí se aplica a pena mais grave. Nós juntamos corrupção ativa com corrupção passiva. É muito fácil punir o corruptor passivo e dificilmente se consegue punir o corruptor ativo. Discussão que havia: “Ah, mas isso constitui uma inversão do ônus da prova.” Para a Comissão – e o Prof. Luiz Cláudio Gomes escreveu um artigo na *Folha de S. Paulo* –, não se configura nenhuma inversão do ônus da prova. Por quê? A partir da declaração de bens que somos obrigados a entregar, caberá ao Estado provar todos esses fatos. Primeiro, cabe ao Ministério Público, o Estado acusador, provar, primeiro, a existência dos bens: o ônus da prova é de quem acusa. Segundo, tem de provar que esse bem é incompatível com o rendimento auferido; e, terceiro, tem de provar que a justificativa dada pelo servidor é desfundamentada. Então, para mim, não há nenhuma inversão do ônus da prova que possa prejudicar o tipo penal que me

parece – e aí também, vejam-se bem, e as resistências já o demonstram – que talvez seja o maior passo, pelo menos em termos legislativos, de se enfrentar a epidemia dos crimes contra a administração pública.

Basicamente é isso, Luiz Carlos. O Flávio e o Muiños podem complementar, se o quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Luiz Flávio e Dr. Muiños têm a palavra.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Então, aqui, brevemente, para que possa muito mais gente participar deste nosso debate, vou opinando.

Eu apresento uma posição alternativa do Ministro Dipp no que toca a ser ou não cláusula pétrea a menoridade. Na minha opinião é, sim, cláusula pétrea, porque as cláusulas pétreas não estão apenas no art. 5º, estão espalhadas pela Constituição. E isso já é da jurisprudência do Supremo no que diz respeito ao âmbito do Direito Tributário.

Se existem cláusulas pétreas no Tributário fora do 5º, também o 228 seria cláusula pétrea.

Mas meu convite aos eminentes Senadores não é aqui, porque essa é uma polêmica técnica: vão para os números. Vão para os números. A única pesquisa de que tenho conhecimento no Brasil sobre a participação de menores em crimes violentos no País é do Datafolha. E o Datafolha fez isso, já há alguns anos. Eu nunca mais vi nenhuma pesquisa. Naquela época, apenas 1% dos crimes violentos do País tinha participação de menores.

Então, isso tem de ser levado em conta na hora de pensar se se criminaliza ou não, ou seja, se se diminui a idade da imputabilidade penal. E, aqui, três tentações, que vão estar diuturnamente na cabeça dos Srs. Senadores – três tentações –: a tentação do populismo penal, que é uma tentação terrível, porque o povo pede tudo. O povo pede pena de morte, prisão perpétua, mas há limites que o ordenamento jurídico não permite. Segundo, tentação do fundamentalismo penal, posições fundamentadas aí metafisicamente, mas sem uma base concreta. E a terceira tentação – muito cuidado, Srs. Senadores – é a do método intuitivo, que foi no nazismo. É pura intuição. “Minha intuição é essa.” Calma. Trabalhe com números, busque pesquisas, não fique com a intuição, porque, às vezes, sua intuição é uma coisa que foge da realidade.

Barganha.

Sobre a barganha, fizemos a proposta. Eu, inclusive, andei redigindo grande parte do tema. Digo o seguinte: o que é a barganha? É o sistema norte-americano do *plea bargaining*, porém, à brasileira.

Nós não estamos introduzindo o *plea bargaining* no Brasil, porque lá se pode negociar tudo – todos os crimes, tudo e todas as penas. No Brasil, há limites.

Primeiro, denúncia recebida. Se eu não tenho denúncia recebida, não tenho delimitado o crime que vou barganhar.

Denúncia recebida, antes de o juiz marcar a instrução do processo, então, acusação e defesa podem sentar, discutir a pena. E, se o réu aceita “x” de pena, então está feita a barganha. A barganha feita vai para o juiz, que a homologa.

O réu tem alguns benefícios para fazer isso: diminuição de pena de até um terço e jamais o regime fechado.

Portanto, em algumas ocasiões, pode ser interessante para o réu barganhar, mas o MP não é obrigado a barganhar, nem a defesa é obrigada a barganhar. Portanto, a barganha pressupõe o princípio da autonomia, da vontade de ambas as partes.

A perspectiva futura, em termos de números, eminente Senador. Vejo, com boas perspectivas, o instituto da barganha. Na medida em que as partes descobrirem que já podem rapidamente ter algum benefício para encerrar o processo, vejo isso como uma perspectiva futura muito extraordinária, até porque vivemos uma Justiça criminal absolutamente emperrada, atolada e morosa. Tudo que nós descobrirmos de institutos que possam desburocratizar o andamento do processo, sim, na minha opinião, é válida a tentativa.

A mesma coisa fizemos com a delação premiada. A delação premiada, que já foi aprovada aqui, nesta Casa, por cerca de oito ou nove vezes, pelos eminentes Congressistas brasileiros, nunca teve uma disciplina jurídica. Nunca. Pela primeira vez, estamos sugerindo a disciplina jurídica.

Por exemplo, hoje, se alguém quer delatar um crime, vai fazê-lo a quem: ao delegado, ao MP ou ao juiz? De outro lado, se se delata ao MP, o juiz participa ou não? Se o juiz participou, está contaminado para o processo ou não? Como se faz essa delação premiada?

Então, nunca houve uma disciplina. Já se disciplinou por nove vezes, prevendo-se a delação, dando-se prêmio para os criminosos que delatam e que ajudam a Justiça, no entanto, não há um procedimento. E aí a confusão generalizada, inclusive em segurança dos juizes, de participar ou não do MP, de fazer o acordo e depois o juiz não concordar. Aí o MP não sabe onde enfiar a cara.

Então, é preciso disciplinar isso com mais detalhes e com mais carinho.

Por último, no que toca a mim, aborto, eutanásia e ortotanásia. Há menos discussão, pelo que nós sentimos durante os debates, na eutanásia e na ortotanásia, mas há grande polêmica no aborto, porque envolve vida.

Todas as vezes que envolve vida, não estamos falando de um bem jurídico individual, portanto, um bem jurídico idealizado pelo Iluminismo do século 18, de tutela frente o Estado. Não é mais isso. Vida envolve religião, filosofia, sociologia; vida e pessoas envolvem o mundo. Portanto, é polêmico.

Só queria dar uma sinalização, que é por onde eu sempre saí nas minhas aulas, nos meus escritos, nos meus livros. Sempre saí por um caminho. Qual é o caminho, a luz que nos ilumina neste tema tão polêmico e tão difícil, que é discutir a vida? O caminho, para mim, é o art. 4º da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Os Srs. Senadores têm que ter em mente este art. 4º, que diz assim: “Está garantido o direito à vida [todos nós temos direito à vida] e ninguém pode dela ser privado arbitrariamente.”

Qualquer tipo de privação arbitrária da vida tem que ser incriminado. No entanto, há situações que não são privações arbitrárias e se justificam. Dou exemplo do aborto anencefálico, que o Supremo acaba de reconhecer como não delituoso. Por quê? Se há uma anencefalia comprovada medicamente e se a vida ali não tem perspectiva futura, por que não admitir, nessas situações excepcionais, onde a morte não é arbitrária? Não estamos matando ninguém arbitrariamente como se fosse um nazista matando pessoas.

Aí sim esse advérbio, para mim, é um bom farol que poderá iluminar o debate que, tenho certeza, será muito profícuo aqui no interior desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Professor...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Sr. Presidente, na pergunta que foi dirigida aos três membros da Comissão, que hoje estão participando desta audiência pública com os senhores, está a questão da menoridade.

Devo dizer, desde logo, que a questão de ser cláusula pétrea ou não... Claro, dentro de uma análise constitucional, até entendo que ela tem uma feição de cláusula pétrea, sim – é polêmico; a doutrina não firmou posicionamento –, porém, mesmo as cláusulas pétreas, e me permito ousar dizer, são mutáveis, pois nada é imutável. E ainda que seja cláusula pétrea, uma geração não pode comprometer as gerações vindouras. O tempo é mutável. As coisas são mutáveis. Mas precisamos ter regras para que as mudanças não sejam em descompasso com as grandes conquistas e que possam se perder em um determinado momento.

Então, independente de ser ou não cláusula pétrea, quero dizer, na minha opinião, que hoje, pela minha análise – e fui 25 anos membro do Ministério Público, há cinco como magistrado, desembargador

–, e reconheço, pelos casos concretos que examino, que o menor de 18 anos hoje, pelo menos acima de 16, que até já vota, ele é permeado por informações que lhe dão condições de entender o caráter ilícito. Ele sabe muito bem o que é matar uma pessoa, o que é roubar uma pessoa.

É claro que precisa, se condenado, ter um tratamento diferenciado, mas particularmente sou favorável. Apenas a Comissão não pôde discutir o assunto por entendermos que é uma matéria constitucional e caberia emenda. Mas suscito aos Senadores também como uma terceira alternativa. Caso o Senado, depois a Câmara, aprove a redução da menoridade, que é até uma reivindicação importante pelo seu matiz, pelo seu viés, pela natureza político-social dela, talvez merecesse, como houve no Estatuto do Desarmamento, um referendo popular, Sr. Presidente.

Caso aprovada a redução da menoridade penal, eu recomendaria, acho, e já falei isso em seminários, em ambiente acadêmico, que seria um dos assuntos que mereceria um apoio popular para que o Congresso saiba se essa é a concordância.

Quero dizer também que, a estatística que a Comissão trabalhou foi de dezembro de 2011, atualizando o sistema penitenciário. Temos 511 mil presos, um terço de provisórios. Estaticamente – vou falar isto por causa do roubo e do homicídio, pois o Senador Pedro Taques nos indagou sobre a disparidade ou a desproporção das sanções –, do total de 511 mil presos, 134 mil estão entre 18 e 24 anos. Quero afirmar aos senhores que, nos anos 80, a idade média do preso, ou seja, daquele que praticava o crime no Brasil era acima de 30 anos, chegava a 34 anos. Hoje, está abaixo. A idade média do criminoso no Brasil, até o início dos anos 80, estava acima de 30 anos, chegava a 34 anos. O homem que praticava crime. Não estamos aqui dizendo o que levava ao crime. Nos anos 70, início dos anos 80. Hoje, está abaixo de 27 anos. Ou seja, um terço dos presos, hoje, no Brasil, dos 514 mil presos, 134 mil estão entre 18 e 24 anos. E a idade média desses 511 mil presos está em torno de 26, 27 anos. Isso significa que temos uma população jovem praticando crime. E isso tem de ser analisado pelos senhores e, evidentemente, pela sociedade. Lamentavelmente, mas esse é o quadro.

Foi indagada pelo Senador Pedro Taques a questão das drogas e a opção que se deu de caracterizar o que seria o uso, quer dizer, como orientador, não definidor, material de consumo para 5 dias. Foi a opção, ou seja, o que, em tese, caracterizaria a diferença entre o uso próprio e o tráfico, quer dizer, qual a quantidade que o juiz terá que levar em conta. E a Comissão optou pela quantidade necessária fixada por ordens médicas, enfim, para até 5 dias de consumo. Quero

dizer que, é claro, a Comissão tem origem, falei aqui, em magistrados, promotores, advogados, cada um tem a sua experiência, e optou por descriminalizar. Isso não quer dizer que todos tenhamos concordado, eu particularmente, posso afirmar, mas devo defender a posição da Comissão. A Comissão entendeu descriminalizar. E a proposta original era para 10 dias, o que daria orientação à definição daquele quantitativo para consumo próprio e não comércio ilícito seria a quantidade para 10 dias, porque há modelo estrangeiro nesse sentido. Felizmente, a Comissão discutiu e não aceitou essa proposta, mas, no acordo, optou por 5 dias. Particularmente, manifestei-me – isto está em ata – pela minha experiência, sei que o tráfico, sou magistrado estadual, fui promotor estadual, 30% do meu movimento, sou de área criminal, sempre fui, é o tráfico de entorpecente. E ele atua no varejo. Na verdade, o traficante, que muitos dizem é quantidade para uso, ele não trabalha com tablete, ele está na rua vendendo pequenas quantidades e não fica com ela. Há uma troca permanente. Sou do Rio de Janeiro, e o que se encontra isso é, na verdade, a venda no varejo, com pequena quantidade, até porque se preso, se detido, evidentemente, não estará com uma quantidade expressiva até para efeito de punição. Então, quero dizer que foi uma opção da Comissão, que tenho de respeitar, mas a definição de 5 dias ou de um prazo poderá até gerar algumas dúvidas. Mas foi opção da Comissão. Eu coloquei a minha opinião pessoal, em homenagem ao Senado.

E a desproporção entre a pena do roubo e do homicídio. Aqui é outra coisa que acho que a Comissão precisa alertar, Senador Pedro Taques, os Srs. Senadores. Embora tenha sido discutido, mas entendeu a Comissão de repassar, ao Senado e à Câmara, a discussão do tema. É a consequência de uma opção. A Comissão, não importa, foi por maioria, optou por reduzir a pena mínima do furto e a pena mínima do roubo. Hoje, a pena mínima do roubo, que é a subtração com violência ou grave ameaça, é de 4 anos. E para o furto, que é a subtração sem violência ou grave ameaça, é de 1 ano, 1 a 4 anos, e o roubo, de 4 a 10 anos. Por que a Comissão – e eu devo explicar isso – optou por reduzir a pena mínima do roubo para 3 anos, de 4 para 3, e a do furto de 1 para 6 meses, de 1 a 4 para 6 meses a 3 anos?

Primeiro: enfrentou, como disse o Ministro Dipp, a questão dos furtadores que estão presos, muitas vezes por fatos de somenos importância, à qual era necessário dar um tratamento, e do roubo. Não era para minimizar, porque dos hoje 511 mil presos no Brasil, 260 mil são autores de furto ou de roubo.

Mas também quero lhes dizer que o furtador que está preso não está preso por aquele furto só. Se está preso, é porque já praticou outros fatos, é porque há antecedentes, talvez seja a quinta ou sexta vez, ou porque estava em livramento condicional e praticava outros crimes. Posso dizer pela experiência do Rio de Janeiro: o autor de furto que está preso não está preso por aquele ato que ele praticou, está preso por um histórico, infelizmente.

E hoje temos que 260 mil presos, dos 511 mil, são autores de roubos e furtos. Como é que a Comissão poderia propor uma redução para essa pena? Justifico, independentemente de concordar ou não: é que a Comissão quis aumentar a pena do furto e a do roubo onde há maior gravidade, aumentar para o roubo com emprego de arma de fogo, com explosivos – São Paulo foi cenário, lamentavelmente, de roubos e furtos com explosivos em caixas eletrônicos. Assim, a Comissão optou por aumentar a pena, e a aumentou com maior rigor para roubos e furtos qualificados, mas reduziu-a ao mínimo legal no caso daquele roubo em que não é empregada uma arma, não é empregada violência ao ponto de causar danos à vítima. A mesma coisa aconteceu no furto.

Mas devemos ser sinceros com os senhores: a nossa parte era examinar o fato e fazer a opção de sanções, boas ou más, mais rigorosas ou mais abrandadas, para os senhores decidirem. Porém, se para a pena do furto for aprovada a opção de redução hoje e para a pena do roubo... Quero dizer aos senhores – não posso sonegar esse fato – que alertei para isso em ata, mas aí a consequência... Existe um fenômeno chamado revisão criminal, e toda lei mais favorável retroage. Isso significa dizer que, se forem aprovadas as propostas da Comissão – quero dizer que não posso ser contra, eu fui membro da Comissão –, 260 mil presos terão direito a uma revisão, e isso é uma consequência social, ou seja, é uma mudança que hoje atingiria diretamente 260 mil pessoas presas. Essa consequência, os senhores precisam avaliar; examinando o projeto não vão reparar, talvez, nessa consequência. Então, é uma decisão política muito séria. A Comissão trouxe a proposta. Cabe aos senhores avaliá-la.

Finalmente: se nós temos 260 mil autores de roubos ou de furtos presos, parece incoerente – e aí concordo com o Senador Pedro Taques porque foi minha opinião pessoal – reduzirmos as penas dos roubos, porque estamos mantendo a pena para o homicídio, e eu até citei aqui os diversos países nos quais a pena varia de 8 a 30 anos. Como um antigo promotor do júri, eu só posso dizer aos senhores o seguinte: a vida humana merece ter um tratamento mais respei-

toso e mais exigente no desvalor, mas foi uma opção da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Desembargador.

Eu ia passar a palavra, pela ordem de inscrição, para o Senador Ricardo Ferraço, mas o Ministro Dipp pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. GILSON DIPP – É só para fazer uma pontuação.

Eu confesso que não estava naquela sessão deliberativa relativa à descriminalização do uso de drogas, e não comentei isso com a Comissão também. Mas o parágrafo 3º do art. 212, que possibilita a descriminalização, abre uma ampla gama de atuação para o juiz no exame do caso concreto. Aliás, esta foi uma tônica do Código: nós sempre colocamos um hiato razoável entre a pena mínima e a pena máxima exatamente para que o juiz possa avaliar as circunstâncias do fato, agravantes, atenuantes, etc. Porque o Brasil é o país das penas mínimas, porque se sabe que há uma série de agravantes, de qualificadoras, etc, que vão certamente elevar. Então o juiz parte, e seguidamente, na pena base e na pena mínima. Isso é uma constatação dos tribunais.

Quanto à criminalização, diz aqui:

Não há crime se o agente (...)

§3º. Para determinar [e não sei se isso foi debatido] se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, bem como às circunstâncias sociais e pessoais do agente.

Isso responde, de certa forma, no caso concreto, se aquele era o usuário, se ele portava pequena quantidade para traficar. Mas o que me chama mais a atenção, e posso estar errado, mas pela dicção do artigo me dá certa liberdade: o juiz para determinar se destinava-se a consumo pessoal atenderá à natureza da droga. E aí sim me parece que o juiz abre um leque para o Judiciário examinar. Por que a natureza da droga? Porque os efeitos são diferentes. A maconha não tem o mesmo efeito do *crack* ou da heroína. E isso, me parece, num exame posterior ao que a comissão fez, que desse exame da natureza, que não tem nada que ver com a quantidade, poderá o juiz em determinados casos dizer: olha, este é usuário de uma droga altamente deletéria, e vou atender a essas circunstâncias para não considerá-lo como usuário. É uma reflexão que estou fazendo *a posteriori* do trabalho da comis-

são, porque não participei desta reunião deliberativa, mas da reflexão de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, passo a palavra, de acordo com o art. 273 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Senador Ricardo Ferraço por até 10 minutos.

Tem a palavra V. Exa., Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, caro Senador Pedro Taques, Senador Jorge Viana, nosso Vice-Presidente, Senadores que compartilham comigo desta importante tarefa que nos foi concedida pelos nossos partidos. A minha primeira observação é de que, independente das opiniões, não importa se convergentes ou divergentes, nós Senadores precisamos homenagear os operadores e os profissionais do Direito que se dedicaram ao longo desses sete meses na edificação de um novo Código Penal para o nosso País, entendendo a necessidade de adequarmos à nossa conjuntura e às novas realidades que estão postas nas relações sociais e nas relações entre o Estado e os cidadãos.

Evidentemente que a minha primeira observação, e não sei a quem perguntar, mas me parece que ao Ministro Gilson Dipp, talvez ao Desembargador José Muiños, diz respeito à necessária necessidade, vamos dizer assim, de não frustrarmos a sociedade.

Os senhores fizeram um debate muito forte, nem sempre convergente, que trouxe o professor Luiz Flávio Gomes a essa reflexão, ou seja, como transformar esse novo Código num instrumento eficaz. Porque nós convivemos com uma indústria de recursos na Justiça brasileira em que a percepção da impunidade muitas vezes é muito mais que a percepção, é a própria certeza da impunidade, em razão dos vários caminhos que se identificam através das portas e janelas que estão estabelecidos no sistema judiciário brasileiro.

Eu gostaria de ouvi-los a esse respeito, porque vamos passar aqui alguns meses seguramente nos conflitando em relação a temas que são polêmicos. E os produtos desses temas precisarão, antes da conclusão desta Comissão, passar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e no Plenário do Senado, depois nas Comissões da Câmara e, finalmente, no Plenário da Câmara. E se houver modificação na Câmara, ele terá que voltar ao Senado. Portanto, estamos diante de um ambiente de muitas ambiguidades, em que nós não temos o dever de frustrar a sociedade brasileira. Eu queria perguntar-lhes como não frustrá-la, na avaliação dos senhores que estiveram dedicados a esse tema durante esses meses todos.

A outra observação que faço ao Professor Luiz Flávio é com relação aos crimes de trânsito. Para mim, ficou o convencimento de que nós estamos, a partir desse Anteprojeto, estabelecendo a tolerância zero. É isso mesmo? Eu queria que V. Exa. pudesse comentar o art. 202, que faz menção ao art. 306 do Código Brasileiro de Trânsito.

Me chamam atenção também algumas questões de proporcionalidades. Me chama atenção, aqui no art. 393, do título De Crimes Contra a Vida, no caso de omissão de socorro. O texto é objetivo: “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública: Pena – prisão, de um a seis meses, ou multa.” Aí nós vamos ao art. 393, Dos Crimes Contra a Fauna: “Art. 393. Abandonar, em qualquer espaço público ou privado, animal doméstico, domesticado, silvestre ou em rota migratória, do qual se detém a propriedade, posse ou guarda, ou que está sob cuidado, vigilância ou autoridade: prisão, de um a quatro anos.”

Não me pareceu que aqui nós fizemos, ou a Comissão fez, uma análise relacionada à proporcionalidade de um crime contra a vida, que é o maior bem que nós precisamos ter e preservar, comparado e cotejado aqui com o art. 393.

Eu gostaria de ouvir a observação dos senhores com relação a esse tema, porque me parece essencial que façamos, não apenas nesses artigos, mas ao longo de todo o estudo, uma avaliação muito detida para identificarmos a razoabilidade da pena que estamos estabelecendo quando comparada *vis-à-vis* aqui.

Eu também pergunto aos senhores que tipo de expectativa teve a Comissão quando nós, em tese, descriminalizamos o uso e o consumo da maconha, ou seja, onde os senhores fundamentaram as suas opiniões nesse debate. Porque, embora se fale em descriminalização da maconha, o texto não parece se restringir a ela, salvo melhor juízo. A cocaína também tem origem em planta, assim como a heroína. As condutas ligadas a essas drogas também estão descriminalizadas? Ou devemos entender que o tipo do art. 213 do anteprojeto que fala e versa sobre fabricação de maquinário para refino de drogas tem um efeito sistemático de restringir o § 2º do art. 212 à maconha.

Há uma ambiguidade aqui, uma dúvida, uma incerteza muito grande em relação a esse tema. A comissão levou em conta estudos acerca do potencial aumento do número de usuários que pode advir da descriminalização?

Há informações de que países como Holanda começam a rever a sua postura diante da explosão do consumo pessoal dessas drogas. Há também estudos que consideram a maconha como uma importante droga como porta de entrada para consumo de outras drogas.

Ou seja, quais elementos, quais estudos, quais fundamentações os senhores consideraram como premissa quando propõem, através desse Anteprojeto, que esta comissão esteja debruçada sobre esses temas?

Por ora, Sr. Presidente, são essas as observações que faço, antes homenageando a todos os que cooperaram com o Senado da República nesses sete meses, de maneira voluntária, emprestando a sua experiência, todo o seu conteúdo intelectual, toda a sua convicção.

E essa é a minha expectativa: eu acho – acho não, tenho convicção – que o Senado está diante da oportunidade de fazer o enfrentamento, que não tem feito historicamente. Historicamente, tem empurrado esses temas para que o Supremo Tribunal Federal possa judicializá-los. E o Supremo tem feito, na ausência e na omissão de uma posição, de um enfrentamento que nós precisamos ter aqui, até por força de delegação que a população brasileira nos deu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Só para comunicar aos senhores que o Senador Pedro Taques me comunica agora que nós somos o quinto colocado, neste momento, no Twitter brasileiro, o tema que está sendo discutido nesta manhã.

Passo a palavra, para responder ao Senador Ricardo Ferraço, ao Ministro Gilson Dipp.

O SR. GILSON DIPP – Senador, é para responder ao primeiro questionamento. Os outros vou deixar.

V. Exa. colocou de forma muito clara aquilo que nós já havíamos pensado. O momento é histórico para o Parlamento, em especial para o Senado, de enfrentar temas polêmicos. E o ativismo judicial, principalmente do Supremo Tribunal Federal, decorre exatamente de – não vou dizer que seja omissão – descompromisso de enfrentar temas polêmicos. E esse é um deles.

O Código Penal, certamente, por si só, não vai resolver a sensação de insegurança e de impunidade que grassa na sociedade. O que nós queremos é um código bem feito, inteligível inclusive para o cidadão, que consolide todos os tipos penais e que seja uma plataforma de lançamento para uma política penal e de segurança pública em termos nacionais.

Mas é evidente que uma boa lei por si só não vai resolver os problemas da criminalidade, da sensação de insegurança e da impunidade. É preciso que os três

Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário cumpram a sua função.

Primeiro, há sim uma gama excessiva de recursos, sem aqui tocar no problema da ampla defesa, do contraditório. Não é isso. Mas os recursos são infindáveis, principalmente para réus ricos.

Segundo, não há política pública quanto à segurança do Executivo. Polícias mal remuneradas, polícias viciadas, polícias sem perícias técnicas adequadas. De cada cem homicídios, no Brasil, apenas oito se transformam em ação penal. A grande maioria não é sequer investigada e muito menos transformada em inquérito, e muito menos em ação penal, e muito menos chega-se ao julgamento.

É preciso também que o Judiciário tenha a consciência de que ainda caminha – isso eu senti claramente no Conselho Nacional de Justiça – que a celeridade é uma demanda da sociedade. Celeridade que não importa apenas em modificação das leis, mas de gestão do Judiciário, administração do Judiciário, saber quais são os crimes que merecem atenção, fazer uma seletividade, que é necessária para que a sociedade tenha uma resposta clara.

A questão é complexa, mas é uma questão que precisa ser debatida, que não é apenas um bom Código Penal, é toda uma política pública de segurança nacional, de segurança judiciária, de atuação do Ministério Público também, que tem boa parcela de culpa nos casos em que deixa de denunciar ou quando denuncia mal, o que gera uma péssima ação penal, uma mais ainda deficitária prestação jurisdicional.

Apenas para situar que o Código não é o bálsamo para todos os males, muito pelo contrário, mas é a mola propulsora, é a plataforma de onde se lança o foguete para o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Professor...

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Senador Ricardo Ferraço, a ordem lógica é assim: O Código Penal faz parte de um sistema penal; o sistema penal faz parte de um sistema de segurança pública; a segurança pública faz parte de um sistema de controle social; o sistema de controle social está ligado ao modelo econômico; e o modelo econômico afeta a justiça social. Esta é a linha. Pega essa linha, o novelo, e vai amarrando o novelo. O Código é só um ponto, uma coisa mínima, mas é importante que seja, em suma, modificado.

Tolerância zero. O que está acontecendo na nossa proposta, eminente Senador, que é também a mesma proposta de sua relatoria nesta Casa, neste instante, é o Projeto que foi aprovado na Câmara e veio para cá, o que pede a nossa proposta é que se mude de paradigma. Nós estamos propondo mudança de paradigma.

Qual é o paradigma vigente hoje no Brasil, no que toca aos delitos de trânsito e dirigir embriagado? É o paradigma quantitativo, 6 decigramas para cada litro de álcool. É um paradigma quantitativo do qual não se livrou a Câmara dos Deputados totalmente, nem com o projeto aprovado em março, eles continuam vinculados ao quantitativo. Nossa proposta, que também faz parte da proposta da sua relatoria nesta Casa, é o paradigma qualitativo, é a qualidade da condução, se é uma condução segura ou não. Se você está bêbado, totalmente bêbado, sua condução jamais será segura. Logo, não dependo de quantitativos, sobretudo depois da decisão do STJ, que passou a dizer que precisa comprovar os 6 decigramas, precisa provar o que está na lei, mas não precisamos soprar o bafômetro.

Conclusão, a impunidade grassou e é generalizada no nosso país, porque o paradigma que nós adotamos, em minha opinião, é equivocado, é o paradigma quantitativo, nós não precisamos falar de quantidade de álcool por litro de sangue. Logo, cai por terra a discussão tolerância zero. É, evidentemente, tolerância zero mesmo, porque é a forma como você conduz. Se você conduz totalmente embriagado, a sua forma de condução é equivocada, a forma de condução é perigosa só pelo fato de estar totalmente bêbado. Em suma, é a mudança de paradigma completamente que reputo como o mais correto, e acabar com essa impunidade hoje gerada por uma decisão do STJ, não que a culpa seja do STJ, mas é que a lei saiu com um critério equivocado, em minha opinião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Vamos lá, dolo eventual e culpa gravíssima. Hoje, o debate, eminente Senador Aloysio Nunes, está em pauta porque a cada semana nós temos o modismo de uma denúncia por crime de trânsito como dolo eventual. Dolo eventual significa você dirigir um veículo e assumir que efetivamente possa matar alguém e dizer: “Se morrer, morreu! Se morrer, morreu! Para mim é indiferente ele morrer ou não.” Isto é dolo eventual. É difícilimo provar isto; difícilimo provar isto! Em casos excepcionálissimos nós temos essa prova. Então, qual é a nossa proposta? É a seguinte: não provando a possibilidade do dolo eventual, então, cai na culpa gravíssima, que significa o quê? Matar embriagado, matar em racha, matar desrespeitando regras mínimas de respeito às pessoas. Isto é culpa gravíssima, de quatro a oito anos. Aí nós fugimos daquele leito de Procusto, aquele engessamento que ou hoje são dois anos de pena, ou é homicídio de seis a 20. Hoje é assim: ou é o dolo, de seis a 20, ou é de dois anos a pena. Mas veja o descompasso entre dois e seis! Neste meio tem de ter uma figura de culpa gra-

víssima. Aí então solucionaria isto. Na dúvida, favorece o réu, vai para a culpa gravíssima. Provou que é dolo eventual; júri, etc., seis a vinte. Acabou. Então, abre-se a perspectiva, não fecham as portas.

E, por fim, a questão das drogas.

Nós seguimos os parâmetros europeus. Decididamente, decididamente, nós optamos, no que toca às drogas, por descriminalizá-las, toda a legislação europeia hoje. Toda a legislação europeia: Portugal, Espanha, toda a legislação européia descriminaliza, diferentemente dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos é cadeia, cadeia para o usuário. Na Europa, de modo algum, não é nem problema de polícia. Então, o nosso paradigma, o nosso parâmetro e nossos números são os números da Europa, com uma observação só, eminente Senador. Qual? Holanda. Cita-se, agora, Holanda. Voltou atrás. Holanda só não permite mais, desde 1º de janeiro, que estrangeiro vá ao *coffeeshop* e compre; só estrangeiro. Mas o holandês continua absolutamente regular, normal como era antes. Ou seja, houve uma pequena restrição para estrangeiro e não para o patriota holandês. Então, sem síntese, não mudou de política. A Holanda não mudou de política, restringiu quem pode ir ao *coffeeshop* para comprar. Mas esse índice... A polêmica é longa porque por detrás disso tudo também tem uma série de questionamento, sobretudo a política norte-americana, que é cadeia.

Agora, o oposto dos Estados Unidos é o Uruguai, que acaba de mandar o projeto para o congresso uruguaio dizendo: “Legaliza. Vai pegar uma fazenda, planta, vende para quem está cadastrado e fatura economicamente”. É o oposto. Uma política completamente oposta que, em minha opinião, nós, latino-americanos, não estamos preparados para isso ainda, para uma política de legalização, até porque isso tem que ser em conjunto, todo mundo tem de fazer a mesma coisa ao mesmo tempo.

Mas esse índice, como observação importantíssima que fica também aos eminentes Senadores: outro princípio fundamental nos debates que pode iluminar aos debates, eminente Presidente: princípio da alteridade. Escuta-se sempre o outro. Tem que escutar o outro, porque cada dado que é fornecido você pode pegar, existe o outro lado. Tudo existem dois lados, no mínimo dois. Portanto, nós não podemos tomar as nossas decisões com base em uma única versão de um fato.

O SENHOR PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desembargador, V. Exa.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Senador Eunício, inicialmente, eu gostaria de agradecer às gentis palavras do Senador Ricardo Ferraço, reconhecendo o trabalho da Comissão, isto, é claro, nos estimula, e muito.

E, no ponto inicial, que é a expectativa que tem a Comissão diante uma frustração que é real da sociedade, em particular na prestação jurisdicional, diretamente o Judiciário, mas somos todos nós, advogados, juizes, promotores que funcionamos, e essa frustração realmente existe e ela precisa ser, enfim, enfrentada e se procurar canais para a solução.

O Ministro Dipp trouxe à lembrança um fato que é importantíssimo e que frustra a sociedade, que é a demora na resposta da Justiça, em particular a criminal.

Eu, aqui, parablenizo o Congresso Nacional, o Senado em particular, quando aprovou, em 2008, duas leis que deram uma modernização e celeridade ao processo penal, principalmente quando a audiência de instrução e julgamento é feita imediatamente, com testemunhas de acusação, de defesa e depois a oitiva do acusado. Enfim, aquilo que se protraía no mínimo por um ano, hoje, em dois ou três meses o juiz consegue resolver.

Então, esta celeridade começa a ter forma. Mas a sociedade se frustra ainda, porque ela não questiona – e eu posso lhes afirmar isso – o quantitativo de pena, de sanção, às vezes se frustra, mas a sociedade – posso dizer isso por que, atuando muito no júri, com o contato de familiares de vítimas – o que mais frustra é o não cumprimento daquela pena que, em tese, o Congresso Nacional entendeu a mais adequada e o juiz, no caso concreto, aplicou, dentro dos limites da lei. Mas sim, é como uma pena de 18 anos, na prática, transforma-se em três ou seis anos. Não é à toa que, em 1994, Glória Perez, Valéria Velasco, aqui de Brasília e Jocélia Brandão, de Minas Gerais, unidas reuniram num projeto 1,3 milhão de assinaturas e o Congresso Nacional... Aliás, um projeto redigido pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, reunindo esse 1,3 milhão de assinaturas, segundo projeto de iniciativa popular que chegou ao Congresso e foi transformado em lei, colocando o homicídio qualificado como crime hediondo. Por quê? Aqui, posso-lhes dizer, porque fui o promotor do caso da morte da Daniella Perez, em que acusamos Guilherme e sua então mulher. Glória Perez fez a seguinte pergunta: “Qual a pena, se houver condenação, de homicídio duplamente qualificado?” E nós falamos: “Pode chegar a 30 anos, mas o juiz não dará mais que 20 para não dar protesto por novo júri”, já houve essa extirpação pelo Congresso Nacional, felizmente. “Segundo, se condenado, então, a 18 anos, ele vai cumprir quanto?” E nós falamos: “Nós, promotores do caso”, o Mauricio Assayag e eu, “Glória, infelizmente, de 18 anos, se for condenado – primeiro o júri terá que condenar, mas acreditamos –, ele cumprirá três anos no regime fechado, 1/6 da pena ele já pode progredir, e seis anos no livramento condicional”.

Foi o que aconteceu. Foi por isso que ela disse: “Bom, no Brasil pode-se matar uma vez, porque o primário, aquele que mata uma vez, tem os benefícios da lei”. E aí, ela e outras mães se motivaram.

Então, quer-me parecer que o projeto, pelo menos agora, enfrenta o problema, afasta o livramento, opta pela progressão, mas com prazos mais rigorosos. Isso, caso se confirme na prática, transformado em lei, poderá, pelo menos, passar à sociedade um caráter de respeito. Se a pena é de 5 anos, não é para cumprir um; se é de 15 anos, não é para cumprir dez, oito, sete, tem que ter um mínimo que a sociedade aceite como cumprimento de pena.

O Senador Ferraço indaga também da descriminalização, qual foi o nosso vetor.

Eu só quero aderir aqui, o Ministro Dipp foi ótimo, porque ele completou a nossa fala, deixando claro que aquela opção, Senador Taques, de descaracterizar o uso pelos cinco dias é uma presunção. O Ministro Dipp chamou a atenção. O juiz tem a liberdade no caso concreto; agora, não há dúvida de que, não havendo uma prova em contrário, a presunção favorece aquele que é acusado. À descriminalização eu só acrescentaria ao que falou o Ministro Dipp e ao professor Luiz Flávio o seguinte: realmente trabalhamos muito com a interferência e a influência – no bom sentido – do direito estrangeiro, mas concluímos que o trabalho que vem sendo desenvolvido por uma comissão – e ela também trouxe grandes bases ao nosso entendimento – uma comissão internacional formada por três ex-presidentes – inclusive um presente, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso – que estão avançando num estudo geral – não no caso brasileiro, mas no caso mundial – e aí chegou-se à conclusão de que o problema do usuário é de saúde pública e não de criminalização. Temos que ser rigorosos com o traficante, mas, com o usuário, entendeu a Comissão – aliás, como eu já disse – dando um passo a mais que o Congresso já deu, despenalizou, e agora a proposta é descriminalizar.

Mas foram essas vertentes mesmo, nós adotamos exemplos estrangeiros que, por vezes, têm sido distorcidos nos dados: Portugal, já vi algumas colocações contrárias, mas tem apresentado – e lá estivemos estudando – diminuição real. E a mesma coisa na Holanda. Na Holanda, o que aconteceu foi a restrição ao estrangeiro, que, aliás, parece uma boa proposta, mas caberá ao Senado.

Finalmente, concordo, mas quero justificar. O abandono de animais, hoje, é uma contravenção, mas nós fizemos um capítulo bem significativo para a proteção animal. Maus tratos já era crime; tornamos mais rigoroso. Dos cinco tipos contravencionais que trans-

formamos em crime – um deles foi a exploração de jogos de azar, do bicho, enfim, um dele é o abandono de animais, que se tornou crime, quero dizer, pela proposta. E entendeu-se de dar uma punição rigorosa – aliás, é um pleito dos ambientalistas que cuidam da matéria, dos ambientalistas que cuidam da matéria –, mas ficou desproporcional em relação ao homicídio, não há dúvida.

Isso foi colocado, mas eu justifico e quero defender a Comissão: como, quando discutimos, a pena do homicídio – não importa, não foi unânime, claro, já anotei aqui, houve grandes divergências – foi aprovada a manutenção da pena mínima para o homicídio, havia um quórum presente, e a Comissão entendeu, embora tivesse liberdade, de não rediscutir assunto já votado. Então, quase que se transferiu, deixando que o Congresso perceba eventuais dicotomias e correções. Não há dúvida de que o abandono de animal podendo chegar a quatro, cinco anos, e o homicídio a seis anos, há uma desproporção. Nós assumimos essa desproporção e a estamos trazendo aos senhores esse debate.

Finalmente, apenas para concluir, V. Exa. falou do ativismo judicial. Eu quero dizer que, hoje, sou magistrado, mas acho que o Judiciário deve interferir menos na criação de leis, o que, claro, não lhe cabe, e mais na formatação da realidade social. Mas, se o faz, é verdade, é porque o próprio Congresso não tem, com a mesma ligeireza, enfrentado o tema. Então, agora nós enfrentamos, e V. Exas.. Irão enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passarei a palavra ao Senador Amorim.

Ainda estão inscritos, na sequência, o Senador Magno Malta, Senador Aloysio Nunes, Senador Jorge Viana e Senador Sérgio Souza.

Tem a palavra V. Exa, Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Ministro Dipp, Prof. Luiz Flávio, Desembargador José Muiños, tivemos 70 anos para chegar até aqui. É urgente, é premente, mas essa pressa me preocupa neste momento. Vocês tiveram pouco tempo, é verdade, para situações tão problemáticas e, às vezes, tão díspares, e temos menos tempo ainda.

Há um clamor, de fato, na sociedade com relação ao nosso Código e, sobretudo, com questões como a maioria penal. Acho que o Desembargador Muiños foi feliz quando disse que é preciso dar à sociedade brasileira o poder de opinar através de um referendo.

Para ser breve, quero fazer algumas indagações.

Por que a Comissão optou pela manutenção dos prazos de prescrição das penas?

E ainda, como segundo questionamento, por que não se cogitou, por exemplo, a criação de um novo

instituto, qual seja o direito de renúncia à prescrição penal por parte do acusado? Às vezes, ao acontecer a prescrição do crime, o acusado fica com a pecha de criminoso, carregando isso por toda a vida. Por que não se dá o direito ao acusado de que ele seja julgado nesse questionamento?

O terceiro questionamento que faço é uma preocupação. No art. 218, está dito “prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas, em desacordo com a determinação legal ou regulamentar”. Quem irá quantificar isso? Assim como o Direito é questionado, na Medicina também se questionam muitas condutas e, muitas vezes, a prescrição de determinadas drogas. Eu, como médico especialista em dor, sei que às vezes é difícil encontrar o limite, porque o limite é variável de pessoa para pessoa; cada um tem um metabolismo, cada um tem o poder de recepcionar. O mesmo analgésico que eu dou para o senhor pode ser excessivo, na mesma dosagem, para uma outra pessoa. Quem irá quantificar isso? Será um juiz? Um jurista? Quem vai quantificar isso? Então, esse limite precisa ser realmente colocado com mais clareza.

Eram esses os questionamentos, mas com certeza, ao longo da nossa jornada de trabalho, muitos outros surgirão.

Agradeço.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Quem responde?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, o Ministro Dipp está sugerindo que o Desembargador responda aos questionamentos feitos pelo Senador Amorim.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Senador Eduardo Amorim... Aliás, se me permitir uma colocação, Presidente, para que os senhores tenham conhecimento, acho que nós, da Comissão, devemos trazer o máximo de informações que não estão escritas.

A questão do aborto não foi a sua pergunta, mas é só para falar, porque V. Exa. é de Sergipe e lá a Comissão não esteve em audiência pública, mas numa reunião com a sociedade.

Eu quero chamar atenção dos senhores para o seguinte: quando nos reunimos em São Paulo, em audiência pública, foi a primeira audiência pública que a Comissão se desincumbiu, cumprindo o que estava no Regulamento. Ali 96 pessoas fizeram uso da palavra. Como disse o Ministro Dipp, tivemos até que limitar, porque seria uma audiência que iria terminar de madrugada; e já terminou quase às 10 horas da noite. V. Exa. esteve até presente com o Senador Suplicy, enfim.

Dessas 96 pessoas, 68 – eu tenho esses números confirmados – usaram da palavra para se manifestar

sobre aborto e eutanásia. E somente dois foram contrários. No entanto, em Sergipe, as 81 pessoas que fizeram uso da palavra, inclusive o Arcebispo local que foi o primeiro, foram totalmente contrárias.

Eu trago isso aos senhores, que terão de interpretar a sociedade. Foi completamente inversa a realidade. Eu trago isso como informação.

Bom, vou me ater, Senador Eduardo Amorim, ao que foi muito bem lembrado: a prescrição. Eu fico um pouco à vontade, porque como fui membro da subcomissão que cuidou da parte geral, determinado pelo Ministro Dipp, acabei sendo proponente do capítulo da prescrição e devo dizer que a proposta original é bem diversa do que hoje está e acabou sendo aprovado manter-se como eu falei.

A proposta traz novos regramentos, inclusive que as decisões dos tribunais superiores, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, devem também servir para interromper a prescrição que gera impunidade. Ela estimula. Claro que não é o objetivo da lei, mas ela contribui. Então, várias regras, com prazos mais amplos para prescrição.

E eu trouxe a seguinte proposta, que já existe no código italiano, no art. 157 do código italiano; no código colombiano e no código peruano: O réu tem direito a renunciar à prescrição. Há homens que querem provar sua inocência e muitas vezes o Estado é que impede, porque há o fenômeno prescritivo. É claro que muitos se aproveitam disso para outro lado.

Está na proposta, mas a Comissão entendeu de afastar essa novidade que existe no código italiano, no código colombiano, no código peruano e que eu, particularmente, defendo: o direito à renúncia à prescrição.

No mais, houve divergência em ser mais rigoroso ou menos rigoroso. Aí, para convergir, manteve-se a regra atual.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Inclusive, nós temos um projeto – eu não sabia – sobre isso, que está tramitando na Casa. Sobre o direito que o réu tem...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – De renunciar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – De renunciar.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – No que diz respeito ao art. 218, eminente Senador Amorim, a questão toda de prescrever ou ministrar culposamente drogas e etc., a quantificação – tudo em matéria de drogas, tudo – tem que ser extraída pela Anvisa, porque a Anvisa quem diz o que é crime, a Anvisa que nos dá a tabela das substâncias consideradas como tais. Sempre a responsabilidade é da Anvisa.

Aí, poderíamos, então, questionar o que a Anvisa vai entender disso daqui, de tudo? É difícil quantificar essas coisas. Dificílimo.

O mesmo problema se passa em Portugal. Quem quantifica, em Portugal, também é um órgão. É difícil, porque não tem tabelas absolutas. Não tem regras fixas. Isso aqui não é matemática.

Então, o bom senso vai ter que existir, seja para quantificar, seja o médico na hora de prescrever e depois o juiz, na hora de julgar eventual imputação contra o médico que teria se excedido. Vamos escutar o médico; escuta o médico; ele fala; não é isso; etc. É difícil buscar critérios.

E, quanto à idade penal, volto ao tema – V. Exa. acaba de mencionar –, há uma saída, Srs. Senadores, há uma saída paliativa – até já escrevi um artigo nesse sentido, publicado na *Folha*: se não vai mexer na Constituição para alterar a idade, é mexer no ECA, porque, no ECA hoje, quem comete uma infração, ainda que grave, só fica, no máximo, três anos. E isso, na minha opinião – há um artigo meu na *Folha*, que os senhores podem ver –, três anos para o latrocínio, por exemplo, para o assassinato, por exemplo, para o estupro do qual resulta morte, por exemplo, ou só o estupro, é muito pouco, é desproporcional, é uma regra de proporcionalidade. E isso é lei ordinária. Isso não dependeria de uma emenda constitucional com quórum qualificado para aprovação. É lei ordinária.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Permita-me, Aloysio. Desculpa. Então, estou entendendo que o senhor não mais está entendendo que é cláusula pétrea, que pode ser modificada.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Não. Vamos lá. Eu continuo achando que é cláusula pétrea e, portanto, não daria para modificar; mas, se for modificar, o caminho mais rápido é o da legislação ordinária e não o da Constituição.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Não era importante... Desculpa, Aloysio. Eu só vou terminar. Eu sei que não é tema direto da Comissão, mas acho que, indiretamente, também o é, porque este é o clamor que escutamos, é a primeira pergunta quando somos abordados na rua, onde quer que estejamos: a maioria penal. A Comissão não teria que, talvez, dar uma sugestão, apresentar uma opinião? Porque, senão, vamos ter que reunir de novo, fazer novas audiências para uma questão tão relevante.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eminente Senador, aqui, no plano da legislação ordinária que é este Código, não há muito o que se fazer, porque depende de uma emenda constitucional. Essa vai ser a respos-

ta do Senador Eunício, agora, quando perguntarem para ele. Por que não mexeu no Código? Porque isso depende de emenda constitucional. E é verdade, por causa do 228.

Agora, estou aqui pensando em voz alta: o caminho outro, alternativo à emenda constitucional é a legislação ordinária, o ECA, para fazer uma ajuste de proporcionalidades. E aí, aparentemente, eu estou sendo contraditório. Não. Eu continuo dizendo: respeitem os 18 anos, só que, quando ele pratica um assassinato e um latrocínio, três anos apenas é desproporcional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Me permita, só pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio tem a palavra, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Há também uma solução que, modestamente, apresentei e está sendo examinada pela Comissão. Mantém-se a regra dos 18 anos, mas, em casos como esses mencionados pelo senhor – estupro seguido de morte; casos em que a pessoa entre 16 e 18 anos comete um ato infracional que indica enorme periculosidade; ele é reincidente naqueles casos –, poderá ser suscitado pelo Ministério Público o que eu chamo de incidente de desconsideração naquele caso da menoridade penal. E, resolvido esse incidente, o juiz que está apurando, julgando o ato infracional poderá, então, aplicar o Código Penal nesses casos. Mantém-se a regra, mas com a exceção caso a caso e em circunstância de excepcional gravidade.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Eminentíssimo Senador, só uma observação: se for por esse caminho, só pode ir por emenda constitucional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não há dúvida. Por isso que apresentei emenda constitucional nessa linha, a Emenda nº 33.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos tentar obedecer à ordem de inscritos.

Senador Magno Malta...

V. Exa. quer esclarecer ao Senador Amorim? Pois não.

O SR. GILSON DIPP – O Senador Amorim, só para complementar o que disse... (*Fora do microfone.*) ...com muita atenção o aspecto da prescrição, principalmente da prescrição executória, a aplicação da pena quando o réu quer ser absolvido, e não a prescrição. Isso é matéria recorrente até no STJ. Aqui temos decidido que é um direito do réu ser julgado, se assim o quiser, e não aplicação da pretensão executória, ou seja, prescrição da aplicação da pena.

Na última sessão do Tribunal Superior Eleitoral, havia um *habeas corpus*, eu fui o relator, nesse sentido. Eu concedi a ordem antes para reconhecer que a pretensão executória, a pretensão da aplicação da pena ele tinha direito, mas, naquele caso, havia também a prescrição da pretensão punitiva do Estado, o crime já não existia mais. E aí, dê ofício, concedemos a ordem, sem levar em consideração a primeira pretensão da parte, que era ver a pretensão de afastamento da aplicação da pena. Não há sentido quando o crime não existe mais por decisão do Estado. Só para esclarecer que a jurisprudência tem enfrentado e realmente é um tema tormentoso, mas têm de ser guardadas as proporções em relação ao processo penal. Como disse o Muiños, a questão da prescrição talvez tenha sido o aspecto que foi mais debatido e que havia mais divergências. A solução, e aí foi um dos elementos da proposição, ou seja, naquele momento, tal era o número de divergências que se chegou ao consenso de que se manteria a prescrição como estava hoje no Código Penal.

Era só isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Gilson Dipp, Desembargador Piñeiro, Dr. Luiz Flávio, Senador Jorge Viana, demais Senadores, as pessoas que nos vêem em casa pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, queria saudar o Presidente Eunício pelo entendimento e pelo respeito que este debate requer e o tempo tão exíguo para se debater uma questão que esperou 70 anos e vamos ter que a resolver em menos de 100 dias. Acho isso o fim do mundo. Ainda precisaríamos continuar discutindo isso, porque, nesta Casa, quando se quer aprovar qualquer coisa que tenha consenso, atropelam-se todos os interstícios e faz-se o que quer.

E não poderia ser diferente nesse caso, entendendo que tudo que tem aqui é polêmico. Aqui não tem um assunto menos polêmico do que o outro. Quando se trata de crime, quando se trata de condenar ou absolver tudo é polêmico. Tudo é polêmico! Se você ouvir a mãe do sujeito que foi condenado porque praticou uma chacina, ela vai dizer que foi injusto, porque o filho dela estava em má companhia. E se não houver a pena adequada, como clama a sociedade, e agora o Piñeiro acabou de falar sobre o caso da Glória Perez, o outro diz que foi injusto porque quem cometeu um crime dessa natureza tinha de ficar preso perpetuamente. Então, tudo aqui é muito polêmico, tudo é muito polêmico, para se fazer isso em menos de 3 meses dentro de um processo eleitoral.

Nós discutimos isso. Espero que o bom senso nos leve a prolongar esse prazo, porque, com todo respeito que tenho pelo Presidente Sarney, o argumento apresentado aqui de dar um prêmio ao Presidente Sarney, antes de ele sair da presidência aprovar esse Código açodadamente, com todo respeito que tenho aos donos do argumento, acho que ele não tem procedência. O Senador Sarney ficará muito mais contemplado com o presente se receber um código que minimamente responda aos anseios da sociedade brasileira.

De uma forma muito especial, quero cumprimentar o Desembargador Piñeiro – falei Piñeiro, não falei desembargador, porque acostumei a chamá-lo de Piñeiro, quando ele era procurador no Rio e discutimos aqui, em uma comissão especial da Câmara e do Senado, segurança pública, depois da morte do Celso Daniel. Aqui estava o Ramez, que era presidente do PMDB, falecido Senador, que fez um grande trabalho, e lá o Aécio Neves. Eu estava lesionado da medula, portanto paralisado naquela época. Fui trazido para cá pelo então presidente Aécio Neves e fui o relator da comissão que discutiu a nova lei de tráfico de drogas no Brasil, que virou esse mostrengo quando foi para a Câmara, na relatoria do então Deputado Biscaia, com duas competentes companheiras do Ministério Público do Rio de Janeiro, cedidas pelo então Procurador Piñeiro, que foi a Cláudia Condack, a quem agradeço muito, e a Márcia Velasco, que é a Promotora dos casos Fernandinho Beira-Mar.

Eu não sou jurista. Fiz vestibular para Direito três vezes e não passei em nenhum. Meu sonho era ser advogado. Muita coisa vou falar, Dr. Luiz, na intuição, acredito também na intuição, porque muitas vezes o Supremo decide na intuição, também porque ele não conhece e intuição é coisa do ser humano. Quem sabe, muitas vezes, ao se decidir na intuição, decide-se até melhor. O apóstolo Paulo uma vez disse aos seus alunos: “As muitas letras os fazem delirar.” Nós precisamos, de fato, é entender o sofrimento da sociedade como um todo, trazer para nós essa experiência de sofrimento de uma sociedade que clama por justiça e se vê violentada com a violência estabelecida no País, advinda da impunidade. Por isso, eu penso que o eixo principal do que está discutido nessa reforma do Código Penal, com aumento de pena, entendimento do crime de fato, para que não se gere impunidade e que haja cumprimento da pena em si, para que o magistrado não seja desrespeitado – e eu quero entrar nesse tema como na situação de descriminalização das drogas em que o magistrado é absolutamente desrespeitado nas exigências que são feitas ao usuário que não cumpre nada, e o juiz não tem carta na manga para dizer, como um pai diz ao filho: “Se você não fizer o que eu

mandei, vou te punir... Vou te punir!” O filho, quando desobedece, o pai pune o filho, corrigindo-o. O juiz não tem essa carta na manga, porque lhe foi tirado esse direito. O usuário hoje zomba do juiz e faz o que quiser.

Pois bem, muitas vezes, para justificar uma posição, a gente puxa a posição do Supremo, que é o teto máximo, tendo como penúltimo degrau o STJ e, depois, o Supremo, que é o último. Daí para frente, só Deus! E recorrer para quem? A gente fala: “Porque o Supremo já decidiu.” Mas o Supremo não é o suprasumo da sabedoria. O Supremo muita vez não decide com a necessidade e muitas vezes decide também politicamente, o que não deveria ser feito. O gerente de banco, quando está com má vontade para emprestar dinheiro a alguém, ele fala: “Olha, rapaz, é porque tem a norma do Banco Central.” O pobre do cara não entende nada disso; vai embora chateado, mas não leva o empréstimo. E o cara, quando quer justificar sua posição, fala: “Inclusive o Supremo já decidiu e, infelizmente, é o teto.” Mas não é o suprasumo da sabedoria para os anseios da sociedade quando o Parlamento tem força para construir a lei e fazê-la virar lei e, quem sabe, reverter uma decisão dessa, que não fala aos anseios da sociedade.

Eu até li no “Radar” da Veja, minha assessoria mandou aqui, eles dizendo que eu estou na Comissão para tocar o terror. Não entendi nada. Tocar o terror na Comissão, depois de eu ter tentado tirar o Presidente Eunício. Ainda que eu o quisesse, como é que eu iria fazer um negócio desses? O homem é do PMDB. Em um partido forte desse, como é que eu iria conseguir um milagre desse? E, não o querendo, porque sou seu amigo e o acho competente como Presidente desta minha Comissão. Até achei engraçado. Mas, o final é que vim para tocar o terror exatamente com esses temas que eu tenho discutido como Presidente da Frente da Família e que tem sido minha luta de vida. Foi assim que vim para minha vida pública.

Há 32 anos tiro drogados da rua. Eu tenho uma instituição chamada “Projeto Vem Viver” – inclusive eles nos estão vendo agora, pela TV Senado –, que não é mantida pelo Estado. Há 32 anos da minha vida. Foi assim que ingressei na vida pública, com o sonho de ver as coisas melhorarem, porque já naqueles dias, há 32 anos, ou antes, ainda em minha juventude, já era o adubo da violência o uso e o abuso de drogas no Brasil. É o adubo da violência!

O que nós temos discutido sobre o aumento de penas e o crime que gera violência, gera corrupção, gera assassinatos brutais, crimes com natureza hedionda, se a gente for a fundo e dissecar essa questão, nós vamos encontrar raiz nas drogas o tempo inteiro, o tempo inteiro, o tempo inteiro...

O Relator desta Comissão, Senador Pedro Taques, teve a lucidez de propor à Comissão e trazer a discussão à baila, porque o País precisava disso e ele conhece de perto essa violência. Como Procurador, tive a oportunidade de atuar com ele no caso do Arcanjo, do Comendador Arcanjo, que está preso lá.

E tudo que citamos aqui da Europa, em questão de tirar as nossas conclusões para construirmos uma legislação para o Brasil, ninguém que foi falado aqui é referência boa. Nenhum país desse foi referência boa.

Quando o Dr. Luiz disse que a Holanda só proibiu o uso, a venda para o estrangeiro, digo que o debate era para todos. Mas, ao construir essa lei que legalizou as drogas, eles criaram uma cultura de usuário tão grande, gerações, o clamor foi tão forte em cima do parlamento, que eles não tiveram coragem e força, e aí restringiram o estrangeiro, porque a Holanda virou um paraíso de usuários. E, como lá há campo de nudismo abertamente, nas ruas, nos parques, esses usuários vinham usar droga, livremente, na Holanda e cometer aberrações no meio da rua.

Eles, então, não tiveram força, porque haviam construído uma geração de usuários, uma cultura. Esses fizeram pressão, e eles então só restringiram. Falo isso, porque, na CPI do Narcotráfico, juntamente com o ex-Deputado Moroni Torgan, nós ajudamos a Holanda a prender o Presidente do Suriname, que era narcotraficante.

Prendemos aqui, no Brasil, um traficante chamado Leonardo, do Mato Grosso – o Leonardo aqui, do Goiás. Esse moço, ainda jovem, era a ligação das Farc com o Presidente do Suriname e com o Ministro do Exército, que trocava as armas do Exército do Suriname pela cocaína produzida pelas Farc. E o intermediário era esse brasileiro de Goiás, chamado Leonardo, ainda muito jovem.

Foi aí que entramos com a prisão dele, com a prisão do Presidente do Suriname, que foi cumprir pena na Holanda. Por isso, o conhecimento desse trâmite todo na Holanda.

Mas o sonho deles é voltar atrás, como também o sonho da Suíça é voltar atrás. Eles criaram um bolsão, um esgoto de seres humanos a céu aberto e hoje não sabem como reverter isso, porque criaram uma cultura, tudo isso que não queremos para o Brasil.

Ao citar essa comissão que tem discutido a legalização de droga no mundo, alguém citou o nome do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com todo o respeito – com todo o respeito.

Ele criou a Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, e fez um discurso na ONU, dizendo que erradicaria as drogas no Brasil em dez anos, o que não seria possível, porque ele só foi Presidente por oito anos. E

ele teve toda a possibilidade do mundo. Essa Secretaria Nacional Antidrogas, que era para gerir políticas públicas – porque a nossa saída será pela via da prevenção, pela via da prevenção, repito. Trata-se de criar uma cultura preventiva no País, de jovens tão saudáveis, envolvidos com o esporte, que podem passar na boca de fumo, na porta da boca de fumo, que podem passar na frente do vendedor, e nada disso vai chamar-lhes a atenção, porque criaremos uma outra cultura pela via da informação.

Mas colocaram lá um general, que tentou trazer até a Secretaria de Justiça para dentro da Secretaria Nacional Antidrogas. Depois colocaram Wálter Maierovitch, que é um filósofo teórico.

Tenho muito medo de teóricos, porque nunca vejo nada efetivo deles. Então, só teoria, só teoria, só teoria. Ele escreveu um artigo que saiu em *O Globo*, dizendo que a culpa dos usuários do Brasil era dos evangélicos. Foi quando o Presidente Fernando Henrique teve a lucidez de demiti-lo, porque ele dizia que a culpa... O Senador Aloysio era Ministro, e o Presidente se revoltou plenamente com aquela palavra, porque as igrejas diziam que recuperavam, e, depois, esses caras diziam que saíam recuperando os outros.

Pois bem, tenho medo, porque a porta de entrada é a maconha. E a maconha não é inofensiva. A maconha gera câncer também – de boca, de laringe, de faringe. Ela mexe também no sistema nervoso central. A maconha desestabiliza. Tenho 32 anos da minha vida envolvidos aqui – envolvidos aqui.

Pois bem, quando a lei foi mudada lá, e o usuário passou a não mais ser criminalizado, o juiz perdeu sobre ele a autoridade. O sujeito é usuário, o juiz olha e diz: “Você vai assistir a filmes educativos sobre isso. Quero o relatório para daqui a três meses”. E alguém o informa: “Ele não apareceu aqui”. O juiz fala: “Venha cá, rapaz. Agora você vai prestar serviço comunitário.” Vai procurar o prefeito tal, que o coloca para pintar o cemitério; e ele não vem aqui não. Aí o juiz fala: “Agora acabou, não posso falar mais nada.” Tirou a autoridade.

A nossa proposta era que ele deveria ser recolhido – a terceira opção era de um a dois anos de reclusão – para perceber que prisão não foi feita para gente, mas o juiz não tem a mínima autoridade sobre isso.

E hoje... É porque não está num texto... Mas como é que o sujeito vai usar maconha... O sujeito que compra carro usado, carro roubado e peça roubada... O dono de ferro velho é preso todos os dias, porque ele comprou peça usada de carro roubado. Ele é preso. Ele é sentenciado. Mas o sujeito que compra e consome o crime, e toda a violência é do consumidor, é ele que abastece, é ele que sustenta a violência, este não pode ser penalizado.

No dia em que nós e a sociedade brasileira tomarmos atitude de dizer que não usaremos mais calça jeans... Vamos fazer isto? Vamos. Todo mundo pára. O que vai acontecer? Vai fechar a fábrica.

Só existe traficante porque tem usuário. Vamos aumentar a pena do traficante?! Pouco importa para o sujeito que entra no crime se a pena dele é de 60 anos ou de 120 anos. Ele não está preocupado com isto. Quando se protege o usuário, ele fica muito feliz porque quem consome o produto dele está resguardado e a empresa vai crescer, e crescer muito.

Ora, quando se fala da falta de nocividade da maconha, alguém por acaso tem coragem de entrar em um avião se souber que o piloto está lá dentro com um baseado na boca? Não!

Quando se fala da falta de nocividade da maconha, alguém, em sua consciência, tem coragem – o senhor é um ministro – de colocar o chefe de gabinete de seu ministério com um baseado na boca? Dá licença, ministro, agora é meu horário de almoço, vou fumar um baseado e volto. O senhor não vai...

Daqui a pouco vai haver uma lei que diz que não se pode demitir o indivíduo que fuma maconha. E se você não admiti-lo, pega sete anos de prisão, como é o caso da homofobia.

Será que alguém lucidamente teria condições de contratar um gerente ou uma babá para sua filha que são maconheiros?

Essa é a pergunta que gostaria de fazer às pessoas que fazem essa defesa. Daqui a pouco vamos criar uma legislação dizendo que não se pode discriminar essas pessoas. Eles usam maconha porque querem, a lei os autoriza. Ele pode comprar onde quiser. Ele pediu um emprego e botou o currículo e você tem que colocar... Algum Senador, lucidamente, teria coragem de colocar o seu assessor legislativo, o seu assessor de plenário ou a telefonista do seu gabinete se fossem maconheiros? Não! Não!

Então, precisamos discutir essas coisas nesse nível. Dizer que a maconha é inofensiva e precisa ser legalizada... Quando a proposta veio da Comissão – e respeito, houve divergências, O Ministro Piñeiro, o Ministro Dipp disse que houve divergência, houve um consenso... O fato de o assunto vir a debate já é válido. Como é que vamos fiscalizar esse usuário nesses cinco dias e quantos gramas ele precisa plantar e precisa usar?

Quando reuni todos os dependentes que estão se recuperando na minha instituição e falei que a proposta era essa... Porque tem muita gente envolvida na droga hoje... Tenho lá advogados e médicos que começaram a fumar *crack*, endoidaram, perderam o consultório. Mas bebida alcoólica é pior. Nosso índice

de recuperação é de 85%. De cada 15... O problema não é nem maconha e nem cocaína, o cara cai de novo por causa de bebida alcoólica.

E todo mundo tem dificuldade de tratar desse tema porque o País é um País de bêbados, de pessoas que encham a veia de uísque. Não bebem cachaça, mas bebem uísque de madrugada e depois querem botar o dedo no nariz da Justiça, dos políticos, da polícia que não resolve o problema da violência nas ruas quando eles são os incentivadores pelo exemplo que dão.

Então, o que acontece? Coloquei como seria e foi dito da seguinte maneira, Ministro Dipp e Presidente Eunício, agora a maconheirada, o pessoal da droga vai contribuir com o PIB do País, porque vai passar a fazer parte da agricultura familiar. Todo mundo vai plantar um pouquinho. É igual sacoleira, não tem uma loja, mas compra e vende em casa. Os traficantes não terão mais dificuldade porque eles podem comprar a plantação de todo mundo, a horta de todo mundo.

O sujeito é usuário; ele vai usar e vai vender. Ele pode não ser usuário, mas finge que é usuário. E quem vai fiscalizar? A Anvisa? O SUS? O SUS não cumpre o seu papel. Quando vejo um ministro dizer que será colocado mais 10 milhões no Orçamento para poder fazer um programa para o *crack*. Como será isso? O internamento dos viciados em hospitais? Colocar um sorinho? E depois vamos mandá-los para onde? Como será o tratamento? Isso é brincadeira! Na verdade, quando se puxa para a saúde pública, puxa-se para dentro de onde eles não podem e nem sabem responder.

Falo em prevenção para chamar a atenção de quem está na ponta, porque isso é absolutamente sacerdotal. Se este País tem sido socorrido, bem ou mal, nessa questão das drogas, tem sido por quem tem comportamento e vida sacerdotal, lá na ponta, fazendo o que o Estado não sabe fazer. O Estado precisa é fornecer instrumentos a essa gente para que possa fazer a prevenção. E o recolhimento desse lixo humano que a droga provoca nas ruas, quem vai fazer? Isso não vai ser resolvido com o SUS ou com a Anvisa exigindo de uma casa de recuperação de drogados, de uma freira que tirou cinco meninas viciadas em *crack* das ruas, que estão grávidas, com sífilis – deu a cama dela para que dormissem, entregou a geladeira, foi dormir no sofá e cuida dessas meninas –, o seguinte: “Irmã, se a senhora não colocar um exaustor no fogão, se o fogão não tiver oito bocas, se a senhora não colocar quartos com a dimensão tal e com os beliches tais, isso aqui vai ser fechado porque o caso é de saúde pública”. Leva para a sua casa, Ministro, leva para a sua casa! Na verdade, este é o potencial do Brasil: as pessoas que têm comportamento sacerdotal e que

estão na ponta, tanto para fazer prevenção como para recolher essa gente.

Essa é uma discussão... É possível que eu não transforme em pergunta tudo o que estou falando, mas quem quiser entrar no debate pode discutir... Nós vamos ter esse tempo, que eu reputo curto, para poder fazer uma discussão dessa natureza.

Eu sou absolutamente contra a legalização das drogas. Aqui, no Paraguai, nosso vizinho que não é chegado a um bom ordenamento jurídico, as fazendas de plantação de maconha são de brasileiros criminosos que estão do lado de lá, como a família Morel, que tinha a maior plantação de lá, onde Fernandinho Beira-Mar ficou escondido após sua primeira fuga. O polígono da maconha, que é de Pernambuco para cima, abastece o consumo interno do Nordeste e da Bahia para baixo. Da Bahia até o Rio, o consumo interno nessa área vem do Paraguai, que vai para o tráfico internacional. Ora, nós, que temos esses vizinhos – e todas as nossas fronteiras são com vizinhos que gostam desse tipo de atividade –, se tivermos a droga legalizada aqui, faremos deste País um centro residencial para a contravenção. Eles virão viver aqui, porque nós temos portos, nós temos aeroportos, nós temos uma fronteira seca significativa por onde o mundo será plenamente abastecido a partir de um país grande, como é o Brasil, e com muitas terras a serem plantadas e a serem cultivadas. Esse é o meu medo nessa discussão.

Bom, o aborto, que é uma discussão que nós... Sou contra qualquer tipo de aborto, Deus concebe a vida. O que está latejando, o que está pulsando, o que tem pressão, o que respira, é vida. Quem sou eu para abrir a minha boca contra o céu e dizer que Deus errou quando um médico detecta que uma criança tem um defeito – na visão humana, ou do médico, ela tem um defeito. Qual é o propósito de Deus com essa vida? Qual é o propósito de Deus com essa gravidez? Qual é o propósito de Deus com essa mãe? Qual é o propósito de Deus com essa família, com esse pai? Qual é o propósito de Deus com essa criança? Sou absolutamente contra qualquer tipo de aborto.

Foi legalizado o aborto no caso de violência sexual por uma resolução do Ministério da Saúde, ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve um estupro, a moça foi pega vindo da escola, foi estuprada e tal, era a chamada gravidez indesejada. Ela, então, resolve tirar. Isso banalizou as coisas. Saía do forró, saía do carnaval, registrava um boletim de ocorrência: “Colocaram coisa na minha bebida e amanchei aqui grávida, não sei quem é o pai”. E começaram os abortos em série no País. As pessoas se valiam de algo que era para resolver o problema de uma gravidez indesejada, e as coisas foram banalizadas.

Nós enfrentaremos nesta Comissão, em nome da sociedade brasileira, uma contradição. Numa hora falamos assim: “O Supremo já decidiu; culturas de outros países, de outros mundos, já fizeram isso”. Nós não podemos decidir o nosso Código Penal em função de pressão internacional, até porque quem já decidiu isso e aplica na prática ainda não é exemplo para nós – isso vale para todos os citados. Nós vamos decidir na realidade do clamor do nosso povo. Em outro momento, a gente fala assim: não, porque é um clamor da sociedade brasileira. É um clamor da sociedade brasileira a redução da maioria penal. Esse é um tema que discuto. Antes de ser Vereador eu já entendia essa coisa e discutia essa coisa.

Quando o Estatuto da Criança e do Adolescente põe um homem de 15 anos, de 16 anos – eu sei porque eu já passei por essas faixas etárias e os senhores também –, de 17 anos, um macho de 17 anos que estupra, que mata, que sequestra e ninguém mandou, esse argumento é flácido: “Não, porque os traficantes estão usando as crianças”. Como se isso fosse só na droga. Estão estourando banco, estão invadindo posto de conveniência cinco, seis vezes, olhando para a câmera no deboche, 16 anos, 17 anos. Homens corajosos, de arma na mão, que não querem, que têm entendimento, que têm todos os reflexos prontos, que abordam na porta do banco um aposentado e dizem: “Passa o cartão de crédito, safado”. Um homem desse morre dois depois por ter chamado de safado a quem deu uma vida de trabalho ao País. Que tranca um empresário dentro do porta-malas; um homem que dá 500 empregos, 300 empregos, que gera honra para o País é preso em um porta-malas ainda no melhor da sua vida, aos 40, 50 anos, vivendo com seus filhos é assassinado. Depois a polícia põe a mão e dizem: “Tira a mão de mim que eu sou menor, conheço os meus direitos”. Isso é uma piada. Isso é uma piada.

Esse é um clamor da sociedade brasileira. Eu fico muito alegre quando vejo a divergência – por isso que o debate é bom, Presidente Eunício. Uns acham que é cláusula pétrea, outros acham que não. Tomara que a maioria ache que não. Então, porque é cláusula pétrea não se pode mudar? Quem que inventou esse negócio de cláusula pétrea? Não foi o homem? Quem inventou, “desinventa”. É assim: não deu certo, faz de novo, faz de outro jeito. Agora, o que nós não podemos é ter uma sociedade mutilada, como nós temos violentada uma sociedade que tem medo das ruas, não pertence mais às ruas nem às praças, porque esses homens abaixo de 18 anos de idade, que podem gerar filhos, que podem queimar um jornalista dentro do pneu, têm sangue no olho, são bichos brabos – quem já militou no crime, como o caso de Pinheiros, sabe,

lá no Rio de Janeiro, que essas pessoas têm *glamour* porque o crime não trata com faixa etária. Nós é que queremos tratar. O crime trata com índice de violência, porque um menino de 13 anos de idade que queima alguém no pneu e metralha e queima um ônibus com gente dentro para mostrar força, esse menino se torna gerente da boca, ele pode mandar em 50, 60 no morro; gente de 60 anos, de 50 anos estão sob o comando desse menino de 14, que mata e estupra. Aí, quando põem a mão nele, não pode, porque ele é menor. Aí ele entra na “instituição” – entre aspas – de reeducação penal, mas entra como rei. O comando é entregue a ele, porque ele foi capaz de queimar um jornalista, foi capaz de matar uma mulher grávida. Entra com um *glamour* de um grande criminoso.

Nós não podemos admitir isso, nós não podemos admitir isso. Quando, na CPI da Pedofilia, com a era da Internet, nós não tínhamos a criminalização da posse, o que o Ministério Público fazia? O que a Justiça fazia? Mandado de busca e apreensão no computador de alguém que supostamente era pedófilo, mas a prisão não podia porque o ECA dizia que o sujeito só era criminoso se fosse pego teclando destinatário ou remetente. Fora isso, ele não era criminoso, podia armazenar o que ele quisesse ali de abuso de criança. Mas nós fizemos aquilo com três meses, o Presidente Lula sancionou, criminalizamos a posse e nós, então... Não é que o pedófilo começou de quatro anos para cá, eles já estavam aí. É porque nós os trouxemos para a luz, nós os trouxemos para a luz. Então se é para modificar o ECA, que modifiquemos. Se não é cláusula pétrea, que modifiquemos e se é cláusula pétrea, vamos procurar uma maneira de mudar.

A questão do pedófilo, por exemplo, essa gente é irreversível. Nós não temos o crime de “bolinamento”. O que está aqui no texto é bom, mas é preciso ter este tipo penal: “bolinamento”. O sujeito toca o órgão genital de uma criança, faz sexo oral com uma criança, faz a criança fazer sexo nele e depois o advogado fala: “Seu juiz, é o seguinte, Dr. Luiz, Ministro Gilson Dipp, não houve conjunção carnal, pode fazer o exame”. O sujeito aflorou a sexualidade da criança, tocou a criança, não houve conjunção carnal e, então, não é crime?

Então, o texto já está mais ou menos redondo, eu olhei; só acrescentar mais alguma coisa. Eu queria dizer o seguinte: como nas nossas próximas discussões eu quero falar sobre a eutanásia, essa história de réu primário, porque, no Brasil, é muito bacana o ordenamento jurídico. O cara mata, se ele tiver a capacidade de correr e desaparecer por pelo menos oito dias, ele já chega com um prêmio: a Justiça vai coroá-lo porque ele é bacana. Matou e fugiu. Que cara ágil, bacana! A

Justiça vai premiá-lo porque ele não foi pego em flagrante. Que bacana!

Hoje, nós temos videomonitoramento. Aqui em Minas Gerais, o marido assassinou a mulher dentro do salão de beleza. Deu dois tiros no rosto dela. Ela trabalhando. O videomonitoramento pegou. Ele correu. O advogado o apresentou 15 dias depois, mas aquilo não vale nada porque ele fugiu do flagrante.

Essa história de flagrante nós precisamos discutir. Que história é essa? Avançamos, estamos na era da Internet, em que as pessoas filmam tudo, veem tudo. Mas se o cara fugiu, a lei bate palmas para ele.

Esse ordenamento jurídico em que um réu manda no júri e ordena ao juiz: “Eu não falo!”. Mas isso é cláusula pétrea, não é? O Bruno tinha de dar sua saliva para ver se o filho da Eliza Samúdio era dele. Ele disse: “Não, eu não vou cuspir porque o advogado falou que eu não posso. Vocês marquem esse negócio para outro dia”. E se alguém que viu o crime diz: “Sr. Juiz, eu quero depor, me coloca no processo, eu vi, eu vou falar”, já entra ameaçada pelo juiz: “Se a senhora [ou o senhor] mentir aqui, sai presa”. A testemunha é ameaçada, mas o réu não. Ele pode matar quantos quiser que ele está guardado, está acobertado, porque a lei dá esse cobertor a ele.

Eu acho que o bom da Comissão, embora discorde de muita coisa, é o eixo. O eixo é muito importante. O resto é viés, que devemos discutir. É muito importante o eixo. Parabenizo os senhores. Eu acho que temos discussão para muito tempo, mas penso que o melhor de tudo isso foi ter trazido à baila a possibilidade de, juntos, discutirmos o assunto com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Pela ordem de inscrição, Senador Aloysio Nunes. V. Exa., o Senador Jorge Viana, o Senador Sérgio Souza e o Senador Tomás Correia, para encerrarmos a discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o adiantado da hora recomenda cautela no prolongamento dos questionamentos. E também o fato de que eu estou, exatamente neste momento, examinando artigo por artigo com muito cuidado, com o cuidado que o tema e que a excelência do trabalho da Comissão merecem. De modo que não vou questionar. Apenas vou me estender um minutinho sobre esse tema momentoso, que não poderia ser objeto de trabalho da Comissão, uma vez que o objeto da Comissão é a reforma do Código Penal, e o tema da redução da menoridade penal depende de emenda constitucional.

Eu apresentei, como disse, uma proposta de emenda à Constituição prevendo a possibilidade de,

em determinadas circunstâncias, o juiz desconsiderar a inimizabilidade de um adolescente entre 16 e 18 anos. Em que casos? Em casos de prática de crime hediondo e também de múltipla reincidência em casos de lesão corporal grave e roubo qualificado. É preciso também que o agente tenha a capacidade de compreender o caráter criminoso da sua conduta, levando em conta uma série de circunstâncias, como histórico social, cultural, econômico, tudo isso atestado por profissionais da área. Esse incidente seria suscitado pelo Ministério Público especializado em questões da infância e da adolescência, e seria julgado, originariamente, pelo órgão do Judiciário especializado nessas causas da infância e da adolescência. E durante o julgamento desse incidente fica suspensa a prescrição. Se porventura, analisadas todas as circunstâncias, se concluir que é o caso de se desconsiderar a inimizabilidade em razão dessa idade de 16 a 18 anos, então se aplica o Código Penal, com o cumprimento de pena em estabelecimento especializado para esse tipo de réu ou condenado.

Essa é a proposta que está tramitando. O Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira, tem em mãos e deverá designar relator. Faço essa consideração apenas a título de contribuição para um debate que seguramente vai se prolongar fora do âmbito desta Comissão.

Muito obrigado e meus parabéns pela excelência do trabalho realizado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio. Comunico a V. Exa. que a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de autoria de V. Exa., eu acabo de distribuir, conforme solicitação de V. Exa., ao Senador Ricardo Ferraço, designado para ser o Relator na Comissão de Constituição e Justiça; não nesta Comissão, é claro.

O próximo orador inscrito, a quem passo a palavra, é o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão Especial.

Tem a palavra V. Exa., Senador Jorge Viana, lembrando que ainda temos os Senadores Sérgio Souza e Tomás Correia inscritos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, obrigado. Queria cumprimentá-lo por esta audiência, lembrando que, mesmo nesta semana não havendo esforço concentrado no Senado, tem sido uma audiência de nível muito elevado e, mais do que isso, atendendo a um dos temas mais importantes na agenda do cidadão brasileiro, não importa a classe social que ele frequenta.

Estou muito contente de ter sido convidado e, de alguma maneira, poder ajudar aqui.

Queria cumprimentar o Senador Pedro Taques e os demais colegas e dizer que, por onde tenho andado, como agora mesmo no Acre, onde fiz seminários, percebo como é impressionantes a preocupação e o envolvimento das pessoas na expectativa de que algo seja feito de maneira definitiva para mudar um quadro brasileiro absolutamente vergonhoso. E não estou tirando nada do que foi feito pelos governos, pela sociedade, pelos movimentos sociais, pelos que estão procurando dar uma contribuição no sentido de pôr fim à impunidade e à violência no nosso País. Mas é fato que o desafio segue crescendo.

Queria cumprimentar o Ministro Dipp pelo trabalho. Eu acho que, como disse a ele, boa parte do trabalho foi adiantada por essa comissão. Aproveito para cumprimentar os demais membros, na pessoa do Desembargador Muiños, e dizer que me identifiquei muito com a fala dele e que espero, depois desta audiência, poder procurá-lo e contar com o seu trabalho.

Cumprimento ainda o Professor Flávio.

Para entrar direto no assunto, quero dizer que nós estamos sendo acompanhados, pois há uma situação que é da maior gravidade. Os números falam por si, mas não custa colocar. Nós estamos falando de um país onde temos 50 mil homicídios por ano. A situação é muitíssimo grave! Os números da guerra mais explícita no mundo hoje, a da Síria, que está completando um ano e sete meses, contabilizam 21 mil mortos. Considerando esse mesmo período, no Brasil, estaríamos com 75 mil mortos – isso sem estarmos em guerra. É uma coisa assustadora!

Ainda mais: quando identificamos que temos meio milhão de presos... Não é um número qualquer: meio milhão de presos! E o Ministro Dipp acabou de dizer que, de cada cem homicídios, com inquérito bem feito, chegamos a oito condenações. Se compararmos o que aconteceu da década de 80 para cá – para agravar mais ainda os números –, veremos que era a metade do número de homicídios no início dos anos 80 – em torno de 13 a 14 homicídios para cada grupo de cem mil habitantes – e, agora, estamos com 26 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Um milhão e noventa mil pessoas assassinadas em três décadas! Se fizermos uma conta, daqui a vinte anos, teremos outro milhão de pessoas assassinadas.

Então, acho que o Senado, o Congresso tem uma responsabilidade enorme, com um maior agravante ainda: a média de idade dos que estão envolvidos nesses crimes. Se era de 34 anos nos idos dos anos 70 e 80, agora passou para 27; e um terço desses que estão pagando pena – meio milhão de pessoas – tem de 18 a 24 anos. Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E as vítimas de homicídio nessa faixa de idade é uma hecatombe!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sim; exatamente na mesma faixa. E negros pobres, mestiços e jovens...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E os de 18 começaram a delinquir antes dos 18 anos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E, aí, com uma falha grave Ministro Aloysio, V. Exa. que estive lutando na área: o nosso sistema prisional deseduca em vez de educar. Então, nós temos um problema grave no sistema prisional.

Eu anotei algo aqui: como é que nós vamos fazer? Nós temos que fazer as leis. Eu acho que a nossa lei penal é antiga, ultrapassada, frouxa; ela é muito ruim, mas tão ruim quanto a nossa lei é a execução dela. A execução também tem sido péssima. A execução tem sido péssima em todos os aspectos, inclusive em relação ao próprio sistema prisional. Não estou excluindo nenhuma esfera de Poder.

Eu queria trazer para cá um exemplo. Se nós quisermos inventar agora o que fazer para enfrentar cinquenta mil homicídios por ano, nós não vamos ter solução nem com dez anos de trabalho. Mas, se nós olharmos para o mundo, há muitos países – não importa se são desenvolvidos ou não – que não vivem essa matança que nós estamos vivendo. Aqui do lado, no Chile, há menos de dois assassinatos para cada grupo de cem mil; no Uruguai e na Argentina, em torno de cinco. Não estou falando de país desenvolvido, como ouvi inclusive nas explanações durante esse período.

Eu acho que muito do nosso trabalho pode ser resolvido com um mergulho no trabalho que a Comissão já fez, mas também olhando para a realidade de outros países que venceram algumas das situações que nos desafiam hoje aqui. Cidades resolveram seus problemas. Eu poderia citar Nova York e várias cidades, como Bogotá e outras mais perto, que venceram boa parte dos nossos desafios hoje. Nós não vencemos.

Como disse o Senador Aloysio, não queria me estender, mas trago aqui um pouco do exemplo do Acre. A legislação é a mesma. No caso do Acre, há vinte anos, nós éramos o Estado mais violento do País. Havia crime organizado, esquadrão da morte instalado lá. Quando assumi, a situação era de absoluto caos. Ninguém ficava preso. Estavam todos soltos – sentenciados, mas soltos. Quem era preso lá, às vezes, estava na cadeia por uma combinação, para criar uma prerrogativa de ficar fora dos outros crimes. A pessoa ficava presa, saía, pegava uma moto, matava e voltava para o presídio. Aquele cidadão não poderia ser acusado, porque estava preso, estava na guarda do

Estado. Isso foi tudo mostrado, comprovado. E havia um número enorme de pessoas nas ruas com prisão decretada em regime fechado. Esse era o sistema no Acre. Com a parceria das instituições, do Governo Federal – o Presidente, à época, era Fernando Henrique –, avançamos bastante depois.

Mesmo com uma lei com problemas, nós conseguimos reduzir os crimes, senhoras e senhores que nos acompanham. O Acre saiu de 55 homicídios por grupo de cem mil habitantes por ano para 19, hoje – a média brasileira é 26 –, porque enfrentamos a situação de caos que nós vivíamos.

Há situações absolutamente agressivas. No Brasil, 75% dos homicídios são cometidos com arma de fogo, as mesmas armas que as pessoas dizem que precisam ter em casa para se proteger do bandido. São essas armas que estão sendo usadas para matar.

No Acre, a situação era gravíssima, porque boa parte dos homicídios envolvia policial matando e policial morrendo. Praticamente eliminamos essa situação de mortes a partir da ação da polícia e também de vítima nas polícias. Foi a mais importante mudança que nós fizemos nos números. O sistema prisional está funcionando: as fugas do regime fechado praticamente foram eliminadas, e as rebeliões também cessaram. O quadro mudou completamente, só que eu digo aqui no Senado, na Comissão que analisa o novo Código Penal: nós chegamos ao limite.

O Governador Tião Viana... O Estado é o mais eficiente na execução de inquéritos, segundo parecer do Ministério da Justiça. O Acre é o que mais cumpre, o que mais executa, o que mais chega ao fim da linha, ou seja, se alguém cometer um crime, vai haver o inquérito. No caso, a pessoa vai ser presa, vai ser julgada e, se, condenada, vai pagar pena sem fuga.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Permita-me fazer uma referência a V. Exa., como Governador.

Há um papel que não é só a Justiça que tem que cumprir nesses casos ou a própria lei. Um governador tem a autoridade, como comandante e chefe da Polícia Militar. Muitas vezes, no caso de gente de patente, como o comandante do próprio crime na comunidade, no Estado, o governador, por medo, se encolhe para tomar uma atitude em relação a essas pessoas.

V. Exa. não ia colocar esse dado aqui, mas eu vou colocar. Todo o mundo, o Brasil sabe que não estou rasgando seda, porque conhece a situação do Acre e o que nós fizemos lá, inclusive eu estava falando que V. Exa. teve coragem. No momento mais grave que eu já vi na minha vida, em que as vísceras do Estado eram criminosas, criaram um Estado criminoso dentro do estado de direito no Acre, comandado por um coronel, mas V. Exa., como Governador, ameaçado de toda a

ordem, teve coragem de tomar atitude em relação ao Coronel Hildebrando Pascoal e a outras autoridades naquela ocasião lá no Acre.

Por isso, faço essa referência a V. Exa..

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado. Tanto V. Exa. como o Senador Pedro Taques se envolveram diretamente, ajudaram-nos e ficaram no Acre, como o Ministério Público Federal e Estadual, a Justiça Federal, a Justiça estadual, o Ministério da Justiça.

Então, para concluir, Sr. Presidente Eunício, a minha tentativa de contribuir aqui na Comissão é trazendo um caso real de um Estado que conseguiu reduzir; o Estado do Acre, hoje, é o menos violento do ponto de vista de homicídios da Região Norte – o Pará é o primeiro, com 45, o Acre é o último, com 19. Saímos da primeira posição para uma das situações menos violentas em relação ao País inteiro, mas eu diria que chegamos ao limite. Com essa lei, nós não podemos mudar o quadro, que ainda é vergonhoso, de 19 homicídios. E lá no Acre, no caso dos homicídios, 80% dos homicídios com arma branca. Olha a situação complexa! Que é completamente diferente inclusive do resto do País.

O Governo do Estado trabalhou, equipou, contratou policiais e os treinou. Tiramos a Polícia da situação de matar – prende-se; tem presídio. Tem todo um aparato, está tudo funcionando, mas, aí, nós esbarramos agora no limite da lei. O crime, no Brasil, compensa.

Eu fiz dois seminários com juízes e promotores – Senador Pedro e eu estamos combinando de andar um pouco pelo País. Me falaram: “Senador, o réu fica na minha frente e diz: ‘Doutora, eu vim buscar só a minha pena; já sei quanto tempo eu vou ficar preso, doutora’”. Fala e diz inclusive quantos meses e quantos dias vai ficar preso.

É um afronta, porque todo o aparato legal, de fato, já foi dito aqui... Salvo engano, só o art. 228 da Constituição é que faz alguma referência sobre a vítima, a família da vítima. São 50 mil assassinatos: quantos milhares de crianças ficam sem pai? Quantas mães pobres ficam sem nenhuma condição de criarem seus filhos? E todo aparato da lei é para quem matou, todo o tempo que a gente está consumindo é para quem tirou a vida.

Sinceramente, acho que a vida, no Brasil, não tem valor nenhum. Eu pus, ainda agora, na minha rede social: falsificar um batom ou uma pomada: 15 anos de cadeia; matar alguém: um ano, se for primário, porque seis anos, pega a pena mínima. O Ministro Gilson Dipp disse aqui que nós somos o País da pena mínima, e temos que mexer nessa pena mínima e na máxima, para alguma tipificação de crime. Aí, vai na

pena mínima: seis anos. Cumpre um sexto da pena, é primário – aí ouvi de um grupo de juízes no Acre: para ficar dez anos preso no Brasil tem que matar quatro pessoas. E se matar mais, a partir daí, também não altera muito por causa do crime continuado. Uma situação que temos que enfrentar. Agora, a maioria dos países do mundo dá um tratamento diferenciado para o crime contra a vida. Precisamos fazer isso. Nosso País não está fazendo guerra com ninguém, mas vive talvez a maior guerra do mundo. Não tem outra palavra para dizer.

E aí, Senador, acho que hoje nós estamos começando bem. Parabenizo V. Exa. e o Senador Pedro. Não sei, não quero entrar na polêmica, mas acho que o tempo para terminar esse trabalho tem que ser o tempo necessário para tirar o povo brasileiro desse medo de uma situação de impunidade, de risco de vida permanente, de certa intolerância na própria sociedade. Tudo isso tem que ser feito com a calma devida e com o tempo necessário.

Não sou favorável a estender muito, porque temos que ser objetivos, mas vamos fazer no tempo necessário esse trabalho, pegando o que já foi feito pela Comissão, que está aqui, que é um trabalho extraordinário, já adiantado; pegarmos os pontos que ainda são carentes de uma mudança, onde não houve consenso, porque até foi tranquilizado: isso aqui não foi o consenso da Comissão; ao contrário, tem muitas propostas boas apresentadas na Comissão que não tiveram maioria, porque eles tinham que tomar uma decisão, mas nós aqui temos absoluta tranquilidade de retomarmos isso, levantarmos alguns debates que já foram superados, para ver se atendemos o anseio e a expectativa da sociedade e do nosso País, e do mundo. O Brasil é um país que quer se firmar como um país de referência positiva no mundo, mas com esses dados, com esses números nós não vamos assumir esse posto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza e, por último, o Senador Tomás Correia, e vamos encerrar esse debate no dia de hoje.

Antes, lembrando aos Srs. Senadores e aos que nos escutam, os Senadores que estão fora desta Comissão, que o prazo para emenda ao PLS 236 é dia 05 de setembro, último prazo para apresentação de emendas. Aqueles que desejam emendar, esse é um projeto e, como todo projeto nesta Casa, pode ser emendado, pode ser retirado, pode ser excluído, pode ser acrescido. O debate é importante, mas a conclusão final, obviamente, será feita pelo resultado dos debates e pelo Relator, Senador Pedro Taques, obviamente, aprovado ou rejeitado pelos membros desta Comissão.

O próximo orador inscrito é o Senador Sérgio Souza. Em seguida, vou dar a palavra ao Senador Tomás Correia e encerrar esta discussão no dia de hoje.

Tem a palavra V. Exa., Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, caro colega Senador Pedro Taques, Sr. Ministro Gilson Dipp, Dr. Luiz Flávio Gomes, Desembargador José Piñeiro, este é um tema que nos apetece muito, nos chama ao debate. É o convívio em sociedade. Na verdade, estamos aqui todos para normatizar ou reger o convívio em sociedade, e nada mais é do que aplicar ou tentar reger os costumes dos cidadãos e isso trazer para dentro do tipo legal. Realmente, não é fácil. Eu acho que demoramos para isso, mas o Congresso não se furtou à responsabilidade. Durante esses 70 anos, foram produzidas dezenas de leis como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem reger o convívio do menor em sociedade. Só que já está velho também, tem 20 anos. É de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nós sabemos bem como era o adolescente em 1990 ou como era o adolescente da década de 80. Foi na década de 80 que tramitou esse projeto pelo Congresso Nacional. Eu não me considero um adolescente na década de 80, mas sou de 1971. Eu sei que a sociedade era diferente. O celular apareceu na vida do ser humano em noventa e alguma coisinha, depois do ECA. A Internet, depois disso. O computador de popularizou muito depois disso. Na verdade, o adolescente da década de 70 e da década de 80 era mais tímido. Ele não era tão envolvido com questões da criminalidade.

São assustadores esses números apresentados aqui, Senador Jorge Viana. Saiu um relatório no Paraná há cerca de quinze dias, eu até trouxe esse dado ao plenário do Senado. É inadmissível! 38,8% é a taxa de homicídios na capital do Estado do Paraná, Curitiba. Isso é sul do País, gente! Parece-me que o sul é outro mundo. Não, é realidade, 58,9% é a taxa de homicídios na região metropolitana de Curitiba. O que é que é isso? É um absurdo!

Esses dados trazidos aqui indicam que a migração da taxa do homicídio vem para baixo, ou seja, até 24 anos ultrapassa ou chega à metade dos homicídios no Brasil. Onde está a falha? Acho que temos que repensar.

Eu tenho um projeto aqui, parecido com o do Senador Aloysio Nunes, mas é uma alteração do ECA, para que o adolescente – não falo em idade – reincidente em crimes graves possa ser punido pelo tipo e pela pena do Código Penal. No entanto, ele fica no estabelecimento adequado até completar a maioridade

e, depois disso, ele tem que ir para o estabelecimento prisional comum.

Há uma sensação de impunibilidade. Eu estou vendo aqui todos os Srs. Senadores e os Srs. Convidados para esta audiência pública manifestar esta sensação que nós temos de impunibilidade. Há uma sensação de que o usuário de droga não comete crime. Mas temos que tratar o usuário de droga que utiliza esse entorpecente e sai dirigindo pelas vias públicas da mesma forma como tratamos o usuário do álcool. É verdade. Nós temos que pensar, por exemplo, o usuário de drogas, na mesma linha construída pelo Dr. Luiz Flávio Gomes. Mas quem é o usuário de droga? Ele é o que está comprando de alguém. Quem é esse alguém? É o traficante. Esse traficante está onde? Que tipos de crimes ele está praticando? É o homicídio, é o latrocínio, é o roubo. Então, está nesse conjunto.

O Senador Magno Malta foi membro de uma comissão que investigou o narcotráfico no Brasil inteiro. Nós sabemos a origem dessas questões e que o menor é utilizado pela organização criminoso como um meio de se atingir o objetivo do crime, sob o manto da impunibilidade, até mesmo para fugir da sanção o maior ou chefe da quadrilha, e chegando ao ponto de nós termos o menor como chefe de quadrilha.

Então, sem nos alongar muito, esse debate nós vamos fazer aqui semanalmente, por duas reuniões, no Senado Federal e, se necessário, eu sei, por mais reuniões, mesmo estando em um período de esforço concentrado, não sendo esta uma semana de esforço concentrado. Mas os membros desta comissão entenderam que era necessário começarmos o mais rápido possível o debate, e sabemos do nosso tempo, sabemos da quantidade de prorrogações que podemos ter e sabemos que talvez não seja o suficiente, mas temos que tentar. Nesse período, fazer o máximo que pudermos para regermos o convívio em sociedade da forma como a sociedade espera de nós todos Senadores, e aí a contribuição dos senhores que elaboraram esse Anteprojeto, que já adianta muito o nosso trabalho.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. Em outra oportunidade, nós nos deteremos às questões pontuais do código.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo e último orador inscrito, o Senador Tomás Correia.

Tem a palavra V. Exa., Senador.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, procurarei ser breve, em face ao adiantado da hora.

Mas minha dúvida é sobre a prescrição.

A Constituição estabelece os casos de crimes imprescritíveis. Fora do que está na Constituição, não sei se lei ordinária poderia estabelecer novos casos. Aí e que está minha dúvida.

E vem o art. 472, já mencionado pelo Senador Aloysio Nunes, que não fixa pena. Mas, lá diz, no art. 474: “Os crimes previstos nesse capítulo são imprescritíveis”. E, nesse capítulo, estabelece um elenco de crimes, a meu ver de potencial menor, como é o caso de impedir acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, etc. e tal. Então, a minha dúvida, Presidente, é se o código pode estabelecer um elenco de crimes imprescritíveis que não estejam previstos na Constituição.

Então, essa é a pergunta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu peço ao Desembargador Muiños... É Muiños ou Muiños?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, na verdade, é Muiños, porque o meu é galego. Pode ser Muños, se fosse catalão, ou Muñoz, com z; mas o meu é com s. Mas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, é Muiños, Desembargador Muiños, para que V. Exa. possa responder à indagação do Senador Tomás Correia.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Diretamente, em relação à colocação do Senador Tomás Correia.

Senador, eu quero, e os demais membros da comissão, dizer o seguinte: o racismo, pela Constituição de 1988 – rebatemos muito essa questão da imprescritibilidade –, primeiro, entendeu-se que a Constituição – essa foi uma opção da comissão – especificou alguns casos de imprescritibilidade, porém ela não vedou que outros casos possam ser contemplados. Quer dizer, nós entendemos, inclusive – aí é como a questão da cláusula pétrea para minoridade –, ficou vigente esse entendimento da possibilidade da ampliação. Mas, no caso específico do racismo, por que se optou por deixar clara a imprescritibilidade? Porque a Constituição assim fez essa previsão. É o primeiro caso, porque a nossa história não tem imprescritibilidade, só tinha no Código de 1830; a partir de 1890, passamos a ter uma regra de imprescritibilidade aos 20 anos para qualquer crime. Na Alemanha, o homicídio é imprescritível, o assassinato.

Pois bem, até hoje vigora a regra de 1890. Mas veio a Constituição de 1988 – a meu ver, muito bem – e permitiu que o racismo – por tudo, a história do racismo – fosse imprescritível. Então, nós entendemos que, como disse o Ministro Dipp, tínhamos que cumprir

o mandamento constitucional; não podíamos deixar de expressar que o racismo é um crime imprescritível.

Então, é cumprindo a ordem constitucional.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Desembargador, mas há outros crimes previstos nesse mesmo artigo que não se referem ao racismo, que é diferente.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não... Não é só o racismo. É do tipo penal... Eu entendi a...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Entendeu? Essa é que é a pergunta. A dúvida é essa. O racismo está na Constituição, realmente, mas as demais condutas delituosas não estão previstas na Constituição e...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Se a Constituição quis dizer quais são os crimes imprescritíveis, obviamente, os demais são prescritíveis.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – Posso aqui, Senador, dar uma contribuição para o debate?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Por favor.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES – A Constituição de 1988 estabelece duas hipóteses de imprescritibilidade e a jurisprudência pacífica internacional, desde a ONU e da 2ª Guerra Mundial para frente, estabelece a terceira hipótese pelo Direito internacional, que são os crimes contra a humanidade. Então, V. Exa. vai ver que nós mencionamos imprescritibilidade em outro momento, mas são os crimes contra a humanidade, atendendo a uma orientação do Direito internacional. É por isso que vai ver mais casos de imprescritibilidade, mas vêm de fora para dentro. Já é força do *jus cogens*. Por exemplo, recentemente, um senhor de 82 anos de idade foi condenado na Áustria pelos crimes do nazismo. E aí nós diríamos: “Ah, mas já está tudo prescrito! Nazismo foi de 1933 a 1945. Está tudo prescrito”. Negativo. Os crimes contra a humanidade não prescrevem nunca. Também constamos isso aqui.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Presidente, se me permitir, eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Senador, a sua colocação foi altamente relevante, até para explicação. E, em adendo ao que falou o Prof. Luiz Flávio Gomes, parece-me que V. Exa. está se referindo ao racismo e distinguindo das outras formas de preconceito e discriminação, porém, o próprio Congresso – e

aí nós atendemos ao Congresso -, ao dispor da lei, fez incluir todas as formas de discriminação no racismo. O racismo passou a ser o gênero. Então, nós atendemos à posição do Congresso. Por isso, é que é racismo e outras formas de discriminação. A questão não é só discriminação racial, mas qualquer forma de discriminação. Atendemos ao que o Congresso já legislou.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Se V. Exa. ler o enunciado do próprio capítulo, que fala o seguinte...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Do racismo e dos outros crimes resultantes de preconceito...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Do racismo e dos outros crimes resultantes de preconceito e discriminação. Então, é distinto, pela redação.

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, concordo com V. Exa.. Agora, a legislação em vigor trata todos como forma de racismo, todas as formas de discriminação como racismo. E nós atendemos a isso e achamos melhor dar aqui uma redação factível a essa situação, mas eu entendi a sua dúvida se poderemos ampliar ou não. Mas, segundo a legislação aprovada pelo Congresso, toda forma de discriminação seria imprescritível.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador, permita-me. Permita-me, Desembargador Piñeiro, Presidente.

Isso inclui a homofobia?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Forma de discriminação, sim. Agora, tem de definir o que é homofobia...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O que é homofobia...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Exatamente. Que ainda temos de...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Homofóbico quer matar, quer destruir. Agora, eu não concordo com o comportamento...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Ah, não, não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O que se instalou na sociedade é que, se você não concorda com o comportamento, você é homofóbico. Eu sou tido como homofóbico, porque eu sou cristão. O pastor é tido como homofóbico, assim como o padre, porque prega contra o homossexualismo...

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Isso é uma discriminação a V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Exatamente.

Então, precisamos ter muito cuidado nesse tema de que vamos tratar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço. Concluiu? Satisfeito?

O SR. JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO – Não, não. Eu só quis fazer o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, antes de encerrar...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Satisfeito, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

Antes de encerrar esta reunião, eu preciso aprovar a ata da reunião anterior, que submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. É a ata da primeira reunião. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata da primeira reunião.

Temos aqui também dois requerimentos. Um é de minha autoria e o outro é da autoria do Senador Pedro Taques, em que nós, separadamente, requeremos, nos termos do art. 89, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado os serviços do Procurador Regional da República Dr. Douglas Fischer, lotado na 4ª região, Matrícula nº 527, no intuito de auxiliar os estudos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão – esse foi o do Senador Pedro Taques –, e também do Procurador Álvaro Augusto Ribeiro Costa, pelo que é de autoria do Senador Eunício Oliveira.

Submeto os requerimentos aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras. Os que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar, quero agradecer também aqui a paciência e as informações trazidas até aqui a todos nós, Senadores, e ao Brasil inteiro, que nos assiste, do Ministro Gilson Dipp, que foi Presidente da Comissão de Juristas, do Desembargador José Muñños Piñeiro Filho, que também foi membro da Comissão de Juristas, e do Dr. Luiz Flávio Gomes, que também é professor e foi membro da Comissão de Juristas.

Ao Senador Pedro Taques, que é nosso Relator, e aos Srs. Membros da Comissão, que aqui vieram todos no dia de hoje, sem nenhuma falta, agradeço, mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.)

Senador **Eunício de Oliveira**, Presidente



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 334 páginas
(OS: 14367/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

